



MONCORVO

DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE

COORDENAÇÃO FERNANDO DE SOUSA



CEPESE



Título

MONCORVO. DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE

Coordenação

Fernando de Sousa

Capa

www.fotonucleodourosuperior.net

Edição

Edições Afrontamento / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt / geral@edicoesafrontamento.pt

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Rua do Campo Alegre, 1055 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47 / 22 600 15 13

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

Colecção: Diversos, 23

N.º de edição: 1230

ISBN Edições Afrontamento: 978-972-36-1029-1

ISBN Edições CEPESE: 978-989-95922-5-4

Depósito legal: 298070/09

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Tiragem: 1000 exemplares

Impresso em 2009

MONCORVO
DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE

PREFÁCIO

Da Tradição à Modernidade. Num título todo o desafio que se coloca à gestão autárquica. De Torre de Moncorvo como da generalidade dos municípios portugueses do interior.

Como conjugar o património edificado, mais-valia turística que nos distingue dos novos centros urbanos do litoral, com a qualidade de vida a que os cidadãos aspiram? Como fazer da tradição uma vantagem competitiva em lugar duma limitação paralisante?

Nesta matéria os extremos são demasiados fáceis e populistas, cada um de sua forma.

De um lado aqueles para quem a preservação integral do passado é um dogma, aqueles para quem tudo o que é passado é bom sem distinguir o que é digno de nota daquilo que meramente cheira a ranço. Aceitando acriticamente mesmo tradições que claramente ofendem a dignidade humana.

Doutro lado aqueles para quem o paradigma do desenvolvimento é o centro comercial, é tudo o que é novo fazendo tábua rasa dum legado histórico rico e que nos distingue.

Na simbiose tradição/modernidade há que encontrar a linha de rumo que não se refugie no CAPA (Cultura, Ambiente, Património, Artesanato), panaceia única a que se recorre na falta de visão do futuro. Se o etc. é o descanso do sábio e o refúgio do ignorante, o CAPA é meramente o chavão do incapaz ou daquele que desistiu.

Não resisto a lembrar uma evolução de sucesso que exemplifica a transformação da tradição numa vantagem competitiva. A amêndoa coberta, característica de Torre de Moncorvo, quase desaparecida há 25 anos atrás, abandonou a forma mais tradicional com elevado grau de açúcar envolvente e passou a privilegiar a chamada “peladinha”, não só se adaptando a tempos menos condescendentes com o consumo de açúcar, como comercializando um produto de uso mais flexível.

A necessária adaptação aos tempos modernos é imprescindível, porque muitas vezes o preservar integral significa matar o que se pretendia salvaguardar.

Definir linhas de rumo que nos liguem do passado ao futuro, no âmbito dum debate franco, aberto e se possível aceso de ideias, consubstancia o propósito deste Seminário e doutras iniciativas vindouras.

Agradeço a colaboração de todos os que o tornaram um sucesso e nomeadamente ao Dr. Fernando de Sousa, seu coordenador.

Aires Ferreira
Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo

INTRODUÇÃO

Seminário **Moncorvo. Da tradição à modernidade** (16-17 de Fevereiro de 2007)

Este Seminário, subordinado ao título *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*, surgiu das preocupações expressas pelo senhor presidente do Município de Moncorvo, engenheiro Aires Ferreira, em várias reuniões que teve com o presidente do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE, professor Fernando de Sousa, e o presidente da Sociedade Gestora de Participações Sociais do Instituto Superior de Línguas e Administração – UNISLA, doutor António Martins, quanto à necessidade de se proceder a uma reflexão sobre o papel cultural que este multissecular concelho desempenhou no passado e deve desempenhar no futuro, enquanto herdeiro de uma história prestigiada e centro urbano mais importante do Alto Douro Superior.

Com este Seminário, cuja realização foi da responsabilidade do CEPESE, pretendeu-se dar um contributo para um melhor conhecimento da história de Moncorvo e reflectir quanto à definição de um projecto de afirmação cultural de Moncorvo no contexto de Trás-os-Montes e mesmo a nível nacional, que tivesse em conta as potencialidades, autenticidade, e identidade deste velho burgo.

Com tal objectivo, procurámos congregar os investigadores que conhecessem Torre de Moncorvo e a sua região e pudessem, com o seu conhecimento e experiência, ajudar-nos a definir uma estratégia que permita fazer desta vila uma referência de cultura a nível regional, nacional e transfronteiriço.

Atenderam ao nosso apelo historiadores de arte, do património industrial e da história contemporânea, professores universitários ligados ao estudo do minério do ferro e especialistas do desenvolvimento regional, nacionais e estrangeiros e um empresário ligado ao mundo da arte que, durante dois dias apresentaram temas e debateram ideias, como se pode ver pelos estudos que agora se publicam, e que foram objecto de arbitragem científica.

Resta-nos agradecer a todas as entidades que permitiram a realização deste Seminário. À Câmara Municipal de Moncorvo, na pessoa do seu presidente, engenheiro Aires Ferreira, à Biblioteca Municipal de Moncorvo, na pessoa da Dra. Helena Pontes; ao CEPESE, responsável pela organização deste Seminário, nas pessoas da Dra. Paula Barros, do Dr. Paulo Amorim e da Dra. Maria

José Ferraria; à Associação dos Alunos e Amigos do Ex-Colégio Campos Monteiro, Dra. Conceição Salgado e Dra. Adília Fernandes; ao ISLA, na pessoa do Dr. António Martins e da Dra. Maria da Graça Martins; às Galerias Cordeiro, na pessoa do Dr. Agostinho Cordeiro; à Universidade Lusíada do Porto; à Real Companhia Velha; à Carnady; à Fundação António de Almeida; à FCT; ao Jornal de Notícias e ao BES.

Finalmente, a todos os colegas, portugueses e espanhóis, que nos deram o gosto de aceitar o nosso convite e participar neste Seminário.

Fernando de Sousa
(Presidente do CEPES)

INTRODUCTION

Seminar ***Moncorvo. From tradition to modernity*** **(16th-17th February 2007)**

This Seminar – *Moncorvo. From tradition to modernity* – is the result of some concerns expressed by the Mayor of the Municipality of Moncorvo, Eng. Aires Ferreira, to both the President of CEPESSE and to the President of UNISLA – *Sociedade Gestora de Participações Sociais do Instituto Superior de Línguas e Administração*, when he mentioned the need for a wide survey about the cultural role that Moncorvo had in the past, as well as its role in the future, a city heir of a prestigious history as the most important urban area of the *Alto Douro Superior*.

The aim of this Seminar, organized by CEPESSE, was to contribute to a better knowledge of the history of Moncorvo and to stress the importance for the definition of a cultural project to the region in the context of Trás-os-Montes and even at a national level. This objective must consider the potentialities, authenticity and identity of this ancient village.

In order to do so, we made all possible efforts to gather several researchers interested in the region of Torre de Moncorvo and who could contribute, with their expertise, to the definition of a strategy that would allow, in the near future, to turn this region into a national and peninsular cultural reference.

The feedback given by art historians, experts in industrial patrimony and in contemporary history, university professors interested in the study of iron, experts in regional development, both national and international, and an art entrepreneur, was overwhelming. All agreed to gather their efforts and discuss, during two days, interesting themes that we are now proud to present, and that were object of peer reviewing.

We would like to thank all the entities that supported this Seminar. To the Municipality of Moncorvo, especially to its Mayor, Eng. Aires Ferreira; to the Moncorvo Municipal Library, especially to Mrs. Helena Pontes; to CEPESSE, the entity responsible of the organization of this Seminar (especially to Paula Barros, Paulo Amorim and Maria José Ferraria); to the Associação dos Alunos e Amigos do Ex-Colégio Campos Monteiro, to Mrs. Conceição Salgado and to Mrs Adília Fernandes; to ISLA (especially Professors António Martins and Maria da Graça Martins); to the Galerias Cordeiro (especially to Mr. Agostinho

Cordeiro); to the University Lusíada of Porto, Real Companhia Velha, Carnady, Fundação Eng. António de Almeida, FCT, Jornal de Notícias and Banco Espírito Santo.

Finally, one last word of appreciation to all the colleagues, Portuguese and Spanish, who have accepted the challenge of participating in this Seminar.

Fernando de Sousa
(Presidente do CEPES)

MONCORVO. UMA REFLEXÃO EM TORNO DA SUA IDENTIDADE E DA SUA AFIRMAÇÃO NO FUTURO

Fernando de Sousa

1. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

As origens do concelho de Torre de Moncorvo remontam à Idade Média. Em finais do século XIII, D. Dinis concedeu-lhe carta de foral, e no século XIV a vila foi dotada com muralhas e um castelo.

Nos séculos XV a XVII, Moncorvo vai conhecer uma notável prosperidade económica, graças sobretudo à riqueza agrícola do vale da Vilariça, a região mais fértil de Trás-os-Montes.

A expansão da cultura do linho cânhamo, da vinha, azeite, seda, lã, amêndoa e cereais, a exploração do ferro, o dinamismo comercial da sua importante feira, aliados à sua posição geográfica, que fazia de Moncorvo um importante nó de comunicações entre Trás-os-Montes e a Beira, constituem os factores explicativos mais importantes do seu crescimento demográfico (300 fogos em 1530), do seu desenvolvimento económico e da sua afirmação como um dos pólos urbanos mais importantes no Nordeste Trasmontano, projectando a sua influência muito além do seu município.

Assim, o rabino da sinagoga de Moncorvo chegou a deter jurisdição sobre todos os judeus de Trás-os-Montes.

Moncorvo, no século XVI, na sequência da nova divisão administrativa do Reino, passa a sede de uma das quatro comarcas de Trás-os-Montes então constituídas, abrangendo um extenso território e a sede de provedoria. E sob o ponto de vista eclesiástico, constituía também uma comarca, ou seja, uma das cinco comarcas em que o vastíssimo arcebispado de Braga se dividia.

Grças à produção do linho cânhamo vão surgir, em finais do século XVI, os armazéns reais de cordoaria. Devido à larga produção de azeite, instala-se uma fábrica de sabão.

Esta prosperidade económica explica a renovação urbanística de Moncorvo no século XVI, marcada pela construção da sua majestosa igreja, considerada a maior de Trás-os-Montes, da Misericórdia e do Convento dos Franciscanos.

Ultrapassada a fase de maior prosperidade da sua história, Moncorvo, a partir da segunda metade do século XVIII vai sofrer, devido a vários factores, uma desaceleração da sua economia, acompanhando a progressiva decadência que afecta todo o Nordeste Trasmontano.

Em primeiro lugar o papel negativo desenvolvido pela Inquisição entre finais do século XVI e meados do século XVIII quanto à economia da região, em particular, quanto às indústrias aí instaladas, artesãos, negociantes e fabricantes.

Em segundo lugar, importa referir que o Nordeste Trasmontano, entre 1640 e 1763, foi invadido, por várias vezes, pelos exércitos espanhóis, os quais, logicamente vieram a ter um impacto fortemente negativo na demografia e economia da região.

A guerra da Restauração (1640-1668) deu origem a numerosos conflitos e invasões de parte a parte, ao cerco e saque de localidades como Outeiro e Vinhais, à fuga de populações e ao encerramento da fronteira com a Espanha.

Nos inícios do século XVIII, a Guerra da Sucessão (1703-1713) voltou novamente a trazer os exércitos espanhóis a Trás-os-Montes. Em 1710-1711, Miranda do Douro foi cercada e tomada e a região de Bragança talada e saqueada.

Finalmente, com a Guerra dos Sete Anos (1762-1763), a maior parte do Nordeste Trasmontano foi ocupado pelos exércitos espanhóis. As fortificações da praça de Miranda do Douro foram totalmente destruídas, na sequência de uma violenta explosão, e Bragança, Outeiro e Moncorvo renderam-se igualmente ao inimigo.

Torna-se, por demais, evidente que os conflitos ocorridos com a Espanha, entre 1640-1763, contribuíram poderosamente para um acentuado processo de despovoamento e mesmo de desertificação do Nordeste Trasmontano, incluindo Moncorvo, iniciado com a actividade da Inquisição, e acelerado a partir das guerras da Restauração, aquela e estas responsáveis pela redução dos mercados tradicionais, pela desarticulação da produção e dos circuitos tradicionais de comercialização e pelo reforço da fronteira entre Trás-os-Montes e Castela-Leão.

Por outro lado, a estrada do Porto a Vila Real e Bragança vai sobrepor-se à ligação da Beira a Trás-os-Montes, por Moncorvo. A feitoria de linho cânhamo e a fábrica de sabão desapareceram. A exploração do ferro, incapaz de se adaptar às novas exigências tecnológicas, praticamente cessou. E a navegabilidade do rio Douro não abrangia o Douro Superior.

Dáí não ser de admirar que a população de Moncorvo, em finais do século XVIII, quase se mantivesse ao nível do século XVI.

Durante o Antigo Regime, Portugal, sob o ponto de vista administrativo-judicial, encontrava-se dividido em comarcas.

O *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Moraes, em finais do Antigo Regime, definia a comarca como “um número de vilas com os seus territórios, cuja justiça é administrada pelo corregedor e mais ministros que residem na cabeça da comarca, que é cidade ou vila notável”, distinguindo assim a comarca administrativo-judicial da comarca eclesiástica em que algumas dioceses do reino se dividiam.

Alberto Carlos de Meneses vai definir a comarca como “aquele território que dentro de certos marcos e limites compreende uma superfície composta de casais,

aldeias, concelhos, vilas e cidades subordinadas a uma autoridade civil para a sua polícia e economia administrativa, distribuída em ramos, nos quais se constituem as câmaras municipais das vilas e cidades vizinhas uma das outras, dentro dos mesmos marcos de território, que por isso se chama território comarcão.

A comarca era, pois, uma circunscrição administrativa e judicial, bem delimitada, à frente da qual se encontrava um corregedor.

Nos finais de Setecentos, a comarca de Moncorvo era, sob o ponto de vista histórico, a mais importante comarca das seis que integravam a província de Trás-os-Montes, isto é, Bragança, Miranda, Moncorvo e Vila Real e ainda, se bem que muito secundariamente, Braga e Lamego.

Com efeito, as comarcas de Braga e Lamego encontravam-se pouco representadas na província – a primeira com dois coutos e a segunda com três vilas. As comarcas de Bragança e Vila Real, só por força da lei das donatárias de 19 de Julho de 1790, passaram de ouvidorias, isto é, de circunscrições senhoriais, a comarcas, embora continuassem a ser, respectivamente da apresentação da Casa de Bragança e do Infantado. E a comarca de Miranda, embora da Coroa, no extremo leste de Trás-os-Montes, apenas dispunha de um pequeno território, escassamente povoado.

A comarca de Moncorvo, da Coroa, não era, quer demográfica, quer economicamente, a mais populosa ou a mais próspera de Trás-os-Montes, uma vez que tanto a comarca de Bragança como a comarca de Vila Real a superavam nos planos referidos. Mas, sendo a mais extensa e a de maior continuidade territorial, gozava de um lugar central na província, atravessando-a de norte a sul, desde a fronteira com a Galiza até ao rio Douro, e detinha uma das portas mais importantes de Trás-os-Montes, a estrada da Beira que, pelo Pocinho – onde servia a barca de maior rendimento do rio Douro – e Moncorvo, ligava a Bragança e a Miranda.

Até 1792, a comarca de Moncorvo era constituído por 21 vilas, Água Revés, Alfândega da Fé, Carrazeda de Anciães, Castro Vicente, Chacim, Cortiços, Frechas, Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Moncorvo, Monforte do Rio Livre, Mós, Murça, Pinhovel, Sampaio, Sesulfe, Torre de Dona Chama, Valdasnes, Vila Flor, Vilarinho da Castanheira e Vilas Boas. A partir, contudo, da lei de 7 de Janeiro de 1792, a vila de Murça foi agregada à comarca de Vila Real, passando a contar 20 vilas, número que manteve até 1834.

Das 21 vilas que integravam a comarca de Moncorvo, cinco vilas, Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Moncorvo e Monforte, eram presididas por juizes de fora. As restantes vilas tinham à sua frente juizes ordinários.

Os concelhos encontravam-se divididos, não em freguesias, que só tinham existência eclesiástica, mas em vintenas, povos ou terras, à frente dos quais se encontrava um juiz vinteneiro. Em 1795, a comarca de Moncorvo somava 317 vintenas ou terras.

A sede da comarca era Moncorvo, vila que após ter atingido uma considerável prosperidade económica até ao século XVII, conheceu, ao longo do século XVIII, um lento mas irreversível processo de decadência.

Moncorvo, contudo, além de sede de comarca, era sede de provedoria, e da comarca eclesiástica do mesmo nome, esta, uma das cinco circunscrições em que o arcebispado de Braga se encontrava dividido.

Tudo isto fazia com que o número de “ministros”, em sentido lato, isto é, magistrados civis e eclesiásticos, oficiais camarários, de justiça e da fazenda, se revelasse considerável em Torre de Moncorvo.

Assim, ao nível dos magistrados, registavam-se o corregedor, o provedor e o juiz de fora, além do vigário-geral da comarca eclesiástica, o qual, apesar de nomeação episcopal, dispunha de atribuições e jurisdição própria.

O Juízo da Correição, para além do corregedor, era constituído por um escrivão chanceler, um escrivão, e um meirinho geral.

O Juízo da Provedoria, independentemente do provedor, contava, ainda, um escrivão, um escrivão dos coutos, o meirinho geral, o meirinho das sisas e o meirinho das execuções. Unida à provedoria, encontrava-se a Conservatória do Tabaco, com escrivão, meirinho do tabaco e meirinho do sabão.

Na câmara, para além do juiz de fora e órfãos de Moncorvo, encontravam-se três vereadores, um procurador, quatro escrivães do geral, o escrivão da câmara, o escrivão dos órfãos, o escrivão das sisas, o escrivão dos novos direitos, e o alcaide.

Finalmente, no Juízo da Comarca Eclesiástica tínhamos, além do vigário geral da comarca, o escrivão do judicial, o escrivão da câmara e o meirinho geral.

No total, três magistrados de nomeação régia, um magistrado de nomeação diocesana, 13 escrivães, sete meirinhos, três vereadores, um procurador e o alcaide da vila. Se a estes magistrados e oficiais da justiça e da fazenda, juntarmos os almotacés do município e os homens da vara, então compreendemos porque é que António de Sá e Link, na última década de Setecentos, nos falam das “justiças numerosas” em Moncorvo.

Com efeito, Moncorvo, com 343 fogos e 1462 habitantes, em 1794-1975, era então uma vilória desprovida de qualquer actividade industrial e comercial.

Para além de Moncorvo, na comarca, apenas registávamos, com mais de 600 habitantes e menos de 1000, Mirandela e Vila Flor.

Podemos assim concluir que a comarca de Moncorvo, em finais do século XVIII, constituía uma circunscrição administrativa eminentemente rural, que dispunha apenas de duas vilas, Chacim e Freixo de Espada à Cinta, em que uma indústria, a das sedas, apresentava uma certa importância, mesmo se esta indústria se revelava profundamente complementar da actividade agrícola.

Na sequência da instauração definitiva do liberalismo em Portugal, no ano de 1834, a comarca e provedoria de Moncorvo são extintas, ficando esta vila reduzida a sede de município, constituído por 17 freguesias.

Desprovido de vias de comunicação, com as suas imensas jazidas de ferro por explorar, sem indústrias, Moncorvo, apesar da expansão da vinha e da amendoeira, acabou por ser afectado, como todo o Nordeste Trasmontano, pela emigração das suas gentes para o litoral, mas também para o Brasil e, já no século XX, para Angola, Moçambique e Europa, e acabou, recentemente, por

ver a linha de caminho-de-ferro do Sabor encerrada.

2. IDENTIDADE HISTÓRICO-CULTURAL DE MONCORVO

Sob o ponto de vista histórico-cultural, importa agora debruçarmo-nos sobre a identidade de Moncorvo, ou seja, detectar os elementos que distinguem este burgo de outros, conferindo-lhe autenticidade e possibilitando o seu reconhecimento como uma entidade à parte.

No que diz respeito ao seu património, susceptível de autonomizar e individualizar Moncorvo de outros municípios, apenas vislumbramos dois elementos, ou seja, a sua monumental igreja matriz e o ferro.

Quanto à igreja de Nossa Senhora da Assunção, embora esta seja um dos templos mais notáveis de Trás-os-Montes, não nos parece que este constitua um elemento suficientemente forte, distintivo dos outros municípios da região. Freixo de Espada à Cinta, por exemplo, oferece um conjunto de monumentos, bem mais significativo e identitário do que Moncorvo.

O ferro, pelo contrário, com a sua memória e presença, não sofre a concorrência de qualquer município regional ou nacional, constituindo, sem qualquer dúvida, o traço mais característico e inconfundível de Moncorvo.

Assim sendo, parece-nos que a definição de uma estratégia de afirmação e valorização cultural de Moncorvo no contexto regional, nacional e transfronteiriço, que procure ligar a identidade e a modernidade, o passado com o presente e o futuro, passa pela criação de um *Centro de Estudos do Ferro* em Moncorvo, uma instituição de referência a partir da qual seja possível desenvolver toda uma actividade cultural que dinamize não só o município, mas toda a região do Douro Superior, de que Moncorvo constitui o principal centro de serviços.

MONCORVO E OS SEUS ANTECEDENTES NO CONTEXTO TRANSMONTANO, NA IDADE MÉDIA

José Marques

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este estudo sobre alguns aspectos ligados à história de Moncorvo, na Idade Média, impõe-se esclarecer que nos fixaremos, sobretudo, na região de que esta vila transmontana era cabeça administrativa, numa tentativa de esboçarmos as linhas mestras do que ela viria a ser. Ocupar-nos-emos de aspectos que, talvez, não sejam muito familiares à maioria dos moncorvenses e dos transmontanos em geral, embora admitamos que não faltarão interessados e até conhecedores das origens administrativas e sociais da sua terra.

É por isso que, à semelhança do que sempre aconteceu, quando tivemos de estudar outras localidades ou de falar perante pessoas delas oriundas e que bem as conhecem, não escondemos que nos acompanha alguma preocupação, porque uma coisa é deixar-se guiar pela documentação e outra, muito diferente, é conhecer as localidades, dispondo, assim, de uma capacidade muito maior de situar e interpretar as informações documentais.

Pareceu-nos, por isso, que no presente estudo seria preferível seguirmos por caminhos considerados menos percorridos pelos investigadores que, desde o conhecido e benemérito P^o. Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, e outros mais recentes, se têm debruçado sobre Moncorvo e os territórios circundantes, no período medieval.

Procuraremos, por isso:

- apresentar o enquadramento histórico desta região, no período anterior à invasão árabe, de 711;
- acompanhar, depois, com mais pormenor, a fixação e a organização das populações neste recanto do sudeste transmontano, onde, no último quartel do século XIII, surgiria, por *transferência*, o concelho de Moncorvo, salientando alguns aspectos históricos da sua vida administrativa, da acção régia e de natureza eclesiástica, relativas a estas populações;
- e, finalmente, deter-nos-emos na realidade administrativa, económica e social do concelho de Mós, nos meados do século XV.

1. A REGIÃO TRANSMONTANA NO PERÍODO SUEVO

Com frequência, ao fazermos remontar à Idade Média algum aspecto da nossa história local, surge-nos como quadro cronológico imediato o período compreendido entre os primórdios do processo conducente à independência de Portugal – iniciado com a instituição do Condado Portucalense em 1095 – e os finais do século XV, convencionalmente adoptado como termo do período medieval. Se para muitos assuntos essa é uma referência suficiente, para muitos outros é extremamente limitativa, como acontece no caso presente, em que pretendemos situar Moncorvo no contexto transmontano, sobretudo, quanto a uma das suas características dominantes, marcada por um acentuado despovoamento, podendo mesmo dizer-se que a história medieval da vasta região transmontana tem de contar com o longo processo do seu povoamento e da luta para combater a recessão demográfica, bem documentada, desde o segundo quartel do século XIV até meados do século XV, como já tivemos oportunidade de demonstrar¹.

Tentando abreviar razões, para nos aproximarmos rapidamente do tema enunciado, diremos, apenas, que esta característica nota de despovoamento se descobre já nas mais antigas referências conhecidas às zonas transmontanas, patentes na primeira divisão administrativa político-eclesiástica conhecida, que remonta ao século VI, que valerá a pena ter presente quando nos aproximarmos da Vilarça e de Moncorvo, no século XIII.

Para captarmos o sentido e a dimensão histórica e prospectiva de tais referências, convém evocar, embora de forma extremamente sintética, como se chegou a tal situação, datada de 1 de Janeiro de 569.

A partir de certa altura, quando as legiões romanas se aproximavam do domínio completo da Península Ibérica, se rasgavam vias de comunicação, passou a haver uma divisão administrativa romana, apoiada nas grandes províncias, conventos jurídicos e diversos tipos de municípios, com referência especial à língua latina e a tantos outros traços da cultura e civilização romanas, onde não faltavam os numerosos cultos, incluindo o do Imperador, que, no contexto da romanização, teve forte implantação na Península Ibérica. Foi-se, então, tornando notória a presença do Cristianismo, cujos fiéis foram aumentando, vindo a criar-se, gradualmente, as estruturas eclesiásticas, indispensáveis à sua organização e à indispensável acção pastoral e missionária, no meio da sociedade pagã, que os rodeava.

Assistimos, assim, ao aparecimento de numerosas dioceses na Península Ibérica e – o que mais nos interessa – no território que, muitos séculos depois, viria a ser Portugal, como o mapa e os quadros, que mais à frente se apresentam, permitem verificar.

Em pleno século VI, quando a Península estava dividida e ocupada pelos Visigodos e Suevos, após muitas vicissitudes, deparámos com uma situação religiosa que se pode traduzir no facto de o arcebispo de Braga, capital política

¹ MARQUES, 1988: 267-317.

do reino suevo, ser também o metropolitano de toda a Galécia e parte da antiga Lusitânia romana, ocupada pelos suevos. Esta realidade prejudicava a dinâmica pastoral desta vasta metrópole, como consta da carta em que o rei Teodomiro aprovou a divisão eclesiástica do seu reino – cujos efeitos civis não se podem ignorar –, invocando como fundamento, não só a extrema dificuldade de os bispos porem visitar, anualmente, todas as igrejas das suas dioceses, mas também de comparecerem à reunião anual (*concilium*) com o metropolitano².

Atento à realidade pastoral desta vasta cristandade, o bispo de Dume, Martinho, que viria a substituir o velho arcebispo de Braga, Lucrécio, preparou e presidiu a uma reunião episcopal, realizada em Lugo, onde, em 1 de Maio de 569, foi aprovada promulgada pelo rei Miro – também conhecido como *Teodomiro*³ – a divisão do reino suevo em treze dioceses e respectivas paróquias, distribuídas pelos sínodos lucense e bracarense, documento que constitui o célebre *Parochiale suevum*⁴.

No conjunto das dioceses, então, existentes no reino suevo, a de Braga aparece com 30 paróquias, sendo 18 de *vici* e 12 de *pagi*, seguindo-se-lhe a do Porto, com 25, assim distribuídas: 18 de *vici* e 7 de *pagi*⁵.

É, precisamente, entre estas 30 paróquias bracarense que nos aparece a região transmontana representada pelas três constituídas sobre os *pagi* de *Pannonias*, *Laetera* e *Brigantia*, a que, posteriormente, foram acrescentadas, por interpolação, as que passaram a incluir os territórios de *Alliste* e *Villariza*⁶.

Antes de prosseguirmos, impõe-se esclarecer que a distinção entre os territórios designados pelos termos *vici* e *pagi* – nominativos do plural de *vicus* e *pagus* – reside, essencialmente, na maior intensidade de povoamento e na correspondente predominância de concentração das populações em núcleos ou lugares de tipo urbano – *vici* –, em contraste com as populações mais rarefeitas e dispersas nos campos – *pagi*.

Por entre os largos passos dados para chegarmos a este ponto de ligação com o que pretendemos expor sobre Moncorvo e o território envolvente, escapou uma riquíssima e apaixonante informação acerca da cristianização do antigo território ibérico, que hoje é Portugal, a criação das várias dioceses e sobre os múltiplos problemas doutrinários, religiosos, sociais e os inícios da mudança de mentalidade, aspectos que aqui se entrecruzaram, sem esquecermos as perturbações decorrentes da chegada dos povos que integravam as conhecidas invasões bárbaras ou invasões germânicas, com as alterações provocadas na redefinição do novo mapa político.

Como breve amostra do muito que fica subjacente a este enunciado, é oportuno revelar um mapa expressamente elaborado para visualizar a mencionada

² DAVID, 1947: 30-31.

³ *Liber Fidei Sanctae...*, 1965: 23.

⁴ DAVID, 1947: 30-44.

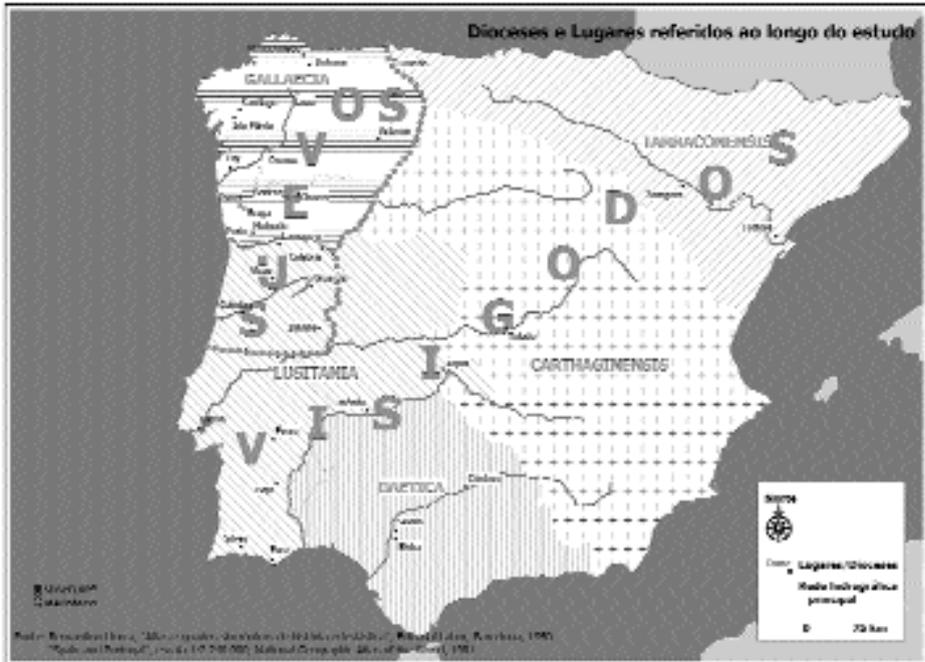
⁵ DAVID, 1947: 32-44. Ver também *Liber Fidei Sanctae...*, 1965: 16-24.

⁶ DAVID, 1947: 32-33. Ver também *Liber Fidei Sanctae...*, 1965: 19.

dimensão política e religiosa, quanto à dispersão das sedes diocesanas do ocidente peninsular, informação ilustrada e ampliada pelos quadros sinópticos dos prelados das antigas dioceses existentes, desde o século IV, no sul da Lusitânia romano-visigoda (Quadro 1), e nas do sul da Galécia e norte da Lusitânia suevo-visigoda (Quadro 2), seguidos de outros, relativos ao quadro paroquial (Quadro 3) e ao essencial das cronologias diocesanas (Quadro 4).

Procedamos a uma breve leitura do mapa das dioceses do reino suevo, que nos ajudará a compreendermos melhor os quadros seguintes:

Mapa das dioceses do reino suevo e do sul da Lusitânia



Se este mapa permite situar as sedes das dioceses do ocidente peninsular, a partir do início do século IV, os quadros que a seguir se apresentam revelam os prelados que a elas presidiram. Assim, no primeiro quadro resume-se o conhecimento possível, a partir das fontes chegadas até nós, dos prelados das dioceses do sul-ocidental da Lusitânia, desde o concílio de Elvira (300-302)⁷ até ao XVI de Toledo, em 693⁸.

⁷ *Concílhos visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 1-15.

⁸ *Concílhos visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 482-521. Embora esta mesma obra apresente também as actas do XVII concílio de Toledo, reunido em 694, não contém as subscrições episcopais, pelo que o nosso elenco não passa de 693, podendo alguns dos bispos presentes neste concílio ter sobrevivido vários anos.

Quadro 1 – Prelados das dioceses do sul da Lusitânia dos séculos IV-VII

Anos	Concílios	Dioceses ⁹			
		Ossónoba	Évora	Lisboa	Beja
300-302	Elvira	Vicente	Quintiano		
357				Potâmio ¹⁰	
380	Saragoça	Itácito ¹¹			
531-548					Apríngio ¹²
589	III de Toledo	Pedro		Paulo	Palmácio
597	Toledo, s. n.		Jósimo	Ildefonso	Lauro (Laufus)
633	IV de Toledo		Sisisclo	Viarico	Moderário
636	V de Toledo			Viarico	
638	VI de Toledo		Sisisclo	Viarico	
646	VII de Toledo		Sisisclo Egila ¹³	Neufredo ¹⁴	Teodoro ¹⁵
653	VIII de Toledo	Saturnino ¹⁶	Abiêncio		Adeodato
656	X de Toledo		Zósimo	Cesáreo	
666	Mérida	Exarno 343	Pedro	Teodorico	
681	XII de Toledo		Tructemundo	Goma	João
683	XIII de Toledo	Belido (Belito) 432	Tructemundo	Ara	João
688	XV de Toledo	Agrípio ¹⁷ 474	Tructemundo	Landerico	João
693	XVI de Toledo	Agrípio ¹⁸ 520	Arcôncio ¹⁹	Landerico ²⁰	João ²¹

Passemos, agora, a examinar o elenco dos prelados das seis dioceses suas, dispersas na vasta região, de entre Lima e Mondego, isto é, do sul da Galécia e norte da Lusitânia, às quais devemos acrescentar a de Dume, cujo primeiro bispo foi o célebre S. Martinho de Dume, que ficou conhecido como o

- ⁹ Este quadro resulta da fusão dos dois apresentados no estudo. Ver MARQUES, 2002: 466 e 476.
- ¹⁰ As notícias sobre este bispo de Lisboa chegaram-nos através dos autores que estudaram os seus opúsculos e a implicação que teve na questão ariana. Ver MANSILLA REOYO, 1994: 171-172.
- ¹¹ MATTOSO, s/d: 287. Ver também *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 16.
- ¹² SOUSA, 2001: 75.
- ¹³ O facto de neste concílio aparecerem dois bispos de Évora sugere que Egila seria um coadjutor e sucessor de Sisisclo, que, desde 633, tinha assistido aos concílios IV, VI e VII.
- ¹⁴ Fez-se representar pelo abade Crispim (*Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 258).
- ¹⁵ Representado pelo presbítero Constâncio (*Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 259).
- ¹⁶ Representado pelo diácono Sagarelo (*Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 288. Ver também MANSILLA REOYO, 1994: 109-110).
- ¹⁷ Representado pelo abade Gundila (*Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 474. Ver também MANSILLA REOYO, 1994: 109-110).
- ¹⁸ Representado pelo presbítero Crisces (*Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 520. Ver também MANSILLA REOYO, 1994: 109-110). Ver ALMEIDA, 1970: 67.
- ¹⁹ Os nomes registados nesta coluna, com excepção do primeiro, não se encontram em MANSILLA REOYO, 1994. Recorremos, por isso, à colecção dos *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 1, 16, 157, 223, 247, 257, 287, 319, 343, 401, 433, 473, 518. Ver ALMEIDA, 1970: 65.
- ²⁰ As referências a estes bispos de Lisboa, com excepção de Potâmio, encontram-se em *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 137, 224, 231, 247, 258, 319, 343, 406, 433, 473 e 520. Ver ALMEIDA, 1970: 66.
- ²¹ As referências a estes bispos de Beja, com excepção de Apríngio, encontram-se nos *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 136, 157, 224, 259, 402, 432, 473 e 520.

Quadro 2 – Prelados das seis dioceses suevo-visigodas dos séculos IV/V-VII

Anos	Concílios	Dioceses ²²					
		Braga	Porto	Viseu	Coimbra	Lamego	Idanha
397-400 (400-415)	I de Toledo	Paterno ²²					
415-447		Paulo (?) ²⁴					
537-538		Balcónio ²⁵					
561	I de Braga	Profuturo ²⁶					
572-579	II de Braga	Lucrécio ²⁷					
572-579	II de Braga	Martinho	Viator	Remisol	Lucécio	Sardinario	Adorico
589	III Toledo	Pantardo	Constâncio	Sunila	Possidónio	Filipe ²⁸	Comundo(?) ²⁹
597	Toledo, s.n						Licério
633	IV Toledo	Julião	Ausiulfo	Lauso	Ermulfo ³⁰	Profuturo	Montense
636	V Toledo			António ³¹			
638	VI Toledo	Julião	Ausiulfo	Farmo	Renato	Profuturo	Montenase
646	VII Toledo			Farmo		Viterico	Arménio
653	VIII Toledo			Vadila	Siseberto	Filimiro	Esclua
656	X Toledo	Potâmio ³² Frutuoso (+ 665 ?)	Flávio				
666*	Mérida				Cântabro	Teodisclo	Esclua
675	III Braga	Leodegiso	Proarico				
681	XII Toledo	Liúva	Froarico Argeberto	Reparato Gundemaro	Gundulfo	Licero	
683	XIII Toledo	Liúva	Proarico	Reparato	Miro	Gundulfo	Monefonso
684	XIV Toledo	Liúva ³³					
688	XV Toledo	Faustino	Froarico ³⁴	Vilifonso	Miro	Fioncio ³⁵	Monefonso
693	XVI Toledo	Félix ³⁶		Teudefredo ³⁷	Emila ³⁸	Fionio ³⁹	Argesindo ⁴⁰

²² Este quadro foi publicado no nosso estudo. Ver MARQUES, 2002: 487-488.

²³ *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 31-32. Ver também MANSILLA REOYO, 1994: 150. COSTA, 1997: 26.

²⁵ *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 25. Ver também MANSILLA REOYO, 1994: 150.

²⁶ Em 1-3-538, o papa Virgílio envia a Profuturo, de Braga, a resposta sobre questões litúrgicas e sobre aspectos do Priscilianismo e do Arianismo (COSTA, 1997: 26).

²⁷ *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 77.

²⁸ Com exceção de Coimbra (p. 138), as restantes subscrições encontram-se nos *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 136.

²⁹ JORGE, 2002: 75.

³⁰ Representado por Renato, arcepreste da igreja de Coimbra (*Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 224).

³¹ A última subscrição é do diácono Pedro, que se apresenta como representante do bispo António seu senhor, sem indicar a diocese a que pertence. Bispo António só figura o de Viseu, que afirma ter assinado. Possivelmente refere-se ao bispo António, de Segorbe, que no VI concílio de Toledo, de 638, voltou a fazer-se representar, mas agora pelo diácono Wamba (*Concílios visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 231 e 248).

³² Na sequência da carta autógrafa de confissão e arrependimento, por ele próprio apresentada ao concílio, na qual declarava ter convivido com uma mulher – motivo por que, havia nove meses, espontaneamente, tinha abandonado o governo da sua diocese, passando a viver numa cela para fazer penitência pela sua falta – depois de ter sido ouvido, em privado, pelo padres conciliares,

“apóstolo dos suevos”, identificados nas actas dos concílios I-XVI de Toledo, e noutras fontes, relativas ao período de 397/400 a 693.

Quanto a esta série de dioceses, por brevidade, omitimos os elementos disponíveis, relativos à de Dume, instituída em 556, de que o primeiro bispo foi S. Martinho, depois arcebispo e metropolitano de Braga e de toda a Galécia, e à de Calábria ou Calábria, esta na Lusitânia, que, figurando como paróquia de Viseu⁴¹, em 569, foi, depois, elevada à dignidade de diocese, tendo o seu primeiro bispo, Servo, assinado as actas do IV concílio de Toledo, de 633 – “*Servus dei ecclesiae Galabriensis episcopus subscripsi*”.

Foi a única paróquia elevada a diocese, sendo também a última erecta em território actualmente português, durante o domínio visigótico, que, tal como a sueva de Dume, não foi restaurada após a Reconquista.

Afirmámos, mais acima, que na célebre divisão diocesana, decidida pelos prelados reunidos em Lugo, em 1 de Janeiro de 569, e decretada pelo rei suevo Miro, cognominado *Teodomiro*, ficou registada também a menção das paróquias ao tempo existentes em cada uma das treze dioceses. Conhecemos o número de paróquias referidas no *Parochiale suevum*, mas, apesar dos estudos realizados no sentido da sua completa identificação, os investigadores mais credenciados não conseguiram chegar, ainda, à sua completa identificação. Apesar disso, não desistimos de oferecer o quadro de todas as dioceses do reino suevo, com a indicação

com grande dor de todos, foi deposto por este X concílio de Toledo, sendo, de imediato, substituído pelo bispo Frutuoso de Dume, também presente no concílio, que logo foi elevado à dignidade de metropolitano de Braga e como tal subscreveu, em terceiro lugar, as respectivas actas – *Fructuosus indignus sedis Bracaraensis metropolitanus episcopus*” (Ver *Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 19-321).

³³ Representado pelo abade Recesindo (*Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 448).

³⁴ As referências aos bispos do Porto mencionados nesta coluna encontram-se nos *Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 85, 136, 224, 247, 319, 378, 401, 407, 432, 472. Os nomes Froarico e Froarico designam, sem dúvida, o mesmo prelado Froarico. Ver ALMEIDA, 1970: 67-68.

³⁵ Apesar da diferença de grafia, julgamos que este e o nome seguinte identificam a mesma pessoa.

³⁶ As informações desta coluna, referentes aos bispos de Braga, com excepção das que dizem respeito a Paulo (?), Balcónio e Profuturo, cujas fontes, oportunamente, assinalámos, encontram-se na obra *Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 31, 32, 77, 85, 136, 222, 246, 287, 319, 378, 401, 432, 448, 471, 518. O bispo Félix, de Braga, assina também como bispo de Dume. Ver ALMEIDA, 1970: 62-63.

³⁷ As referências aos bispos desta coluna na obra *Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 85, 136, 224, 231, 247, 258, 287, 402, 407, 432, 473 e 520. Ver também ALMEIDA, 1970: 68-69.

³⁸ Ver as subscrições conciliares destes bispos de Coimbra em *Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 85, 138, 224, 247, 343, 432, 473 e 520. Ver também ALMEIDA, 1970: 66.

³⁹ As subscrições destes prelados de Lamego encontram-se em *Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 85, 136, 223, 247, 258, 287, 343, 402, 432, 473 e 520. Ver também ALMEIDA, 1970: 66.

⁴⁰ As subscrições destes bispos de Idanha podem ver-se em *Concília visigóticos e hispano-romanos*, 1963: 85, 157, 223, 247, 258, 287, 347, 406, 432, 472 e 520. Ver ALMEIDA, 1970: 64-65. Não é possível determo-nos, se não na historiografia propriamente dita, nos diversos escritos dedicados a esta diocese, que, em geral, se repetem uns aos outros, num total desconhecimento das únicas fontes documentais disponíveis, para os tempos mais antigos. Valem, no entanto, pelo elenco dos autores que se ocuparam destas dioceses, podendo servir de exemplo a obra de GOMES, 1981.

⁴¹ DAVID, 1947: 37.

do número das respectivas paróquias, indicando, entre colchetes, as que nos tempos subsequentes foram interpoladas, porque, entretanto, foram constituídas.

Neste quadro, incluímos as dioceses e paróquias distribuídas pelos dois sínodos (bracarense e lucense), então constituídos, o que nos permite afirmar que, em 569, no reino suevo, havia 130 paróquias (de *vici* e de *pagi*), a que nos tempos imediatos foram acrescentadas mais 23, ascendendo o total para 153.

Prestemos, pois, atenção a esta informação, que, tanto quanto sabemos, não tem par, a nível europeu, para a Alta Idade Média:

Note-se, entretanto, que ao falarmos de paróquias, convém prescindir da

Quadro 3 – Dioceses e paróquias do reino suevo, em 569, com a indicação dos números de paróquias interpoladas, posteriormente

Dioceses	Paróquias		
	<i>de vici</i>	<i>de pagi</i>	Total
<i>Do sínodo bracarense</i>			
Braga	18	12 [2] ⁴²	30 [2]
Porto	18	7	25
Lamego	6		6
Coimbra	7		7
Viseu	9 ⁴³		9
Dume	1 (Most ^o . e seus servos)		1
Idanha	3		3
Totais	62	19 [2]	81 [2]
<i>Do sínodo lucense</i>			
Lugo	3	[12]	3 [12]
Orense	11		11
Astorga	10		10
Iria	8	[9]	8 [9]
Tui	11	6	17
Britónia	?		
Totais	43	6 [21]	49 [21]⁴⁴
Totais gerais	105	25 [23]	130 [23] [153]

imagem que temos da rede paroquial dos nossos tempos e das reduzidas áreas das paróquias actuais – mesmo no caso das maiores –, pois, aos pensarmos nas

⁴² Os números inscritos em itálico, entre colchetes rectos, correspondem a paróquias interpoladas no primitivo *Parochiale*, em data posterior à sua promulgação, em 569, pelo rei *Teodomiro*, cognome do rei Miro, filho de Carriarico (Ver DAVID, 1947: 31-45).

⁴³ A paróquia de Viseu chamada *Calabria* ou *Caliábriga* (*Calabrica*), no período da dominação visigótica, foi elevada a diocese, mas após a Reconquista não foi restaurada.

⁴⁴ Os elementos deste quadro foram recolhidos em DAVID, 1947: 31-44.

paróquias do século VI, estamos sempre em presença de territórios equivalentes às *terras* ou, mesmo, *concelhos* medievais, como é possível afirmar em relação ao Entre Minho e Lima, onde às oito paróquias referidas em 569, corresponderam outros tantos concelhos medievais, embora as sedes se tenham deslocado dentro dos respectivos limites.

Aludimos já ao colapso desta florescente organização diocesana e paroquial, após a conhecida invasão árabe, de 711. É possível que muitos leitores se interroguem sobre o que se passou nos tempos seguintes, porque não ignoram que o Condado Portucalense surge nos finais do século XI (1095) e Portugal só atinge a independência ao ser reconhecida pelo imperador Afonso VII, em 1143, tendo sido necessário esperar pelo reconhecimento do título de rei a D. Afonso Henriques, pelo Papa Alexandre III, pela bula *Manifestis probatum*, de 23 de Maio de 1179. Neste contexto, podemos afirmar que a realidade histórica mencionada nas páginas anteriores não se perdeu completamente, pois foi sobre a rede diocesana desenhada no período suevo-visigótico que veio a implantar-se, após a Reconquista cristã, a rede diocesana medieval, que, apesar das necessárias adaptações dos séculos seguintes, ainda hoje sobrevive.

Pensando nas vicissitudes que atingiram as dioceses portuguesas, no intuito de proporcionar aos interessados alguns elementos de referências, no quadro seguinte, sintetizámos os conhecimentos actuais da cronologia relativa aos seus *primórdios* e às respectivas *restaurações*, de acordo e ao ritmo da Reconquista portuguesa:

Quadro 4 – Cronologias dos primórdios e das restaurações das actuais dioceses portuguesas

Dioceses	Datas	
	mais antigas conhecidas (isto é: nos primórdios)	da restauração
Ossónoba ⁴⁵		
=>Silves		
=>Faro	300-302 ⁴⁶	
	-	1189
	-	1250
Évora	300-302	1166
Boticas	314	-
Lisboa	357	1147
Braga	397-400	1071
Chaves	c. 428	
Beja	531	1770
Dume	556	-

(continua)

⁴⁵ Identificada com Faro.

⁴⁶ Data crítica do concílio de Elvira, em que participaram os bispos de Ossónoba (Faro) e Évora.

Quadro 4 – Cronologias dos primórdios e das restaurações das actuais dioceses portuguesas (continuação)

Dioceses	Datas	
	mais antigas conhecidas (isto é: nos primórdios)	da restauração
Conimbriga	a. 561	
=> Eminium	572-589 ⁴⁸	1080
=> Coimbra		
Lamego	a. 561	[1071] ⁴⁹ =>1147
Viseu	[a. 561]	[1071] ⁵⁰ => 1147
Idanha	[a. 561]	
=> Guarda		1201-1202
Meinedo	572	
(=> Porto)	572-589 ⁵¹	
=> Porto		1112
Caliábria (Calabrica)	633	-

Com a apresentação sumária destes elementos, pretendemos situar a antiga paróquia da *Villariza*, no contexto histórico, religioso e administrativo, condensado no célebre *Parochiale suevicum* ou *Divisio Theodomiri*⁵², cuja riqueza de informações supera as da *Divisio Wambae*⁵³, relativa aos limites das restantes dioceses hispânicas.

Reiteradamente, aludimos às notícias fornecidas pelos concílios de Toledo, datando o XVI e último, de 693, e à invasão árabe de 711, que, se não destruiu completamente, pelo menos, desorganizou política, eclesiástica e religiosamente, quanto se tinha construído nos séculos precedentes, tendo sido necessário aguardar várias centúrias para se restaurar o domínio cristão, sob os pontos de vista político e religioso, à medida que a Reconquista ia progredindo, definitivamente, para sul.

Na confusão desses difíceis tempos, perdeu-se a memória do estado de desenvolvimento que os antigos *pagi* transmontanos, acima referidos, tinham

⁴⁷ Data obtida deduzindo ao ano provável da morte de Idácio (469) os 41 anos que terá durado o seu episcopado.

⁴⁸ No II concílio de Braga, Lucécio, que também participou no I concílio, assinou as actas como “*Lucetius Colimbriensis episcopus*”, mas no III concílio de Toledo, Possidónio assinou como “*Emin[i]ensis ecclesiae episcopus*”, pelo que interpretamos, por oposição, o termo “Colimbriensis” utilizado no II concílio de Braga, como correspondente a *Conimbriga*, e que a mudança para *Eminium*, coincidente com a actual Coimbra, terá ocorrido entre 572 e 589.

⁴⁹ COSTA, 1990: 422.

⁵⁰ Quanto a Viseu, igualmente restaurada e dependente de Coimbra, veja-se CRUZ, 1984: 31.

⁵¹ No II concílio de Braga (572), Viator assinou como “*Magnetensis ecclesiae episcopus*”, mas no III concílio de Toledo (589), Constâncio e Argiovitto assinaram, individualmente, como “*Portucalensis ecclesiae episcopus*”, tratando-se de dois bispos do Porto, respectivamente, residencial e auxiliar. A transferência de Meinedo para *Portucale* (Porto) ter-se-á verificado entre essas duas datas.

⁵² DAVID, 1947: 30-44. Ver também *Liber Fidei Sanctae...*, 1965: 16-24.

⁵³ *Liber Fidei Sanctae...*, 1965: 11-16.

atingido, sendo necessário chegar à segunda metade do século XII para podermos acompanhar, com segurança, o início de uma nova fase de sua longa história.

2. O DESPERTAR DO SUDESTE TRANSMONTANO: POVOAMENTO E SOCIEDADE NO SÉCULO XII

Apesar de as armas cristãs terem chegado ao Douro, com Vímara Peres, em 868, e a diocese de Braga ter sido restaurada em 1071, podemos dizer que as terras do sudeste transmontano, em que a Vilarça e Moncorvo se integram, só começaram a sentir as primeiras manifestações da intenção de as povoar e desenvolver quando D. Afonso Henriques tinha assegurado a independência de Portugal (1143), e a Reconquista já havia chegado ao Tejo (1147), mas continuava no seu horizonte militar a necessidade de avançar para a conquista das terras alentejanas.

Faltavam-lhe o tempo e os meios indispensáveis para dinamizar a campanha de povoamento na região transmontana e iniciar um esboço de organização administrativa régia, que, gradualmente, levaria à instituição de quadros eclesiásticos, que deveremos apreciar em planos distintos.

2.1. Povoamento e organização social

Profundamente ocupado na actividade militar, D. Afonso Henriques não dispunha de tempo nem de condições que lhe permitissem desenvolver um plano de povoamento do território nacional. No entanto, a par do recurso ao apoio que pôde e soube encontrar no âmbito da clerezia diocesana, mas, sobretudo, monástica e nas ordens religiosas e militares, aprovou o conselho – se não mesmo o pedido – de Fernão Martins para outorgar a carta de foral a Freixo de Espada à Cinta⁵⁴, que, apesar de Alexandre Herculano a atribuir e fixar em 1152, é um pouco mais tardia, tendo-a Rui Pinto de Azevedo situado, criticamente, entre 1155 e 1157⁵⁵.

Dentro da opção metodológica, de acompanharmos as principais linhas do povoamento e da evolução da sociedade, no espaço transmontano que agora prende a nossa atenção, no século XII, Freixo de Espada à Cinta surge como a primeira localidade a receber carta de foral, na referida data crítica⁵⁶.

Do próprio texto consta que este foral foi outorgado por conselho ou, se preferirmos, sugestão ou iniciativa de Fernão Mendes e com o auxílio de Gonçalo de Sousa, e não *motu proprio* do nosso primeiro Rei, mas com a clara intenção de promover um melhor povoamento da localidade: – “*vobis homines*

⁵⁴ D. M. P. I, 1958: 309-313.

⁵⁵ D. M. P. I, 1958: 309-313.

⁵⁶ D. M. P. I, 1958: 309-313.

*de Fresno qui ibidem populatores estis sive illis qui veneri[n]t ad populandum facimus cartulam sicut et fecimus per scripturam et preceptum nostrum firmiter teneatis ut habeatis foro bono sicut habent alios homines cum meliores foros*⁵⁷. A fixação de população tão perto da fronteira e em local de passagem de pessoas e bens, entre os dois reinos vizinhos, não pode deixar de assumir um certo cariz de povoamento estratégico, conceito que temos alguma dificuldade em admitir, de forma generalizada, para zonas onde seria grave expor, à mercê do inimigo, populações indefesas.

É inviável comentar, exaustivamente, o teor deste foral, que tem como paradigma o de Salamanca, o mesmo acontecendo com muitos outros que teremos oportunidade de referir ao longo deste estudo, mas impõe-se registar a inequívoca manifestação de alteridade política com que D. Afonso Henriques constituiu este concelho e a dispensa de serviço militar, concedida aos homens de Freixo: *“Et vos homine de Fresno non faciatis fossado nec detis fossadeira pro que estis in fronteira”*⁵⁸. É que a situação de permanente vigilância em que, dada a proximidade da fronteira, tinham que viver justificava, plenamente, a dispensa da prestação de quaisquer outros auxílios esporádicos de natureza militar.

Além desta, outras cláusulas deste foral visavam atrair novos povoadores a este espaço de liberdade e de promoção social, quer através de medidas expressamente destinadas à protecção e dignificação dos cavaleiros vilãos, quer a favor de pessoas de condição inferior. Em relação às disposições atinentes aos cavaleiros vilãos, que, no seu conjunto, constituíam a cavalaria vilã, que podemos considerar como a “aristocracia” municipal, bastará salientar as pesadas sanções, taxativamente estabelecidas, de mil soldos contra quem matasse um cavaleiro vilão de Freixo, e de quinhentos soldos no caso de ofensa grave ou desonra, sendo metade para o ofendido e metade para o rei, e a equiparação, no foro judicial, do testemunho dos cavaleiro de Freixo ao do infanção de outras terras, sobrepondo-se também o do peão ao do qualquer outro cavaleiro de fora do concelho⁵⁹.

A preocupação de atrair e fixar em Freixo o maior números possível de povoadores está, igualmente, presente na liberdade oferecida a quantos, pretendendo escapar à alçada da justiça, independentemente da natureza do crime, incluindo o de homicídio e violentação de mulheres, aí viessem morar. Destas amplas facilidades era expressamente excluído quem se fizesse acompanhar de mulher alheia, que tivesse contraído o matrimónio canónico ou “casamento de bênçãos”⁶⁰.

Muitos outros privilégios concedeu o nosso primeiro monarca por este foral ao recém-criado concelho de Freixo de Espada à Cinta, convindo, no entanto,

⁵⁷ D. M. P. I, 1958: 309.

⁵⁸ D. M. P. I, 1958: 309.

⁵⁹ D. M. P. I, 1958: 309. *“Mando qui militem de Fresno occiderit pectet mil solidos. Et si eum desornaverrit pectet D solidos medios ad militem et medios ad palacio”. ...“Dono vobis foro quod stet cavaleiro de Freyxeno pro infanzon de alias terras in iudicio et in iuramento troncat super illos cavaleiros vilanos de alias terras in iudicio et in iuramento cum duos iuratores”.*

⁶⁰ D. M. P. I, 1958: 310.

adiantar que não se trata de privilégios outorgados em exclusivo a este município, pois, com algumas alterações meramente pontuais, encontram-se, em diversos concelhos da região, criados por forais que seguem o mesmo paradigma ou teor do foral de Salamanca.

A escolha para Freixo de um foral de tipo urbano não foi inocente, dado que a sua posição estratégica, junto à fronteira com Castela, havia de fazer desta localidade não só um local de defesa⁶¹, mas também um dos portos mais importantes nas ligações com o reino vizinho, de cujo movimento comercial dão expressivo testemunho os livros da alfândega, como na parte final deste estudo se demonstra⁶².

Poucos anos depois, em Dezembro de 1160, o nosso primeiro rei outorgou carta de foral à localidade de Mós, contígua à de Freixo, com o objectivo claro de que a sua elevação à categoria de concelho conduzisse ao povoamento do castelo de Mós: *“Ego rex Alfonsus do et concedo a vobis concilio de Molas ad popular illo castello qui vocatur Molas per foro de Salamanca, ut illos homines qui ibi populaverint habeant foros bonos quomodo habent homines qui bonos foros habent”*⁶³.

Além da necessidade de colonizar e desenvolver economicamente o jovem reino, apenas com algumas décadas de existência, é evidente a solicitude do monarca com a activação de estruturas militares defensivas, particularmente, daquelas que, estando relativamente próximas da fronteira, poderiam ser chamadas a cumprir as suas funções específicas. Mós, apesar de não estar directamente sobre a linha da fronteira, estava relativamente perto e a sua activação era indispensável até para reforço e apoio de Freixo. Por isso, no foral, não há qualquer limitação ao número de povoadores que aí se quisessem fixar, independentemente dos motivos subjacentes à sua transferência para este novo espaço de liberdade que os acolhia, com excepção daquele que se fizesse acompanhar por mulher alheia, vinculada a outro por casamento canónico solene ou “de bênçãos”, nem faltavam terras para lhes conceder.

Além da liberdade, como estímulo atractivo, proporcionava-se a quantos aí se fixassem, regalias iguais às usufruídas pelos melhores privilegiados, do mesmo nível, em todo o Reino, sem esquecermos as medidas tendentes à dignificação da cavalaria vilã e da peonagem, descrita a propósito do foral de Freixo. Este, como os restantes forais que seguem o modelo de Salamanca, condensa também algumas disposições de carácter social, como a dispensa de os cavaleiros e viúvas darem aposentadoria, impendendo tal obrigação apenas

⁶¹ Neste sentido, embora bastante mais tardia, é bem explícita a fundamentação da doação que D. Sancho II fez da aldeia de Alva ao concelho de Freixo de Espada à Cinta, em 25 de Agosto de 1236: *“... Sciatis que ego do vobis Alviam pro vestra aldeia pro lealde et fidelitate quam fecistis et mando vobis quod custodiatis inde bene ipsam terrem et ipsum portum et non leixetis ibi morari aliquem hominem de illis qui ibi erant quando infans domnus A(lfonsusus) eam filiavi unde aliud non faciat. Datum apud Colimbriam VIII kalendas Septembris E.ª M.ª CCª LXX.ª IIII.ª”*.

⁶² PINTO; CASTRO, 1998: 95-108.

⁶³ D. M. P. I, 1958: 363-366.

sobre os peões, contanto que lhes fosse requerida pelo alcaides e nunca por mais de três dias. Na mesma linha se integra a isenção do pagamento de foro pelas viúvas que não tivessem consigo um filho de, pelo menos, quinze anos, que pudesse contribuir para o sustento do lar⁶⁴.

A par do desejo de rápido povoamento desta região pela fixação de pessoas vindas de outras terras, já que pela via da natalidade tudo seria muito lento, temos de reconhecer que andava também a vontade de um certo “ordenamento” territorial, traduzido na delimitação dos concelhos, por vezes bastante minuciosa, como acontece com este de Mós⁶⁵, a ponto de, ainda hoje, ser possível definir-lhe os seus verdadeiros contornos e acompanhar os reajustamentos sofridos posteriormente⁶⁶. Embora o termo “ordenamento” aqui se apresente com um conteúdo muito diferente do que lhe é atribuído na actualidade, não podemos menosprezar esta realidade organizacional incipiente, aliás, necessária para a correcta recolha das mais diversas prestações materiais pelos seus legítimos titulares, tal como, no âmbito eclesiástico, isso mesmo se impunha, em função da percepção dos vários tributos e rendas e do adequado exercício da jurisdição, confinada aos limites territoriais das respectivas paróquias.

Quase vinte anos depois, em 11 de Abril de 1182, prosseguia a concretização da política régia de povoamento desta faixa transmontana da margem direita do rio Douro, com a outorga do foral de Urros, vindo a propósito observar, por contraste com o que tinha acontecido em relação a Freixo, que D. Afonso Henriques faz questão de acentuar que os moradores que estavam em Urros, à data da concessão do foral, seus primeiros destinatários e beneficiários, aí se encontravam por sua ordem: — *“Ego rex A[lfonsus] Portucalensis una cum filiis meis et qui exierit de me vos homines de Orrio qui ibidem populatorem estis per mandatum meum morandi faciendi sive qui venerit ad populandum facimus vobis, cartulam et fecimus...”*⁶⁷, denotando uma clara mudança de atitude, se confrontada com a referida, quase vinte e cinco anos antes, acerca de Freixo de Espada à Cinta.

Estamos perante mais uma carta foralenga semelhante às referidas anteriormente, valendo a pena, no entanto, verificar que se vai ampliando o número de beneficiários de alguns privilégios, como o da isenção da aposentadoria, que aqui é extensiva aos cavaleiros, alcaides e abades, isto é, aos párcos⁶⁸, surgindo também uma cláusula de protecção aos clérigos, incorrendo o transgressor na multa de quinhentos soldos e de uma mealha de ouro⁶⁹, chegando-se, mesmo, ao ponto de determinar em que condições os clérigos podiam conservar as suas casas e quem seriam os seus sucessores, no caso de falecerem *ab intestato*, isto é, sem testamento⁷⁰.

⁶⁴ D. M. P. I, 1958: 364.

⁶⁵ D. M. P. I, 1958: 365.

⁶⁶ MARQUES, 1985: 11-12.

⁶⁷ D. M. P. I, 1958: 462-466.

⁶⁸ D. M. P. I, 1958: 464.

⁶⁹ D. M. P. I, 1958: 464: *“Et qui percusserit presbiter pectet D. solidos et una menaga de ouro”*.

⁷⁰ D. M. P. I, 1958: 464: *“Et qui percusserit presbiter pectet D. solidos et una menaga de ouro”*.

Se a menção destes três forais, datados da segunda metade do século XII, nos ajuda a compreender a preocupação de D. Afonso Henriques com o povoamento e o início da organização deste reduto transmuntano, contornado pelo rio Douro, não esqueçamos que o nosso objectivo continua a ser integrar a terra da Vilarça, já documentada como paróquia no século VI, na realidade histórica e social da Idade Média portuguesa, como meta para chegar a Moncorvo, que, embora com a sede implantada noutro ponto geográfico diferente, continuou a usufruir dos contornos estabelecidos à Vilarça, como a leitura dos respectivos forais revela.

O foral da Vilarça ficou a dever-se a D. Sancho II, que o outorgou, em 6 de Junho de 1225⁷¹, dando origem ao concelho de Santa Cruz da Vilarça, cuja sede aí permaneceu até que D. Dinis a transferiu para Moncorvo, por carta de foral, outorgada, em Lisboa, em 12 de Abril de 1285. Convém, por isso, observar, desde já, que, embora diplomaticamente se trate de dois forais, como os três anteriores, elaborados segundo o paradigma de Salamanca, na prática, podemos dizer que se trata do mesmo foral, com as inevitáveis alterações, essencialmente, restringidas à substituição do nome *Vilarça* por *Moncorvo*, e a ligeiras alterações de cunho literário, patentes na actualização de alguns termos arcaicos ou que assinalam já o máximo grau de evolução fonética por formas do latim tabeliônico, susceptíveis de induzirem o leitor menos preparado a considerá-los diferentes. Atentas estas duas diferenças, podemos dizer que o foral de Moncorvo de 1285⁷² não passa de uma cópia actualizada do da Vilarça de 1225, realidade confirmada também pela posição na estrutura do texto da descrição dos mesmos limites nas duas cartas de foral e pelas notas apostas no verso do pergaminho, numa das quais consta textualmente: “*Tralado do foro da Torre de Moom Corvo. Da Torre de Mencorvo*”, a que acresce a omissão dos confirmantes, que no da Vilarça estavam distribuídos em duas colunas.

Acerca deste foral, que, além de ser cópia do da Vilarça segue, como os anteriores, o de Salamanca, deveremos evocar mais algumas medidas de carácter social, que marcam bem as diferenças entre os grupos sociais dentro destes municípios e sua equiparação aos estratos imediatamente superiores na hierarquia social de fora do concelho, com insistência particular nos casos da Vilarça-Moncorvo, bastando salientar a valorização comparativa dos testemunhos dos cavaleiros vilãos destes municípios aos dos infanções de outras terras e, da mesma forma, os dos seus peões aos dos cavaleiros vilãos de fora dos concelhos.

Quanto aos forais da Vilarça-Moncorvo, além das observações feitas em relação a cada um dos anteriores, embora sem preocupações de uma análise exaustiva, cremos oportuno evidenciar a protecção social, em certas condições, neles concedidas a algumas mulheres. Assim, além de a viúva que não tivesse consigo um filho de pelo menos quinze anos, que lhe concedidas assegurasse o sustento, ser dispensada de pagar os encargos concelhios, o mesmo acontecia com a mulher órfã, até casar. Idêntico intuito protector está patente na pena de 300 soldos a pagar por quem

⁷¹ BERNARDINO, 2003: 205-2011.

⁷² ABREU, 1999: 141-144. Ver também FERNANDES, 2001: 415-470.

batesse em mulher alheia, sendo a 7.^a parte para as autoridades e o que sobrasse para o marido. Havia, contudo, uma situação de profunda desigualdade entre marido e esposa, em situações idênticas, pois, se o marido deixasse a mulher, pagaria um dinheiro, mas se a mulher abandonasse o marido, pagaria trinta morabitanos.

Estes, como os outros forais mencionados, contêm um conjunto de minuciosas disposições sobre questões do foro civil e criminal, que ajudariam a resolver eventuais transgressões nesses domínios. Uma dessas cláusulas pretendia garantir a inviolabilidade do domicílio, assim formulada: - “*Et qui vicinum occiderit et in suam domum fugierit qui post illum intraverit et ibi eum mactaverit pectet CCC solidos*”. Este importante instituto jurídico, que viria a perdurar na nossa legislação – a “domus disrupta” – mereceu a atenção de Luís de Valdeavellano no estudo apresentado numa das sessões do Congresso do Mundo Português, em 1940⁷³.

As breves amostras apresentadas ao longo desta exposição bem poderão estimular o desejo de submeter este foral a uma análise crítica, susceptível de, mesmo pela negativa, projectar alguma luz sobre as contingências da sociedade medieval portuguesa, nesta zona transmontana.

O confronto entre as duas versões deste foral (Vilariça-Moncorvo) permite um interessante estudo da carácter linguístico, que não resistimos a enunciar, a fim de assinalar o forte arcaísmo patente no da Vilariça, em contraste com a recuperação operada, no de Moncorvo, quer no original saído da *chancelaria régia*, quer no traslado feito por João Fernandes, tabelião público, que o concluiu, na Torre de Moncorvo, em 23 de Setembro de 1288:

Quadro 5 – Amostra comparativa das versões dos forais da Vilariça e de Moncorvo

Foral da Vilariça (1225)	Foral de Moncorvo (1285)
Vobis homines de Sancta Cruce qui ibidem <i>populatores estis per mandatum meum morandi sive qui venerint ad populandum</i> . Facio cartam	Facimus cartam de foro vobis <i>populatoribus</i> de Turre Menendi Corvi tam presentibus quam futuris et forum tale est
A pena por homicídio, seria aplicada: per concilio et per manu de iudice	Per concilium et per manum iudicis
No caso de rapto de alguma jovem, além do pagamento de 39 morabitanos: <i>exeat omistero</i> (= homicida)	... <i>exeat homiciarius</i>
Mando qui militem de Sancta Cruce occiderit pectet mille solidos ad palacium. Et per istum pignorem	Mandamus quod qui militem... et pro isto pignorent sine totis calumniis.
Et dono vobis foro que stet cavaleiro ⁷⁴ de Sancta Cruce <i>pro infanson</i> de alias terras in iudicio et in iuramento ⁷⁵	Et damus vobis pro foro quod stet milites de ipsa villa pro <i>infancium</i> de aliis terris in iudicio et in iuramento et vincat super illis cum duobus iuratoribus

(continua)

⁷³ VALDEAVELLANO, 1940: 507-523.

⁷⁴ Em 1225, o termo *cavaleiro* era de uso corrente, mas em 1285, a *Chancelaria régia* volta a empregar o termo “*miles*”.

⁷⁵ Disposição orientada no sentido de valorizar a cavalaria vilã.

Quadro 5 – Amostra comparativa das versões dos forais da Vilarça e de Moncorvo
(continuação)

Foral da Vilarça (1225)	Foral de Moncorvo (1285)
Cavaleiro <i>qui suo cavalo de cela morir</i> aut mulier obierit..	<i>Miles cui suus caballus de sella mortuus fuerit</i> aut mulier obierit aut aliam duxerit non faciat postea nec fazendeiram usque annum
Et qui vicino occiderit in sua <i>casa</i> ⁷⁶ fugierit ⁷⁷	Et qui vicinum occiderit et in sua <i>domum</i> fugierit qui post illum intraverit et ibi eum mactaverit peccet CCC solidos
A quem demandarem que <i>omem matou a traysom</i> lide est si caer peccet mille morabitanos...	Qui fuerit demandatus <i>per racionem hominis quod mactaverit ad traicionem</i> lidet et si occiderit peccet morabitanos...
... et nostros alcaldes judicent de sol a sol ⁷⁸ et si baraliant duos vicinos et vener illo alcalde e diser incauto vos que non baraledes e <i>non se calarem</i> ⁷⁹ peccent I morabitanum <al> alcalde	Et vestri iudices iudicent per totum diem. Et si <i>litigaverint</i> duo vicini et venerit iudex et dixerit incauto vos quod non litigetis non <i>tacuerint</i> et peccet unum morabitano iudici

Pelas amostras patenteadas neste breve confronto, é evidente o arcaísmo do teor do foral de 1225, que, por sua vez, assinala a evolução do latim popular para o português, presente, inclusive, na *Chancelaria* de D. Sancho II.

Além disso, impõe-se recordar que tendo sido transferida a sede do concelho da Vilarça para Moncorvo – possivelmente, por razões de salubridade – os limites conservaram-se os mesmos, tendo a sua importância crescido no contexto do desenvolvimento que se foi verificando noutras paragens do nordeste trasmontano, como mais abaixo se documenta.

Fazendo uma leitura cartográfica do espaço ocupado por estes quatro concelhos – já que Vilarça e Moncorvo são o mesmo, apenas mencionados em sucessão –, a cujos forais nos referimos, sumariamente, podemos concluir que o povoamento desta faixa que bordeja a fronteira internacional do Douro, na sua forma mais estável e consolidada mediante a criação de concelhos, se iniciou no reinado de D. Afonso Henriques, precisamente a partir do Douro para cima. Era, pode dizer-se, a implementação nestas paragens das primeiras manifestações da política de povoamento do Reino, que tinha ainda um longo caminho a percorrer.

Neste moroso processo de povoamento do Reino, convergiram muitos factores, tendo os particulares exercido uma influência muito significativa, embora com o consentimento, liberalidade e autorização régia, que muitas vezes concediam parcelas de território a particulares individuais ou associados em grupo. Também no território delimitado para o presente estudo deparamos

⁷⁶ Repare-se que a forma “*casa*”, de 1225, em 1285, é vertida por “*domum*”.

⁷⁷ Cláusula destinada a garantir a inviolabilidade do domicílio ou a “*domus disrupta*”.

⁷⁸ A expressão “*de sol a sol*”, utilizada em 1225, foi traduzida, em 1285, “*per totum diem*”.

⁷⁹ Finalmente, a “*non se calarem*” é traduzida, de forma mais erudita, por “*non tacuerint*”.

com a intervenção activa de do cavaleiro Pedro Martins, chamado *Tio*, ligado ao Rei, que, em Julho de 1172, lhe doou o reguengo de Atenor e Palaçoulo, até então, sob o domínio do castelo de Algoso, para proceder ao seu povoamento sistemático. Do teor do documento consta que esta doação se destinou a recompensar serviço prestado ao monarca pelo donatário, o cavaleiro Pedro Martins, e como penhor de ulteriores serviços. O Rei *Conquistador* determinava, no entanto, que os povoadores deviam morar em Atenor e trabalhar os dois pólos deste reguengo – Atenor e Palaçoulo –, podendo criar vilas rústicas e casas de morada onde quisessem, excepto no Outeiro de Palaçoulo⁸⁰.

Em ordem a este estudo registamos apenas estas situações de povoamento na segunda metade do século XII e, no século XIII, os casos da Vilarça, prolongado em Moncorvo, mas a problemática do povoamento transmontano está largamente representada também nas chancelarias de D. Sancho II (*reconstituída*), D. Afonso III e D. Dinis, como tivemos oportunidade de documentar noutras situações, tendo assinalado, com ênfase particular, a vertente de estratégia defensiva do território nacional, com que foram instituídas diversas povóas⁸¹ e outorgadas numerosas cartas de foral, dispersas em território transmontano, com especial incidência nas proximidades da fronteira⁸².

Em ordem a acentuarmos a preocupação de D. Dinis pelo povoamento e a organização administrativa do nordeste transmontano, poderemos acrescentar que, pouco antes de outorgar o foral de Moncorvo, estando em Coimbra, no dia 11 de Janeiro de 1284, concedeu carta de foral, segundo o foro da Vilarça, à Veiga de Santa Maria, considerada também como localidade fronteiriça, de acordo com esta passagem do seu clausulado: “*Judex de vestro concilio et vos homines de terra de Sancte Marie non faciatis fossatum nec detis fossaturam quia estis in frontaria, ergo si venerint mauri aut Mali christiani ad terram scorrelos ad posse et tornent se ipsa die as suas casas. Et non intret ibi nuncius nec manaria de nullo homine per forum de Veyga Sancte Marie*”. De acordo com o clausulado do paradigma – Vilarça –, a importância deste foral volta a surgir nas penas estabelecidas pela morte ou ferimentos graves de algum cavaleiro e na posição atribuída aos cavaleiros vilãos e aos próprios peões, na relação com os infanções e cavaleiros de outras terras⁸³.

Prosseguindo esse mesmo projecto, em 18 de Dezembro de 1286, outorgou o foral de Miranda, que passava a sede administrativa e se regia pelo foro de Mogadouro, dispensando-os do foro anual durante os quatro anos seguintes, definindo-lhe, perfeitamente, o limites do respectivo termo⁸⁴. E em 1284, concedeu Lagoaça a catorze povoadores, dando-lhes o foro de Mogadouro: “*faço saber que eu dou a XIII pobradores o meu villar que he em terra de Miranda*

⁸⁰ D. M. P. I, 1958: 410-411.

⁸¹ MARQUES, 1995: 220; MARQUES, 1998: 533-535.

⁸² MARQUES, 2003: 19-59.

⁸³ A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, liv. I, fls. 88-89v.

⁸⁴ A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, liv. I, fl. 189.

que he chamado Lagoaça que o pobrem aa tal preyto que façam foro e vizi-nhança assy como he contheudo en o foro de Mogadouro” –, definindo-lhe os respectivos limites, que chegavam a Bruçô, ao Douro e a Freixo, passando também “pela cabeça do forno telheiro”⁸⁵.

As manifestações da atenção do monarca para com a região transmontana continuaram ao conceder foral a Vale de Prados, segundo o foro de Bragança, em 9 de Agosto de 1287⁸⁶, e, em 20 de Julho de 1289, aos concelhos de Gostei e da Castanheira, ficando claramente expresso que se tratava de elevar à condição de concelhos estas duas localidades: “... faço saber que eu dou e outorgo a foro pêra todo sempre a vos joyzes e concelho de Gostey e da Castanheyra e a todos vossos socessores essas aldeyas com todos seus termos novos e velhos”. E para que não houvesse dúvidas desta nova condição que assumiam, acrescentou: “E devedes seer concelho per vos e meter vossos joyzes jurados cada ano por dia de Pascoa”⁸⁷.

Demorámo-nos em aspectos do povoamento – intrinsecamente ligados à história de Trás-os-Montes –, a partir da sucessiva outorga de forais às localidades mais importantes ou estrategicamente melhor posicionadas deste recanto do sudeste transmontano, em parte, envolvido pelo Douro, tão ligado ao quotidiano destas populações.

Observámos que nos deixámos conduzir pela série de forais, outorgados com o intuito de fixar moradores nesta zona, em contraste com as cartas de povoamento concedidas a diversas localidades da zona nordestina, mas não deixaremos de oferecer, mais à frente, outras informações, relativas à vida social destas comunidades.

Ao longo do percurso feito através dos forais analisados, não deparámos com orientações específicas, relativas à estrutura ou composição das vereações municipais, que terão seguido a linha tradicional, vigente nesta fase da maior liberdade e autonomia do municipalismo português, que foi o século XIII. Com efeito, embora nos últimos anos do governo de D. Dinis já se detectem diversas iniciativas de intervenção do poder régio na vida municipal, concretamente, exigindo que os juízes prestassem previamente juramento na sua *Chancelaria* e aí levantassem a *carta de juiz*⁸⁸, foi a partir da publicação dos *Regimentos dos Corregedores* por D. Afonso IV, de 1332 e 1340⁸⁹, que se assistiu a um progressivo cerceamento das liberdades e a um maior controlo da actividade municipal, tendo sido fixado o número de juízes e vereadores, conforme os casos, bem como a exigência da existência de livros de actas das vereações e de outros actos e da própria casa da Câmara, etc.⁹⁰. O estrangulamento da autonomia e liberdade municipal continuou com a *ordenação dos pelouros*, promulgada por

⁸⁵ A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, liv. I, fl. 166.

⁸⁶ A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, liv. I, fls. 206v-207.

⁸⁷ A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, liv. I, fl. 261.

⁸⁸ A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, liv. 3, fl.43. Ver MARQUES, 2008: 219.

⁸⁹ CAETANO, Marcello 1951: 151 e 174.

⁹⁰ CAETANO, Marcello, 1951: 151-157 e 149-174.

D. João I, em 12 de Junho de 1391, a fim de pôr termos à constituição de bandos e à violência, frequentes por ocasião das eleições municipais⁹¹, com a promulgação e entrada em vigor das *Ordenações Afonsinas*, vindo a completar-se com a concretização da *reforma dos forais* e, finalmente, com a entrada em vigor das *Ordenações Manuelinas*.

Em relação a Moncorvo, apesar da falta de livros das vereações para o período medieval, através dos elementos dispersos recolhidos há mais de cinquenta anos e recentemente divulgados⁹², é possível fazer uma aproximação a esta problemática, delineando, não só a estrutura das magistraturas e da oficialidade municipal, mas também as tentativas desenvolvidas pelos responsáveis por este município no sentido de travar os abusos praticados pelos meirinhos, corregedores e alcaides das sacas. No activo das sucessivas vereações de Torre de Moncorvo, impõe-se averbar também as iniciativas relativas à confirmação dos privilégios constantes dos forais e o relacionamento com os órgãos do poder central quanto à participação nas despesas da Coroa. Mais que isso, a publicação de cerca de quatro dezenas de documentos do Arquivo Municipal permite ampliar os conhecimentos das múltiplas relações deste município com outros concelhos e comunidades limítrofes, merecendo referência especial o contributo fornecido pela documentação régia e pelos capítulos de cortes, incluídos neste conjunto⁹³.

2.2. Reflexos demográficos nas estruturas eclesiásticas do sudeste transmontano

Chamámos a atenção para a referência mais remota à Vilariça e a outras paróquias do período suevo, que na fase da Reconquista viriam a ser designadas como *terras*, lentamente transformadas em *concelhos* e, à medida que a população crescia e o povoamento se intensificava, foram dando lugar a uma vasta rede paroquial.

Abordando este problema, temos de ter presente também toda a evolução demográfica e as suas vicissitudes, porque também aí deparamos com uma estreita articulação entre as instituições administrativas políticas e eclesiásticas, em que as situações demográfica e económica surgem numa correlação, que, se não é totalmente perfeita, pelo menos, no sentir comum das instituições responsáveis é aceitável, ao nível paroquial.

Para a região transmontana, faltam-nos informações idênticas às fornecidas pelos célebres *censuais* de Braga, para o entre Lima e Ave e para Guimarães e Montelongo, que devem ter existido, mas se terão perdido, de tal forma que não sobreviveu qualquer vestígio. D. Pedro, primeiro bispo da diocese de Braga,

⁹¹ BASTO, s/d: 235-236. Ver também MORENO, 1986: 39-40.

⁹² RODRIGUES, 2007.

⁹³ RODRIGUES, 2007: 75-145.

restaurada em 1071, que procedeu à elaboração dos *censuais* conhecidos, a fim de por eles assegurar à Sé de Braga, provavelmente, antes da sua dedicação ou sagração, em 28 de Agosto de 1089, pelo Bispo Bernardo de Toledo, primaz das Espanhas e legado pontifício, as rendas necessárias à sua conservação e manutenção do culto, terá mandado organizar também a parte do *censual*, respeitante à zona transmontana. Se tivesse chegado até nós, constituiria um instrumento precioso para se conhecer a real dimensão da organização eclesiástica nesta vasta área da diocese de Braga e um extraordinário elemento de referência para muitos outros estudos.

Na sua falta, socorremo-nos do contributo das *inquirições* de 1258, para conhecermos a rede paroquial, ao tempo existente nesta e noutras regiões transmontanas – onde também não se efectuaram as *inquirições* de 1220 – bem como o crescimento de paróquias, registado entre 1258 e a elaboração do *Catálogo ou livro das igrejas*, de 1320-1321 e as *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, do século XV.

Quer isto dizer que os quadros elaborados a partir destas fontes nos ajudarão a termos uma ideia bastante segura da organização paroquial, expressa em cada um deles. Como fica sugerido, não se trata de um estudo exaustivo, incomportável na presente investigação, mas suficiente para revelar a complexidade da sociedade medieval e da sua organização nesta região.

Assim, a partir dos elementos fornecidos pelas *inquirições de 1258*, além da divisão administrativa em *judgados*⁹⁴ e das *paróquias (collationes)* integradas em cada um deles, podemos abordar também o complexo regime de padroado vigente, aplicável em cada uma destas paróquias, mercê de circunstâncias diversas, que a análise do registo das *inquirições* ajudará a compreender.

Se, porém, fixarmos a atenção nas informações constantes do *Catálogo das igrejas de 1320/21*, ficaremos a conhecer, em termos aproximados, os rendimentos destas paróquias ou *igrejas*, sem perdermos de vista que 1/3 dos mesmos se destinava à Coroa. Por sua vez, das *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, que, na sua riqueza, nos permitem acompanhar a acção governativa deste prelado, numa fase de profunda crise eclesial, agravada pela recessão demográfica, é possível apurar alguns aspectos relativos aos padroados e ao aparecimento de novas unidades paroquiais.

Tendo presentes estes esclarecimentos, necessariamente sumários, passe-mos à leitura do primeiro quadro, elaborado a partir das *Inquirições* de 1258.

⁹⁴ A divisão de *terras* em *judgados* denota um avanço na divisão e estruturação administrativa régia, face às *terras* eclesiásticas, existentes e seguidas pelos inquiridores de 1220, pois não dispunham de outra divisão de que se pudessem socorrer.

Quadro 6 – Divisão administrativa civil, paróquias e padroados, segundo as *Inquirições* de 1258

Julgados	Paróquias	Padroeiros	Inquirições (páginas)
Ansiães	S. Salvador de Ansiães S. João de Ansiães S. Miguel de Linhares ⁹⁵	Concelho Moradores Moradores	1272
Vilarinho (da Castanheira)	Vilarinho	Concelho	1273
Santa Cruz da Vilarça	Santa Cruz da Vilarça S. Tiago de Lodões S. Tiago da Junqueira da Vilarça	Concelho Moradores e Concelho Moradores	1276
Mós	Santa Maria de Mós	Concelho	1277
Urros	Santo Apolinário	Concelho	
Freixo	Santa Maria de Freixo de Espada à Cinta	Concelho	1278
	Santa Marinha	Rico-homem	1268
Mirandela e Ledra	S. Miguel de Vilar de Ledra	Concelho	1268
	Santa Maria de Feixiel	Ordem do Hospital	1268
	S. Mamede de Guido	Gonçalo Nunes e irmãos	1268
	S. João de Sesulfe	Mosteiro de Castro de Avelãs	1269
	S. Pedro Velho (estava vaga)	Ordem do Hospital	1269
	Santa Maria de Nozelos	Os foreiros	1270
	S. Nicolau de Ponte do Monte	Cavaleiro de Bragança	1270
	Santa Maria de Mascarenhas	Eilhos de Estêvão Rodrigues, que a povoou e fez a igreja	1270
S. Nicolau dos Cortiços	Filhos de Afonso Mendes de Bornes e o Mosteiro de Moreruella	1270	
S. Miguel de Cernadela	Filhos de Afonso Mendes de Bornes e o Mosteiro de Moreruella	1271	

Procurando ampliar um pouco as informações que o espaço do quadro não comporta, convém esclarecer que, em 1258, se verifica a divisão das antigas *terras* eclesiásticas, de que os inquiridores de 1220, na falta de outra divisão, se serviram, em *judgados* muito mais reduzidos, que, sob o ponto de vista civil, permitiam melhor controlo na recolha dos direitos reais e mais eficácia na administração da justiça, incluindo também um menor número de paróquias.

Em relação a Torre de Moncorvo, sabemos que, apesar de, então, possuir uma igreja, não tinha autonomia, pois estava anexa à da Vilarça. Sobre o assunto, as *inquirições* deixaram-nos esta preciosa informação: “*Dominus Salvator de Turre de Menedo Corvo iuratus et interrogatus dixit quod scit quod in ipsa Turre de Menendo Corvo stat una ecclesia et est sufragaya de ecclesia de Sancta Cruce et scit quod ipsa ecclesia de Turre de Menendo Corvo tenent hereditatem forariam de ipsa villa quam sibi mandaverunt homines de ipsa*

⁹⁵ Ligada a S. Salvador de Ansiães.

villa pro suis animis in tempore Regis Domni S[ancii] fratris istius et de suis antecessoribus et non facit inde fórum sed faciunt inde fórum illi qui remanuerunt in erancia hereditatum predictae ecclesie”⁹⁶.

Quanto a Santa Maria de Mós, é interessante registar que um terço das dízi-mas da igreja se destinava à construção do castelo local, como declarou o juiz, Domingos Pires⁹⁷.

Por sua vez, em Santo Apolinário de Urros, no julgado do mesmo nome, o próprio pároco, João Eanes, declarou que o direito de apresentação, por costume, pertencia à população desta vila, digamos, ao concelho, e que os rendimentos da igreja eram divididos em três partes iguais, destinadas, respectivamente, à construção do castelo, ao pároco e ao arcebispo de Braga⁹⁸.

Em diversos casos, consta, expressamente, que o direito de apresentação pertence ao concelho, mas, noutras situações, as *inquirições* afirmam apenas: “*et homines de ipsa villa abbadant ipsam ecclesiam quia sic habent de consuetudine*”, não sendo possível afirmar que se trata de padroado concelhio, pelo que condensámos o conteúdo desta expressão no termo *moradores*, mais adequado.

A leitura da coluna reservada aos padroeiros introduz o tema da complexidade dos padroados: régios, municipais, monásticos, de ordens religiosas e militares, de particulares leigos e até de co-padroados, aspectos que não se podem desligar, em muitos casos, do próprio processo de povoamento de muitas destas localidades.

Outras considerações se poderiam fazer, mas estas bastam acentuar a riqueza de aspectos da história medieval destas terras transmontanas, que será necessário.

Em contraste com a relativa simplicidade do Quadro 2, construído, essencialmente, a partir da divisão civil presente nas *inquirições* de 1258, determinadas por D. Afonso III, o Quadro 3 foi elaborado com base em duas fontes eclesiásticas: o *Catálogo das igrejas de 1320-1321*⁹⁹, organizado para se proceder à recolha das terças das igrejas, autorizada pelo Papa a pedido de D. Dinis, e elementos fornecidos pelo livro das *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, relativas ao período de finais de 1423 a 1468.

Quanto ao encabeçamento deste quadro, esclarecemos que as colunas relativas às *paróquias* e *taxas*, subordinadas à designação *Catálogo das igrejas de 1320-1321*, dela dependem efectivamente, mas o conteúdo da coluna dos *padroados*, por comodidade, colocada sob a mesma designação, foi recolhido, maioritariamente, das *Confirmações de D. Fernando da Guerra*¹⁰⁰, do século

⁹⁶ *Inquisitiones*, vol. I, p. 1275.

⁹⁷ *Inquisitiones*, vol. I, p. 1277 – “*et dixit magis quod consilium de ipsa villa levant terciam de decimie de ipsa ecclesia pro ad faciendum castellum de ipsa villa de Moss*”

⁹⁸ *Inquisitiones*, vol. I, p. 1277 – “*et villa est incartata et homines de ipsa villa abadant ipsam ecclesiam quia sic abadant de consuetudine et dixit quod scit quod concilium de ipsa villa levant terciam de decimis de ipsa villa pro ad faciendum suum castellum et clericus qui teneat ecclesiam levant aliam terciam et archiepiscopus vracarensis levant aliam terciam*”.

⁹⁹ ALMEIDA, 1971: 110-112.

¹⁰⁰ A. D. B., *Registo geral*, n.º 329.

XV, tendo incorporado também alguns dados das *inquirições* de 1258. Por sua vez, na coluna subordinada às *Confirmações* do século XV, além da indicação de que, em geral, se trata de paróquias anteriormente existentes, incluem-se algumas variantes e informações, que não teriam lugar mais adequado.

Feitas estas observações, passemos à sua leitura.

Quadro 7 – Paróquias, taxas e padroados, segundo o Catálogo das igrejas (1320-21) e as Confirmações de D. Fernando da Guerra (século XV)

Paróquias	Padroados	Taxas	Paróquias
S. Salvador de Ansiães	Concelho	350	X_ Arcebispo _ Conde ¹⁰¹
S. Lourenço de Vale Frechoso		90	X Arcebispo
Sta. M. ^a de Vilarinho da Castanheira		400	Sta. Maria da Terra. de Moncorvo (priorado)
Santa Cruz	Concelho	240	
S. Tiago da Torre de Moncorvo	Rei	560	Rei = (padroeiro)
S. Tiago de Idanha (<i>Adeganha</i>)		250	
S. João de Ansiães	?	150	X
A igreja de Freixel	O. do Hospital	-	
A igreja de Ledões	Concelho	20	
A igreja de Roios da O. do Hosp.	O. do Hospital	-	
A vigararia de Sta. Comba de Frades, de Bouro	Arcebispo	10	Sta. Comba de Vales
A igreja de S. Miguel de Linhares	Concelho	200	
A igreja de S. Bartolomeu de Vila Flor	?	550	
A igreja de S. Pedro de Alfândega	Rei	150	X
S. Tiago de Junqueira da Terra de Santa Cruz da Vilariga	Concelho		
Terra de Lampaças			
Vareces		10	S. Miguel de Vanreses
Santa Maria de Sambade	Rei ou o Arcebispo?	135	X
	Concelho e homens bons da vila		Capela de Sta. M. ^a de Castelo Branco ¹⁰²
Sta. Maria de Crasto Roupal	Padroeiros	300	X
Sta. Marinha (Maria) de Talhinhas	Rei		X

(continua)

¹⁰¹ Metade do padroado era do Conde da Vila de Ansiães. A outra metade era do Arcebispo, que para ela nomeou, “*iure devoluto*”, em 11.6.1430, Fernando Afonso. Depois deixou de se falar do Conde.

Quadro 7 – Paróquias, taxas e padroados, segundo o Catálogo das igrejas (1320-21) e as Confirmações de D. Fernando da Guerra (século XV) (continuação)

Paróquias	Padroados	Taxas	Paróquias
S. Miguel de Talhas		30	
S. João de Nogueira	Arcebispo	70	X
S. João da Freeira ou Frieira ¹⁰³	M°. de Castro de Avelãs		X
Sto. André de Morais (Morojães)	M°. de Castro de Avelãs	100	X
(S. Justo de) Calvelhe	Arcebispo	50	X
S. Martinho de Vilar do Monte	Arcebispo	18	X
Cerapicos		40	
Santa Maria de Cerzedo		30	
S. Vicente de Vilar da Porca	Arcebispo	50	X
Macedo do Mato	?	25	X
S. Pedro de Carção	Rei	30	X
Sta. Maria de Vale Bem-Feito	Rei / Duque ¹⁰⁴	25	X
Sta. Maria de Lamas	Rei / Arcebispo	30	X
S. Lourenço de Salselas	Arcebispo	50	X
S. Vicente de Freixedo		30	S. Vicente de Freixedelo
Sta. Maria de Podence	Arcebispo	50	X
(S. Pedro de) Tendas (Cendas)	?	30	X
Sta. Maria de Izeda ¹⁰⁵	Arcebispo (+Cabido)-cons	30	X
Sta. Comba de Chacim	Arcebispo	75	X
S.Mamede de Vila Verde (capelania perpétua)	Most°. de Pombeiro	?	X
Sta. Maria de Quintela de Vale do Paço	Arcediagado de <i>Baroncellhe</i>	150	X
S. Miguel de Vila Verde	Arcebispo	?	X
Sta.Maria de Parada e Sta. Cruz	Arcebispo	?	X
S. João de Crestelos	Arcebispo		X
S. Pedro de Macedo de Cavaleiros	Duque	30	

(continua)

¹⁰² Não consta em 1258.

¹⁰³ Ver o caso da desanexação – Ficha n.º 1406.

¹⁰⁴ Em 24.6.1456, ainda se aponta o Rei como hipotético padroeiro, mas em 26.1.1460 já é referido o Duque de Bragança como padroeiro.

¹⁰⁵ João Brás foi privado da paróquia ou igreja de Izeda por razão de certos excessos e crimes não especificados. Recorreu para Roma e ganhou, tendo ficado registado nas *Confirmações*: “...contrarium aparuit postea per executorialles apostolicas ita quia omnia ista per dominum archiepiscopum fuerunt postea revocata et reperta nulla per sedem apostolicam ad quam fuit per eundem dominum Iohannem apelatum...”. (*Conf.*, fl. 222v – 5).

Quadro 7 – Paróquias, taxas e padroados, segundo o Catálogo das igrejas (1320-21) e as Confirmações de D. Fernando da Guerra (século XV) (continuação)

Paróquias	Padroados	Taxas	Paróquias
S. Nicolau de Salsas	?	60	
S. Jerónimo de Vale de Prados	Arcebispo	50	X
Terra de Freixo			
Sta. Maria de Mós ¹⁰⁶	Concelho	30	
S. Apolinário de Urros ¹⁰⁷ /S. Bartolomeu de Urros ¹⁰⁸	Concelho	200	
Alva	(Moradores)	10	X
S. Miguel de Freixo ¹⁰⁹	Concelho	630	X ¹¹⁰
Terra de Ledra			
Sta. Maria de Torre de Dona Chama		40	
Igreja de Mirandela		200	X
Sta. Cruz de Lamas de Orelhão		200	X
S. Miguel de Cernadela		10	
S. Nicolau dos Cortiços	Rei	40	X
S. Vicente de Alvites	?	?	X
Sta Eugénia (Ogenha) de Alha ¹¹¹	Arcebispo	120	X
Sta. Maria de Mascarenhas	Arcebispo	80	X
S. Tomé de Abambres ¹¹²		40	X
S. Nicolau de Vale de Telhas/ S. Bartolomeu	Arcebispo	40	X
Sta. Maria de Suções	Abade e Mosteiro de Pombeiro	60	X
Sta. Maria de Nozelos	Rei / Duque ¹¹³	120	X
S. Miguel de Vilar de Ledra		50	
S. Mamede de Guedo		70	

¹⁰⁶ Actualmente, sob a designação de *Nossa Senhora da Conceição*. Em 3.1.1258, das dízimas destinava-se à construção o castelo local.

¹⁰⁷ Em 1258, as dízimas dividiam-se assim: 1/3 castelo; 1/3 clérigos; 1/3 Arcebispo.

¹⁰⁸ De acordo com esta documentação, a mudança de orago de Sto. Apolinário para S. Bartolomeu terá ocorrido entre 1258 e 1320-1321, pois já figura no *Catálogo das igrejas*. Não confundir com Urrós, próximo de Mogadouro e da Bemposta, que é posterior e tem como orago Sta. Maria Madalena,

¹⁰⁹ Em 1258, as dízimas dividiam-se assim: 1/3 castelo; 1/3 clérigos; 1/3 Arcebispo.

¹¹⁰ Este sinal indica que se trata da mesma paróquia indicada na 1.^a coluna.

¹¹¹ Esteve vaga mais de dez anos.

¹¹² Esteve despovoada até 1438, ano em que foram para aí deslocados quatro fregueses: à medida que fosse aumentando a população deveriam ser servidos de missas e de sacramentos (*Conf.*, fl. 87-3).

¹¹³ Em 1438, o padroado era do Rei, mas, em 24.08.1454, a apresentação já era do Duque de Bragança.

Da análise deste quadro ressalta que a igreja mais abastada era a de Freixo de Espada à Cinta, taxada em 630 libras, a suportar pelas três entidades beneficiárias das suas rendas, mas, na terra da Vilarça, as mais abastadas e oneradas eram as de S. Tiago de Moncorvo, S. Bartolomeu de Vila Flor, Santa Maria da Castanheira e S. Salvador da Castanheira.

A impressão que fica é a de que em Lapaças e Ledra as taxas eram mais baixas, traduzindo também uma maior debilidade dos volumes patrimoniais e das rendas de cada uma das paróquias que as integravam.

Com esta descrição do sentido do crescimento demográfico e paroquial – sem, no entanto, esquecermos a longa fase depressionária, mormente, desde o segundo quartel do século XIV até aos meados do século XV – cuja leitura e análise ultrapassa quanto dissemos acerca do período áureo da fase de povoamento, coincidente com o século XIII e princípios do século XIV, passamos a ter uma visão mais alargada do que foi a vida das paróquias e a acção da Arquidiocese de Braga, na região contemplada nesta exposição, apesar dos graves efeitos inerentes ao trágico período de recessão demográfica, que bem conhecemos, através das citadas *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, de que os capítulos de Cortes e outras medidas régias se fizeram eco, aspectos susceptíveis de ampliação em novos capítulos.

3. O CASO DE MÓS DE MONCORVO

Ao longo desta exposição, mencionámos, diversas vezes, localidades relativamente próximas de Moncorvo, que, a partir da decisão dionisina de para aí transferir a sede do concelho, substituiu a anterior da Vilarça e passou a assumir uma função aglutinante em toda a região, apesar de os concelhos vizinhos conservarem a sua autonomia, sabendo-se, mesmo, que D. Dinis, em 18 de Dezembro de 1315, mandou delimitar Moncorvo e Mós, a fim de poderem viver em paz¹¹⁴.

Sabe-se também que, posteriormente, Moncorvo resistiu ao cerco que Henrique de Trastâmara lhe pôs durante a primeira guerra fernandina, pelo que D. Fernando, em compensação, lhe submeteu Mós e Vilarinho da Castanheira¹¹⁵, e que, em Janeiro de 1385, D. João I integrou Vila Nova de Foz Côa neste município, tendo procedido da mesma forma com Vilarinho da Castanheira, em Novembro desse mesmo ano¹¹⁶, e que em meados do século XVI teriam recuperado a autonomia.

Não podemos acompanhar, em pormenor, as vicissitudes destas comunidades, mas quanto a Mós, cremos que, se chegou a sentir o peso da autoridade municipal de Moncorvo, cedo dela se libertou, pois, em 1439, vivia, pacifica-

¹¹⁴ RODRIGUES, 1955: 42.

¹¹⁵ RODRIGUES, 1955: 53.

¹¹⁶ RODRIGUES, 1955: 54.

mente, a sua autonomia municipal, como se pode verificar pelo extenso auto notarial de prestação de contas da gestão do ano camarário de 1438-1439, encerrado no dia de S. João Baptista (24 de Junho), durante o qual as funções de juiz foram exercidas por Pêro Esteves *o-Moço*, e as de procurador estiveram a cargo de João Gonçalves *Carrasco*, auto elaborado na passagem de testemunho à nova vereação, para 1440, que teve como juiz Estêvão Gonçalves de Carviçais e como procurador Gonçalo Eanes das Vacas. É certo que não se trata de um livro de actas, no sentido estrito do termo, mas os pormenores nele contidos permitem reconstituir, nas suas linhas gerais, o essencial dos assuntos debatidos, das deliberações tomadas, das despesas pagas e até do património e rendimentos concelhios no citado ano transacto.

Tendo já publicado e estudado o referido texto, conservado no Arquivo Municipal de Moncorvo, bastará deixar aqui as suas linhas gerais, que ajudarão a caracterizar o contexto em que Moncorvo se viu integrado durante a Idade Média e, em particular, nos meados da centúria de *Quatrocentos*.

A vereação de Mós de Moncorvo, como pequeno concelho que era, correspondia às exigências estabelecidas por D. Afonso IV, nos *Regimentos dos Corregedores*, de 1332 e 1340, tendo os seguintes oficiais: juiz, procurador, vereador, escrivão, recebedor, andador, pregoeiro e homens bons, que, neste ano, eram oito.

Da gestão deste ano, podemos salientar a elaboração do inventário do património do concelho e respectivas rendas, as receitas, com a especificação das respectivas fontes de ingressos e seus montantes, bem como a totalidade das despesas.

Quanto às fontes de ingressos, que constituíam as receitas municipais, sabemos que a principal eram as rendas do património autárquico (3.793 reais brancos), seguida das entregas das verbas que o procurador e o ex-procurador tinham em seu poder, num total de 747 reais brancos, a que acrescia o resultado da arrematação das coimas, tendo o total sido de 4.560 reais brancos.

Por sua vez, as despesas ascenderam a 3.000 reais brancos e dois pretos, podendo adiantar que 54,4% das despesas, no total de 1.632 reais, foram motivadas e entraram na rubrica *deslocações*.

Em relação a esse ano, temos notícias de algumas despesas na igreja, originadas na aquisição de um *cadeado* para a pia baptismal, determinada na visitação do arcebispo, que era D. Fernando da Guerra, e na aquisição de corporais "*de boom lenço delgado*". E não se estranhe que tais despesas, embora de pouca monta, tenham corrido por conta do concelho, que detinha o padroado da igreja paroquial.

No plano de obras de interesse público, salienta-se o restauro do forno comunitário de Carviçais e o facto de ter sido tomado de aluguer, em Sobrados, um forno de Estêvão Gonçalves de Sobrados, para o colocar ao serviço da população.

Dispensamo-nos de referir as situações de contencioso em que o concelho se viu envolvido, quer para defender os seus direitos e liberdades, para obrigar o pároco a respeitar a *lei da residência*, etc., que no seu conjunto nos permitem

uma aproximação às realidades concretas das gentes deste município, vizinho de Moncorvo¹¹⁷.

Como dissemos, desviámo-nos, intencionalmente, dos aspectos centrados na vila medieval de Moncorvo, mas não queremos omitir uma referência ao mal-estar criado, em 1456, entre os moradores da cerca e os do arrabalde por causa da localização do mercado semanal, tendo as sucessivas representações apresentadas a D. Afonso V obrigado o monarca a tomar decisões contraditórias, até se chegar a uma decisão consensual, vindo a propósito recordar a importância determinante do judeu Junça Marcos, rendeiro principal do almoxarifado local, que observou que a exigência da sua realização dentro de muros, além de prejudicar as gentes do arrabalde, provocava uma quebra acentuada no volume dos direitos reais. Nessas condições, o monarca acabou por decidir que durante cinco meses o mercado se realizasse intramuros e nos restantes sete, no arrabalde, tendo posto, assim, termo à tensão entre os moradores de Moncorvo¹¹⁸.

Neste momento, aprez-nos introduzir também algumas notas acerca da alfândega de Freixo de Espada à Cinta, recolhidas num estudo publicado em 1998¹¹⁹.

As autoras ocuparam-se, apenas, das primeiras 70 folhas do códice n.º 825 do *Núcleo Antigo* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, designado “*Alealdamento das Alfândegas dos Portos de Trás-os-Montes*”, datado de 1517, relativas a esta alfândega, registando as restantes 129 as mercadorias declaradas em Miranda e na Torre de Moncorvo. Apesar de as informações fornecidas por esta fonte ultrapassarem o fim do século XV, porque o seu conteúdo não descaracteriza os aspectos do quotidiano e das relações da vida de fronteira, não hesitámos introduzi-las neste momento da nossa exposição.

Por brevidade, mencionaremos apenas as mercadorias mais registadas na passagem do porto de Freixo, agrupando-as nas três rubricas tradicionais, enriquecidas com algumas especificações. Assim, quanto aos têxteis, salientam-se os seguintes: valenciano, seda, seda fina, panos, lorida, lenço e pano de estopa; no peixe – além de lampreia, indevidamente incluída nesta categoria –, conta-se o sável, a pescada e o solho; como pão, figuram o trigo e o centeio; e, finalmente, na gama dos produtos vários, temos: cera, mel, mesas, fusos, cânhamo, aprestos de almocrevaria, moeda (*reais*), etc.

O tratamento quantitativo destes elementos permitiu algumas conclusões relativas ao domínio, qualidade e quantidade dos têxteis, do peixe e dos produtos mais registados. A título de exemplo, do metucioso estudo da fonte pelas citadas autoras, podemos avançar que as 13 150 varas de tecido de estopa renderam ao fisco 400 libras, ao passo que as 5 340 varas de lenço lhe garantiram 600 libras; na classe do peixe, numericamente, os sáveis ocupam o primeiro lugar, com 867 unidades registadas, seguindo-se as 288 lampreias, os 200 solhos,

¹¹⁷ MARQUES, 1985: 515-560.

¹¹⁸ MORENO, 1982: 309-325.

¹¹⁹ PINTO; CASTRO, 1998: 95-108.

contra as seis dúzias (72) de pescadas. A disparidade da qualidade e número dos vários produtos não permite estabelecer qualquer ordenação significativa. Para encerrar este apontamento, convém observar que a leitura da evolução mensal dos registos, articulada com a natureza das mercadorias apresentadas, permite falar de uma certa sazonalidade, que um futuro estudo das alfândegas de Miranda e de Moncorvo poderão consolidar ou infirmar.

CONCLUSÃO

Ao terminarmos esta exposição em torno de Moncorvo, na Idade Média, temos consciência de termos seguido um percurso um pouco diferente do habitual, principiando, mesmo, por uma tentativa de situar a Vilarça – a que pertence e onde esteve sediado este município até 1285 –, no contexto da primeira divisão administrativa eclesiástica, promulgada pelo rei Teodomiro, em 569, cujo alcance no plano civil não deve ser escamoteado.

Na segunda metade do século XII, o vazio demográfico, com referência particular ao Sudeste transmontano, que neste estudo mais nos interessou, era profundamente acentuado, situação que se prolongou para a centúria seguinte, configurando, no Nordeste, aspectos mais complexos que levaram os monarcas D. Afonso III e D. Dinis a tomarem medidas tendentes à defesa do território nacional.

Se em 1225, D. Sancho II ainda procurava povoar a Vilarça, a quebra demográfica que se verificava, sessenta anos depois, levou D. Dinis a transferir a sede deste município para Moncorvo, dando-lhe o mesmo foral, em 1285, devendo registar-se a sistemática substituição do nome Vilarça por Moncorvo e a ligeira correcção literária, de forma a olvidar o arcaísmo patente no texto do foral da Vilarça, tendo prosseguido, a outros níveis e com outros protagonistas, o lento processo do povoamento transmontano.

Em contraste com a falta de actas da vereação municipal de Moncorvo, o auto notarial de prestação de contas, relativas ao ano de 1438-1439, e transmissão de poderes à vereação do Mós, para o ano de 1440, permitem-nos uma visão coerente da vida deste município, do seu património, rendas, despesas e problemas, bem como das soluções encontradas para a sua resolução.

Seguimos um caminho diferente, que, talvez, nem sempre foi cómodo trilhar. Apesar disso, cremos ter valido a pena percorrê-lo.

FONTES

- A. D. B., Arquivo Distrital de Bragança – *Registo geral*, n.º 329
 A. N. T. T., Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Chanc. de D. Dinis*, liv. I, fls. 88.89v; fls. 166; fls. 189, fls. 206-207, fsl. 261,
 A.N.T.T., Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Chanc. de D. Dinis*, liv. 3, fl.43.

- CONCÍLIOS visigóticos e hispano-romanos* (edição preparada por José Vives, Tomás Marin Martínez e Gonzalo Martínez Díez). Barcelona-Madrid, 1963.
- D. M. P. I., *DOCUMENTOS Medievais Portugueses. I.*, Lisboa, A. P. H., 1958.
- DOCUMENTOS Régios* (1095-1185), Lisboa, A. P. H., 1958.
- INQUISITIONTES*, vol. I.
- LIBER Fidei Sanctae Bracarenensis Ecclesiae* (edição crítica pelo P^e. Avelino de Jesus da Costa), Braga, tomo I. 1965.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carlos de, 1999 – *Torre de Moncorvo. Percursos e materialidades medievais e modernos* (dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- ALMEIDA, Fortunato de, 1970-1971 – *História da Igreja em Portugal*, vol. I e IV.
- BASTO, A. de Magalhães, s/d – “*Vereações*”. *Anos 1390-1395*, Porto: Câmara Municipal do Porto.
- BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves, 2003 – *Sancius Secundus Rex Portugalensis - A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, Coimbra: (reprodução de P. M. H., *Leges*).
- CAETANO, Marcello, 1951 – “A administração municipal de Lisboa durante a 1.^a Dinastia (1179-1383)”, in separata da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. VII, Lisboa.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da, 1997 – *O bispo D. Pedro e a organização da arquieocese de Braga*, 2.^a ed., vol. I, Braga.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da, 1990 – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”, in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga.
- CRUZ, António, 1984 – “D. Teotónio, Prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e o primeiro Santo de Portugal”, in *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX*, Coimbra, s/ed.
- DAVID, Pierre, 1947 – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, Faculdade de Letras – Instituto de Estudos Dr. António de Vasconcelos/Instituto Français au Portugal.
- FERNANDES, Ilda, 2001 – *Torre de Moncorvo. Município tradicional*, Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.
- GOMES, J. Pinharanda, 1981 – *História da Diocese da Guarda*, Guarda, Assembleia Distrital da Guarda.
- JORGE, Ana Maria, 2002 – *L'Épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (III^e-VII^e siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- MANSILLA REOYO, Demetrio, 1994 – *Geografía eclesiástica de España. Estudio histórico-geográfico de las diócesis*, tomo I, Roma, Iglesia Nacional Española.
- MARQUES, José, 1985 – “A administração municipal de Mós de Moncorvo em 1439”, in *Bri-gantia – Revista de Cultura*, vol. V, n.^{os} 2-3-4, Bragança, Arquivo Distrital de Bragança.
- MARQUES, José, 1988 – *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARQUES, José, 1995 – “Aspectos do povoamento do Norte de Portugal nos séculos XIII-XIV”, in *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
- MARQUES, José, 1998 – “Os municípios na estratégia defensiva dionisina”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. XV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARQUES, José, 2002 – “As dioceses portuguesas até 1150”, in *Biblos*, vol. 78. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- MARQUES, José, 2003 – “Forais, cartas de couto e cartas de povoamento na estruturação administrativa do espaço medieval português”, in *Vária escrita*, n.º 10, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- MARQUES, José, 2008 – “O Foral de Póvoa de Varzim de 1308...”, in *Boletim Cultural “Póvoa de Varzim”*, vol. 42, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- MATTOSO, José – “O Priscilianismo”, in *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MORENO, Humberto Baquero, 1982 – “O mercado na Idade Média. O caso de Torre de Moncorvo”, in *Estudos de História de Portugal. Vol. I – sécs. X-XV. Homenagem a A. A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Imprensa Universitária/Editorial Estampa.
- MORENO, Humberto Baquero, 1986 – “Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI”, in *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença.
- PINTO, Paula M. de C. Pinto; CASTRO, Júlia Isabel Coelho C. Alves de, 1998 – “A alfândega de Freixo de Espada à Cinta, em 1527”, in *Douro – Estudos e Documentos*, ano 3, n.º 5, Porto, Inst. do Vinho do Porto/Universidade do Porto/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/ GEHVID.
- RODRIGUES, Maria da Assunção Carqueja, 1955 – *Subsídios para uma monografia de Torre de Moncorvo*, Coimbra (dissertação de licenciatura).
- RODRIGUES, Maria da Assunção Carqueja, 2007 – *Documentos medievais de Torre de Moncorvo* (Anexo: *Estudo do tríptico flamengo da Igreja de Torre de Moncorvo*, por Adriano Vasco Rodrigues), Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.
- SOUSA, Pio G. Alves de Sousa, 2001 – *Patrologia galaico-Lusitana*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- VALDEAVELLANO, Luís de, 1940 – “La protección jurídica del domicilio en los derechos municipales portugueses en la Edad Média”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários.

O PAPEL DO ENSINO PARTICULAR NA DINAMIZAÇÃO CULTURAL DE MONCORVO

Maria da Conceição Salgado
Adília Fernandes

A história das instituições educativas, como realidades e realizações multidimensionais (em termos de acção, espaço e tempo), constitui um campo de investigação em que uma profunda alteração metodológica privilegia, hoje, numa base de informação arquivística e face à linha do *continuum* historicista anterior, a síntese historiográfica particular e representativa. Esta renovada historiografia, a influência de ciências como a etnografia, a antropologia e outras e a confluência das respeitantes à educação, o impulso da microhistória, a revitalização do sujeito histórico e o interesse pela oralidade, pela memória pelo elemento icónico são, entre outros, instrumentos actuais dos historiadores da escola com os quais reorientam o seu estudo. Estudo esse que passa, entre outros factores, pela *problematização da relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente e pelo questionamento e (re)construção das representações simbólicas das práticas educativas que marcam a sua identidade histórica*¹.

Para a história local é, hoje, indispensável o encontro da Arquivística com a História, entendida esta segundo os parâmetros enunciados por Jean Jacquart na obra, *Histoire générale, histoire locale*, para quem toda a história local é micro-história preocupada com pequenos feitos mas, é, simultaneamente, história total que requer tratamento multidisciplinar². Já desde a historiografia romântica e passando pela historiografia de inspiração positivista, cuja influência se faz sentir desde meados do século XIX, que se reconhece a importância basilar dos arquivos para a feitura da História. Também para os especialistas do âmbito da História da Educação, para quem as instituições educativas são encaradas como *agentes de produção; meios pedagógicos e didácticos que trazem contributos insubstituíveis para a construção social*³, o arquivo constitui, para o seu estudo, um dos núcleos fundamentais de informação e de testemunho histórico.

É, neste sentido, que se tem procurado avaliar, compreender e explicar, num período compreendido entre o Liberalismo e o final do Estado Novo, as instituições aqui apresentadas, e, por consequência, a sua história.

¹ MAGALHÃES, 1995: 2.

² JACQUART, 1990: 27-28.

³ MAGALHÃES, 1995: 7.

Juntamente com a igualdade e fraternidade, a liberdade da trilogia ideológica, generalizada pela Revolução Francesa, é assimilada por todos quantos se reivindicam de liberais.

No que concerne à educação, a ideologia liberal defende *o direito individual imprescritível de ensinar e de aprender*⁴. Permite a qualquer cidadão abrir um estabelecimento de ensino, porque alivia os governos de responsabilidades administrativas e financeiras. Estes apoiam a criação de escolas e colégios particulares, constatando-se que, entre 1845 a 1870, essas instituições sextuplicam, enquanto que as escolas oficiais apenas duplicam. A partir desta data, a expansão das *escolas livres* é menos impetuosa, ao mesmo tempo que a estatização prossegue lenta, mas firmemente.

Surge, durante o Liberalismo, a par das escolas oficiais, uma grande heterogeneidade de *outras escolas, fundadas, dirigidas e configuradas, segundo a vontade independente de um indivíduo ou entidade diferente de quem governa*⁵, e que compreende: colégios, escolas de iniciativa individual dos professores, de beneficência e solidariedade, de entidades locais, escolas nocturnas dominicais e, finalmente, mestres ambulantes.

As escolas particulares colmatam a insuficiência da oferta estatal face à procura existente, e, embora o governo reconheça as vantagens que advêm da instrução, também sabe que uma escolarização massiva pode trazer perigos à estabilidade do sistema político. Por este motivo, as escolas particulares são o resultado de uma procura existente no interior da sociedade portuguesa. Assim, *para os diferentes estratos existe uma oferta própria*⁶. No estrato superior estão os colégios, destinados às elites em regime de internato ou externato, com disciplinas diversificadas. Segue-se o grosso das escolas particulares que funcionam, normalmente, sob a direcção e docência de um único professor.

Para os grupos sociais mais desfavorecidos, os órfãos e mães pobres ou trabalhadoras, alguns benfeitores, individualmente ou em associações, mantêm escolas onde, além da instrução, se dá, também, protecção. As designações mais usuais são as de Asilo e Recolhimentos.

Em 1884, D. António da Costa apoia a iniciativa particular em prol da educação e instrução nacional destes estratos mais desfavorecidos. Afirmar que, *e perante a impotência financeira do Estado, que por sua própria voz o confessa e pelos seus próprios factos o demonstra, torna-se necessário e urgente o concurso de todas as inteligências, de todas as vontades e das mais vastas ofertas dos cidadãos para a civilizadora transformação dos povos*⁷.

No entanto, as iniciativas públicas e particular são manifestamente insuficientes, e as taxas de analfabetismo revelam uma lenta evolução que as boas intenções dos liberais e dos republicanos não conseguem atenuar.

⁴ A liberdade de ensino é proclamada desde 1821, sendo tópicos basilares da ideologia educativa liberal.

⁵ DIAS, 2000: 138.

⁶ DIAS, 2000: 138

⁷ COSTA, 1884: 428

No período em estudo, e de acordo com os censos, a percentagem de analfabetismo global situa-se, em termos nacionais, nos 78,8% em 1890, 77,8% em 1900 e 75% em 1911. A população feminina apresenta valores superiores a 80%.

O concelho de Moncorvo compreende 17 freguesias, cobrindo uma área de 531,6 Km² e com uma população, neste período, em crescimento. Em 1890 há 14 410 habitantes, uns naturais do concelho (13 732), outros de fora do concelho (678). Integra 108 estrangeiros: 100 espanhóis, 7 italianos e 1 brasileiro. De 1890 a 1900, o crescimento da população é de 8,7% e, entre este período e 1911 é de 5,5%, decrescendo na década seguinte.

Para estas datas, o analfabetismo é superior à média nacional, mantendo valores acima dos 80%, com excepção da sede do concelho onde constatamos valores inferiores, na ordem dos 67%.

Quadro 1 – População e analfabetismo em Torre de Moncorvo (1890-1911)

Freguesias	1890		1900		1911	
	População	Analfabetos %	População	Analfabetos %	População	Analfabetos %
Açoreira	531	87	560	80	590	85
Adeganha	801	86	897	86	1 029	92
Cabeça Boa	634	90	709	92	885	89
Cardanha	597	84	641	80	688	93
Carviçais	1 538	85	1 582	76	1 752	74
Castedo	646	89	654	91	590	83
Felgar	1 114	75	1 181	77	1 239	76
Felgueiras	820	86	935	89	1 021	92
Horta	549	82	629	83	665	82
Larinho	728	82	789	84	693	84
Lousa	1 241	89	1 343	91	1 475	88
Maçores	543	82	560	86	502	89
Mós	579	94	594	94	661	86
Perêdo dos Castelhanos	399	82	438	86	247	84
Souto da Velha	370	93	389	86	327	89
Torre de Moncorvo	2 189	66	2 551	69	3 091	69
Urrós	1 131	82	1 217	79	1 075	78
	14 410	82	15 669	82	16 530	81

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1890, 1900 e 1911, INE.

Quanto à população feminina, a percentagem de analfabetismo é sempre superior a 87%.

Da reduzida população escolarizada, muito poucos prosseguem os estudos secundários e, muito menos ainda, o ensino superior. O número de alunos que frequenta o Liceu Nacional de Bragança é de 56 em 1900, de 73 em 1901 e de 107 em 1902, quase todos eles do sexo masculino. Apresenta, em crescimento lento e até 1909, 250 alunos⁸.

⁸ *Gazeta de Bragança*, 10 de Outubro de 1909.

Constatamos que o Ensino Secundário Oficial, no distrito de Bragança, cobre uma população reduzida. Daí que, neste contexto, o ensino particular assumia real importância.

Em 1888, nasce, em Torre de Moncorvo, o Colégio de Santo António. O seu fundador é o Padre Adriano Augusto Guerra, grande latinista e antigo professor do Colégio da Formiga, em Ermesinde. Admite alunos internos e externos do sexo masculino que são preparados, sob uma rígida disciplina e de acordo com o programa do ensino oficial, para o ensino primário e secundário.

Os jornais da época dão-nos conta de alguns aspectos da vida deste Colégio. Anuncia-se que *Continua aberta a matrícula neste estabelecimento para alunos internos e externos. Os externos pagam por elementar mil reis; a admissão mil e quinhentos reis; cursos dos liceus dois mil reis por disciplina. A frequência deste ano é superior à do ano anterior*⁹ e que *funcionam todas as aulas à excepção de Inglês e Introdução*¹⁰. A chegada à cidade de Bragança de *setenta e tantos alunos do Colégio de Santo António, de Moncorvo, que vêm fazer exame no Liceu Nacional. Acompanham-nos o director daquele estabelecimento, Rv.do Adriano Guerra e os professores Alberto Guerra, Dr. António Sérgio Carneiro e Miguel Soares*¹¹ é, de igual modo, noticiada.

O período em que funciona o Colégio é, por todo o país, um período conturbado por acentuadas querelas político partidárias, vivendo-se um clima de permanente provocação e mal-estar a que, naturalmente, Moncorvo não foge. O Padre Guerra não é um mero espectador dos acontecimentos do seu tempo. Homem de convicções e forte personalidade, intervém de forma activa na política, assumindo posições extremadas que lhe criam inimizades, clima menos propício ao funcionamento do Colégio. Este deixa de existir em 1895, retirando-se o seu fundador para Lisboa.

Surge, ainda em 1892, o Externato Académico destinado aos dois sexos. Coevo do Colégio de Santo António, nele se destaca a figura do seu proprietário e professor José Miguel Peixoto, espírito empreendedor ligado a iniciativas de índole cultural.

Por gesto benemérito de Manuel António de Seixas, nasce em Moncorvo uma Escola de Instrução Secundária que se designa genericamente por Escola Manuel António de Seixas.

Francisco Justiniano de Castro conta-nos, na sua Caderneta de Lembranças – *depoimento de minúcia, vivido, imparcial para as tensões do tempo... e que nos ajuda a penetrar a vida local, a ver desfilar a cinematograficamente*¹² – que Seixas terá nascido em 1805, dia 14 de um qualquer mês, e falecido em 8 de Outubro de 1895. Acrescenta que *aos 12 anos, sem saber ler nem escrever, saiu da vila e nunca mais cá tornou... era filho de gente pobre, mas que*

⁹ O *Moncorvense*, 4 de Novembro de 1894.

¹⁰ O *Moncorvense*, 18 de Novembro de 1894.

¹¹ O *Nordeste*, 13 de Julho de 1891.

¹² OLIVEIRA, 1975: 8.

*arranjou (tanta) fortuna*¹³. Como recompensa de um legado feito a esta vila, a Câmara Municipal mandou-lhe fazer, no dia 9 de Novembro do mesmo ano, um grande funeral a que *açestirão mais de duas mil pessoas grandes e piquenas, e uma (...) missa cantada e, officio de defuntos e um sermão pregado pelo Padre Adriano Guerra*¹⁴. O testamento deixado por Seixas diz que, após beneficiar os seus filhos ilegítimos, distribuiu o restante da sua herança, calculada em 10 mil réis, por instituições de beneficência em Lisboa e Torre de Moncorvo¹⁵. Na parte legada à sua terra natal, refere: quatro contos de reis ao Hospital, trinta contos para serem aplicados à criação de uma escola primária ou secundária, separando-se vinte mil reis para, anualmente, se distribuir em roupa e calçado pelos alunos pobres que, por seu comportamento e aplicação, fossem dignos desse benefício. Deixa, também, dois contos de reis para estabelecimentos pios e de caridade e quinhentos mil reis para os pobres. Determina que a Câmara Municipal de Moncorvo e o Ministro do Reino recebam o legado e dêem cumprimento às suas disposições.

Acrescenta, ainda, que o remanescente seja entregue ao Conselho de Beneficência, a funcionar em Lisboa, para que o aplique, sob as ordens do Ministro do Reino, na fundação ou ampliação de algum estabelecimento de caridade que mais útil fosse aos desvalidos, especialmente crianças desamparadas ou velhos impossibilitados. Estas orientações têm em vista Moncorvo, por ser a terra onde nascera e ser de *muita miséria*.

*Seixas foi um abastado proprietário e capitalista de Lisboa, desempenhando cargos importantes ligados à alta finança – Banco de Portugal e Companhia Geral do Crédito Predial Português – dedicando-se a importantes negócios designadamente na Companhia Nacional dos Tabacos, em Xabregas. Como político, foi eleito deputado pelo círculo de Lisboa e nomeado Par do Reino*¹⁶.

Dando imediato cumprimento aos seus desejos, a Câmara de Moncorvo solicita ao governo a criação de uma escola secundária com dois professores, indicando as cadeiras que devem reger. Essa criação é decretada a 11 de Março de 1896.

Sabe-se, pelas *Folhas de lançamento das despesas* e pelos *Autos de arrematação para fornecimento de roupas e calçado para os alunos pobres da escola*, que já funciona em pleno no ano de 1898 e que o Bacharel Augusto Duarte Areosa exerce aí as funções de professor, pelo menos até 1905. Estes documentos dão-nos a conhecer aspectos dos seus procedimentos e encargos. Pelo primeiro, ficamos a par das várias despesas que são feitas, e que vão desde a compra de livros e manuais às lavagens e *compostura* da sala de aula. Pelo segundo, sabemos, entre outros dados, como se processa a arrematação do fornecimento das roupas e calçado às crianças pobres, bem como o nome

¹³ OLIVEIRA, 1975: 13.

¹⁴ OLIVEIRA, 1975:14.

¹⁵ *O Nordeste*, 15 de Outubro de 1895.

¹⁶ REIS, 2006: 620.

daquelas a quem eram atribuídas. O número de alunos contemplados varia nos diferentes anos. São referidos 7 em 1901, 13 em 1902, 10 em 1903; 15 em 1904 e 4 em 1907.

Esta escola destina-se à preparação dos jovens para a vida activa, prevalecendo no seu currículo a disciplina de Escrituração Comercial.

As Actas da Câmara fornecem-nos elementos que permitem traçar o percurso da Escola e reflectem a difícil e conturbada existência da mesma, sempre dependente do governo central. São-lhe atribuídas várias designações e propostas curriculares, pouco consistentes e duradouras.

A época em que funciona a Escola Seixas caracteriza-se por períodos de crise política, grandes dificuldades económicas, agitação social e aumento do custo de vida. Tudo isto leva ao constante protelamento da construção de um novo edifício e, até, à indisponibilização das verbas destinadas à gestão financeira da Escola, que esteve, inclusivamente, encerrada no período de 1910 a 1913 *com manifesto prejuízo do concelho*¹⁷.

A documentação arquivística disponibilizada para este trabalho refere-a, ainda, nos anos 20, mas sem conseguir suportar os encargos. Em telegrama enviado ao Senhor Ministro da Justiça, Dr. Lopes Cardoso, moncorvense e aluno do Colégio de Santo António, lê-se que *a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo torna impossibilidade despezas de funcionamento Escola Manuel Seixas*¹⁸.

Ainda de iniciativa particular, é a Escola de António Augusto Garcia igualmente, antigo aluno do Colégio Santo António. Desta, e de um internato destinado ao ensino das filhas de famílias com recursos, existe pouca informação. Sabemos que este *colégio* se situa na Rua do Cano e é frequentado por meninas de gente abastada, que aprendem a tocar piano, uns rudimentos de francês, bordados e boas maneiras.

Concluímos que a maior parte destas instituições têm uma vida curta. Não obstante, alguns dos elementos que por elas passam vêm a integrar papéis de relevo em iniciativas de índole cultural e artística, nomeadamente, como jornalistas, escritores ou músicos¹⁹.

O ensino particular, nesta região, consubstancia-se no Colégio Campos Monteiro. Emerge, ao longo de quase quatro décadas, entre contextos e meios que o interpenetram enquanto organização educativa, com um sentido interventivo e regulador.

¹⁷ CMTM – *Actas das Sessões da Câmara*, de 1901 a 1920.

¹⁸ CMTM – *Acta da Sessão da Câmara*, 19 de Novembro de 1920.

¹⁹ Do Colégio de Santo António destacam-se, entre outros: Jerónimo Guerra, fundador do *Jornal Eco Transmontano*; Constâncio de Carvalho, director do *Teatro de Moncorvo*; António Alberto Margarido Pacheco, primeiro presidente da direcção do *Club Moncorvense*; Júlio Henrique de Abreu e Antero Augusto Silva, directores e regentes da *Tuna Estudantina*; José Luciano Sollari, autor de peças de teatro; Francisco de Sousa, responsável pela *Banda de Música de Moncorvo* e pela *Tuna Estudantina*; Afonso Marcolino Ferreira, aluno da Escola Seixas, maestro da *Filarmonica Moncorvense*; José Peixoto, professor do *Externato Académico*, ensaiador no *Teatro de Moncorvo*.

A sua fundação, em 1936, assume, desde logo, um significado maior, por se configurar como promotor do desenvolvimento e do equilíbrio social. Este aspecto é manifesto na acta da sessão da Câmara Municipal de 18 de Abril daquele ano. Nela se regista o propósito de Ramiro Salgado e de João Lima procederem à fundação de um Externato Académico para ambos os sexos, *iniciativa de interesse cultural que virá suprir uma das maiores necessidades da região. Acrescentam esperar, dos fervorosos defensores do progresso da terra o necessário apoio e carinho e ser sua intenção organizar uma biblioteca e possivelmente um museu regional. A Câmara Municipal, face a um empreendimento que representa um grande benefício para o concelho, declara o seu mais caloroso acolhimento*²⁰.

A 12 de Junho, o Ministro da Educação Nacional²¹, diante dos pareceres da Inspeção Geral do Ensino Particular, autoriza a sua abertura, tendo como director Ramiro Salgado, que, de acordo com a obra, *Os Educadores Portugueses*, coordenada por António Nóvoa²², se identifica com o próprio Colégio.

Esta identificação advém de uma lúcida percepção que Ramiro Salgado tem do seu tempo, resultante de uma rica experiência como pedagogo que lhe determina e desperta mundividências a nível científico, pedagógico, humanístico, cultural e social, traduzidas numa importante intervenção na educação, na vida e na sociedade. Ramiro Salgado, tal como Juan Richter, autor da obra *Levana, o Teoria de la Education*²³, apercebe-se da questão crucial que envolve a educação: há princípios, bases, estruturas que se revestem de relativa perenidade; há, todavia, circunstâncias históricas e factores de natureza individual que envolvem mudanças. Para ambos, aquele que se educa para um determinado tempo histórico, viverá aquém desse mesmo tempo, pelo que a máxima primeira da educação não pode deixar de ser *ampliar e complexificar*. Na verdade, embora actue sobre o presente, a acção educativa é, sobretudo, projectiva.

O exercício das atribuições de director fica sujeito aos preceitos atribuídos aos reitores: independência, prestígio e autoridade; organização interna; relações com a administração central e com organismos e autoridades locais; actuação educativa e disciplinar; fiscalização dos agentes da escola e suas actividades no plano administrativo, ideológico e pedagógico. Cabe-lhe, ainda, a elaboração anual de um relatório que documente os procedimentos e resultados essenciais.

Com uma lotação de 150 alunos externos, de ambos os sexos, o Colégio passa a designar-se de Campos Monteiro, em homenagem ao escritor e jornalista, Abílio Adriano de Campos Monteiro, ilustre filho da terra. É o primeiro estabelecimento do ensino particular a ser legalmente criado no distrito de Bragança. Passa a denominar-se, em 1949, Externato Campos Monteiro.

²⁰ AMTM – *Acta da Sessão da Câmara*, 18 de Abril de 1936.

²¹ ACCM – *Correspondência Oficial Recebida*. Ofício do Ministério da Educação Nacional de 12 de Junho de 1936.

²² NÓVOA, 2003: 1242.

²³ MAGALHÃES, 2001: 70-71.

A 3 de Novembro, Ramiro Salgado envia à Câmara um ofício²⁴ anunciando ser desejo da direcção realizar, no dia 1 de Dezembro, uma sessão solene comemorativa da sua abertura. Nele sublinha as vantagens do seu funcionamento e reitera o respeito pela legalidade e doutrinas do regime. Esta referência traduz o compromisso de Ramiro Salgado para com os valores do Estado Novo, no momento em que é lançada a reforma de Carneiro Pacheco. Concebida para dar cumprimento às premissas necessárias ao fortalecimento ideológico do poder, esta reforma apoia-se num forte controlo do ensino, especialmente, do sector privado, com o fim de o tornar imune às heresias doutrinárias ou a tentativas de maior afirmação política. No entanto, tal compromisso não impede Ramiro Salgado de imprimir um processo e uma dinâmica organizacionais próprios.

De facto, se a escola sofre a adaptação ao exterior, também ordena, organiza-se e gera a sua própria exterioridade. Inscreve-se como factor de mudança ao criar, em torno da sua racionalidade educativa e instrutiva, uma contínua regeneração da sociedade. A escola não apenas prepara para a vida como prepara a própria vida, posição que afecta as transformações históricas que conduzem à modernidade, e é fundamental na evolução da contemporaneidade.

Assim, consciente do fecundo instrumento de progresso que esta instituição constitui, o director propõe-se, de imediato, contrariar as limitações decorrentes da ruralidade e interioridade em que se insere, rodeando-se de colaboradores competentes e implementando métodos, processos e práticas de ensino modernos, cimentados não apenas na sua reconhecida experiência de pedagogo mas, ainda, na de responsável pela fundação e direcção de alguns estabelecimentos de ensino. Implementa o Curso Primário, o Liceal, o de Admissão aos Liceus e às Escolas do Magistério Primário, a Educação Artística (como pintura, desenho de ornato, música e labores) e Cursos acessórios de que constam a dactilografia, escrituração e contabilidade comercial. O Colégio dispõe, ainda, de salas de estudo, de cursos de férias, de um museu e de uma biblioteca. A cantina da Mocidade Portuguesa fornece a alimentação aos estudantes.

No relatório de 1939, os resultados, que, diz, *em régimen de externato, será difícil de ultrapassar*, já tornam claro, *sem omissão nem sofisma*, o valor do *modesto Colégio*, transformado no *primeiro colégio de Trás-os-Montes*, conferindo-lhe, *em definitivo, a confiança de todos e o carinho acolhedor dos amigos da instrução e do progresso desta terra, para o qual o Colégio é, incontestavelmente, instituição de capital importância*. Não circunscrevendo a sua actividade aos resultados, nem se harmonizando *com o cómodo método de rotina*, apresenta-o como um *verdadeiro centro de cultura, de vida activa*, ao promover, *todas as semanas e por classes, passeios instrutivos*²⁵ e *todos os*

²⁴ ACCM – *Correspondência Oficial Expedida*. Ofício de 3 de Novembro de 1936.

²⁵ ACCM – *Relatório de Actividade de 8 de Junho de 1968: Professor duma turma de Ciências Geográfico-Naturais... actuando numa região que é classificada como sendo das mais ricas em minério de ferro, propus-me levar os meus alunos ao couro mineiro em plena elaboração e chamar-lhes a atenção para a natureza do solo, erosão sofrida, lavras feitas nas camadas sedimentares e ainda a colheita de alguns minerais que lhes despertassem a atenção. Aproveitei também*

Alunos em passeio de estudo (1937)



anos excursões de estudos a lugares onde os alunos possam adquirir directos e úteis conhecimentos.

Toma, no mesmo sentido, a iniciativa de realizar palestras e conferências, nas quais, a par de um intercâmbio de conhecimentos, se focam e discutem vários problemas de metodologia e pedagogia. A elas assistem não só os alunos, mas ainda várias individualidades da vila, pois os problemas tratados, pelo seu carácter nacionalista, ou pelo seu valor literário, a todos interessavam.

A ligação à comunidade verifica-se, também, fora das paredes do edifício, através de actividades que se processam no âmbito da Mocidade Portuguesa, como é o caso das comemorações do dia 8 de Dezembro, momento de grande solenidade por se tratar de *uma das grandes datas da Pátria*. Também os cortejos, de que é exemplo o *Enterro do Carnaval*, os espectáculos realizados no cine-teatro, a participação na recepção a individualidades que aqui chegam, ou os gestos de cariz social e caritativo, protagonizados pelas alunas aquando da entrega dos *berços*, tornam visível os estudantes na vila.

Por estas razões, diz, ainda no relatório de 1939, *aqueles que do ensino têm um conceito elevado, hão-de fazer justiça à nobilíssima acção cultural do Colé-*

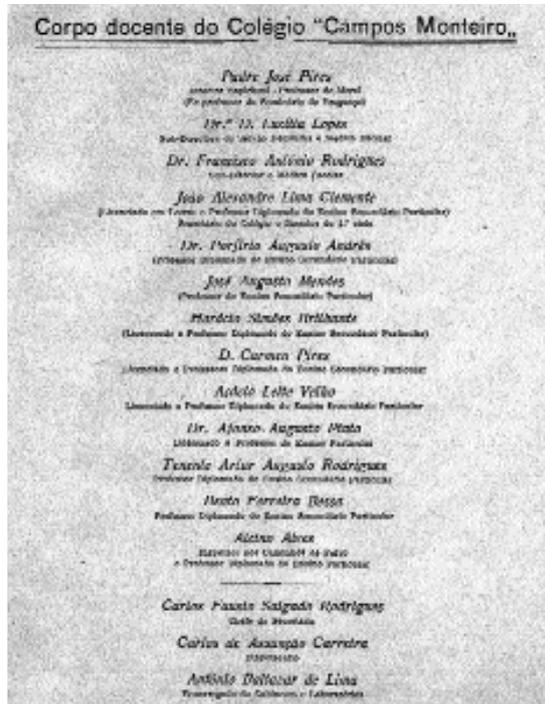
a oportunidade para visitar as oficinas em laboração, a central do ar comprimido e depois a maneira como era extraído o minério e feito o seu transporte por cabos aéreos. Isto serviu para se falar e relacionar o que observavam com alguns assuntos do programa... criando-lhes um verdadeiro interesse pelo estudo das Ciências e até amor e apreço pela sua terra tão rica de possibilidades.

gio Campos Monteiro – condição basilar do seu progresso e desenvolvimento, a que não é alheia a tenacidade e admirável dedicação do corpo docente.

Paralelamente, os comportamentos e os valores são submetidos a uma acção disciplinadora no sentido de, *sem violências, levarmos os nossos alunos ao cumprimento dos deveres e à formação integral dos seus caracteres dentro do espírito da honra e do trabalho, contrariando as acções que não estejam colocadas no campo da moral mais elevada e pura*²⁶. A actuação da Organização da Mocidade Portuguesa, é considerada *útil e profícua* na prossecução deste objectivo bem como na afirmação do postulado moderno da educação integral. Este organismo congrega as práticas não lectivas, as actividades lúdicas, culturais e de estudo e, de igual modo, o alto valor disciplinar das recompensas aos que melhores resultados apresentem. Para estas ocupações, institucionalizadas nos anos trinta como novos territórios da socialização dos jovens, torna-se necessário promover a motivação e a mobilização do maior número de docentes.

A qualidade do ensino que o Colégio oferece, o corpo docente, todo ele diplomado, o sucesso nos exames, a organização e o funcionamento que imprime, os modelares laboratórios que estimulam *o gosto pelas ciências físico-químicas*, é uma realidade comprovada pelos pareceres favoráveis emitidos pelos Serviços de Inspecção.

Corpo docente do Colégio Campos Monteiro (1936)



²⁶ ACCM – Relatório de 1939.

Esta instituição passa a integrar um conjunto de documentos de propaganda que chamam uma vasta população estudantil, atraída pelo conforto da proximidade geográfica e pelo prestígio que o seu nome passa a significar. É expressiva a presença feminina, aspecto consonante com a crescente procura por parte das raparigas pela educação formal que o pós-guerra conhece. Este tipo de ensino, mais que o doméstico e o particular individual, tradicionalmente vocacionados para elas, oferece uma maior racionalidade e a possibilidade de participarem de um processo educativo similar ao do homem, pese embora ser ainda contemplada, através de disciplinas específicas, como os Lavoires, a sua formação doméstica e maternal. Decorre, para certas disciplinas, a exigência da feminização do corpo docente, como no caso dos Lavoires, assim como do pessoal auxiliar. Também a Educação-Física das raparigas está entregue a uma professora, contando, ainda, com uma médica escolar. Funcionando, pois, em regime de co-educação, o espaço do Colégio adapta-se à permanência dos dois sexos, permitindo a sua separação fora das salas de aula, ao mesmo tempo que uma constante atenção procura contrariar o relacionamento *irreflectido* entre rapazes e raparigas.

Estes jovens têm uma origem geográfica que ultrapassa o concelho de Moncorvo e se estende aos concelhos limítrofes. Pertencem, principalmente, aos sectores da pequena e média burguesia. As famílias, com mais de um filho a estudar, ou com menores recursos económicos, como os pequenos proprietários agrícolas, são contempladas com custos mais reduzidos ou, mesmo, com a sua isenção. São inúmeros os registos de antigos alunos que beneficiam destas condições a testemunharem a sua gratidão pela oportunidade dada. Muitos têm um real sucesso na vida activa.

As famílias contam, ainda, com o interesse e a protecção do director junto dos seus educandos para além da vida na instituição. A ele cabe providenciar o alojamento dos alunos que não residem em Moncorvo, quer no pensionato anexo ao Colégio, destinado aos rapazes, ou num lar para raparigas (que operam, apenas, durante alguns anos), quer em casas de família da sua confiança, nomeadamente na dos professores. Torna-se presente, vigilante e disciplinador do seu dia-a-dia, relatando aos encarregados de educação, numa profícua correspondência, o que ao comportamento e aproveitamento deles respeita. Tal actuação é mais vincada na preparação dos estudantes para os exames no Liceu de Bragança ou de Vila Real, de cujos bons resultados depende a conceituada imagem do Colégio. Há um acentuado esforço por parte do corpo docente neste período, investindo em aulas suplementares e nos cursos de férias, obrigatórios para aqueles *que devem repetir disciplinas em Outubro*.

Também o acompanhamento dos alunos àquelas cidades e durante a sua estadia ali são merecedores de uma cuidada atenção. Com eles deslocam-se alguns professores que partilham o mesmo alojamento e não descuram nenhuma oportunidade de tirar mais uma dúvida, fazer uma última recomendação.

A afluência crescente de alunos torna o espaço do Colégio exíguo, a funcionar em casa arrendada, a única *que poderia satisfazer às exigências de então*. Como consequência, o director, já em 1946, ambiciona *construir um edifício*

*próprio, moderno e com as necessárias condições para um ensino eficiente, tendo ao mesmo tempo um internato à altura das conveniências que evite o estorvilho das deslocações dos alunos e outros inconvenientes de diversa ordem*²⁷. Vem a obter, nos anos sessenta, da Inspeção Superior do Ensino Particular, a licença para a materialização desse sonho que não vem, contudo, a efectivar-se. A evolução do ensino secundário oficial e a pretensão dos governantes de o disseminarem por todo o País traz a Moncorvo uma secção liceal. Disso, Ramiro Salgado dá conta ao Ministro da Educação Nacional, em carta de 16 de Junho de 1972, onde acrescenta que tal facto *implica a extinção do Externato Campos Monteiro, por ser já desnecessária a sua existência*²⁸.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Documentos de Arquivo

- ACCM – Arquivo do Colégio Campos Monteiro (Arquivo Particular)
Acta da Sessão da Câmara, 18 de Abril de 1936.
Correspondência Oficial Expedida. Ofício de 3 de Novembro de 1936.
Relatório de 1939.
Correspondência Particular Expedida. Carta de 13 de Junho de 1949.
Correspondência Oficial Expedida. Ofício de 16 de Junho de 1972.
Correspondência Oficial Recebida. Ofício do Ministério da Educação Nacional de 12 de Junho de 1936.
- AMTM – Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo
Auto de Vistoria às instalações do Hospital D. Amélia, 1902.
Actas das Sessões da Câmara de Torre de Moncorvo: 21 de Setembro de 1901; 23 de Setembro de 1908; 3 de Março de 1909; 17 de Outubro de 1910; 13 de Fevereiro de 1911; 5 de Agosto de 1911; 28 de Outubro de 1911; 20 de Janeiro de 1912; 29 de Junho de 1912; 12 de Abril de 1913; 8 de Dezembro de 1913; 25 Abril de 1914; 9 de Outubro de 1915; 4 de Outubro de 1919; 19 de Novembro de 1920.
- Autos de Arrematação para provimento de roupas e calçado para os alunos pobres, da escola desta vila, denominada Manuel António de Seixas e folhas da despeza com roupa e calçad.*, 9 de Junho 1899; 21 de Abril de 1901; 6 de Junho de 1902; 19 de Julho 1903; 10 de Julho de 1904; 21 de Novembro de 1907. *Relação nominal dos indivíduos credores do Estado por despezas efectuadas no mez de Junho de 1898*
Relação dos documentos de despeza relativos ao exercício de 1898, 1899, 1902, 1903.

Periódicos

- Alma Transmontana*, 1919.
Gazeta de Bragança, 1908.

²⁷ ACCM – *Correspondência Particular Expedida*. Carta de 13 de Junho de 1949.

²⁸ ACCM – *Correspondência Oficial Expedida*. Ofício de 16 de Junho de 1972.

Moncorvense (O), 1894 – 1895.

Moncorvense, (O), 1895.

Nordeste (O), 1891.

Radical (O), 1911.

Bibliografia

- AMADO, Adrião Martins, 1909 – *Anuário do Lyceu Nacional de Bragança, anno escolar de 1908-1909*. Porto: Typ. da Viúva de J. da Silva Mendonça.
- BARROSO, João, 1995 – *Os liceus. Organização pedagógica e administração (1836-1960)*, I Volume. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- CASTRO, Francisco Justiniano de, 1890-1901 – “Caderneta de Lembranças”, manuscrito transcrito e anotado por Águedo de Oliveira in *Moncorvo fim de século 1975*, Edição Amigos de Bragança.
- CARVALHO, Rómulo de, 1986 – *História do Ensino em Portugal, desde a Fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA, António da, 1884 – *Auroras da Instrução. Pela Iniciativa Particular*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIAS, Luís Pereira, 2000 – *As outras escolas, O ensino particular das primeiras letras entre 1859 e 1881*. Lisboa: Edições Educa.
- FERNANDES, Rogério, 1998 – *Génese e consolidação do sistema educativo nacional, 1820 a 1910*. Lisboa: Edições Colibri.
- JACQUART, Jean, 1990 – “Histoire générale, histoire locale” in *Guide de l’Histoire Locale. Faisons notre histoire!*. Paris: Éd. Du Seuil, pp. 27-28.
- MAGALHÃES, Justino, 1995 – “Contributos para a História das Instituições Educativas – entre a Memória e o Arquivo” in *Colóquio do I Centenário – O Liceu de Braga e a Reforma do Ensino Liceal de Jaime Moniz (1894 -1994)*. Braga (texto policopiado), pp. 2-7.
- MAGALHÃES, Justino, 2001 – “Imaginário e Inovação Pedagógica” in *história, educação e imaginário*, Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, pp. 69-72.
- NÓVOA, António (coord.), 2003 – *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições Asa, pp. 1242-1243.
- REIS, Jaime, 2006 – “Seixas, Manuel António” in *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, III Volume, pp. 620-621.
- SERRÃO, Joel, 1979 – “Ensino primário e analfabetismo” in *Dicionário de História de Portugal*, I. Porto: Iniciativas Editoriais, II Volume, p. 395.

RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS DE TORRE DE MONCORVO (SÉCULOS XV-XVII)

*Adriano Vasco Rodrigues
Maria da Assunção Carqueja*

A cultura pode ser vista de diferentes ângulos, dando lugar a várias definições, todas limitativas. Uma das primeiras deve-se a Edward Taylor, que em 1871 afirmou: *cultura é um conjunto complexo, que integra o conhecimento, a crença, a arte, a lei, o costume e qualquer outro hábito e aptidão que o homem adquiriu como membro de uma sociedade.*

Outra definição, mais sintética, é a do francês Mounier: *cultura é o que resta quando esquecemos tudo quanto aprendemos.*

Podemos acrescentar uma mais recente, ao gosto dos sociólogos norte-americanos: *cultura é tudo que se aprende socialmente, compartilhado pelos membros de uma sociedade.*

É evidente que a cultura faz parte de uma herança social, podendo ser considerada através dos seus efeitos *materiais e não materiais*. Os vínculos de associação e interdependência que unem as pessoas em sociedade fazem parte da cultura. Mas as fronteiras da cultura e da sociedade nem sempre são as mesmas. As ideias e os valores marcam a cultura como um sistema integrado. Os anglo-saxónicos inferem daí os *folkways*. Ora, com esta introdução procuramos fundamentar o tema que nos motivou, baseando a investigação em *unidades de cultura*. Não limitamos este conceito à reflexão abstracta de ideias e informações recolhidas exclusivamente nas fontes escritas documentais. Quando elas escasseiam, ou calam, é legítimo pesquisar os efeitos da cultura sobre o mundo material. Essa via é tão legítima como qualquer outra, pois o conceito de documento histórico não se limita aos escritos. Isto não significa que na elaboração deste trabalho tenha excluído as fontes escritas, ou as não elaboradas.

Pelo condicionamento do tempo que me foi dado para apresentar esta comunicação, procurei ser o mais sintético possível.

É inegável, nos séculos que referi (XV ao XVII), a influência permanente da Igreja, mesmo quando no Renascimento se impôs um Humanismo pagão.

Aparentemente isolada ao norte do Douro, Torre de Moncorvo foi local de passagem e encontro, entre o norte e o sul de Portugal, no caminho para o Estrangeiro. As barcas do Douro e do Sabor serviam esse trânsito. A criação da feira de Moncorvo por D. Dinis, transformada em feira franca por D. João I,

abriu a vila à circulação de produtos e de saberes. Moncorvo beneficiou da primeira mundialização ou globalização, na sequência dos descobrimentos marítimos. Situada no bispado de Braga acompanhou esta cidade episcopal nas suas relações com Santiago. Foi também constante o intercâmbio com Zamora, Salamanca e Valladolid. Recebeu produtos do Norte da Europa e especiarias do Oriente.

Aqui funcionou a sede de um importante rabinato. A comunidade judaica manteve grande actividade mercantil, artesanal e intelectual. Judeus, depois cristãos-novos, estudaram na Universidade de Coimbra, na de Salamanca e na de Valladolid. Mais tarde, depois da conversão forçada, alguns cristãos-novos de Moncorvo saíram do país integrados nos *Tércios* espanhóis, passando para outros países, onde se distinguiram principalmente no campo mercantil e intelectual.

Na Idade Média e alvares da Moderna, Moncorvo enviava para o Porto, em barcos rabelos, pipas de sumagre, amêndoa, peles de cabra e canhamo para serem exportados para as Flandres. De início eram recebidos na feitoria portuguesa de Brujes e, depois de 1488, na de Antuérpia. O tráfego do sumagre, utilizado pelos peleiros, andou em mãos de judeus e de cristãos-novos. O sumagre é um arbusto espontâneo nesta religião e abundante nas encostas, inclusive do Além Douro, em Vila Nova de Fôsko. Pertence à família das *assacardiáceas*, sendo usado no curtume de peles e medicina. Reduziam a planta a pó, que metiam em pipas ou sacas. Depois, as mercadorias, de barco, desciam o curso do Douro e eram enviadas para o Mar do Norte, pelos portos da cidade do Porto, de Vila do Conde e Viana do Castelo.

Encontrei, no Arquivo Histórico de Antuérpia, largas referências a estes produtos e também às laranjas do Douro.

Da Flandres vinham lençóis e lenços (o nome provém do linho fino), bacias de barbeiro, livros religiosos, arte sacra, cofres, panejamentos litúrgicos, etc.

Expõe-se na Igreja Matriz um tríptico de Arte Flamenga, em talha de madeira de carvalho daquela região, peça policroma, de inestimável valor, saída das oficinas de Antuérpia. Estudei-a em 1990 e dela dei notícia na Revista de História da Universidade Portucalense.

As Flandres são a região da Europa onde a arte dos retábulos atingiu o mais alto expoente. A reforma e as guerras de religião foram um duro golpe nesta produção artística ao longo dos séculos XVI e XVII. Os iconoclastas destruíram um elevado número, o que fez de Portugal e da Espanha uma reserva, de que se distingue o tríptico de Torre de Moncorvo. Considero-o dos finais do século XV, por volta de 1490. É consagrado à *parentela de Santa Ana*.

Além da beleza artística, o retábulo baseia-se num Evangelho apócrifo. Compõe-se de uma caixa de madeira, que se abre em três painéis, mostrando figuras em relevo, decoradas a ouro. Mede 1,24m de comprimento, por 96cm de largura, ou altura, e 18,5cm de espessura. Com base na leitura do Proto-evangelho de S. Tiago comprovamos que o artista seguiu à letra aquele apócrifo relatando a vida de Santa Ana, desde que o pai a apresentou ao Grande Rabino do Templo de Jerusalém, pedindo conselho para a casar. Dos passos que

Retábulo de Moncorvo



apresenta, evidencia-se o encontro com São Joaquim, à Porta Dourada da Muralha de Jerusalém, que foi empedrada e só se abrirá no Dia do Juízo final.

A história remata no painel central com Santa Ana no *faldistório*, já no Paraíso, rodeada pelos seus três maridos, com trajas semelhantes e chapéus iguais. No Céu não há ciúmes nem pecado.

Santa Ana foi exaltada pelos humanistas a partir do século XV e largamente durante o século XVI, apontada como esposa ideal, opondo-se à feiticeira tentadora que leva o homem ao pecado. Na Alemanha a caça às bruxas fez mais de 130 000 mortes... Santa Ana tornou-se, pedagogicamente, exemplo da educadora, representando o ideal feminino das Irmandades e Corporações. Em Portugal divulgou-se o nome de Ana, no baptismo, a partir do século XV e igualmente a sua imagem. Por vezes aparece ao lado a Virgem Maria, adolescente, a quem ensina a ler. O livro aberto no regaço diz, normalmente: *Deus, Pátria, Platão?*

O tríptico flamengo da Igreja Matriz da Torre de Moncorvo tem nas costas das tábuas centrais marcas de garantia da qualidade do trabalho dos escultores e da qualidade do ouro usado na pintura, autenticando-o com sinais da corporação dos escultores de Antuérpia.

Em que circunstâncias veio para Moncorvo esta peça artística? É evidente a sua anterioridade à data da construção da Igreja matriz. Esta abriu ao culto em finais do século XVI, ou já mesmo nos começos do XVII. Terá o tríptico vindo da primitiva Igreja, situada no lugar da Misericórdia? Mas em que circunstâncias foi adquirido na Flandres? Em troca de produtos da região? O intermediário foi algum mercador de Moncorvo?

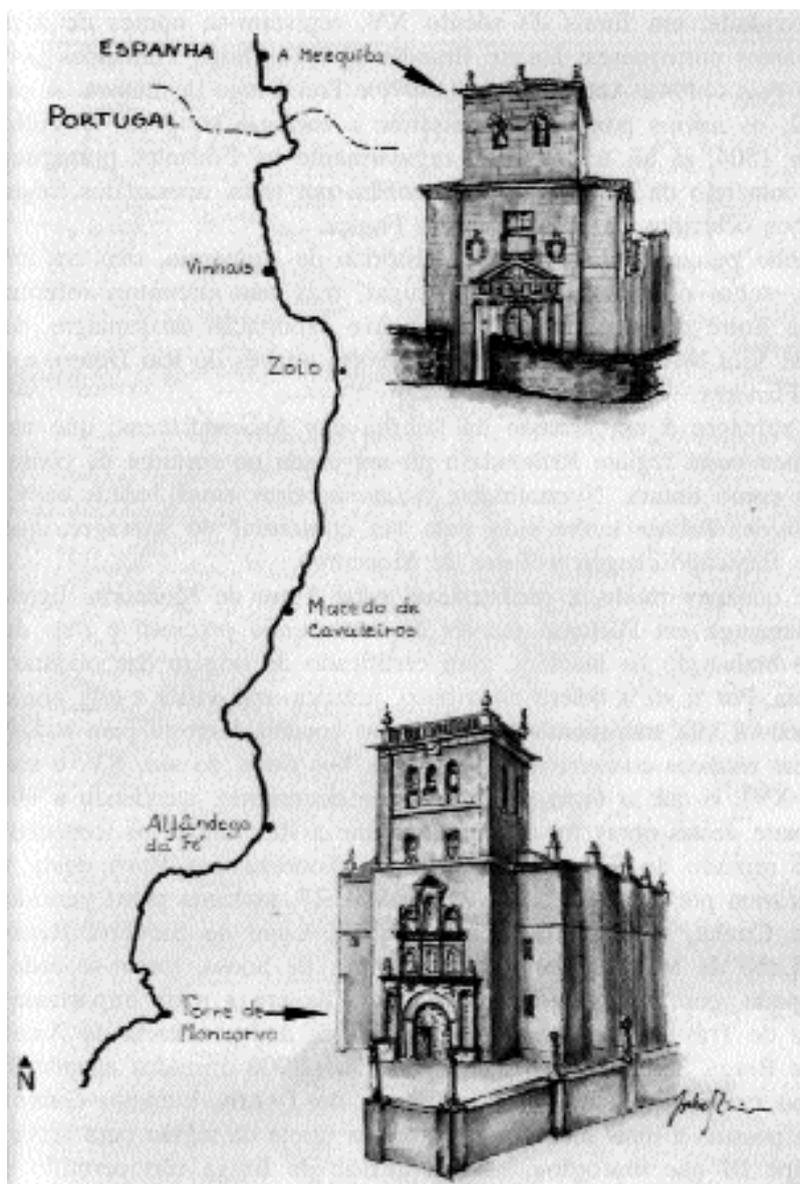
Púlpito da Misericórdia de Moncorvo

Outro testemunho de grande valor artístico comprovando relações com centros exteriores ao território moncorvense é o púlpito da capela da Misericórdia, que também antecede a sua construção. Estudei-o em 1959, noticiando-o na página das *Artes e Letras de O Primeiro de Janeiro*, então um magazine de referência cultural. Passados anos, em 1966, o *Guia de Portugal*, editado pela Fundação Gulbenkian, referia-se a este púlpito seguindo o meu trabalho, que relacionei com a motivação com que fora esculpido o da Igreja Santa Cruz, em Coimbra, obra do francês João de Ruão.

Quem elaborou o artigo do *Guia de Portugal*, possivelmente Santana Dionísio, fez uma apreciação mais favorável do que a minha, considerando o púlpito de Moncorvo, o segundo de Portugal. Ao sul do Douro há púlpitos renascentistas em várias Igrejas, principalmente no concelho de Meda, onde se distingue o de Ranhados. Todos, tal como o de Moncorvo, são em granito. O de Santa Cruz é esculpido em Pedra de Ançã e data de 1520. O da Capela da Misericórdia tem cerca de três metros de altura. É de base octogonal, apresentando nas paredes imagens em relevo. Ao centro está a de São João, com S. Marcos à esquerda, seguido de São Mateus e de São Lucas. À direita de São João repre-

sentaram São Jerónimo; São Tomás e Santo Agostinho. As imagens identificam-se facilmente, pois são encimadas por molduras com os nomes.

Mapa mostrando a localização geográfica da Igreja de Mesquita e da Igreja de Torre de Moncorvo



Desenho de Isabel Míriam

O púlpito faz lembrar um enorme cálice, com elegante pé. Difere do de Santa Cruz pois aquele falta o dossel e está adocçado à parte interior, que o protege, conservando-o em excelente estado. Representa os doutores ou pais da Igreja: São Jerónimo, Santo Agostinho e São Clemente, rodeados de profetas e sibilas.

Se sabemos que João de Ruão foi o autor do de Santa Cruz, ignoramos quem esculpiu o de Torre de Moncorvo. É inegável que se trata de uma valiosa obra artística, sem dúvida inferior à de Coimbra, mas testemunhando a presença nesta vila de gente com sensibilidade e conhecimento do Grande Renascimento, que se processava na Itália, França e Espanha...

No decorrer do século XVI e no seguinte, os Moncorvenses também não permaneceram isolados. Além do papal jurídico e administrativo da Vila ocupando posição chave nas relações entre a Beira, o Minho e o Noroeste, procuraram ganhar preponderância na gestão religiosa, como veremos adiante.

O progresso económico e cultural da vila, no século XVI e XVII, testemunha-se na construção da Igreja Matriz, na capela da Misericórdia e na presença de uma Colegiada de Jesuítas, que teve a sede no Colégio de Bragança.

O Velho Rabinato Judaico motivou a presença de um Comissariado da Inquisição, servido por prisão preventiva, que ainda se conserva.

A edificação da Igreja iniciou-se em 1540, estando muito adiantada no tempo de D. João III, como se vê por datação de duas portas laterais, 1562 e 1567. No interior erguem-se oito volumosas colunas, preparadas para aguentar as abóbadas polinervadas.

A evolução política nacional reflectiu-se nos trabalhos. A conclusão do edifício ocorreu já em pleno período filipino, recebendo influencias de Espanha, patentes na fachada principal, que mostra o desacordo estilístico com o resto do monumento, embora dentro de linhas renascentistas. A fachada principal concilia o estilo do Renascimento tardio com a corrente herreriana, tão ao gosto filipino, pela austeridade tridentina. É nítida a diferença entre a frente e o corpo do edifício.

As semelhanças desta fachada com a da Igreja renascentista de La Mesquita, na Galiza, são evidentes e penso que as estou a acentuar pela primeira vez, mostrando a analogia. Ambas as Igrejas têm pórtico de volta inteiro, com vãos na fachada saliente, formando um grande paralelepípedo rectangular. A de Moncorvo é mais elevada e rematada por balaústres.

A leitura que melhor se faz da linguagem renascentista destes edifícios, mostra a influência da contra-reforma posterior ao Concílio de Trento. O estilo expressa força e pureza, reduzindo ao máximo a ornamentação.

Sente-se o toque de Juan de Herrera, transmitido pela *escola* que os seus discípulos Pedro de Tolosa e Juan de Nates abriram em Valladolid, influenciando a construção da Igreja Matriz de La Mesquita, na Galiza e reflectindo-se com evidentes analogias na fachada da Matriz de Torre de Moncorvo.

A gramática herreriana, aplicada ao Renascimento tardio, é visível no rigor geométrico, na nitidez dos volumes com arestas vivas e nos adornos com pirâmides e bolas.

Se Torre de Moncorvo recebeu influências artísticas de Espanha, principalmente da Galiza, não podemos esquecer os engenheiros-arquitectos que labo- raram naquela território no século XVI, distinguindo-se o português Mateus Lopes e os espanhóis Juan de Àlava, Rodrigo Gil de Hortañon, Gaspar de Arce, o Velho, Ginés Martinez, Xacóme Fernandez. Apesar desta larga lista de emi- nentes Mestres não logramos ainda identificar, pelo nome, o autor do projecto da Igreja matriz desta vila.

As ligações mercantis com a Catalunha, a França, os Países Baixos, a Ale- manha não se faziam só por mar mas também por terra. Os mercadores asso- ciavam-se num grupo numeroso, com animais de tracção para transporte e defesa, pois em França os roubos eram frequentes. Alguns desses grupos pas- sariam por Moncorvo. Do comércio com a França há testemunho, na Câmara Municipal, de um baú do século XVI, feito de madeira coberta a couro e refor- çado com ferro. Serviu até aos nossos dias para guardar pergaminhos medie- vais, que foram estudados por Maria de Assunção Carqueja.

Mapa mostrando a extensão jurídica e a religiosa de Torre de Moncorvo



Na sociedade religiosa e intelectual de Torre de Moncorvo no período Renascentista e século XVII ficou memória de alguns eclesiásticos notáveis. Também encontramos referências a outros moncorvenses nas listas da Inquisição.

Pela sua bondade distinguiu-se o Padre João Cardim, nascido em 1586. Foi Jesuíta e estudou em Moncorvo, em Bragança, Salamanca e acabou leccionando no Colégio de Braga, onde faleceu em 1619. Outro religioso foi o Padre Pedro de Mesquita. Andou por Roma e finou-se no Convento da Arrábida, em 1649.

Ainda no século XVI muitos sofreram com a Inquisição. As listas do Tribunal de Coimbra, para onde eram enviados, referem-se numerosos mercadores, curtidores de peles, cobradores de impostos e até um juiz de Cáceres, aqui residente. Um dos que mais terá sofrido, nesse século, foi o licenciado André Nunes, procurador da Correição da Torre de Moncorvo. A Inquisição começou por prender sucessivamente as três filhas, depois a esposa e finalmente, ele.

D. João III, o Piedoso, admitiu a Companhia de Jesus em Portugal, depois de esta se ter submetido ao Papa, em 1549.

Os jesuítas evidenciaram-se pela atenção que prestaram à educação, criando colégios, um em Bragança e fixando um grupo de Padres em Torre de Moncorvo, que passou a ser identificado como Colegiada. A sua influência na vila foi grande, principalmente no período da União das Duas Coroas, ocorrida pouco depois da sua admissão em Portugal. A influência dos jesuítas aproximou Torre de Moncorvo da Cultura espanhola, através da Arte e do alargamento do culto a Santos espanhóis, como aconteceu com o de São Lourenço, em Silhades (Felgar) no caminho que servia de passagem pela barca. O mesmo ocorreu com Santo Ildefonso, patrono do Souto da Velha. Foram estreitadas as relações com a Galiza e dali vieram algumas famílias, das quais a Salgado, ligada a Francisco Salgado de Samoza, formado em Humanidades e Direito na Universidade de Compostela, que chegou a ser Presidente do Conselho de Castela. A protecção que recebeu do Conde de Olivares trouxe-o a Portugal e influenciou a vinda de seus familiares.

Uma das motivações económicas desta região foram os minérios de ferro. No período que vimos referindo, fixaram-se aqui catalães, que introduziram os altos fornos, oriundos daquela região. A presença do nome de família Catalão teve aí origem.

Durante o domínio filipino intensificou-se o comércio com Espanha, principalmente com as regiões de Leão, Castela e Galiza. Os linhos, os canhamos e o azeite da Vilarça eram muito apreciados lá fora. Um dos principais importadores de azeite era a Galiza. O comércio com o país vizinho datava desde a primeira dinastia, mas era proibida a exportação de alguns artigos, entre eles a madeira e cavalos. A actividade dos portos secos foi ao longo de decénios muito importante, dando também lugar a contrabandos. Para os impedir foi criada uma alfândega perto da foz do rio Sabor, a fim de vigiar os produtos vindos de Espanha e embarcados nos barcos rabelos para o Porto. Essa alfândega persistiu até quase aos finais do século XIX.

A fim de não alongar demasiado esta comunicação iremos determos recor-

dando a importância territorial e administrativa, jurídica e religiosa de Torre de Moncorvo no século XVI e XVII. Foi a maior das quatro correições de Trás-os-Montes e uma das três Igrejas-Colegiadas, a norte do Rio Douro, em Portugal.

A vila por se encontrar distante da sede do Arcebispado de Braga, a que estava ligada até 1881, manteve um papel de superioridade jurídica e religiosa sobre o território da Correição. Assim, durante o período filipino, talvez com o apoio dos jesuítas, a Câmara, o Clero, a Nobreza e o Povo moncorvense, reclamaram de Felipe III de Portugal, o estabelecimento em Moncorvo da sede de um novo bispado. O argumento dizia que esta vila era a mais importante da comarca de Trás-os-Montes, não se justificando a sua dependência do bispado de Braga, situado a mais de trinta léguas. Moncorvo tinha um rendimento superior a 12000 cruzados anuais. Situava-se no caminho de Bragança, Miranda do Douro, Lamego, Guarda, Viseu, e possuía a mais moderna e grandiosa igreja da região para servir de Sé. Solicitavam para tal a elevação da Matriz a sede de Bispado. O rei Filipe III não reagiu mal mas a Metropolitana de Braga opôs-se à separação.

A importância e dimensão de Torre de Moncorvo está testemunhada num mapa editado no século XVII em Nuremberga. Não esqueçamos que a Alemanha estava ligada à Casa de Áustria, unida à Espanha. Terá sido através dessas relações que evidenciou a área de influência desta vila.

Com o passado tão rico e um presente tão empenhado na modernização, Torre de Moncorvo comparada com outras cidades, há muito que merecia ser distinguida com essa categoria.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Archives Comunales d'Anvers.
Archives de l'État à Anvers (Zurenborg).

Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato, 1970 – *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed.
ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança*.
GUERRA, Luís Bivar, 1972 – *Inventário dos processos da Inquisição de Coimbra*. Paris: F. C. Gulbenkian.
BRÁSIO, António, 1944 – *Projecto Diocese em Moncorvo*. Coimbra: Estudos.
CARQUEJA, Maria da Assunção, 2007 – *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo*. Torre de Moncorvo: Ed.C.M.T.M..
CEGARRA, Basilio, 1995 – *Atlas Arte Galicia*.
DERVEAUX-VAN USSEL, Ghislaine, 1977 – “Het retabel met de “Maagschap van Sint-Anna” uit de Sint-Annakapel van Oudergen”, in *Artes Belgicae*.
BUSSCHE, E. Van den, 1874 – *Flandre et Portugal – Brugge*.
GORIS, J. A., 1925 – *Étude sur les Colonies Merchandres Méridionales, à Anvers, 1488 à 1567*. Louvain.

- POHL, Hans, 1977 – *Die Portugiesen in Antwerpen (1576-1648)*. Wiesaden.
Les Juifs d'Espagne – histoire d'une diaspora, 1492-1992. Ed. Séfarad, 92, France.
LOPEZ, Emilio González, 1980 – *História de Galicia*.
MOPSIK, C., 1983 – *Les Évangiles de l'ombre*.
RODRIGUES, Adriano Vasco, 1990 – *O Retábulo Flamengo da parentela de Santa Ana na Igreja Matriz de Torre de Moncorvo*. Porto.
SOARES, Franquelin Neiva, 1981 – *Visitações e Inquéritos Paroquiais da Comarca da Torre de Moncorvo de 1775-1845*. Braga.

O PODER LOCAL E A IDENTIDADE CULTURAL DE TORRE DE MONCORVO

Virgílio Tavares

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, inserido no Seminário *Moncorvo: da Tradição à Modernidade*, resulta da necessidade de se reflectir sobre o desenvolvimento sustentado de Moncorvo para as próximas décadas, que não pode dispensar o sector cultural, bem como de várias investigações que temos efectuado ultimamente no concelho e região. Por isso escolhemos o título *O poder local e a identidade cultural de Torre de Moncorvo*, já que era o mais adequado à temática que se tem vindo a trabalhar localmente, bem como ao próprio tema do seminário que pressupõe a existência de um poder local interessado em debater as estratégias de desenvolvimento local que melhor poderão servir os interesses do concelho, numa ligação do passado ao presente e prospectivamente. Vivemos uma época em que o poder local, de origens ancestrais, ganhou outros dinamismos, outras responsabilidades, alargando o campo de acção, pelo que, por muitas formas e modos se impõe a sua presença numa participação cada vez mais activa na cidadania. Portanto, é mais que pertinente e adequado reflectir sobre que relação é que o poder local tem com a construção da identidade cultural deste concelho.

Sendo assim, com este trabalho pretende-se mostrar o papel do poder local na construção da identidade cultural de Moncorvo, ao mesmo tempo que se tenta justificar a existência de enquadramento lógico entre o tema do Seminário e o assunto desta comunicação.

Para a realização deste trabalho, usaram-se fontes muito diferenciadas, desde os Livros de Actas das sessões de Câmara e Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia, posturas, relatórios variados, imprensa regional e nacional, Boletins Municipais, registos magnéticos, para além da bibliografia já existente sobre o concelho. O Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo foi o local onde tivemos acesso a muitas destas fontes.

Por questões metodológicas que se prendem com uma percepção fluente e directa da mensagem a transmitir, privilegiaram-se os métodos descritivo e comparativo com recurso a imagens e à cronologia dos diferentes acontecimentos referenciados.

Na apresentação do trabalho, para além da introdução, há quatro pontos essenciais: no primeiro ponto estabelece-se a conceptualização teórica dos termos

Mapa do concelho de Torre de Moncorvo



Paços do Concelho, século XIX



chave usados: *cultura*, *identidade*, *poder local*. Isto para clarificar a abrangência do uso das expressões *poder local* e *identidade cultural*, bem como a sua relação.

No segundo ponto faz-se uma breve referência ao *poder local em Torre de Moncorvo*, com indicação dos seus aspectos mais relevantes, a fim de se compreenderem depois as realidades culturais concelhias. No ponto três explicam-se e indicam-se algumas manifestações culturais e acções consideradas como parte integrante da identidade cultural local.

Finalmente, no ponto quatro, estabelece-se a relação entre o poder local e a identidade cultural de Moncorvo, registando alguns exemplos mais significativos e intervenientes que fizeram inclusive movimentar as populações ora concordando, ora contestando. Para além disso, apontam-se alguns exemplos de intervenções que o poder local ainda não levou a cabo e que podem contribuir para o desenvolvimento e afirmação da identidade concelhia.

1. CONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA: CULTURA, IDENTIDADE, PODER LOCAL

O homem e a sua existência provocam uma complexidade de funções, de actividades, de necessidades biológicas, fisiológicas mas também culturais propriamente ditas, que gravitam à volta dele e constituem a sustentabilidade do seu percurso como ser vivo. Tudo o que envolve este percurso pode ser considerado cultura, que se vai transformando num fenómeno universal.

A cultura é constituída por uma enorme variedade de realizações, de acções, ou seja, faz parte integrante das produções do homem, desde a forma de falar, a linguagem usada, a escrita, até à maneira de se alimentar, vestir, viver em sociedade. Cultura pode ser uma variedade de tradições: artísticas, científicas, religiosas e filosóficas numa sociedade, como também as suas técnicas próprias, costumes políticos e os inúmeros usos da sua vida quotidiana.

Por isso, toda a sociedade global tem uma cultura, ou seja, a sua própria cultura, a sua própria maneira de se relacionar com a natureza, com os outros, compreendendo a maneira como produzir, o comportamento comum (usos, costumes, moral, hábitos, modos), a forma de expressão, a maneira de hierarquizar as necessidades, os bens, instituições, normas religiosas, políticas, jurídicas ou morais, a maneira de encarar o mundo. Não há uma só cultura, mas sim várias culturas, que são dinâmicas e em constante transformação¹.

É na diversidade que surge o peculiar, ou seja, as muitas culturas levam à existência de *identidades culturais* e não *identidade cultural* para evidenciar, desde logo, a pluralidade e o dinamismo da identidade cultural. Hoje é quase impossível reconhecer uma cultura que não esteja em íntima interdependência

¹ VIRTON, 1979: 362-364.

de outras. A identidade supõe uma relação de igualdade e diferença, que pode ser antagonica ou não². Ou seja, é na cultura diversificada que nasce a identidade cultural, pelo que esta vive das culturas que, marcando a diferença, permitem estabelecer níveis de igualdade genérica extensiva a um grupo, a um espaço.

A cultura nasce no homem que é simultaneamente produtor e transmissor, sendo uma combinação original e coerente de um grande número de elementos. Do mesmo modo, poder local é o poder que o homem exerce a nível de uma área restrita sobre os cidadãos ali residentes e faz parte da produção cultural que ele constrói na sua vida quotidiana.

O poder local é o poder que a Constituição da República Portuguesa de 1976 confere às autarquias locais. Consta na administração dos interesses que lhe são peculiares, através da vontade dos seus membros, transformando-se assim em poder local democrático.

O âmbito do poder local está limitado não só à legislação em vigor que é expressa na Constituição pelos órgãos do poder central, mas também a um determinado espaço, como uma freguesia ou um município, com os seus próprios órgãos: Junta e Assembleia de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente. Ora, costuma designar-se por poder local todas as atribuições das autarquias locais que, após o 25 de Abril de 1974, ganharam um dinamismo democrático nunca antes experimentado, bem como novos desafios e competências que tornaram mais complexas as funções dos dirigentes das freguesias e municípios.

Contudo, antes de 1974 já existiam as administrações municipais, cujas tradições remontam à época medieval, altura em que são criados os concelhos através de Carta de Foral, ganhando certa autonomia. O que levou ao aparecimento das freguesias e concelhos foi a fixação das pessoas nas localidades, o desenvolver das actividades económicas (agricultura, pecuária, artesanato e comércio), das vias de comunicação, o surgir de interesses comuns e a necessidade de encontrarem soluções para os seus problemas da vida em sociedade. A organização do concelho e a sua administração era personalizada em função das suas características quer económicas, religiosas, militares ou até políticas.

Segundo Baquero Moreno, *nos séculos XIV e XV verifica-se uma profunda transformação nos municípios. O acesso da cavalaria vilã aos primeiros lugares governativos gera inúmeros abusos*. Isto vai criar condições para a intervenção do poder real. E, em Portugal, surge o *1.º sinal intervencionista do poder central na vida local expresso no regimento dos corregedores concedido por D. Afonso IV em 1332*³.

Após a época medieval, os concelhos continuaram, embora suportados pelas cartas de foral e numa subserviência ao rei, onde o exercício da autonomia era limitado, não tendo meios ao seu alcance para desenvolver as suas localidades. No século XIX, com o liberalismo, as alterações sucedem-se, como:

² GADOTTI, 1991: 1-3.

³ MORENO, 1986: 13.

são extintos muitos concelhos e criados outros, embora em menor número; no Código Administrativo de 1836, há alguma descentralização face à autonomia local. Mas segue-se a legislação de Costa Cabral (Código de 1842), que faz retornar a 1832. Os administradores dos concelhos eram de novo da escolha governamental. E, *com avanços e recuos assim se caminhou até ao fim do século XIX*⁴.

Durante o século XX, na I República, é a lei n.º 621 de 23 de Junho de 1916 que confere às paróquias civis o nome oficial de Freguesias e o corpo administrativo passou a ser a Junta de Freguesia⁵. As atribuições do poder local aumentam, a Administração Municipal passa por momentos que a atrofiam e limitam, nomeadamente no Estado Novo, em que a sua independência em relação ao poder central era sufocante para o desenvolvimento local. É um centralismo redutor de 140 anos (1834-1974) que tornaram difícil o aparecimento do verdadeiro poder local. Depois de 1940, o código administrativo divide o território em concelhos que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e estes em províncias. O concelho é assim a unidade básica.

Após o 25 de Abril de 1974, as autarquias ganham o voto popular, outras atribuições e surgem as grandes transformações que o poder local democrático operou nas suas localidades com a ajuda de fundos comunitários e descentralizações que o governo central foi executando.

2. O PODER LOCAL EM TORRE DE MONCORVO

Como se viu, o poder local nem sempre teve a mesma designação e muito menos atribuições. Antes de 1974 os Presidentes de Câmara eram nomeados, mostrando uma forte dependência em relação ao Poder Central.

Em Torre de Moncorvo também assim se passou, atravessando vários séculos, num percurso iniciado com a Carta de Foral de D. Dinis em 1285, passando pelo foral dado por D. Manuel I em 1512 e por outras decisões políticas da administração central até aos nossos dias.

Antes de 1974 havia, no município: a *Câmara Municipal* composta por 5 elementos, ou seja, o Presidente e mais 4 vereadores; o *Conselho Municipal*; *Órgãos Consultivos*. Nas juntas de freguesia estavam nomeados os elementos mais da confiança das câmaras, defensores do regime salazarista (ou pelo menos pactuando com o poder). Havia também os regedores igualmente convidados e nomeados pela entidade municipal. Os Presidentes de Câmara eram ainda nomeados pelo Governo Civil.

Torre de Moncorvo tivera os seus autarcas inseridos neste sistema de política nacional. Assim, António Emílio Andrês tomara posse a 10 de Dezembro de 1971 e presidia à Câmara Municipal quando se dá o 25 de Abril. Surge

⁴ MORENO, 1986: 13.

⁵ COSTA; RIBEIRO, 1995: 17.

depois a Comissão Administrativa que reúne pela primeira vez a 20 de Novembro de 1974 já com o novo executivo, presidido por Almiro Ângelo Sota⁶.

É a 4 de Janeiro de 1977 que se dá a posse de José António Marrana como Presidente da Câmara de Moncorvo à frente do primeiro executivo eleito democraticamente pelos eleitores do concelho. O seu mandato prolonga-se até 1979. Seguem-se os seguintes autarcas eleitos: Almiro Ângelo Sota, de 1980 a 1982; Rui Fausto Fernandes Marrana, de 1983 a 1985; Fernando António Aires Ferreira, de 1986 a 1989, de 1990 a 1993, de 1994 a 1997, de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e que cumpre actualmente o seu sexto mandato à frente do executivo da Câmara de Moncorvo⁷.

3. A IDENTIDADE CULTURAL DE TORRE DE MONCORVO

Torre de Moncorvo, enquanto espaço administrativo composto por 17 freguesias, ganhou a sua própria identidade cultural durante todo o seu percurso após a formação do concelho no século XIII. Para a formação dessa identidade que se orgulha de possuir há diversos factores que não se podem descurar.

Entre eles salientam-se:

1. As raízes medievais no ex-concelho de Santa Cruz da Vilariça que existiu antes de a população se ter mudado para a encosta do Reboredo, com a designação de Torre de Moncorvo, bem como as cartas de foral que teve.
2. A criação da comarca de Moncorvo que muito vai contribuir para determinar a vida social, política, económica e cultural da sede do concelho, nomeadamente nos séculos XVIII a XX, alargando o seu espaço de intervenção e tornando-se a sede de um território com o respectivo suporte administrativo e judicial⁸.
3. A criação do Vicariato de Torre de Moncorvo no século XIX, constituído pelos concelhos do sul do distrito. Em 1881, Moncorvo entra para a Diocese de Bragança e Miranda e o Vicariato de Torre de Moncorvo acaba por ser extinto por D. José Alves Mariz em 14 de Abril de 1888⁹.
4. A sua situação geográfica na margem direita do rio Douro que o separa da Beira Alta. Tem por limites, a Norte, os concelhos de Alfândega da Fé, Mogadouro e Vila Flor. A Ocidente, o de Carrazeda de Ansiães. A Nascente, o de Freixo de Espada à Cinta, e a sul o rio Douro. Faz parte

⁶ *Livro de Actas da Câmara Municipal*, acta de 23 de Maio de 1974; *Livro de Actas da Câmara Municipal* de 1971 a 1976, acta de 23/5/1974, p. 173 f.; *Livro de Actas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo n.º 16*, acta de 10 de Dezembro de 1971.

⁷ Com base nos *Livros de actas* diversificados, correspondentes aos respectivos mandatos.

⁸ Moncorvo transforma-se, no Antigo Regime, em sede de uma Comarca das mais importantes da região norte. Ia de Chaves até Amarante e comportava 26 vilas e 182 freguesias. Em 1821, a Comarca de Moncorvo tinha ainda vinte vilas, e em 1822, nas eleições dos deputados às Cortes, foi uma das 26 divisões eleitorais de Portugal.

⁹ AFONSO, 1982: 1-20.

da sub-região do Douro Superior sendo atravessado pelo rio Sabor e com o Vale da Vilarça contrastando com as terras de montanha da grande maioria das suas aldeias¹⁰.

5. As reformas administrativas ao longo dos séculos, particularmente as liberais, com a de 1853 a ser profundamente decisiva para uma configuração territorial semelhante à actual.
6. As medidas tomadas pelas administrações centrais e locais, diferenciadas ao longo do tempo nas políticas vigentes em cada época, provocaram, não só as transformações espaciais, como as sociais e culturais.
7. As formas de sentir e actuar das populações em face das decisões a elas dirigidas e das regras impostas, bem como as respectivas reacções perante as dificuldades do clima, do solo, das crises agrícolas imprevistas, das doenças traiçoeiras e dizimantes, também perante a satisfação das suas necessidades básicas, biológicas e sociais.

Todos estes factores foram construindo uma imagem, uma forma de estar na região e no país, uma forma de intervir, ou seja, foram construindo a identidade cultural de Moncorvo, assente em multifacetadas actividades, realizações, decisões que foram acontecendo através dos séculos. A unidade territorial nasce da diversidade de espaços que vão sendo anexados ao concelho e proporcionam a criação dessa cultura própria assente na pluralidade de formas de vida quotidiana das suas gentes.

São múltiplos os exemplos de manifestações culturais, cívicas ou sociais, políticas ou religiosas, económicas ou de lazer que ocorreram e ocorrem em Torre de Moncorvo e marcam a sua identidade cultural de uma forma peculiar, misturando-se com a sua riqueza histórica.

Não é necessário recorrer-se a todo o percurso histórico do concelho para se encontrarem os traços fisionómicos da identidade moncorvenses. Eles encontram-se na actualidade e nos diferentes sectores da vida social, demonstrando a vitalidade suficiente para se prospectar uma preservação e duração invejável. Os exemplos que se seguem são testemunho desta realidade incontestável:

¹⁰ O concelho ocupa actualmente uma área de 542,77 quilómetros quadrados, distribuídos por cadeias de montanhas, zonas planálticas como a do Castedo/Lousa, a de Carviçais, da Adeganha/Cardanha, a de Urros, vales e encostas bem arborizadas, atravessada por vários ribeiros, ribeiras e ainda pelo rio Sabor que vai desaguar ao Douro. A Ribeira da Vilarça com o seu fértil Vale, a Serra do Reboredo, e ainda as Serras de Felgueiras e o Monte da Mua em Felgar (estes dois onde se situam as jazidas de ferro), são áreas importantes que se destacaram pelo papel de apoio, vida e subsistência desempenhado ao longo dos séculos, para com os povos que ali passaram e viveram. Dista cerca de 100 quilómetros de Bragança e é servida pela Estrada Nacional que segue para a Guarda, tendo o perfil de IP2 (apenas na área concelhia desde a Ponte do Sabor ao Pocinho, marginal ao Rio Douro). Por Moncorvo passa igualmente a Estrada Nacional n.º 220 que do Pocinho segue para Mogadouro e Planalto de Miranda. Fica a igual distância de Vila Real e da Guarda. Mirandela está apenas a 50 quilómetros. Tem um clima que se divide em dois micro climas com as zonas mais próximas do Douro e as do Vale da Vilarça e rio Sabor a atingirem temperaturas elevadíssimas no Verão (superiores a 40º), e as zonas dos Planaltos, mais altas, a apresentarem temperaturas inferiores a zero graus durante o Inverno.

- a) As festas e romarias religiosas que se realizam em todas as freguesias e aldeias, anual e ciclicamente, preservando tradições seculares, proporcionando o convívio entre residentes e ex residentes ou naturais que emigraram: desde a Sr.^a da Assunção em Moncorvo a 15 de Agosto, à Sr.^a do Amparo no Felgar no 3.º fim-de-semana de Agosto, passando pelo Santo Apolinário de Urros, Santa Eufémia de Felgueiras, Sr.^a dos Remédios em Lousa, Sr.^a da Glória e Sr.^a da Assunção em Peredo dos Castelhanos, Santa Luzia no Larinho, S. Sebastião em Carviçais, S. Martinho de Maçores, S. Brás na Cabeça Boa, Sr.^a do Castelo na Adeganha, entre outras.
- b) A tradição Musical de Torre de Moncorvo com vários grupos musicais, uns mais modernos, outros mais tradicionais, onde se destacam as três Bandas de Música ou Filarmónicas: Carviçais, Felgar e Lousa.
- c) O associativismo diversificado e enraizado, desde o económico ao religioso, passando pelo recreativo e cultural. Moncorvo possui 31 associações recreativas e culturais, 16 desportivas, e mais de duas dezenas ligadas ao ensino, à assistência social, à economia, não falando das de carácter religioso, que dinamizam as respectivas populações¹¹.
- d) A recuperação do património cultural, particularmente o construído, dando a Moncorvo as suas raízes de vila fortificada e apalaçada que se destacava nos séculos XVIII e XIX em relação aos outros concelhos regionais. São disso exemplo o Chafariz Filipino, as muralhas do Castelo, a Casa da Roda dos Expostos, jardins, cine-teatro, Paços do Concelho, criação de museus, recolhas arqueológicas.
- e) A abertura de espaços de leitura e recreação, desporto e lazer, bem como a edição de livros literários ou de estudos históricos que fazem a ligação entre o passado e o presente, projectando o concelho para um futuro de memória nas suas raízes e compreensão da sua existência.
- f) A prática de trabalhos artesanais típicos, desde a cestaria em vime de Carviçais que o sr. Celestino ainda vai executando e cuja arte já transmitiu a várias jovens, os bordados de Mós, as mantas de Castedo e Urros às amêndoas cobertas de Moncorvo que, de uma forma igualmente artística, continuam a produzir-se artesanalmente e toda uma riqueza gastronómica que cativa turistas e visitantes.

Para além destes exemplos, muitos outros se podiam referir, pois fazem parte da vida de Moncorvo, das suas gentes, mas o tempo e o espaço não permitem a sua enumeração exaustiva. Porém, com aqueles que se seleccionaram e registaram a seguir são mais que suficientes e permitem compreender a relação poder local/identidade cultural que é objecto deste trabalho.

¹¹ TAVARES, 2005: 127-130.

4. RELAÇÃO ENTRE O PODER LOCAL E A IDENTIDADE CULTURAL DE TORRE DE MONCORVO

O exercício do poder local conduz necessariamente a uma intervenção no pulsar do quotidiano das populações locais, nos diferentes sectores das gerações que se vão renovando, de uma forma mais ou menos intensa, mas decisiva. Essa intervenção, antes do 25 de Abril de 1974 era condicionada e limitada às directrizes dos regimes que vigoravam no país. Durante o período do Estado Novo *não era possível falar em Poder Autárquico*, pois, de facto, *os membros das Câmaras e das Juntas de Freguesia não eram mais que simples agentes do Poder central, sem qualquer autonomia, limitados à mera gestão dos assuntos correntes, sem merecerem a confiança das populações locais*¹².

Após 1974, e com a constituição de 1976, *opera-se uma profunda mudança na natureza e na organização das autarquias locais. Conquista-se a autonomia e institucionaliza-se o voto secreto para a eleição dos seus representantes*¹³. A transferência de atribuições e competências coloca nas mãos dos autarcas meios que por sua vez estes põem ao serviço das populações. Por isso, é neste poder local democrático do último quartel do século XX e primeiros anos do XXI que se regista uma maior intervenção na vida das populações locais, pois o poder está mais próximo dos cidadãos que também mais facilmente fazem valer reivindicações e direitos ou necessidades.

Isto acontece na generalidade das autarquias, incluindo as do interior, como é o caso de Torre de Moncorvo. Neste concelho do Douro Superior, a acção do poder local democrático a nível da identidade cultural do território que administra intensifica-se e produz efeitos mais visíveis do que com as administrações municipais anteriores, como se pode observar através dos factos a seguir referenciados.

4.1. Intervenções no âmbito da identidade cultural

Entre as muitas intervenções levadas a cabo pelas administrações municipais de Moncorvo até à actualidade, seleccionaram-se algumas amostras que se consideram que melhor evidenciam e fundamentam a relação entre o poder local e a identidade cultural.

Com efeito, realizações culturais sempre tiveram lugar no concelho de Torre de Moncorvo, desde que é município, grande parte delas provenientes da iniciativa religiosa e dos cidadãos, com cariz popular em muitos casos, mas também com alguma colaboração de classes mais abastadas, noutros. A participação da administração local era reduzida e apenas intervinha em certos casos pontuais, como as procissões mais religiosamente tradicionais. O que acontece, por exem-

¹² LOUREIRO, 1977: 14.

¹³ FERNANDES, 1977: 11.

plo, em 1644, pois a Câmara elegia os mordomos para a Procissão do Corpo de Deus, com o pormenor de indicar quem ia pegar ao Pálio, quem representava as profissões/corporações profissionais, ou seja, atribuía as respectivas funções a cada um dos intervenientes e elementos activos da sociedade da época¹⁴.

A *Academia dos Unidos* nasceu em Torre de Moncorvo, em 1731, fundada com a mão de Francisco Botelho de Moraes Vasconcellos, na sequência de desgostos passados na corte e da sua decisão de regressar à terra natal, Moncorvo. Esta Academia era *uma espécie de lar intelectual, onde com os seus amigos se dedicava aos estudos literários, à música, à dança, ao manejo de cavalos, etc.*¹⁵.

O teatro medieval representa outro exemplo de iniciativa cultural civil, conservando-se ainda durante bastantes anos nas aldeias, como por exemplo o drama *Donzela Perdida* em Adeganha, ou os *Reis Falados* em Carviçais que desapareceram já em meados do século XX. Com esta representação articulava-se uma outra, chamada *A Pastorada*. Eram momentos de sociabilidade que envolviam várias pessoas que vinham até de aldeias vizinhas¹⁶.

No entanto, o poder municipal não interferia com grande significado, mantendo um certo afastamento, o mesmo acontecendo com outras realizações como a criação de associações culturais. No Verão de 1891, surgem duas que tiveram muita influência na recreação e cultura da vila: *Estudantina Luz e Esperança* e o *Clube Moncorvense*. A primeira, era uma tuna musical que actuava na rua, nos bailes populares, nas romarias. O segundo, era uma associação artística e recreativa com um grupo de teatro, salão de bailes e jogos, organizando, inclusive, piqueniques. Em 1890 é fundada uma orquestra a partir da escola de música que a filarmónica local mantinha¹⁷.

Em 1897 foi criado um novo espaço de cultura e recreio na Rua Tomás Ribeiro chamado *Sociedade artístico-comercial*, mas com o nome oficial de *Grémio Fraternidade* inspirado em ideias republicanas e que criara com o Clube Moncorvense uma secção com tuna musical que se chamava *Luz e Claridade*¹⁸. Porém, a autarquia também participava, de alguma forma, nas folias populares, pois havia folguedos pelas ruas, representações teatrais no Colégio ou no teatro, enquanto que no Salão Nobre da Câmara era o baile de gala¹⁹.

Produziam-se espectáculos de lazer e sociabilidade religiosa e profana, como era o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que organizava a *Dança dos Pretos* no dia 5 de Janeiro de cada ano, véspera do dia de Reis. Na segunda metade do século XIX já se efectuava esta dança naquela vila que continuou pelo século seguinte, mas com interrupções por vezes longas. Em 1935 voltou a ser realizada²⁰. Na Vila, a *Dança das Fitas* realizou-se pelo menos em 1930 e em 1964,

¹⁴ Livro de Actas da Câmara de 1644, folhas 19 a 21.

¹⁵ BAPTISTA, 1996: 32.

¹⁶ ANDRADE, 1993: 175-176.

¹⁷ TAVARES, 2005: 110-115.

¹⁸ ANDRADE, 1993: 175-176.

¹⁹ ANDRADE, 1993: 180.

mas era organizada já desde longa data. *A Dança das Fitas e a Dança dos Pretos eram o verdadeiro teatro tradicional moncorvense*²¹. No Felgar, freguesia de Moncorvo, era costume dançar satiricamente pelas ruas da aldeia, parando de quando em vez, cantando, recitando poesia ou prosa corrente, às vezes de crítica mordaz a acontecimentos sociais ou naturais ali ocorridos durante o ano²².

Outras realizações houve no espaço moncorvense, como por exemplo: em 1904 a mancha florestal do Reboredo é declarada Mata Nacional, como que reconhecendo a perfeita ligação Homem/Natureza. Em 1911 era inaugurada a linha de caminho de ferro do Sabor, entre Pocinho e Carviçais, servindo Moncorvo. E só em 1927 é que o comboio ultrapassa Carviçais e chega a Lagoaça. Outras estruturas ganha a Vila, como é o caso do Asilo Francisco Meireles (1916), a Associação Comercial e Industrial (1928), os Bombeiros Voluntários (1933), e o Tribunal lançado ao mesmo tempo. Os CTT têm edifício em 1940, as Carmelitas constroem o seu Convento em 1948, a Adega Cooperativa é criada em 1962, e o Colégio Campos Monteiro funcionava em pleno com 130 alunos que se juntavam aos 414 do ensino público e aos 300 das escolas primárias.

Verificava-se que as intervenções das administrações locais eram limitadas, embora estivessem representadas em muitas delas, pois as obras de maior vulto partiam da vontade do poder central e as populações nem sequer eram ouvidas. O decorrer dos anos fez esquecer algumas tradições, renovar outras e até fez emergir novas formas culturais no concelho de Moncorvo. Por conseguinte, encontram-se vários exemplos ao presente, construídos com os alicerces e as raízes do passado.

Moncorvo possui actualmente um conjunto de estruturas que suportam o desenvolvimento de actividades de âmbito cultural não só diferenciadas como também qualitativamente bem conseguidas. O Cine-teatro e o Celeiro são dois espaços de excelência na dinamização da oferta de espectáculos recreativos que os moncorvenses têm aproveitado assiduamente, enchendo com frequência os lugares disponíveis.

Ora, a história do cine-teatro é, só por si, bem demonstrativa da intervenção do poder municipal no sector da cultura. É que a vida teatral em Moncorvo foi muito intensa, sendo um dos principais centros do distrito nesta área, desde os finais do século XIX até meados do seguinte. No Castelo de Moncorvo, o teatro chegava a ter três espectáculos por semana. Muitas companhias de Lisboa e Porto representaram no Teatro de Moncorvo que não era só animado pelo grupo de amadores do *Clube Moncorvense*. Em 1911, tiveram lugar as primeiras sessões cinematográficas semanais em Torre de Moncorvo²³.

Não admira que, em Janeiro de 1933, se constitua uma Comissão com vista a proceder à construção do edifício do Teatro Municipal da vila de Moncorvo, que obtém licença camarária para o lugar situado para o lado sul do jardim 28

²⁰ JÚNIOR, 1980: 35-39.

²¹ ANDRADE, 1993: 168.

²² JÚNIOR, 1980: 70-122.

²³ ANDRADE, 1993: 175.

de Maio. Tornava-se imperioso não deixar morrer o dinamismo do teatro, afectado por um violento incêndio que consumira a casa do Teatro no Largo do Castelo onde em 1905 se iniciara a projecção de filmes.

Cine-Teatro de Torre de Moncorvo



A referida comissão era encabeçada por Antero Augusto Silva que promoveu uma subscrição pública entre os emigrantes de Moncorvo espalhados pelas colónias e pelo estrangeiro e contou com o contributo da Câmara em 10.000\$00. O movimento a favor do cine-teatro crescia, pelo que a Comissão de Iniciativa e Turismo já pretendia instalar uma biblioteca, um Posto de Turismo e um salão para os Bombeiros em dependências anexas. Tudo parecia correr bem, já que contavam também com o apoio do então subsecretário de Estado das Finanças, dr. Águedo de Oliveira, não só a nível do apoio governamental, como até pessoal²⁴.

Porém, só em Setembro de 1941 o Conselho Técnico de Inspecção dos Espectáculos aprovou o projecto da obra elaborado por António Ferreira Pinto e Albérico Teixeira de Almeida. As obras demoraram toda a década, sendo a inauguração oficial realizada dia 16 de Fevereiro de 1950, com a presença do

²⁴ *O dr. Águedo de Oliveira mostrou nessa altura a disponibilidade para oferecer o seu acervo bibliográfico para a futura biblioteca a criar no cine teatro. Contudo, após o 25 de Abril, esta disposição alterou-se e o seu acervo vai par a Bragança, dando origem à criação da actual fundação “Os Nossos Livros”.*

Governador Civil e a projecção do Filme *Quinze Anos de Obras Públicas*, tendo, nesse dia, sido exibido o filme português *Ribatejo*, de Henrique Campos. Nesse ano, a exploração cinematográfica era concessionada a Manuel de Sousa Moreira, cuja arte já desenvolvia na garagem Torre.

Em 1972 é encerrado para obras de conservação e depois de prontas é entregue a concessão de cinema à Lusomundo que mantém a exploração do mesmo até Novembro de 1986. Segue-se a gestão desse espaço pela Câmara, sendo utilizado para actividades recreativas e culturais, cinema, quer da autarquia quer de várias entidades e grupos de pessoas do concelho e fora dele. Nos seus espaços chegaram a efectuar-se reuniões da Assembleia Municipal, enquanto decorriam obras nos Paços do Concelho. Em Janeiro de 2002 é encerrado de novo para obras de remodelação com projecto do Gabinete do Centro histórico da Câmara de Moncorvo. Actualmente, já continua a exercer as suas belíssimas funções culturais para que foi construído.

Quanto ao Celeiro, é conveniente conhecer o passado do edifício, que nada tinha a ver com espectáculos de recreação, pois situa-se junto da estação da antiga CP, pertencia à EPAC, servia de armazenamento de cereal de Moncorvo, daí a designação de celeiro. A autarquia adquiriu-o, realizou as obras adaptando o espaço para uma sala de espectáculos. Em 25 de Maio de 2002 foi usado pela primeira vez como sala de espectáculos, durante o Encontro Internacional de Teatro. O auditório conta com 205 lugares sentados e um palco devidamente equipado²⁵.

Muralha do Castelo



²⁵ Boletim Municipal de Torre de Moncorvo relativo ao ano de 2003 (sem data nem dados técnicos).

Além destes dois exemplos, a abundância da participação activa do Poder Local na promoção da cultura das gentes do concelho é grandiosa e multifacetada. Para uma melhor sistematização, apenas indicamos mais alguns exemplos do pós-1974, que dividimos em três períodos:

Período de 1974 a 1985

Este período pode-se subdividir em dois: um primeiro de 1974 a 1979 que é caracterizado por alguma lentidão na resolução de problemas fundamentais da Vila e das aldeias, como o abastecimento de água e a electrificação, bem assim dos de carácter cultural. Com as primeiras eleições autárquicas em 1976, pressente-se que os problemas, há anos sentidos, podem ter soluções mais rápidas, mas não conhecem avanços significativos. A cultura continua adormecida, incluindo a projecção de Moncorvo através dos órgãos de comunicação social.

Regista-se a construção do Ginásio da então Escola Preparatória na Corredoura (o movimento de terras já se efectuava em 1974), o arrendamento da casa da Rua Tomás Ribeiro ao Dr. Ilídio Altino Vaz Lopes para a PSP, a luz verde para aquisição de terreno para a Escola Secundária, e a Instalação do Quiosque na Praça que mais tarde veio a ser retirado.

Celeiro



Um segundo espaço temporal que engloba o mandato de 1980 a 1985. Denota-se uma mudança, embora lenta, do volume e alargamento das intervenções culturais no concelho. Para além de edifícios de utilização colectiva, como o Mercado Municipal, o Edifício Complementar da Câmara, o GAT na parte do terreno, projecto, administração da obra e 30% da verba, o sector ambulatorio do Centro de Saúde (terreno, projecto e administração da obra) e os Bombeiros Voluntários (aquisição do terreno, projecto e ainda cerca de 20% da verba), construíram-se as Escolas Primárias de Felgueiras e de Carvalhal e Mós.

Período de 1986 a 2001

Este período revela grande dinamismo cultural e em sectores relacionados como a educação, desporto e turismo. Abrange quatro mandatos, todos liderados pelo mesmo autarca. É a era após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em que várias obras se concretizam e são inauguradas, mudando definitivamente a vida dos moncorvenses, dando um salto confortável no bem-estar dos seus habitantes.

De 1986 a 1993 construíram-se, na sede do concelho, os seguintes edifícios colectivos: Quartel da GNR, ampliação do edifício complementar da Câmara,

Biblioteca



recuperação do Posto de Turismo, Escola Preparatória (em parceria com o Ministério da Educação), Biblioteca Municipal, Aquisição da Antiga Igreja de S. Francisco, terminal Rodoviário e a intervenção na ajuda da recuperação do Tribunal Judicial. Apoiaram-se na construção das sedes das Juntas de Freguesia de Maçores, Souto da Velha, Adeganha, Peredo dos Castelhanos, Horta da Vilarça, Castedo, Delegação das Juntas em Estevais, em Junqueira e em Cabanas de Baixo, dos Centros de Dia de Carviçais, Lousa e Felgar, dos Postos Médicos de Urros e Carviçais.

Construíram-se as pré-primárias de Moncorvo (Santo António), Açoreira, Horta da Vilarça, Carvalhal, Urros e Junqueira; os campos de futebol de Horta da Vilarça, Mós, Cabanas de Baixo, Peredo dos Castelhanos, Lousa, Cardanha, beneficiação do de Felgueiras e do campo Municipal. Plantaram-se ainda cerca de 3000 árvores em todo o concelho.

1993 foi um ano de inaugurações e de revolução do Trânsito da Vila, com a preservação da Praça Francisco Meireles ao trânsito de pesados e a inauguração do Terminal Rodoviário.

Já desde 1994 a 2001 podem-se realçar as seguintes obras e acções: foram abertas as Piscinas Municipais em 10 de Julho de 1998, criaram-se mais 50 lugares de estacionamento (só entre Agosto de 1997 e o mesmo mês de 1998), foi aberta a Avenida Nova que entrou em funcionamento no Verão de 1998 (tinha sido adjudicada em 1995), resolvido o aterro sanitário com um protocolo, onde os concelhos da AMDS, Vila Nova de Fozcôa, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Torre de Moncorvo, passaram a poder depositar os lixos sólidos no Aterro Sanitário da Terra Quente.

A Biblioteca Municipal cujo novo edifício entrou em funcionamento em 1997, com a Sala Santos Júnior e o seu recheio bibliográfico, o Arquivo Histórico inaugurado em 20 de Março de 1999 pelo então ministro do Equipamento Planeamento e Administração do Território, Eng.º João Cravinho e que teve uma intervenção do professor doutor Fernando de Sousa, da Faculdade de Letras do Porto, que contém um acervo documental valioso onde o Fundo dos Pergaminhos e o Fundo de Livros Manuscritos fazem crescer o apetite a qualquer investigador e enchem de orgulho qualquer autarca ou natural do concelho, e o Centro de Memória, em fase de construção, são outras estruturas que mantêm um nível elevado de cultura aos moncorvenses, pois os seus espaços estão preparados para a leitura, para a recreação, mas também para a investigação. São preciosidades que fazem a ligação perfeita passado/presente e garantem uma continuidade da Identidade Cultural de Moncorvo, evitando apagar as suas raízes, guardando-as em segurança e modernismo.

Os Paços do Concelho de Torre de Moncorvo foram inaugurados em Março de 1999, após 15 anos fora do serviço para que foi concebido neste período. A Garagem Central foi demolida, o que permitiu o estabelecimento de um circuito pedonal por baixo do Arco e em direcção às traseiras do Tribunal, e o Museu do Ferro abriu ao público.

Praça do Município de Moncorvo



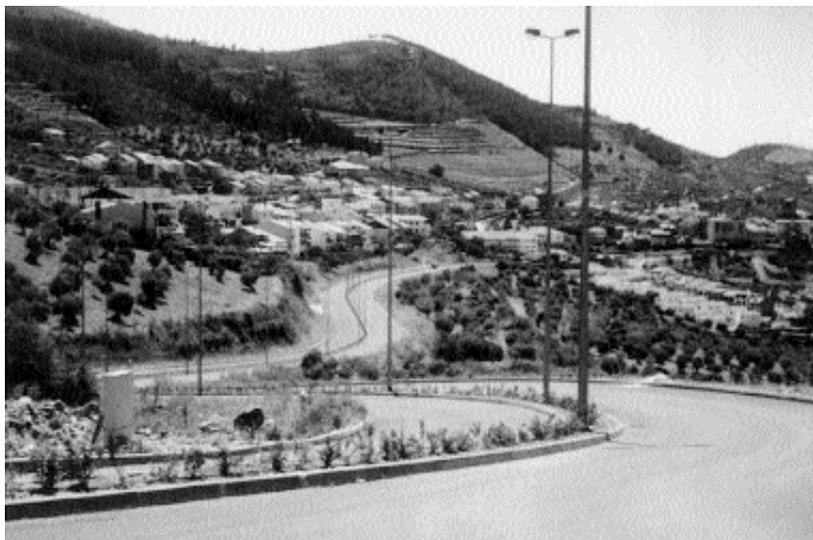
Período de 2002 a 2006

As intervenções no Centro Histórico da vila com recuperação de fachadas desde 2002, da responsabilidade do gabinete do Centro Histórico; a Bial de Poesia do Douro e Vale do Côa em 2002; o Dia internacional do Livro Infantil; Dia Mundial da Poesia; Encontros Internacionais de Teatro (em 2002 efectuava-se o IV), as Comemorações do 25 de Abril que incluem os Jogos Desportivos Concelhios abertos à participação feminina em 2002, o Festival Rock de Carviçais, o programa de natação para crianças, transportando-as de vários pontos do concelho até às piscinas municipais, o Open Internacional de Parapente, as actividades das Amendoeiras em Flor incluindo as Feiras de Artesanato que já vão na XXI edição; o Raid Fluvial do Douro, os programas das Férias Desportivas na Foz do Sabor, os investimentos na educação com aproveitamento das escolas que fecham, melhoramentos das que funcionam e construção de cantinas; as homenagens a ilustres do concelho e fora dele (D. António Rafael, Bispo Resignatário de Bragança e Miranda, foi homenageado pela Câmara em 19 de Março de 2003 com a atribuição de *Cidadão Honorário de Torre de Moncorvo*; o Dr. Camilo Augusto Sobrinho, Presidente da Câmara antes de 1974 foi também homenageado naquele ano); a instalação do posto de Turismo na Casa da Roda dos Expostos em 16 de Fevereiro de 2002; o lançamento da revista *Íman* pela mão da Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Carviçais.

Apoiadas pela Câmara têm sido também as associações recreativas e culturais do concelho, constituindo uma mais-valia com a promoção de iniciativas

culturais, revivendo tradições e recuperando-as, actualizando-as e até conferindo-lhe algumas anotações modernas que fazem atrair o turismo e os meios de comunicação social, permitindo um viver mais saudável a quem delas faz parte ou com elas beneficia. O protocolo realizado entre a Câmara e as Associações, com destaque para as Bandas de Música do concelho, em 2003, garantindo um apoio anual que permita a essas associações desempenharem melhor as suas funções de lazer, recreação e cultura, é uma forma de apoiar a cultura musical filarmónica.

Avenida Nova



As Comissões de Festas têm contado também com a Câmara para ajudar de diversas formas a levar os seus objectivos de lazer, recreio e convívio em frente. O poder local até já impulsionou a criação de Comissões de Festas, como a da Sr.^a da Assunção em Moncorvo, evitando perder-se a tradição e introduzindo-lhe atractivos, como a Festa do Emigrante.

O impulso dado ao sector cultural continuou a desenvolver-se até à actualidade com novas intervenções, actividades culturais, muitas delas com impacto regional e internacional, como é o caso deste Seminário *Moncorvo: da Tradição à Modernidade*.

Sucedem-se actividades levadas a efeito pelo sector cultural que incluem a Biblioteca Municipal, como a *Hora do Conto*, a *Biblioteca em Movimento*, onde acções como os *Livros vão à Escola* ou a *Leitura para Idosos* são frequentes, semanais, levando ao meio rural também essas formas culturais. A Internet para todas as idades chegou em Agosto de 2006 no mesmo edifício do Centro de Memória. A 8 de Dezembro de 2006 abrem ao público as piscinas cobertas.

Chafariz



Neste ano tiveram lugar as construções dos polidesportivos de Cardanha, Castedo e Peredo que se seguiram a outros já existentes, entrou em funcionamento a ecopista, aproveitando o percurso da Linha de Caminho de Ferro do Sabor entre Moncorvo e Carvalhal, a prolongar até Carviçais.

4.2. Algumas propostas de intervenção

No entanto, não há bela sem senão, diz o povo. Com efeito, nunca está tudo realizado. No caso de Moncorvo, há alguns aspectos que fazem parte da sua identidade cultural e que não têm tido a devida atenção nem o tratamento que se impunha. Referimos aqui cinco exemplos, como propostas de intervenção, que acreditamos possam vir a ser objecto de observação pelo poder local, pois poderão ser uma mais valia para a captação de visitantes, ao mesmo tempo que vão gerar riqueza e desenvolvimento local.

1. O Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo da Ordem dos Capuchos da Conceição, foi fundado em meados do século XVI, tendo sido remodelado no início do século XVII. Passou diversas vicissitudes no liberalismo e foi parar a um particular. Em 1915, no local do Convento, era inaugurado o edi-

fício do Asilo Francisco Meireles, ficando apenas a Igreja Conventual. *Esta foi profanada há anos, a servir de oficina de reparação de máquinas e que tem sofrido nos últimos tempos mutilações que bradam aos céus*²⁶.

Nas últimas décadas, e depois de ter sido local de representações teatrais (em 1890), continua a ser oficina da Câmara. Ora, não seria de a recuperar, de a preservar como local de cultura, porque não galeria de arte, e assim respeitar a identidade cultural de Moncorvo?

2. Outra intervenção urgente é a de estudar a hipótese de trazer para o concelho o valioso espólio arqueológico que o abade Tavares, pároco de Carviçais, reuniu pelas terras de Moncorvo e que se encontra em condições precárias no Seminário de S. José em Bragança. Já em 1995, a Associação Cultural e Recreativa de Lousa (terra natal do abade Tavares) se disponibilizava a participar na criação de um espaço local que albergasse aquele espólio e o transformasse num museu aberto à comunidade. Era uma forma de descentralizar a cultura concelhia, estendendo-a à margem direita do rio Sabor, tão carente na divulgação de atractivos desta natureza²⁷.

3. A Banda de Música de Torre de Moncorvo, conhecida pela Filarmónica Moncorvense, foi fundada em 1882 e está inactiva desde 1988. Torre de Moncorvo já teve mais 4 bandas filarmónicas além da sede de concelho: Carviçais fundada em 1898, Lousa por volta de 1920, Felgar em 1964 e Urros que acabara no início da década de sessenta do século XX. Ora, a mais antiga e mais emblemática, a da vila, está inactiva, o que representa uma falha significativa na cultura musical local, até porque há vontade de muitos em reactivá-la. Falta a liderança, a iniciativa, o impulso. Dadas as tradições filarmónicas do concelho, era possível ao poder local incentivar a formação de uma escola de música que proporcionasse a reactivação da referida filarmónica, ou encontrar outra fórmula que colmatasse esta lacuna sentida negativamente por todos.

4. A arte de Canastreiro, no concelho de Moncorvo, teve o epicentro na freguesia de Lousa. Aqui ainda há um *canastreiro* que já não exerce essa profissão, mas sabe as técnicas da feitura de cestas e canastras em madeira de castanho. Chama-se José Pulgas e dedica-se à agricultura. Porém, ainda em 2002, a Associação Cultural conseguiu que trabalhasse ao vivo na sede, mostrando aquela arte às pessoas que visitaram a *I Feira de Produtos da Terra e Artesanato local* ali organizada. Igualmente aqui a intervenção do poder local poderia ser decisiva, pois a Associação Cultural não tem conseguido que se realize ali um curso de canastreiro.

5. Por último, regista-se a presença de 2 moinhos de vento no concelho e, com o que existe em Carrazeda de Ansiães, únicos no distrito de Bragança. Situam-se na freguesia de Lousa, um junto do local onde restam alguns vestígios da presença do Antigo Convento da Santíssima Trindade, por isso se chama o moinho do Convento, e o outro é o da Portela, perto do campo de futebol. Não

²⁶ REBELO, 1992: 7.

²⁷ *Diário de Notícias* de 14 de Maio de 1995 e *A Voz da Nordeste* de 2 de Maio de 1995.

seria de aproveitar a sua existência e colocar pelo menos um em funcionamento, pois seria uma forma inédita e exclusiva de atracção turística na região norte?

Estes exemplos mostram-nos que as potencialidades turístico-culturais de Torre de Moncorvo podem ser desenvolvidas e ampliadas com aspectos ímpares e que só permitiriam um desenvolvimento local mais uniformizado e des-centralizado.

SÍNTESE

Em jeito de síntese, e após a análise de várias manifestações identitárias significativas da cultura de Moncorvo, muitas das quais acabamos de referir, verificou-se que há uma relação próxima com o poder local, sem o qual não se pode conhecer a verdadeira identidade deste concelho.

Uma conclusão fica evidente: é após o 25 de Abril de 1974 que o Poder Local intervém mais intensamente no desenvolvimento cultural de Torre de Moncorvo, demonstrando-se que, à medida que nos aproximamos temporalmente dos dias de hoje, a intensidade e a qualidade aumentam, a que não é estranha, por um lado a comparticipação comunitária, por outro a presença de Aires Ferreira à frente dos destinos da Câmara de Moncorvo há já mais de duas décadas a esta parte.

Além disso, verificou-se também que, apesar de todo o impulso dado aos problemas culturais, à preservação do património histórico e cultural de Moncorvo por parte do poder local, apesar de muito já ter sido feito e estar em execução, ainda há um árduo trabalho a desenvolver, pois ainda não estão ao serviço da cultura aspectos como a Igreja do Convento de S. Francisco, a reactivação da Filarmónica Moncorvenses, os Moinhos de Vento da Lousa, o espólio do Abade Tavares que está fechado em Bragança e a arte de Canasteiro da freguesia de Lousa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Livro de Actas da Câmara de 1644.

Livros de Actas da Câmara de 1895 a 1899.

Livros de Actas da Câmara 145/B, 1903 a 1908.

Livros de Actas da Câmara de 1908 a 1911.

Livros de Actas da Câmara 17/A, de 1911 a Novembro de 1912.

Livros de Actas da Câmara de 1912 a 1916.

Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 23 de Maio de 1974.

Livro de Actas da Câmara Municipal de 1971 a 1976.

Dossiers de Actas da Câmara: de Junho de 1988 a 30-10-1989; de Junho de 1990-1991; de 01-07-1992 a 30-09-1992; de 1992; de 06-01-1993 a Out. 1993; de 1994; de 1995 a 2000 (um por ano).

Livros de Actas da Câmara Municipal n.º 16 a 27 (1971-1988).

Acta da reunião da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo de 30 de Julho de 1982.

Acta da reunião do Conselho Municipal, dactilografada e assinada, solta, referente ao dia 22 de Fevereiro de 1982.

Imprensa

Boletins Municipais n.ºs 1 a 17 (1989-1999) e 2001-2006 (sem numeração).

Boletim Municipal de Torre de Moncorvo relativo ao ano de 2003.

A Voz da Nordeste de 2 de Maio de 1995.

Diário de Notícias de 14 de Maio de 1995.

Bibliografia

AFONSO, Padre Belarmino, 1982 – *O Vicariato de Moncorvo, Parcela Territorial de Braga, Análise de Um Manuscrito*, Braga.

ALVES, Francisco Manuel, 1985 – *Memórias Arqueológico Históricas do distrito de Bragança*, Tomos II, VII, IX e XX, Bragança.

ANDRADE, António Júlio, 1993 – *Torre de Moncorvo 1890-1905, Vida Política, Cultural e Recreativa*, Brigantia Revista de Cultura, vol. XIII, n.ºs 3 e 4, p. 115-192.

BAPTISTA, Maria Isabel Alves, 1996 – *A Academia dos Unidos – Torre de Moncorvo*, in *Amigos de Bragança*, Ano XLI n.º 8.

CASCÃO, Rui, 1985 – “Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa.

COSTA, Adalberto e RIBEIRO, Carlos, 1995 – *O Poder Local em Portugal – contributos para o seu conhecimento*, Porto: Ecla editora.

FERNANDES, Agostinho – *Poder Local, Fazer Obra*, in, CUNHA, Manuel, 1977 – *Poder Local Democrático – 20 anos, Riba D Ave – Uma Contribuição para a História Local*, Braga.

GADOTTI, Moacir, 1991 – *Identidade Cultural e Itinerário Educativo – Notas Sobre Educação Popular*, I Journee Rencontre Avec Paulo freire, Paris: La Vilette, 12 de Dezembro de 1991, Instituto Paulo Freire, Universidade de S. Paulo (<http://www.paulofreire.org/>).

JÚNIOR, J.R. dos Santos; MOURINHO, António M., 1980 – *Coreografia Popular Transmontana*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, fascículo 4, vol. 23 (15-70).

LOUREIRO, Joaquim, *Apresentação*, in, CUNHA, Manuel, 1977 – *Poder Local Democrático – 20 anos, Riba D Ave – Uma Contribuição para a História Local*, Braga.

MORENO, Humberto Baquero, 1986 – *Os Municípios Portugueses nos séculos XVI a XVI, Estudos de História*, 1.ª edição. Lisboa: Editorial Presença.

REBELO, Pé Joaquim Manuel, 1992 – *O Convento de S. Francisco*, edição da Escola Preparatória de Torre de Moncorvo.

SOUSA, Fernando de, 1980 – *A População Portuguesa nos inícios do século XIX, 2 volumes*, Porto (tese de doutoramento).

SOUSA, Fernando de, 1982 – *O Arquivo Municipal de Moncorvo*, Porto.

SOUSA, Fernando de, 1983 – *Os Votos de Santiago na Comarca de Moncorvo (século XVIII)*, Estudos de História de Portugal, homenagem a A.H. Oliveira Marques, vol. 2. Lisboa: Estampa, pp. 203-226.

SOUSA, Fernando de, 1974 – *À Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*. Porto: Faculdade de Letras.

SOUSA, Fernando de, 2001 – *A Correição de Moncorvo em Finais do século XVIII*. Porto (separata da Revista População e Sociedade n.º 7).

- TAVARES, Virgílio, 1991 – *Conheça a Nossa Terra Torre de Moncorvo*. Porto: Páginas Verdes.
- TAVARES, Virgílio, 1995 – *Lousa: História e Tradições*, Edição do autor.
- TAVARES, Virgílio, 2005 – *O Associativismo Recreativo-cultural no distrito de Bragança. O concelho de Mirandela, 1850-2004*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras, Porto.
- VIRTON, Paul, 1979 – *Os Dinamismos Sociais*, 3.^a edição, Morais editores.

MONCORVO EM FINAIS DE SETECENTOS

José Amado Mendes

INTRODUÇÃO

Moncorvo ou Torre de Moncorvo tem uma longa história, pois as suas origens antecedem as da própria nacionalidade. Nos estudos históricos que lhe têm sido dedicados encontram-se referidos alguns dos factores que lhe deram notoriedade, ao longo dos tempos. Entre eles, destacam-se: a sua localização estratégica, na Idade Média e Época Moderna, por ser um importante ponto de passagem da província trasmontana e, ao mesmo tempo, pela sua posição de proximidade relativamente ao rio Douro, que constituía, então, como que uma “auto-estrada”, muito utilizada como via de acesso ao *hinterland*, sobretudo ao Alto Douro, Trás-os-Montes e Beira Alta.

Por outro lado, a fertilidade das terras envolventes, com destaque para o famoso Vale da Vilariga, considerado por diversos autores como o terreno mais produtivo do país, e a riqueza das suas jazidas de ferro – da Serra de Reboredo –, exploradas durante séculos, mas apenas em pequena escala, face à sua excepcional riqueza.

Do ponto de vista industrial, destacou-se no que concerne à feitoria dos linhos e à sua cordoaria, à actividade de uma manufactura de sabão e à cultura das amoreiras, para a criação do bicho-da-seda, contribuindo assim para o incremento da produção de seda na respectiva área.

Mais recentemente, o que é que os autores consideram mais relevante, quando desejam caracterizar o concelho ou a povoação? Por exemplo, do *Plano Operacional Municipal de Moncorvo* – datado de 2006 e ainda há pouco disponível na Internet – consta:

“É um concelho essencialmente agrícola, em que o amendoal, o olival e a vinha identificam agricolamente a região, com alguns soutos e cereal; a pastorícia é também uma actividade representativa do concelho. [Este] caracteriza-se também pelas vastas áreas de matagal mediterrânico”.

Por sua vez, Sant’Anna Dionísio, no conhecido e sempre útil *Guia de Portugal* que organizou, sublinhava, há pouco mais de três décadas (1970):

“Torre de Moncorvo, vila de 2 689 habitantes, de fundação medieva, noutros tempos bastante próspera, hoje um tanto dormitiva, mercê do recrudescimento da emigração e o quase nulo aproveitamento da riqueza mineira da serra

vizinha de Reboredo, tida como um dos mais importantes jazigos de ferro da Europa”¹.

Continuemos a recuar no tempo, utilizando o chamado *método regressivo* – que consiste em inverter a ordem cronológica normal e partir do mais próximo para o mais remoto e pelo qual o grande historiador Oliveira Martins manifestou simpatia –, até nos determos, com redobrada atenção, nos finais do século XVIII.

Foi então que, graças à conjugação de diversos factores – com destaque para algumas medidas do poder central e à relevante acção desenvolvida pela Academia Real das Ciências de Lisboa –, se realizaram estudos e levantamentos importantes, com vista a identificarem-se os vários recursos do País, os quais são hoje para nós fontes da maior importância, para uma melhor compreensão da realidade histórica daquele tempo.

Ao invés do que tantas vezes tem sucedido na história recente – em que Trás-os-Montes nem sempre tem merecido o devido cuidado da parte do poder político central –, na altura a província foi sem dúvida a que mais beneficiou com os trabalhos efectuados.

Isso deveu-se, não a qualquer medida legislativa especial, em prol da província, mas sim ao nível e à competência dos que se lhe dedicaram. Alguns levantamentos constituem um extraordinário manancial de informação que merece, de quando em vez, ser revisitado. É o que farei, em seguida, cerca de trinta e seis anos após uma primeira reflexão sobre o assunto.

1. FONTES RELEVANTES PARA A HISTÓRIA DE MONCORVO

Vários autores têm estudado a evolução histórica de Torre de Moncorvo, recorrendo a fontes diversas. Lembro, por exemplo, os notáveis contributos do Abade de Baçal, o estudo de Maria da Assunção Carqueja – que, em 1955, apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra uma dissertação de licenciatura, em Ciências Históricas e Filosóficas, intitulada *Subsídios para uma monografia da vila de Torre de Moncorvo* – ou, mais recentemente, as fontes reveladas e estudadas pelo Prof. Fernando de Sousa.

Dos finais de Setecentos – que aqui mais nos interessam, no âmbito desta comunicação – ocupam lugar de relevo os testemunhos que nos deixaram José António de Sá e Columbano Pinto Ribeiro de Castro (1749-1804). Ambos conheciam muito bem Moncorvo e, portanto, estavam bem posicionados para nos revelarem o que de mais significativo caracterizava a localidade e área adjacente. Já que, nas considerações que se seguem, me basearei fundamentalmente no trabalho deste último, permita-se-me que faça uma breve incursão pelo seu *curriculum vitae*.

¹ SANT’ANNA DIONÍSIO, 1970: 810.

Columbano Ribeiro de Castro nasceu na cidade do Porto, em 1749. Entre 1764 e 1769 frequentou a Universidade de Coimbra, tendo obtido o grau de bacharel em Leis, em 1768, e a respectiva licenciatura, no ano seguinte.

De 1776 e 1796 – ou seja, ao longo de duas décadas – Columbano Ribeiro de Casto exerceu diversas funções em Trás-os-Montes, o que lhe permitiu adquirir um conhecimento muito apreciável acerca da província. Com efeito, foi juiz de fora de Mogadouro, Pena Róias e Torre de Moncorvo, bem como provedor desta última comarca. Assim, a sua ligação a Moncorvo prolongou-se por cerca de uma década (anos de 1780).

Tendo em atenção o seu bom desempenho nas referidas funções, D. Maria I atribuiu-lhe o Hábito da Ordem de Cristo – com um tença anual de doze mil réis –, tendo-o nomeado também para exercer as funções de *juiz demarcante da província de Trás-os-Montes* (1793). Desempenhou este cargo ao longo de quatro anos (até finais de 1796), viajando pela província e coligindo um conjunto impressionante de elementos que constam de dois documentos notáveis, por mim publicados em edição crítica, da qual foram efectuadas duas edições (em 1981 e 1995), sob o título: *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*²:

- *Mappa do estado actual da província de Trás-os-Montes* (354 páginas);
- *Nova demarcação e regulação das comarcas e districtos da província de Trás-os-Montes* (115 páginas).

Os dados que apresenta pode dizer-se que contemplam todos os aspectos da realidade trasmontana, desde a geografia à economia, da cultura ao património, da demografia ao desenvolvimento, da administração à justiça. Do ponto de vista socioprofissional, a profusão de quadros estatísticos, de elevada qualidade, fazem daqueles documentos casos únicos, constituindo, como sublinhou Joel Serrão, a fonte mais completa, para toda uma província, relativamente aos finais de Setecentos.

Além do mais, recorde-se que Columbano Pinto Ribeiro de Castro, ao registar as profissões de toda a população de Trás-os-Montes, em 1796, se antecipou, em quase um século, aos Censos da população que, apenas no terceiro, de 1890, incluem esses dados.

O juiz demarcante de Trás-os-Montes viria a ser nomeado, pelo Príncipe D. João – futuro D. João VI –, desembargador da Relação da Casa do Porto, “atendendo aos merecimentos, Letras e serviços do Bacharel Columbano Pinto Ribeiro de Castro”, lugar que ocupou até ao seu falecimento, em 1804, com 55 anos de idade.

² MENDES, 1981: 231 (Nesta como noutras citações, a ortografia foi actualizada) (Há também uma segunda edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Instituto Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995).

2. CLIMA E RECURSOS NATURAIS

Relativamente ao clima, notou Columbano Pinto Ribeiro de Castro (dormente referenciado apenas por Columbano) o seguinte:

“O seu clima em geral é temperado mas, como é montuosa e dilatada, faz mudança conforme a situação e, por isso, não deixa de ter algumas desabridas em ambas as estações”.

Embora Columbano e José António de Sá falem de um clima moderado e da abundância de águas, da boa qualidade e diversidade dos frutos colhidos e da salubridade do clima, também deixam antever a existência de uma elevada amplitude térmica³ – José António de Sá alude a “Verão ardentíssimo” –, sendo ainda referida a ocorrência de trovoadas algo devastadoras, inclusive nos anos de 1780, 1782 e 1784⁴.

Como recursos naturais relevantes são apontados, por um lado, a excepcional fertilidade do Vale da Vilariça e, por outro, os recursos mineralógicos. Acerca desta riqueza já foi sublinhado:

“Concentram-se na região de Moncorvo, em Trás-os-Montes, à roda de 90% de todas as reservas [do País], computando-se o seu total em 200 000 000 t de hematites com existência certa, além de outras tantas prováveis”⁵.

Sobre os recursos minerais, Columbano fornece algumas indicações, relativas aos lugares de Luzelos, Carrazeda e da Ribeira de S. Xisto, concelho de Mós⁶.

Quanto ao dito vale, as enchentes da ribeira da Vilariça e do rio Sabor – embora também provocassem, por vezes, destruições das colheitas –, associadas às condições geológicas do solo, contribuía para a dita fertilidade.

A fim de evitar aquelas destruições, Columbano sugeria que fosse encanada a dita ribeira e que cada um, nas suas margens, plantasse os arbustos adequados que evitassem os efeitos negativos das cheias⁷.

A propósito do referido vale, escreveu Orlando Ribeiro:

“Como sempre, os dispositivos naturais condicionam [tese já defendida também por Lucien Febvre] mas não obrigam. Por isso, o fosso da Vilariça não possui qualquer centro importante, embora ajude a compreender a fortuna de Moncorvo, já nas encostas que o dominam, mas em relação com a prosperi-

³ A qual era de 19.º, em 1970, e considerada a mais elevada do País, ver SANT’ANNA DIONÍSIO, 1970: 812.

⁴ SÁ, 1990: 175-176.

⁵ CASTRO, 1965: 221.

⁶ CASTRO, 1965: 254 e 293. Sobre a riqueza mineral de Moncorvo ver, entre outras, a obra de CUSTÓDIO; BARROS, 1984.

⁷ CASTRO, 1965: 237.

dade agrícola do seu fundo; no lugar aberto onde cruza o Douro, se formou, sobretudo como entroncamento do caminho-de-ferro de Bragança, a moderna e insignificante aglomeração do Pocinho”⁸.

A abundância de água, já acima referida, era vantajosa não só para a agricultura como também para o abastecimento da população. Dadas as dimensões de Moncorvo, podemos dizer que o abastecimento de água à vila seria já então bastante satisfatório – embora, obviamente, feito ainda por meios tradicionais –, pois dispunha de sete fontes e ainda de uma “mãe de água”.

Esta recolhia a água que vinha, “por um bom canal de cantaria”, de uma distância de quatro léguas e meia. As fontes tinham as seguintes designações:

- *Chafariz da Praça;*
- *Fonte das Aveléiras;*
- *Fonte de Santiago;*
- *Fonte do Carvalho;*
- *Fonte das Hortas;*
- *Fonte do Concelho;*
- *Fonte de Santo António*⁹.

Seria interessante investigar o que persiste dos vestígios desse património industrial de há dois séculos, que denotam ter então Moncorvo já um sistema de abastecimento de água, com infra-estruturas razoáveis.

3. O PANORAMA AGRÍCOLA

Num contexto de Antigo Regime, como era o do período focado, não surpreende que seja abundante a informação sobre o sector primário. Todavia, nas presentes circunstâncias, apenas será possível sublinhar alguns aspectos.

No que concerne à posse da terra, ressalta das fontes coevas que a propriedade estava bastante dividida – a avaliar, por exemplo, pelo número geralmente elevado de lavradores referenciado por Columbano, o qual, na maioria das povoações da comarca de Moncorvo, ultrapassava mesmo o dos jornaleiros – e era muito onerada, com as rendas a que os que a cultivavam estavam sujeitos.

Segundo José António de Sá, as rendas que pagavam, algumas bastante avultadas, a falta de receptividade à inovação e a inexistência de outro género de “artes”, em que pudessem ocupar-se no tempo que lhes restasse livre das faíscas agrícolas, estavam na origem da pobreza da população¹⁰.

⁸ RIBEIRO, 1972: 50.

⁹ SÁ, 1990: 177.

¹⁰ SÁ, 1990: 179.

Por sua vez, referindo-se à vila de Moncorvo, Columbano sublinhava:

“A população está mais diminuta que antigamente, assim como também mais pobre. A sua agricultura não tem adiantamento; neste estado está o comércio e faltam as fábricas. Tudo isto a tem feito enfraquecer, de forma que vai em decadência, contribuindo para isso serem os Invernos muito secos e por essa razão diminuírem os frutos, principalmente o azeite que é o mais interessante, em quantidade e valor”¹¹.

De entre os produtos que se cultivavam em Moncorvo e povoações da respectiva área salientavam-se o linho e o linho cânhamo – este no Vale da Vila-riça –, o azeite, o vinho, o centeio, o trigo, a cevada, o feijão, a amêndoa, frutos e hortaliças.

Pelos quadros apresentados por José António de Sá, dos quais constam os artigos, as quantidades produzidas, o preço e o total, verifica-se que, no concelho de Moncorvo, o principal rendimento provinha do trigo e do cânhamo, ultrapassando estes dois mais de 50% do total dos catorze produtos indicados¹².

Ao tempo, a batata, cuja produção estava a iniciar-se no Nordeste Transmontano, ainda não teria chegado à comarca de Moncorvo, já que não é referida. Por seu lado, também a amêndoa, hoje tão importante na região, em finais de Setecentos apenas se produzia em pequenas quantidades. Aparece mencionada entre as produções de Moncorvo e dos lugares da respectiva comarca, de Açoreira, Peredo, Felgar e Urros¹³. Também a castanha – produção mais característica da *Terra Fria* do norte transmontano do que da *Terra Quente* duriense – só é referenciada nas produções de Felgar e Felgueiras¹⁴.

No período em análise intensificava-se a plantação de amoreiras e de oliveiras, enquanto Columbano sugeria que se desenvolvesse mais a cultura da vinha. Para o juiz demarcante de Trás-os-Montes, o incremento da agricultura deveria passar pelos aforamentos dos bens do concelho de Moncorvo, que eram “inumeráveis e de boa qualidade”, e pela plantação de mais vinha.

Assim, declarava:

“E está tão atrasado nesta vila [de Moncorvo] e seu termo este granjeio do vinho que, sendo uma cabeça de comarca, o seu subsídio literário importa numa pequena quantia, como se vê da declaração dos tributos”¹⁵.

Para Columbano, o facto de se ter, finalmente, eliminado o Cachão da Valeira – cujas obras decorreram de 1780 a 1791 –, permitia expandir a produ-

¹¹ MENDES, 1981: 236.

¹² SÁ, 1990: 189.

¹³ SÁ, 1990: 191, 193 e 194.

¹⁴ SÁ, 1990: 193 e 194.

¹⁵ O dito subsídio literário, da vila de Moncorvo e lugares do seu termo, era apenas de 35 000 réis, ficando muito aquém dos restantes tributos. Ver MENDES, 1981: 232 e 238.

ção vinícola, pela facilidade com que se escoaria o vinho para a cidade do Porto, através do porto do Pocinho¹⁶.

4. TRANSFORMAÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Ao invés do que sucedia com a agricultura – que, embora permanecesse atrasada, não havia registado qualquer decadência –, no sector secundário tinha-se verificado algum retrocesso, que os autores não deixavam de assinalar.

José António de Sá exclamava:

“Eu não sei que terra alguma possa haver considerável e cabeça de comarca, que tenha menos indústria que a Torre de Moncorvo”. E acrescentava: “Desconhecem todo o género de artes, até mesmo quase aquelas da primeira necessidade: não há um ourives, um latoeiro, um fabricante, um seleiro, etc., eis aqui a verdadeira razão da pobreza da terra”.

Informa ainda o autor que, como na pequena povoação havia muita justiça, nela empregava-se muita gente da terra, mas que permanecia em pobreza. Tinham que ir moer o cereal fora da povoação – no Inverno a Felgueiras e, no Verão, nas azenhas do Douro –, pois na vila não corria rio algum. Todavia, não aproveitavam as excelentes condições para instalar moinhos de vento, no monte Reboredó.

Do passado, tanto José António de Sá como Columbano, recordavam a antiga cordoaria, instalada em Moncorvo, na Corredoura, mas que deixara de trabalhar cerca de meio século antes (por 1740)¹⁷. Como legado da antiga manufactura de cordas e da sua actividade, Columbano ainda regista a existência de oito cordoeiros, em Moncorvo, no ano de 1796¹⁸.

Os ditos autores referiam-se, também, a uma antiga fábrica de sabão em Moncorvo, mas que tinha igualmente deixado de laborar. Em Felgar, então considerado “o melhor e mais rico lugar do termo”, “antes da trovoada [nos inícios da década de 1780, já acima referida] tinha mais de trinta moinhos, que moíam o pão para toda esta redondeza”¹⁹. Em 1796 havia ali 9 moleiros, segundo Columbano²⁰.

Naquela povoação mantinha-se em laboração “uma fábrica de louça de barro grossa, a qual é muito útil a estas povoações vizinhas”²¹, à qual estariam ligados os 20 louceiros referenciados por Columbano²².

¹⁶ MENDES, 1981: 238 e 253.

¹⁷ CARQUEJA: 51.

¹⁸ MENDES, 1981: 229.

¹⁹ SÁ, 1990: 192.

²⁰ MENDES, 1981: 235.

²¹ SÁ, 1990: 192.

²² MENDES, 1981: 235.

Os autores que tenho vindo a citar aludem ainda a uma medida gravosa para Moncorvo, segundo a qual era proibido aos seus naturais possuírem fornos particulares. Deste modo, recorda Columbano, referindo-se a Moncorvo:

“Consiste o seu rendimento em foros certos que tem, muitas terras que arrenda, fornos de cozer pão, tanto na vila como nos lugares do termo, porque sem provisão de V. Majestade não é lícito ter forno em casa”²³.

Não foi possível averiguar quando é que esta estranha medida havia sido tomada. Foi, contudo, depois de 1391, uma vez que, segundo um documento deste ano, “além dos fornos particulares onde o pão era cozido, havia um ou mais fornos pertencentes ao concelho. Neles podiam cozer o pão todas as pessoas, mediante uma certa paga”. E, a propósito, acrescentava Maria da Assunção Carqueja, ainda em 1955, acerca da persistência deste costume comunitário:

“Ainda hoje nas aldeias do concelho (em Felgar, por exemplo) se usa um processo idêntico: há dois ou mais fornos de particulares, onde toda a povoação vai cozer, pagando geralmente um pão por cada fornada. A este pão se dá o nome de “poia”²⁴.

5. RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

Os já referidos quadros estatísticos como, aliás, os documentos a que já aludi foram elaborados pelo próprio Columbano, como ele mesmo afirma, na carta-dedicatória dirigida à rainha D. Maria I, datada de 10 de Setembro de 1796:

“Ultimamente, apresento a amostra dos minerais mais notáveis e interessantes que há na mesma província [de Trás-os-Montes], de que pode fazer muito uso, desejando que este trabalho, *feito todo pela minha própria mão por não ter tido amanuense ou engenheiro que me auxiliasse*, mereça a aprovação de V. Majestade que determinará o que for mais do seu real agrado”²⁵.

Relativamente à população, constam dos ditos quadros elementos demográficos da maior importância, nomeadamente o número de fogos, almas, homens e mulheres, de todas as povoações transmontanas, desde a mais modesta à mais importante.

Assim, no que no que concerne à província como a qualquer dos seus aglomerados populacionais, é possível calcular, por exemplo, o índice de pessoas por fogo – questão do antigo regime demográfico controversa e difícil de esclarecer, sobretudo quando apenas dispomos do número de fogos –, a densidade

²³ MENDES, 1981: 233.

²⁴ CARQUEJA: 47-48.

²⁵ MENDES, 1981: 154.

demográfica e os índices de masculinidade/feminilidade, ou seja a percentagem de homens e mulheres, em relação ao total da população.

Não podendo aprofundar aqui estas e outras questões, apenas sublinho os seguintes aspectos.

Números e índices:

- comarca de Moncorvo: 14 446 fogos e 51 611 almas (índice 3,6);
- Vila e lugares do termo: 1 755 fogos e 6 530 almas (índice 3,7);
- Vila de Moncorvo: 343 fogos e 1 462 almas (índice 4,3);
- dos números indicados pode deduzir-se, por um lado, a pequena escala de Moncorvo como cabeça de comarca, pois não chegava a ter 1 500 habitantes, número muito inferior aos das restantes cabeças de comarca, exceptuando Miranda do Douro (esta tinha 633, Bragança 5 178 e Vila Real 3 613; Chaves, embora não sendo cabeça de comarca, tinha então 3 377 habitantes);
- quanto ao índice de pessoas por fogo, o da comarca e da vila e lugares do termo (3,6 e 3,7) estão dentro dos parâmetros do índice médio da província (3,7), aproximando-se igualmente dos índices registados noutras localidades do país; já o da vila, compreensivelmente, é um pouco superior²⁶.

No que concerne às profissões exercidas pela população – embora Columbano também indique o número dos eclesiásticos, seculares e regulares, recolhidas e sem ocupação –, além do número de lavradores, jornaleiros, criados e criadas, em geral relativamente elevado, destacavam-se, por exemplo, no que se refere à comarca de Moncorvo:

- Alfândega da Fé: 217 fabricantes de lã, 77 cardadores e 36 pastores (em termos actuais, poderíamos dizer que, naquela povoação e área envolvente, havia como que um *cluster*, relacionado com os lanifícios);
- Chacim, onde existia o Filatório – que, além do mais, era um centro de formação no domínio da seda –, Columbano indica 54 fabricantes de seda;
- Monforte de Rio Livre: 81 alfaiates, 35 sapateiros, 49 carpinteiros 10 almocreves e 48 pastores.

Por sua vez, na vila de Moncorvo, o sector terciário imperava, segundo as informações de Columbano:

- eclesiásticos: 36;
- recolhidas: 15;
- pessoas literárias: 8;
- negociantes: 10;

²⁶ MENDES, 1981: 154.

- cirurgiões: 2;
- barbeiros: 5;
- boticários: 2;
- sapateiros: 12;
- pedreiros: 5;
- ferreiros: 2;
- ferradores: 2;
- pintores: 1;
- cordoeiros: 8;
- criados: 46;
- criadas: 52.

Diferentemente do que se verificava na maior parte das localidades, o número dos jornaleiros (46) ultrapassava em muito o dos lavradores (21), o que pode denotar um certa concentração da propriedade agrícola²⁷.

Do ponto de vista da educação/formação, havia então em Moncorvo 8 “pessoas literárias” (com formação superior, bacharéis, licenciadas?), das 71 assinaladas em toda a comarca.

Acrescente-se que, sob este ponto de vista, Moncorvo não se destacava e, inclusive, era ultrapassada por outras vilas da respectiva comarca, nomeadamente Carrazeda de Ansiães (10), Mirandela (12), enquanto em Vilarinho da Castanheira havia o mesmo número (8)²⁸.

Aliás, essa frágil centralidade de Torre de Moncorvo, face a outras vilas e mesmo a certas aldeias da comarca – algumas das quais, como sucedia um pouco por toda a província, desempenharam funções importantes²⁹ –, relaciona-se com a seguinte apreciação de Columbano, ao afirmar:

“Para a educação da florescente mocidade é justo haja nesta vila, sendo cabeça de uma boa comarca, um professor de Retórica, outro de Filosofia, pois não há senão um de Gramática e outro das primeiras letras e fica muito incómodo aos estudantes da comarca o irem aprender estas ciências a Coimbra ou ao Porto, em consideráveis distâncias, ou ficarem jazendo em ignorância, que é o que ordinariamente acontece”³⁰.

Em jeito de conclusão, apenas acrescentarei.

Torre de Moncorvo, graças às suas potencialidades naturais, ambientais, paisagísticas e patrimoniais, tem condições para se desenvolver mais, de forma sustentada, valorizando aquilo que de melhor apresenta, nomeadamente as suas gentes e a sua rica e longa história.

²⁷ MENDES, 1981: 154.

²⁸ MENDES, 1981: 228-229.

²⁹ LEMA, 1972: 71-100.

³⁰ MENDES, 1981: 238-239.

Na sociedade do conhecimento, como é a nossa, em plena *revolução da riqueza*, esta já não passa só, nem fundamentalmente, pelos recursos tradicionais (terra, capital físico e matérias-primas), como outrora sucedia. Uma vez que o conhecimento será o “petróleo do futuro”, torna-se necessário “que indústrias e sectores inteiros deixem de produzir e consumir em massa, para produzirem produtos, serviços e experiências de valor acrescentado e personalizados”, como recomendam Alvin e Heid Toffler, no seu mais recente livro, intitulado *A Revolução da Riqueza*³¹.

Ora, neste contexto, Moncorvo pode oferecer serviços e experiências únicas, se continuar a investir na educação/formação e a valorizar o seu excepcional e diversificado património, nomeadamente através do turismo, com destaque para o turismo cultural, já considerado por certos autores como o *passaporte para o desenvolvimento*³².

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Armando, “Ferro”, Joel Serrão (dir.), 1965 – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- CUSTÓDIO, Jorge; BARROS, G. Monteiro de, 1984 – *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Moncorvo: Ferrominas, EP.
- KADT, Emanuel de, 1984 – *Tourism. Passport to Development? Perspectives on social and cultural effects of tourism in developing countries*, 2.ª imp. Oxford: Oxford University Press.
- LEMA, Paula Bordalo, 1972 – “A função de algumas aldeias diferenciadas no Nordeste Trasmontano. Para um estudo de hierarquia de distâncias”, in *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, vol. VII, n.º 13.
- MENDES, José Maria Amado, 1981 – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, Orlando, 1972 – “Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes”, in *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, vol. VII, n.º 13.
- SANT’ANNA DIONÍSIO (org.), 1970 – *Guia de Portugal*, 5.º vol. (2.º tomo). *Trás-os-Montes e Alto Douro*, II. *Lamego, Bragança e Miranda*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SÁ, José António de, 1990 – “Descrição económica da Torre de Moncorvo”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. III, dir. de edição de Joé Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal.
- TOFFLER, Alvin e Heid, 2006 – *A Revolução da Riqueza. Como será criada e como alterará as nossas vidas* (trad. do inglês). Lisboa: Actual Editora.

³¹ TOFFLER, 2006: 115.

³² KADT, 1984.

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ARTÍSTICAS NO ARCEBISPADO DE BRAGA NO SÉCULO XVIII: JACINTO DA SILVA E O RETÁBULO-MOR DA MATRIZ DE TORRE DE MONCORVO

Natália Marinho Ferreira-Alves

INTRODUÇÃO

Em 1979¹, com a publicação (em co-autoria) de dois artigos ligados a Trás-os-Montes², iniciámos uma das vertentes mais aliciantes da nossa carreira universitária: a da investigação em terras trasmontanas. Nos anos seguintes³, foram produzidos outros trabalhos resultantes das pesquisas levadas a cabo, nomeadamente nos Distritos de Vila Real e de Bragança, acompanhadas do mapeamento dessas regiões, que foram possibilitando um conhecimento mais profundo da sua realidade artística no período moderno. Assim, fomos constatando a existência simultânea de dois aspectos que viriam a revelar-se de suma importância: a erudição das formas e a sua interpretação a nível popular. Por outro lado, esta busca levar-nos-ia, a breve trecho, ao confronto com outro problema: que artistas estavam associados a essas obras, e qual a sua proveniência e formação, já que esse dados poderiam dar resposta a muitas das questões que iam surgindo.

A publicação dos elementos recolhidos começou a provar uma hipótese que havíamos levantado, antes de se conhecer o nome de alguns artistas e sua ligação às obras que estavam a ser estudadas, designadamente edifícios (civis e religiosos), pinturas e retábulos. Havia a considerar os artistas locais, mas o Porto e Braga eram, sem qualquer margem de dúvida, os pólos que iriam marcar decisivamente a produção artística durante os séculos XVII e XVIII, através de uma intervenção directa, ou pela influência exercida pela veiculação do formulário artístico utilizado.

De uma longa lista de artistas, que daria origem aos *Subsídios para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos Séculos XVII-XVIII (I) e (II)*, queremos unicamente, a título de exemplo, refe-

¹ Desejamos agradecer ao nosso colega Prof. Doutor Fernando de Sousa, que nos fez descobrir Trás-os-Montes e os seus núcleos arquivísticos, e que sempre tem incentivado a nossa investigação nessas terras do Norte de Portugal.

² MARINHO, FERREIRA-ALVES, 1979a; MARINHO, FERREIRA-ALVES, 1979b.

rir alguns nomes cuja importância na área da Arte da Talha é hoje reconhecida: Francisco Vieira da Silva, natural de Entre Douro e Minho (1729: retábulos colaterais e arco da capela-mor da Igreja de Torgueda); João António da Silva, natural de Famalicão (1731: retábulos laterais da Capela de Nossa Senhora da Azinheira, São Martinho de Anta; 1732 – retábulo da capela-mor da Igreja de São Martinho de Mateus); António da Silva, natural de Landim (1737: forro da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real); Manuel Pereira da Costa Noronha, natural do Porto e filho do famoso entalhador português Luís Pereira da Costa (1745: retábulo-mor da Igreja do Convento de São Domingos de Vila Real); Jacinto da Silva, natural de Braga (1752: retábulo-mor da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo; 1753: risco para o retábulo-mor da Igreja de São Cristóvão de Parada de Cunhos); Francisco Dias de Araújo, natural de Barcelos e António José da Cunha, natural de Entre-Douro e Minho (1777 e 1778: obra de talha do Santuário do Senhor Jesus de Perafita, Alijó).

Encontrando-se actualmente reunidas as condições necessárias para retomarmos a nossa investigação em Trás-os-Montes, pensamos ser possível concretizar a aspiração antiga de elaborarmos um dicionário de artistas e artífices cuja actividade se tenha desenvolvido nessa região e, partindo do exemplo já por nós estudado do Santuário do Senhor Jesus de Perafita, cuja construção foi patrocinada directamente pelo Arcebispo de Braga D. Gaspar de Bragança, analisarmos de forma panorâmica as relações artísticas no Arcebispado de Braga.

1. ACERCA DA IGREJA MATRIZ DE TORRE DE MONCORVO

A Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, pela sua imponência, despertou sempre o maior interesse nos eruditos que nunca se cansaram de considerá-la um dos exemplares mais relevantes⁴ da arquitectura religiosa portuguesa do período moderno.

O início da sua construção ainda hoje levanta dúvidas, já que vários autores nos apontam 1540-1550, enquanto que, a termos em consideração a referência feita em 1548 por João de Barros (“ a Villa de Torre de Moncorvo [...] tem [...] hua Igreja que ha 40 annos que se começou e não he acabada e sempre trabalham nella; he de bobeda”), a datação correcta remete-nos para a primeira década do século XVI.

Entre as descrições existentes da Igreja Matriz, escolhemos as feitas por: Carvalho da Costa, em 1706, que a descreve como sendo “ hum sumptuoso templo, o mais capaz edificio de freguesia que tem o reyno”⁵; e António Velloso de Carvalho⁶ que, em 1721, a refere como “huma suntuoza igreja toda de abo-

³ MARINHO, FERREIRA-ALVES: Bibliografia entre os anos 1979 e 1987.

⁴ MARINHO, FERREIRA-ALVES, 1979b: 3; CAVALHEIRO, REBANDA, 1998.

⁵ COSTA, 1706: 420.

⁶ CARVALHO, 1721: 127 e ss.

beda com sua torre, e hum magnifico lagiado que a rodea, e vam nella crescendo as obras que tem duzentos mil reis de renda applicados para as obras della que com zello administração os veriadores da Camera”.

Porém, não podemos deixar de dar um destaque especial ao relato feito, em 13 de Março de 1755, pelo Padre Manuel António e Vasconcelos, reitor da Colegiada de Torre de Moncorvo⁷:

A Igreja Matriz desta villa está no coração da mesma: e ouve antigamente Outra Igreja também Parochial que era freguezia destinta, cuja Igreja existe ainda e está fora da villa [...] O Orago da Igreja matriz he Nossa Senhora da Assumpção. A Igreja he o mais sumptuoso templo que se conhece no Reyno de Igrejas matrizes: consta de tres naves com quatro columnas por banda da ordem composta; que sustentão a fabrica de hum abobeda de aresta toda arquiada com vários rompantes direitos, e hum pelo meyo em todo o comprimento que o faz pela sua difficulzoza arquitetura admirável a todos os que a exeminão. Guarnesse o seu frontespicio hum torre que se levanta na altura de mais de duzentos palmos fazendo fachada ao seu pórtico com a vistoza guarnissão de huma colunata de tres ordens, a primeira e segunda corinthia, e a terceira composta; e entre ellas vários nichos com Imagens de Santos que dão realse vistoso a toda esta maquina verdadeiramente magnifica. Toda a igreja he goarnecida de hum adro lageado todo de cantaria com parapeitos levantados, e assentos, em que se elevão muitas pirâmides de agradável architectura, e assim o adro, como as pirâmides, e Igreja he de cantaria lavrada em cilharia real. Há na Igreja sette altares: o mayor que he do orago; e tem sua confraria: o do Senhor collateral, na parte do Evangelho, aonde está o Sacrário, e tem confraria: outro collateral das Chagas, e tem confraria: dous lateraes da parte do Evangelho, o primeiro de Nossa Senhora do Rosário, aonde há huma confraria composta de officiaes em que não entrão pessoas nobres por estatuto da mesma confraria. O segundo de São Pedro e São Paulo em que há irmandade de clérigos, e alguns irmaons leigos. Outros dous lateraes da parte da Epístola, o primeiro de Santo António em que há huma confraria composta das pessoas da primeira nobreza, em que não entrão as de segunda condição por estatuto da mesma confraria. O segundo das almas, e tem confraria geral como os mais.

Esta magnífica descrição seria corroborada anos depois (1760) por Frei Pedro de Jesus Maria José, cronista franciscano, que, ao escrever sobre a Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, diz-nos ser ela “ hum templo que se ostenta magestoso na praça da mesma vila. Hé consagrado a Maria Santíssima em sua gloriosa Assumpção, e pode competir semelhanças e ainda ventagens em muitas catedrais, assim pelo admirável da sua grandeza, como pela formusura e idéa da architectura”⁸.

⁷ A.N.T.T., *Dicionário Geográfico*, vol. 37.

⁸ FREI PEDRO DE JESUS MARIA JOSÉ, 1760: 302-303.

2. JACINTO DA SILVA “MESTRE ESCULTOR DA CIDADE DE BRAGA” E O RETÁBULO-MOR

A grandiosidade da igreja iria exigir um retábulo para a capela-mor que deveria ser feito ao “gosto moderno”, isto é, afastado dos modelos até então utilizados, sendo necessário chamar para a sua execução um artista credenciado. Até 1979, desconhecia-se o autor da gigantesca máquina retabular, esplêndida pelas proporções e pela riqueza da criatividade da sua concepção.

Em 1979, demos à estampa o artigo intitulado *A igreja matriz de Torre de Moncorvo. Documentos para a História da sua “Fábrica” (1747-1800)*⁹, onde apareciam compilados vários registos de pagamentos feitos a Jacinto da Silva “mestre escultor de Braga”, na sua condição de mestre entalhador responsável pela execução do retábulo-mor da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo.

A figura de Jacinto da Silva é marcante na Braga setecentista, principalmente da segunda metade da centúria. Morador na Rua dos Chãos, a sua actividade como entalhador, iria ligá-lo a algumas das obras de referência da Arte da Talha da escola bracarense. O seu nome aparece associado ao famoso Miguel Francisco da Silva (um dos maiores riscadores de talha e entalhadores da escola do Porto, cidade que o acolheu para colaborar nas obras da Sede Vacante de 1717-1741, trazendo consigo a linguagem erudita da Lisboa joanina), e também ao grande artista André Soares, cujo risco para o retábulo-mor da Igreja de Santa Maria Madalena da Falperra executaria.

Ao fazermos um elenco das obras e das intervenções de Jacinto da Silva, temos a perfeita percepção de que estamos perante um artista de renome¹⁰, com uma larga experiência na arte do entalhe.

1737 – Talha parietal da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Braga)

1740-41 – Retábulos e púlpitos do Santuário de Nossa Senhora da Boa Morte (Correlhã) – atribuição

1745 – Retábulo da Capela de Nossa Senhora a Branca (Braga)

1748-49 – Conclusão do retábulo-mor da Igreja de São Pedro de Amarante (risco de Miguel Francisco da Silva)

1759 – Vistoria, juntamente com o filho Luís Manuel, a talha das sanefas da capela-mor da Igreja de São Vicente (Braga)

1763 – Retábulo-mor da Igreja de Santa Maria Madalena da Falperra (Braga) (risco de André Soares)

1767 – Fiador do filho na obra da Igreja de Santa Cruz (Braga)

1772 – Retábulo-mor da Igreja de São João do Souto (Braga), em colaboração com o filho

⁹ MARINHO, FERREIRA-ALVES: 1979b.

¹⁰ SMITH, 1972: 326.

1772-73 – *Tocheiros da Igreja de Santa Cruz (Braga)*

1776 – *Retábulos colaterais da Igreja de Santa Maria Madalena da Falperra (Braga)*

Assim, por um lado, ficando a conhecer a autoria da máquina retabular da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, já foi possível filiá-la na escola bracarense e, dentro dela, na produção de um dos seus melhores interpretes; por outro lado, analisado um resumo desses dados que estávamos a publicar, pudemos verificar uma sequência interessante nos pagamentos que as etapas construtivas da estrutura gigantesca em talha implicaram.

Entre 1751 e 1756, os pagamentos foram efectuados com uma periodicidade anual, registando-se uma dificuldade no cumprimento do acordado, no ano de 1753.

1751 – 60 000 réis por início da obra do retábulo-mor

1752 – 440 000 réis do resto do 1.º pagamento da obra do retábulo-mor

1753 – referência à impossibilidade do tesoureiro de pagar a Jacinto da Silva a quantia de 240 000 réis

1753 – referência a 500 000 réis pagos a Jacinto da Silva pelo 2.º pagamento

1753 – 24 000 réis que se lhe pagaram por acréscimos que se fizeram no retábulo

1753 – 269 394 réis por conta do 3º pagamento

1753 – 123 000 réis por conta do 3.º pagamento

1754 – 100 000 réis que se deviam por conta da obra

1755 – 7 606 do resto da obra

1756 – 5 500 réis de pagamento de um caixilho para os frontais da capela-mor

1757 – 9 450 réis por ornar o retábulo de Santo António na sacristia

Curiosamente, Jacinto da Silva aparece referenciado numa procuração lavrada em Vila Real no ano de 1744 e, naquele ano de 1753, na obrigação da obra do retábulo-mor da Igreja de Parada de Cunhos, como autor do risco. Estava assim documentada a sua presença em Trás-os-Montes; restava agora descobrir o contrato para a execução de retábulo-mor da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, o que viria a acontecer anos depois no Arquivo Distrital de Braga, sendo publicado em 1985¹¹.

A 4 de Janeiro de 1752, Jacinto da Silva assinava em Braga (no cartório do tabelião Rafael da Rocha Malheiro, sito no Terreiro da Praça do Pão), um contrato com o Senado da Câmara da Vila de Torre de Moncorvo, pelo qual se comprometia a executar o referido retábulo-mor, a troco do pagamento da quantia fabulosa de um conto e quatrocentos e cinquenta mil réis, provando-se

¹¹ FERREIRA-ALVES, 1985.

desta forma a envergadura do trabalho a realizar, no prazo de um ano e meio, devendo fazê-lo com toda a perfeição da arte, e na forma da planta e dos apontamentos que tinham mandado fazer.

Para dar início aos trabalhos e comprar a madeira necessária, o artista pediu ao Senado da Câmara o avanço da quantia de cento e quarenta mil réis, apresentando fiador e dando as garantias habituais. Também de acordo com o costume da época, as cláusulas contratuais eram muito rigorosas, ficando o artista obrigado, em caso de incumprimento do contrato, a repor a verba que era facultada, e a pagar ao Senado da Câmara todos os prejuízos havidos por sua culpa, bem como duzentos réis por dia à pessoa “que andar na arrecadação de tudo”¹².

Consultando os registos dos pagamentos efectuados ao artista, verificámos que em 1753, o tesoureiro não tinha verba disponível para lhe pagar, mas temos também a referência importante que José Luís Carneiro de Vasconcellos (o tesoureiro) recebe, nesse mesmo ano, “duzentos e quarenta mil réis que abonaram a juro por parte da igreja ao reverendo Manoel António de Vasconcellos para ajuda de pagar ao mestre Jacinto da Silva a obra que fes do retábulo da igreja por não haver na mão deste thezoureyro dinheyro cobrado e ser preciso dar se ao dito mestre”¹³. Depois deste episódio de falta de verbas, não temos conhecimento de mais nenhuma outra ocorrência similar até à conclusão dos trabalhos.

Entre 1755 e 1756, o mestre bracarense terminava a obra do gigantesco retábulo, deixando em Moncorvo o melhor da sua arte. Retábulo ligado à profunda herança trazida de Braga tem, no entanto, a nível da sua estrutura, quer na base, quer no remate, uma leitura de grande erudição que pensamos, num futuro próximo estudar.

A grande experiência e perícia reveladas por Jacinto da Silva na sua execução, irão aumentar a sua reputação de mestre exímio na Arte da Talha, justificando nos anos seguintes as empreitadas que arremata, sozinho, ou com o filho, também ele entalhador. Só um grande artista poderia dar corpo aos riscos de André Soares para a talha da igreja de Santa Maria Madalena da Falperra, ainda hoje um ex-libris da Braga dos Arcebispos, mas só um artista da envergadura de Jacinto da Silva, sobre o qual é necessário fazer uma biografia exaustiva, seria capaz de concretizar o projecto genial do retábulo-mor da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo.

BIBLIOGRAFIA

- CAVALHEIRO, Eugénio e REBANDA, Nelson, 1998 – *A Igreja Matriz de Torre de Moncorvo*. Mirandela: João Azevedo Editor.
- CARVALHO, António Veloso de, 1721 – *Memorias de Torre de Moncorvo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, Cod 222, fl. 127 e ss.

¹² FERREIRA -ALVES, 1985:10.

¹³ MARINHO, FERREIRA-ALVES, 1979b: 12.

- COSTA, António Carvalho da, 1706 – *Corografia portugueza*. Lisboa, I.
- FREI PEDRO DE JESUS MARIA JOSÉ, 1760 – *Chronica da Santa, e Real Província da Imaculada Conceição de Portugal, da mais estreita e regular observância do Seráfico Patriarca S. Francisco*, tomo II, livro III, Lisboa.
- MARINHO, Natália; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 1979a – *A igreja de São Domingos de Vila Real no século XVIII*. Vila Real: Núcleo Cultural de Vila Real.
- MARINHO, Natália; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 1979b – “A igreja matriz de Torre de Moncorvo. Documentos para a história da sua “fábrica” (1747-1800)”, in *Separata do Boletim Cultural 4/5 do Ginásio Clube Vilacondense*. Vila do Conde.
- MARINHO, Natália, 1979a – “O retábulo da capela mor da igreja de S. Cristóvão de Parada de Cunhos”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXII, n.º 75-76 (87-88). Braga: Câmara Municipal de Braga.
- MARINHO, Natália; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 1981 – “Alguns artistas e artífices setecentistas de Entre Douro e Minho em Vila Real e seu termo. Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos séculos XVII-XVIII (ii)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXV, n.º 79 (92). Braga: Câmara Municipal de Braga.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 1983 – “Elementos para o estudo da talha setecentista trasmontana, in *Estudos Transmontanos*, n.º 1. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- MARINHO, Natália; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 1983-1984 – “Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos séculos XVII-XVIII (I)”, in *Revista de História*, V, Porto.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 1984 – “Subsídios para a história da capela de Nossa Senhora da Azinheira (S. Martinho de Anta)”, in *Estudos Transmontanos*, n.º 2. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 1985 – “Nótula para a história do retábulo da capela mor da igreja matriz de Torre de Moncorvo”, in *Brigantia*, vol. V, n.º 1. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 1987 – *O Santuário do Senhor de Perafita. Aspectos da mentalidade religiosa popular na segunda metade do século XVIII*. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real/Instituto Português do Património Cultural.
- SMITH, Robert C., 1972 – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PATRIMÓNIO EDIFICADO NO CONCELHO DE MONCORVO E INTERACÇÕES ARTÍSTICAS REGIONAIS

Luís Alexandre Rodrigues

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar os Homens. Principalmente quando se destacaram pelo amor ao conhecimento e pela luta persistente na afirmação da região transmontana. É o caso de José Henriques Pinheiro (1835-1904), filho de Moncorvo que uma placa toponímica recorda em Bragança. Como o reconhecimento da sua importância se estende a esta vila, parece-nos adequado iniciar o presente texto com uma brevíssima evocação desta figura notável que foi Professor de Francês e Desenho no Liceu Nacional de Bragança, instituição de que viria a ser reitor. A docência também fez com que os seus passos se encaminhassem para Guimarães, cidade onde publicou alguns estudos e onde, como muitos espíritos influenciados pelo ambiente cultural do romantismo, parece ter desenvolvido o gosto pela arqueologia. Foi assim que, em nome da Sociedade Martins Sarmiento, viria a desenvolver escavações arqueológicas¹ na povoação de Castro de Avelãs, junto a Bragança, interessando-se ao mesmo tempo por assinalar o traçado da via romana que passava nesta antiga povoação dos Zoelas. Em consequência, saíria à luz um trabalho intitulado “Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga, em que são determinadas todas as estações da referida via” que seria editado no Porto, em 1896, pela Imprensa Civilização e alcançaria justa fama. Paralelamente, o seu espírito de empreendedor levá-lo-ia a dar continuidade ao fabrico de sabão em Moncorvo, actividade que pela sua importância já era referenciada no século XVIII por António Carvalho da Costa. Diga-se também que, quando viveu em Bragança, se empenhou no desenvolvimento de uma fábrica de massas e de uma outra de sabão ao mesmo tempo que se esforçou por tornar realidade a produção de aves em larga escala com recurso a chocadeiras artificiais². Portanto, não se pode dizer que o pensamento deste cidadão fosse somente absorvido pelas coisas do passado.

Ainda em Moncorvo pugnou pela afectação do edifício do antigo mosteiro dos religiosos franciscanos da Custódia de Santo António a uma unidade de

¹ PASSOS, 1958: 7-8. O autor dá notícia da actividade de Pinheiro, de alguns achados arqueológicos e da atitude indigna daqueles que gostam de se apropriar indevidamente do labor de outros.

² ALVES, 1981: 412-413.

produção. Fracassada a iniciativa, o espaço seria destinado a um teatro que também não logrou manter as portas abertas durante muito tempo. Embora não estejamos completamente seguros, talvez não seja descabida a hipótese de associar o seu nome a este intento uma vez que alguns testemunhos o apontam como um exímio violoncelista. Em todo o caso, a pretensa reutilização e o posterior abandono de uma das maiores construções de Moncorvo remete-nos directamente para a problemática do património artístico.

1. OS SIMBÓLICOS PENATES

Num tempo em que a monarquia soçobrava na grande crise que afligia a Europa e o país, o estado de decadência e de abandono a que tinha sido votado o edifício do antigo mosteiro franciscano, impressionava os visitantes desta vila. Quando corria o ano de 1907, alguns, como o Abade de Baçal, lograram passar a escrito a impressão sentida:

“capiteis, fustes, bases de colunas, aqui e ali deslocados, coroavam socalcos de paredes, serviam de suportes a latados de parreiras ou jaziam abandonados pelos cantos! Campas com braços de armas e inscrições já mutiladas, guardavam os muros de vedação ou adaptadas para mesas rodeadas de outras à laia de assentos à sombra das árvores sem respeito pelas cinzas que abrigam (...) faziam lembrar um festim de insânia após horrorosa bacanal! Ou antes mostravam apenas a índole portuguesa em face dos monumentos do passado³”.

Algumas pedras das sepulturas da igreja profanada dos seguidores de S Francisco seriam reutilizadas também na formação dos degraus de acesso à capela-oratório da Senhora dos Remédios, na porta do Sol, uma das graníticas aberturas da cintura defensiva que protegia o antigo aglomerado. De resto, valerá a pena retomar as palavras indignadas do reitor de Baçal, aqui e ali reforçadas com as opiniões de outros eruditos, contra algumas atitudes dos políticos da época e dos laivos demolidores que os animavam para, sob o pretexto da miragem modernizante, fazerem tábua rasa dos contributos de sucessivas gerações. Era um tempo em que a mentalidade liberal e burguesa passou a exigir do poder local de alguns aglomerados réplicas do urbano Passeio Público. Tudo “menos o castello foi arrazado ha poucos annos”, escreveu Pinho Leal, e mesmo o monumental chafariz de quatro bicas que provia de água o público também seria desmontado. A coroar toda esta actividade, em 1867, sobre as ruínas da antiga fortificação, levantar-se-ia o novo edifício da Câmara Municipal.

Não existindo espaço apropriado ou dinheiro bastante para se requalificar o existente, recorria-se ao processo mais cómodo. Foi o que aconteceu em

³ ALVES, 1979: 750.

Moncorvo, especialmente no mandato de Joaquim Ferreira Ponte, deputado e governador civil do Distrito de Bragança quando “escudado com o camartello dos aformoseamentos, ajardinamentos et reliqua, acabou de arborizar e converter tudo em passeio”. E o Abade de Baçal continuava:

“lá se foi esse symbolo da autonomia de Moncorvo, da sua força e importancia! E la se foram, esfrangalhadas pelos próprios filhos essas fortificações que tantas vezes souberam impor respeito aos inimigos, tantissimas acobertaram e protegeram debaixo de suas azas os naturaes e tantos sacrificios custaram aos povos da larga região moncorvense⁴”.

Bem sabemos que em todas as épocas as mudanças estruturais foram acompanhadas de dinâmicas pouco racionais e de desmandos capazes de se prolongarem mais ou menos no tempo. São os efeitos colaterais das revoluções. E todos sabemos igualmente que muitos dos desaforos, atingindo os valores do património, procuram justificar-se com argumentos fundados na necessidade e nas vantagens do progresso regional e nacional.

Agora mesmo, quando se fazem tentativas de valorizar alguns testemunhos materiais da antiga fortaleza como forma de se abraçar a sua memória, abre-se nesta região do Distrito de Bragança um problema de semelhante índole. Trata-se do projecto de construção da barragem no Baixo Sabor. Realização polémica já que alguns vêm nesta obra um fortíssimo impulso para o desenvolvimento de múltiplos vectores económicos enquanto outros acentuam os danos ambientais e a destruição do contexto paisagístico em que, sublinhe-se, correm as águas do último rio selvagem do país. Recordemos que muitos dos montes desflorestados que hoje caracterizam certas zonas da paisagem transmontana resultaram de campanhas que prometiam abundante provimento de cereal para o país. Porém, passados todos estes anos ninguém semeia pão nem os desaparecidos carvalhais foram repostos nas encostas dos montes. Por isso, qualquer decisão que venha a ser tomada sobre o regime de águas do rio Sabor não poderá ignorar que nas margens deste rio ainda se conservam as formas de vida, as tonalidades e as texturas ásperas que os homens das gravuras rupestres conheceram.

Não é nosso propósito analisar o que se fez e podia ter feito na antiga casa dos franciscanos nem tão pouco projectar as potencialidades oferecidas pelo longo curso do Sabor. Retemos, contudo, que a legenda dos deuses e dos heróis relata que Eneas ao abandonar a vilipendiada Tróia não embarcou consigo somente Ascânio e os companheiros. De facto, quando içou as velas que tornariam mais célere a atribulada viagem até terras de Ausónia todos viram que tinha recolhido e se fazia acompanhar dos Penates protectores. Numa época em que as sociedades apresentam discordâncias e desequilíbrios com as novas referências, talvez o conceito de monumento se aproxime da simbologia dos Penates. Protecção dos homens pela via da sacralização dos espaços, urbanos,

⁴ ALVES, 1908: 173.

rurais, paisagísticos, e pela sedimentação dos contributos, materiais e simbólicos, acumulados pelas gerações. Contrapeso essencial às continuadas atitudes iconoclastas de uma civilização devoradora dos antigos códigos.

Por isso nos nossos dias tem-se apurado a consciência dos valores que o património representa. Mesmo assim, são ainda frequentes os ferimentos que se infligem a estes marcos de sustentação da nossa identidade. Daí que a sua conservação tenha vindo a merecer cada vez mais atenção, conforme se expressa em Convenções, Declarações e outros diplomas que vinculam os órgãos da administração do país e também comprometem os indivíduos.

Desde a Carta de Atenas até aos nossos dias muito se modificou a abordagem ao tema, sendo certo que no nosso país as preocupações expressas pelo conteúdo dos principais diplomas de carácter internacional só alcançaram verdadeiramente a cidade após o 25 de Abril de 1974. Numa altura em que a Carta de Veneza (1964) já fazia doutrina em muitas partes. Retemos o articulado do seu art.º 1.º:

“A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”.

Em 1975, a Declaração de Amesterdão evidenciava que na herança arquitectónica se incluíam “não somente os edifícios isolados de qualidade excepcional e áreas envolventes mas também as áreas das cidades, vilas e aldeias com interesse histórico-cultural”. E, ao mesmo tempo, chamava a atenção para o facto da preservação da herança artística e cultural só ser possível num quadro em que as populações apreciassem as suas manifestações. Daí que tal enunciado fosse ao encontro de programas educativos centrados nas questões do património. Linha de acção que a Convenção de Granada (1985) reforçou quando, considerando a necessidade de se transmitir um sistema de referências culturais às gerações futuras, definiu que tal só seria possível num contexto de melhoria da qualidade de vida urbana e rural em que se pugnasse pelo incentivo ao desenvolvimento económico, social e cultural.

E como o caminho se faz caminhando, como quer o poeta, a Carta de Cracóvia (2000) já alargava a cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e a consciência do seu passado, a responsabilidade pela identificação e gestão do seu património.

2. CONTRIBUTOS DA HISTÓRIA DA ARTE

As asserções anteriores implicam a definição de novas estratégias e não dispensam abordagens evoluídas que não aceitem como qualificados os actos

de alguns mormente daqueles que, detendo particulares responsabilidades na área do turismo, insistam na exacerbada valorização dos edifícios de grande porte, muitas vezes apenas por se associarem a patrocínios de grandes figuras de laicos ou de eclesiásticos. Sucede até que, apesar de um longo historial de corte itinerante, nunca o séquito real estanciou demoradamente por estas terras do interior. Também não são muitos os sinais que nos levem a concluir pelo desprendimento dos elementos mais proeminentes da fidalguia ou da clerezia para, com os seus haveres e cabedais, ampararem continuamente a realização nestas paragens de alguma obra importante. Na ausência destas relações, têm sido os edifícios mais notáveis, remetidos pelos historiadores para um vasto grupo onde a ausência de criatividade técnica e formal constitui o denominador comum. Rótulos fáceis e, ao mesmo tempo, demolidores porque desqualificam sistematicamente parte do nosso património. No entanto, muitas vezes as justificações avançadas mal disfarçam como o território é mal conhecido e como a herança recebida tem sido pouco estimada porque mal estudada. Daí que também os seus valores não sejam promovidos como merecem. Insuficiência em que cabem alguns critérios editoriais por nem sempre darem prioridade aos contributos melhor direccionados para o conhecimento e valorização do património regional e nacional. Gestos que pela via da omissão, podem corresponder a actos de contemporização com atitudes que artificialmente sustentam a desvalorização e o desmerecimento das formas e dos valores mais característicos da arquitectura regional. Valores que, em regra, se enquadram nos limites de modestas fábricas em que a sobriedade de volumes se faz acompanhar, em regra, de grande contenção ornamental. Mas nem por isso menos valiosos até porque, ao contrário do que muitos julgam, nem sempre se verifica proporcionalidade entre a valia artística e a obesidade das massas. Ao declararem proscritos ou apoucarem os monumentos dos séculos XVII e XVIII, que nunca procuraram compreender, os homens do romantismo e do Estado Novo levaram muitos a acreditar que a arte do tempo de D. Manuel era a única capaz de reflectir a alma portuguesa. A nosso ver, erradamente!

Integrado na publicação “O património histórico-cultural da região de Bragança/Zamora”, resultante da realização em Bragança, no ano de 2005, do I Seminário Internacional que reuniu investigadores portugueses e espanhóis, demos à estampa um texto⁵ em que se confrontavam as orientações arquitectónica da igreja matriz de Santa Maria de Moncorvo⁶, da igreja manuelina de Freixo de Espada à Cinta e da catedral de Miranda do Douro. Sem pretendermos repetir o que foi escrito, julgamos ser útil destacar duas ou três características que são comuns a estas edificações transmontanas sendo que o facto de ser possível definir relações formais e planimétricas entre construções aparentemente tão diferentes constitui um exercício que se adequa ao nosso propósito

⁵ RODRIGUES, 2005: 39-61.

⁶ Sobre esta edificação, aponte-se o interesse da monografia intitulada *A igreja matriz de Torre de Moncorvo por Eugénio Cavalheiro e Nelson Rebanda*.

de mostrar, com base na vida e mobilidades das formas, que é um erro encarar a promoção dos nossos valores histórico-culturais à luz de critérios de exclusividade e, sobretudo, com pretensiosas justificações de índole local.

Um dos pontos comuns aos três exemplares citados relaciona-se com a monumentalidade dos empreendimentos, atributo de excepção já que, no campo arquitectónico, uma longa e avassaladora cadeia une e aproxima um legado de construções de limitado porte, em geral proporcionais às necessidades das comunidades a servir, rurais e pequenas. Incontornável é a definição do plano daquelas, rectangular e organizado em três naves. Uma cabeceira tripartida sustenta esta correspondência. Outro aspecto comum deriva das qualidades isotrópicas dos interiores, o que implicou o lançamento de coberturas abobadadas com capacidade de abraçarem a totalidade do espaço sem necessidade de se provocarem desníveis significativos. E, se a nervação das abóbadas significava como era perdurável a lição aprendida nos estaleiros medievais, a verdade é que os seus perfis e encurvamentos começaram a reflectir algumas hesitações provocadas pelas alterações do gosto. O mesmo se verificaria nos elementos de suporte. A opção pelas colunas esbeltas e com recortes decorativos que indiciam uma vontade de apropriação dos valores da renascença, na matriz de Freixo de Espada à Cinta não teve continuidade em Santa Maria de Moncorvo. Aqui, ao seguir-se o partido toscano, demonstrava-se como entre nós os ensinamentos da tratadística relativamente à utilização das ordens eram desconhecidos ou confusamente assimilados. É que a força e o carácter rude que resultavam da utilização dessas colunas, assentes sobre bases muito sólidas, não eram as indicadas para construções consagradas à Virgem. Mais adequado seria, por ser mais feminino, o partido da ordem coríntia. Já na catedral de Miranda do Douro, a obra mais moderna destes conjuntos, a coluna cederia o seu lugar ao pilar, robusto e com um carácter austero decorrente da desornamentação das suas superfícies.

Algumas das características apontadas, essenciais para a compreensão de qualquer uma destas três obras, exigem do visitante a observação das restantes. Tal como uma análise mais detalhada não dispensa o prolongamento da atenção até à igreja dos Jerónimos e de Arronches, no caso da paróquia de Freixo de Espada à Cinta; até Amarante, Viana do Castelo e algumas localidades da Galiza, no caso de Santa Maria de Moncorvo, tendo em conta principalmente a sua frontaria; até Portalegre e Leiria no caso da Sé de Miranda do Douro.

A fama da igreja da Misericórdia de Moncorvo tem sido devida ao seu púlpito, obra notável que durante muito tempo se posicionava no exterior da construção. Porém, no texto anteriormente assinalado já demos nota de alguns pressupostos estéticos da corrente classificada como maneirista, essencialmente expressos no seu prospecto principal, os quais são suficientes para que a valia desta pequena construção goze de maior reconhecimento junto do público. Atente-se na ambiguidade resultante da tentativa de conjugação da pilastra e frontão triangular com o arco de meio ponto formado por volumosas aduelas. Note-se que este processo de corte da pedra para formar as arcaturas conheceu larga difusão na região do Nordeste Transmontano e que a sua vitalidade tam-

bém perdurou até muito tarde nos territórios de Castela e Leão. Por isso, o arcaísmo de arcos com este tipo de recorte e a sua longa utilização tem contribuído para que observadores mais desprevenidos enquadrem em cronologias medievais edifícios levantados nos séculos de quinhentos e de seiscentos. Em todo o caso, valerá a pena sublinhar que o esquema híbrido que orientou a frontaria da Misericórdia de Moncorvo também se surpreende na matriz dos Cortiços, do antigo padroado dos padres da Companhia de Jesus de Bragança, e ainda na igreja de Sesulfe, povoação que, como a anterior, pertence ao concelho de Macedo de Cavaleiros.

Ainda no período moderno, as igrejas paroquiais de Carviçais e de Mós são dois bons exemplos das resistências à assumpção do formulário arquitectónico do barroco. A primeira, dedicada a S. Sebastião, tem uma capela-mor mais estreita e mais baixa do que a nave e ostenta marcos rectos nas suas aberturas de entrada. Um figurino recorrente em todo o século XVIII para o qual também concorreu utilização de janelas de enxalços. Contudo, dois pares de potentes contrafortes exteriores com dois andares e remate em esbarro, que a um e outro lado se evidenciam das superfícies dos alçados, deixam adivinhar a presença de arcos torais, redondos e com esquinas chanfradas que, interiormente, volteiam na nave única depois de arrancarem de mísulas que pouco se salientam dos muros. Estes arcos, destinados ao apoio do madeiramento de sustentação do telhado de duas águas mas que podem sugerir, enganosamente, a intenção de se abobadar todo o corpo, testemunham a persistência de soluções arcaicas. Contudo, já não encontram correspondência na fachada principal, plano onde, no interior de um frontão triangular, o cronograma de 1702 nos informa da cronologia da sua fábrica. Um empreendimento que convocou os tradicionais remates de pirâmides e bolas, os pilares canelados, um óculo redondo para iluminação do coro e um campanário com dois olhais.

Na nave da igreja matriz da Senhora da Encarnação, na antiga vila de Mós, também se assinalam dois arcos torais de grande amplitude e volta redonda que assentam em pilares com fustes baixos já que não ultrapassam a altura de 1,5 metros e que pouco se salientam das paredes. Já no exterior, os contrafortes são só de um andar mas o que corresponde à linha de separação da capela-mor com o corpo é duplo. Daí a sua exagerada robustez. A porta travessa do lado da epístola mostra um arco redondo apoiado em ombreiras de esquinas chanfradas que fazem parte integrante da parede de vedação do espaço. Processo semelhante ao da frontaria principal, plano onde o arco do portal, de meio ponto e apainelado, também repousa em jambas que, por fazerem parte integrante dos muros, dissimulam a função de suporte. Nesta granítica fachada em que, como por vezes ocorre, os cunhais não procuram imitar pilastras destaca-se o óculo sobreposto ao eixo da composição – rodeado por inscrições onde, juntamente com caracteres ilegíveis se evidenciam os nomes de António Rodrigues e António Diz e ainda a data de 1670 – e uma sineira de dois vãos com sinuoso remate que impulsiona um desejo de verticalidade. Esta espadana, juntamente com uma janela de lintel curvo existente no corpo do templo parecem corresponder

a obras efectuadas nos últimos anos do século XVIII ou até nos primeiros lustros da centúria seguinte. Obras que devem ser contemporâneas da empreitada que o mestre canteiro João Gonçalves Ótimo, natural do Felgar, dirigiu e que incidiram de modo particular sobre a cabeceira da matriz.

Todavia, não se pense que os casos apontados de igrejas com contrafortes exteriores e a sua correspondência no interior em arcos diafragma com assinalável amplitude e pilares com reduzida altura do fuste são exclusivos desta área. A sua presença acompanha o curso do Douro Internacional sendo também observáveis na Beira, como testemunham as paroquiais de S. Vicente, em Figueira de Castelo Rodrigo, ou de Vilar Formoso. Um exemplo da construção destas arcaturas, já em pleno século XVIII, pode observar-se na antiga igreja monástica de S. Tomé, na cidade de Zamora.

Os factores de resistência à adopção de uma arquitectura barroca nem sempre resultam de propósitos deliberadamente assumidos de forma consciente. Havendo que contar sempre com as forças da inércia também não se deve desprezar a fraqueza dos recursos das pequenas comunidades que se agudizavam quando as conjunturas de crise se repetiam. Ora as ousadias arquitectónicas não são compatíveis com a escassez de meios. Nesta medida, o esquema da frontaria que encontrámos na matriz de Carviçais sistematiza o modo como as novas propostas foram sendo incorporadas na arquitectura religiosa. Propostas que, em regra, privilegiavam o prospecto principal. Mesmo assim, neste plano que se configura diversamente, destaca-se invariavelmente o conjunto formado pelo portal, pelo frontão e pela sineira com um ou dois vãos. Note-se que, nesta região, a presença de uma ou duas torres nas frontarias dos templos, por ser ocorrência rara, pertence ao domínio dos casos singulares. Nos portais raramente se incluíram as colunas como elementos de suporte e nas ombreiras enfatizou-se a linha recta como sinal da austeridade espiritual que teimosamente disciplinava a sociedade portuguesa dessas centúrias. Ao mesmo tempo, suprimiu-se a profundidade dos portais visto que estes faziam parte integrante do paramento da frontaria. Mesmo os perfis das cornijas e molduras usadas na definição dos frontões fabricavam-se de modo a que as suas massas só alcançassem a suficiência necessária para destacarem a geometria pretendida e possibilitarem um fio de sombra contrastante com a alvura dos muros. Do mesmo modo, a tipologia das aberturas de iluminação mais vulgarizada seria a formada por vãos rectangulares com marcos de enxalços, configuração vulgarmente apelidada de masseira. O que não quer dizer que de vez em quando não se descubra um ensaio de fantasia ou a sobreposição aos lintéis de uma linha ondulada, como por exemplo na matriz de Cabeça Boa ou, embora tardiamente (1797), na igreja da Senhora da Purificação de Larinho.

Contudo, o despojamento de ornatos no exterior ou a recusa quase permanente pelo efeito ondulado, seja dos alçados seja dos marcos das aberturas, tem o seu contraponto nos espaços interiores – a ermida da Teixeira é sempre um caso único – onde continuamente se reclamaram investimentos assinaláveis. De resto,

a matriz de Moncorvo exemplifica muito bem o quadro geral se atentarmos na existência da flamenga Sagrada Parentela, na encomenda do retábulo do Santíssimo – obra que deve ter saído de uma oficina situada no arco entre Valhadolide e Salamanca – no retábulo da sacristia, no retábulo das Almas e ainda na máquina retabular da capela-mor. Empresas que implicaram a formação, do gosto, o estabelecimento de oficinas e a presença regular de artistas no aro de Moncorvo.

3. ARTISTAS E ARTÍFICES

Convém por isso que se registem alguns casos que materializem a importância de Moncorvo como um centro artístico com algumas expressão e, ao mesmo tempo, que se refiram alguns nomes de pedreiros-arquitectos, pintores, entalhadores, simples artífices, afinal os principais protagonistas na execução das obras de arte. Importância que nem sempre é traduzida pela documentação conhecida ou pelos actos do tabelião no momento de se reduzirem a escrito os contratos de arrematação de obras ou de se dar força legal à constituição de sociedades que os artistas formavam.

A construção de pontes em toda a região de Trás-os-Montes e na Beira Alta foi durante muito tempo dominada por um importante grupo de homens que tinham na vila de Moncorvo a sua base operacional. Por esta razão era aqui que submetiam aos termos da legalidade os registos das operações que lhes convinham. Alguns desses documentos permitem-nos seguir os passos, acompanhar algumas das realizações contratadas e até retratar mentalmente alguns dos protagonistas pela descrição de sinais particulares, da cor dos olhos e do cabelo, da estatura.

Foi assim que pudemos referenciar o mestre canteiro Alonso Árias, casado com Francisca Lopes, natural de Urros, como o arrematante⁷, em 1606, da obra da ponte de Sernancelhe. Em 1611, também João Gonçalves, mestre canteiro natural “da comarca da Torre (de Moncorvo), aceitava, como Sousa Viterbo notou, dar andamento à obra da ponte de Remondes, sobre o rio Sabor, empreitada arrematada em 1591 mas parada por ter falecido o seu mestre. Ao mesmo tempo, um alvará régio, mostrando a importância das interações regionais, caucionava o lançamento de uma finta de 3.000 cruzados que seria lançada sobre as populações residentes nas comarcas da Guarda, Coimbra, Esgueira e Viseu enquanto as comarcas de Miranda do Douro, Moncorvo, Guimarães, Porto e Lamego eram oneradas na quantia de 9.000 cruzados. Valores que indiciam uma importante empreitada. A obra da ponte de Remondes ainda não estava concluída na Primavera de 1618 porque nesta altura o mestre canteiro António Fernandes, preso na cadeia de Moncorvo, assinou, juntamente com o companheiro Gonçalo de Aguiar, uma procuração⁸ em que se confirmava que

⁷ RODRIGUES, 2005.

⁸ RODRIGUES, 2005.

ambos tinham interesses nesta obra. Posteriormente, estes dois mestres derrogaram os poderes antes concedidos ao canteiro Manuel Marques e transferiram para Diogo Vaz, morador em Moncorvo, a capacidade de os representar, com latitude da acção, na obra da ponte.

A Gonçalo de Aguiar também se deve a obra da ponte do Carril e respectiva calçada, em Freixo de Espada à Cinta, que arrematou em 1609 e a da ponte da Pedra, arrematada em 1635⁹.

A António Fernandes deve-se ainda a ponte do ribeiro de Quintela, situada entre as vilas de Mós e Freixo de Espada à Cinta, obra arrematada em Setembro de 1611. Circunstâncias que nos escapam levaram em 1611 a administração central a colocar editais que anunciavam aos candidatos interessados a reedificação da calçada e dos cinco olhais da ponte de Vilarinho de Castanheira. Em 1612, o mesmo “mestre de pontes e de obras de camtaria” encarregar-se-ia da empreitada da ponte de Longroiva¹⁰.

Em meados do século XVII, outros testemunhos dão conta da formação de uma outra sociedade de construtores de pontes formada por Francisco Vaz, Bento de Vilas Boas e Domingos Vaz de Arede. Em 1669, Francisco Vaz morava na Rua da Rapadura, em Moncorvo. Já Bento de Vilas Boas era de Santa Valha e morreu pouco antes de 15 de Novembro de 1664. Relativamente a Domingos Vaz de Arede sabe-se que viveu em Pinhel – onde também trabalhou nas obras do convento de S. Luís – e também em S. Miguel de Outeiro, no termo de Viseu. Tal como os seus sócios era bem conhecido de Paulo Couraça Teixeira, o tabelião que, em Moncorvo onde residia e tinha escritório, lavrou a maioria das escrituras de obrigação e as procurações necessárias para a realização das obras e para a arrecadação do dinheiro das fintas. Esta repartição não abrangia unicamente as comarcas transmontanas uma vez que também as de Guimarães, Porto, Esgueira, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda Viseu e Lamego eram citadas¹¹.

Em conjunto ou individualmente dominaram a construção e reedificação de pontes durante boa parte da segunda metade do século XVII. De facto, além da intervenção na ponte Remondes (1659) já os relacionamos com as obras executadas na ponte de Abreiro, na ponte manuelina de Murça, na de Vale Telhas, do rio Maçãs – o documento não explicita mas é forçoso tratar-se da ponte existente entre Argoselo e Pinelo (Vimioso) – na ponte do Vilar, no rio Távora, junto à vila de Fonte Arcada, e ainda na ponte de Riba Pinhel¹².

Com as obras efectuadas na antiga ponte de Remondes relaciona-se o mestre António Lopes de Sousa. Em 1670 residia no Felgar mas nos começos de Novembro de 1687 a sua mulher, Joana Pereira, a propósito da venda de uma terra ao canteiro Manuel Dias já era citada no estado de viúva.

⁹ VITERBO, 1988: 490-491.

¹⁰ VITERBO, 1988: 322-323.

¹¹ RODRIGUES, 2005.

¹² RODRIGUES, 2005.

Embora num documento datado de 1664, quando se “obriga(va) a fazer certas obras a esta Santa See” (de Miranda do Douro), se afirmasse “mestre de obras de alquitatura” também era conhecido por ser um exímio escultor. Seria, de resto, nesta qualidade que contratou o retábulo das Relíquias¹³ da catedral mirandesa, recebendo até mais dinheiro do que o estipulado inicialmente por ter feito obras a mais tais como alguns meios corpos e alguns braços relicários. Antes, em 1662, já tinha executado outros trabalhos para a catedral, justamente quando um outro moncorvense, João Mendes se obrigou a fazer as grades da sacristia. Em 1666, quando se tratava da pintura, douramento e estofagem do mesmo retábulo, seria o mestre pintor António de Oliveira, também de Moncorvo, quem assinou a escritura de obrigação. Obrigação que se alargava a “todos os corpos e cabessas e pentar o arco da capella de S. Heronemo”. Note-se que no mesmo ano, mas no segundo dia de Janeiro, António de Oliveira já se tinha a obrigado a pintar, dourear estofar na mesma Sé o retábulo de Santo Amaro¹⁴.

Sublinhe-se que o facto do mestre-de-obras António Lopes de Sousa contratar serviços de imaginária não era de todo invulgar. Tome-se por exemplo o caso de Jerónimo Marques, mestre escultor, da vila de Matança, que contratou¹⁵ importantes obras de pedraria (1670) que acrescentaram a casa das freiras de Santa Clara, em Vinhais

Embora se saiba alguma coisa sobre os seus trabalhos na matriz de Moncorvo privilegiamos as referências a uma sociedade que constituiu com Manuel João à qual, no ano de 1669, foram transmitidas duas partes das responsabilidades na obra da ponte da Junqueira¹⁶ por parte do seu arrematante, Francisco Vaz.

Em sociedade, António Lopes de Sousa e Manuel João, arrematariam também a empreitada da ponte sobre o rio Zacarias¹⁷, no termo de Alfândega da Fé. Obra que correria sob as ordens do primeiro após a dissolução do convénio inicial.

Ainda em relação com a ponte da Junqueira e com a empreitada que aí corria, já na décima sétima centúria, valerá a pena assinalar o nome do mestre¹⁸ canteiro Francisco Vaz Veloso, na altura domiciliado em Alfândega da Fé, e que se encarregaria das obras de renovação da cadeia de Moncorvo pelos anos de 1725.

Com este mapa de relacionamentos mais ou menos vasto e que implicava uma constante mobilidade por parte dos práticos definiam-se as camadas sedimentares do gosto e moldavam-se as características arquitectónicas da maioria das construções, as quais são hoje bandeiras desfraldadas a favor da nossa identidade cultural e, simultaneamente, acicates para a curiosidade de visitantes.

¹³ RODRIGUES, 2001: 277 e ss. A intervenção de António Lopes de Sousa e de João Mendes na catedral de Miranda do Douro já tinha sido apontada por ALVES, 1981: p. 540. No entanto, por se tratar de uma indicação muito sumária merecerá a pena dar à estampa a totalidade da provisão do Cabido mirandês. O que faremos na parte final deste texto, no capítulo dos Documentos.

¹⁴ RODRIGUES, 2006: 117-123.

¹⁵ RODRIGUES, 2006: 822-825.

¹⁶ RODRIGUES, 2005.

¹⁷ RODRIGUES, 2005.

¹⁸ RODRIGUES, 2005.

Evidentemente que aqui não nos move o interesse pela análise dos núcleos rurais, apesar da vernacularidade das suas formas e funcionalidades tender a ganhar, justamente, uma maior projecção.

O vocabulário que uma edificação expressa traduz geralmente contributos diversificados, os quais também sofrem modificações mais ou menos profundas que, aqui e ali, os afastam da matriz genética. As influências são múltiplas embora nem sempre se deixem submeter ao esforço analítico de seriação. Veja-se por exemplo, como a (re)construção da capela-mor e sacristia da matriz de Cabeça de Mouro, arrematada em 1761, devia tomar como modelo o trabalho efectuado na capela do Santo Cristo de Belver. Orientação que André Gonçalves, de Marzagão, João Alves, de Vila Nova de Cerveira, Francisco Gonçalves, também minhoto, e António Viegas, de Samorinha, nos termos do contrato deviam seguir. Com excepção deste, que era mestre carpinteiro, todos os outros usavam do ofício de pedraria. Mais uma vez, os práticos organizavam-se numa sociedade para, dispondo de mais capital e influência, poderem controlar melhor a licitação pública de uma obra.

A arrematação da obra do hospital da vila de Moncorvo, em 1765, pelo mestre carpinteiro António Fernandes, de Felgueiras, se é mais um exemplo da capacidade económica deste aglomerado e das povoações do seu termo para atraírem o interesse dos mestres construtores também deixa perceber que os mestres forasteiros deviam ter um papel relevante na formação de oficiais autóctenes.

Os que construíam as igrejas eram os mesmos que edificavam as casas que particulares mandavam erguer. Tome-se por exemplo o ajuste (1800) da casa de Leopoldo Henriques Botelho de Magalhães, uma figura com grande influência na sociedade moncorvenses de finais de setecentos. Entre outras disposições, os apontamentos desta fábrica estipulavam que o pórtico devia ser “na forma das cazas de Villar de Perdizes” ou, em alternativa, da maneira de “qualquer pórtico que se acha debuxado” no livro de Vinhola. Notícia com grande significado por explicitar não somente que entre a utensilagem dos práticos se encontravam algumas peças da tratadística mas ainda por confirmar o crédito que o *Tratado das cinco ordens de arquitectura*, particularmente algumas das suas estampas, gozava junto de certos estratos sociais. Acrescentem-se a estas palavras os nomes de José Ferreira da Costa, natural de Vila Meã, Luís da Costa, natural de Cabrum, e de Agostinho da Costa, natural de Cabrum, ficando todas as localidades no “bispado de Viseu”. Eram primos, estabeleceram-se em Moncorvo e formaram uma sociedade muito operativa em que José Ferreira da Costa parece ter algum predomínio por serem da sua mão alguns apontamentos e por ser o autor de um risco¹⁹ efectuado para a igreja de S. Miguel, da antiga vila de Frechas, no concelho de Mirandela.

¹⁹ RODRIGUES, 1999: 324.

Circunstancialismos diversos estreitamente relacionados com a história artística do nosso país, principalmente depois de se ter alcançado a Restauração, determinaram que a igreja continuasse a ser a principal encomendadora de obras de arte. E das particularidades de conjuntura resultou que tanto o investimento decorativo como o essencial do esforço de actualização estética tivesse sido dirigido para o interior dos templos. Nas Sés, nas igrejas paroquiais, nas Misericórdias é perceptível algum frenesim resultante da vontade de se valorizar o espaço com recurso aos revestimentos azulejares – de escassa fortuna na região transmontana – à obra de pincel, geralmente com intuitos pedagógicos, e à dramatização da imaginária que se fez acompanhar de enquadramentos saídos da mão do entalhador, os quais progressivamente adquiriram como que personalidade própria e relegaram para um plano mais discreto a imaginária. Todavia, as emoções, sentimentos e estímulos que as figuras de santos e santas desencadeavam sobre os fiéis continuavam a ser elementos de um mundo circular em que os valores da fé e os exercícios de mortificação ocupavam o centro.

Os pintores-douradores, entalhadores e imaginários, aprovados previamente pela hierarquia eclesiástica, a partir dos finais do século XVI sofreram os constrangimentos decorrentes de um tempo de rigorismo pelo que a liberdade de criação seria condicionada e posta ao serviço ideológico da igreja reformada.

Será de acordo com os parâmetros desta nova mentalidade que, em meados do século XVII, Luís Álvares, morador em Coimbra, oferece os conhecimentos do seu ofício para dourar o retábulo maior²⁰ de Santa Maria de Moncorvo. Do mesmo modo que, poucos anos depois, como já se disse, os moncorvenses António Lopes de Sousa e de António Oliveira se ocuparam no retábulo das Relíquias de Miranda. Um culto que serviu de contraponto às teses de Lutero, de João Calvino e dos seus seguidores. Por isso muito o acalentou a igreja católica. Tal como sucederia com a devoção às Almas do Purgatório. Então numerosas confrarias proliferaram e rara era a igreja onde, em altar próprio, não se rezasse à luz do fogo imperecível e castigador que o imaginário do pintor ou entalhador retorcia para dar maior verdade aos padecimentos dos pecadores ou então erguiam os braços na esperança de que alguma figura alada os conduzisse à presença do padre eterno.

Mais pormenorizada seria a descrição apresentada por escrito, em 1715, a Jacinto da Silva, mestre entalhador de Guimarães, e a Manuel da Fonseca Coelho, também entalhador mas natural de Trancoso, em 1715, para usarem do seu engenho e produzirem obra capaz de fazer com muitos homens arripiassem caminho e evitassem consumições semelhantes àquelas que se vislumbravam no painel entalhado que ocupava toda a zona central do retábulo das Almas²¹ da matriz de Moncorvo.

²⁰ RODRIGUES, 2006: 161-165.

²¹ RODRIGUES, 2006: 166-169.

Nesta época já a arte da talha dourada e policromada dominava completamente os interiores dos nossos templos que, em muitos casos, se transmutavam pela recamagem de variados e dinâmicos ornatos, invariavelmente refulgentes em consequência do revestimento das superfícies com folha de ouro. Em 1752 concretizava-se o desejo de se promover a renovação do presbitério da matriz de Moncorvo, dotando-o com uma nova máquina²² retabular. Para um espaço grandioso era forçoso encomendar uma obra que se distinguisse das demais. Simbolizando a cabeça da igreja, a capela-mor não podia deixar de reflectir uma certa imagem do poder. Poder de Deus e poder dos homens, num discurso que exaltasse os valores da fé e, ao mesmo tempo, sublinhasse a realidade dos privilégios dos arcebispos de Braga, através do peso religioso, social e político detido pelo arcebispo de Santa Maria, e da autoridade absoluta pela via do destaque que era concedido aos membros do Senado da Câmara nos momentos em que o calendário obrigava à celebração das festividades mais solenes. Ou seja, a contratação do novo retábulo e tribuna não se limitava a enunciar os valores da verdadeira fé porque também funcionava como um indicador de prestígio e espelho social em que todos os fiéis se reviam a partir da posição que ocupavam nas naves do templo.

Cientes de que as respectivas pretensões resumiam a concepção da monarquia e a vertebração da hierarquia eclesiástica, os comitentes determinaram-se a fazer obra grandiosa. Analisada a planta e estudadas as cláusulas dos apontamentos, previamente mandados fazer pelo Senado da Câmara, a obra seria arrematada na praça de Moncorvo pelo mestre bracarense. O valor de um conto quatrocentos e cinquenta mil réis expressa bem a monumentalidade desta fábrica. Posteriormente, dirigir-se-iam para Braga, cidade onde residia o mestre entalhador e arrematante Jacinto da Silva, figura que, como a professora Natália Marinho salientou, gozava de enorme projecção nos meios artísticos do Norte de Portugal. Na Praça do Pão desta cidade, onde se situava o escritório do tabelião Rafael Malheiro, ao lavar-se a competente escritura, encerrava-se a primeira etapa dos trabalhos, formalmente iniciada com a licença do Senado da Câmara para a obra andar a lanços.

Pouco mais de quinze anos depois, em 1769, pensando-se que tudo era pouco para se louvar o Senhor, quiseram os da governança e eclesiásticos influentes que a película do pão de ouro revestisse toda a máquina retabular para que o brilho do ouro acentuasse a sua perfeição. A obra de pincel seria ainda convocada para os apainelados do berço da cobertura e para as zonas parietais das ilhargas da capela-mor. Trabalhos pictóricos já influenciadas por alguns dos desenvolvimentos do rocóco. Empresa executada pelo pintor Francisco Berardo Alves que era natural da Covilhã e de que se desconhecem outros dados biográficos. Contudo, acreditamos que Berardo Alves também foi o dourador do retábulo já que uma escritura de arrendamento, que damos em anexo,

²² FERREIRA-ALVES: 1985: 33-41.

confirma que a igreja, pelo menos numa determinada fase, lhe devia 423 000 réis, quantia elevadíssima e que ultrapassava em muito o custo com as figuras dos muros e os ornatos do tecto.

Mesmo assim, o pintor demoraria dois anos a realizar aquele capital uma vez que “para pagamento do que a mesma igreja deve ao pintor Francisco Berardo Alvez” se lhe consignavam as dívidas que algumas “pessoas de qualidade” tinham com a igreja. Assim sendo, o pintor receberia os rendimentos de um casal que aqueles “tem nesta villa lugar da Orta e mais lugares do termo per tempo de dous annos”, estimando-se que cada ano equivalia a um rendimento de 215 000 réis. Condições que se explicitavam na “Escreptura de arrendamento do casal de Donna Feliciania Antonia Botelha e de sua filha Donna Antonia que fez Alexandre Bottelho como procurador de seu irmão Caroluz Joze²³”. Documento que declarou e transferiu “toda a posse e dominio de todos os frutos pertencentes ao dito casal dos quaes (o pintor) podera despor como couza sua que ja he e fica sendo durante o dito tempo” de dois anos. Ao aceitar todos os termos expressos no documento, Francisco Berardo Alves “dava (se) por pago e satisfeito dos quatrocentos e vinte e tres mil reis que a igreja lhe devia”.

Num outro documento, lavrado cerca de uma semana depois, Berardo Alves nomeava²⁴ seus procuradores. Sinal de que a sua actividade prosseguia noutras paragens embora, por causa dos interesses próprios, os contactos e referências moncorvenses continuassem.

CONCLUSÃO

Por ter sido cabeça de uma importante comarca, era forçoso que a vila da Torre de Moncorvo interagisse de diversos modos com um território muito vasto onde pontificavam distintas individualidades e instituições. Ainda no século XVIII, a sede da comarca era residência do corregedor, do administrador dos tabacos, do provedor da fazenda real, de dois juizes de fora, do superintendente dos linhos, do superintendente da criação de cavalos, do almoxarife das sisas, e dos contratadores das terças, da fábrica do sabão, cartas, aguardente e outras bebidas. A presença destes funcionários decorria da importância das produções, grãos, azeite, vinhos, frutos, linho, mel, gados, seda e ainda da actividade piscatória no Sabor e Douro. Actividades que alimentavam o tráfico comercial que usava as estradas e vias fluviais para fazer chegar os produtos ao Porto, donde eram embarcados para Lisboa e ultramar, à Beira, à Galiza e a Castela. Os artistas não ficavam de fora desta corrente até porque a construção de novos edifícios civis e religiosos, assim como o investimento decorativo que se lhes associa, resultou da labuta e dos quadros de mentalidade em que se moviam e afirmavam tanto o pequeno lavrador, como o artesão e o comerciante.

²³ A.D.B., *Nuc. Not., Moncorvo*, Lv. 74, Cx. 11, fls. 80v-83.

²⁴ A.D.B., *Nuc. Not., Moncorvo*, Lv. 74, Cx. 2, fls. 48v-50.

Assim se povoou o território de homens e de algumas das realizações materiais que mais enalteciam o orgulho dos indivíduos e das comunidades. Em boa medida, são estas paisagens preenchidas por uma rede de objectos artísticos que situam a nossa memória colectiva. Importa valorizá-los para nos compreendermos melhor. Porém, esta realidade patrimonial deverá ser um foco de atracção de visitantes e o pretexto para a dinamização de algumas franjas da economia. Contudo, como assunto sério que é deve ser desenvolvido com base no estudo honesto e na promoção eficiente e rigorosa. O que talvez implique alargar os processos de valorização à região ou regiões em vez de os estrangular com base em interesses provinianos que, sustentando apenas o que parece ser a vaidade de alguns, não são solução de futuro.

É também tempo dos responsáveis pelo turismo no Distrito de Bragança perceberem que as potencialidades existentes não se resumem à Feira de Santarém ou à simples, ainda que sonora, promoção de algumas casas de restauração. Diga-se que é cada vez maior o número de cidadãos que se interrogam sobre as razões determinantes para que os responsáveis da área sejam sempre encontrados nos círculos políticos. Da mesma forma é cada vez maior o número de cidadãos a darem-se conta de que estas funções têm sido confiadas a pessoas sem a preparação adequada.

Seja como for, entendemos propor à reflexão dos poderosos aquela passagem da “Chronica d’El Rei D. Duarte” em que Rui de Pina narrava, a propósito da vontade expansionista para o Norte de África, como o monarca era aconselhado a ponderar o facto de “sermos poucos e nom muito ricos e mal aparelhados, e quereremos conquistar gente infinda, rica, manhosa e esforçada”.

Documentos

1659

1662, Setembro, 14

Retábulo das relíquias e grades da sacristia na Sé de Miranda do Douro

António Lopes de Sousa e João Mendes²⁵

A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. n.º 39

“Nos as dignidades e cónegos Cabbido desta Sancta See da cidade de Miranda sede episcopale vacante etc. pella presente ordenamos, e mandamos ao reverendo cónego

²⁵ No verso deste documento registou-se uma outra provisão que não chegaria a surtir efeito pelo que foi riscada. Contém, no entanto algumas indicações de valor histórico. No essencial, o seu conteúdo versava uma ordem do Cabido para que o cónego Martim Pegado, fabricante da Sé no ano de 1659, acabasse de pagar ao mestre João Mendes, de Moncorvo, as reixas de ferro que se tinham encomendado para a sacristia as quais pesavam 280 libras. No contrato estipulou-se que cada libra valia 70 réis. Portanto, o valor alcançava os 19.600 réis. Esta provisão, datada de 16 de Janeiro de 1663, referia ainda que, como já lhe tinham pagos 12.000 réis, estavam em falta 7.600 réis. No mesmo passo, a provisão mandava pagar mais ao mestre João Mendes um suplemento de 2.000 réis “pelo trabalho que teve em vir e das reixas a esta cidade”.

Martim Pegado, que do dinheiro que (em) seu poder tiver da fabrica desta ditta Seé entre(guê) ao mstre Antonio Lopes de Souza trinta mil reis p(ara) principiar a obra do santuário que temos contra(ta)do com elle, e dará tambem doze mil reis a João Mendes ambos da villa da Torre de Moncorvo pêra comprar ferro pera as reixas da sanchristia e com paga dos sobredittos se lhe levarão em conta os dittos quarenta e dous mil reis.

Dada em Cabbido sob nosso sello e senaes dos assinadores aos quatorse dias do mes de Septembro de mil seiscentos e sesenta e dous annos Francisco Rodrigues arce-diago de Mirandella secretario o escrevi

Luís Machado Pereira Pinto mestresccola
João Machado Pimentel
Francisco (?) Chaves”.

“Recebi os trinta mil reis contenidos na provisam asima dita oje catorse de Setem-
bro de 1662 anos

António Lopes de Sousa

Recebi os doze mil reis conteúdos na provisão asima oje 14 de Setembro de 662
Juam Mendes”.

1664, Dezembro, 20

Retábulo das Relíquias na Sé de Miranda do Douro

António Lopes de Sousa

A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. n.º 44

“Diz Antonio Lopes de Souza mestre de obras de alquitatura, que elle supplicante se obrigou a fazer certtas obras a esta Santta See as coais tem feito e satisfeito com sua obrigução como a Vossa Senhoria lhe he bem notorio das coais obras se lhe esta devendo vinte mil reis e perquanto he home pobre e lhe são nessessarios

pede a Vossa Senhoria (?) lhe mande pagar os ditos vinte mil reis e receberia merce”.

“Nos o deão dignidades, e conegos Cabbido da Santa See desta cidade de Miranda etc. pla presente ordenamos ao reverendo conego Adrião de Escovar fabriqueiro este presente (ano) que do dinheiro que em seu poder tiver da dita fabrica de a Antonio Lopes de Sousa escultor vinte e oito mil reis a saber vinte mil reis que se lhe estavam devendo da obra do retabolo das Reliquias com que se lhe acaba de satisfazer a escrip-tura em que nos consertamos e oito mil reis mais lhe mandamos dar de mais per fazer os meios corpos e braços fora do contrato, e outras obras que fes e com seu recibo lhe serão levadas em conta nas que der de seu recebimento

dada em Cabbido sob nosso sello e sinais dos assinadores aos vinte de Dezembro e eu cónego Antonio Martins secretario a fiz de mil e seiscentos e sesenta e quatro anos o deão

o thesoureiro

Pegado”.

“Recebi da mão do reverendo connigo Adrião de Escovar fabriqueiro os vinte e

outo mil reis conteúdos na provisão atual e per verdade lhe dei a presente per mim feita e assinada

Miranda de Dezembro 23 de 1664 anos
António Lopes de Souza”.

Na margem superior deste documento, escreveu-se:

“Passe provisão pera se lhe dar ao supplicante vinte e oito mil reis vinte mil reis do que se lhe de(ve) da escritura do retabollo das Relíquias e oito mil reis que lhe mandamos dar de mais per outras obras que fez em Cabbido 20 de Dezembro de 1664

o deão
o thesoureiro
Pegado”.

1725, Fevereiro, 19

Obra da cadeia de Moncorvo.

AD.B., Nuc. Not., Alfândega da Fé, Cx. 2, Lv. 10, fls. 22v-24v

“Escreptura de fianças que derão Francisco Vas Vellozo mestre canteiro e sua mulher desta villa de Alfandega da Fe

Saibão quantos este publico instrumento de escreptura de fiança e obrigação ou como em direito melhor lugar haja e dizer se possa o seu nome virem como no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e vinte e sinco annos aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ditto anno nesta villa de Alfandega da Fe nas cazas da morada de Francisco Vas Vellozo mestre canteiro desta mesma villa ahi perante mim taballeam e das testemunhas ao diante nomeadas e no fim desta assinadas apareceram presentes em suas pessoas mesmas o ditto Francisco Vás Vellozo mestre canteiro e sua mulher Maria Denis desta ditta villa de Alfandega da Fe e pessoas de mim taballeão bem conhecidas e reconhecidas de que dou fe serem os mesmos per cujos nomes assima se nomeão e pello dito Francisco Vas Vellozo canteiro foi ditto perante as mesmas testemunhas que elle se obrigava a fazer de novo a obra da cadea da villa da Torre de Moncorvo e reformação della assi(m) de pedraria como de madei(ras) (...) e portas e chaves (...) pedido e declarado na mesma forma da arremataçãõ da dita obra e dalla feita e acabada ate o mês de Abril do anno de mil e setecentos vinte e oito e isto por preço de sinco mil e quinhentos cruzados que lhe seram pagos e satisfeitos aos quarteis a saber de tres em tres mezes e cada hu dos pagamentos sera de setenta e tres digo de cento e outenta e tres mil e trezentos e trinta e tres reis, e o primeiro pagamento se lhe fara logo tanto que comessar a dita obra e os mais pagamentos se lhe farão sucessivamente no fim de cada tres meses para o que obrigava sua pessoa e todos os seus bens moveis e de rais havidos e per haver e per estar presente a dita sua mulher per ella foi ditto consentia na obrigação assima referida que fazia o sobredito seu marido para o que tambem ella obrigava sua pessoa e bens presentes e futuros ao cumprimento e satisfação e segurança de tudo os dittos Francisco Vas Vellozo e sua mulher apresentaram per seus fiadores digo e sua mulher disseram obrigavão eipote-

cavão a esta obrigação em especial os seus bens de rais seguintes a saber o seu cazal que tem no lugar do Sindim da Ribeira termo desta dita villa que consta de cazas terras e olivais e tapado em (...) bens de rais do dito cazal que va (...) coatrossentos mil reis mais o seu cazal que tem nesta villa de Alfandega no que consta de cazas vinhas terras e olivais e toda a mais fazenda de rais que seus pais e sogros Antonio Dinis e sua mulher lhe entregaram em dote e para mais segurança logo apresentaram por seus fiadores a seus sogros e pais Antonio Dinis e sua mulher Izabel Pires e a Gregorio da Fonseca e sua mulher Julliana Dinis todos moradores nesta mesma villa que logo perante mim taballeam e das testemunhas ao diante nomeadas pareceram presentes e reconhecerem os proprios per cujos nomes assim se nomeão e per elles todos juntos e cada hum delles de per si in solidum foi dito que elles fiavão e ficavão per fiadores do dito Francisco Vas Vellozo a dar a dita obra feita e acabada na forma que elle se tem obrigado na presente escriptura como tambem no termo da dita arremataçam e outrossim fiavão em todo o dinheiro que se lhe for entregando a conta da mesma obra no cazo que elle não de comprimento a ella e faltando elle a alguma obrigação da obra ou a toda se obrigavão elles fiadores a tudo satisfazerem per sua conta como se elles foram os proprios arrematantes e a tudo cumprirem obrigavão suas pessoas e todos os seus bens moveis e de rais havidos e per (aver) e se obrigavão huns pellos out(ros) (...) disserão os ditos fiadores Antonio Dinis e sua mulher obrigavam o seu cazal desta villa de Alfandega como tambem os fiadores Gregorio da Fonseca e sua mulher disserão obrigavão em especial o seu cazal que tem nesta dita villa que consta de cazas vinhas terras e oliveiras que valle seiscentos mil reis e logo per estarem presentes o dito Francisco Vas Vellozo e sua mulher per elles outrossim foi dito que elles se obrigavão a tirar aos ditos seus fiadores e abonadores a por a salvo desta obrigação e fiança e abonaçam per suas pessoas e bens presentes e feturos e que o dito seu cazal que tem nesta villa atras nomeada valle coatrocetos e sincoenta mil reis e os fiadores Antonio Dinis e sua mulher declararão que o seu cazal do Sindim da Ribeira assim nomeado valle trzentos mil reis e o seu cazal desta villa tambem assim nomeado valle trezentos e sincoenta mil reis e nesta forma huns e outros o outorgaram e mandaram fazer a presente escriptura nesta nota de mim tabelleão que como pessoa publica estipullante e acceitante estipullei e acceitei em nome de quem tocar possa e a tudo foram testemunhas que presentes estavam Felix de Almeida Sobrinho (...) solteiro filho de (...) villa de Alfandega e o licenciado Luis Gomes Luis morador na mesma ao qual as mulheres sobreditas assim a outorgante Maria Dinis como as fiadoras rogaram assinasse aqui per ellas per serem mulheres e nam saberem escrever nem assinar e todos assinaram com o dito Francisco Vas Vellozo mestre canteiro e com os ditos fiadores nesta nota ao depois de esta lhes ser lida e declarada per mim Francisco de Soveral tabelleam que a escrevi

Francisco Vas Vellozo
De Antonio + Dinis fiador
Felix de Almeida
Antonio Luis
Gregorio da Fonseca

Assino a rogo das fiadoras e da outorgante Maria Dinis per me rogem Luis Gomes Luis”.

Entre 1761, Dezembro²⁶, 8 e 1762, Março, 5
Obra da capela-mor e sacristia da igreja de Cabeça de Mouro, anexa da
comenda de Santa Maria da Torre de Moncorvo

A.D.B., Nuc. Not., Carrazeda de Anciaões, Cx. 4, Lv. 22, s/fl.

“Escriptura de fiança e abonassam que deram Francisco Domingos e mais pedreiros abaixo declarados e o carpinteiro Antonio Viegas este de Samorinha e outros da provincia do Minho e o mais abaixo declarado a fatura da obra da capella mor da igreja de Cabessa de Mourao na forma dos apontamentos abaixo

(*)²⁷ e cazas de morada de mim taballiam aqui perante mim pareceram presentes Andre Gonsalves Annes de Marzagam conselho de Ansians e Joam Alves de Villa Nova de Serreira e Francisco Gonsalves Palhares de Sam Julliam da Silva todos da provincia do Minho e Antonio Viegas do lugar da Samorinha conselho de Ansians os coais sam pessoas conhessidas e reconhessidas de mim taballiam de que dou minha fe serem os mesmos que por seus nomes se nomeiam os coais sam mestres pedreiros e o dito Antonio Viegas carpinteiro e por elles todos juntos e cada hum de per si in solidum foi dito perante mim taballiam e das testemunhas ao diante nomiadas e no fim desta nota assinadas foi dito que elles haviam arrematado em o lugar de Cabessa de Mouro termo da Torre de Moncorvo a capella mor e sacristia na forma dos apontamentos que apresentavam e abaixo copiados pello presso de duzentos e trinta e nove mil reis depois de feita e acabada cujo dinheiro lhe seria pago em tres pagamentos na forma da arrematassam que hera no prencipio da obra no meio e no fim depois de asseite e por coanto para efeito de lhe entregarem o dito dinheiro na sobredita forma e para segurança da mesma se fazer e se findar queriam na forma da mesma arrematassam dar fianças tanto a fatura da dita obra como levantamento do dinheiro e logo apresentaram por seus fiadores e apresentarão a Pedro de Moraes do lugar da Samorinha conselho de Ansians que disse se obrigava por sua pessoa e bens moveis e de rais presentes e feturos *tam somente pello que respeitava a obra de carpintaria e retilhamento da capella mor e sacristia* na forma dos mesmos apontamentos cujo fiador apresentou Antonio Viegas mestre carpinteiro do dito lugar da Samorinha que tambem lansou na dita obra e logo (*)²⁸ digo apresentava por seu fiador e prencipal pagadpr e abonador a satisfassam de toda a obra de pedraria na forma dos apontamentos a Manoel Nunes de Cabessa de Mouro e pello que respeitava ao segundo e tersseiro pagamento o nam levantariam da mam do reverendo parrocho ou depositario em cujo poder se acha sem darem novo fiador abonado para cujo efeito fariam nova escriptura a sua custa e sendo presentes os ditos fiadores assim da obra de pedraria como carpintaria que sam pessoas conhessidas e reconhessidas de mim taballião de que dou fe serem os mesmos que por seus nomes se nomeam por elles ambos juntos e cada hum de per si in solidum foi dito perante mim taballiam e das mesmas testemunhas que elles ficavão como fiadores e prencipais pagadores dos ditos mestres e se obrigavão por suas pessoas e bens a satisfassão da dita obra athe toda estar perfeita e acabada na forma dos apontamentos que sam os seguin-

²⁶ O mau estado do livro não permite estabelecer com exactidão a data em que o documento de fiança foi escrito.

²⁷ As primeiras sete linhas da escriptura são ilegíveis.

²⁸ O asterisco corresponde a oito linhas ilegíveis.

tes = tera a dita capella mor de largo trinta palmos e os mesmos de comprido pella parte de fora de quina a quina e no que respeita a altura que (*) com o corpo da igreja e com-respondera com a altura com a mesma tera a dita capella mor coatro cunhais de cantaria com vazas e capiteis pello estilo dos da capella do Santo Christo de Belver tera a mesma capella mor huma fresta de coatro palmos de altura e hum de largo apillarada por dentro e por fora e hum varão de ferro no meio dereito assima levava hum frizo por baixo das vazas (*)²⁹ tera hum portal para a sacrestia apillarado pella parte de dentro da capella mor com outo palmos e meio de alto e sinco de largo a parede tera tres palmos e meio de largo a sacrestia tera quinze palmos de comprido e treze de largo e a altura athe caber as agoas da capella mor tera dois cunhais com vazas e capiteis com-respondentes aos da capella mor levava seu frizo por baixo na mesma com-respondencia com a da capella mor e por sima frizo e cornija como da capella mor do mesmo feitio tera sua fresta com tres palmos de largo e hum de alto da mesma forma que a da capella mor com seu varam de ferro ha de ser argamassada e caiada por dentro e por fora e a capella mor tambem athe tras de pedra e tudo o mais nessessario para acabar de fazer a dita obra a custa dos mestres que a arremataram a parede da sacristia tera tres palmos de largo ha de ser paga em tres pagamentos no principio e no meio e no fim tera a sacrestia seu lavatorio huma cupeira para por os callis forrada de madeira com seu entremeio a pontam digo meio e a capella mor sera acornijada nas costans de dentro apontamentos das madeiras da capella mor e sacrestia sera armada de novo de caibros terem coatro dedos de grosso e sinco de alto levava soleiras inteiras palmo e meio de largo e meio de grosso levava duas linhas onde pegue o retabollo e outra o pe do arco de palmo e meio de largo e meio de grosso sera forrada por sima de tosco e por baixo de tumblo com forro novo correram os lanssos de parte a parte dereitos levava banco no fundo alquitrave tallam e cornija sera o forro todo sem no podridam nem sebollo sera (*)³⁰ mesmo desvam nos caibros da sacrestia tera suas soleiras no fundo e no simo e seu tabique serem as pregajes bem miudas e tudo o nessessario por conta dos mestres porem tudo coberto com telha a que faltar para se cubrir e as friestas terem cada huma seu varam de ferro como fica dito = Antonio Viegas Andre Gonsalves Anes Francisco Gonsalves Palhares e nam se continha mais em os ditos apontamentos que bem e feelmente aqui copiei dos proprios que tornei a entregar [sic] ao reverendo parrocho que tambem assinou no fim desta de como os recebeo e logo me foi apresentada huma procurassam de Donna Antonia de Noronha que he do theor seguinte dou poder ao senhor Manoel Gomes Loreiro ademenestrador da comenda de Santa Maria da Torre de Moncorvo de que he comendador meu marido o senhor Luis Diogo Lobo da Silva para que mande fazer na capella mor da igreja de Cabessa de Mouro que he anexa a mesma comenda os concertos pressizos a que estiver obrigado o seu comendador pagandosse esta despeza do dinheiro dos frutos que estam em suquestro para esse fim para o que lhe dou todos os meus poderes e os que forem em direiro nessessarios Lisboa outo de maio de mil setecentos e sessenta e hum = Dona [sic] Antonia de Noronha = e nam se continha mais em a dita procurassam que bem e feelmente aqui copiei da propria que entreguei ao dito ademenestrador da comenda que de como a recebeo tambem aqui assinou e sendo presente o reverendo Lecenciado Joam Lourenço Monteiro parrocho

²⁹ O asterisco corresponde a oito linhas ilegíveis.

³⁰ O asterisco corresponde a sete linhas ilegíveis.

actual da igreja de Nossa Senhora das Neves de Cabessa (*)³¹ por elles ambos juntos (e ca)da hum de per si in solidum foi dito que elles asseitavam cada hum delles a parte que lhe tocava em nome do comendador e da freguezia de Cabessa de Mouro esta escriptura com seus fiadores e abonadores e com todas as clauzullas e condessois assima referidas e se obrigavam a satesfassam do computo porque foi arrematada a dita obra de carpintaria e pedraria que sam duzentos e trinta e nove mil reis pellos frutos da dita comenda que se acha(m) sequestrados para este efeito nos referidos tres pagamentos com condessam que nam daram segundo e tersseiro pagamento aos mestres pedreiros sem que estes lhe deam novo fiador abonado ao recebimento delles a sua satesfassam por nova escriptura a custa dos ditos mestres o que assim huns e outros o disseram e outorgaram e mandaram ser esta feita nesta nota de mim taballião que a fis por me ser destrebuhida e como pessoa publica extipulante e asseitante que a estepullei e asseitei em nome dos presentes e abezentes a que de direito toca e tocar pode tanto coanto em direito devo e posso e todos assenaram sendo testemunhas que presentes estavam o Doutor Francisco Antonio de Sampaio Vellozo e Caetano Joze Rodrigues ambos desta villa que tudo assenaram depois desta lhe ser lida por mim Francisco Joze Ferreira taballiam que a escrevi e assignei

O parrocho João Lourenso Monteiro
João Alvez
Ántonio Viegas
Antonio Gonçalves Anes
Francisco Domingues”.

1765, Setembro, 11

Obra na capela do Hospital de Moncorvo

A.D.B., Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 70, Cx. 11, fls. 33v-34v

“Escritura de fiança que fazem Antonio Fernandes carpinteiro do lugar de Felgueiras e Caetano Gomes de Carvalho desta villa a Costodio Fernandes desta villa da obra da capella do Espital da mesma

Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de fiança ou como em direito melhor lugar haja e chamar se possa virem em como sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jessus Christo de mil setecentos e sessenta e cinco annos nesta villa digo annos aos honze dias do mes de Setembro do dito anno nesta villa da Torre de Moncorvo e escritorio de mim tabaliam ahi na minha prezença e na das testemunhas abaixo assignadas appareseo de presente em sua propria pessoa Costodio Fernandes carpinteiro desta villa que he pessoa conhecida de mim tabaliam de que dou minha fe ser o mesmo que aqui nomeio e por elle foi dito na minha prezença e na das mesmas testemunhas que elle arrematara hua obra que esta para se fazer na capella do Espital desta mesma villa em preço e quantia de sessenta e cinco mil reis a qual obra disse se obrigava por sua pessoa e bens presentes e futuros the a quinta dominga da quaresma pro-

³¹ O asterisco corresponde a sete linhas ilegíveis.

xima fetura na forma dos apontamentos que se acham no dito Juizo da provedoria e que para mais segurança da dita obra ofrecia por seus fiadores a Antonio Fernandes carpinteiro do lugar de Felgueiras e a Caetano Gomes de Carvalho desta villa que são pessoas conhecidas de mim tabaliam de que dou minha fe serem os proprios aqui nomia-dos e por elles ambos juntos e cada hum de presi[sic] in solidum foi dito na minha prezença e na das testemunhas que elles por suas pessoas e bens presentes e feturos fiavam na dita obra ao dito Costodio Fernandes e ficavam por seus fiadores e prencipais pagadores debaixo da obrigassam de suas pessoas e bens e assim o outrugaram huns e outros, e mandaram fazer esta nesta nota de mim tabaliam por me ser destrebueda que como pessoa publica estepulante e asseitante aqui a estepulei e asseitei em nome das partes presentes e auzentes a que toca e tocar possa sendo a tudo testemunhas prezen-tes João Joze de Azevedo e Marcos da Cunha desta villa = assinaram com os outru-gantes depois desta lhes ser lida e declarada por mim tabaliam Manoel Benigno da Cunha que o escrevi e assegnei

Costodio Fernandes

Caetano Gomes

Antonio Fernandes

Joam Joze de Azevedo

Marcos da Cunha

Manoel Benigno da Cunha”.

1769, Novembro, 16

Pagamento ao pintor da matriz

A.D.B., Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 74, Cx. 11, fls. 80v-83

“Escreptura de arrendamento do cazal de Donna Feliciana Antonia Botelha e de sua filha Donna Antonia que fez Alexandre Bottelho como procurador de seu irmão Caroluz Joze a Francisco Berardo Alves por dous annos em cada hum per 215.000 reis

Saibam quantos este publico instrumento de escreptura publica de arrendamento ou como em direito melhor dizer se possa virem em como no anno do nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e sessenta e nove annos aos dezasseis dias do mes de Novembro do dito anno nesta villa da Torre de Moncorvo e cazas do Doutor Apolenario Luiz Dominguez da mesma ahi parante mim tabaliam e das teste-munhas abaixo assegnadas pareceu presente em sua propria pessoa Alexandre Bottelho de Moraes e Vasconcellos procurador bastante de seu irmam Caroluz Joze Bottelho de Vasconcellos capitam mor de Freixo de Nemão por hua procuração que adeante vai copeada que reconheço ser o proprio nomeado de que dou mimha fe e por ele foi dito que em nome do dito seu irmão tutor e admenestrador da pessoa e bens de Donna Anto-nia Maria orpha que ficou de Francisco Ignacio Bottelho de Vasconcellos desta villa por ser a dita orfa [sic] devedora a igreja desta villa de cento e sessenta e trez mil reis de proprio e juro por hua escreptura da igreja desta mesma villa digo escreptura de duzentos e sessenta mil reis a Joam Joze de Moraes de Madureira Lobo o qual os con-signou para pagamento do que a mesma igreja deve ao pintor Francisco Berardo Alvez por o dito Joam Joze de Madureira ser devedor da dita quantia a mesma igreja que tudo faz a quantia de quatrocentos e vinte e tres mil reis per a dita orfa nam ter actualmente

denheiro para a satisfação delles elle dito Alexandre Botelho como procurador do dito seu irmão Caroluz Joze dava em solução ao mesmo Francisco Berardo Alves os frutos do seu casal que tem nesta villa lugar da Orta e mais lugares do termo per tempo de dous annos que principeará em dia de Sam Miguel de Setembro do presente anno, e ande findar em outro tal dia do anno que ha de vir de mil e setecentos e setenta e hum em (*) per cada hum dos ditos annos de duzentos e quinze mil reis que o mesmo dito Alexandre Botelho recebeu ao fazer desta sem nada ficar a dever hum a outro e que per esta escriptura lhe transferia e transfere toda a posse e dominio de todos os frutos pertencentes ao dito casal dos quaes podera despor como couza sua que ja he e fica sendo durante o dito tempo sem quita nem incampação para o que havia de renunciar todos os cazos furtuitos e insolitos e que seria obrigado elle dito Francisco Berardo Alves a lavar as oliveiras e dar lhe as mais fabricas acostumadas a vontade delle dito arrendatario e faltando lhe com ellas poderia o dito senhorio mandar fazer a conta do mesmo arrendatario, e logo appareceu o dito Francisco Alves e disse que aceitava esta escriptura a conta das clauzulas nesta escriptura expressadas, e que se obrigava per sua pessoa e bens ao comprimento dellas e que se dava por pago e satisfeito dos quatrocentos e vinte e tres mil reis que a igreja lhe devia, e a orfa á igreja [...] e que so no cazo que Sua Magestade seja servido remover a tutella ao dito Caroluz Jozé, ficara a mesma orfa obrigada a pagar o que faltar para o cumprimento dos ditos quatrocentos e vinte e tres mil reis a igreja na forma que antes estava, e logo o mesmo Francisco Berardo Alves entregou ao dito Alexandre Botelho os ditos sete mil reis que faltam para completar os ditos quatrocentos e trinta mil reis, e assim o ouveram huns e outros por outorgado na forma dita e logo outrossim me foi apresentada a procuraçam que assim se faz menção [...] e assim o outorgarão huns e outros na minha presença e das mesmas testemunhas e rogarão a mim tabaliam que como pessoa publica estepolante e aceitante esta lhe estepulasse e aceitasse a qual com effeito quanto o direito me permite lhe estepulei e aceitei e fiz nesta nota per me ser destrebueda pello belhete da destrebueção cujo theor he o seguinte Destrebua a escretura de arrendamento de bens de todo o casal de Francisco Ignacio Botelho que arrenda Alexandre Botelho como procurador de Caroluz Jozé Botelho capitam mor de Freixo de Numão per tempo de dous annos a preço cada hum de duzentos e quinze mil reis que ham de findar dia de Sam Miguel de Setembro de mil e setecentos e setenta e hum com as clauzulas que nella se declararem a Francisco Berardo Alves da villa da Covilhã = Oliveira = Pereira e nam continha mais o dito bilhete que aqui copiei do proprio que fica em meu poder a que me reporto sendo testemunhas presentes o Doutor Apolinario Luiz e Rominguez e seu filho Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento que todos aqui assignarão ao depois de lida esta por mim Luiz Antonio de Oliveira Pimentel que o escrevi e (*) que assignei

Alexandre Botelho de Moraes e Vasconcelos

Francisco Berardo Alves

Apolinario Luiz Rominguez

Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento

Luiz Antonio de Oliveira Pimentel”.

1769, Nov., 22

Pagamento ao pintor da matriz

A.D.B., Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 76, Cx. 2, fls. 48v-50

“Procuração bastante que faz Francisco Berardo Alveres da villa da Covilha comarca da Goarda provincia da Beira a Manoel Antonio Botelho de Magalhaens e a Luis Antonio de Oliveira Pimentel desta villa de Moncorvo

Saibam quantos este publico instrumento de procuração bastante ou como em direito melhor dizer e chamar se possa virem que sendo no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jessus Christo de mil e setecentos e sesenta e nove annos aos vinte dois dias do mes de Novembro do dito anno nesta villa de Moncorvo e escritorio de mim tabalião aparesseo presente em sua propria pessoa Francisco Berardo Alvres [sic] mestre pintor da villa da Covilha comarca da Goarda provincia da Beira pessoa conhecida de mim tabaliam [sic] de que dou fe e por elle foi dito na minha presença e das testemunhas ao diante nomiadas e no fim desta nota assegnadas que elle pella milhor forma e via de direito que ser possa e mais valha e valler possa fazia e constetuiua por seus sertos e em tudo bastantes procuradores e revogallos parecendo lhes fecando esta sempre em sua força e vigor a Manoel Antonio Botelho de Magalhens desta villa e a Luis Antonio de Oliveira Pimentel desta mesma villa a quem desse dava e concedia todos seus compridos poderes como elle constetuyente os tem para que os ditos seus bastantes procuradores e quaisquer dos por elles substabalecidos possam requerer sus justiça como se elle presente fosse em todas as suas cauzas civeis e crimes movidas e por mover em juizo e fora delle pondo açois para alma as pessoas que devedas lhe deverem jurar na alma delle constetuyente jurar mover remover jurar de calumnia e tomar em sua alma quer outro leceto juramento e dellas variar para libellos replicar dos das partes contestar e replicar e ebm assim para appellar agravar embargar jurar de calumnias e assenar em seu nome quaisquer termos judeciais e extrajudeciais fazer compezeçois com as partes dezestir de quaisquer cauzas que lhes parecer e fazerem extraher sentenças dos processos e dallas as suas devedas execuçois louvarem se pella sua parte no cazo de appellaçois dar e averbar de suspeitos quaesquer ministros e ofeciaes de justiça e nelles toranarem a concen-tir parecendo lhes e por a lansos em seu nome em quaesquer propriedades nam havendo lansadores e receberem dinheiros e delles passarem pagas e quitaçois e assegnarem quaesquer alvaras e escrituras como se elle presente fosse e que tudo requiere do cobrado e assegnado pellos ditos seus procuradores ou cada hum de per si in solidum e o haver e a por bem ferme e valiozo debaixo da obrigação de sua pessoa e bens e que somente para si rezervava toda a nova citação que essa queria fosse feita em sua propria pessoa e que se nesta procuração bastante faltasse alguma clauzolla ou clauzollas das em direito necessarias aqui as havia por expreças e declaradas como se de cada huma dellas se fizesse expreça e declarada menção e assim o outroguou na minha presença e nas das mesmas testemunhas e mandaram fazer este nesta nota de mim tabaliam que como pessoa publica estepullante e asseitante aqui o estepullei e asseitei em nome das partes presentes e auzentes a que toca e tocar possa por me ser destrebuida como me constou pello belhete da destrebuição e me reporto ao livro della sendo necessario desta contada na forma do regimento e contado a cota e foram testemunhas que presentes estavam ao fazer desta Bernardino Joze da Silva e Joam Antonio Sarmiento de Macedo ambos desta villa que assegnaram com o sobredito depois desta ser lida e declarada por mim Manoel Benegno da Cunha tabaliam do publico judicial e notas que o escrevi e assegnei

Manoel Benigno da Cunha
Francisco Berardo Alves
Bernardino Joze da Silva
João Antonio Sarmento de Macedo”.

1787, Maio, 22

Definição de várias dúvidas relativas ao benefício e fábrica das igrejas de Mós e Carviçais

A.D.B., Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 104, Cx. 16, fls. 12-15

Escritura de transaçam que faz entre os ofeciais da Camera da villa de Mós e lugar de Carviçais seu termo, e o reverendo Joam Pedro de Lemos Montes bacharel formado em canenos abbade de Santa Maria de Mós e suas anexas com rezidencia pessoal nesta freguezia de Nossa Senhora da Assuçam do lugar de Carviçais

Saibam quantos este publico instrumento de escritura de transaçam ou como em direito melhor lugar haja mais valha e valler possa virem como sendo no anno do nassimento de Nosso Senhor Jessus Cristo de mil setecentos oitenta e sete annos aos vinte e dous dias do mes de Maio do dito anno neste lugar de Carviçais termo da villa de Mós e Manoel Domingues Cordeiro juizes ordinarios Manoel Martins Gouveia Joze Tomás Dias e Joam Domingues Camello veriadores e Joam Martins Gaspar pprocurador desta villa de Mós e seu termo e juntamente o reverendo Joam Pedro de Lemos Montes bacharel formado em canones abbade de Santa Maria de Mós com rezidencia na freguezia de Nossa Senhora de Assumção deste lugar de Carviçais e por elles todos juntos e cada hum de per si in solidum foi dito parante mim e das testemunhas ao diante nomiadas e no fim desta nota assinadas que entre elles ofeciais da Camera e os moradores de Mós e de Carviçais com o sobredito reverendo abbade tinha avido assim com elle como com os abba-des seus perdessussores varias duvidas e pleitos sobre as obras que se devem fazer nas duas igrejas de Porrochais [sic] de Mós e Carviçais sobre as que padecem duvida se pertencem ao beneficio ou as fabricas das duas igrejas de que sam ademenistradores os ditos ofeciais da Camera e por evitarem decençois entre huns e outros se compometeram e transigiram a respeito da altracaçam das mesmas obras na forma seguinte = que serviria de regra comua para as duas igrejas de Mós e Carviçais. Primeiramente comvieram iniformemente huns e outros que todos os trastes e obras nessessarias para o repario dos corpos das igrejas sera por conta das fabricas ou dos freiguezes na falta dellas, e que no repario e trastes da capella mor serem por conta delle reverendo abbade a exceçam do seguinte que os arcos cruzeiros que devidem os corpos das duas igrejas das suas respectivas capellas mores cahindo ou sendo nesessario repairarsse pagaram duas partes da despeza os abades [sic] desta abbadia e huma as fabricas ou os freiguezes e que as campainhas das igrejas tocheiros cardencias bancos e caldeirinhas serem compradas por conta das fabricas ou freiguezes como tam(bem) as despezas das duas tribunas e de seus respectivos camarins assim como tambem as cortinas que daqui em diante for nessessario comprarem se para goarnesserem as ditas tribunas e camarins serem tambem compradas a conta das mesmas fabricas ou freiguezes sem embargo de que as que se acharem no altar mor da igreja de Carviçais as ter elle reverendo abbade comprado a sua custa cujo seu emporte nam pede em atençam a esta transaçam outrossim serem tam-

bem obrigadas as fabricas ou seus freiguezes a dourar o extrior dos sacrarios e por lhes pavilhons quando for nessessario e seu madeiramento extreno e respectivos lados por ser obra pertencente ao mesmo trono da tribuna e conservar hum vazo piqueno para porificar os dedos quando se ademenistra o Santissimo e todo entrior dos sacrarios e vazos das sagradas formas chaves com suas fitas e missagras das portas dos mesmos sacrarios seram elles reverendos abbades obrigados a conprallos [sic] se(n)do nessessario e que as portas ou panos que daqui em diante for nessessarias para as entradas para as trebunas seram estas despezas igualmente feitas pellos reverendos abbades e fabricas e as escadas que forem para a trebuna seram unicamente feitas pellos caber digo pellas Cameras ou suas fabricas e as imagens que a exceçam do cruceficio que se acaham no altar mor seram conservadas pellas confrarias ou fabricas como dantes e que todos os mais repairos e trastes que forem nessessarios para a capella mor e altar seram comprados por elle reverendo abbade e seus sussessores e no que pertence as obras das sacrestias tanto de Carviçais como de Mós seram elles reverendos abbades (obrigados) a satisfazer e recercir os tetos dellas e as fabricas os pavimentos e paredes das mesmas declarando que se for necessario delabar a parede da capella mor que faz face para a sacrestia sera satisfeita essa despeza por conta das fabricas e arruinandosse a mesma parede sera a despeza della por conta da abbadia por ser pertencente a capella mor e os quai-xois das sacrestias seram feitos por conta das fabricas e confrarias e elles reverendos abbades compraram a sua custa os que lhes forem nessessarios para os seus trastes e que todos os ro digo e que todos os hornatos precizos para os altares colatrais galhetas e alias todo o mais sera por conta das fabricas e confrarias assim como tambem todos os hornatos e trastes para o altar maior seram satisfeitos por conta das abbadias declararam por ivitar duvidas que as toalhas dos lavatorios nas sacrestias pertencem as confrarias e que os ferros das ostias seram por conta das fabricas e que (*) esta transaçam nam podera elle reverendo abbade usar de hum requerimento que fes a Sua Magestade e presente-mente se acha a informar na mam do corregedor da comarca em que elle pedia que a mesma Senhora lhe detreminasse as obras com que pertendia apropriar ademenistraçam das fabricas ao procurador da comarca porque tendo este requerimento efeito nam vale va [sic] esta transaçam e assim huns e outros o compormeteram a trasigiram na minha prezença de que dou minha fe e queriam que esta escritura de transaçam valesse assim para os presentes como para os feturos para assim se ivitarem as decençõis e duvidas que pode aver em todo o tempo [sic] e assim o outorgaram huns e outros e rogaram a mim tabaliam lhe fizesse esta escritura nesta minha nota o mais firme e valioza que em direito ser que desse e que se nella faltasse alguma clauzolla ou clauzollas das em direito nessessarias para a sua validam as aviam aqui todas por expressas e declaradas como se declarada mençam a qual eu fis a seu rogo por me ser destrebuída como constava do bilhete da destrebuçam do qual ho seo theor he o seguinte o tabaliam Carvalho faça escritura de transaçam que pertende a Camera desta villa e povos com o reverendo abbade da mesma villa e mais anexas = Domingues = tanto quanto em direito me he prometido como pessoa publica estipulante e aceitante o qual eu o que lhe estipulei e acitei em nome dos abzentes e presentes a que tocar possa de que foram testemunhas que com elles sobreditos outorgantes e povos assinaram o Doutor Joze Luis Salgado e Joze Teixeira Feijo do lugar de Carviçais pessoas conhecidas e reconhecidas de mim tabaliam de que dou fe serem os mesmos que aqui se nomeiam e assinaram com os sobreditos ao depois desta lhe ser lida e declarada por mim Manoel Rodrigues de Carvalho tabaliam que o escrevi desta gratis

Manoel Rodrigues de Carvalho
O juiz de Mos Francisco Luis Cajato
O juiz de Carviçais Manoel Domingues Cordeiro
Veriador Joa [sic] + Domingues Camello
Veriador Manoel + de Gouvea
O veriador Jose Thomas
Procurador Joa + Martins Gaspar
O abbade João Pedro de Lemos Montes
Joze Salgueiro
Joze Teixeira Feijo
Manoel Gonçalves Mathias
Alexandre Nogueira
O padre Joze Domingues Grillo
O padre João Nunes Ferreira
O padre Francisco Antonio Pires Vallente
Domingos Luis Salgado
Manuel Luis Lopes
Antonio Aires
manuel Rodrigues Lourenço
Lourenço + Esteves
Antonio Joze Rodrigues Moguo
Lourenço + Esteves
Joze Domingues + Miguel
Manuel Rodrigues Moguo
Antonio + Macedo
Manuel Domingos + Rato
Joam Ribeiro Machado”.

1800, Janeiro, 4

Apontamentos e outras cláusulas relacionadas com a construção da casa de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães

A.D.B., Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 125, Cx. 19, fls. 10-13

“Escritura de ajuste de obra, e satisfação de paga que faz Leopoldo Henrique Botelho de Magalhaens desta villa de Moncorvo, a Joze Ferreira da Costa, e seus primos Luis da Costa, e Agostinho da Costa, todos desta villa

Saibam quantos este publico instrumento de escritura publica ou como em direito melhor dizer, e chamar se possa virem, que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e oitocentos annos aos quatro dias do mes de Janeiro do dito anno nesta villa de Moncorvo e cazas de morada de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhains aonde eu escrevam vim, ahi pareceo presente em sua propria pessoa o sobredito Leopoldo Henrique Botelho de Magalhains, e os canteiros, Joze Ferreira da Costa, e seus primos Luis da Costa, e Agostinho da Costa todos desta villa, e reconhecidos de mim tabaliam e das testemunhas ao diante nomeadas de que dou minha fe e por elles todos juntos, e cada hum de per si foi dito que elles tinham justo e contratado

com o assima dito Leopoldo Henrique de lhe fazer as suas cazas na rua das Barreiras em preço de quinhentos e cincoenta mil reis na forma dos apontamentos seguintes = primeiramente disse que serão desfeitas as paredes das ditas suas cazas da parte do Sul, e Puente, e abertos os alicerces athe dar em firme, e da mesma sorte as da outra parte do Norte, e Puente endereitando e quadrando, com a que vem do arco principiaram as paredes no alicerce de cinco palmos completos de largura, e logo que levante das soleiras das lojas para sima cortaram de quatro, e meio, e estos deixaram suas pedras de assentaçoens para corerem paredes por baixo a todo o tempo que se quizer, e que a porta que se acha feita nova na parede do Puente sera assente na mesma parede nova, que as mesmas cazas teram entre portas, janellas, e frestas e roda fora as que tem mais doze de novo, a saber huma no sitio aonde esta o arco, huma fresta ao lado para huma roda, e que estas seram só apilaradas pela frente, e tera a dita porta largura de seis palmos, altura doze, e que a roda tera tres palmos de larga e cinco de alto mais que na parte do Norte, e Puente levara sobre a porta que se ade assentar, que se acha aparelhada outra para os sobrados, apilorada pela parte das sallas levara outra de lojas para a parte do Norte arumada a parede que se acha feita de novo, e que desta parede se não demolira nada, que a porta da loja sera direita, e apilorada somente por fora, e que tera seis palmos de largura e honze de altura, se couber e sobre esta porta huma janella correspondente a que esta principiada e que as taças das janellas seram correspondentes aos peitoris, da mesma sorte as da outra parte do meio dia e Poente, e que na frontaria levara duas janellas novas semelhantes as que se acham feitas antes melhores que menores, e que todos os mais seram acabados com alturas proporcionadas as larguras como tambem as portas que se acham principiadas e por acabar os oculos seram apiados e assentes de novo, acrescentando a largura que pedirem as paredes, e que todas estas ficaram em vinte e dois palmos de altura, as quatro ratificadas de novo, levantaram trinta palmos a custa dos mestres desde a primeira pedra athe completar os ditos trinta palmos, e que se a dita obra pedir mais altura do que os ditos trinta palmos sera a custa do senhorio das cazas o cunhal da parte do Sul sera profundado athe o firme, e o nivel das lojas principiara o insucamento de cantaria na forma do do Norte, o soco que corre pela frontaria e cunhais correrá a fada da mesma altura pela parte da rua do Sul, e que o dito soco fara huma polgada de aboamento sobre a alvenaria, e pelo sobreleito fara hum quarto de corte o soco para a alvenaria os cunhais levaram hum redondo com dois filettes refendidos e proporcionados pelo perfillo mestre assima as pilastras que devidem a intrada e patio sairam mais fora que os cunhais palmo e meio e a parede entre huma, e outra pilastra sahira com ellas para acompanhar o portal deixando so hum quarto de pilar o invazamento de cunhais e pelastras sera conforme ao que se acha principiado este não sera demolido os insucamentos das pilastras podem variar para a ordem dorica com saltos vazos mais elegantes todas as colunas findaram com chapitel dorico o portico sera na forma do das cazas do Villar de Perdizes da villa de Chaves com obrigação do senhorio pagar a hum mestre que va tomar os apontamentos do dito portico, e não mandando ficara a escolha a seu arbitrio de qualquer portico que se acha debuxado no livro intitullado Vinholla acrecentando da mesma sorte as armas que para estas por ora não ha condição de assento, e tam somente o melhor debuxo, que quizer o senhorio o entabolamento correrá tres lados da asentação da parte do Puente correndo a frontaria athe a da parte do Norte se as pilastras levantarem segundo corpo esta não sera pertencente a este ajuste nem o primeiro intabolamento cobrira as pilastras mas ficara nas curvas de cada lado a cornige sera pello molde da que se acha assente o frizo lizo com colarinho

por baixo e hum filette com hum quatro lizo digo quarto lizo, a maneira de alquitrave as duas janellas, que se acham feitas depois de completas as novas se o senhorio as quizer reformar o podera fazer a sua custa e que todo o arranque da alvenaria e charretto [sic] da mesma como tambem carreto de cantaria, e cal, e baro, e madeira para moldes, e para andames tudo pronto e bem a tempo a custa do senhorio sem que os mestres e officiais sintam a menor falta nem tardança nem perda de tempo pois havendo nisto alguma falta não tera vigor a taixa do tempo marcado ou que se ade marcar para completamento da obra, que dando o senhorio tudo pronto o atras mencionado, terá seu fim a dita obra por todo o Setembro desta prezente anno em termos de se cobrir, e cazo as armas não estejam completas depois se completarão e que a cantaria será cortada aonde for mais comodo tanto para a obra como para os mestres, e que esta sera fina, clara, e livre de salitre, e firme para receber os pezos aonde ouver de os receber principalmente portico e frente, e que todo sera bem limpo, e unido perfilada bem atada, tomadas as juntas com cal peneirada, e traçada pelo meio com o mesmo pó da cantaria, todas coridas a piaça por cima, e que tudo o que não for frente podera admetir cantaria ainda que seja menos clara, com tanto que não seja defeituoza, e nesta forma ouverão os apontamentos por completos e acabados, e logo por elles mestres foi dito que elles se obrigavam a satisfação dos ditos apontamentos pelo preço e quantia atras declarada, de quinhentos, sincoenta mil reis e que para satisfação desta obra obrigavam suas pessoas e bens havidos e por haver e que para maior validade deste ajuste davam e abonavam dinheiro aos officiaes athe o meio da obra, e logo por elle outorgante senhorio foi dito que elle dava toda a pedraria das cazas, e circumvizinha menos o tanque e balcam da parte do Nascente como tambem dava a cantaria que se achar cortada na canteira, e mais dice que obrigando os mestres a obra a meio fazer, aprontaria mettade do dinheiro do ajuste que sam duzentos e setenta e cinco mil reis, e que cazo o não aprontace desde ja sedia do dominio do seu olival da Eira da Calçada que parte do Nascente com Joam Carlos de Oliveira Pimentel e do Puente com caminho do conselho, para delle haverem o dito pagamento, cazo se lhe não apronte para o dito tempo mencionado para o meio da obra poderão vender o mesmo olival pelo preço de quinhentos e trinta mil reis por cuja quantia se obriga o direito senhor a aprontar comprador e de outro modo, sera arematado em praça publica e querendo os ditos mestres ficar com elle ficaram pelo preço que outrem der ou justando se entre todos, e que a mesma propeedade ficara sugeita athe final pagamento, e que para satisfação da quantia que faltar alem do vallor porque o olival se vender athe completar os quinhentos e sincoenta mil reis em que foi justa toda a obra mencionada nos apontamentos, e mais algum acrescimo se o ouver, dice elle dito senhorio obrigava todos os seus bens como tambem havendo alguma deminuição na obra se dará baixa na dita quantia do ajuste, e nesta forma ouveram esta escritura por bem feita e acabada e me rogaram a mim escrivam que como pessoa publica estipulante e asseitante esta lhe fizesse estipulase, e asseitase a qual lhe fis estipulei e asseitei tanto quanto o direito mo promitte e lha fis nesta notta de mim tabaliam por me ser destribuida como me constou por bilhete da destribuição a cujo livro me reporto, e sobre estas condiçoens dice elle senhorio que dando a obra acabada de tudo o que pertence a pedraria athe o fim de Julho, dava de luvas aos mestres cincoenta mil reis a cuja satisfação se obrigava da mesma forma como atras se declara, e atudo foram testemunhas presentes ao fazer desta Henrique Carlos Theixeira, e Manoel Joze Leal ambos desta villa que assignaram com o dito senhorio, e mestres lida esta por mim Joze Francisco dos Anjos Leal escrivam que a escrevi e assignei

Joze Francisco dos Anjos Leal
Leopoldo Henrique Botelho de Magalhaens
Joze Ferreira da Costa
Luis da Costa
de Agostinho + da Costa
Henrique Carlos Teixeira
Manoel Joze Leal”.

1801, Julho, 4

João Gonçalves Ótimo contrata a obra da capela-mor da paróquia de Santa Maria de Mós

A.D.B., Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 129, Cx. 19, fls. 40v-41v

“Escritura de contrato de obra na capella mor da igreja da villa de Móz feito entre o reverendo abade da mesma o Doutor Joam Pedro de Lemos Montes cavaleito professo na ordem de Cristo e o mestre canteiro Joze Gonçalves Otimo do lugar do Felgar termo da villa da Torre de Moncorvo

Saibam coantos este publico instrumento de escritura de contrato e ajuste da obra ou como em direito melhor logar haja mais valha valer possa virem em como sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e hum anos aos coatro dias do mes de Julho do dito anno neste lugar de Carviçais termo da villa de Mós em cazas da rezidencia do dito reverendo Doutor Joam Pedro de Lemos Montes abade da dita freguezia (*) tabaliam por ser chamado para efeito de fazer a prezente escritura de contrato e ajuste e parante mim apareceram de huma parte o Doutor Joam Pedro de Lemos Montes abade na dita villa de Mos com rezidencia pessual neste lugar de Carviçais e da outra o mesre canteiro Joze Gonçalves Otimo do lugar do Felgar pessoas conhecidas e reconhecidas de mim tabaliam de que dou minha fe e por elles ambos juntos e cada hum de per si in solidum foi dito parante mim e das testemunhas ao diante nomiadas e no fim desta nota assignadas que elles tinham entre si convido de que o dito otorgante Joze Gonçalves Otimo fazia athe o fim do mes de Agosto proximo feturo lhe avia de dar feita convem a saber a parte da banda do Castello e fazendo a de novo pelas rais e tornando a por nella antiga cornige fresta com os ferros que agora existem e dando a toda a cantaria huma lavagem de pico para fazer de nova no outam da capella mor ha de collocarse huma pequena crus de cantaria que diga com a outra do mesmo teto e pondo de novo refeita a de ter todo o dezempeno necessario para estar com o forro no estado em que se acha atualmente o carroto da pedra e barro necessarios e madeiras para o (*) e estadas da obra ha de ser por conta do padrueiro fecando só o mestre obrigado a cortar e preparar os paos arrancar a pedra e barro necessarios = todo o damno que por respeito da obra possa acontecer no arco paredes teto ou retablo sera por conta do mestre e sendo e sen [sic] feita o reverendo padrueiro pagara ao dito mestre a coantia de cincoenta e cinco mil duzentos reis pagos no prencipio meio e fim da obra comtanto [sic] querem que no fim haja de ser revista e aprovada por dois peritos e porfessores e dela fazer se tudo o que faltar aos apontamentos advertindo que a parede nova ha de ser bem rajada por dentro e fora em seco para melhor assentar a argamassa o que huns e outros otorgantes convieram a satisfaçam deste contrato e para

maior fermeza do coal o mesmo mestre Joze Gonçalves Otimo ofereceu por seu bastante fiador e abunador Antonio Lopes e sua molher Cecillia Lopes ambos da villa de Mós os coais apareceram perante mim e das testemunhas ao dinte nomiasdas e no fim desta nota assignadas e declararam que muito de sua livre vontade e moto proprio sem constangimento de pessoa alguma se constituiram fiadores e abunadores do mestre Joze Gonçalves Otimo em respeito a dita obra no que comveio [sic] igualmente o reverendo padruero aceitando a fiança e pormeteram da sua parte cumprir a tudo o que fica comencionado e assim otorgaram e rogaram a mim tabaliam lhe fizesse esta escritura nesta minha nota o mais firme e valioza que em direito ser pudesse e que se nella faltasse alguma clauzulla ou clauzollas das em direito necessarias para a sua validam as aviam aqui thodas por expressas e declaradas como se de cada huma dellas se fizesse mais expressa e declarada mensam a coal eu fis a seu rogo por me ser destrebuida como constava do bilhete da destrebuçam do coal o seu thior he o seguinte o tabaliam Pinto faça escritura de contrato e ajuste que fazem enthre si a respeito da capella mor da villa de Mos Joze Gonçalves Otimo mestre cantheiro do lugar de Felgar e o reverendo Doutor Joam Pedro de Lemos Montes abade de Santa Maria de Mós = Salgado = tanto coanto em direito me he prometido e posso como pessoa publica estipulante e acceitante que esta me rogaram lhe estipulasse e acceitasse a coal eu aqui lhe estipulei e acceitei em nome dos abezentes e presentes a que tocar possa de que foram testemunhas presentes o fazer desta escritura Joze Teixeira Feijo e Joze Luis Vermelho todos da villa de Mos = Joze Teixeira deste lugar de Carviçais termo da mesma villa pessoas conhecidas e reconhecidas de mim tabaliam de que dou minha fe serem os mesmos que aqui se nomeam assignaram com os sobreditos otorgantes ao depois desta lhe ser lida declarada por mim Luis Antonio Correia Pinto tabaliam que esta fis a rogo da fiadora Cessilia Lopes Joam Antonio Correa Pinto tambem deste lugar

Joze Gonçalves Otimo
João Pedro de Lemos Montes
A rogo da fiadora eu João Antonio Correa Pinto
Joze Luis
Antonio Lopes
Luis Antonio Correa Pinto”.

Cabeceira e alçado da igreja matriz de Moncorvo



Igreja matriz de Mós. Alçado e contrafortes



Igreja matriz de Carviçais. Fachada principal



Igreja matriz de Cabeça Boa. Fachada principal



Última Ceia. Capela-mor da Matriz de Moncorvo



ABREVIATURAS

A.D.B. – Arquivo Distrital de Bragança,
Nuc. Not – Núcleo Notarial
Cx. – Caixa
Lv. – Livro
fl. – fólio

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Mitra, Cx. 58, doc. n.º 39.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Mitra, Cx. 58, doc. n.º 44.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Alfândega da Fé, Cx. 2, Lv. 10, fls. 22v-24v.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Carrazeda de Anciães, Cx. 4, Lv. 22, s/fl.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 70, Cx. 11, fls. 33v-34v.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 74, Cx. 11, fls. 80v-83.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 104, Cx. 16, fls. 12-15.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 125, Cx. 19, fls. 10-13.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 76, Cx. 2, fls. 48v-50.

A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 74, Cx. 11, fls. 80v-83.
A.D.B., Arquivo Distrital de Bragança, Nuc. Not., Moncorvo, Lv. 129, Cx. 19, fls. 40v-41v.

Bibliografia

- ALVES, Francisco Manuel, 1908 – “Moncorvo”, in *Ilustração Transmontana*.
- ALVES, Francisco Manuel, 1981 – *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, Bragança: Reedição do Museu Abade de Baçal.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 1985 – “Nótula para a história do retábulo da capela-mor da igreja matriz de Torre de Moncorvo”, in *Revista Brigantia*, Bragança, vol. V, n.º 1.
- PASSOS, Carlos de, 1958 – *A igreja romanica de Castro de Avelãs* (2.ª edição). Porto: Imprensa Portuguesa.
- RODRIGUES, Luís Alexandre – *Mestres-de-obras de arquitectura e sociedades. A construção de pontes na Beira Alta e em Trás-os-Montes no século XVII*, in “Actas do VII Colóqui Luso-Brasileiro de História da Arte”; Porto, 20 a 23 de Junho 2005. Porto: Faculdade de Letras – Departamento de Ciências e Técnicas do Património (no prelo).
- RODRIGUES, Luís Alexandre, 1999 – “Subsídios para o estudo da igreja de S. Miguel de Frechas. Artistas, obras de alvenaria e madeira”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II.
- RODRIGUES, Luís Alexandre, 2001 – *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Bragança/Porto.
- RODRIGUES, Luís Alexandre, 2005 – “O programa arquitectónico da matriz de Moncorvo e a demorada afirmação da arte barroca no Distrito de Bragança”, in *O património histórico-cultural da região de Bragança/Zamora*. Porto: CEPES / Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Luís Alexandre, 2006a – “Antigos mosteiros e congregações no Distrito de Bragança. Subsídios artísticos”, in *Revista Brigantia*, Bragança, vol. XXVI, n.º 1/2/3/4.
- RODRIGUES, Luís Alexandre, 2006b – *Arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança*. Mirandela: João Azevedo Editor.

UM PROJECTO CULTURAL PARA MONCORVO

Agostinho Cordeiro

No sentido da dinamização cultural desta vila, temos que pensar num projecto de construção de uma “Casa da Cultura”. Este projecto, elaborado por um arquitecto conceituado, teria que ser moderno e arrojado e cumprir várias funcionalidades, nomeadamente a de um museu com galeria para exposições de arte moderna e contemporânea, uma biblioteca, um espaço multimédia, um auditório. Assim, atrairíamos um elevado número de visitantes, não apenas para ver as exposições, mas também para conhecer uma obra notável em termos de estrutura arquitectónica.

Um exemplo marcante, entre vários no nosso País, de um edifício que atrai imensos visitantes é a Igreja de Santa Maria, no Marco de Canaveses. Esta obra, da autoria do arquitecto Siza Vieira, marca a arquitectura religiosa de finais do século XX, não só pela procura de uma limpidez formal e espacial, mas pela relação que estabelece entre o local e o global. São muitos os que se deslocam propositadamente a esta zona para visitar esta obra emblemática da nossa arquitectura.

Eu contribuiria com tudo o que estivesse ao meu alcance, nomeadamente através da organização de exposições trimestrais de artistas modernos e contemporâneos, portugueses e espanhóis, reconhecidos internacionalmente.

Simultaneamente poderíamos oferecer oportunidades a jovens artistas que demonstrassem capacidades e qualidades suficientes para emergir no mundo da arte, com a possibilidade de se pensar num Prémio atribuído a novas revelações, quer a nível local, quer a nível nacional.

As escolas, em colaboração com a Câmara Municipal, poderiam organizar Visitas de Estudo à Casa da Cultura de Moncorvo, aliando assim os interesses culturais e pedagógicos. Para além de visitas guiadas às exposições, teríamos várias Salas de Leitura associadas à Biblioteca, com livros de Arte e não só, teríamos Salas de Informática, com livre acesso à Internet, e ainda, a projecção de filmes ou documentários de índole pedagógica.

Aproveito ainda para dar as minhas sinceras congratulações à Câmara Municipal de Moncorvo pelas Bolsas de Estudo que atribuiu aos melhores alunos do concelho, o que oferece aqueles que têm maiores dificuldades financeiras a possibilidade de continuarem a ter um bom desempenho ao longo do seu percurso académico. Serão estes jovens que mais tarde poderão contribuir para o desenvolvimento do Município e combater a desertificação desta região.

INTRODUÇÃO AO MINÉRIO DE FERRO DE MONCORVO

Manuel Lemos de Sousa

INTRODUÇÃO

1. A importância que, ao longo do tempo, tem tido o Jazigo de Ferro de Moncorvo justifica, só por si, a abundante e importante bibliografia sobre o mesmo dada à estampa (ver lista no final) a qual se reporta quer ao enquadramento geológico-estrutural e mineiro e ao estudo do minério, quer a aspectos do aproveitamento do mesmo e a estudos metalúrgicos. Nesta introdução geral apenas e, naturalmente, nos iremos referir, digamos, ao enquadramento geral geológico-estrutural do jazigo e às características gerais e aos recursos/reservas dos seus minérios. De facto, o relevante tema da valorização dos mesmos minérios será tratado no capítulo seguinte pelo especialista no assunto Professor Maia e Costa.

2. A maioria dos autores considera que o Jazigo de Ferro de Moncorvo, de idade ordovícica, está repartido pelas seguintes quatro áreas todas localizadas a leste de Torre de Moncorvo: Serra de Reboredo, Pedrada, Carvalhosa e, mais a norte destas, o Cabeço da Mua (Figura 1).

3. Do ponto de vista tectónico-estrutural o jazigo sofreu deformações por influência das 1.^a e 2.^a fases da tectónica hercínica que estão na origem dos sistemas de fracturas e deslizamentos presentes. Observam-se, outrossim, estruturas tardias¹.

4. O minério patenteia textura xistosa e granular e, examinado petrográfica e quimicamente, em pormenor² mostra-se constituído, predominantemente, por hematite (minério especularítico 23%, minério martítico 7% e minério martítico-especularítico 70%), magnetite em pequena quantidade e limonite supergénica, rara. Na ganga domina, essencialmente, o quartzo, a sericite, a clorite, a albite e a apatite.

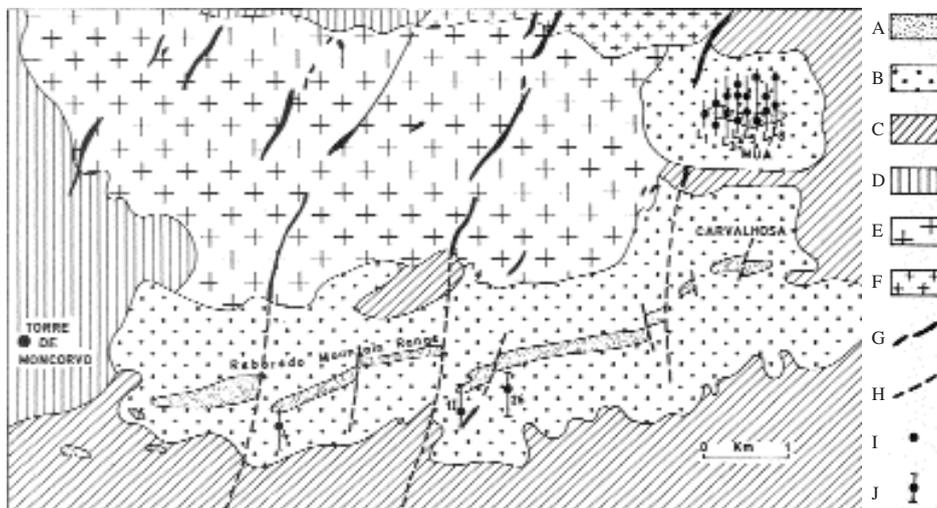
Como característica tradicionalmente importante do minério importa, por fim, referir a granulometria dos cristais de hematite determinada ao microscópio, tal como se indica no Quadro 1³.

¹ REBELO e RIBEIRO, 1977.

² NEIVA, 1949; NEIVA, 1951; NEIVA, 1952a; D'OREY e REBELO, 1983; TAVARES, BARROS e NEVES, 1981.

³ NEIVA, 1949; NEIVA, 1951; NEIVA, 1952a.

Figura 1 – Mapa geológico esquemático da região de Moncorvo (segundo D’Orey e Rebelo, 1983)



Legenda

- | | |
|---|---|
| A. Afloramentos de minério in situ (Ordovício) | F. Granito de Estevais |
| B. Depósitos de Fe aluvionares (Quaternário) | G. Filões de quartzo |
| C. Quartzitos e Metamorfitos (Ordovício) | H. Falhas |
| D. "Série do Douro" (Precambriico Superior? Câmbriico?) | I. Localização de sondagens seleccionadas |
| E. Granito de Carviçais | J. Localização de cortes geológicos interpretados |

Quadro 1 – Minério de Ferro de Moncorvo: Granulometria dos cristais de hematite (martite e especularite) determinada ao microscópio

Granulometria	Percentagem em número	Percentagem em massa
< 0,010 mm	32,0	0,005
0,010 mm – 0,025 mm	36,5	0,2
0,025 mm – 0,150 mm	23,0	16,4
0,150 – 0,250 mm	7,0	58,7
> 0,250 mm	1,5	24,7

Neiva 1949, 1951, 1952a.

Do ponto de vista genético e com base no conjunto de estudos pormenorizados efectuados por vários autores dentre os quais se destaca, pela dimensão e importância, Neiva⁴ considera-se que se trata de um jazigo metamórfico resultante da transformação de formações sedimentares originais, transformações essas que se podem descrever, esquematicamente, com base na seguinte sequência:

⁴ NEIVA, 1949; NEIVA, 1950; NEIVA, 1951; NEIVA, 1952a; NEIVA, 1952b; NEIVA, 1953.

- a. Deposição, durante o Ordovícico, em meio marinho, de ferro sob a forma de carbonatos ou óxidos hidratados.
- b. Actuação de metamorfismo regional, talvez em consequência da 1.^a fase hercínica, que transformou os minerais primários de ferro em magnetite.
- c. Actuação de metamorfismo hidrotermal responsável pela martitização e pela génese de cristais de especularite a partir da magnetite.
- d. Aquisição da morfologia actual.

Thadeu⁵, em estudo pormenorizado sobre a concessão mineira de Fragas da Carvalhosa, manifesta concordância geral com os pontos acima listados, precisando, apenas, que do ponto de vista da deposição primária de ferro, durante o Ordovícico e em meio marinho, esta tenha ocorrido mais provavelmente sob a forma de hidróxidos, já que tal seria a forma mais compatível com uma sedimentação em meio correspondente ao da plataforma imediatamente contígua ao continente, tal como se pode deduzir da presença de *ripple marks* e de sedimentação entrecruzada.

5. Por fim, refira-se que a quantificação dos recursos/reservas deste jazigo tem, naturalmente, variado ao longo do tempo e à medida que a investigação sobre o assunto avançou. O estudo mais recente sobre o assunto e que tomou, criteriosamente, em consideração o maior número de elementos (mapas à escala 1/25 000, 1/10 000 e 1/5 000; sanjas, poços e galerias e, ainda, 61 sondagens representando 7 400 m perfurados) levou aos seguintes números⁶:

Serra do Reboredo	207,51 Mt com 34,7 % Fe
Pedrada	181,22 Mt com 36,9 % Fe
Carvalhosa	90,16 Mt com 33,5 % Fe
Cabeço da Mua	73,42 Mt com 42,7 % Fe
Total	552,31 Mt com 36,0 % Fe

BIBLIOGRAFIA SOBRE O JAZIGO DE FERRO DE MONCORVO

A. Enquadramento geológico-estrutural e mineiro; estudo do minério

CARDOSO, E. Tavares; LOURENÇO, Carlos; SANTOS, Luís; COSTA, A. Alves, 1983 – “A lavaria piloto da Ferrominas, E.P. em Moncorvo”, in *Bol. Min.*, Lisboa, 20, 1: 5-20.

CARVALHO, Delfim de, 1977 – “Les gisements de fer du Portugal”, in Arnold Zitzmann, *The Iron Ore Deposits of Europe and adjacent Areas. Exploration Notes to the International Mao of the Iron Ore Deposits of Europe*, 1:2,5000,000, vol.I, pp. 255-260 (Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe, Hannover).

⁵ THADEU, 1952.

⁶ REBELO e RIBEIRO, 1977.

- HALBACH, P., 1971 – “Zum Phosphorgehalt der Eisenerz von Moncorvo”, in *Erzmetall*, 24: 70-74.
- HERNANDEZ SAMPELAYO, Primitivo, 1929 – “Criadero de mineral de hierro de Moncorvo (Portugal)”, in *Notas Comun. Inst. Geol. Min. España*, 2, 2: 3-86.
- MOURA, José Eduardo da Costa; CARVALHO, José Leonardo da Silva, 1952/1998 – *Catálogo das minas de Ferro do Continente*, 2 Tomos, Porto. (Relatório Nr.16 e Nr.19 do Serviço de Fomento Mineiro).
- NAIQUE, R., 1982 – “Importância de uma metodologia sistemática enquadrando diversos aspectos geológico-mineiros para o estudo de aproveitamento de jazigos minerais – caso do jazigo de ferro de Moncorvo”, in *Geonovas*, Lisboa, 1, 3: 43-52.
- NEIVA, J. M. Cotelo, 1949 – “Geologia dos minérios de ferro portugueses – Seu interesse para a siderurgia”, in *Mem. Not.*, Coimbra, 26, 5-60.
- NEIVA, J. M. Cotelo, 1950 – “Génese dos principais jazigos de minério de ferro do Norte de Portugal”, in *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, T.5, p. 559.
- NEIVA, J. M. Cotelo, 1951 – “Minérios de ferro portugueses”, in *Mem. Not.*, Coimbra, 31: 1-15.
- NEIVA, J. M. Cotelo, 1952a – “Les minerais de fer portugais”, in *Estud. Notas Trab. Serv. Fom. min.*, Porto, 7, 3/4: 281-293.
- NEIVA, J. M. Cotelo, 1952b – “Sur la genèse des principaux gisements portugais de minerais de fer”, in *Mem. Not.*, Coimbra, 33: 40-42.
- NEIVA, J. M. Cotelo, 1953 – “Genèse des principaux gisements portugais de minerais de fer”, in *C.R. XIX session Congrès Géologique International*, Alger 1952, Section X – La genèse des gîtes de fer, p. 121-132. Alger.
- D’OREY, F.L.C.; REBELO, J. L. A., 1983 – “The nature of the refractory iron ores at Moncorvo, North-Eastern Portugal”, in *Spec. Publ. Geol. Soc. South Africa*, 7: 253-260.
- REBELO, J. L. Almeida (com a colaboração de A. Ribeiro), 1977 – *Relatório preliminar sobre a Geologia do Jazigo de Ferro de Moncorvo*, 95 pp. Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- REBELO, J. A., 1980/1981 – “Sobre o prolongamento para este do jazigo de ferro de Moncorvo”, in *Bol. Soc. Geol. Portg.*, Lisboa, 22: 267-271. (Volume de Homenagem ao Professor Carlos Teixeira).
- RIBEIRO, António; REBELO, José A., 1971 – “Estudo geológico da região de Moncorvo e, em especial, do seu jazigo de ferro”, in *Congresso Hispano-Luso-Americano de Geologia Económica*, 2.º Madrid-Lisboa, 1971, Secção 4 – Investigação Mineira, T. 2, p. 983-994.
- TAVARES, Maria de Jesus; BARROS, João Seabra; NEVES, Hélder, 1981 – “Contribuição para a caracterização química dos minérios de ferro nacionais”, in *Mem. Not.* Coimbra, 91/92: 135-152.
- THADEU, Décio, 1952 – “Le gisement de fer de Moncorvo (Concession de Fragas da Carvalhosa)”, in *Bol. Soc. Geol. Portg.* Porto, 10, 1/2/3: 59-76.

B. Aproveitamento do minério; estudos metalúrgicos

- BAPTISTA, António Santiago, 1978 – “Oportunidades e constrangimentos do projecto de Moncorvo”, in *Congresso da Ordem dos Engenheiros, Porto, 1978, Tema 3 – Prospeção e Exploração Mineira e Metalurgia*, Comun. s/n, 16 pp. Porto: Ordem dos Engenheiros.
- CERVEIRA, A. Morais; COSTA, Horácio Maia e; AMARO, A. Fernandes; GONÇALVES, J. Pinto e outros, 1978 – “Resumo síntese dos conhecimentos no final de 1973 do “Projecto Moncorvo”, no que concerne à concentração do minério”, in *Congresso da Ordem dos Engenheiros, Porto, 1978, Tema 3 – Prospeção e Exploração Mineira e Metalurgia*, Comun. 20, 21 pp. Porto: Ordem dos Engenheiros.
- CUSTÓDIO, Jorge; BARROS, G. Monteiro de, 1984 – *O Ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Lisboa: Ferrominas, E. P.

- SANTOS, João L. Guimarães dos, 1957 – “Importância actual dos minérios de ferro”, in *Estud. Notas Trab. Serv. Fom. min.*, Porto, 12, 1 / 2: 140-156.
- SANTOS, João L. Guimarães dos, 1965 – “Ensaio com o minério de ferro de Moncorvo na Lurgi Gesellschaft für Chemie und Hüttenwesenm.b.H. (Frankfurt-Main)”, in *Bol.Min.*, Lisboa, 2. 1, p.3-17.
- SOLLA, Luíz de Castro e; SANTOS, João L. Guimarães dos, 1960 – “Ensaio Renn com minério de ferro e carvão portugueses”, in *Estud. Notas Trab. Serv. Fom. min.*, Porto, 14, 1 / 2: 1-28.
- SOLLA, Luíz de Castro e; SANTOS, João L. Guimarães dos, 1960 – “Ensaio Renn com minerales de hierro y carbones portugueses”, in *Rev. Inst. Hierro Acero*, Madrid, 13, 63 (Trabajos Presentados a la IV Asamblea General del Instituto).

O autor agradece às Eng.^{as} Alzira Dinis e Gisela Oliveira a excelente prestação no arranjo informático final do artigo e à D. Maria Manuela Tavares a organização da bibliografia.

A VALORIZAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO DE MONCORVO

Horácio Maia e Costa

INTRODUÇÃO

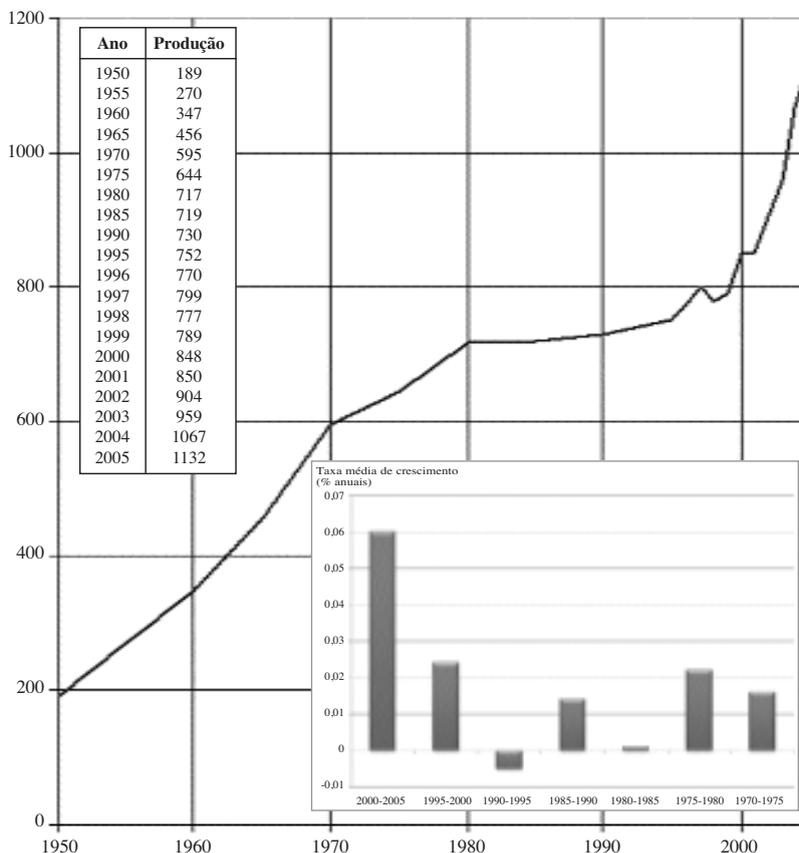
Na abordagem de qualquer tema relacionado com Moncorvo está implícita a ideia de que no centro do debate se encontra o Jazigo de Ferro, que ocupa uma grande parte da serra de Reboreda, deixando de lado os problemas de muito maior abrangência, económicos, sociais e políticos, que condicionaram e condicionam, cada vez mais expressivamente, o desenvolvimento do interior norte do País. Sendo o tema do Seminário muito abrangente haverá certamente quem se disponha a inventariar aqueles problemas, deduzindo as suas causas, de onde resultam consequências, positivas e negativas, que são responsáveis pelo estado actual de desenvolvimento do Concelho e da Região. Por isso, me limitarei a abordar o problema do ferro, no mundo globalizado em que nos encontramos inseridos, cuja evolução é crítica, ao alterar o centro de gravidade dos poderes económico, financeiro e político a nível mundial, e contribuir para a mudança dos parâmetros a ter em consideração quando se procura equacionar qualquer empreendimento que envolva capitais vultuosos.

1. A ACTUALIDADE DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

É surpreendente, quase chocante, o desenvolvimento deste sector produtivo nos últimos cinco anos. Da observação da Figura 1 verifica-se que o crescimento da produção de aço entre 2000 e 2005 deu-se ao ritmo de 6% ao ano, traduzido por um valor de 848 milhões de toneladas em 2000 e 1132 milhões de toneladas em 2005. Para este acelerado crescimento vem contribuindo fundamentalmente a China que elevou a sua produção de 280,5 milhões de toneladas em 2004 para 349,4 milhões de toneladas em 2005 (+69 milhões) valor este que terá subido para cerca de 380 milhões de toneladas em 2006 (+30 milhões). Tirando a Índia cuja produção cresceu de 32,6 milhões de toneladas em 2004 para 38,1 milhões de toneladas em 2005 (+ 5,5 milhões) a produção nos restantes países ou decresceu ou manteve-se mais ou menos estável.

Esta concentração da produção no continente asiático determina a mudança do centro de gravidade da indústria pesada mundial. Ao analisar-se a distribuição percentual da produção a nível mundial, verifica-se que a China em 2005

Figura 1 – Produção mundial de aço bruto 1950-2005

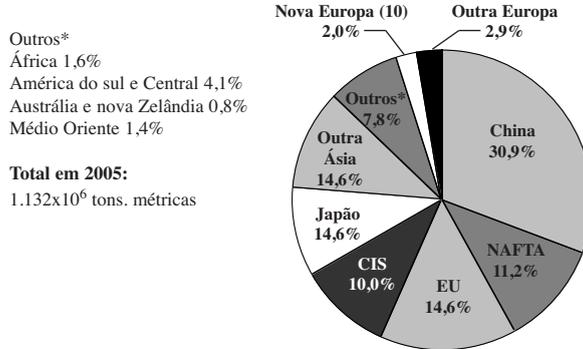


contribuiu para o valor global com 30,9%, a Outra Ásia (sem Japão nem Índia) (Coreia do Sul, Taiwan, etc.) com 10,8%, a União Europeia com 14,6%, a NAFTA com 13,4%, a CIS com 10,0% e o Japão com 9,9%. Deste modo, a Ásia representa mais de 50%, da produção mundial (Figura 2).

Este aumento acelerado da produção de aço arrastou o consumo de minérios de ferro para 1.380,0 milhões de toneladas em 2004 onde a China se encontra com um consumo de 543,7 milhões de toneladas das quais importou 208,1 milhões. Estes valores, dado o aumento da produção, cresceram consideravelmente em 2005 e em 2006.

Os consumos de sucata a nível mundial situavam-se em 2004 em 440,4 milhões de toneladas sendo a produção doméstica de 432,5 milhões de toneladas. A diferença entre estes dois valores indica um saldo de 7,7 milhões de toneladas entre importações e exportações. Também neste caso, os consumos aumentaram proporcionalmente ao aumento das produções de 2005 e 2006. De realçar que a percentagem do consumo de sucata por toneladas de aço que se

Figura 2 – Produção mundial de aço: Distribuição geográfica em 2005 e países maiores produtores em 2004 e 2005 (valores em milhões de toneladas métricas)



	2005		2004			2005		2004	
	Rank	10 ⁶ tons	Rank	10 ⁶ tons		Rank	10 ⁶ tons	Rank	10 ⁶ tons
China	1	349,4	1	280,5	Austrália	22	7,8	22	7,4
Japão	2	112,5	2	112,7	Áustria	23	7,0	25	6,5
USA	3	94,9	3	99,7	Holanda	24	6,9	24	6,8
Rússia	4	66,1	4	65,6	Malásia	25	6,3	28	5,7
Coreia Sul	5	47,8	5	47,5	Roménia	26	6,2	26	6,0
Alemanha	6	44,5	6	46,4	Rep. Checa	27	6,2	23	7,0
Ucrânia	7	38,6	7	38,7	Suécia	28	5,7	27	6,0
Índia	8	38,1	9	32,6	Egipto	29	5,6	32	4,8
Brasil	9	31,6	8	32,9	Argentina	30	5,4	30	5,1
Itália	10	29,3	10	28,5	Tailândia	31	5,3	34	4,5
Turquia	11	21,0	12	20,5	Venezuela	32	4,9	33	4,6
França	12	19,5	11	20,8	Finlândia	33	4,7	31	4,8
Taiwan	13	18,6	13	19,6	Eslováquia	34	4,5	35	4,5
Espanha	14	17,8	14	17,6	Cazaquistão	35	4,5	29	5,4
México	15	16,2	15	16,7	Arábia Saud.	36	4,2	36	3,9
Canadá	16	15,3	16	16,3	Indonésia	37	2,8	38	2,4
Inglaterra	17	13,2	17	13,8	Grécia	38	2,3	40	2,0
Bélgica	18	10,4	18	11,7	Luxemburgo	39	2,2	37	2,7
África Sul	19	9,5	20	9,5	Bielorússia	40	2,0	42	1,8
Irão	20	9,4	21	8,7	Hungria	41	2,0	41	2,0
Polónia	21	8,4	19	10,6	Outros	-	23,1	-	22,2
Total						1 131,8		1 067,0	

situava, tradicionalmente, antes de 2000, em cerca de 30%, atinge actualmente o valor de 41% dado o crescimento do fabrico de aço em fornos eléctricos de arco. Haveria ainda a considerar nesta massificação da produção os aspectos ambientais e o consumo energético a que não irei referir-me.

No entanto não posso deixar de chamar a vossa atenção para os critérios de sustentabilidade da indústria siderúrgica aceites para 2004 e 2005 (Quadro 1).

Se nestes indicadores incluíssemos também os custos do transporte dos minérios hematíticos, considerando que estes têm, em média, um teor (em massa) de ferro de 64% e por isso, cerca de 27,4% de oxigénio e 8,6% de esté-

Quadro 1 – Critérios de sustentabilidade da indústria siderúrgica aceites para 2004 e 2005

Ordem	Indicador	Unidades	2005	2004
1	Investimento em novos processos e produtos	% da receita	6,2	6,0
2	Margem da operação	% da receita	15,7	8,9
3	Retorno do capital investido	% do capital investido	22,3	9,1
4	Valor acrescentado	% da receita	11,7	2,6
5	Intensidade energética	GJ/ton de aço bruto	19,1	19,0
6	Emissões gasosas ⁽¹⁾	Tons de CO ₂ /ton de aço bruto	1,7	1,6
7	Eficiência material	%	95,6	96,8
8	Reciclagem de aço	% de sucata de aço usada na produção de aço bruto	42,7	42,3
9	Sistemas de gestão ambiental	% de empregados e contratados trabalhando nas instalações	90,7	85,4
10	Treino de empregados	Dias de treino /empregado	9,9	6,3
11	Tempo perdido por acidentes (taxa de frequência)	Frequência/ milhão de horas de trabalho	6,6	7,8
12	Receita gerada pelas empresas participantes	US\$ 108	213	191

(1) Em 2005 a emissão de CO₂ para a atmosfera foi da ordem 19x10⁸ toneladas ou >10¹² m³.

reis, ou seja, 36% de produtos que são para eliminar no processo, as massas a transportar poder-se-iam reduzir em cerca de 1/3. Para isso, teria de ser adoptada uma estratégia que apontasse para que os países produtores de minério de ferro, fossem os seus consumidores, produzindo aço sob a forma de longos e de planos. Os custos dos transportes seriam ainda mais significativamente reduzidos se se considerasse a movimentação de carvões necessários à produção de coque cujo consumo por tonelada de gusa é superior a 500 kg. Daqui se conclui que há um número enorme de navios usados no transporte de produtos que irão ser eliminados no processo e que consomem elevadas quantidades de energia que contribuem para aumentar o volume de gases com efeitos de estufa. Ainda por cima, estes produtos são os que provocam maiores problemas ambientais traduzidos pelo elevado volume de CO₂ que sai pelas chaminés e pela dificuldade de encontrar aterros onde armazenar as escórias e poeiras não recicláveis.

2. JAZIGO DE MONCORVO

Antes de nos circunscrevermos ao Jazigo de Moncorvo teremos de ter uma ideia das reservas conhecidas existentes no mundo. É possível que estes números, referidos a 1998 (Quadro 2), apesar dos intensos consumos, tenham aumentado dado que os processos de concentração vêm evoluindo e, por isso, na lista poderão ser incluídos novos jazigos que passaram de potenciais a economicamente exploráveis. Aliás, a estimativa das reservas mundiais é da ordem das 800x10⁸ toneladas. Para o crescimento das reservas, pode também contribuir o aumento dos preços dos minérios face ao aumento muito considerável da procura ocorrida nos anos mais recentes como ficou demonstrado anterior-

mente. Os números são elucidativos do volume de reservas disponíveis e mostram que a nível da União Europeia só tem alguma expressão, neste contexto, a Suécia. O volume de reservas de Moncorvo, admitindo que poderá montar a 552×10^6 toneladas, conforme o Quadro 3, representa nos Outros Países apenas 1,45% e no cômputo global 0,18%. O valor das reservas de minério admitidas para Moncorvo pelos cálculos efectuados pelo Serviço de Fomento Mineiro e pelo Dr. H. Gruss, acima referido, é explicitado detalhadamente para cada uma das concessões no Quadro 3.

Quadro 2 – Reservas mundiais de minério de ferro referidas a 1998

País	Reservas (10 ⁶ ton)	% das reservas mundiais
China	50 000	16,3
Ucrânia	50 000	16,3
Rússia	45 000	14,7
Austrália	40 000	13,1
USA	23 000	7,5
Brasil	19 500	6,4
Kasaquistão	19 000	6,2
Suécia	7 800	2,5
Índia	6 200	2,0
Canadá	3 900	1,3
África do Sul	2 300	0,8
Mauritânia	1 500	0,5
Outros países	38 000	12,4
Total	306 200	100,0

Quadro 3 – Jazigo de Moncorvo: Reservas de minério de ferro

Concessão	Cubicagem (10 ⁶ ton)	Teor em Fe (%)
Mua ⁽¹⁾	73,42	42,7
Carvalhosa	90,16	33,5
Pedrada Ocidental	112,56	36,2
Pedrada oriental	56,96	38,3
Pedrada Inter-Blocos	11,70	37,4
Reboredo	174,60	34,9
Reboredo Ocidental ⁽¹⁾	32,91	33,9
Reboredo Oriental ⁽²⁾	?	?
Total	552,31	36

(1) Dr. H. Gruss.

(2) Estima-se que seja superior a 100 milhões de toneladas.

2.1. O minério de Moncorvo

A composição do minério de Moncorvo para se estudar a sua possível valorização industrial, pode resumir-se à indicação das espécies minerais, identificáveis pela forma, composição química e granulometria de cada uma. Com efeito, haverá que encarar, em primeiro lugar, libertação das espécies minerais úteis das gangas por recurso à fragmentação, que é a operação técnica e eco-

nomicamente mais importante do processo, por condicionar os resultados (rendimento ponderal e recuperação ferro) da operação de concentração. Por isso, vão ser apresentadas diversas composições por todas terem interesse na abordagem dos processos que foram utilizados nas tentativas de industrialização do Jazigo de Moncorvo.

2.1.1. Composição mineralógica média das camadas ferríferas (Professor Coteló Neiva):

Minerais de ferro (óxidos)	70%
Quartzo	25%
Mica	5%

As proporções aproximadas dos três tipos de minérios identificados (Professor Coteló Neiva) são as seguintes:

Minério martítico+especularítico	70%
Minério especularítico	23%
Minério martítico	7%

com as composições mineralógicas médias que se apresentam no Quadro 4.

Os constituintes minerais essenciais são a hematite e o quartzo tendo como minerais acessórios a magnetite, a limonite, a sericite, a apatite e a lazulite. O Professor Décio Thadeu considerou, a partir de análises químicas que, para um minério com 50% de Fe e 20% de quartzo, ocorrem como constituintes secundários:

Magnetite	0,9 -1,0%
Ilmenite	0,5-1,0%
Mn ₂ O ₃	1,0-1,5%
Al ₂ O ₃	3,5-4,0%
P ₂ O ₅	0,8-1,0%
CaO	0,2%

Outros elementos metálicos (Cu, Pb, Ni, Co) aparecem sob ligeiros vestígios. Interessante é analisar a maneira como o fósforo ocorre, pois é fundamental para a valorização do minério, que a sua libertação e ulterior eliminação para os estéreis seja conseguida tão extensamente quanto possível. Segundo J. L. Almeida Rebelo verificar-se-á “...uma distribuição mais ou menos uniforme em todo o jazigo. Os teores em P mais comuns situam-se entre 0,3% e 0,7% aparentando ser o bloco da Carvalhosa aquele em que os teores em P são mais baixos: 0,4% a 0,5%”.

É apresentada no Quadro 5 a distribuição do fósforo nas camadas mineralizadas e no estéril que, sendo de interesse, não é muito diferenciada.

Como minerais responsáveis pelo teor em P do jazigo são considerados a lazulite $(Mg,Fe)Al_2(PO_4)_2(OH)_2$, a vavelite $Al_3(PO_4)_2(OH)_3 \cdot 5H_2O$ e a apatite $3CaOP_2O_5$.

Quadro 4 – Jazigo de Moncorvo: Composições mineralógicas médias

	Minério especularítico (%)	Minério martítico (%)	Minério martítico +especularítico (%)
Especularite	68,5	-	-
Martite	-	76,0	-
Especularite+martite	-	-	71,5
Quartzo	26,5	15,0	24,0
Sericite+clorite+etc	5,0	9,0	4,5

Quadro 5 – Jazigo de Moncorvo: Distribuição do fósforo nas camadas minerais e no estéril

Nas camadas mineralizadas		No estéril	
≥ 30% Fe	0,52%	< 30% Fe	0,47%
≥ 25% Fe	0,51%	< 25% Fe	0,45%

3. VALORIZAÇÃO DO MINÉRIO

Desde muito cedo parece ter havido interesse pela libertação do ferro e sua utilização no fabrico de ferramentas, de que se encarregavam os ferreiros instalados localmente. O Professor Santos Júnior, zoólogo, antropólogo e arqueólogo, referia a existência de assentos, na Câmara Municipal de Moncorvo, que aludiam ao facto de as mulheres, enquanto fiavam o linho utilizando as mãos, accionavam com os pés foles que permitiam aos ferreiros obter ferro que transformavam em peças. Não eram indicadas as datas desses assentos e também nunca me foi dado observar, para caracterização, escórias dessa actividade, que existem em quantidades muito significativas em numerosos locais devidamente identificados, cujo interesse científico e cultural, por ser relevante, deveria merecer uma particular atenção da comunidade científica e da tutela. No entanto, recentemente, foi-me possível analisar escórias recolhidas em escavações arqueológicas que se desenvolvem no concelho de Macedo de Cavaleiros, nas quais identifiquei ferro metálico globulizado envolvido por silicatos de ferro (fayalite). Destes trabalhos e destas observações é possível concluir-se que em forjas ou em fornos escavados no terreno ou edificadas em locais devidamente escolhidos foram feitas tentativas para obter ferro.

O Jazigo de Ferro de Moncorvo foi objecto de algumas tentativas de exploração industrial a partir dos anos 50 do século passado em que se utilizou a escolha manual para promover o enriquecimento do minério arrancado. A pro-

atividade do processo era, naturalmente, muito baixa, o enriquecimento muito pouco significativo (50% de Fe) e os custos de transporte, para os centros de utilização estrangeiros, muito vultuosos. Por isso, esta actividade não pode ser considerada como tendo sido importante para a Região, dado que se filiava num muito baixo custo da mão-de-obra e, como era de antever, antieconómica.

Um dos problemas maiores residia nos transportes que se encontravam disponíveis. Assistiu-se, nos anos 60, à definição do transporte fluvial através do rio Douro, pretendendo desenvolver a sua navegabilidade desde o Pocinho até ao mar. Para isso, foram dimensionadas eclusas, nas barragens em construção, para permitirem, entre outros, o transporte do minério de Moncorvo, em barcas, com uma capacidade de até 1800 toneladas, capazes de chegarem ao Porto de Leixões ou ao Seixal, onde a siderurgia nacional já produzia aço de maneira integrada.

Nesta época, a indústria siderúrgica mundial estava em plena expansão, devido à investigação e desenvolvimento que se verificavam nos países já industrializados e que tinham como objectivo aumentar a produtividade das unidades em laboração, alimentando-as com minérios com teores em ferro acima de 60%, redução do consumo específico de coque e diminuição do peso da mão-de-obra. Ao longo deste trabalho referirei, de passagem, as alterações estruturais verificadas nas instalações já em laboração e em particular à concepção das novas siderurgias e à sua localização “à borda do mar”.

3.1. Processo Krupp-Renn

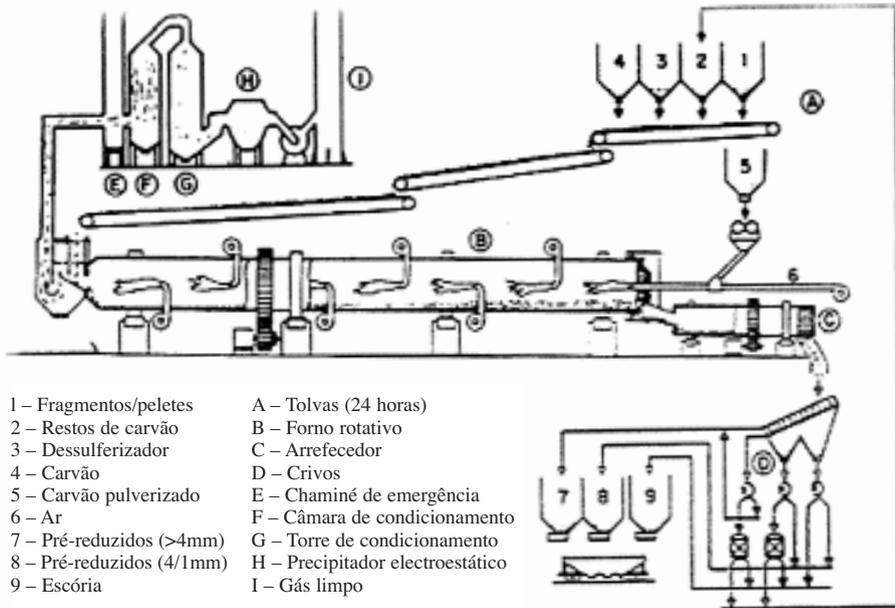
Os estudos de valorização dos minérios de ferro nacionais, onde se inclui de maneira relevante Moncorvo, nunca constituíram um desígnio nacional e, por isso, foram sendo objecto de iniciativas avulsas que terminavam no final dos ensaios que iam sendo propostos e acompanhados por entidades nacionais que assumiam a responsabilidade da sua contratação, recorrendo quase sempre a empresas estrangeiras.

Os ensaios para estudo da possibilidade de valorização económica dos minérios de Moncorvo e da antracite dos jazigos da Bacia Carbonífera do Douro (Pejão e S. Pedro da Cova) tiveram lugar na Alemanha (Fried.Krupp Industriebau) em 1958 e foram conduzidos sob a supervisão da então Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos que assinou o contrato visando a produção de “lupa” num forno Krupp-Renn (Figura 3).

Nesta data já se encontrava em construção a Siderurgia Nacional no Seixal, uma siderurgia integrada, que utilizando minérios de diversas proveniências (quase todos importados) e coque (também importado), produziria aço sob a forma de lingotes que em seguida seriam transformados, por laminação a quente, em longos (varão para betão, carril e perfis).

No relatório publicado sobre este ensaio não se faz qualquer referência a esta nova realidade nacional, nem a estudos e a instalações já em laboração,

Figura 3 – Esquema do processo Krupp-Renn (CODIR)



principalmente nos EUA e no Canadá, para a concentração por flutuação e por concentração hidrogravítica (espirais d'Humphrey) de minérios hematíticos de fino calibre de libertação, assimiláveis aos de Moncorvo.

Os resultados dos ensaios na instalação piloto Huttenwerk Rheinhausen foram coroados de êxito técnico pois, foi possível produzir lupa, produto aceroso, que constitui um pré-reduzido, que depois terá de ser fundido, tal qual uma sucata, para ser transformado em aço. Normalmente, o processo de fusão de pré-reduzidos é o forno eléctrico de arco. Foram feitos alguns ensaios de fusão destas lupas num forno eléctrico de arco trifásico Brown Boveri que provaram ser tecnicamente possível a sua utilização na carga desses fornos. Mas, destes ensaios, não foram tiradas ilações nem técnicas nem económico-financeiras pelo que o processo terá morrido aí. Um engenheiro de processo teria liminarmente recusado utilizar estas lupas em forno eléctrico de arco dados os seus elevados teores em P e em S pois, seria bastante difícil senão impossível produzir um aço de qualidade a partir de uma matéria-prima com esta composição.

Não vou analisar em pormenor o processo nem os resultados obtidos. No entanto, é para ilustrar esta tentativa de valorização do minério de Moncorvo e poder compará-la com os processos de concentração e peletização, que abordarei em seguida o que se encontra relatado.

Importa referir o seguinte:

a. Matérias primas utilizadas

a.1. Minério

Foram transportadas para a Alemanha 53 toneladas de minério tal-qual, da concessão Fraga da Carvalhosa, que amostrado e analisado no Serviço de Fomento Mineiro (S.F.M.) e na Fried.Krupp (F.K.) deu os seguintes resultados:

a.1.1. Granulometria do minério fragmentado, pronto a carregar:

> 3 mm	2,94%
3/2 mm	7,54%
2/1mm	29,26%
1/0,5 mm	16,06%
0,5/0,1 mm	19,64%
<0,1 mm	14,56%

a.1.2. Composição química – Veja-se Quadro 6.

a.2. Combustíveis/redutores

Para avaliação do comportamento da antracite na redução foi realizado um ensaio com finos de coque. As análises destas matérias primas deram os resultados que constam do Quadro 7.

A composição granulométrica da antracite do Pejão utilizada, depois de fragmentada por razões técnicas, era a seguinte:

>5 mm	0,60%
5/3 mm	9,96%
3/2 mm	15,12%
2/1 mm	21,24%
1/0,5 mm	18,63%
0,5/0,1mm	23,84%
<0,1 mm	10,56%

Para comparação apresenta-se a composição granulométrica dos finos de coque:

>3 mm	7,3%
3/2 mm	19,54%
2/1 mm	24,72%
1/0,5mm	17,52%
0,5/0,1 mm	22,51%
<0,1 mm	8,42%

Para aquecimento do forno Krupp-Renn utilizou-se, como combustível, uma “hulha gorda” alemã.

Quadro 6 – Jazigo de Moncorvo: Composição química do minério usado nos ensaios Krupp-Renn

	Serviço de Fomento Mineiro (%)	Fried-Krupp (%)
Fe total	38,34	38,6
Fe ²⁺	-	1,3
SiO ₂	33,06	34,87
Al ₂ O ₃ +TiO ₂	4,92	5,51
MgO	vestígios	0,25
CaO	vestígios	0,36
S	0,28	0,02
P	0,50	0,51
MnO	0,05	0,05
Na ₂ O	0,70	0,21
K ₂ O	1,44	0,9
CO ₂	-	0,1
CuO	0	vestígios
ZnO	vestígios	vestígios
PbO	vestígios	0,05
Ni	vestígios	-

Quadro 7 – Composição da antracite e dos finos de coque usados nos ensaios Krupp-Renn (amostras secas)

	Finos de coque (%)	Antracite (%)
Carbono fixo	76,3	67,1
Matérias voláteis	5,2	4,1
Enxofre total	0,9	1,25
Cinzas (1)	18,5	28,8
Humidade	10,1	7,8
Poder calorífico inferior	5432 kcal	4908 kcal
(1) Análise das Cinzas		
Fe ₂ O ₃	47,2	12,01
SiO ₂	22,3	55,24
Al ₂ O ₃	10,8	24,7
CaO	6,1	0,8
MgO	1,8	1,64
SO ₂	3,5	0,34

a.3. Castinas

Como fundentes, para compor o leito de fusão, dado que o minério é muito silicioso, foram usadas matérias-primas alemãs cujas composições química e granulométrica constam do Quadro 8.

b. Resultados

Apresenta-se em seguida apenas o resultado do “ensaio principal”, que se seguiu a vários outros ensaios preliminares:

b.1. Composição da carga

Iniciou-se a operação carregando:

- 100 kg/hora de minério;
 - 20 kg/hora de cal viva;
 - Finos de antracite (60% do leito de fusão);
- que depois foi alterada para:

- 100 kg/hora de minério;
 - 22 kg/hora de cal viva;
 - Finos de antracite (60% do leito de fusão);
- e mais tarde para:

- 140 kg/hora de minério;
- 28 kg/hora de castina;
- Finos de antracite (50% do leito de fusão).

b.2. Produtos

O ensaio decorreu ao longo de dezassete dias com as diversas composições da carga acima referidas e com ajustamentos da quantidade de antracite. Escolhemos, como exemplo representativo dos resultados conseguidos, um dia de marcha, em que se manteve constante a carga e se recolheram os diversos produtos cuja quantidade e análise são as seguintes:

b.2.1. Carga

Minério	120kg/h
Castina	24kg/h (20% do minério)
Antracite	78kg/h (54% do leito de fusão)

b.2.2. Descarga: tal como no Quadro 9.

c. Análise dos dados e dos resultados

c.1. As análises químicas do minério, da antracite e da castina apontam para teores de ferro do leito de fusão muito baixos e para teores muito elevados de fósforo e enxofre;

c.2. A composição da escória e o seu carácter ácido determinam que, à temperatura de trabalho, ela será muito pastosa e incapaz, por razões de ordem termodinâmica, de promover a eliminação de quantidades significativas de fósforo e de enxofre; a baixa basicidade da escória é determinada pelo processo e destina-se a evitar acidentes de marcha resultantes da criação de crostas sobre as paredes interiores (refractárias) do forno;

c.3. Os resultados técnicos, se relativos à redução do ferro, são aceitáveis e permitem concluir por uma elevada recuperação do ferro contido no minério;

Quadro 8 – Composição química das castinas usadas nos ensaios Krupp-Renn

Composição química		
	Cal viva (%)	Castina (%)
CaO	82,2	53,3
Al ₂ O ₃	0,4	0,18
MgO	1,77	0,80
SiO ₂	4,73	0,44
Fe ₂ O ₃	1,28	0,2
S	0,23	0,01
CO ₂	1,8	43,6
H ₂ O comb	6,4	1,7
Humidade	-	8,8
Composição granulométrica (%)		
> 3 mm	13,8	30,18
3/2 mm	22,16	25,38
2/1 mm	33,3	29,64
1/0,5 mm	6,16	11,16
0,5/0,1 mm	5,12	1,7
<0,1 mm	19,46	1,94

Quadro 9 – Ensaio Krupp-Renn: Composição dos produtos descarregados

	Lupa A1	Lupa A2	Concentrado magnético	Escória Final (1)	Poeiras
Quantidade (kg) ⁽²⁾	631	264	124	1608	271
Massa (%)	21,8	9,1	4,3	55,5	9,3
Fe _t (%)	97,6	92,4	62,0	6,4	9,0
Fe _m (%)	97,4	90,9	-	0,4	-
P (%)	0,96	1,06	-		
S	0,90	0,92	-		
C	n.d.	n.d.	-		
SiO ₂				n.d.	
Al ₂ O ₃				n.d.	
CaO				n.d.	
MgO				n.d.	

(1) A composição da escória deverá sempre obedecer às seguintes relações:

$$\frac{\% Al_2O_3}{\% SiO_2} = 0,20 \quad e \quad \frac{\% CaO + \% MgO}{\% SiO_2} = 0,42$$

(2) A quantidade total de produtos descarregados foi de 2898 kg.

c.4. A quantidade de escória é muito elevada: superior, na maior parte dos casos, a 50% da massa total;

c.5. Os teores em P e em S das lupas são extremamente elevados como era de esperar dada a composição do minério, da castina e das cinzas do combustível e devido aos baixos teores em elementos básicos da escória; o fabrico de aço, em fornos de arco, a partir desta matéria prima seria, tecnicamente, bastante difícil senão mesmo impossível; a sua utilização em convertidores Thomas, em

substituição de sucatas de arrefecimento, permitiria o consumo, embora contribuisse para aumentar os custos do produto final;

c.6. As reservas de carvões nas Minas do Peirão e de S. Pedro da Cova, sendo em 1958 já relativamente pequenas, certamente não suportariam uma exploração intensiva necessária à produção de uma tonelagem aceitável de lupas pelo processo Krupp-Renn;

c.7. Por todas estas razões a viabilidade económica deverá ter sido considerada negativa e a continuidade do empreendimento não se colocou, até porque havendo uma siderurgia integrada, já em construção, os caminhos a percorrer, para a valorização do minério de Moncorvo, deveriam ser completamente diferentes.

3.2. Processos de concentração do minério

Na década de 60 os processos de concentração, adaptados a minérios hematíticos, que estavam a ser considerados como tecnicamente viáveis, eram os seguintes: grelhagem magnetizante, concentração gravítica em meios densos e flutuação. Vou apenas referir-me ao processo de flutuação por ser o que se poderia adaptar ao minério de Moncorvo.

3.2.1. Flutuação

Nada se sabe sobre os resultados obtidos na instalação de concentração por flutuação que esteve a funcionar na Minacorvo. Do nosso conhecimento não existem relatórios publicados.

A história da instalação é interessante e inicia-se em 1963/1964 quando do meu estágio, visando o doutoramento, efectuado no IRSID, em Maizières-les-Metz, no Nordeste de França. A Siderurgia Francesa estava praticamente toda sedeadada, nessa época, na proximidade dos jazigos de ferro limoníticos da região Briey-Nancy. São jazigos sedimentares com uma estrutura muito particular: oolitos ligados entre si por argilas ferruginosas. Estas podem ser siliciosas, calcáreas ou autofundentes (relação $\text{CaO/SiO}_2 > 1,2$). Os teores em ferro são normalmente inferiores a 40%. Por exemplo, Bazailles recebia um minério silicioso com 34,5% de ferro e 25% de SiO_2 . Do Fe_{total} , 6% a 7% encontrava-se sob a forma de Fe^{2+} e 27% a 28% sob a forma de Fe^{3+} . A fragmentação dos minérios produzia uma grande quantidade de finos. Após classificação, as diversas classes granulométricas, eram submetidas a uma separação magnética em alta intensidade de campo e meio seco. Os concentrados de Bazailles atingiam um teor em Fe de 40,5% e continham 25% de SiO_2 ; o rendimento ponderal era de 70% a 75% e a recuperação de Ferro de 85%.

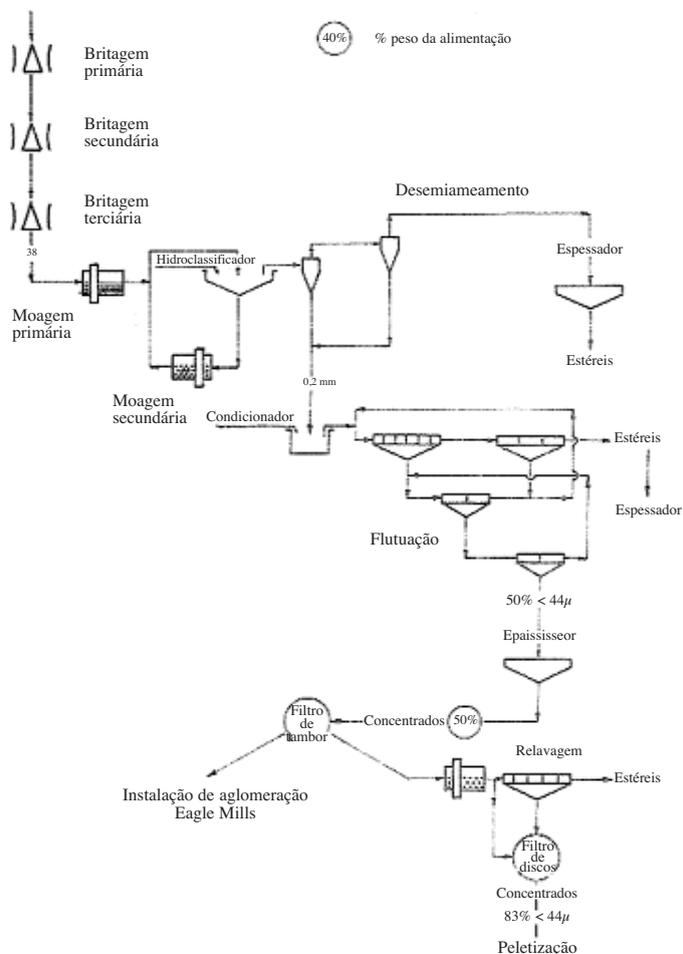
A evolução dos processos, equipamentos e produtividades, que então se verificava noutros países, nomeadamente nos EUA, determinava uma modifi-

cação radical da siderurgia francesa, com a sua deslocalização e reinstalação à borda do mar, como efectivamente veio mais tarde a acontecer: Dunquerque (USINOR) e Marselha (SOLMER). Esta modificação que se apresentava como inevitável e urgente provocou convulsões sociais naquela região, que era, na altura, a mais rica de França, com os Sindicatos Metalúrgicos a convocarem greves, reivindicando a manutenção da estrutura industrial existente, que era altamente deficitária. Para tentar ultrapassar esta crise o IRSID foi chamado a realizar estudos para verificar da existência de novos processos de enriquecimento que fossem técnica e economicamente recomendáveis. Nessa altura estavam já em laboração as Minas de Groveland e de Republic, no estado de Michigan (USA), utilizando como processo de enriquecimento a flutuação aniónica directa e produzindo concentrados com teores em ferro da ordem dos 64 a 65%. Por isso, iniciaram-se os ensaios de flutuação sobre os minérios oolíticos tendo-se verificado que o consumo de reagentes era extremamente elevado. Isso era devido à muito elevada superfície específica dos finos a submeter a flutuação pois, os grãos tinham uma superfície muito irregular e eram muito fissurados. Foi então tentado, por recurso à Microsonda de Castaing, cujo protótipo se encontrava disponível nos Laboratórios do IRSID, situados em St. Germain-en-Laye, produzir um colector, com uma molécula de dimensões suficientes para não penetrar nas rugosidades e fissuras dos grãos. Verificou-se ser um problema complexo. Por isso, posto o assunto à consideração da CECA (Comunidade Europeia do Carbono e do Aço) esta entendeu que, para começar a estudar uma possível solução, se deveria escolher um minério europeu simples. Daí a opção por Moncorvo onde existiam concessões (Cabeço da Mua) detidas por uma empresa francesa.

Porque não disponho do diagrama de tratamento nem dos resultados conseguidos na instalação piloto de flutuação da Minacorvo apenas vou referir-me, sumariamente, ao que se conhece da instalação de Republic Mine (USA) dados de 1963 (Figura 4). Assim, a lavaria produzia anualmente $2,4 \times 10^6$ toneladas de concentrado com um teor superior a 63% de ferro a partir de um minério, inteiramente hematítico, com 35% de ferro. O rendimento ponderal era de 50% e a recuperação ferro era superior a 90%. O concentrado tinha uma granulometria 50% inferior a $44 \mu\text{m}$, pelo que teria de ser remoído para que fosse possível a aglomeração por peletização. No entanto, uma parte do concentrado remoído era submetido a uma relavagem, por flutuação a quente, que permitia elevar o teor em ferro para 66% a 67%, obter um rendimento ponderal de 88% e uma recuperação ferro de 95%. A granulometria final do concentrado a aglomerar em Republic Mine era de 83% inferior a $44 \mu\text{m}$. Na flutuação empregava-se um ácido gordo (ácido oleico?) como colector e MIBC (metil-iso-butil-carbinol) como espumante.

Trata-se de um minério semelhante ao de Moncorvo com duas diferenças essenciais: Moncorvo tem uma pequena quantidade de magnetite que é mais difícil de flutuar que a hematite e necessita, por isso, de ser recuperada por separação magnética em baixa intensidade de campo e meio húmido (SMBI

Figura 4 – Diagrama de concentração de Republic Mine



húmido) e a libertação dá-se a granulometrias inferiores, $88 \mu\text{m}$ em vez de $200 \mu\text{m}$. Daqui resultaria que a percentagem de finos a serem produzidos na moagem seria maior em Moncorvo e, por isso, as perdas resultantes da eliminação das granulometrias inferiores a $10 \mu\text{m}$, para que o rendimento da flutuação fosse aceitável, fossem maiores. O rendimento ponderal e a recuperação ferro seriam por isso, inferiores.

Os processos de flutuação implicam um controle extremamente apertado de múltiplos factores de marcha. Um desvio, ainda que insignificante, pode afectar consideravelmente os resultados e a sua detecção, sempre difícil e demorada, concorre para uma perda da produção de concentrados e problemas a jusante. Para além disso é um processo muito dispendioso devido ao emprego de um conjunto

de reagentes normalmente de preço elevado. Este processo foi analisado quando a Siderurgia Nacional pensou em promover Moncorvo como possível fornecedor de minério para o Plano Siderúrgico, que estava em vias de concretização (início dos anos 70) mas, não adoptado, considerando que os problemas técnicos seriam consideráveis, os custos seriam elevados e haveria ainda que resolver problemas que se apresentam quando da peletização de concentrados hidrófobos.

Por isso, foi decidido procurar um processo alternativo que só poderia ser a Separação Magnética em Alta Intensidade de Campo e Meio Húmido (SMHI húmida) hoje também apresentada como Separação Magnética em Campo de Alto Gradiente (HGSM). Esta decisão vinha ao arrepio de soluções preconizadas por consultas feitas e pela análise do que tinha sido adoptado noutros jazigos, nomeadamente nos americanos (Groveland Mine e Republic Mine) por flutuação e canadianos (Carol Lake) por via hidrogravítica (espirais d'Humphrey).

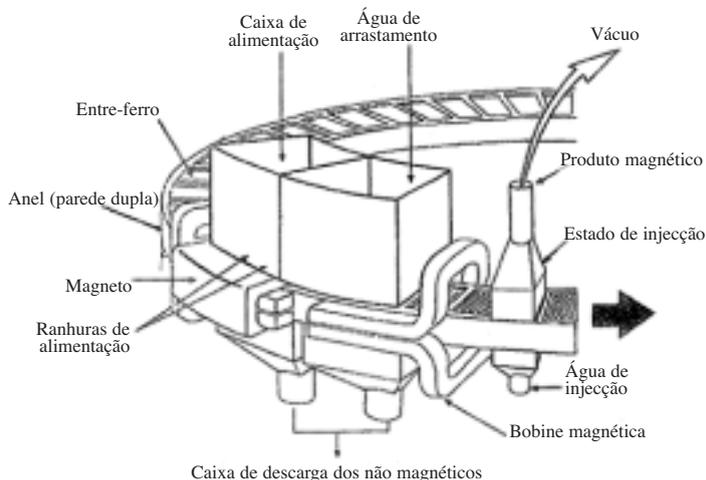
3.2.2. *Separação magnética (Figura 5)*

No final dos anos 60 do século XX, surgiram os primeiros estudos laboratoriais e piloto que conduziram ao desenvolvimento de equipamentos magnéticos de elevada intensidade de campo e meio húmido, para a concentração de minérios de ferro fracamente magnéticos (hematite e goethite) e paramagnéticos não só ferrosos (óxidos de ferro e ferrosilicatos para as indústrias do vidro e cerâmicas) mas também não ferrosos (ilmenite, volframite, cromite, etc.). Atento a estes avanços tecnológicos, visto que até aí apenas eram conhecidos equipamentos de separação magnética de alta intensidade de campo em meio seco (caso dos minérios oolíticos franceses a que nos referimos anteriormente), o Professor Alberto de Moraes Cerveira, solicitado pela Administração da Siderurgia Nacional, procurou documentar-se sobre o assunto e propôs um ensaio do minério de Moncorvo, que veio a realizar-se, no Canadá. Dados os bons resultados obtidos, foi proposta a aquisição do primeiro aparelho disponível, a uma empresa canadiana (CARPCO), para a realização de ensaios piloto directamente em Moncorvo. Foi possível nessa altura (1971) alugar a instalação da Minacorvo, que tinha sido utilizada nos ensaios de concentração por flutuação dos minérios do Cabeço da Mua, para resolver os problemas de fragmentação e de classificação granulométrica dos minérios das concessões da Siderurgia Nacional, futura Ferrominas, E.P. A instalação piloto foi posta a funcionar e os ensaios programados foram conduzidos sob a orientação do Eng.º António Fernandes Amaro.

Entretanto, foi também por mim determinado que o minério a concentrar deveria ser moído a uma granulometria inferior a $88 \mu\text{m}$, procurando baixar a fracção de ultrafinos ($< 10 \mu\text{m}$) que concorria para a diminuição da recuperação e trazia problemas à separação magnética.

Assim, os problemas maiores diziam respeito à fragmentação a realizar em meio húmido em fragmentadores autogéneos e moinhos de barras/bolas e à classificação em microcrivos, classificadores mecânicos (Akins) ou ciclones.

Figura 5 – Separador de alto campo magnético (SMHI húmida / HGMS)



Como já foi referido, o minério é constituído por espécies minerais de diversa permeabilidade magnética que são por ordem decrescente: magnetite, martite e specularite. Deste modo, a concentração teria de ser realizada em campos magnéticos de intensidades crescentes: baixo (2 kgauss), médio (5 kgauss) e alto (14 kgauss) utilizando o primeiro na fase de desgrossoamento e mais tarde de apuramento e os outros nos estágios de reclamação. Para que o processo pudesse funcionar sem percalços importava que o minério proveniente da exploração do jazigo fosse homogeneizado qualitativa e quantitativamente considerando a sua retoma programada a partir de um parque de armazenamento.

Como se referiu, o comportamento do minério na concentração, depende dos calibres obtidos durante a fragmentação e, em particular, da percentagem de ultrafinos ($< 25 \mu\text{m}$). Para complicar o processo, é na fracção de ultrafinos que ocorrem, em maior percentagem, as espécies de menor permeabilidade magnética (martite, specularite, limonite e silicatos de ferro), por estarem isentos de magnetite. As perdas totais em ferro variam entre 34,1% e 42,1% sendo que os ultrafinos contribuem com perdas entre 25,4% e 34,1%. Pensa-se que estas elevadas perdas podem ser reduzidas se for possível trabalhar com campos magnéticos mais elevados. Com efeito, a intensidade de campo magnético permitida pelo separador CARPCO, instalado em Moncorvo, não ultrapassava os 8 kgauss, quando era desejável utilizar na operação 14 kgauss. O aperfeiçoamento destes equipamentos permite chegar hoje a intensidades de campo de 20 kgauss o que torna possível, se o problema for retomado, melhorar a recuperação ferro.

O teor médio dos concentrados finais obtidos na instalação piloto, com uma alimentação de 30 a 35% de Fe foi de 61,6% a 62,8% de Fe. O Quadro 10 dá uma informação mais completa dos resultados obtidos nos quatro ensaios em que se utilizaram 20 toneladas de minério por ensaio. O Quadro 11 resume os

resultados previsíveis, na sequência de um projecto industrial com uma proposta de equipamentos melhor ajustados, segundo os proponentes, ao tratamento do minério de Moncorvo.

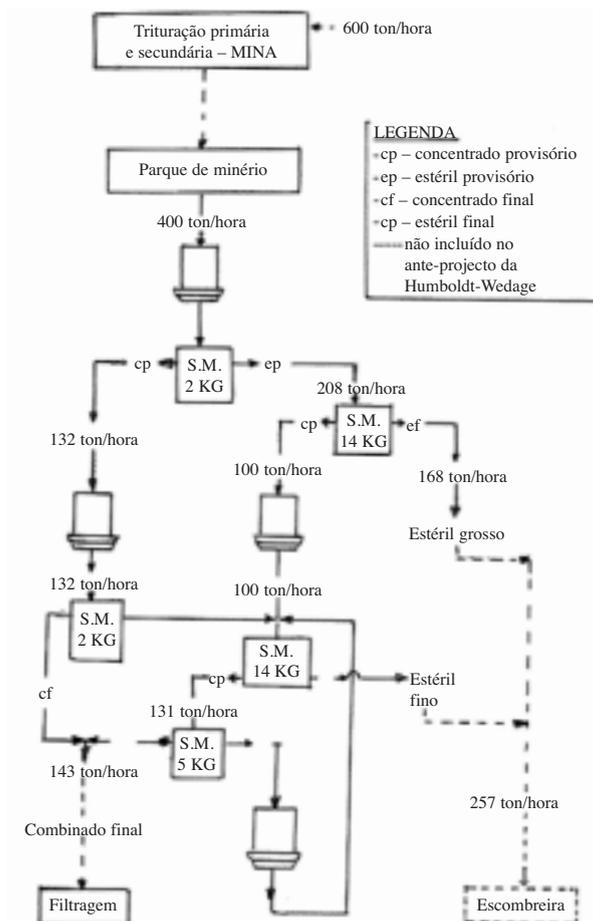
Quadro 10 – Jazigo de Moncorvo: Resultados dos ensaios de concentração magnética do minério

		Alimentação	Concentrados	Estéreis
Mina Britagem Moagem	Massa (%)	100,0		
	Fe (%)	31,8		
		31,9		
		32,7 30,2		
Separação em médio campo magnético	Massa (%)	100,0	25,9	74,1
			21,6	78,4
			25,1	74,9
			23,1	76,9
	Fe(%)	31,8	64,0	21,8
		31,9	63,5	22,3
		32,7	64,4	22,1
		30,2	63,0	21,0
Separação em alto campo magnético	Massa (%)	74,1	10,6	63,5
		78,4	7,8	70,6
		74,9	8,9	66,0
		76,9	7,0	69,9
	Fe (%)	21,8	59,4	18,4
		22,3	60,3	19,2
		22,1	58,8	16,8
		21,0	58,1	16,8
Mina, Britagem e Moagem	Massa (%)	100		
	Fe (%)	32		
	Recup. (%)	100		
Separação em médio campo	Massa (%)		23,0	77,0
	Fe (%)		63,5	22,0
	Recup. (%)		45,6	54,4
Separação em médio campo	Massa (%)	77,0	8,0	69,0
	Fe (%)	22,0	59,0	18,0
	Recup. (%)	54,4	14,3	40,1
Valores globais da separação	Massa (%)	100,0	31,0	69,0
	Fe (%)	32,0	62,1	18,0
	Recup. (%)	100,0	59,9	40,1

Quadro 11 – Jazigo de Moncorvo: Resultados previsíveis do tratamento do minério, segundo uma proposta de projecto industrial

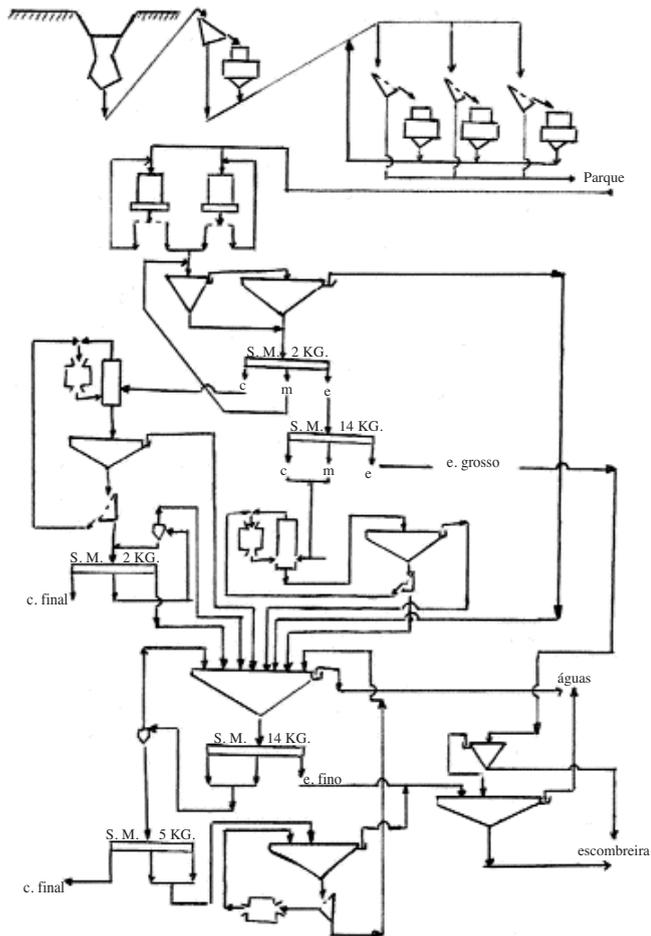
Alimentação		Concentrados Massa (%)		Recuperação calculada (%)	Recuperação estimada (%)	Alimentação estimada (10 ⁶ ton)
Fe (%)	Massa (10 ⁶ ton)	Fe (%)	Massa (10 ⁶ ton)			
30	3,0	64	1	$\frac{1 \times 64}{3,0 \times 30} = 71,1$	71,1-7,1 = 64,0	$\frac{1 \times 64}{30 \times 0,64} = 71,1$
35	2,3	64	1	$\frac{1 \times 64}{2,3 \times 35} = 79,5$	79,5-7,9 = 71,6	$\frac{1 \times 64}{35 \times 0,716} = 2,55$
40	1,9	64	1	$\frac{1 \times 64}{1,9 \times 40} = 84,2$	84,2-8,4 = 75,8	$\frac{1 \times 64}{40 \times 0,758} = 2,11$
45	1,6	64	1	$\frac{1 \times 64}{1,6 \times 45} = 84,2$	88,8-8,8 = 80,0	$\frac{1 \times 64}{45 \times 0,800} = 1,77$
50	1,4	64	1	$\frac{1 \times 64}{1,4 \times 45} = 91,4$	91,4-9,1 = 82,3	$\frac{1 \times 64}{50 \times 0,820} = 1,56$

Figura 6 – Diagrama simplificado e capacidades



Os diagramas de tratamento concebidos para uma instalação industrial com uma capacidade de 1 milhão de toneladas anuais de concentrado com um teor em ferro de 64%, a partir de um minério tal-qual com 32,5% de Fe, compreendia uma secção de fragmentação capaz de triturar 600 tons/hora em dois turnos a instalar junto à mina. Cada turno seria de 8 horas e o trabalho distribuía-se ao longo do ano por 300 dias. Admitia-se que o rendimento ponderal seria de 2,9:1. A secção de concentração teria a capacidade de 400 tons/hora laborando continuamente durante seis dias por semana. A Figura 6 representa o diagrama simplificado de capacidades anteriormente referido e a Figura 7 representa o esquema geral qualitativo de tratamento que procura explicitar as operações de fragmentação, classificação e concentração que deverão realizar-se para obter um concentrado com as características químicas e granulométricas necessárias à subsequente operação de aglomeração.

Figura 7 – Diagrama de tratamento (Proposta Humboldt)



Não foi ainda abordado o problema do fósforo nos concentrados a obter por SMHI húmida que é também crucial para a caracterização dos minérios a serem utilizados na indústria siderúrgica. Com efeito, as gusas a produzir no alto-forno para serem tratadas numa acearia a oxigénio LD (BOP), Q-BOP ou LBE deverão necessariamente ter um teor em P inferior a 0,30% e de preferência da ordem dos 0,20%. Portanto, o teor em P dos leitos de fusão, a carregar no alto forno, deverá situar-se entre 0,12% e 0,17%. No caso de Moncorvo o assunto mereceu uma atenção particular tendo sido sugeridos diversos processos (floculação selectiva e flutuação) para tentar baixar o teor em P dos concentrados. Porém, estas operações teriam de ser antecedidas por uma moagem fina o que, na opinião dos técnicos, tornaria aquelas operações muito difíceis de controlar e depois, os concentrados, de consistência argilosa, difíceis de filtrar antes da aglomeração. Como o Plano Siderúrgico Nacional apontava para a produção, só no Seixal, de $1,2 \times 10^6$ toneladas de aço por ano era necessário dispor de cerca de $1,6 \times 10^6$ toneladas de minério de ferro, para a produção de cerca de 960×10^3 toneladas de gusa de afinação. A diferença entre 1,0 e 1,6 milhões de toneladas de minério teria de ser importada pelo que se se recorresse a um minério de ferro de baixo teor em P os leitos de fusão poderiam corresponder ao desejado quanto ao teor em P. Por isso, embora pudessem fazer-se tentativas para baixar o teor em P dos concentrados, ensaiando uma relavagem dos concentrados após moagem muito fina (>90%, <44 μm), necessária à aglomeração por peletização, o problema deixou de ser premente e os ensaios foram concluídos.

4. AGLOMERAÇÃO POR PELETIZAÇÃO

A finura dos concentrados (< 88 μm) não permite nem a sua carga directa no alto-forno nem a aglomeração por sinterização. Por isso, restava a aglomeração por peletização.

Puseram-se na altura diversas hipóteses quanto à localização da instalação de peletização: Moncorvo, Pocinho e Seixal. Foi nossa opinião, expressa na altura, que a única localização possível técnica e economicamente seria Moncorvo. Com efeito, os concentrados obtidos após concentração magnética eram hidrófilos e a moagem final para aumentar a sua superfície específica para valores superiores a 2000 cm^2/g (índice de Blaine) iria aumentar o teor da humidade retida após filtragem. Admitia-se ser impossível baixar esse teor para valores inferiores a 12%. Por isso, após moagem e filtragem a humidade era de 120 kg/ton de concentrado seco. Se a solução escolhida fosse o Pocinho e o transporte se fizesse em pipe-line, as instalações de moagem fina e de filtragem teriam de ser para ali deslocadas o que, tecnicamente, não parecia ser viável por razões de controle do processo e por implicar um transporte de uma polpa diluída com elevados consumos de água e de energia suplementares. O transporte para o Seixal, só por se admitir ali a existência de gás disponível para a cozedura das peletes, era uma aberração. Com efeito, ao transporte de 1 milhão de toneladas de concentrados secos

acrescia o transporte de 120 000 toneladas de água, isto é, a mobilização de muitos comboios (barcaças) só para o transporte de água! Acrescia ainda a necessidade de construir no Seixal uma instalação suplementar de descarga do minério e as de moagem fina e de filtragem. A descarga era certamente crítica porque no transporte do concentrado húmido duas questões se punham:

- a) utilização de vagões (barcaças) abertos: nos períodos quentes o concentrado era sujeito a secagem das camadas superficiais e perdas de finos para a atmosfera e em períodos chuvosos os concentrados eram humidificados para valores superiores aos da saída de Moncorvo;
- b) utilização de vagões (barcaças) fechados ou cobertos o que aumentava os custos de investimento e de transporte.

Porém, em qualquer dos casos as vibrações que necessariamente se fariam sentir durante o transporte dariam lugar a uma elevada compactação do concentrado o que impediria a sua descarga sem recorrer à injeção de água sob pressão e conseqüente filtragem ulterior. A instalação em Moncorvo eliminava a maior parte destes inconvenientes embora obrigasse ao transporte para Moncorvo de bentonite, para o fabrico das peletes, e de fuel-óleo / gás natural, para a cozedura. A bentonite é utilizada em teores inferiores a 1% e o fuel óleo / gás natural terá de ser o suficiente para elevar a temperatura de cozedura a cerca de 1300°C e situa-se entre 160 e 250 termias/ton de peletes.

O transporte destes produtos, para além da carga e descarga, não seria de contabilizar uma vez que os transportadores regressariam a Moncorvo vazios.

O processo de peletização a adoptar, que nós sabemos, nunca foi testado, até porque nunca foi produzida uma quantidade de concentrados que permitisse o seu envio para as diferentes instalações piloto dos fabricantes a consultar. No entanto, pelo que é conhecido de outras instalações industriais seriam de considerar os sistemas Dwight-Lloyd mistos (Reserve Mining, novo) (Figura 8) ou o sistema Grate-Kiln (Allis Chalmers-Lepol) (Figura 9). O equipamento adoptado em Republic Mine, que trata concentrados de hematite obtidos por flutuação, é o Grate-Kiln (Allis Chalmers-Lepol) e os elementos conhecidos de fabrico que permitem uma avaliação técnica e económica são os seguintes (números de 1963):

- a) Produção anual $2,4 \times 10^6$ toneladas de peletes;
- b) Dimensões: da grelha 3,68x36,9 metros; do forno (kiln) 4,5x34,2 metros;
- c) Tonelagem tratada: 95 tons/hora (2300 tons/dia);
- d) Temperatura máxima de cozedura: 1330°C;
- e) Consumo / tonelada: bentonite 5 a 6 kg; fuel 250 th; energia eléctrica 15 a 21 kwh (engloba a remoagem e a flutuação a quente);
- f) Mão-de-obra: produção+conservação 0,046 h/ton (45 homens na produção e 27 homens na conservação).

Figura 8 – Sistema de peletização misto Dwight-Lloyd (Reserve Mining)

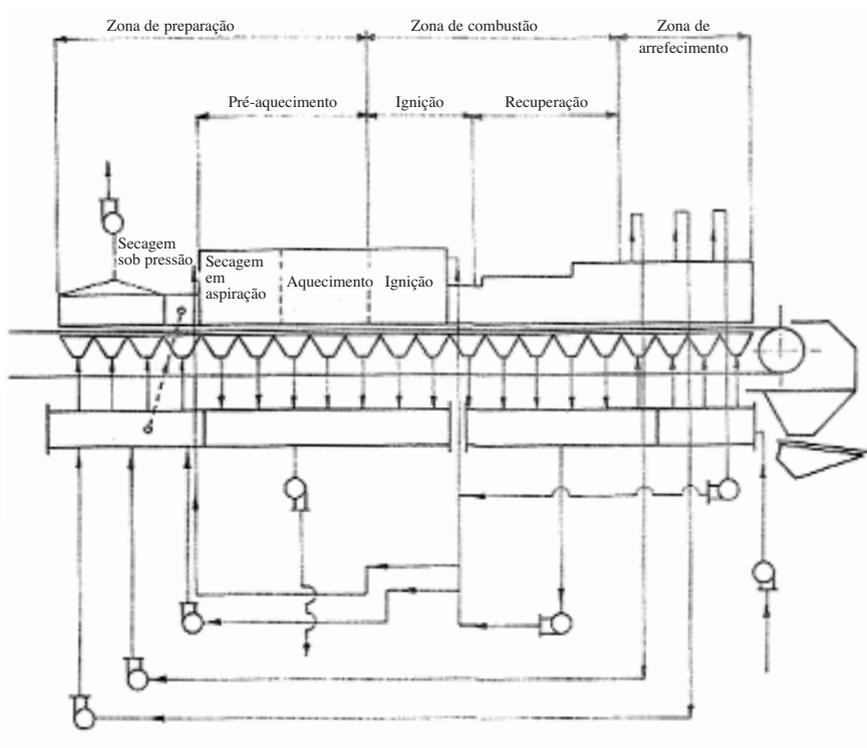
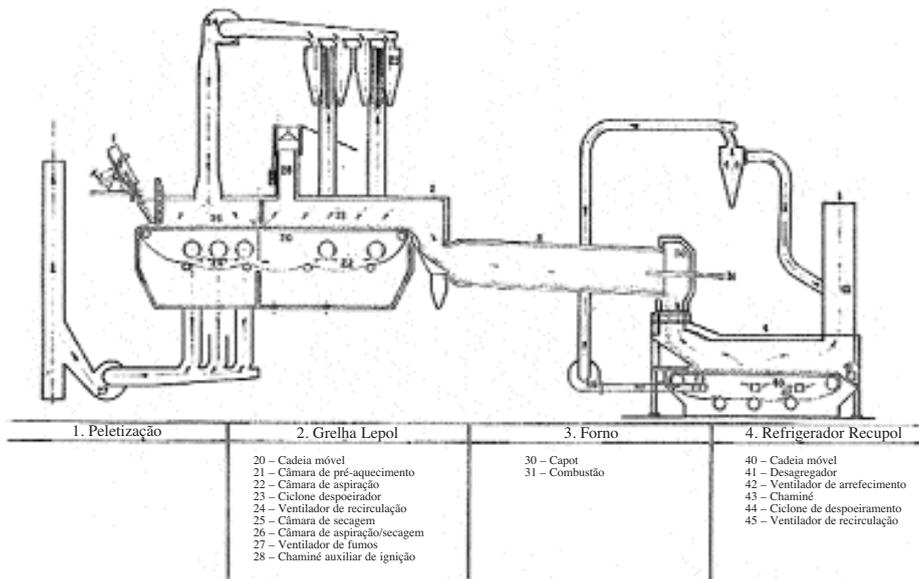


Figura 9 – Sistema de peletização Grate-Kiln (Allis Chalmers-Lepol)



CONCLUSÕES

- Parece-me importante afirmar que a exploração do minério de Moncorvo só será possível se estiver directamente ligada à garantia do consumo das peletes, que venham a ser ali fabricadas, por uma siderurgia integrada. Deve ter-se em conta o teor em P dos concentrados a obter que, sendo elevado, condiciona o preço de venda no mercado livre.
- De acordo com a análise feita não haverá problemas técnicos de fundo a resolver pois, os ensaios realizados em SMHI húmido são conclusivos e respondem ao que era expectável. A produção anual, sendo da ordem de 1 milhão de toneladas, é muito pequena para o mercado internacional. Porém, se se verificar a possibilidade de vir a realizar o investimento, haverá que exigir da empresa fornecedora dos equipamentos uma garantia qualitativa e quantitativa dos resultados a obter e um estudo de pormenor visando a simplificação do diagrama a implantar tendo em consideração os avanços tecnológicos que entretanto se tenham verificado.
- Do ponto de vista económico o investimento a realizar deverá ter em atenção múltiplos factores que se colocam numa economia globalizada nomeadamente, a qualidade do produto, a quantidade a disponibilizar no período de vida do empreendimento, os preços internacionais e a sua previsível evolução no curto e médio prazos, os custos de exploração, os custos de transporte, onde as infra-estruturas terão de ser criadas e correspondem a investimentos muito vultuosos que só o Estado poderá realizar, etc.
- O desaparecimento da siderurgia integrada em Portugal, quando se deixou cair o Plano Siderúrgico Nacional, reduziu consideravelmente a possibilidade de pôr em marcha o Projecto de Moncorvo apesar de as concessões terem sido abandonadas e estarem, actualmente, na totalidade, sob a tutela do governo português. Por isso, o futuro do empreendimento, no mundo globalizado em que vivemos, quando se admite que o volume de reservas mundiais de minério de ferro é da ordem dos 800 mil milhões de toneladas, os processos de exploração serão, em muitos casos, a céu aberto, os enriquecimentos são tecnicamente mais fáceis devido aos novos e sempre mais fiáveis equipamentos disponibilizados pelo mercado e ainda os baixos custos de transporte devido à utilização de navios minerais de muito grande tonelagem (até 250 000 tons), não é risonho.
- Podemos enfim afirmar, para concluir, que o empreendimento não será viável mesmo a longo prazo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

CATÁLOGOS de *Fabricantes de Equipamentos: Eriez e Metso Equipments*.
CERVEIRA, A. Morais; COSTA, Horácio Maia e; AMARO, A. Fernandes; GONÇALVES, J. Pinto e outros, 1978 – “Resumo síntese dos conhecimentos no final de 1973 do “Projecto

- Moncorvo”, no que concerne à concentração do minério”, in *Congresso da Ordem dos Engenheiros, Tema 3 – Prospecção e Exploração Mineira e Metalurgia, Comum*. Porto: Ordem dos Engenheiros.
- MAUMENE, J., 1963 – *Préparation du minerais de fer de la Région du Lac Supérieur (USA)*. Relatórios Internos de Ferrominas, EP.
- SOLLA, Luíz de Castro e; SANTOS, João L. Guimarães dos, 1960 – “Ensaio Renn com minério de ferro e carvão portugueses”, in *Estud. Notas Trab. Serv. Fom. min.*, Porto, 14, 1/2: 1-28.
- “World Steel in Figures”, in *International Iron and Steel Institute*, 2006 Edition (Internet edition).

O autor agradece às Eng.^a Alzira Dinis e Gisela Oliveira a excelente prestação no arranjo informático final do artigo e à D. Maria Manuela Tavares a organização da bibliografia.

O FERRO COMO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DE MONCORVO: HISTÓRIA, MINERAÇÃO E INDÚSTRIA

Jorge Custódio

I

Chegar a Moncorvo, para falar sobre algo sobre o qual tenho cada vez mais dúvidas, cria-me incomodidade. Falar sobre identidades e memórias é cada vez mais complexo, à medida que o tempo corre irresistível com as mudanças geográficas, históricas e sociais dos lugares. Para o caso do Ferro de Moncorvo, não bastam documentos históricos, impõem-se estudos arqueológicos com um outro padrão de objectivos e estudos laboratoriais sem paralelo, dada a dimensão do problema cultural que a questão do ferro nos coloca em relação ao passado e ao presente da região, problema sobre o qual não creio que haja ainda noção da sua amplitude e significado histórico.

Na realidade, o que discutir aqui e agora? Quem tem de dizer qualquer coisa sobre Torre de Moncorvo e sobre a sua identidade (admitindo que falamos de algo estruturante à sua história e cultura) são os cidadãos, as associações, as instituições e as autoridades locais. Cada vez me posiciono mais neste ambiente social a partir do qual os territórios, as cidades e as regiões podem construir o seu futuro, o seu desenvolvimento, o seu estar em passagem pela terra, criando e edificando as estruturas que devem fazer parte das suas preocupações políticas, sociais, ideológicas e culturais. O problema é tanto uma questão de mudança do paradigma cultural como, acima de tudo, de transmissão de valores às gerações vindouras.

Limitado ao que eu posso dar – enquanto “estrangeiro” à região – é a minha amizade que conta “ser amigo de Moncorvo”. Se como amigo me é permitido desenvolver alguma reflexão, que ela seja uma conversa em voz alta, que seja a formulação de alguns instrumentos de análise, que Torre de Moncorvo, enquanto ente colectivo, pode buscar nas suas reflexões a “propósito de...” e delas se servir ou enjeitar.

Como por estes montes e vales me encontrei comigo próprio e com outros que aqui viviam, pensando sobre o que vi, senti e ouvi, ligado por afinidades electivas e por aspectos pitorescos, sons, silêncios, sabores, visões, com os quais procurei servir – qualificando-me – na qualidade de pessoa, posso delinear duas ou três notas soltas, destinadas a este preciso momento, para este estar aqui. Transformando a memória que formulei sobre este caso de estudo em algo que possa ser útil à procura dessa identidade.

A longa duração do horizonte histórico da mineração e exploração do ferro constituiu a base essencial desse trabalho. Foi esse conhecimento que procurei alimentar em Moncorvo nas sucessivas viagens que realizei e idealizei, para poder cumprir objectivos mais imediatos, destinados a criar ferramentas para que os estudos se pudessem algum dia concretizar. Com o tempo as realidades impuseram-se e a utopia, sem se desvanecer, aclimatou-se às reais possibilidades que os caminhos da investigação e do património viabilizaram. Todavia, a variedade e multiplicidade das fontes e as associações ou complexos onde elas se estruturavam enquanto conhecimento permitiu alguma interpretação e orientação científica de investigação.

O ciclo do ferro inicia-se na região de Torre de Moncorvo na Idade do Ferro e atinge o seu epílogo nos fins do Século XX, com o encerramento da Ferrominas, E.P. e o abandono da lavra no Carvalhal / Mua, pondo fim à sua última conjuntura industrial, estruturada no *Iron Ore Project of Moncorvo*. Depois dessa época encerrou a Siderurgia Nacional, sem que a peletização do ferro constituísse o esteio de uma nova fase do minério local, nem do desenvolvimento do país, a braços com a integração na Comunidade Europeia. Ao todo dois milénios e meio de duração.

Esta longa duração parece ter chegado ao fim, sem que se materializasse em herança cultural, em património salvaguardado, nem suscitasse uma interpretação institucionalizada das suas capacidades formativas, para suscitar factores de gestão dos valores a ela inerentes. Hoje, em Portugal, a questão do ferro parece encontrar-se relativamente encerrada. E em Moncorvo está encerrada e abandonada. Apenas mereceu – e ainda bem – um modesto museu que só pode servir para alimentar a chama de quem como eu gosta do património e da história industrial.

Outrora era preocupação de engenheiros de minas, de geólogos, de economistas e de políticos. Estabelecia a associação de interesses económicos e sociais, quando viabilizava projectos de lavra de minas ou de exploração siderúrgica. O desenvolvimento da arqueologia e do património industrial permitiu alargar, a nível ocidental, o interesse cultural pelas questões metalúrgicas, sobretudo da história e da arqueologia dos metais, gerando factores de conhecimento das identidades mineiras e industriais nas regiões metalíferas. Todavia, em Portugal e na própria região de Moncorvo, com raras excepções, a questão do ferro não suscitou sinergias suficientes para o lançamento de um projecto estruturante quanto à especialização cognitiva e cultural da sua presença milenar no território. Também não se transformou ainda num assunto de interesse histórico capital que preocupasse a comunidade universitária e científica portuguesa, num processo colectivo e de investigação interdisciplinar. Bem vistas as coisas o ferro de Moncorvo é mais antigo do que Jesus Cristo, “que não sabia nada de Finanças, nem consta que tivesse Biblioteca”¹.

¹ PESSOA, 1968.

Todavia, aquele facto, faz deste universo mineiro e industrial um recurso arqueológico e cultural inesgotável, como desenvolvi em 2002, no catálogo do *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo*². Se, por ventura, estamos a falar de património, então porque esperar para activar este recurso e geri-lo no naipe compósito das suas múltiplas diversidades e potencialidades? Socialmente só pode beneficiar a gente de Moncorvo, economicamente é um recurso que se pode sustentar, culturalmente é útil a todos os que investigam neste domínio e à ciência e à mineração em geral e, finalmente, pode ser uma área do património mineiro de inerente atracção turística e paisagística. Não pode estar apenas confinado ao seu pequeno mundo exposto no centro de interpretação instalado no Solar do Barão de Palme, no Largo Doutor Balbino Rego.

Mas o que Moncorvo sabe de si, nesta sua qualidade mineira e metalúrgica, anterior à sua existência enquanto urbe de Portugal e que Portugal fez continuar até hoje, já depois do fim do ciclo do ferro? As informações que dispomos são escassas, mas associando vestígios arqueológicos a fontes documentais, não há dúvida da vivência de dezenas de gerações dedicadas ao trabalho do ferro, que com o ferro alimentavam a agricultura, as artes e ofícios, a vida quotidiana, as relações sociais, religiosas e culturais. E os ferreiros, em que molde vazaram as suas tradições tecnológicas e expressaram o seu modo de trabalhar ao longo dos tempos? O que sabemos, ao certo, nós hoje, daquele ciclo de dois mil e quinhentos anos?

A documentação impressa encontra-se praticamente trabalhada. A documentação manuscrita é escassa e segmentada. A iconografia não existe e a fotografia só recentemente abordou (sem sistematicidade) parte da realidade e das paisagens mineiras. A sua aplicabilidade funciona mais em termos de inventário. Então, as melhores metodologias devem ancorar-se em projectos de carácter arqueológico, pressupondo equipas de investigação no terreno e intervenção em arqueosítios.

O povoamento em redor da Serra do Reboredo e da Mua revela comunidades referenciadas, que agradeciam aos deuses a benesse da natureza: o património geológico que lhes proporcionou o minério indispensável à transformação da energia potencial em trabalho. Durante centenas de anos bastava colhê-lo da natureza, porque a natureza tinha-o colocado perto das populações que em redor do Reboredo se foram fixando – Vale de Ferreiros, Felgal, Felgueiras, Escoural, etc.

As marcas deixadas na paisagem, que utilidade têm? Escoriais, galerias, cortas, desmontes, escombreciras – o que é que isso tudo significa para as populações actuais e, sobretudo, para aqueles que nasceram depois do encerramento da Ferrominas, com um quarto de século e menos de vida. Ora o fim da Ferrominas significa não só o enterramento da memória mineira recente, mas sobretudo o encerramento do ciclo milenar do ferro.

² CUSTÓDIO, 2002a: 64-95.

Essas marcas encontram-se inseridas numa paisagem humanizada, natural e cultural de grande significado no país. Um território que urge reabilitar e qualificar no melhor sentido, requer ser organizado em termos de turismo cultural, pela interpretação patrimonial. Que estudos se têm feito neste sentido? Ora nesse território e nessa paisagem, o ferro ocupa um lugar charneira, pela sedimentação que ainda revela e que urge trazer a uma verdadeira luz.

A história e a arqueologia, como ciências dos testemunhos e vestígios materiais das sociedades passadas, entram aqui. Para trazer à superfície os diferentes e sucessivos avanços e letargos da história mineira e do ferro da região moncorvense. Não para formar ou dar nova forma às memórias, mas apenas para organizar conhecimentos e saberes, para exigir inquéritos, para viabilizar recolher os vestígios que possam trazer luz ao longo processo de amnésia colectiva que gerou nos últimos séculos.

A sociedade não se encontra ganha para um *leit-motiv* que é apenas um emblema sem horizontes sociais. Gerir um recurso cultural, como o ferro de Moncorvo é extremamente complexo e ciclópico. Requer um projecto e um programa, impõe planeamento cultural. Ora Moncorvo podia ser o local de reunião periódica dos “especialistas” desses assuntos, se essa matéria fizesse parte do planeamento político-cultural de Moncorvo e se o seu emblemático ícone mineiro-industrial ficasse na agenda regional e nacional. O património geológico e mineiro constituíram um eixo indispensável da vida das populações naquela longa duração de cerca de três milénios. E o que sabemos nós disso? Tão pouco. Apenas se começou a levantar o véu, sem continuidades, no novo ciclo do ferro, o ciclo da valorização patrimonial e cultural.

O *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo* é ainda um projecto incompleto e de alguma forma imperfeito. Para além das boas vontades e das práticas museológicas, culturais e científicas há a incomensurável ausência do território como agente constituinte do museu, de acordo com as modernas práticas da ecomuseologia. Há a ausência daquele projecto científico, enquanto ferramenta de geração de documentação, de valores patrimoniais e de criação de saber e tecnologias (por exemplo, no campo da conservação do ferro). A investigação científica está por fazer. O que se encontra seriado é ínfimo. O que se perdeu, em pouco mais de 25 anos, foi muito³.

³ Esta análise tende a levantar razões para a sustentabilidade do Museu do Ferro e não críticas àquelas que o têm feito, nem à boa vontade de todos os que lutam pela sua dignificação, nem tão pouco ao seu actual coordenador responsável. Nelson Rebanda dedicou-se a este projecto com generosidade e proficiência, conduzindo-o a um novo patamar de realização, independentemente das condições que encontrou pelo caminho. Em nome da amizade importa referir as linhas de rumo que se traçaram entre 1998 e 2000, data da inauguração do Centro de Interpretação, no seu novo figurino do *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo*. No entanto, a abertura ao público não deixa de ser apenas um arranque, não o conceito total de “museu do ferro” para Moncorvo, tal como se programou. Defendo, por isso, a integração dos espólios (documentais, técnicos e sociais) ligados à mineração, metalurgia e história do ferro no horizonte deste museu e o seu alargamento ao território da Mina na sua história contemporânea, integrando em Moncorvo a colecção ligada ao ferro da *Exposição de Arqueologia Industrial* da Central Tejo (1985).

II

O conceito de mina de ferro em Portugal, no século XIX, assentava em dois objectivos fundamentais: o direito de propriedade do registo, inerente à sociedade liberal e a corrida à exploração do ferro, esperança mítica da cultura industrial portuguesa que via no ferro um sinal da industrialização. Assim, a Serra do Reboredo e o Cabeço da Mua, entre a Fraga dos Apriscos, a NE de Moncorvo e o Curral da Rosa, abaixo de Carviçais, foram objecto de um intenso processo de registo de concessões – 33, entre 1872 e 1875 e 2, em 1899. Definia-se, assim, uma jazida de ferro, com 10 km de comprimento por 1 km de largura e com 1810 hectares, em média 51,7 hectares por concessão.

Os registos incidiam sobre duas realidades diametralmente diferentes. A primeira, mais de acordo, com as características da mineração desenvolvida no século XIX, referia-se ao minério *in situ*, aquele que poderia vir a ser explorado por métodos de exploração no subsolo (poços, galerias e travessas), a massa mineira mais consequente e sobre a qual importava fazer estudos científicos e laboratoriais que determinassem o seu real valor económico. A segunda, assentava na observação imediata da existência de mineral rolado e depositado nas vertentes, no fundo dos vales, falhas de terrenos e na cascalheira das encostas. Esta visão do minério rolado estaria associada às regras da tradição consuetudinária da exploração antiga, aquilo que justificou a localização, em redor das massas orográficas ferríferas, das ferrarias da Antiguidade, da Idade Média e do Mundo Moderno. Contudo, na perspectiva oitocentista, este último recurso constituía uma economia de escala, de forma a poder complementar mais o conceito moderno de exploração do que propriamente garantir resultados económicos apreciáveis. Estas demarcações – segundo a nossa hipótese – limitavam as possibilidades da captura livre⁴ do minério rolado, segundo lógicas semelhantes ao usufruto dos baldios e a capacidade de trabalho dos descendentes das antigas explorações e dos ferreiros e forjadores tradicionais do direito de apanha dos calhaus ferríferos para as suas indústrias caseiras⁵. Acentue-se que a área mineira demarcada, entre 1880 e 1899, não correspondia à região ferrífera regional do passado, encontrando-se por esclarecer os critérios que impediram outros manifestos, registos locais – que sabemos existirem e demarcações oficiais. Sampelayo notou, em 1929, a correspondência entre escoriais (vestígios da laboração de ferrarias) e minério *in situ* e mineral rolado, formando uma relação territorial unívoca.

⁴ Em relação à concessão do Barro Vermelho (Processo n.º 268), o engenheiro Ferreira Braga dá um parecer onde estabelece a diferença entre liberdade de mineração e concessão oficial, que importa transcrever: “O ferro aparece ali solto e reunido em montes à superfície da terra, ou enterado na camada de solo vegetal. Parece-nos que estes jazigos, sem rocha firme metalizada, não podem ser concedidos pelo governo, e são de livre aproveitamento para os proprietários do terreno”. Parecer datado de 22 de Fevereiro de 1873.

⁵ O levantamento destas unidades setecentistas e oitocentistas continua por fazer, a nível arquivístico e documental.

Esta foi a época da grande esperança do ferro para o Portugal liberal. Rego Lima ligava o ferro de Moncorvo ao necessário estabelecimento de altos-fornos. Naquele tempo, a sua localização foi prevista para a foz do Sabor e para a cidade do Porto. Mas sem capital financeiro e capacidade técnica para a montagem de altos-fornos, o desenvolvimento deste sector da indústria portuguesa era um mito. Pelo lado da mineração existiam diversos problemas que não podem deixar de ser equacionados: o conhecimento das massas ferríferas no subsolo não acentuou numa lógica científica consequente, tanto em termos geológicos, como de composição do minério, como ainda da sua cartografia de distribuição. As concessões espalham o território entre pequenas unidades de mineração, sem cuidarem de um todo, que podia ser essencial em termos de plano de lavra dos eventuais promotores capitalistas⁶.

Na cartografia apresentada aos serviços estatais, há indicação de sanjas a céu aberto, “buracos”, galerias e outras referências a trabalhos antigos e, neste caso, essa identificação servia de orientação dos trabalhos modernos. Essas indicações apenas punham em relevo a antiguidade da mineração naquele território, imperfeitamente documentada ainda para servir de base a uma história e a uma arqueologia das minas de Moncorvo, nos diferentes territórios e nos diferentes tempos.

Nestas pequenas unidades, a exploração nunca atingiu um nível moderno ou integrado de exploração produtiva, de acordo com a engenharia de minas contemporânea. Nalguns casos, os trabalhos mineiros reduziram-se a desmontes do minério por degraus de 10 m de comprimento por 5 de altura⁷. Os desmontes modernos eram apenas sondagens destinadas a conhecer melhor a problemática geológica e da optimização da engenharia de minas. A ideia é extrair amostras de cem toneladas suficientes para avaliar a importância do minério, cujo pedido oficial era em geral deferido. Os ensaios eram feitos em altos-fornos⁸, pelo que tinham de ser exportados, dado que em Portugal não existiam, naquela altura, nenhum em laboração. É certo que o engenheiro Gregório Bonet subscreve planos de lavra mais ousados, como é o de Campo de Lamelas, com cortas rectilíneas, com dimensões de 10 m de comprimento por 10 de altura, no fundo semelhantes às sondagens, mas com uma maior dimensão, embora regulados pelos acidentes dos terrenos, sempre de acordo com o conceito de pedreiras a céu aberto⁹. Mas isso não era significativo em função das expectativas criadas à volta do ferro da Serra do Reboredo.

⁶ A 20 de Outubro de 1874, João Baptista Schiappa de Azevedo, nota existirem irregularidades no registo de descobrimento das minas na Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Embora essa irregularidade fosse rebatida por inquérito respectivo, tal não significa que o horizonte da partilha da massa ferrífera não assentasse em questões menos esclarecidas dadas as demarcações se encontrarem segundo lógicas de grupos perfeitamente identificados. Cf. Proc.º 278 – Alto do Mendel, DGM.

⁷ Na década de 1870, o engenheiro Gregório Bonet realiza estes desmontes com as dimensões referidas no Alto do Chapéu, Cabeço da Mua, Oriental das Fragas do Carvalhal (neste caso na direcção dos xistos), para a Sociedade constituída por Victorino Joaquim Gonçalves da Rocha.

⁸ Cf. Proc.º 279 – Canada do Carvalhal, vol. I

⁹ Cf. Proc.º 277 – Campo de Lamelas.

O conceito de “averiguação experimental” encontra-se patente nos técnicos do Estado que tinham a seu cargo os pareceres para a concessão e viabilização das minas de Moncorvo. Aliás, é o próprio engenheiro João Ferreira Braga que, no contexto da corrida aos registos das minas de ferro na década de 70 do século XIX, quem propõe a abertura de sanjas e poços experimentais de modo a poder definir-se a natureza da exploração e o alcance metalúrgico dos eventuais altos fornos a construir no Porto. No seu pensamento a exploração não podia ocorrer em pequena escala e implicava a instalação de infra-estruturas e acessibilidades (como o caminho de ferro) e uma exploração industrial¹⁰.

Por outro lado, a natureza das minerações do último quartel do século XIX não altera o conceito de escala inerente às explorações do passado, apenas com uma diferença. No passado, o ferro tinha uma função produtiva, económica e social, enquanto naquele tempo, não se destinava à produção de ferro, apenas servia para teste. Era uma expectativa. E embora haja notícias do embarque de minério para o exterior, não cremos que tivesse algum significado, pelo menos no quadro dos documentos consultados.

O conceito de mineração do ferro que desenvolver-se-á ao longo de todo o século XX, pressupõe o emparcelamento e a concentração das concessões em entidades estrangeiras – na ausência de um capitalismo mineiro genuinamente português – quer numa situação de expectativa da evolução do mercado do ferro e do desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a utilização do minério de Moncorvo, quer dependentes de projectos mais complexos de exploração do ferro à boca da mina.

A concentração obedece à concorrência de interesses económicos internacionais, envolvendo a França e o Império Austro-Húngaro (pela via da Schneider & C.^a de Creusot, em 1900 e de Wilhelm Wakonigg Hummer, em 1912, mais tarde empresário responsável pelo aparecimento da Companhia Mineira de Moncorvo, datada de 1927). Este processo de concentração obedeceu a ritmos diferenciados e o seu significado mineiro não constitui ainda algo de relevante, dado manter-se a níveis elementares de organização industrial, mineração e exploração comercial do minério do ferro¹¹.

Esses ritmos, no entanto, clarificam um pouco a história contemporânea do ferro de Moncorvo, antes da fundação da Ferrominas. Ld.^a, em 1949. Dois momentos distintos são legíveis. O primeiro ocorreu antes da I Guerra Mundial e o segundo entre essa Grande Guerra e a segunda conflagração mundial. A sua história esclarece a natureza e desenvolvimento da mineração nas duas fases. Como deixou marcas na paisagem da região metalífera, iremos considerá-las

¹⁰ *Relatório e plantas do reconhecimento das minas de ferro denominadas Fragas dos Apriscos, Alto do Chapéu, Barro Vermelho e Sobralhal*, 29 de Dezembro de 1879, in Proc.^o n.º 270 – Fragas dos Apriscos.

¹¹ Também, neste período há que confirmar o papel desempenhado pelos concessionários da Mina da Cotovia, que viabilizaram a venda de minério de Moncorvo, à Inglaterra, em 1942, no palco da 2.^a Guerra Mundial.

neste estudo, tanto mais que a concentração das concessões nas mãos daqueles dois grupos gera a criação de coutos mineiros de enorme significado político-jurídico na história da mineração em Portugal¹².

A concentração determinou a definição de dois coutos mineiros – Couto Mineiro de Santa Maria e Couto Mineiro de Moncorvo – cuja função era agregar interesses, tanto do Estado como de empresas privadas e negócios económicos. O contexto do nascimento da Ferrominas, Lda. insere-se nesta convergência de resultados dos anos 30 e 40 e no âmbito de políticas do Estado Novo, visando a nacionalização dos interesses mineiros e industriais.

III

O horizonte da concentração inicial, entre 1900-1902 e 1927, estabeleceu-se de acordo com uma primitiva avaliação das reservas minerais de ferro (45 milhões de toneladas) e termina quando se reconheceu que essas reservas superavam as expectativas, sendo calculadas em 67 milhões de toneladas.

Quadro 1 – Cálculo das Reservas de Ferro de Moncorvo

Reservas calculadas Milhões de toneladas	Estudo	Data
45	Correia	1910
480	Sampelayo	1929
670	Silva e alii	1982

Em 2000, dissemos que “a concentração das minas em dois importantes grupos capitalistas – a Schneider & Cie e a Companhia Mineira de Moncorvo” (...) “abre campo a uma intensificação dos processos de sondagens com vista à exploração futura. Todavia, ainda não foi neste período que a escala da lavra se alterou substancialmente, embora atingisse novos limiares nas concessões da Mua (1912-1916 e 1929-38) e das Fragas da Cotovia (1929-1942), sobretudo no período de actividade do engenheiro alemão Gustavo Schoenflick”¹³.

O grande obreiro dessa primeira concentração foi Wilhelm Wakonigg Hummer que, entre 1912 a 1927, promoveu uma intensa pesquisa no território depois de ter reunido as concessões que, mais tarde integrarão o património da Companhia Mineira de Moncorvo, por via do grupo August Thyssen, proprietário dessas minas.

¹² *Diário do Governo*, 1930: 1551-1569.

¹³ CUSTÓDIO, 2002a: 90-91. Sobre Gustav Schoenflick, engenheiro de minas alemão, refira-se o seu papel a partir de 1929, na qualidade de gerente técnico da Companhia Mineira de Moncorvo. Como veremos, antes Schoenflick, as minas conheceram a intervenção de Aníbal Lúcio de Azevedo (período de Wakkonigg Hummer) e Augusto Teixeira Alves da Veiga (Companhia Mineira de Moncorvo).

Quem era Hummer? Era um cidadão jugoslavo, natural de Littai (Eslovénia), cidade integrada no Império Austríaco, onde nasceu em 1879. Estudou engenharia de minas na Universidade de Graz¹⁴. Uns anos depois encontra-se a trabalhar como engenheiro, nas minas de ferro de Bilbao. Por essa época, envolve-se nos negócios da Serra do Reboredo, em dois momentos distintos: em 1912-16 e depois da I Guerra Mundial. Estaria a desenvolver a prospecção e estudos do ferro de Moncorvo, quando os seus bens foram arrolados pelo Estado, 7 de Julho de 1916, na sequência da expulsão dos cidadãos alemães do território nacional, dado o acordo de aliança entre Portugal e os Aliados na Grande Guerra. A documentação prova que se encontrava associado à banca de Bilbao, através de Gaston Poirier y Blanchard, o qual aparece, temporariamente, à frente das suas minas. Foi cônsul honorário da Áustria.

Os interesses de Hummer centraram-se na Mina da Mua e no Alto do Chapéu. Tanto um relatório datado de 1915, como a inventariação dos bens proporcionam-nos um conhecimento da realidade mineira desenvolvida naquele período.

No Cabeço da Mua, os trabalhos executados implicavam galerias numa extensão de 279 m (num valor 6.537\$96 escudos), abertura de poços numa extensão 31,50 m (667\$80) e trincheiras (341\$18). Havia ainda galerias e poços inclinados (conhecidos por chaminés), medindo respectivamente 312,5 m e 35 m, para além de 40 m trincheiras. O valor destas obras era de 7.030\$00 escudos o que correspondia efectivamente ao valor total de 14.576\$00¹⁵. No Alto dos Chapéus e Fraga dos Apriscos existiam galerias e 200 m de trincheiras.

Pelo inventário dos bens arrolados a Hummer, verifica-se objectivamente a natureza da exploração, nesta época. Era ainda muito elementar, senão incipiente, dado que as características do minério não dava para arriscar, as tecnologias existentes viabilizavam soluções mais rentáveis e ainda se desconheciam os potenciais da massa ferrífera¹⁶.

Depois da I Guerra, as mudanças operadas não inviabilizaram a continuidade de Wakonig Hummer à frente desta Companhia, pois detinha a maioria das acções da sociedade austríaca, sendo o accionista de confiança da capitalista Barbara Erzbergbau. O modelo de exploração de Hummer continuou a privilegiar a prospecção por poços, galerias, travessas e chaminés, nas ditas concessões¹⁷. Embora se abrissem sanjas, essa técnica visava mais o conhecimento do minério do que a exploração intensiva. Mesmo assim, a década de 30 coincide com uma intensificação da exploração, cujos dados escasseiam pelo facto

¹⁴ Informações recolhidas dos processos consultados no Arquivo de Minas e também na página da Internet – www.boards.ancestry.com/localities.cceurope.austria.general/5122.1mb (2009).

¹⁵ Relatório da Visita do eng.º António Torres, da Circunscrição Mineira do Norte, dirigido ao Engenheiro Chefe da Repartição, em 26 de Maio de 1915, in Proc.º n.º 267 – Cabeço da Mua. A secção das galerias e das chaminés – 2 x 1,70 m.

¹⁶ Ver Anexo I.

¹⁷ Poços com a profundidade de 90 m (Mua) e 33 m (Santa Maria).

dos arquivos da Companhia terem-se extraviado, salvando-se apenas os documentos que foram integrados no espólio da Ferrominas ou ficaram arquivados no Instituto Geológico e Mineiro e na Circunscrição Mineira do Norte.

Os registos do *Boletim de Minas* permitem-nos entender as características da exploração nos anos 30, antes da II Guerra Mundial. Há notícia de explorações de várias centenas de toneladas de minério¹⁸, a maior parte das quais era guardada em depósito para exploração industrial posterior. Algumas centenas de quilogramas foram remetidas para análises. Continuavam-se, no entanto, a abrir poços de prospecção de minério, entre os quais o de Santa Maria (30 m. de profundidade) e galerias nas minas do Mendel, Mua, Facho, Chapéu e Cotovia, os primeiros com 77 metros, a última com 153 metros. Ainda assim, o uso do método das trincheiras parece ter adquirido uma importância cada vez maior, continuando as tendências já verificadas nos finais do século XIX, método seguido de aterro dos trabalhos realizados com material estéril.

De um ponto de vista global as explorações da Schneider et C.^{ie} caracterizaram-se pela abertura de duas grandes sanjas, de um extremo a outro, na Carvalhosa, acompanhadas por outras intermédias e sanjas de pequena dimensão na Pedrada (concessão Ocidental das Fragas da Carvalhosa). Mas os relatórios conhecidos da Schneider apontam sempre no mesmo sentido: a “não utilização” do ferro de Moncorvo no quadro das tecnologias siderúrgicas em vigor na Europa, regulados que se achavam os parâmetros do minério utilizável. Neste sentido, houve um gradual alheamento da Schneider em relação à viabilidade económica da jazida, mas manteve-a sempre como reserva, numa perspectiva de mudança da ciência dos minérios e das tecnologias dos altos-fornos. A partilha dos jazigos de Moncorvo por grupos siderúrgicos europeus pertencentes à França ou à Alemanha, antes e durante a II Guerra Mundial, representava mais uma vantagem económica estratégica, em conjunturas de esgotamento ou dificuldades de acesso às matérias-primas existentes, do que uma exploração real. São como que uma riqueza expectante na incerteza geral.

O fim da II Guerra alterou o quadro dos problemas que justificaram o domínio político internacional das concessões de Moncorvo, abrindo perspectivas à sua exploração efectiva, agora no quadro de interesses partilhados com eventuais capitalistas portugueses, oriundos do crescimento industrial dos anos 40 e 50. Esta tendência passava pelo arrendamento e concentração das concessões, cessão dos interesses daqueles grupos e sua substituição por novos grupos de capital maioritariamente portugueses.

A exploração da concessão das Fragas da Carvalhosa constituiu, por essas razões, o primeiro e o único momento da aplicação da metodologia de ataque sistemático a uma mina de ferro na região de Moncorvo, situação que implicava expropriação dos proprietários e agricultores locais, para viabilizar um desmonte com efeitos na mudança radical da paisagem orográfica da serra. A

¹⁸ MADEIRA, 1941: 14. O autor calcula um total de 15.279 toneladas, entre 1930 e 1936.

metodologia envolveu técnicas de prospecção do subsolo (1951-1956), desmonte a céu aberto em cortas (1951-1975), quer usando meios manuais (com recurso à mão-de-obra intensiva no desmonte das camadas de minério e na escolha manual), ou mecânicos (martelos-pneumáticos, *caterpillers*, britadeiras, telas transportadoras e lavarias), com recurso a transportes mais céleres (desde a linha *decauville* puxada a muares, a locomotoras a *diesel*, a camiões basculantes e a transporte por cabo aéreo do minério do Alto da Carvalhosa até à Estação do Carvalhal, na linha de caminho-de-ferro do Sabor).

Com todos esses meios, a *Ferrominas, Lda* apresentou resultados novos no contexto das minas de Moncorvo¹⁹: exportou minério para o estrangeiro e para o país²⁰ e mudou a paisagem mineira, pela gestão territorial dos recursos que lhe estavam adstritos. Forjou todo um sistema de exploração a partir do caso das Fragas da Carvalhosa, pelo seu aperfeiçoamento sistemático, constituindo por essa razão um modelo que seria usado no desmonte das reservas sempre em crescimento do ferro do Reboredo. Ainda assim e apesar da exportação de 175 000 toneladas de minério em 1956, o paradigma da exploração tradicional pesava sobre os empreendedores. Por um lado, era uma pequena produção assente em parâmetros rigorosos de aceitação de minério com 50% de *Fe*, mínimo e 20% *SiO₂*, máximo, situação devida mais ao interesse estrangeiro pela ganga (indispensável ao processo dos leitos de fusão) do que pelo *Fe*²¹. Por outro, sujeito a um padrão de investimento e lucro exíguo, para a manutenção da exploração em termos aceitáveis.

Se a tecnologia aplicada entre 1951 e 1964 corresponde ainda a conceitos tradicionais de exploração sistemática do ferro, a evolução das tendências siderúrgicas internacionais²² perspectivam uma valorização do minério de ferro do jazigo, na base dos minérios complexos, de matérias-primas ricas por concentração dos seus componentes, produtos artificiais designados por *sinters* e *pellets*. Estes últimos passam a ser as matérias-primas essenciais da siderurgia em Portugal a partir dos anos 60²³.

Entretanto, as novas perspectivas de viabilidade do minério de Moncorvo acabaram por se fazer sentir na Companhia Mineira de Moncorvo, a qual cedeu

¹⁹ Ver Anexo II, com actualização da cronologia da Ferrominas.

²⁰ A Ferrominas, Lda. chegou a fornecer minério para os Fornos Eléctricos de Canas de Senhorim, para os altos-fornos da Vicominas, no Marão e para a Siderurgia Nacional.

²¹ SANTOS, 1964: 238.

²² As razões do *boom* siderúrgico mundial, dos meados do século XX, derivaram do conflito de 1939-45 e da reconstrução da Europa, para alimentar as crescentes necessidades da indústria. É neste contexto que deverá entender-se também a exploração das Fragas da Carvalhosa, entre 1951 e 1964. De 1959 a 1964, por motivos da concorrência de minérios ricos e mais puros no mercado, explorados em minas da América do Sul e de África, a conjuntura internacional reflectiu-se em Moncorvo, onde apesar das quantidades de minério existentes, apresentavam-se menos ricos do que as originárias das novas minas.

²³ A ideia do enriquecimento do minério de Moncorvo data de 1953, após se verificar que os concentrados atingiam um teor médio de 60% de *Fe*.

as suas concessões à Minacorvo, uma sociedade de exploração do minério onde se integravam importantes empresas siderúrgicas europeias.

O processo da revisão do conceito da mina decorreu de uma nova fase de sondagens, cuja escala ficou impressa na cartografia da empresa e na montagem de lavarias-piloto, com moinhos autógenos, a primeira das quais pertencente à *Minacorvo*, a segunda resultante do lançamento do *Iron Ore Moncorvo Project*, e cujas origens entroncam na fusão da *Ferrominas, SARL* com a Siderurgia Nacional, ainda nos inícios dos anos 70²⁴. Este projecto manteve-se como a grande esperança siderúrgica nacional, depois do 25 de Abril, até que a entrada de Portugal na Comunidade Europeia o inviabilizou.

O minério de ferro, agora concentrado (65-67 % *Fe*), depois de sofrer as operações preparatórias em Moncorvo, tinha com destino último a Siderurgia Nacional, onde seria sinterizado e peletizado²⁵. Uma das premissas da exploração do minério de ferro de Moncorvo na nova lógica dos concentrados era a exploração anual de 660.000 t/ano (2.200/dia), para a produção de *pellets*, no montante de 370.000 t/ano, com 65% de *Fe*. Depois de vários ensaios no estrangeiro, concluiu-se pela viabilidade técnica e económica, desde que se usassem os modernos concentradores do mercado para a separação do minério por via húmida em alto campo magnético²⁶.

Estas novas regras não eram compatíveis com a estrutura de concessões existente. Por esse motivo procedeu-se ao reordenamento mineiro de Moncorvo. Para além da concentração das concessões numa única entidade de exploração e da correlação entre os interesses mineiros e siderúrgicos, a mina passava a ser entendida como um único “couto mineiro” dividido em cinco unidades de exploração: Apriscos, Cotovia, Pedrada, Carvalhosa, Mua.

Como se sabe, até 1974, o jazigo de ferro esteve bipolarizado entre duas empresas, a *Ferrominas, SARL* e a *Minacorvo, Lda.*, a primeira com capitais nacionais, a segunda com capitais estrangeiros (alemães, ingleses, luxemburgueses e franceses). A *Minacorvo* integrara-se na nova tecnologia de ponta, desde 1966, com a criação da Lavaria-Piloto, dando corpo aos estudos para o reconhecimento do valor económico do minério na nova perspectiva dos concentrados. A sua acção incidiu na Mua, onde procedeu ao desmonte mecânico de cortas com a finalidade de integrar lotes de minério hematítico, especularítico e martítico. Mas a *Minacorvo* abandonou os seus estudos²⁷. Foi então que a *Ferrominas* tomou a dianteira, alugando e adaptando a Lavaria-Piloto, em 1971, com a ideia geral sustentada e formada a partir do Projecto do Ferro de Moncorvo.

²⁴ A ligação da Siderurgia Nacional, bem como das empresas associadas da *Minacorvo*, à mineração do ferro de Moncorvo resultou de uma tendência geral de ligação directa da indústria siderúrgica à exploração mineira, iniciada com a empresa americana *Bethlem Steel Co*, nos finais dos anos 50.

²⁵ Tanto a sinterização como a peletização são tecnologias de ponta dos minérios concentrados por via mecânica, em aglomeração ou aglutinação. Ver SANTOS, 1964.

²⁶ CERVEIRA, 1978: 2-21.

²⁷ Uma das principais razões foi a tecnologia usada na Lavaria-Piloto, cujos resultados foram contrários ao que inicialmente se programou.

Quadro 2 – Períodos administrativos e industriais da Ferrominas de Moncorvo

Designação	Período de Actividade	Direcção Técnica	Objectivos industriais
Ferrominas, Ld. ^a	1949-1972	Pedro Monteiro de Barros	Extracção de minério destinado ao mercado externo (Alemanha e Inglaterra) e mercado interno (Siderurgia Nacional – 1961-1972)
Ferrominas, SARL	1972-1977		Programa sistemático de sondagens com a finalidade de mudança do interesse industrial da mina para os concentrados de ferro
Ferrominas, EP	1977-1986	Gabriel Monteiro de Barros	Valorização dos concentrados e pelletização do minério. Lavrarias Piloto.
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, EP	1986-1991	Gabriel Monteiro de Barros	Encerramento da Mina

A Ferrominas, aliás, encontrava-se a proceder desde os inícios dos anos 70 a sondagens carotadas e análises do minério da Pedrada, activando os trabalhos sistemáticos de grande envergadura na Mua (1982), quando tomou posse da totalidade das minas, com cessão da Minacorvo e da sua fundadora a Companhia Mineira de Moncorvo. A Pedrada e Mua foram, pois, as primeiras duas unidades de exploração previstas do projecto e que justificaram a nova Lavaria-Piloto, dos anos 80, para a produção do minério concentrado destinado a *pellets*. Aliás, em 1982, a estratégia da exploração sistemática do minério e o lugar de arranque do Projecto (na Mua), encontrava-se tomada²⁸.

A paragem abrupta do projecto em 1985-86, numa altura que a Siderurgia Nacional havia já adquirido os equipamentos para a sinterização da sua unidade no Seixal, tem como consequência não só o encerramento, a curto prazo, dos altos-fornos de Paio Pires e o fecho e abandono das Minas de Moncorvo, como sobretudo a falência do projecto da siderurgia portuguesa, iniciado no século XIX-XX.

Da escala das iniciativas de desmonte dos anos 50 a 70 ficaram marcas nas Fragas da Carvalhosa (cortas, galerias, barragens, escombreyras, visíveis nas fotografias aérea e de satélite) e no Cabeço da Mua. Essas marcas sugerem os efeitos paisagísticos do que poderia ter sido o arranque de uma nova fase da história industrial do ferro de Moncorvo. A sua valorização siderúrgica e económica implicava uma nova escala de desmonte e de agressividade para com a paisagem natural e humanizada da região. Traria trabalho e crescimento económico com toda a certeza, mas também a demolição da paisagem industrial herdada do passado antigo e recente e do património mineiro ancestral.

²⁸ NAIQUE, 1982: 47. Para se chegarem as estas conclusões foi preciso realizarem-se 90 furos carotados, com 8.976 m de carotes e 2390 amostras, independentemente das sondagens tradicionais e das modernas realizadas entre 1953 e 1966.

IV

A história da Ferrominas documenta os novos mitos do ferro português, numa Europa em transformação, depois da II Guerra Mundial. Volta a falar-se de reservas de ferro. Reforçam-se os seus estudos científicos para – no contexto da mineração de minérios complexos – se poder ancorar a sua viabilidade industrial. Mas o minério de Moncorvo oferecia algumas resistências mineiras e industriais: razões conjunturais; dificuldades industriais; problemas da química (forte presença da sílica na estrutura molecular minério de ferro; presença de fósforo em excesso)²⁹.

Para se ultrapassar custos excessivos, substituíram-se, entre 1951-1956, as metodologias de sondagem por rede de galerias e travessas (Santo António e Santa Bárbara) e de abertura de poços das fragas do Carvalhal e lavra subterrânea, pelo sistema mais económico de lavra em céu aberto (trincheiras) e desmonte à máquina. Mas, na sua curta cronologia de quarenta e três anos (1949-1991), a Ferrominas é apenas um facto singular na história do minério de Moncorvo.

A introdução do ferro na região ocorreu na Idade do ferro, deixando marcas nos territórios de que o castro não romanizado da Cigadonha é um testemunho. Recolhidas as primeiras escórias neste castro, em 1929³⁰, pouco ou nada serviram para desenvolver os estudos paleometalúrgicos da região, numa altura em que o mais importante era a localização e identificação de castros no território português. Mas as escórias da Cigadonha são consideradas essenciais a partir de 1983 (levantamento dos escoriais) na perspectiva do desenvolvimento cultural e científico da mineração de Moncorvo, projecto encetado pela Ferrominas. O seu estudo foi ampliado em Junho de 2002, com o objectivo de retomar as investigações paralisadas com o encerramento da Ferrominas.

A penetração a civilização romana a ocidente e a norte do Douro (Terra dos *Baniensis* da *Asturica Augusta*) viabilizou um aproveitamento do minério ferrífero de rolamento e de mineração superficial, dando origem à sua redução por via de fornos baixos. O testemunho mais eloquente, até hoje, da presença metalúrgica romana na região, foram os achados arqueológicos de Vale de Ferreiros (Setembro de 1983-Inícios de 1984), altura em que se perdeu uma importante oportunidade para iniciar a arqueologia dos escoriais de Moncorvo. Verificou-se pela primeira vez que, para além dos arqueosítios de depósitos de escoriais do ferro, com áreas geométricas apreciáveis, havia uma possança arqueológica de vestígios de fundição que atingiam três metros de altura, com estratos de depó-

²⁹ CUSTÓDIO, 2002a: 75. Segundo referências de Horace Busquet, na sequência dos trabalhos de Stéphen Czyszkowski, para o *Syndicat Franco-Ibérique*. Stéphen Czyszkowski era engenheiro civil de minas, com 51 anos, solteiro, natural Bobiac (Gard), em França e residente em Bois-de-Colombes (Seine). Horace Busquet, pertencente a uma importante família de geólogos e engenheiros de minas de França era um dos mais notáveis técnicos ligados ao empório da Schneider & C.ie, da região de Creusot, nos inícios do século XX. Busquet fez o estudo geológico das minas de Moncorvo em 1901.

³⁰ SANTOS JÚNIOR, 1929: 8.

sitos acumulados durante centenas de anos (sete níveis), sobre um vila romana com datação aproximada entre o século I a.C. e o século I d.C. Os achados de vale de Ferreiros revelaram o significado técnico, social e económico de uma pequena comunidade de ferreiros romanos, os quais se perpetuam, nos tempos históricos seguintes, justificando, pela força da sua produção local, o desaparecimento dos próprios vestígios romanos construídos, depois sobre a avalanche dos detritos das escórias extraídas dos fornos baixos das épocas seguintes.

A época das ferrarias constitui, pois, o grande horizonte técnico das sociedades pastoril, agrícola e mercantil da região entre o século I a.C. e o fim do século XVIII, dada a eventual capacidade produtiva da região com um acervo de dezenas de ferrarias espalhadas pelo território. Como classificá-las tipologicamente? Essa dificuldade só será ultrapassada quando se proceder ao seu estudo sistemático. Quando as suas tecnologias estiverem informadas por casos arqueologicamente comprovados. O problema é difícil de resolver sem documentação escrita, dado que só nos consideramos habilitados a integrar dados que se encontrem totalmente estudados ou que pelo menos formem um complexo tecnológico coerente.

Os dados recolhidos revelam quatro origens documentais: 1 – Arqueologia propriamente dita (cujos casos intencionais se reduzem a dois – Vale de Ferreiros e Chapa Cunha); 2 – Etnologia, atendendo à recolha efectuada por Maria João Moita³¹ e referenciada na bibliografia consultada; 3 – Documentação manuscrita e impressa; 4 – Análises químicas intencionais a partir de escórias da região de Moncorvo (sobretudo resultantes do projecto de Ferrominas).

Pela conjugação da arqueologia, análises químicas e documentação compulsada é possível determinar pelo menos três sistemas tecnológicos distintos em Moncorvo, entre o fim do Império Romano e o fim da Monarquia Absoluta: ferrarias tradicionais, ferrarias de metalurgia biscainha e ferrarias de metalurgia catalã. Todas elas pertencem ao universo tecnológico dos baixos fornos de redução do ferro, cujas origens remontam a Halstatt e La Tène, enquanto padrões de referência da Idade do ferro antiga e recente. Neste sentido, todas essas ferrarias implicavam a produção de barras de ferro, tipo de lingote, a partir dos baixos fornos de redução. Enquanto sistema de organização oficial, essas barras destinavam-se à produção dos bens de consumo encomendados pela unidade agrícola, pela comunidade social aldeã ou urbana ou pelas entidades sociais de destino, rei, nobres, igreja, mercadores com negócios em feiras, sobretudo. Com a revolução industrial e sobretudo depois da disseminação das fundições secundárias do século XIX e XX os ferreiros deixaram de produzir as barras de ferro ou lingotes, passando a encomendá-las para o fabrico do ferro forjado, vergi-nhas, pregaria e utensílios de lavoura, floresta ou oficinais.

A etnologia revela o desaparecimento dos baixos fornos e a manutenção de pequenas unidades de fabrico apenas com forjas movidas em geral por foles

³¹ MOITA, 2002: 121.

manuais e bigornas ou safras, crescendo algumas unidades com as secções de torneiro e serralharia manual ou mecânica. Nas oficinas contemporâneas associou algumas máquinas à forja permitindo beneficiar dos contributos tecnológicos das metalurgias mais avançadas. No universo dos ferreiros, o ferrador – testemunho social da introdução medieval da ferragem dos animais de tracção, de guerra ou de transporte – significa entre outras razões a diversidade de ofícios que surgem na Europa mediterrânica e atlântica, na Alta e Baixa Idade Média, numa lógica de permanência e diversificação das ferrarias deste período. A sidetecnologia era um ramo de grande especialização implicando conhecimentos zoológicos e médicos que teriam dado ao ferrador um lugar à parte no universo dos ferreiros e cujo desaparecimento correu nos últimos quarenta anos.

Quanto ao conceito de “ferrarias tradicionais” urge afirmar a nossa notória incapacidade de informar o sentido da sua evolução e transformação tecnológica anónima. A sua universalidade regional – se assim se pode dizer – radicava na transmissão de saberes fazer de pais para filhos, mantendo as oficinas em conexão com a vida familiar e das localidades onde se estabeleciam, mas sempre com recurso à herança tecnológica recebida e considerada essencial na continuidade da organização oficial. Dentro deste conjunto, porventura muito mais heterogéneo do que actualmente se pensa – tem lugar os fornos de afinação cujos foles eram accionados por foles de pé, como a documentação refere para o caso de Moncorvo³². Manter-se-iam ainda soluções técnicas de origem oriental em Torres de Moncorvo no século XVI? Cremos que sim, dado que Moncorvo teve um papel relevante na organização da produção, conservação e distribuição da armaria no reinado de D. Manuel I (1506), contando o rei de Portugal com a sua capacidade produtiva de armas de ferro e aço para o equipamento militar em terra e mar. No tempo de D. João III, as estatísticas referem cinquenta forjas a laborar em Moncorvo e Mós³³. De acordo com carta de privilégio de D. Afonso V, para cada ferraria de Felgueiras havia uma frágua ou forno de redução de ferro. Em 1443, em cada uma destas unidades trabalhavam dez a doze artífices³⁴.

Todavia, as ferrarias biscainhas parecem ser uma inovação no contexto da organização oficial tradicional. Fundadas por oficiais recrutados do Golfo da Biscaia, oriundos do País Basco, da Merindad de Trasmiera ou das Astúrias e da Galiza afirmam-se, a partir do século XV e XVI, com especialistas do trabalho do ferro e – na zona de Lisboa – no fabrico dos primeiros canhões de ferro forjado. A introdução de engenhos mais sofisticados para o accionamento de foles de ventilação teria sido um dos principais contributos dos biscainhos para a produção de ferro, associados a mecanismos de malho também mais eficientes. O contacto da região de Moncorvo com o Norte de Espanha teria permitido essa mudança, necessitando contudo do desenvolvimento de estudos

³² BARROS, 1549: 120.

³³ SILVA, 1813.

³⁴ VITERBO, 1904: 30.

mais aprofundados. Todavia, assim como os mestres-pedreiros e sineiros dão sinais de terem contribuído para a edificação de templos na região (as igrejas de Freixo de Espada a Cinta ou de Torre de Moncorvo) também o labor do ferro se renovou pelo contacto intercultural.

A introdução da forja catalã constitui uma outra importante inovação na região. Mas também aqui, apesar da maior aproximação temporal, muita coisa está por apurar a nível histórico, arqueológico e tecnológico. Jules François, em 1843, foi um dos primeiros investigadores a demonstrar as diferenças essenciais entre as ferrarias de baixos fornos antigos e a forja ou fraga catalã, baseando o seu estudo na análise comparativa das forjas da região do Ariège nos Pirinéus. Publica as plantas da forja antiga (de origem medieval), da forja biscainha e o modo com se evolui desta última para o cadinho catalão. O primeiro modelo deste último é do século XVII e ele teria beneficiado da aplicação da trompa de água, uma outra inovação das forjas, surgida nos Apeninos, na Itália, entre 1640 e 1682³⁵. Esta nova tecnologia, destinada a substituir os foles de couro e os de madeira ou barquinetes, tinha a vantagem de manter em contínuo a ventilação dos cadinhos, pela circulação e queda de água num aparelho especial destinado a esta função. O sistema era engenhoso, como já demonstrámos³⁶. Nascido no seio da engenharia da Renascença e dos primeiros alvares da ciência experimental moderna (Torricelli) teve como efeito principal o encerramento do ciclo da forja hidráulica medieval e da sua transformação nas unidades biscainhas da Baixa Idade Média e das forjas catalãs e italianas antigas.

Proporcionava acréscimos de produtividade na tecnologia dos baixos fornos catalães difundindo-se para os espaços geográficos onde dominavam os baixos fornos e os métodos directos tanto pela redefinição do desenho do cadinho³⁷, como sobretudo pela nova organização industrial proporcionada pelo aparelho ventilador. Assim, para além de se difundir em toda a área geográfica dos Pirinéus orientais aos ocidentais, da parte francesa (em Ariège em especial) e da parte espanhola (Biscaia, sobretudo) chega às Astúrias, Galiza e ao Norte de Portugal.

Foram estas inovações que explicaram a Ferraria da Chapa Cunha, em Mós, Carviçais, que, embora pouco significasse no horizonte da metalurgia do

³⁵ MUTHON, 1808; FRANÇOISE, 1843.

³⁶ CUSTÓDIO, 2002b: 108-110. “A água represada no açude era trazida a uma altura aproximada de cinco a seis metros, até um depósito, onde se concentrava, quando fosse necessário insuflar ar, abria-se o tampão do seu depósito, através de rolha cónica comandada pelo mestre da forja. A água caía através de um tubo vertical, levando a sua frente o ar aí existente e aquele que constantemente entrava por orifícios nele previamente abertos. O ar era empurrado para outro tubo lateral, onde, em comunicação com o algaraviz da forja (a tubeira acima referida), se injectava à pressão no cadinho. A caixa de recepção da água nunca enchia, porque atingindo determinada altura, vazava através de uma saída para o exterior, mantendo o equilíbrio da água e do ar no interior da trompa. Uma queda de água de cinco metros de altura era de facto um processo inteligente para gerar pressão atmosférica ou ar comprimido por meios rudimentares”.

³⁷ SEGURADO, s.d: 81. De acordo com os técnicos metalúrgicos, o ar insuflado não atingia a pressão superior a 140 kg. por cm². Este método insuflava 60 a 70 litros de ar/segundo no cadinho. O rendimento útil era, no entanto, apenas de 15%.

ferro por métodos directos no nosso país, constitui o exemplo proto-industrial da região. O seu período de laboração encontra-se documentado (1780-1830) e foi com toda a certeza o último representante moncorvense das era das ferrarias. A dificuldade de adaptação do aparelho ventilador de trompa fez gorar as expectativas do empresário fundador, Domingos Martins Gonçalves e do seu associado, António José Alves Braga. Tratando-se de um aparelho apropriado para ferrarias de montanha, foi nestes locais onde melhor se adaptou dada a necessidade constante de água. Nas zonas menos montanhosas teve alguma dificuldade em se afirmar ou nos locais onde a cultura técnica eram insuficiente ou punha em risco a operatividade das unidades de fabrico.

Todavia, o modelo de forja catalã com ventilação tradicional permaneceu ainda no século XVIII, como se extrai dos desenhos da *Encyclopédie*, dado que o desenho do cadinho evoluído parece ter-se afirmado entre os empresários das ferrarias de fornos baixos e se adaptado melhor ao contexto do aumento de procura do ferro forjado. Não foi por acaso que, na Ferraria da Chapa Cunha, uma vez abortado o sistema de associação do cadinho catalão à trompa hidráulica, se procurou estabelecer a ventilação com barquinetes ou foles³⁸.

O minério de ferro das era das ferrarias de Moncorvo – vimos acima – era essencialmente o minério rolado, objecto de apanha à superfície, nos sopés dos montes, após selecção. Esta tradição de recolha deixou marcas no território, sobretudo nas áreas menos sujeitas à actividade agrícola. A documentação do 4.º quartel do século XIX revela existirem trabalhos mineiros antigos, nos quais foram encontrados ferramentas de mineração. Algumas dessas ferramentas remontam à Antiguidade. Monteiro de Barros falava com frequência na detecção de pequenas sanjas e poços antigos. Estes factos provam a existência de uma mineração anterior aos trabalhos dos finais do século XIX nos veios de ferro do Reboredo e da Mua.

O conhecimento das evidências mineiras antigas é um dos aspectos da mineração do ferro de Moncorvo que se encontra por estabelecer com o rigor necessário, de modo a determinar tipologias distintas de extracção e de organização do trabalho da mina. Assim, para além dos estudos paleo-siderúrgicos e paleo-metalúrgicos, impõe-se o desenvolvimento de uma arqueologia mineira que possa sustentar a compreensão e a interpretação da mineração de Moncorvo ao longo do horizonte cronológico milenar de extracção do ferro. Este estudo deverá ser realizado com prospecção sistemática do território a partir dos resultados deixados pela exploração moderna, tanto da Companhia Mineira de Moncorvo, como da Ferrominas.

Impõe-se, como primeiro trabalho, o registo sistemático cartografado dos trabalhos mineiros das explorações recentes, e tendo por base tanto a documentação que sobreviveu ao encerramento da Ferrominas, como a prospecção do território dos coutos mineiros de Moncorvo e de Santa Maria³⁹. Só a partir

³⁸ CUSTÓDIO, 2002b: 110.

³⁹ Sobre estes Coutos Mineiros, cf. Repartição de Minas – Processos: CM 42 e CM 43.

desta base se deve desenvolver a sinalização dos trabalhos antigos, entretanto descobertos durante a prospecção do território, mas que não pertençam ao complexo tecnológico contemporâneo. Este estudo requer uma descrição seriada e medida dos trabalhos recentes de modo a determinar as suas características técnicas e a própria evolução da extracção, que como se apurou usou tecnologias de desmonte por meios mecânicos. A área dos trabalhos antigos – pelo que pudemos observar e estudar por via documental – extravasa o território dos coutos, lugares onde devem obter-se dados mais precisos sobre as minerações antigas, medievais e modernas.

A mineração medieval e moderna não devia fugir muito às tradições de trabalhos mineiros destinados à exploração do ferro, apresentada por Georgius Agrícola no *De Re Metálica*. Durante o século XVI a legislação das minas teve actualização no país e, no século XVI a XVIII, vários documentos referem a actividade existente no tempo de D. Manuel I e de D. João III (c. de 1550), no tempo de Aires de Quental, feitor dos metais do Reino. Recorde-se o controlo régio das minas de Moncorvo, durante a regência de D. Catarina (1557) e a importante actividade de extracção de 1706. Aliás, no século XVIII, diversos autores contemporâneos referem existirem galerias antigas no Cabeço da Mua e muitas fráguas de fazer ferro no “Monte Raboredo”⁴⁰, estabelecendo distinção entre minas antigas e modernas (Memórias Paroquiais, 1758).

Observar a mineração de Moncorvo única e exclusivamente a partir da mineração contemporânea implica analisar um tempo curto e não analisar a longa duração. Permite estudar apenas o ciclo da mineração submetida ao mito siderúrgico nacional, isto é, um período cronológico situado entre 1875 e o encerramento da Ferrominas (cerca de 116 anos)⁴¹. Como vimos acima, a história da mineração do ferro neste período consta de acontecimentos de natureza política, jurídica, administrativa e técnica que se traduzem em factos de muito menor significado do que toda a história anterior a 1875. Ora, essa história milenar, acerca da qual os documentos escasseiam à medida que o tempo recua, só pode afirmar-se por via do contributo dos trabalhos arqueológicos que tenham como projecto, o estudo do ferro de Moncorvo, no espaço e no tempo.

⁴⁰ CARVALHO, 1721.

⁴¹ Este ciclo de 116 anos teve, por sua vez, dois momentos distintos: entre 1875 e 1979 (103 anos) e 1979 e 1991 (doze anos), correspondentes respectivamente à lavra experimental e exploração clássica de minério de ferro simples e à redefinição e desenvolvimento da lavra por via dos concentrados de ferro. Ambos estes períodos revelam – como se diria na Escola dos *Annales* – um acentuado carácter “*événementiel*” do ferro de Moncorvo, longe da sua duração longa.

Anexos

1. *Intendência dos Bens dos Inimigos Ministério das Finanças arrolamento dos bens de Wummer. 7 de Junho de 1916. Resumo.*

Cabeço da Mua

Trabalhos de pesquisa recentes e adiantados mas paralisada
Casa de Madeira para os trabalhos da concessão e guarda das ferramentas
3 carros de mão velhos
3 vagonetes completas e uma caixa de outra avariada
280 metros de carris dentro e fora da galeria
Oito carris na galeria
Um ventilador da folha zincada
Lenha velha
Ventilador de zinco num poço que comunica com a galeria
Doze canos de zinco
Um pipo
Quatro baldes de ferro
Cordas de linho para sarilho
Balde de madeira, com arcos e rodados de ferro
Torno com manivela de ferro
Onze pistolas
Pedaços de ferro
Um caixote com várias miudezas de ferro
Seis tambores, sete pás, dois picachões, uma marreta, uma escada, atocador de ferro, sete caixotes vazios, dois braços para ma..., régua de madeira,
Quatro barrotes de pinho, dois barris de lata, funil de lata, 15 kg de carvão de pedra,

Santa Maria

Trabalhos de pesquisa recentes, paralisados
Barraca de madeira em mau estado, coberta de zinco, que serve para cobrir a boca do poço aberto na mina
Um torno de madeira com manivelas de madeira

Fragas da Cotovia

Não mostra trabalhos alguns de pesquisa
Alto do Chapéu – pesquisa recente
Casa de madeira coberta de folha zincada onde se guardam ferramentas
Cinco tábuas de soalho
Quinze cabaneiros e quatro tábuas de forro
Oito caibros, cinco ripas, pedaços de madeira (lenha)
Dois bancos, um tabuão
Dois carros de mão
Dois barris de lata
Cinco canais de folhas zincadas
Um cavalete de ferreiro
Dez tambores de carboneto vazios e três com carvão de pedra

Fragas do Facho e do Chapéu

Sem mostra de trabalhos de pesquisa

Fragas dos Apriscos

Idem

Sobralhal

Idem

Barro vermelho

Idem

2. Cronologia da empresa Ferrominas (1949-1991)

1949 – Conscientes de que a *Schneider et Cie* pretende arrendar as 23 concessões mineiras de Moncorvo, os engenheiros Pedro Amor Monteiro de Barros e António Branco Cabral professores do IST, associam-se para criar uma empresa para a exploração do minério de Moncorvo, após a realização de uma conferência em Paris, em que participou o Eng.º Araújo Correia, relator da Assembleia Nacional às Contas Gerais do Estado.

1950-1951 – Plano de Lavra das Minas elaborada pela *Schneider*, para a exploração das Fragas da Carvalhosa (produção anual de cem mil toneladas/ano a 50% de Fe e 15% de SiO₂), pelo método de desmonte em trincheiras a céu aberto e, em caso de invernia, por desmonte numa rede de galerias de subsolo, com chaminés de ventilação.

1951 (4 de Abril) – Constituição da sociedade por cotas, *Ferrominas, Ld.^a*, em Lisboa, com o capital de 5 mil contos.

1951 (19 de Abril) – Escritura pública da sociedade *Ferrominas, Lda.*, com publicação dos Estatutos da empresa, assinada pelo notário Dr. Pedro Augusto dos Santos Gomes.

1951 (Maio) – Estudos de amostragem nas Fragas da Carvalhosa. Britagem manual. Construção do cais de carregamento de vagões. Abertura da travessa de Santa Bárbara. Gabriel David Monteiro de Barros, filho do fundador, encontra-se entre os engenheiros do início da exploração. Laboratório para Análises Químicas.

1951 (16 de Agosto) – Plano de desmonte das Fragas da Carvalhosa, publicado no relatório do Serviço de Fomento Mineiro.

1951 – Início do funcionamento da Central de ar comprimido, com compressor fixo Flottman, de 18 m³/minuto.

1951 (Dezembro) – As primeiras moradias para mineiros começam a ser ocupadas.

1952 (18 de Janeiro) – É elaborado o Projecto de Contrato de Cessão do Direito de Exploração das Minas de Moncorvo entre *Carlos Gomes & Cie*, em nome da *Schnei-*

der et Cie, e Pedro Amor Monteiro de Barros e Virgílio Manuel dos Anjos Magalhães, representantes da *Ferrominas, Ld.^a* pelo qual são cedidas as concessões do primeiro, pelo valor de 5 milhões de escudos e mais 4% por cada tonelada de ferro vendida enquanto que os segundos passam a ter liberdade para procederem à exploração das 23 concessões mineiras que se encontravam na posse do empresa francesa.

1952 (8 de Fevereiro) – O acordo entre a *Schneider* e a *Ferrominas* suscita uma avaliação confidencial do Ministro da Economia, a qual merece informação do engenheiro da Direcção Geral de Minas.

1952 – Entre os projectos iniciais de maior relevo no lançamento da *Ferrominas*, consta o projecto do cabo aéreo das Fragas da Carvalhosa ao Carvalhal. Construção de moradias para mineiros.

1952 (Junho) – Na ajuda da extracção manual, trabalha uma pá transportadora designada F. L. POCINHO e métodos de compressão pneumática. Funciona a central de ar comprimido com compressor fixo de 18 m³/minuto, com transmissão com tela de correa sintética.

1952 (Setembro) – O cabo aéreo e a torva respectiva, construída no Carvalhal, iniciam a sua actividade, permitindo levar à estação de caminho de ferro do Pocinho o minério destinado ao Porto de Leixões. Chega ao Carvalhal a pá mecânica UNIT.

1952 – Décio Thadeu, partindo da experiência comercial de exploração das Fragas da Carvalhosa, define os limites aceitáveis de *Fe* e *SiO₃* do minério de ferro de Moncorvo, determinando as reservas vendáveis do Reboredado.

1953 – Encontra-se em funcionamento linhas de caminho de ferro de via mineira puxados por pequena locomotiva a diesel, que foi assim substituindo o *tramway* de tracção muar e manual inicial.

1954 – Abandona-se a lavra subterrânea.

1954 – É constituída a sociedade que irá criar a Siderurgia Nacional.

1955 (Setembro) – Funciona a Lavaria do Vale. Partindo-se de um trabalho de características manuais (1952), inclusive na escolha do minério (onde a mão-de-obra infantil era usada), avançou-se para estruturas mecânicas, como os crivos da cascalheira. Período áureo de exploração.

1956 – Constitui-se, devido à iniciativa de Quintino Rogado, uma oficina-piloto de concentração magnética em *log-washer*, com moinho de bolas, para a obtenção do primeiro concentrado de minério de Moncorvo.

1956 (26 de Fevereiro) – Inverno rigoroso que obrigou à remoção mecânica da neve no campo de lavra. Na extracção mecânica utilizam-se martelos pneumáticos e a pá mecânica UNIT.

1957 – Fim arrolamento dos bens da Companhia Mineira de Moncorvo (que pertencera a uma empresa alemã no tempo da II Guerra), passando esta sociedade a ser gerida por *Gewerkschaft Exploration* (Grupo August Thyssen).

1957 – São utilizadas pás mecânicas e camiões basculantes (entre eles um EUCLID – BLACKWOOD HODGE) no desmonte de minério das Fragas da Carvalhosa, iniciando-se assim um processo irreversível de lavra a céu aberto.

1957 (Setembro) – Chega à *Ferrominas* uma pá mecânica RUSTON BUCYROS (54-RB).

1957 (fins de) – Instalação de uma lavaria-piloto nas Fragas da Carvalhosa com a tecnologia do parafuso de Akins.

1958 – Estudos da firma *Fraser & Chalmers* (Inglaterra) destinados à construção de uma lavaria de minério de 100 t/h de capacidade, com a finalidade de tratamento do minério de Moncorvo.

1958 – Os meios mecânicos de desmonte (pás e camiões de transporte a *diesel*) são cada vez mais utilizados na exploração das Fragas da Carvalhosa.

1959 – Os trabalhadores da *Ferrominas, Lda.* fundam uma cooperativa de consumo, financiada com o montante de 20% dos consumos pela empresa de modo a compensar a exiguidade dos salários.

1961 – Arranque da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, Seixal. A *Ferrominas, Lda.* fornece algum minério para as fundições.

1962 – Ferreira Dias propõe a instalação de uma unidade siderúrgica Krupp-Renn em Moncorvo, para a fabricação de gusa, no âmbito do II.º Plano de Fomento, no valor de 300 mil contos, indispensável para minérios pobres, como o de Moncorvo, instalação que nunca viria a ser montada.

1962 – A *Companhia Mineira de Moncorvo* reinicia os estudos das reservas de ferro pelo método das sondagens.

1963 (Setembro) – Ensaios de grelhagem magnetizante da hematite fazem arrancar uma nova fase de interesse público pelas minas de Moncorvo. Gabriel Monteiro de Barros vê o futuro da *Ferrominas, Lda.* na concentração de minério fino e sua peletização, como o exemplo de uma tecnologia de ponta para os altos-fornos.

1963 – Adriano Vasco Rodrigues estudo forno primitivo de ferro descoberto numa propriedade do Carvalhal, atribuindo-o à época romana, através da cronologia das *terra sigillata* a ele associadas. Para os seus estudos recebe apoio técnico e logístico da *Ferrominas* e de Monteiro de Barros (filho).

1963 – O geólogo H. Gruss estuda as concessões da Companhia Mineira de Moncorvo, com uma metodologia mais abrangente.

1963-1964 – Importantes ensaios de preparação no minério de Moncorvo levados a efeito pelo engenheiro de minas João Lopes Guimarães dos Santos, atendendo à nova problemática da valorização do minério através de concentrados ricos em *Fe* (65 a 67 %). Entre esses ensaios consta o realizado em Março de 1963 na *Lurgi Gesellschaft für Chemie und Hüttenwesen m. b. H.*, em Frankfurt-Main.

1964 – A Siderurgia Nacional vê-se na contingência de parar com as encomendas de Moncorvo.

1964 (15 de Abril) – A *Gewerkschaft Exploration*, de Düsseldorf, proprietária da Companhia Mineira de Moncorvo, apresenta uma proposta de solução do transporte do minério de ferro de Moncorvo (em especial da sua concessão da Mua) para Leixões, com vantagens económicas. Tratou-se de uma solução destinada a resolver as questões de concorrência.

1965 – António Sommer Champalimaud (1918-2004) adquire as acções de Monteiro de Barros (pai) na *Ferrominas, Ld.^a* e assume os encargos de um passivo de 65 mil contos. Início do período Champalimaud da *Ferrominas, Lda*.

1965 – É constituída a *Minacorvo – Exploração e Desenvolvimento Mineiro de Moncorvo, Ld.^a*, com o capital de oito mil contos pertencentes a quatro grandes accionistas europeus, a *Gewerkschaft Exploration*, a *British Steel*, a *Salem (Société Anonyme Luxembourgeoise d’Exploration Minière)* e a *Schneider et Cie*. Inicia-se o sub-ciclo dos “*Concentrados de Moncorvo*”, que irá envolver a *Minacorvo* e a *Ferrominas* do período Champalimaud.

1965 (7 de Junho) – Plano de Lavra Experimental do Cabeço da Mua (instalação piloto), assinado por Gabriel Monteiro de Barros, com o objectivo de fornecer diferentes tipos de minério à oficina piloto de tratamento. O minério era desmontado em três lugares distintos.

1965 (11 de Junho) – Projecto da Lavaria-Piloto da Companhia Mineira de Moncorvo.

1965 (29 de Dezembro) – Apresentação do plano destinado à Lavaria-piloto, elaborado pela *Gewerkschaft Exploration*, proprietária da Companhia Mineira de Moncorvo e associada à *Minacorvo, SARL*.

1966 (Julho-Agosto) – As concessões da Companhia Mineira de Moncorvo são arrendadas à *Minacorvo*, para o estudo da viabilidade de produção e exportação de dois milhões de toneladas de concentrado/ano e seu transporte para Leixões, em ligação com consumidores associados. Publica-se portaria no *Diário do Governo*, 3.^a série, a 31 de Agosto. São administradores da Companhia, Vasco Haus Wimaner e Manuel Jervis de Athougua Pereira.

1966 (4 de Junho) – Gabriel Monteiro de Barros declara querer continuar como director técnico da *Minacorvo*, como já fora da *Companhia Mineira de Moncorvo*.

1966 – Inauguração da Lavaria-Piloto I, montada pela *Minacorvo* (tecnologia de concentração por flutuação em espumas).

1967 (17 de Novembro) – Alvará de Transmissão nº 6504, passado por Américo Tomás, pelo qual se autoriza a transmissão dos direitos, à Ferrominas, sociedade por quotas com capital de 5.000.000 escudos.

1969 – A *Minacorvo*, pede suspensão da lavra das concessões, pela impossibilidade de colocar o minério no mercado, pelo seu baixo teor de *Fe* e numa altura que se estava a elaborar o projecto de uma nova lavaria em condições económicas.

1969 (2 de Janeiro) – O decreto-lei n.º 48.828 estabelece as bases para a concentração numa só entidade concessionária as concessões mineiras que, pelas suas dimensões e características geomorfológicas não consintam uma lavra repartida por diversos empresários, evitando prejuízos para a economia.

1971 – Importantes estudos geológicos de A. Ribeiro e J. Almeida Rebelo nas concessões da *Ferrominas, Lda*.

1971 (Março) – A Ferrominas adquire o separador CARPCO, modelo MW 10684 para instalar na Lavaria-piloto da *Minacorvo*, que aluga e adapta, para proceder a estudos experimentais de concentração magnética em alto campo magnético por via húmida e assim poder melhor os concentrados para pelletização.

1972 (15 de Maio) – Conversão da empresa em sociedade anónima, por despacho ministerial publicado no *Diário do Governo*, IIIª série, nº 114, com a designação de *Ferrominas, S. A. R. L.* e com o capital de 100 mil contos.

1973 – Aquisição das concessões à Schneider e elaboração de um projecto de lavra de um milhão de toneladas anuais de concentrados fosforados, revelando que a manutenção da presença do fósforo seria doravante um elemento negativo na utilização dos minérios.

1973 – Início de um programa sistemático de sondagens com o apoio dos Serviços do Fomento Mineiro, que calcularão as reservas de ferro de Moncorvo em 550 milhões de toneladas, na base de um teor de *Fe* de 36 %.

1974 – Suspensão dos trabalhos de lavra nos coutos mineiros de Santa Maria, de Moncorvo e cabeço da Mua, por parte da *Minacorvo*.

1975 (Março) – Processo de nacionalizações que se estende à Siderurgia Nacional e, consequentemente a *Ferrominas, SARL*. Também a Companhia Mineira de Moncorvo resolve requer autorização para abandonar as suas concessões na Mua e na Serra do Reboredo.

1976 – A família Keil abandona a sua concessão de ferro de Moncorvo. Esta concessão nunca foi explorada comercialmente, ficando aberta a possibilidade de passar para a propriedade da *Ferrominas*.

1976 (27 de Janeiro) – As onze minas da *Companhia Mineira de Moncorvo* são consideradas abandonadas. Dissolução da Companhia Mineira de Moncorvo e da Minacorvo e consequente entrega das suas concessões ao Estado.

1977 (12 de Abril) – A *Ferrominas E. P.* é instituída pelo Decreto n.º 49/77. São publicados os novos Estatutos. Por sua vez a empresa passa a ser a única concessionária do ferro de Moncorvo. Gabriel David Monteiro de Barros é proposto como Director Técnico da nova empresa, continuando, assim, a assegurar, noutra contexto administrativo, os seus amplos conhecimentos técnicos da mina.

1977 (12 de Agosto) – A *Ferrominas E. P.* solicita ao Estado as concessões abandonadas pela Companhia Mineira de Moncorvo.

1977 (7 de Novembro) – Resolução n.º 284/77 que comete à *Ferrominas E. P.* a responsabilidade total do projecto de Moncorvo, incluindo a peletização.

1977 – Planta estereofotogramétrica da Pedrada, com o objectivo de desenvolver um projecto para a exploração do minério da Pedrada.

1978 – Adaptação de parte do bairro operário antigo a novas funções administrativas. Planta de Urbanização da 3.ª fase do Bairro do Carvalhal, mandado construir para servir os interesses do Projecto Mineiro de Moncorvo.

1979 (Agosto) – A Ferrominas, EP apresenta o *Projecto Mineiro de Moncorvo* (*Moncorvo Iron Ore Project*), destinado à exploração sistemática do Cabeço da Mua com a finalidade de valorizar os concentrados ricos de minério, pelletização e integração no projecto siderúrgico da Siderurgia Nacional. O jazigo é dividido em cinco unidades para constituição de um futuro couto mineiro.

1980-1981 – Depois de vários estudos geológicos, J. Almeida Rebelo verifica que o jazigo de Ferro de Moncorvo se prolonga para Este, aumentando assim as reservas para números superiores a 600.000.000 de toneladas.

1981 – Beneficiações materiais e sociais do Bairro do Carvalhal, com a construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Ferrominas e o abastecimento de água potável.

1982 (Junho-Setembro) – A Ferrominas, E. P. aprova o *Projecto de Investigação Arqueológica nas Minas de Moncorvo* e a instalação do Museu da Empresa. O projecto integrava o levantamento dos depósitos de escórias de Moncorvo e a produção de um estudo sobre o Ferro de Moncorvo.

1982 – Inauguração da nova Lavaria-Piloto II, montada pela Ferrominas para tratamento magnético por via húmida, com separador CARPCO, modelo NW 10684.

1982 – R. Naique propõe uma metodologia sistemática para a exploração moderna do Cabeço da Mua, pela Ferrominas, EP, atendendo às suas reservas e às sondagens carotadas.

1983 – Maqueta do Projecto mineiro de Moncorvo, com mostra do sistema de deposição de lamas e recuperação de água

1983 (Setembro) – Intervenção arqueológica de emergência em Vale de Ferreiros. Descoberta de importantes vestígios da época romana e lingotes de ferro, com o apoio da empresa sediada no Carvalhal.

1983 (Dezembro) – Inauguração do *Museu do Ferro da Região de Moncorvo*.

1984 – Suspensão da lavra de Moncorvo, solicitada à Direcção Geral de Minas pelos engenheiros António Santiago Baptista e António Nobre Guerreiro Góis, por motivos de definição do sector siderúrgico nacional.

1986 (23 de...) – Contencioso entre a Ferrominas, EP e a Junta de Freguesia do Felgar, pelo qual a Ferrominas pretendia expropriar de forma litigiosa um monte de 10.000m² no Cabeço da Mua, à Junta de Freguesia, para se explorar o minério de ferro no âmbito do Projecto Mineiro de Moncorvo.

1986 (18 de Junho) – Fusão entre a Ferrominas, EP e a EDMA – Empresa do Desenvolvimento Mineiro do Alentejo, EP, criando-se assim a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, EP. (Decreto-lei n.º 147/86, n.º 137, 1.ª série). Esta fusão tem como objectivo o encerramento da *Ferrominas, EP*, salvaguardando o seu capital.

1991 (27 de Setembro) – Ao abrigo do Decreto-lei n.º 88/90 de 16 de Março, e por despacho ministerial desta data, as concessões de ferro de Moncorvo, pertencentes à EDM, S.A. são extintas, visto a mina se encontrar abandonada.

1995 – Morre Gabriel David Monteiro de Barros (n.º 1922), o último director da Ferrominas.

Serra do Reboredo e Mua, vistas de Vale de Ferreiros (2001)



Foto do autor.

Entrada da galeria longitudinal do Cabeço da Mua (1984)



Foto do autor.

Minas de Ferro do Carvalhal. Desmante do tempo da empresa Ferrominas (2002)



Foto de Pedro Aboim.

Campanha de prospecção dos escoriais da Idade do Ferro do Castro da Cigadonha (2001)

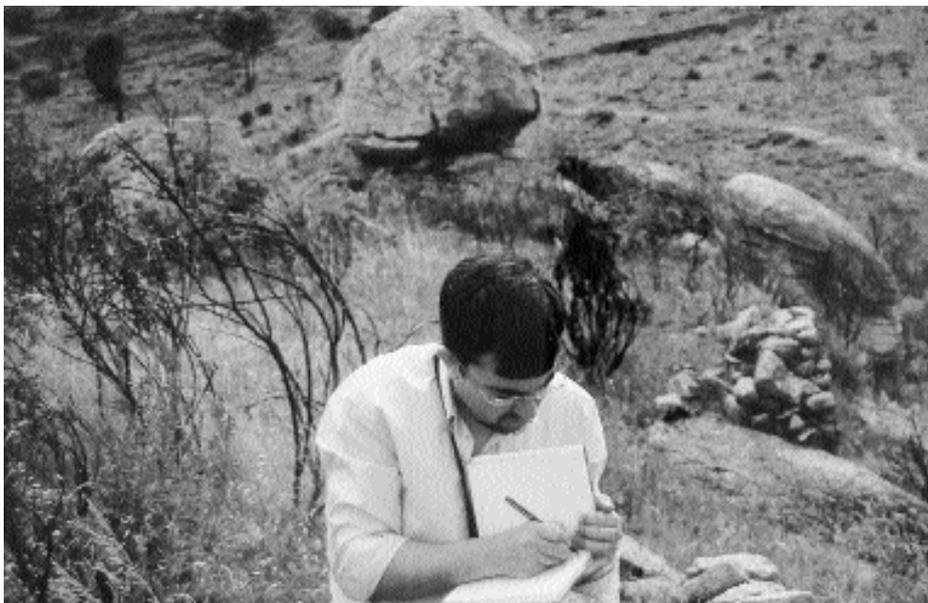


Foto do autor.

Identificação dos escoriais da Idade do Ferro do Castro da Cigadonha (2001)



Foto do autor.

**Local onde estava implantado o arqueosítio de Vale de Ferreiros,
destruído em 1984 (2002)**



Foto de Pedro Aboim.

**Ermida de Felgar, Século XVIII.
Como testemunho de selagem de um antigo escorial de ferro (2002)**



Foto de Pedro Aboim.

**Vestígios das instalações de superfície da Ferrominas, no Carvalho,
Moncorvo (2002)**



Foto de Pedro Aboim.

Local da localização do primitivo Museu do Ferro da Região de Moncorvo (2001)



Foto do autor.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Decreto n.º 18.713, de 11 de Junho de 1930, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 177, pp. 1551-1569. Instituto Geológico e Mineiro – Minas de ferro de Moncorvo – *Processos referentes às concessões*.

Bibliografia

- BARROS, João de, 1549 – *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Typographia Progresso de Domingos Augusto da Silva, 1919.
- CABRAL, José Augusto C. das Neves, 1889 – *Catálogo descritivo da Secção de Minas*. Lisboa: I.N.
- CARVALHO, António Vellozo de, 1721 – *Memoria das noticias q(ue) El Rey N. S. me ordena se deam á academia Real da Estoria Portugueza da Camera desta V.ª da Torre de Moncorvo, e Lugares do seu termo*. Moncorvo 12 de Abril de 1721, ms. BN – Reservados Cod. 222 fl. 128-148.
- CARVALHO, Francisco Maria de, 1876 – *Manual do Ferrador Instruido*. Lisboa: Typographia Universal.
- CERVEIRA, A. Morais; COSTA, H. Maia, et alii, 1978 – “Resumo Síntese dos Conhecimentos, no que concerne à Concentração do Minério”, in *Ordem dos Engenheiros*, Cong. 78, Tema 3, comunicação, s. 1.
- CUSTÓDIO, Jorge, 2002a – “As Minas de Ferro de Moncorvo: uma fonte arqueológica inesgotável”, in *Museu do Ferros & da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação*, coordenação de Jorge Custódio e Nelson Campos. Torre de Moncorvo: PARM, 2002.
- CUSTÓDIO, Jorge, 2002b – “Um caso de ferraria proto-industrial: a Chapa Cunha de Mós de Carviçais”, in *Museu do Ferros & da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação*, Jorge Custódio e Nelson Campos (coord.). Torre de Moncorvo: PARM, 2002.
- CUSTÓDIO, Jorge, 2002 – “Para a história da Ferrominas; apontamentos cronológicos”, in *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação*, Jorge Custódio e Nelson Campos (coord.). Torre de Moncorvo: PARM, 2002.
- DELGADO, J. F. Nery, 1908 – *Système Silurique du Portugal. Étude de stratigraphie paléontologique*. Lisboa.
- ESCHWEGE, Barão de, 1941 – “Memória enviada a Junot pelo Barão de Eschwege”, in *Subsídios para a história da Montanística*, vol. II. Lisboa.
- FRANÇOIS, Jules, 1843 – *Recherches sur le Gisement et le Traitement Direct des Minerais de Fer dans les Pyrénées et Particulièrement dans l'Ariège*. Atlas, Paris: Carilian-Goeury et Vor Dalmont, Éditeurs.
- MADEIRA, António C., 1941 – *Moncorvo Centro Mineiro*, Separata da *Tese-Memória apresentada ao II Congresso Transmontano*. Lisboa: Imprensa Lucas.
- MOITA, Maria João, 2002 – “Obra de Ferreiros: Últimos ferreiros e ferradores de Torre de Moncorvo”, in *Museu do Ferros & da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação*, Jorge Custódio e Nelson Campos (coord.). Torre de Moncorvo: PARM, 2002.
- MUTHON, 1808 – *Traité des Forges dites catalanes ou l'art de traiter du fer*. Turim.
- NAIQUE, R., 1982 – “Importância de uma metodologia sistemática enquadrando diversos aspectos geológico-mineiros para o estudo do aproveitamento de jazigos minerais – caso do jazigo de ferro de Moncorvo”, in *Geonovas*, vol. 1, n.º 3. Lisboa.
- NEIVA, J. M. Cotelo, 1949 – *Geologia dos minérios de ferro portugueses – Seu interesse para a siderurgia*, Separata do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra. Memórias e Notícias, n.º 26. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PESSOA, Fernando, 1968 – *Poesias*. Lisboa: Ática.

- SAMPELAYO, D. Primitivo Hernandez, 1929 – “Criadero de mineral de hierro de Moncorvo (Portugal)”, in *Notas y comunicaciones del Instituto Geológico y minero de España*, vol. II, n.º 2. Madrid.
- SANTOS, João Lopes Guimarães dos, 1964 – “Tendências da Indústria Siderúrgica. Valorização do Minério de Ferro do Jazigo de Moncorvo”, in *Boletim de Minas* 1 (n.º 4), Out.-Dez. Lisboa: DGM.
- SANTOS JÚNIOR, J. R., 1929 – *As ruínas castrejas de Cigadonha (Carviçais)*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- SEGURADO, Emílio, s.d. – *Elementos de Metalurgia*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- SILVA, José Bonifácio de Andrade e, 1813 – “Memória”, in *Patriota*.
- THADEU, Décio, 1952 – *Le gisement du fer de Moncorvo (concession de Fraga da Carvalhosa)*, Separata do Boletim da Sociedade de Geologia de Portugal. Porto.
- VIEIRA, Pedro António, 1917 – *3 Anos Perdidos. A Implantação da Indústria do Ferro em Portugal*, s. l.
- VITERBO, Sousa, 1904 – *Artes e Industrias Metallicas em Portugal. Minas e Mineiros*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VITERBO, Sousa, 1907-1908 – *A Armaria em Portugal. Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*, Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Por ordem da Typographia da Academia, 1907; segunda série, Lisboa.

PARA A SÓCIO-HISTÓRIA DA INDÚSTRIA MINEIRA EM PORTUGAL: FONTES E METODOLOGIAS – UM ESTUDO DE CASO ALARGADO SOBRE A EXPLORAÇÃO DE VOLFRÂMIO EM TRÁS-OS-MONTES

Otília Lage

INTRODUÇÃO

“Para que o mundo se torne cognoscível é preciso que ele se torne um laboratório e para transformar uma floresta virgem em laboratório é preciso que ela se preste a ser posta em diagrama. Mas para extrair um diagrama da confusão das plantas é preciso que os lugares esparsos se tornem pontos picotados e medidos, religados entre si por fios... materializando... as arestas de uma sucessão de triângulos formando redes. O sucesso da missão requer manter esse pequeno caderno [de notas do trabalho de campo] equivalente ao livro de protocolo que regula a vida de todo o laboratório...”¹.

A epígrafe escolhida dá o mote, com as devidas advertências para o que queremos comunicar. Falar sobre fontes e metodologias para a construção da sócio-história da indústria mineira em Portugal significa do meu ponto de vista, que adiante se esclarecerá, reflectir sobre o que designamos de poderes ocultos e práticas de história contemporânea². A epígrafe seleccionada em autor que é hoje uma das principais referências no campo dos estudos sociais das ciências e das técnicas, campo fértil em que temos vindo a situar o nosso trajecto de investigação, sinaliza desde logo um dos primeiros princípios de acção que reputamos de orientação profícua para o tema aqui abordado. Servimo-nos parcialmente de alguns tópicos tratados em nossa tese de doutoramento³ para desenvolver a vertente metodológica, mediante a ilustração de fontes e documentos usados, suas potencialidades e modos de serem trabalhados, com aplicação meramente tópica a um estudo de caso alargado que se centra na abordagem sócio-histórica a um complexo mineiro de volfrâmio do distrito de Vila Real, em lavra activa assaz intensa no período da II Guerra Mundial. Integra-

¹ LATOUR, 1993: 187-216.

² LAGE, 2002.

³ LAGE, 2002.

mos, como se verá, na nossa narrativa e discurso científico, muita da terminologia mineira que aprendemos a conhecer durante o trabalho de pesquisa, explicitando assim o princípio metodológico seguido que traduzimos por “tomar a sério os actores” e que aprendemos com o interaccionismo simbólico e a sociologia da acção: correntes sociológicas que têm informado também os últimos 16 anos de nossa investigação sócio-histórica.

O filão: infraestrutura documental e metodologias de construção do conhecimento

O primeiro passo⁴ consistiu em traçar a contextura temporal e espacial em que se inscreve o trabalho de investigação e que nele vai operar em todas as fases do seu desenvolvimento. As considerações iniciais sobre a pesquisa da “objectividade científica” e os processos da sua produção social traduzidas para o domínio dos arquivos, das fontes e dos documentos, no campo de trabalho da história e da análise social – “o nosso laboratório” –, permitem enquadrar teoricamente a vertente incontornável da infraestrutura documental. É óbvio que a pesquisa de fontes e documentos e o trabalho de arquivo em que se consubstancia, são as duas faces da moeda corrente das práticas historiográficas. Mas é, precisamente, esta evidência que se torna necessário começar por questionar, dada a complexidade que nela se encerra “...os documentos, que não são sempre escritas discursivas, não são guardados e classificados a título de arquivo senão em virtude de uma topologia privilegiada. Eles habitam esse lugar particular, esse lugar de eleição onde a lei e a singularidade se cruzam no privilégio. No cruzamento do topológico e do nomológico, do lugar e da lei, do suporte e da autoridade, uma cena de domiciliação torna-se simultaneamente visível e invisível⁵. É a esta luz que sublinhamos o nosso “laboratório” que constituímos com o “tal e qual” que recolhemos das “operações de desmonte” efectuadas, ali onde houve memória do volfrâmio.

A validade universalisante de que o documento de arquivo é investido, como meio de prova, age e retroage a mais-valia da sua singularidade, reificando-o, o que nos remete para a análise do duplo sentido – o dos poderes ocultos e o das condições de escrita da história – intrínseco à questão central da historicidade da própria história, a qual pode ser posta em equivalência com a seguinte consideração “as ciências não falam do mundo, mas constroem dele artificialmente representações que parecem afastá-lo tanto mais quanto, no entanto, o aproximam...” e que sendo assim, “os laboratórios oferecem excelentes sites para compreender a produção de certezas...mas têm o grave inconveniente de repousar numa sedimentação indefinida de outras disciplinas, instrumentos, linguagens práticas” (Latour).

⁴ LAGE, 2002.

⁵ DERRIDA: 13-14.

Nessa medida, e no actual contexto das novas tecnologias da informação e do conhecimento, os modos de produção da história e o trabalho dos arquivos em que largamente se suporta, requerem toda uma outra articulação com um conjunto de lições e evidências aprendidas, entre as quais se contam as relativas à historicidade dos próprios arquivos.

“Uma ciência do arquivo deve incluir a teoria desta institucionalização, quer dizer simultaneamente da lei que começa por nele se inscrever e do direito que o autoriza. O direito coloca e supõe um feixe de limites que tem uma história, uma história desconstrutível...”, lembra Derrida.

A generalização da palavra “arquivo”, na Península Ibérica, dá-se no século XVI e os primeiros arquivos surgem, no século XVII, no contexto lato da polémica entre o impresso e o manuscrito (vícios e virtudes da memória que uma ou outra das “tecnologias” permitem). Começam por simples colecções de cartas de particulares (senhores e membros do clero), de âmbito mais ou menos familiar, para, de seguida, adquirirem novos contornos; isto é, junta-se-lhes a característica de comando que desde sempre integra o seu conceito e tudo quanto lhe anda associado, marca de poder, símbolo de autoridade, caução de posteridade, domínio reservado, secreto, lugar da lei e esfera de produção de direitos, de acesso, de consulta, de uso, com a irrupção da consulta escrita no despacho e evolução subsequente. A domiciliação que acompanha este desenvolvimento vai franquear o acesso a um novo personagem – o historiógrafo a quem vai caber a função de reiteração da legitimidade de uma memória desligada dos seus guardiães mas ao seu serviço, especialmente apropriada, pela sua durabilidade e fixação num suporte manipulável, a garantir a informação necessária aos governantes e, em princípio, a verdade ansiada pelos historiadores. Assim é que o arquivo, lugar privilegiado de cruzamento de tantas perspectivas (governantes, particulares, instituições oficiais ou não) se torna um complexo técnico informativo que de tão próximo nos é difícil reconhecer, identificar e analisar nos “seus paradoxos”. O arquivo passou a ser parte necessária da condição académica de historiador, convertendo-o, em larga medida, numa espécie de sacerdote, senhor dos poderes de decifração dos arcana e demais mistérios desses “sancta sanctorum” onde estariam depositadas as fontes da memória⁶. No entanto, poucas coisas há menos inocentes do que um arquivo e do que o trabalho do historiador e as auto-proclamadas custódias da memória, como se disse. Vários exemplos se poderiam dar de que se trata aqui de uma ordem que tanto oculta como revela. No nosso caso, bastará atentarmos no arquivo das empresas, em que a acumulação de papéis de duas empresas, de capital cruzado e controladas através de representantes do III Reich encobre, em larga medida, na sua profusão documental, a natureza das operações realizadas a seu coberto. Daí que, porventura, o interesse maior dessa massa de documentos tenha residido no que a sua organização e tratamento técnico deixou perceber.

⁶ BOUZA ALVARÉZ, 1998.

São, e em que medida, os documentos e as fontes de arquivo, mediados pelos protocolos disciplinares da pesquisa, crítica e interpretação, meio de prova/validação do conhecimento? Ou não serão antes de “pôr à prova”?!

Dupla interrogação central de práticas historiográficas e de considerável produção historiográfica. Sinalizada assim, em termos gerais de alerta “O papel desempenhado inconscientemente pela natureza da documentação na nossa delimitação do campo histórico deve ser considerável e uma história da historiografia deveria atribuir-lhe muita importância” (Veyne) vem a especificar – se, no próprio acto da transcrição “o risco principal de incompreensão de uma fonte é ignorar ‘os fins práticos das situações, a partir dos fins práticos das suas transcrições’. (...) A consideração da natureza contextual, comunicativa e legitimante da acção transforma radicalmente a análise da prática, e com isso a nossa estreita leitura do documento... A indiferença dos historiadores para com o momento da transcrição criou enormes equívocos na perspectiva da descrição”⁷.

Mormente a partir da década de 1980 e com destaque para a microhistória da escola italiana, ou para a nova história social dos *Annales* de Bernard Lepe-*tit*, estas interrogações trabalham por dentro a prática historiográfica num movimento de reatualização de, entre outros, o clássico problema das séries documentais e das descrições/análises em diacronia, isto é na vertical lacunar cuja pertinência perde alguma da sua antiga eficácia face à questão maior do cruzamento de fontes diversificadas e seleccionadas indiciariamente; o lugar de observação, os modos de interpelação adoptados e/ou escolhidos; a vigilância crítica em relação às múltiplas formas de reificação induzidas por tendências positivistas ou neopositivistas.

Experiencialmente sedimentadas, estas observações foram-nos servindo de “aviso à navegação” nos postos de vigia do caso empírico em estudo – demasiado denso, concentrado e paradoxalmente muito disperso e fluído – de que aliás são, também, em certa medida, reflexo, por um lado, o estado caótico em que fomos encontrar muitos dos documentos de arquivo que trabalhamos, e, por outro, a grande maioria das numerosas fontes materiais que, numa atenção particular à materialidade histórica, ao longo de anos, coligimos e registámos em arquivo audiovisual, cuja descrição seria aqui excessiva.

Estes contornos metodológicos da problemática dos arquivos e da produção da história contemporânea adquirem alicerces mais sólidos, quando analisados, no plano teórico, na esteira de Derrida⁸, como atrás se procurou mostrar, ou na perspectiva política de Sonia Combe, outra referência básica para que, aliás, aquele remete, e a qual, depois de nos alertar para o facto de que “o privilégio do acesso ao arquivo é o fundamento da autoridade do novo historiador do tempo presente”, nos lembra ainda “Como toda a fonte, o arquivo necessita de um olhar crítico. Não existem dois tipos de documentos: os que apenas os

⁷ TORRE, 1995: 822.

⁸ DERRIDA, 1995.

arquivistas e historiadores seriam capazes de interpretar e os outros com que o comum dos mortais deveria contentar-se”⁹.

Com efeito, a questão do arquivo sugere-nos desde logo três modalidades diferentes mas complementares de abordagem do objecto: memórias sociais e colectivas; arquivos técnicos e laboratórios: as análises laboratoriais, os registos, a manipulação/gestão da informação; – fontes orais, a relação entre estas duas primeiras modalidades; arquivos económicos; arquivos políticos (dossier secreto do arquivo de Salazar). É este arquivo, exemplar, até pelas diferentes entradas, pontos de observação, para o mesmo objecto, em função dos interesses divergentes, opostos, que no entanto, preservam, para o caso nacional português, a figura de um gestor da informação (Salazar) que manipulam. O factotum.

Donde, secreto, para quem, o arquivo de Salazar?

Daí a dupla acepção histórica de arquivo – “começo” mas também “comando”. Quem comanda o quê?

Interrogar este outro arquivo e através desta interrogação o que se interroga? O lugar do poder, as transacções, as transigências, a “mainmise”, o domínio.

O dossier “secreto” volfrâmio do arquivo político secreto de uma im-potência, o segredo dos arquivos noutra lugar, em Londres, Washington, Berlim?

O arquivo como manipulação da informação na sua própria génese. O arquivo da neutralidade “activa”. Talvez nada tão bem como a “Questão do Volfrâmio” cujas inteligibilidades cruzam este nosso trabalho de investigação, no-lo revele de forma mais evidente – explícita, a posição dependente de Portugal e os romances em que se entretece. Mantida em segredo. O volfrâmio, varredura de homens sufocados de pó aos 40, os que das minas tiram o minério que transformado em máquinas de guerra, com que longe, se exterminam outros, geradora das aldeias de viúvas das Beiras ou de Trás-os-Montes, de que a pulsão de morte é um princípio. Ela ameaça mesmo toda a primazia arcônica, todo o desejo de arquivo. É o que nomearemos mal, de arquivo. A última grande guerra.

O longo e diversificado trajecto de pesquisa que suportou o nosso estudo, orientando-se entre o mundo das bibliotecas e dos arquivos portugueses e estrangeiros, e o trabalho de terreno por amostragem representativa, em pontos e instituições estrategicamente significativos do processo de exploração mineira do volfrâmio (entrevistas, depoimentos e mapeamento audiovisual), levou-nos dos arquivos públicos – nacionais (ex-dossier secreto Volfrâmio do arquivo político de Salazar) regionais (arquivo técnico do Instituto Geológico e Mineiro, arquivo técnico-económico da ex-circunscrição mineira do Norte – Ministério da Economia, delegação Porto¹⁰) e distritais (arquivo de empresas mineiras, sob

⁹ COMBE, 1994: 312.

¹⁰ A literatura técnica especializada e de divulgação, relatórios técnicos, em cruzamento com dados e informações, representações, do trabalho de terreno, por dentro do laboratório, nas minas, com “peritos” (engenheiros, geólogos, mineralogistas, concessionários) e do lado de fora do laboratório, com “leigos” (apanhistas, farristas, volframistas, pilhas, mineiros, capatazes, operários espe-

custódia do Arquivo Distrital do Porto) aos arquivos particulares (empresa mineira Beralt Tin & Wolfram, minas da Panasqueira) aos espólios particulares (de geólogos ou, reunidos por técnicos das Minas da Borralha) permitindo-nos, ao fim de uma longa e diversificada sequência de operações, vir a trabalhar sobre uma infraestrutura documental de que globalmente se dá conta.

Não nos tendo deparado com obstáculos intransponíveis, salvo uma ou outra excepção, em matéria de acesso a uma panóplia variada de fontes e documentos cujo interesse e pertinência se nos revelou, o mesmo não podendo dizer da sua organização técnica, facilitadora da selecção e agilizadora da interpretação, nem por isso, a advertência feita na epígrafe inicial, é menos pertinente, quando se delinea o campo complexo da produção e conservação dos arquivos, sob que impende, por factores vários, um clima de ocultação, manifestado por exemplo na confidencialidade discricionária simultaneamente acompanhada de incúria política e insensibilidade cultural política e pública em matéria de preservação da memória nacional, que sob diferentes modalidades não deixa de ter profundas implicações nos resultados da pesquisa.

O campo da história contemporânea, com a sua profusão e heterogeneidade de fontes e arquivos¹¹ ainda em constituição e ainda mal acautelados, ou então objecto de fortes e difusas limitações de acesso, por factores vários, apresenta problemas próprios, insuficientemente estabelecidos e de difícil resolução, como os que resultam das relações e comércio entre práticas historiográficas, práticas de análise social e práticas jornalísticas ou dos meios de comunicação de massa, em geral.

Nessa medida, e até para nos precavermos o mais possível da deformação profissional que tendencialmente nos leva a reificar as fontes de arquivo e dos enviesamentos (neo)positivistas, limitadores da análise, importa previamente sublinhar alguns dos problemas principais que caracterizam este domínio da prática historiográfica, com implicações exponenciadas em casos como o nosso – trabalho nas fronteiras disciplinares da história e da sociologia – em que esses problemas se articulam, adensando-se com outras problemáticas e protocolos diferenciados.

A questão de fundo poderia resumir-se como assinala Marc Ferro “na verdade, o estado e a política não são os únicos a pôr a história sob vigilância: a sociedade mistura-se aí, pela sua parte, na censura e autocensura toda a análise

cializados, populações em geral); nessa multiplicidade heterogénea de fragmentos de discursos, a informação dispersa e contraditória por vezes, sobre práticas, saberes, poderes leigos/peritos, que selectivamente mobilizamos também.

¹¹ António Barreto e Maria Filomena Mónica, coordenadores do Suplemento do Dicionário de História de Portugal, em entrevista ao “Público” de 30 de Maio de 1999, rubrica Cultura, resumem alguns dos condicionalismos que concorrem também para esses problemas, no caso da História Contemporânea de Portugal. Desde por exemplo, o contido no título *Para o historiador, o maior desastre é a falta de biografias*, até à constatação de que “os períodos mais recentes...são mais densos, há proporcionalmente mais matéria nestes 50 anos do que nos 800 anteriores. Ou seja, a lupa com que analisamos os últimos 50 anos é muito mais pormenorizada...”.

que revele os seus interditos, os seus lapsos, que comprometam a imagem que uma sociedade entende dar de si”¹².

Culto do secreto, medo de represálias e/ou de consequências, adaptação ao sistema, modos de gestão dos arquivos constituindo enclaves de “totalitarismo”, são condições que mantendo-se difusas em espaços democráticos, de que a pesquisa histórica, a prática historiográfica e a análise social não podem deixar de ressentir-se, deverão por isso implicar uma tomada de consciência e as medidas possíveis para subverter o carácter demissionário que neste domínio em regra se verifica.

Foi aliás nessa medida que, pela nossa parte e dada a responsabilidade social acrescida que temos nesta matéria por razões profissionais e de formação, no âmbito do trabalho de arquivo requerido por parte da pesquisa em que se suportou esse estudo, procurámos veicular para fora da comunidade académica restrita, alguns dos principais resultados dessa nossa pesquisa que se encontram materializados em três produtos documentais: Base de dados “As Empresas Mineiras” incluída em CD-ROM, documentário videográfico “Os que não morreram velam” e arquivo audiovisual “Minas: Paisagens, Ruínas, Miragens”¹³.

E porque esquecer é tão constitutivo da memória como recordar, procurou-se gerir toda esta infraestrutura documental, do modo singular apresentado, com vista à produção de novas inteligibilidades do caso empírico em estudo.

1. OLHAR ATRÁS, PROCURAR ADIANTE¹⁴

Diremos por analogia com o “testemunho”, obtido para conhecimento exacto das características de um filão, pelas técnicas de sondagem usadas para estudos mineralógicos e geológicos, tratar-se aqui, no âmbito da sócio-história, de processo similar, ao permitir-se-nos mediante o trabalho de reconstituição de empresas mineiras imbricadas entre si, avaliar a magnitude da penetração em Portugal, mais directamente no Norte do País, onde se concentravam as concessões mineiras de volfrâmio dessas empresas, do capital, técnica, tecnologia e influências diversificadas da Alemanha, potência central do Eixo.

1.1. “Um achado”: o arquivo das empresas mineiras

“Porque as facturas e as cartas comerciais são o princípio da história”¹⁵.

O tomar para análise a empresa em si mesma e fazendo-o, por recurso principal aos seus documentos internos, conduz a que se parta da sua materialidade

¹² COMBE, 1994: 24.

¹³ De se entregaram 2 exemplares na U.M. e 2 no MCT-FCT que subsidiou este projecto.

¹⁴ LAGE, 2002.

¹⁵ Fernando Pessoa no heterónimo Álvaro de Campos.

para a compreensão e avaliação dos interesses subjacentes e dos impactos produzidos pela entidade em estudo¹⁶.

As empresas têm necessidade de uma história? E a história contemporânea tem necessidade da história das empresas? Vamos procurar responder através da especificidade de uma aproximação histórica a um exemplo paradigmático, ainda que não muito vulgar – o caso da Empresa Mineira de Sabrosa (Emisa), sociedade por quotas de responsabilidade limitada, concessionária mineira de minas de volfrâmio e estanho e outros minerais, no Norte de Portugal (distritos de Vila Real, Porto e Aveiro) de 1938 a 1953. Trata-se aqui pois do que pode designar-se como história de 2.º grau, a qual, pelas provas empíricas que poderá facultar, ainda que sob a forma de indicadores grosseiros, permite uma aproximação, por via indirecta mas concretizada, a tópicos importantes e não tratados de um tema de importância relevante, como o é o das empresas sob o fascismo, problemática actual¹⁷ de interesse e importância para o conhecimento de importantes organizações económicas germânicas que operaram na Península Ibérica, no decurso da II Guerra Mundial.

Na verdade, grande parte da matéria factual com que se vai aqui lidar refere-se precisamente e sobretudo a uma dessas organizações e assenta por sua vez no estudo de documentos por ela produzidos durante a sua actividade em Portugal.

Como fazer porém essa história, quando para tal, apenas tínhamos acesso a um núcleo documental vasto (370 maços de documentos relativos aos anos 1922-1965) produzido por e na empresa, durante a sua existência, e cuja conservação e vicissitudes nele ocorridas até à sua incorporação no Arquivo Distrital do Porto, pela Direcção de Serviços de Finanças do Porto, (acabando assim por seguir a via de propriedade/acesso públicos) não temos meios para controlar, por forma a proceder à necessária avaliação?

Mesmo assim, continua a poder considerar-se necessária e/ou útil, fazer a história desta firma? Uma vez elaborada tornar-se-á lida e/ou utilizada? Por quem e como?

Dentro destes limites, a história da Emisa reconstituível a partir desses seus documentos de arquivo, cruza-se, ou melhor, confunde-se, no período áureo da sua existência, coincidente com o que poderemos chamar a fase de boom de exploração do volfrâmio em Portugal, simultânea da II Guerra Mundial, com a história de mais duas empresas – a Companhia Mineira do Norte de Portugal

¹⁶ Aliás, tal movimento foi também adoptado, na cartografia das representações sociais sobre o volfrâmio, construída com base na classificação e análise das 70 entrevistas semidirectivas, individuais e de grupo, efectuadas no decurso do nosso trabalho de terreno e as quais, tomadas também na sua qualidade de fontes orais se cruzam aqui com as fontes escritas.

¹⁷ Objecto aliás de colóquio internacional organizado em Paris, entre 26/27 de Novembro – 16 de Dezembro de 1998, por The Society for European Business History, onde a ausência de estudos como os que este nosso esforço de análise permite, foi notada “...No conjunto ressentiu-se alguma falta de comunicações sobre o tipo de relacionamento da Alemanha com os países neutrais ou com os países do Eixo...” Ver LOUÇÃ, 1999: 80-82.

(CMNP), sociedade por acções concessionária de minas, e o grupo metalúrgico alemão de Berlim, Gesellschaft Fuer Elektrometallurgie, (G.F.E.) Dr. Gehm e depois, Dr. Gruenfeld¹⁸.

Como se pôde demonstrar pelo trabalho documental de reconstrução da constituição e evolução do capital social e composição social da Emisa¹⁹, aquela última firma, verdadeiro conglomerado empresarial com ligações também ao Grupo alemão Krupp, foi sócia maioritária daquela desde 1941 a 1945, estando-lhe a firma CMNP aqui não apresentada, igualmente associada, designadamente através de um “cabeça de turco” ou “bei de Tunes”, em termos cuja total clarificação se não pode obter apenas a partir destes dados, que a dão como sócia da Emisa apenas em 1945, quando em anos anteriores, já utilizavam papel timbrado comum. Isto para além de o alemão Kurt Dithmer representante em Portugal da G.F.E., nos aparecer também em 1942, como administrador da Companhia Mineira do Norte de Portugal, em documento oficial²⁰.

A empresa mantinha por sua vez, uma rede de outras empresas associadas, numa intrincada teia de relações e interesses. É o que se conclui designadamente de sua correspondência do ano de 1942 com a Mínero Silvícola, a Mineira Lisbonense, representada, pelo comerciante alemão, H.C.W. Thobe e a Companhia Mineira das Beiras Lda., ao ponto de os novos escritórios desta última, proprietária de concessões mineiras em Amedo, Carrazeda de Ansiães, distrito de Bragança e Sangarinhos e Bejanca, do distrito de Viseu, passarem a ser, em 1942, nas mesmas instalações dos da Emisa, à Rua Sá da Bandeira, n.º 468 2.º Porto.

Esta primeira descrição, em que uma análise sumária das séries de escrituras e balanços nos permite uma ideia da evolução histórica do capital social, do volume dos negócios, distribuição e transacções das partes sociais (quotas), bens e direitos diversos (concessões mineiras, etc.), concentração de capital e de poder na empresa, e impressionante evolução do seu valor patrimonial, par-

¹⁸ ADP – Arq. Emisa – Mç. 223 – Haja em vista pedido dirigido ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 2 de Julho 1942 para estadia de 30 dias na sociedade requerente, a Empresa Mineira de Sabrosa, para fins de inspecção, do súbdito alemão Heinrich Jacob Gehm, Dr. Heinz Gehm, proprietário da G.F.E.

¹⁹ A ilustração numérica e gráfica constituída por 1 quadro e 11 gráficos relativos à constituição da sociedade, cotas, séries de balanços, actas de assembleias gerais, etc. referentes à natureza, valores nominais, valores de cessão/valores reais e evolução do capital social entre 1938-1945 da EMPRESA MINEIRA DE SABROSA, Lda. (Emisa) = GESELLSCHAFT FUER ELEKTROMETALLURGIE (G.F.E.) COMPANHIA MINEIRA DO NORTE DE PORTUGAL S.A.R.L. (CMNP), e construídos com os dados colhidos em escrituras, pactos e convenções, não vai aqui incluída, por razões de economia de espaço. É de salientar a série de 11 escrituras feitas entre 1938, ano de constituição da empresa e 1945, existentes no arquivo da Emisa e consultadas no Arquivo Distrital do Porto. A organização arquivística deste fundo de empresas que realizámos integra inventário, plano de classificação, índices, e motores de pesquisa incluídos numa base de dados em CDROM e contou, na sua fase final, com o apoio informático do Arquivo Distrital de Braga – Arquivo da Universidade do Minho.

²⁰ ADP – Arq. Emisa – Mç. 223 – Procução de Kurth Dithmer passada em 8/6/1942, a advogado, enquanto representante da CMNP.

ticularmente durante a II Guerra, permite avançar alguns dados de pormenor em resposta às perguntas feitas.

Por outro lado, pode deduzir-se da leitura de documentos do arquivo da empresa que esta se configura como uma sociedade onde a G.F.E. segue uma estratégia²¹ que lhe permite efectuar negócios chorudos – é ela a principal fornecedora das máquinas e materiais, fazendo investimentos extraordinários em máquinas com que está a equipar-se, ao mesmo tempo que recebe e exporta para Alemanha o minério português, recurso de primeira necessidade e vital ao esforço de guerra, transacções estas em que realiza ainda fabulosos dividendos. E se observarmos que em finais de 1942, a G.F.E. era na Emisa credora de importâncias bem superiores ao resumo do saldo credor desta, evidente se torna que a estratégia seguida, se resume em “pagar o cão com o pêlo do mesmo”.

Para além disso, através da Emisa e da vasta rede de outros concessionários mineiros com que mantinha intrincadas relações, a G.F.E., importante consórcio alemão, cuja sede central se localizava no mesmo bairro de Berlim do Reichsbank e ligado por sua vez a uma série de outras empresas germânicas – Klockner-Humboldt-Deutz, a Fa. Schisse A.G., Ing., – viria a apetrechar em maquinaria outros grupos mineiros nacionais ou a operar em território nacional, como é patente em dossiers de correspondência em língua alemã²² referente ao fornecimento de máquinas ao grupo Sonimi em que se destaca relatório de 8 páginas intitulado “Bericht ueber den Besuch verschiedener Wolfram-und Zinn-Minen der SONIMI zur Feststellung ung der Zweckmaessigkeit eines Maschineneinsatzes” referente às minas de Vilar-Formoso, Massueme, Ervedosa, S. Amaro, (exploradas por “2.000 pilhas” como explicitamente se refere), S. Comba, Serra do Marão, Montezinho, Paredes, (a “20 km de Bragança”) e Ifanes a (“20 km de Miranda do Douro”) relatório este enviado do Porto, em 7 de Jan. de 1942, pelo eng. Schlimmer, destacado supervisor técnico na Emisa. A propósito, refira-se de passagem que “Herrn Monteiro de Barros”, aí frequentemente mencionado, nos contactos e

²¹ ADP – Arq. Emisa – Mç. 206 – documentos contabilísticos balancete parcial Devedores/Credores – Saldos Credores em 30/11/1942, onde o resumo do saldo credor é de 51.1130 contos e a G.F.E. aparece como credora de 80.227 contos, – isto é, mais do que o próprio saldo! –, quantias estas, cuja leitura cruzada com dados mais específicos de outros documentos – balanços e balancetes – nos permite deduzir serem imputadas a materiais e máquinas provenientes da Alemanha. Outros documentos similares insertos também no Maço 206, fornecem-nos informações interessantes que vale a pena registar. Assim por exemplo, o balancete parcial Devedores /Credores – Saldos devedores em 31 /1/1942, de cujas rubricas destacamos para observação apenas três – uma referente a “Emisa c/ minério” com o elevado valor de “5000 contos” (937.950 contos, ou seja quase 1 milhão de contos, aplicando-lhe a taxa de correcção monetária), outra relativa a “Secção Técnica c/ especial” com “4.445 contos”, indiciador de “sacos azuis” e uma terceira relativa a “Dr. M.M. (as abreviaturas são nossas) com “300 contos”, conta redonda indicador de pagamento talvez de um parecer caro, honorário muitíssimo elevado (se aplicarmos a esta última verba o coeficiente de actualização monetária, temos em valores actuais 26.277 contos, o que permite). Por sua vez, documentos idênticos mostram-nos a empresa a dever em 1942, 52.000 contos, em 1943, 45.000 contos, mais do que tinha a receber, denotando ainda uma enorme flutuação ao longo dos meses.

²² ADP – Arq. Emisa – Mç. 65.

negócios feitos, era então em Portugal, num contexto específico, protagonista destacado nas dinâmicas de exploração de volfrâmio, como se pode ver, cruzando estes documentos com fontes orais "...eu sou muito cínico em relação ao boom...o eng. Monteiro de Barros, irmão do que foi professor de Minas na Faculdade de Engenharia, muito conhecido em Portugal, e pai do Patrick Monteiro de Barros ligado à exploração do petróleo no Médio Oriente, muito rico, esse ganhou muito dinheiro na altura da guerra...o bom engenheiro de minas era o que sabia lidar com uma balança. Chegou a fazer uma fortuna de 300 mil contos... não estava muito interessado em grandes trabalhos... A maioria dos engenheiros portugueses nessa época teve um papel mais de legalizar os negócios do que propriamente de orientar os trabalhos"²³. Outras estratégias também praticadas nesta firma, são por exemplo as documentadas na seguinte carta resposta a Hans Hermann Krull, funcionário técnico da empresa, "Acusamos a recepção da carta de V. Exa. dirigida ao Ex. Sr. Dithmer e em resposta somos a comunicar-lhe que esteve aqui a pessoa indicada, a quem fizemos uma oferta de 35.000\$00, para ficar com o assunto devidamente arrumado. Sem mais..."²⁴. Com efeito, não estaremos aqui em presença de indício claro de um acto de suborno?! Idêntica leitura indiciadora se poderá fazer de variada correspondência da empresa, envolvendo redes de nomes, serviços públicos, fábricas, funcionários, engenheiros, negócios e favores, empenhos, contactos especiais, informações e prestação de serviços vários, designadamente a troca com engenheiro J.J.S. de Lisboa, à disposição do qual a Emisa colocou automóvel próprio, sobre matérias como óleos combustíveis e explosivos, objecto de apertada fiscalização por Comissões Reguladoras do Estado, mas por esses e outros meios habilmente contornada. Merece destaque, nessa correspondência, até pelo que permite perceber das implicações que tais práticas têm nas populações envolvidas na exploração do volfrâmio, como empreiteiros ou pilhas, relatório de visita do sr. A.Saraiva à mina de Santa Bárbara (3 de Junho de 1943, onde, em cinco páginas dactilografadas se dá conta de factos, pessoas e episódios dos negócios escuros aí montados com transferências e vendas de explosivos:

"... Escrita – Embora se encontrasse em dia e os saldos condissessem com as existências, mostrava forte s indícios de se encontrar viciada e por isso insisti para que me fossem presentes todas as quantidades de explosivos existentes (...) Funcionamento – 1.º Os explosivos e cápsulas transitam do paiol para o armazém; 2.º Os empreiteiros ou pilhas apresentam-se, com uma requisição visada por um dos engenheiros(?) da qual consta as quantidades de explosivos e capsulas que lhe devem ser vendidas; 3.º o comprador ou paga a mercadoria levantada no acto da entrega ou o custo é-lhe deduzido da importância correspondente ao minério que vier a entregar... Não existe qualquer

²³ Entrev. a Eng. F. Nascimento, Porto, Mai.1998.

²⁴ ADP – Arq. Emisa – Mç. 66 – Ofício de 9 de Junho de 1943, em papel timbrado da EMISA, dirigido em nome do técnico alemão referenciado, Couto Mineiro de Adoria – CERVA. A oferta feita, aí referida corresponde em valor actual a cerca de 3000 contos (aplicado o coeficiente de 87,59 de correcção monetária, temos 3.065.650\$00.

fiscalização sobre o emprego das quantidades adquiridas nem, na verdade, o mesmo se tornaria aceitável por parte dos empreiteiros ou pilhas.... Embora autorizada pela Empresa é motivo bastante para levar ao encerramento do paiol e remessa, sob prisão, ao tribunal Militar especial, do gerente responsável da Empresa, com perda de todos os explosivos a favor do estado, aplicação de pesada multa, independentemente da pena a aplicar por aquele Tribunal... Isto não considerando o aspecto comercial do caso que seria motivo de organização de outro processo que correria seus termos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, por desvios de direitos porquanto a Empresa não deve estar colectada como revendedora de explosivos... 4.º falsificação de escrita... 5.º preço exagerado da venda...” (sublinhados do próprio doc.)²⁵.

Elucidativo também é o seguinte ofício da empresa para o Presidente da Comissão Reguladora do Comércio dos Metais (12 de Fevereiro de 1944), alusivo ao assunto “pregos”, à época sujeitos a estrito racionamento, ao ponto de este organismo estatal contar na sua orgânica interna com uma “Secção de Pregos” “...O arame foi importado da Alemanha, mediante autorização de 28 de Maio do ano findo, comunicada à Alfândega do Porto “para que a Empresa Mineira de Sabrosa, Lda. pudesse importar 100 toneladas de arame, de várias secções, para fabricar prego”... destina-se ao nosso próprio consumo... Como só dispomos de arame que nos permite fabricar prego das dimensões maiores, encomendamos à Companhia Previdente o fabrico de cavilha... com o nosso arame n.ºs 6 e 8, substituindo a carência de prego dos números menores, pois distribuímos imediatamente, pelas nossas minas e oficinas o contingente que V. Ex.^a tão amavelmente se dignou conceder-nos... agradeceríamos que nos fosse concedido um novo contingente... Com o nosso maior reconhecimento por todas as atenções que V. Ex.^a, nos tem dispensado e os nossos sinceros agradecimentos...²⁶.

Refira-se a propósito de materiais diversos importados da Alemanha, referente a facturas da G.F.E., pagas pela Companhia Mineira do Norte de Portugal, via Emisa, que só nos meses de Março a Maio de 1944, os valores em causa são da ordem dos 6.500.000\$00²⁷.

2. DO LOCAL AO GLOBAL: EMPRESA MINEIRA DE SABROSA, VERSUS GESELLSCHAFT FUR ELECTROKMETALURGIE

O cruzamento com outros documentos²⁸ e fontes de arquivo organizadas em base de dados de empresas mineiras²⁹, permite-nos para além da descrição

²⁵ ADP – Arq. Emisa – Mç. 64.

²⁶ ADP – Arq. Emisa – Mç. 243.

²⁷ ADP – Arq. Emisa – Mç. 196.

²⁸ Dossiers técnico-administrativos de minas e coutos mineiros, organizados no âmbito das funções da ex-Circunscrição Mineira do Norte (arquivo da Delegação Norte do Ministério de Economia – Serviço de Minas).

global feita, a descrição sistemática da evolução histórica da Emisa e da outra empresa nacional que lhe esteve associada – a CMNP –, duas firmas comerciais, concessionárias de minas, que sobressaem no processo de exploração do volfrâmio em Portugal, no período em enfoque. Mapa obtido em trabalho de terreno cartografa³⁰ o âmbito geográfico de acção destas duas empresas.

2.1. Constituição da empresa e rede de concessões mineiras

A Empresa Mineira de Sabrosa Lda. (Emisa), praticamente alienada à Gesellschaft Fur Electrometallurgie³¹, sócio largamente maioritário, logo no início da década de 40, pois nela adquire cotas em Agosto de 1941³², é constituída por escritura de 24 de Março de 1938³³, com o capital social de 500.000\$00³⁴ e nove sócios – sete comerciantes, e dois industriais, todos residentes no Porto, à excepção do industrial e técnico de minas o francês André Bouquet, residente em Sabrosa. As quotas dos sócios variam entre 150 contos e 14 contos. Com escritório e domicílio na Rua Trindade Coelho, n.º 1 – C 1.º andar, inicia as suas operações em 1 de Março de 1938, tendo por “objecto a prospecção, registo, arrendamento e exploração de minas de wolfrâmio, estanho e outros minérios, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo comercial ou industrial que os sócios determinem. Por escritura de 28 de Agosto de 1941, o industrial Kurt Dithmer, residente em Berlim e acidentalmente no Hotel do Porto, Porto, na qualidade de Director e representante da sociedade Gesellschaft Fuer Elektrometallurgie Dr. Paul Gruenfeld, (G.F.E.) compra as cotas de oito sócios. Dá-se então uma alteração do pacto social, com aumento de capital para 3.000.000\$00 e aquisição de quotas por G.F.E. – 2.869.000\$00, mantendo-se dos sócios iniciais, apenas um industrial com a mesma quota de 14.000\$00. Posteriormente, pela aquisição da cota (75.000\$00) de Santos Duarte, o capital social fica assim constituído: G.F.E. com 2944.000\$00, Sebastião Júnior da CMNP com 42.000\$00 e Ângelo Maria Baião com 14.000\$00.

Noutras escrituras de promessa de venda, lavradas no mesmo cartório, em 1941, 1942, (cfr. quadro e gráfico) e sendo a Emisa representada pelo industrial

²⁹ base de dados construída em Acess, a partir do trabalho sistemático de pesquisa do fundo da Empresa Mineira de Sabrosa e Companhia mineira do Norte, sob custódia do ADP e respectiva organização técnica arquivística.

³⁰ Mapa das concessões da Emisa e da CMNP, que nos foi cedido, em 1997, no Couto Mineiro de Vale de Gatas, Sabrosa, pelo sr. eng. Montenegro, seu actual proprietário

³¹ ADP – *Arq. Emisa* – Mç.s, 185, 229, 241, 226, 230 – Ver actas e venda da Emisa, bem como escrituras, digitalizadas em CDROM. Ver também entrevistas F.F. e eng. M. (1987).

³² segundo fontes orais em Sabrosa, é alguns anos mais tarde, adquirida por geólogo angolano

³³ ADP – *Arq. Emisa* – Mç. 185, livro B.59, fls.12v.º – Escritura lavrada no notário Dr. Francisco Maria de Sousa, Porto, com sede no Porto, em 1942, à R. Sá da Bandeira, 468 – 2.º Esq.

³⁴ Aplicada a este valor, a taxa de 87,59 do coeficiente de correcção monetária (tabelas anexas a IRS/IRC de 1996) temos uma correspondência a valores actuais de aproximadamente 43.795.000\$00.

Kurt Dithmer, seu sócio gerente, esta sociedade comercial por cotas adquiriu, designadamente ao cidadão francês Gustave Thomaz, à data residente no Rio de Janeiro, através de seu procurador, sócio também da Emisa, ou de sua procuradora, francesa residente no Porto, um grande número de concessões mineiras.

Entre o ano da constituição e o ano 1945, várias escrituras de cessões de cota, documentam mudanças ocorridas no capital social e composição societária, de entre as quais destacamos a de 11 de Maio de 1945, em que a Companhia Mineira do Norte de Portugal, representada pelo Presidente do seu Conselho Administrativo, Kurt Dithmer, e sócio com cota de 42.000\$00 realizada, na Emisa, morador em Ermesinde³⁵, adquire cota de 42.000\$00 de um sócio que em tempos este recebera da CMNP, sendo que a presente “cessão é feita em cumprimento de promessa feita por S.A.B. Júnior, à Sociedade Gesellschaft Fuer Elktrometallurgie Dr. Paul Gruenfeld, de Berlim” (GFE).

Ainda em 1945, é suscitada em Assembleia Geral a questão da qualidade de representante legal da G.F.E. de Kurth Dithmer, para o que, segundo ele, não terá mandato (cfr. acta). Aliás, as discordâncias entre estes dois sócios que representavam respectivamente o capital de 2.944.000\$00 e 14.000\$00, vão continuar a propósito da mesma questão e de outros assuntos, noutras assembleias gerais da Empresa realizadas durante o ano de 1945, fazendo invariavelmente o primeiro aprovar as suas propostas, por uma maioria de 117 760 votos. Em requerimentos da empresa ao Ministério das Finanças, se pede, já em 5/6/1945, “...para ir procedendo à alienação de objectos do seu património que não sejam imprescindíveis ao perfeito equipamento das suas minas e cuja venda seja mais indicada nesta época por serem objectos que mais rareiam no mercado e que até por entidades oficiais são procurados, como por exemplo, motores, canalizações de variados tipos, materiais de construção, ferro, explosivos, etc... “Nos anos 1947, 1948, ainda a Emisa, então com uma Comissão Administrativa e sede à Rua da Constituição, n.º 441 (local onde, segundo fontes orais, estiveram sediados serviços da Comissão Inter-Aliada), dava instruções às Minas de Santa Bárbara, Sabrosa, designadamente sobre restrições no consumo de energia eléctrica e pedia informações sobre abonos de pessoal³⁶.

Em doc. de 1944, a Emisa, com sede à R. Barão de Nova Sintra, n.º 119, Porto³⁷, e com o capital social de 3.000.000\$00 (três milhões de escudos)³⁸, que detém desde 1/9/1941, conforme escritura de alteração do pacto social com aumento de capital por parte da G.F.E., já atrás referida, apresenta-se-nos como

³⁵ Ver imagem correspondente do nosso arquivo audiovisual “Minas: Paisagens, Ruínas, Miragens

³⁶ ADP – *Arq. Emisa* – Mç. 159.

³⁷ Ver imagens em nosso arquivo audiovisual “Minas Paisagens, Miragens e CDRROM). Instalada aí a sede, no período de mais intensa actividade, em 1939, encontra-se ainda na Rua Trindade Coelho, n.º 1 – 1.º andar, em 1941 na Rua de Santo António, n.º 109 – 1.º e em 1945, já na R. General Silveira, 43 – 1.º, sempre na mesma cidade do Porto.

³⁸ Aplicada a este valor, a taxa de 87,59 do coeficiente de correcção monetária (tabelas anexas a IRS/IRC de 1996) temos uma correspondência a valores actuais de aproximadamente 26.2770.000\$00.

concessionária de várias minas de volframite e cassiterite, situadas em vários concelhos do norte de Portugal (distrito de Vila Real, concelho de Sabrosa: Paredes, Tapada do Corisco, Cebolas, Coelheira na freguesia de S. Lourenço, Delegada, Criveiro, St.^a Bárbara, na freguesia e concelho de Sabrosa, Prainelas e Prainelas n.º 1 na freguesia do Souto, Pontinha, freguesia de Souto Maior; concelho de Ribeira de Pêna – freguesia de Limões – concessão mineira “Campo de Vargelas”, “Costa dos Vales”, “Caminho do Quinchoso”).

Esta rede de concessões mineiras é posteriormente ampliada para 33 concessões mineiras, parte delas compradas entretanto, algumas a um cambista do Porto e sócio fundador da Emisa, e outras a Gustave Thomaz, engenheiro de minas francês concessionário em Cerva, concelho de Ribeira de Pena, já em 1922³⁹. Quanto aos valores de custo de algumas destas concessões, sabe-se por escrituração do Deve/Haver da empresa, de Março de 1938, que esta pagou por 16 registos mineiros 160.000\$00, cada um 10.000\$00, e 12.000\$00 pela compra de 6 concessões⁴⁰.

2.2. Perfil da EMISA, empresa e máquina de guerra do estado nazi-alemão

Muitos outros elementos se poderão reconstituir, a partir da diversificada massa documental que constitui o arquivo que temos vindo a interrogar, para delinear o perfil da Emisa e a sua célere transformação, como podemos intuir, numa extensão particular da máquina de guerra do Estado nazi-alemão, implantada em território nacional. Não sendo nosso objectivo fazer, neste caso, história de empresas, limitamo-nos, como até aqui, a explorar pontualmente aqueles documentos que nos permitem elaborar indicadores da sua natureza e evolução, atendo-nos sobretudo à compreensão de dimensões próprias do que poderia em termos correntes, corresponder à responsabilidade social.

Verdadeiramente ilustrativa de estratégias, melhor, estratégias, e métodos adoptados por esta firma em matéria de utilização, melhor, “arregimentação” das populações locais, para aumento e controlo da extracção/produção de minérios, e paradigmática, ainda, da ambiguidade cínica e hipócrita com que as populações dos centros mineiros (em regra isolados em meio rural e/ou serrano) protagonistas da “saga” ou da “febre” do volfrâmio, foram tratadas, é a “história” que se reconstitui dos “pilhas”, assim chamados e confundidos nuns casos, com os empreiteiros, (ex. explorações alemãs em Cerva/Ribeira de Pena, Arouca), noutros, por apanhistas (ex. Borralha) e noutros ainda (ex. Panasqueira), por “os do quilo”. Ou seja, indivíduos, homens e mulheres, e em regra famílias inteiras

³⁹ ADP – Arq. Emisa – Mç. 295 – Residente acidentalmente em Cerva, conforme escritura de transmissão de 3/7/1922, para seu nome, de prédio e respectivos haveres comprado ao capataz Manuel Teixeira.

⁴⁰ ADP – Arq. Emisa – Mç. 2.

que apanhavam por sua conta minério com ou sem autorização das companhias e concessionários e que vendiam a estas e/ou a redes de volframistas/ farristas, isto é vendedores /compradores que alimentavam o contrabando, o mercado negro e o mercado livre. Assim, em documentos de 1943⁴¹ podia ler-se “Tendo nós passado cartões ao “pilha”, para exploração de minérios, numa zona denominada Coelheira (Pala da Raposa) e aparecendo um cavalheiro que diz ter um registo com pedido de concessão, reclamando para si os direitos da mesma, aguardamos que V.Exas nos dêem uma informação completa e exata do que se lhes oferecer sobre o assunto com a maior brevidade. Uma demora na solução deste assunto, só prejudicará a Empresa, pois que os trabalhos autorizados são muitos e prometedores.”, e logo a seguir, relativamente ao modo de organização desta modalidade de exploração “Ref.^a – Exploração Pilhas” – Como ficou combinado com o sr. eng. Knabe e o signatário, juntamos alguns formulários de contratos com o proprietário das Minas de Boticas, como também um bloco de cartões que costumamos usar nas nossas concessões.

No verso destes cartões o guarda anota as semanas que os empreiteiros trabalham e o empregado que recebe o minério, a quantia recebida. Como a exploração se faz por Sociedades, figura em cada cartão o nome do chefe da respectiva sociedade e do pessoal associado. O seguro de pessoal é feito em separado, sendo pago pelos empreiteiros à base de Esc.11\$50 por pessoa que figure no cartão. Desejamos que V. Ex.^a comecem imediatamente com a exploração em regime de pilhas, nos registos que entenderem”.

Particularmente durante os anos de 1944 e 1945, sucedem-se as perseguições, com buscas domiciliárias, mandados de prisão, denúncias e entregas à PVDE, a grupos de 8, 10, 20 e mais “pilhas”, grupos de indivíduos, organizados espontaneamente em sociedades familiares e de amigos, com ligações a guardas das minas e mesmo praças da GNR, como exploradores ou “apanhistas” de minério, por conta própria, ou por “contrato” com a empresa e que invariavelmente passaram por esta a ser considerados ora como bandoleiros, ora como “pilhas” de reconhecida “categoria”, ora ainda como “laráprios de profissão, não sendo pessoas que desistam facilmente do seu intento”⁴² Ainda para tentar sustentar os frequentes desvios de minério, outra medida era regularmente aplicada pela Empresa, a qual se traduzia na manutenção de redes de informantes coordenadas pela Guarda Civil com colaboração de regedores, através da concessão de prémios sobre minério apreendido, como se pode concluir de relação de 11/4/1944, assinada pelo responsável alemão das Minas de Cerva, H.Khrull em que se discriminam, para além do regedor de Cerva, a quem foi atribuído o maior prémio, no valor de 150\$00, os nomes de 25 guardas com prémios variando entre 5\$00 e 100\$00, perfazendo o total de 1.485\$00.

⁴¹ ADP – Arq. Emisa – Mç. 90 2 Mç.227 – Exposições enviadas respectivamente em 6-9-1943, e 22-11-1943, pelo administrador das Minas de Santa Bárbara à Direcção da Emisa, no Porto. Arq. Emisa, e à Companhia Mineira do Norte de Portugal – Minas de Vila Verde da Raia.

⁴² ADP – Arq. Emisa – Mç. 227 – diversas comunicações enviadas de Cerva à administração da Emisa.

Subjacente a esta trama do viver quotidiano das populações, o contrabando, parte intrínseca do processo de exploração do volfrâmio, com particular incidência nas fases de mais intensa corrida ao minério, em plena guerra.

2.3. Redes de contactos nacionais e internacionais

Noutro âmbito, as redes de fornecedores de bens e serviços da firma estendiam-se, muito para além do âmbito geográfico local/regional de intervenção directa da firma, como se teve já oportunidade de ver, alargando-se por todo o mundo ocidental e por praticamente todo o país. Desde o fornecimento de explosivos por uma série de fábricas com destaque para a Sociedade de Anilinas, com sede no Porto e filiais em Lisboa e Covilhã, representante em Portugal dos produtos da I.G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft, com a qual se corresponde muitas vezes em língua alemã, e que pede frequentemente emprego à Emisa, para familiares e amigos de outros clientes seus⁴³, às primeiras análises químicas laboratoriais de volfrâmio e cassiterite, encomendadas a laboratórios americanos, suecos, holandeses, ingleses, franceses, belgas, alemães, nos quais se destacam, os ingleses Benedict Kitto, Williams Harvey & Co. e D.C. Griffith & Co., o americano Ledoux & Co., o alemão Staatshuttenlaboratorium de Hamburg, o sueco Stadskemisten, Dr. G. Karl Almstroms laboratorium, o francês Faculté des Sciences de Grenoble, o holandês Bureau Voor Ertscontrole en Chemische Analyses de Roterdão, o belga Nieberding & Fils.⁴⁴, particularmente nos anos 1938 a 1942, período a partir do qual passam a dar lugar a laboratórios nacionais como o do I.S.T. (Instituto Superior Técnico), o laboratório químico da Faculdade de Ciências de Lisboa, o da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacéuticos, o Laboratório Analítico Brunner, Lda., no Porto, o Laboratório Analítico da própria empresa e os de outras companhias mineiras e mesmo os particulares, de engenheiros (ex. eng. Firmino Pereira dos Santos de Lisboa) – passando pela maquinaria importada sobretudo da Alemanha, de Itália e Suíça, passando por toda uma panóplia de serviços e fornecimentos prestados pelos mais próximos, pequenos proprietários rústicos e urbanos, que forneciam desde produtos agrícolas a serviços de reparação de máquinas, hospedagem, fretes, até casas comerciais e industriais estrangeiras cá representadas, e empresas, fábricas e companhias nacionais, (como a Companhia Portuguesa de Minas, com capitais ingleses a operar em Cerva em concessões limítrofes das da Emisa e a que esta pede regularmente referências de pessoal que empregou⁴⁵, ou então por exemplo, a Lafões Industrial, Lda. de S. Pedro do Sul, central eléctrica, serração carpintaria e moagem, com sucursal em Viseu, de Alexandre Mar-

⁴³ ADP – Arq. Emisa – Mç. 217.

⁴⁴ ADP – Arq. Emisa – Mç. 223.

⁴⁵ ADP – Arq. Emisa – Mç. 57 – Correspondência do ano de 1944, sobretudo a partir de Maio, da C.P.M. para gerente administrativo da Emisa.

ques da Silva, que compra para a Emisa, remessas e lotes de minérios de volfrâmio, à mistura com outros produtos como vinho⁴⁶) transitários, companhias de seguros e navegação, sociedades de engenharia e laboratórios nacionais, bancos e casa de câmbio, etc. Exemplificando: Banco de Portugal, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Totta e Açores, Banco Fonsecas e Burnay, Banco Aliança, Banco Pinto e Sotto Mayor; Sociedade Burmester, transitários Gonçalves Moraes, Sociedade Insulana de Transportes Marítimos, representantes em Portugal das organizações de transportes da firma Schenker & C.º de Berlim, e agente oficial, no nosso país, para o serviço de mercadorias da Deutsche Lufthansa A.-G., a cargo da qual, e seus agentes, (como a firma L. Lemonde de Macedo, no Porto e/ou a firma Baquera, Kusche Y Martin S.A.), através da fronteira franco-espanhola de Irun, frequentemente utilizada nas transacções de maquinaria e minérios, mercadorias alemãs importadas (por vezes no âmbito do Clearing Luso-Alemão), máquinas, ferramentas, aço, barras de ferro e outros artigos eram transportados da Alemanha para a Emisa em Portugal, isto sem excluir os despachos de outras encomendas via Caminhos de Ferro Alemães, Secção de Turismo⁴⁷; Companhias de Seguros A Mundial, A Social, O Trabalho, Fidelidade, Tranquilidade, Garantia, Confiança, Confidente, etc; Transportes Bonfim, Lda., Jorge & Varino Lda.; Sociedade de Engenharia Michaelis de Vasconcelos, S.A.R.L., Sociedade de Engenheiros Reunidos, Pimentel & Casquilho, Lda., Engenheiros, de Lisboa, fornecedores de aparelhos topográficos e outro material de desenho, ferramentas e instrumentos de precisão, União Eléctrica Portuguesa, sociedade anónima do Porto, em cujos laboratórios são feitos, por encomenda da Emisa, em 1943, ensaios e análises de um óleo “de fabricante desconhecido” para determinar da possibilidade do mesmo trabalhar em transformadores de 30.000 volts, “a determinada tensão industrial”⁴⁸.

Ilustração de transferências bancárias usualmente praticadas para a firma, são por exemplo, as peças de correspondência de 1938, de Cupertino de Miranda & C.^a Banqueiros, Porto, para negócios com a Lohmann de Amsterdão e a firma Rothschild & Sons de Londres, o Banco Aliança, ... Banco Borges & Irmão, para negócios com a casa Lohmann, em 1940, do Banco Nacional ultramarino, com créditos utilizáveis em Londres de Companhia americana aí sediada⁴⁹, e em 1943 do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa⁵⁰ dando conhecimento de entregas da G.F.E. de Berlim, efectuadas em Berlim, a favor

⁴⁶ ADP – Arq. Emisa – Mç. 236 – Correspondência trocada entre as duas firmas, anos 1938-1939

⁴⁷ ADP – Arq. Emisa – Mç. 220; Mç. 57 – Processos de 1941, 1943, incluindo certificados de origem de mercadorias do Consulado de Portugal em Berlim, guias, recibos de despacho da Alfândega de Lisboa-delegação do aeroporto, facturas e notas de venda da G.F.E. à Emisa; notas de envio de Mar.1943, para Cerva, dos Caminhos de Ferro Alemães, S. Turismo, com sede em Lisboa, sucursal no Porto.

⁴⁸ ADP – Arq. Emisa – Mç. 220; Mç. 218, Mç. 219, dossier de correspondência trocada entre Emisa e U.E.P. entre Fev. e Mar. de 1943; orçamentos e facturas de diversas casas e anos.

⁴⁹ ADP – Arq. Emisa – Mç. 81.

⁵⁰ ADP – Arq. Emisa – Mç. 68, Mç. 12.

da Emisa...Outras transacções bancárias da Emisa com Bancos centrais da Suíça e da Alemanha foram efectuadas, neste período, quer através do BESCL, onde detinha “conta especial” com a praça de Zurich, quer de outras instituições bancárias – ex., também com regularidade, o Banco Sotto Mayor⁵¹.

Na teia de relações com clientes, há um que se destaca inclusivé pela constância e intensidade de negócios, desde praticamente o princípio da actividade da firma – a N.V. Handelmaatschappij LOHMANN & C.º Amsterdam, a qual tinha na Alemanha, em Bremen, a casa mãe, Lohmann & Co, uma das três organizações alemãs que lideraram a exploração de minério de volfrâmio em Portugal, para a qual a Emisa comprou em Portugal, lãs, artigo não contemplado pelo clearing Luso-Alemão. No âmbito deste negócio, em que os pagamentos eram feitos por intermédio do Banco Aliança, e anteriormente tratado com José Cândido Dias, cambista da Rua das Flores, no Porto e um dos primeiros sócios da Emisa⁵². Muitos e diversos eram também os concessionários intermediários, registando-se com maior frequência transacções com alguns dos seguintes – José Vieira Pinto da Fonseca de Amarante, Alzira Soares da Cunha, Alex Marques da Silva, J. Resende Lda. da Livração, Aníbal C. de Melo e Castro, Alexandre Marques da Silva, concessionário de minas, Bodiosa-Viseu, e o já acima referido, José Cândido Dias, Grupo Mineiro de Arouca Lda., Sociedade das Minas de Argozelo Lda., João Diogo de Campos Carmo, este último, representante no Porto desta sociedade mineira, da qual a Emisa foi intermediária com a casa N.V. Handelmaatschappij Lohmann, sua representada, nos anos 1939, 1940, particularmente para o negócio de estanho⁵³. Faziam como se vê igualmente parte das complexas redes de relações da Emisa, outras sociedades mineiras, entre as quais se trocavam regularmente informações, serviços e favores, quer na área de controlo e formação de pessoal – denúncia de despedidos, por exemplo, à Mineira Lisbonense, que com a Emisa se correspondia, em Março de 1942, em língua alemã⁵⁴ treinamento de pessoal de lavarias e outro, caso da Sociedade Mineira dos Castelos, com sede no Porto, compras e vendas de minérios, como sucedia com a Minero-Silvícola, etc., ou outras como a firma L. J. Carregosa, e a Companhia Mineira das Beiras, com sede em Viseu, a que já se fez alusão. No que diz respeito às ligações bancárias da empresa, há ainda a acrescentar, que muitas das transacções eram mediadas por fornecedores locais, correspondentes de bancos de que a empresa era cliente, nas terras mais interiores do país. Cite-se a título de exemplo, o que se passava em Sanfins do Douro, onde a casa de Mercearia, miudezas, farinhas, etc, João Pereira de Souza, era o

⁵¹ ADP – Arq. Emisa – Mç. 62, Mç. 63.

⁵² ADP – Arq. Emisa – Mç. 77, Mç. 78, etc. No âmbito desse negócio, realizado designadamente no ano de 1939, forneceu a Emisa à Lohmann de Amsterdão a lista de nomes e endereços dos industriais de lanifícios portugueses – 4 no Porto, 1 em Coimbra, 1 em Portalegre e 17 na Covilhã (doc. de 18 de Julho de 1939) Mç. 233.

⁵³ ADP – Arq. Emisa – Mç. 234.

⁵⁴ ADP – Arq. Emisa – Mç. 257.

correspondente dos Bancos Borges & Irmão, Bank of London & South America, Lda., Cupertino de Miranda & C.^a e Banco Nacional Ultramarino⁵⁵.

2.4. Da história da Empresa à história das populações

Quanto à relação empresa-história das populações, os exemplos seguintes permitirão uma suficiente ilustração de aspectos significativos até aqui pouco documentados, pelo menos ao nível do registo escrito. Assim, e começando pelas implicações no domínio local dos próprios trabalhos técnicos específicos exigidos pela preparação dos terrenos para as actividades de extracção/exploração mineiras, vejamos o que em 1941, se passava. O que documenta e corrobora fontes orais relativas a situações de conflito surdo em outras zonas de Trás-os-Montes, permitindo assim deduzir pela existência de uma tensão latente entre grupos sociais e sectores de actividade económica nacional diferenciados: o mineiro e o agrícola, entre mundos ou lógicas diferentes: a doméstica e a industrial/mercantil – este último, em repentina e incontestável transformação profunda, por efeito directos e indirectos do primeiro.

Atente-se em dois curtos relatórios manuscritos endereçados a Eng. Schlimmer, em Nov. de 1941:

“Os engenheiros tem trabalhado assiduamente nos trabalhos de que foram encarregados... tem havido grande dificuldade em saber-se quais os terrenos pertencentes a particulares que se encontram dentro das concessões... por várias vezes as estacas colocadas teem aparecido mudadas dos seus verdadeiros lugares e isso tem acarretado alguma demora...” e cinco dias depois “...seguiram para Cerva os engenheiros que aqui estavam a fazer o levantamento topográfico. Deixaram a obra incompleta. Foi completamente impossível encontrar alguém que fosse capaz de nos informar convenientemente dos limites de todos os terrenos e os donos respectivos. Auqueles que o sabiam esquivaram-se a dizê-lo, de forma que os engenheiros não puderam acabar o trabalho... Por sua vez, o empregado que estava encarregado de marcar o terreno de 50 em 50 metros, não quiz ficar sozinho e, portanto, seguiu ontem com os engenheiros...”⁵⁶. Já em 1940, e ano seguinte, recebia a Dir. Geral de Minas e Serv. Geológicos, através da Circunscrição Mineira do Norte, informações da Emisa sobre processo em que são reclamantes proprietários do distrito de Vila Real; a empresa pronuncia-se assim sobre as reclamações e petição do advogado nomeado: “...A réplica feita pelos reclamantes está formulada nuns termos baixos ...e se fossem dirigidos a esta Empresa pelos próprios reclamantes, seriam recebidos com a indiferença a que daria logar o conhecimento que a empresa tem da sua baixa cultura, mas subscrita aquela réplica por advogado, a este se devolvem todos termos injuriosos... assim vem dizer... que também é ignobil e torpíssima a falsidade – bem digna de certa fauna social indesejável – de que os reclamantes só haviam apre-

⁵⁵ ADP – Arq. Emisa – Mç. 215 – Correspondência deste correspondente bancário para a Emisa e CMNP, anos 1942 a 1944.

⁵⁶ ADP – Arq. Emisa – Mç. 182.

sentado esta reclamação, depois de a Empresa requerer investigações policiais na Polícia de Vila Real... e... afirmava que os reclamantes eram detidos e colocados em regime de incomunicabilidade a pedido da empresa... de que tal sucedia apenas por Os proprietários pretenderem regar e limar as suas propriedades... Em conclusão: Esta empresa tem encontrado, da parte dos proprietários dos terrenos das suas concessões, especialmente na mina da Senhora da Saúde, onde cometeram as maiores violências, uma grande oposição à execução dos seus trabalhos mineiros... Não se convencem que o subsolo é propriedade do estado e pretendem que os terrenos são desde a superfície até ao centro da Terra...”⁵⁷.

Casos idênticos, com ou sem conflito declarado e aberto, mas com autorizações de utilização de terrenos para exploração mineira e trabalhos correlatos⁵⁸, e reclamações de indemnizações em atraso, pois em regra não havia contrato que obrigasse ao pagamento⁵⁹ são também detectáveis em outras zonas mineiras como por exemplo Cerva, em que proprietários locais autorizam as concessões a usarem a água das suas nascentes e /ou aceitam as indemnizações de abate de árvores e revolvimento de solos aráveis para a instalação de infraestruturas de telecomunicações e abastecimento de força motriz.

Uma outra dimensão não menos curiosa da relação empresa-populações é visível na velha prática nacional das “cunhas” e “empenhos” directa ou indirectamente praticados, para a obtenção de empregos e lugares na empresa cuja imagem junto das populações, à época, se exemplifica com a transcrição de carta manuscrita de indivíduo que se identifica como capataz geral de minas a trabalhar em “Minas de Foz”... Como felismente as Minas por V. Exas. superentendidas, são taõ conhecidas no Paiz e creio de fora dele, eu exponho a V. Exas o seguinte; oferecendo ao mesmo tempo os meus serviços, estive longos anos nas importantes minas de Borralha, como capataz geral de minas com especialidade de lavarias e técnica de separadora, hoje encontro-me em estas minas, em Barca de Alva, como capataz e fiscalização, tenho o curso comercial, 33 anos de idade, esmerada educação, apresentável, curso de ginástica, e falo um pouco francês, inglês, italiano e correctamente o espanhol e árabe. Não faço questão de ordenado e dou informes...”⁶⁰. Esta transcrição apresenta

⁵⁷ ADP – Arq. *Emisa* – Mç. 82, ofício de 14 de Março de 1941 da *Emisa* para Eng. Director Geral de Minas e Serviços Geológicos. Neste maço encontra-se muita outra correspondência trocada entre a *Emisa* e a Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, do Ministério da Economia ou do Ministério do Comércio e Indústria e a Circunscrição Mineira do Norte, sobre legalização de concessões, exploração e processos de transmissão de minas, emissão de alvarás de concessão e licenças de instalações eléctricas e outras em oficinas, supervisão do sistema técnico de extração, aprovação de engenheiros e agentes técnicos de engenharia para exercício das funções de director técnico, impostos mineiros, etc. e, por parte da Circunscrição, recepção de queixas relativas a questões de propriedade dos terrenos de exploração mineira, originais de boletins de análise de minérios, projectos de trabalhos de lavra, e emissão de autorização para instalação e alteração de máquinas, motores, etc.

⁵⁸ ADP – Arq. *Emisa* – Mç. 275.

⁵⁹ ADP – Arq. *Emisa* – Mç. 57 – docs. dirigidos a Eng. Almeida em Novembro de 1945.

⁶⁰ ADP – Arq. *Emisa* – Mç. 225, carta de 21/5/1943. Aliás, bastantes documentos deste maço permi-

ainda o interesse suplementar de nos facultar elementos para uma aproximação relativa à situação da empresa e de outras unidades no quadro mineiro nacional, para uma análise em termos de status e ainda para uma abordagem necessária ao perfil sociotécnico de um dos principais protagonistas do nosso mundo mineiro, a figura do capataz, fundamental posição de interface entre os saberes técnicos práticos das populações e os saberes técnicos específicos dos especialistas, designadamente, engenheiros e geólogos.

Porém, como falar de identidade a propósito de uma empresa quando as suas delimitações são fluídas e mutáveis – aquisições, renovações e alterações sucessivas, renovação muito rápida de actores, evolução/diversificação de actividades e transacções todo um conjunto multimodo e diferenciado que não permite verdadeiramente estabelecer fronteiras constitutivas de identidades/caracterizações. Tendências e características que se veem exponenciadas no caso concreto em análise, desde logo pela particular natureza e singularidades da firma ao nível da própria constituição/evolução do capital social e movimentações de sócios, mas também pela conjuntura histórica e sociopolítica muito específica, quadro e sector económicos, profundamente mutáveis, complexos e agitados em que a Empresa Mineira de Sabrosa se constituiu, e operou, a partir de certa altura qual “cabeça de turco” da G.F.E., representada em Portugal, como vimos já, por Kurt Dithmer, alto funcionário do Estado nazi alemão, segundo algumas fontes orais, segundo outras, indivíduo que, como outros alemães a trabalhar em Portugal na exploração do volfrâmio, deixou bom nome entre as pessoas a quem, segundo fontes orais “dava coisas e tratava bem”.

Cabe assim perguntar de novo. Como fazer história de uma entidade praticamente inapreensível? Sobretudo quando, como se pode deduzir de informações e dados aduzidos, a espessura e unidade históricas são no caso vertente, difusas e fluídas? Que níveis integrar? Não se deve por exemplo negligenciar a intervenção e evolução dos engenheiros e outros especialistas e técnicos, no seu conjunto e no da sua evolução, mas isto ultrapassa já o quadro da empresa. Que relações se podem estabelecer e que conceitos usar, por exemplo no trabalho de diferenciação das “particularidades” próprias da G.F.E. sob a denominação Emisa e da sociedade anónima, CMNP, que andou associada? Um pesquisa feita entretanto na base de dados que foi possível construirmos com a organização informatizada dos dados e informações colhidos na exploração sistemática dos 370 maços que constituem o arquivo da Emisa/CMNP, permitiu-nos detectar 108 ocorrências da segunda companhia mineira enquanto para a primeira empresa se identificaram 195, e para a G.F.E. 16, o que só por si, evidencia que nesta estrutura empresarial – pois que na verdade disso se trata muito mais do que de uma simples empresa, aspecto também assim tornado

tem um estudo mais detalhado de diversos aspectos caracterizadores das relações empresa – populações, incluindo sublevação de trabalhadores, em refeitórios das minas de Cerva, ocupação e tarefas de menores e mulheres, processos judiciais a correr em tribunal, envolvendo a Emisa e a CMNP, mediados ou não por sindicatos de electricistas, pedreiros, etc.

visível – a Emisa desempenha o papel de face pública, de que a CMNP é a retaguarda sólida, sendo para a G.F.E. reservada a posição de núcleo duro.

Como se traduzem as relações com o exterior, com o mercado nacional e internacional, e como se impuseram as suas estratégias económicas, para além do fito da exploração rápida de um recurso nacional vital à Guerra, e da mira nos lucros fáceis?

Deixamos, para muitas destas interrogações, mais do que respostas, um princípio de explicação sustentado da natureza de “testemunho” desta unidade empresarial – que chegou a ser entre nós, em 1942, uma das 10 maiores empresas mineiras –, função essa de testemunho válida mesmo para o estudo da penetração alemã, em Portugal, uma penetração tentacular, que se estende até às exportações coordenadas pela Lobar⁶¹ – organismo do III Reich.

Poder-se-á considerar que o caso desta estrutura empresarial é exemplar de uma concentração vertical que lhe permite garantir uma posição dominante no mercado de guerra, e desenvolver uma actividade que, profundamente enraizada no local – radicada a exploração mineira a partir da pequena vila transmontana de Sabrosa, que lhe dá o nome – é posta ao serviço da estratégia de domínio mundial do III Reich Nazi.

Importará por fim referir que, no acervo documental trabalhado, para além da informação que já se viu conter, e de muitos outros dados aqui não contemplados podemos ainda encontrar, por parte de entidades e individualidades portuguesas que se correspondem com a firma, reiteradas manifestações de entusiástico apoio e total e expressa subordinação ao regime nazi de Hitler⁶². O que nos levou à pesquisa de outro arquivo no IAN/TT que se apresenta.

3. DOSSIER DO VOLFRÂMIO – ARQUIVO SECRETO – SALAZAR

Constituído por cerca de 200 documentos impressos e manuscritos, de diferentes tipos – telegramas de e para embaixadas, minutas, notas preparatórias das negociações diplomáticas, rascunhos e sucessivas versões de textos preparatórios de acordos do governo português, bem como dos próprios acordos, documentando basicamente o processo de estabelecimento dos acordos luso-germânicos, luso-britânicos e luso-anglo-americanos – este dossier tem por objecto nuclear o volfrâmio⁶³. A sua leitura é tanto mais produtiva quanto mais

⁶¹ Em pesquisas sobre a base de dados que construímos com os documentos de arquivo da Emisa, encontramos 2 referências à actividade do grupo alemão Lobar, anos 1942, 1943, nos maços 14 e 62. Neste último maço, e ainda no maço 68, encontram-se documentos referentes a actividade de bancos alemães.

⁶² ADP – *Arq. Emisa*, Mç., 223. Outras pesquisas feitas na base de dados por nós construída, por palavras com a mesma raiz de Alemanha (alemã, alemão), permitem-nos obter 60 ocorrências, o que sinaliza a existência de documentação correspondente em 60 das 370 unidades de instalação deste arquivo.

⁶³ Exemplos destes documentos fazem também parte de outros fundos documentais como é o caso

se verifica o preenchimento de duas ordens de condições: a) adequada análise do enquadramento geopolítico que proporcione o contexto onde tal leitura se fez; b) caracterização, o mais precisa possível, do “objecto” volfrâmio, nas suas múltiplas dimensões.

“No decorrer da II Guerra Mundial era ideia geralmente aceite que a época das pequenas potências havia terminado. Um estado com tais características não só não gozava de qualquer segurança no meio das modernas condições de guerra, como não teria qualquer futuro no período de paz que presumivelmente chegaria um dia. Tal era a crença partilhada por respeitáveis estudiosos de política internacional e pelos partidários do Lebensraum (“espaço vital”) para o III Reich de mil anos”⁶⁴.

Tal visão foi, porém, largamente desmentida, sendo Portugal dos, ao tempo considerados, cinco pequenos estados europeus (Suécia, Espanha, Turquia, Suíça e Portugal) que puderam evitar ser arrastados para a guerra, de que saíram, por assim dizer, incólumes, porventura aquele que, em termos relativos, dela terá saído mais fortalecido. O dossier volfrâmio dá-nos, a este propósito, pistas para a compreensão desse fortalecimento, ainda que, pela sua própria natureza, não esteja isento de falsas pistas, simulacros, ‘bluffs’ inerentes à própria actividade diplomática que documenta, apenas apreensíveis quando o abordarmos com os protocolos de leitura exigidos, em razão da matéria, com a adequada contextualização a que nos sentimos obrigados. E ainda assim, “Um estereótipo tradicional das grandes potências em relação aos pequenos estados era o de que estes não passavam de meros peões indefesos na política internacional”. Iremos ver que este estereótipo não vingou, ainda que os pequenos estados que pudessem contribuir para as capacidades militares de um dos lados se tivessem visto, em situação de conflito, debaixo de grande pressão para se sujeitarem a esta ajuda, (ou o pudessem ter feito crer à outra parte), ou para a negarem ao campo oposto, posição esta que assenta perfeitamente ao caso de Portugal, durante a II Guerra Mundial. A sua capacidade de escolha derivou, em larga medida, da existência de competição entre os Aliados e o Eixo, ao disputarem o controlo de um recurso estratégico existente em território nacional e da vizinha Galiza, o volfrâmio. Ainda que as respectivas posições relativas fossem diversas. Enquanto aos Aliados, com destaque para o Reino Unido, não era tanto o minério, por si, que lhes interessava uma vez que dis-

do Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido inclusivé objecto de divulgação em publicações como Dez Anos de Política Externa, a Nação Portuguesa e a II Guerra Mundial, e a partir dos quais têm sido consultados, para muita da produção historiográfica nacional.

⁶⁴ FOX, 1959. Para uma análise da política dos Estados Unidos em relação a Portugal durante a II Guerra Mundial, ver por exemplo SWEENEY, 1970, que acentua a delicada posição de Portugal, no que se refere ao volfrâmio, relativamente aos dois blocos beligerantes, invocando, a propósito o pequeno David do Antigo Testamento que vê como uma crença na essencial habilidade dos pequenos para triunfar dos grandes e poderosos. Defende em última instância a tese de que o *modus vivendi* estabelecido no pós-guerra se ficou a dever em larga medida, aos esforços de individualidades e diplomatas americanos acreditados em Portugal na II Guerra Mundial.

punham de stocks e de acesso a outras fontes de abastecimento porventura mais favoráveis, para além da própria capacidade instalada no terreno de disputa, antes os movia a necessidade de impedir que o Eixo, designadamente a Alemanha, se abastecesse do minério a que não tinha outro acesso. Daí que, a diversidade de posições relativas torne mais fecunda uma leitura feita a partir da posição dos que tinham necessidade absoluta de se abastecer, o III Reich, porquanto a posição do Reino Unido era, sob este ponto de vista, de 2.º nível, ou seja, a de quem tinha necessidade de que a necessidade da outra parte não fosse satisfeita, sendo certo ainda que detinha com Portugal a mais antiga aliança da Europa. A posição do Reino Unido é aliás reflectida em telegrama confidencial de 21 de Maio de 1943 do embaixador de Portugal em Londres “de facto, tinha-lhe dado 2 mil toneladas preciosas que não deviam ter ido para a Alemanha e isto sem dizer uma palavra a Inglaterra, facto que tinha causado aqui grande choque”. Aquela morfologia não é, pois, indiferente para a compreensão do desenvolvimento das relações estabelecidas à volta do volfrâmio. Porquanto o que é facto é que a Alemanha se pôde instalar no terreno, em força, a partir de 1940, o que, à partida, e, em termos estruturais, nos proporciona uma entrada decisiva na compreensão do que realmente está em causa no dossier. Assim é que F. de Paula Brito da Rep. das Questões Económicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, em Dezembro de 1942, alude à execução do primeiro acordo luso-alemão⁶⁵ nos seguintes termos “não poderia referir-se (Eltze, da legação alemã) só ao mercado livre porque este tem estado desigualmente dividido e de modo favorável à Alemanha”. Esta entrada, com efeito, vai, quanto a nós, condicionar os ulteriores desenvolvimentos diplomáticos, marcando as cartas. “E aqueles que melhor souberam imitar a raposa foram mais bem sucedidos. Mas é necessário saber ocultar esta característica, e ser um grande dissimulador” (Maquiavel). A principal técnica negocial tornou-se assim a da procrastinação. A actuação exigida era adiada até que o interesse do beligerante fosse afastado por acções do inimigo não relacionadas com Portugal. Só depois dessas acções se revelarem incapazes de desviar as atenções, Salazar abandonou a técnica.

Por outro lado, Portugal e a Espanha foram os únicos países neutrais europeus que tiveram outra nação neutral como vizinho imediato durante toda a guerra, sendo, aliás, a fronteira entre si objecto de um Pacto cujos termos foram reiterados no decurso da mesma, tendo sido tal fronteira, por sua vez, palco de movimentações intensas que a transformaram, só por si, em objecto autónomo de estudo.

Transcrevemos, de um extenso documento da autoria de Oliveira Salazar, apontamento de Março de 1944, onde a propósito de conversa tida com o

⁶⁵ Acordos luso-germânicos sobre volfrâmio: 1.º acordo luso-alemão de 1942 válido até 1943; 2.º acordo de Abril de 1943 com efeitos a Março e duração até Fev. de 1944; pretensão alemã de novo acordo para 1944/1945 não concluído. No que se refere aos Aliados – 1.º acordo luso-americano de 24 de Ag. de 1942 com efeitos reportados a Março; novo Acordo Portugal-Aliados em 1943

Embaixador de Inglaterra, apresenta sob a forma de diálogo/debate com este, a sua posição e respectivos argumentos sobre a polémica em torno do fornecimento de volfrâmio português, e sua relação com o evoluir da II Guerra Mundial, momento particularmente decisivo em termos de protagonismo deste mineral:

“Há uns poucos de anos que esta questão me envenena a vida e a vida do Governo português e que aparece como uma sombra a projectar-se sobre todas as conversações e sobre as relações com o governo britânico... Apesar do valor que o volfrâmio representava para a economia portuguesa e para o tesouro numa época em que o comércio internacional ia sofrer por causa da guerra fortes diminuições e a Fazenda se veria a braços com dificuldades graves, teríamos sem vacilar ido para o embargo, eliminando ... graves dificuldades. Mas não as previmos nem o governo britânico teve sobre o caso uma palavra... Quanto ao aspecto moral esse é se possível mais sério ainda... Apesar de tudo a Alemanha tem aceitado... a partilha desigual, grandemente desigual (no último ano 25% contra 75%) do minério exportado de Portugal... Nem há mais razão para proibir o volfrâmio do que as sardinhas ou outra qualquer mercadoria... É para mim claro – e compreendo-o perfeitamente – que um dos objectivos dos beligerantes em relação aos neutros que subsistem no mundo é levá-los a um estado de poderemos chamar de esterilização... Quasi no final da conversa o Embaixador referiu-se às frases com que termina a carta de Churchill... E esclareceu que no caso de embargo para não prejudicar a economia do país a Inglaterra estava disposta a comprar todo o volfrâmio, guardá-lo aqui para o exportar depois da guerra, porque ele continuaria mesmo nos tempos de paz a ter aplicações úteis ao mesmo tempo que os E.U. forneceriam aquilo de que ficássemos privados... Campbell teve um pequeno desabafo de quem também já está saturado de volfrâmio... Se esta questão se arrumasse agora, ninguém mais me ouviria uma palavra a respeito de volfrâmio. “Se não fosse este maldito minério, as relações de Portugal com a Inglaterra não podiam ser mais íntimas nem mais amigáveis”.

Fica demonstrado muito de quanto ficou dito sobre a estratégia seguida por Salazar, servindo de balanço e de acto de contrição.

Estamos agora em melhores condições para proceder a uma leitura deste dossier capaz de tornar visível o que nele se oculta, o que de facto pode ajudar à compreensão do que esteve em causa neste período da nossa história, a começar pela determinação das forças em presença no terreno, particularmente as do Eixo, verdadeira chave que nos abre a trajetória do volfrâmio. Assim é que em documento de 2/12/41, intitulado “Propostas para um acordo de compensação com grupos de interessados alemães para aquisições mensais de 300 toneladas de concentrados de wolfrâmio (65%) contra o fornecimento de ferro, aço e outros produtos alemães” se identifica “como contratante para a compra de wolfrâmio, figura a firma Gesellschaft fur Elektrometallurgie, Berlim...”, isto é, a firma detentora da quota de 2 869 000\$00 do capital social de 3 000 000\$00 da Empresa Mineira de Sabrosa, Lda., cujo arquivo ao longo de três anos recons-

tituímos e de que damos conta na rubrica anterior, projectando sobre esta a densidade que ao volfrâmio cabe.

Finalmente e quanto às dificuldades de obtenção desse minério à escala mundial e política de stoks, “preempção” praticada designadamente pela Inglaterra, “o Sr. Eltze refere o facto de os ingleses terem actualmente em Portugal um stock importante de wolfrâmio, que afirma haverem comprado unicamente para prejudicar a Alemanha, mas o sr. Dr. Castro Caldas esclarece que a situação mudou desde que os acontecimentos do oriente dificultaram a aquisição de wolfrâmio de outras origens. Actualmente informa, os ingleses não exportam as reservas de wolfrâmio que teem armazenadas unicamente porque lhe não foram passadas as necessárias licenças”.

Muitos outros documentos se seguem, dando-nos conta de outras convenções que se negociam e firmam e contestam deliberações antes tomadas, até à data do decretar do embargo total de produção e exportação deste minério e metal estratégico. Meses antes do embargo, o clima gerado em torno das negociações tendentes à celebração do convénio anglo-luso e a questão política das facilidades a conceder nos Açores, leva o embaixador de Portugal em Londres, a considerar em nota confidencial, a aliança Portugal-Inglaterra, não uma aliança mas uma “evangélica paciência”.

Realce-se, por fim, o conjunto de documentos que atestam as detalhadas conversações havidas entre representantes do Banco de Portugal e o director do Deutsche Reichsbank e Superintendente na Deutsche Verrechnungskasse, Dr. Hans Treue, sobre transferências de ouro nazi que este propôs se verificassem através da Suíça, onde “o Reichsbank mantinha sempre ali um depósito de ouro de certo vulto” (pelo que) com toda a facilidade se fariam os ‘virements’ para a conta do Banco de Portugal pela quantia que entre os dois bancos se acordasse”⁶⁶.

CONCLUSÃO

Continuamos a debater o interesse da história de uma pedra só aparentemente anódina e encoberta num anedotário imaginário mas que cremos ter mostrado ser um pouco mais do que o que perdurou no senso comum. Finalidade afinal de uma história, micro e local que ao ousar perseguir o excepcional normal acaba por prospectar veios e filões de uma riqueza que para o ser, obriga, como o volfrâmio a partir muita pedra.

⁶⁶ Apontamentos de seis conversas realizadas entre 12 e 27 de Maio de 1942 (1.^a conversa entre dr. Eckert e sr. Koppelman e o secretário geral do Banco de Portugal; 2.^a conversa entre dr. Hans Treue e sr. Buchen e o secretário geral do Banco de Portugal, A.C. Pessoa; 3.^a conversa entre os mesmos representantes alemães, o secretário geral e o vice-governador do Banco de Portugal, Álvaro de Souza; 4.^a, 5.^a e 6.^a conversas entre dr. Hans Treue e sr. Buchen e o secretário geral do Banco de Portugal, A.C. Pessoa.

Procurou-se avaliar a magnitude da penetração do capital e interesses estrangeiros em Portugal, mais directamente no Norte do País, em Trás-os-Montes, onde se concentravam as pequenas e médias concessões mineiras de volfrâmio dessas empresas, e do capital, técnicas, tecnologias e diversificadas influências da Alemanha, potência central do Eixo, um dos blocos beligerantes da II Guerra Mundial. Gesellschaft Fur Elektrometallurgie (GFE): consórcio alemão em Sabrosa foi o objecto específico que quisemos apresentar, em construção, com base na pesquisa do emaranhado de documentos do arquivo de uma empresa. Destacado do estudo mais amplo de sociologia histórica em que o objecto técnico estanho/volfrâmio, na sua reconstituição sócio-histórica foi tomado como “objecto de fronteira” para uma análise transversal da sociedade portuguesa (anos 1930-1960), esta comunicação propôs-se reconstituir a história de empresas mineiras (EMISA/CMNP/GFE) e o processo imbricado do seu protagonismo na exploração do volfrâmio. Partiu-se assim da própria materialidade das empresas para a compreensão e avaliação dos interesses subjacentes e dos impactos produzidos pelas mesmas à escala local, nacional e internacional.

Creemos ter deixado um contributo para ilustrar essa complexa relação histórica e aqui por nós de vários modos historicizada que é o *leit-motiv* deste encontro: da tradição à modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- BOUZA ALVARÉZ, Fernando, 1998 – *Para no olvidar y para hacerlo in A História: entre memória e invenção*, Pedro Cardim (coord.). Lisboa: Pub. Europa América.
- COMBE, Sonia, 1994 – *Archives interdites: les peurs françaises face à l’Histoire contemporaine*. Paris: Albin Michel.
- DERRIDA, Jacques, 1995 – *Le Mal d’Archive*. Paris: Galilée.
- FOX, Annette Baker, 1959 – *The Power of Small States (Diplomacy in world war II)*. The University Chicago Press.
- LAGE, Maria Otília Pereira, 2002 – *Wolfram=Volfrâmio: Terra revolvida memória revolta. Para uma análise transversal da sociedade portuguesa, anos 1930-1960*. Guimarães: UM-ICS-NEPS; FCT.
- LATOUR, Bruno, 1993 – *Le Topofil de Boa-Vista. In Les objects dans l’action*. Paris: EEHESS.
- LOUÇÃ, António, 1999 – “Ecos de um colóquio: Empresas sob o fascismo”, in *História*, Nova Série, n.º 11. Lisboa.
- SWEENEY, Jerry K., 1970 – *United States Policy toward Portugal during the Second World War*. Kent: State University.
- TORRE, Angelo, 1995 – “Percorsi della pratica 1966-1995”, in *Quaderni Storici*, n.º 3.

AS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE MONCORVO: PROBLEMÁTICAS E SOLUÇÕES

João Mendonça

INTRODUÇÃO

Num mundo cada vez mais competitivo e globalizado, têm assumido importância crescente os produtos agrícolas associados a territórios que, pela sua especificidade, lhes conferem características particulares. Dependendo de factores múltiplos como o solo, a temperatura, a pluviosidade, exposição solar e mesmo factores de ordem social e histórica, tal como uma determinada iniciativa legislativa ou o esforço de um indivíduo em concreto, têm-se afirmado ao longo da história, determinadas produções agrícolas que imediatamente associamos a uma região. Estão neste caso, e pegando apenas no caso português, as regiões vitícolas, algumas mesmo precursoras neste aspecto, como é o caso da Demarcação do Douro, mas também com algum relevo histórico, os vinhos de Monção, da Bairrada ou ainda os vinhos generosos da Madeira, Colares ou o Moscatel de Setúbal. É certo que estes exemplos configuram situações que evoluíram de forma muito diversa. Os vinhos de Feitoria, ou melhor, empregando a designação dos lavradores durienses, os vinhos finos do Douro e um pouco menos o vinho da Madeira, constituírem um caso à parte, pelo valor e prestígio que conseguiram atingir no panorama do comércio vitícola nacional e internacional. Ao invés, e apesar do seu relevo em tempos idos, algumas das outras regiões só recentemente voltaram a assumir protagonismo (caso do Dão ou dos Vinhos Verdes Alvarinhos) ou entraram em processo de uma certa estagnação ou mesmo declínio (Colares, Moscatel de Setúbal). Estes exemplos vêm provar que o prestígio pode ser algo efémero, havendo que reforçar e actualizar continuamente as suas estruturas e adaptá-las as exigências do tempo, para manter a competitividade.

O exemplo das regiões vitícolas é sem dúvida o mais abrangente em representatividade territorial e também aquele que se assumiu como precursor em termos de medidas reguladoras, nomeadamente o caso do Douro que conta com dois séculos e meio de instituição legal de Região Demarcada. Mas muitos outros produtos e regiões poderiam ser citados. Os mais comuns aplicam-se aos de origem pecuária (enchidos, fumeiros e queijos com denominação de origem ou designação de proveniência) e também as frutas e o mel. Neste particular

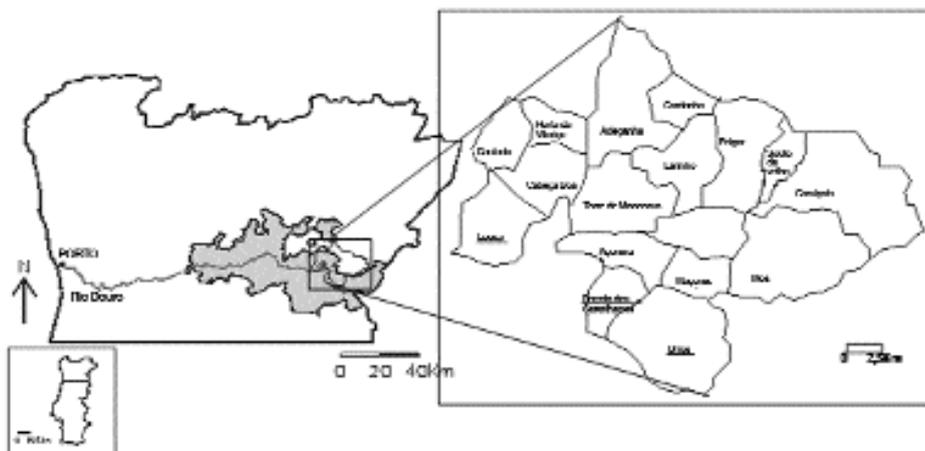
aspecto o processo de adesão à União Europeia por parte de Portugal teve influência decisiva, com a aplicação do regulamento (CE) N.º 2081/92 referente às Denominações de Origem Protegida e Indicações Geográficas Protegidas. O texto do regulamento é explícito quando por exemplo define a “Denominação de Origem”: – nome associado a uma região, a um determinado lugar ou país e que serve para designar um produto agrícola ou produto alimentar originário da dita região, lugar ou país. As suas qualidades ou características devem-se fundamentalmente, ou mesmo exclusivamente, ao meio geográfico, com os seus factores naturais e humanos, e a sua produção, transformação e elaboração realizam-se na zona geográfica delimitada.

A reforma da Política Agrícola Comum de 2003 veio reforçar esta concepção de agricultura assente nos produtos de qualidade e no respeito pelas normas e especificidades de produção. Pela primeira vez em quase cinquenta anos de Política Comunitária, os critérios de segurança alimentar e o respeito pelo meio ambiente passam a superar, ainda que de forma progressiva, o objectivo de fomentar uma agricultura intensiva, aplicando o desligamento parcial das ajudas relativamente aos níveis de produção e reforçando a componente do desenvolvimento rural. Portugal, pela sua diversidade paisagística e pela riqueza do seu mundo rural, adequa-se bem a esta filosofia. A par de regiões perfeitamente enquadradas em redes comerciais, com maior ou menor grau de proximidade, e tendencialmente competitivas em termos de rendimento (caso dos espaços de agricultura periurbana ou das regiões de forte especialização agrícola, como os grandes regadios ribatejanos) subsistem áreas onde a agricultura assume quase exclusivamente um valor de guardiã de uma paisagem e de modos de vida que urge preservar como património colectivo.

Hoje é igualmente incontroverso que a viabilidade de muitas dessas áreas, de modo particular aquelas mais excêntricas às áreas de maior dinamismo social e económico, passa precisamente pela manutenção da ocupação do solo agrícola e pela presença de limiares mínimos de população residente activa, directa ou indirectamente ligada às explorações. Veja-se o caso de Torre de Moncorvo.

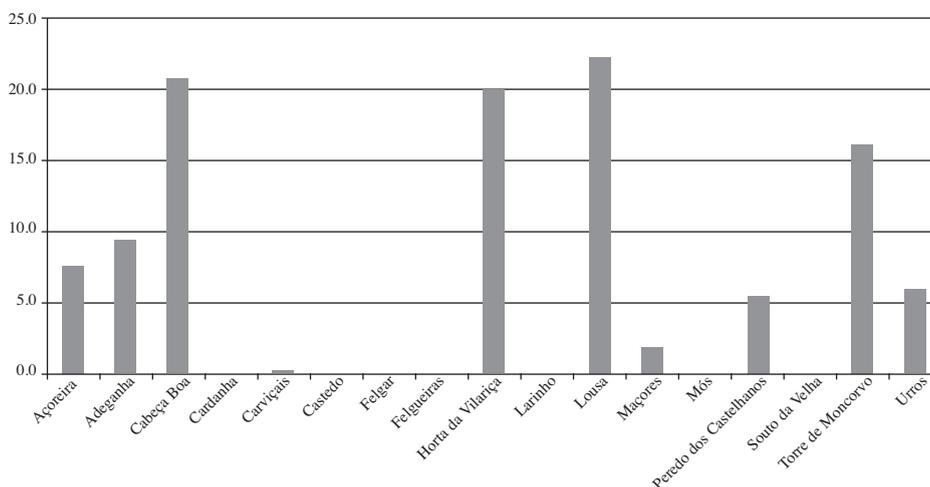
1. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE UM MUNICÍPIO DO DOURO SUPERIOR

Torre de Moncorvo situa-se na margem direita do terço superior do Douro português, faz parte do distrito de Bragança e está inserido na região do Alto Douro. Engloba 17 freguesias, ocupando uma superfície aproximada de 381 km². A sua considerável dimensão, se atendermos a que se trata de um município traduz-se numa ampla diversidade de unidades geográficas.



Oito das suas freguesias, as que se situam na parte ocidental e meridional do concelho, com a excepção de Castedo, estão incluídas na Região Demarcada do Douro, na área que se convencionou designar por Douro Superior. Na sua maior parte são confinantes com aquele rio e possuem uma vocação vitícola (a sublinhado na figura). O peso relativo da área de vinha no total da superfície agrícola útil ilustra, no entanto, um contraste muito nítido com o que ocorre nas sub-regiões do Baixo e Cima Corgo. Em muitas freguesias até à foz do Tua não é raro essa percentagem atingir os 80 a 85% da SAU. Aqui, a sua percentagem atinge um máximo de cerca de 20% (casos de Cabeça Boa, Horta da Vilariga, Lousa e Torre de Moncorvo) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Peso relativo da área de vinha na SAU (%)



Nas restantes freguesias pertencentes à Região Demarcada os valores ainda são mais baixos. A vocação comercial dos vinhos do Douro Superior, muito mais recente do que aquela que tradicionalmente existia a jusante do Cachão da Valeira, só assumiu relevo após o período filoxérico, quando se arrotearam novas áreas de vinha para substituir aquelas que tinham sido dizimadas pela praga. Até então, a vinha secundava outras culturas, nomeadamente os cereais que seriam a principal ocupação do solo cultivado, e também a olivicultura.

A julgar pelos relatos de viajantes e referências das numerosas corografias dos séculos XVIII e XIX¹, assim como pela presença de topónimos em municípios vizinhos (freguesia de Almendra em Foz Côa) as amendoeiras, assim como outras árvores frutícolas de feição mediterrânea teriam uma presença igualmente significativa.

Na actualidade, quer a olivicultura, quer a fruticultura da amêndoa, constituem as produções dominantes em termos de área de SAU, atendendo a que as características climáticas favorecem estas duas espécies vegetais. Os menores índices pluviométricos conferem ao clima características marcadamente mediterrâneas, atingindo-se valores de precipitação anual semelhantes aos que se verificam no interior alentejano ou no Algarve (da ordem dos 400 a 500 mm de precipitação, em média, ao longo do ano).

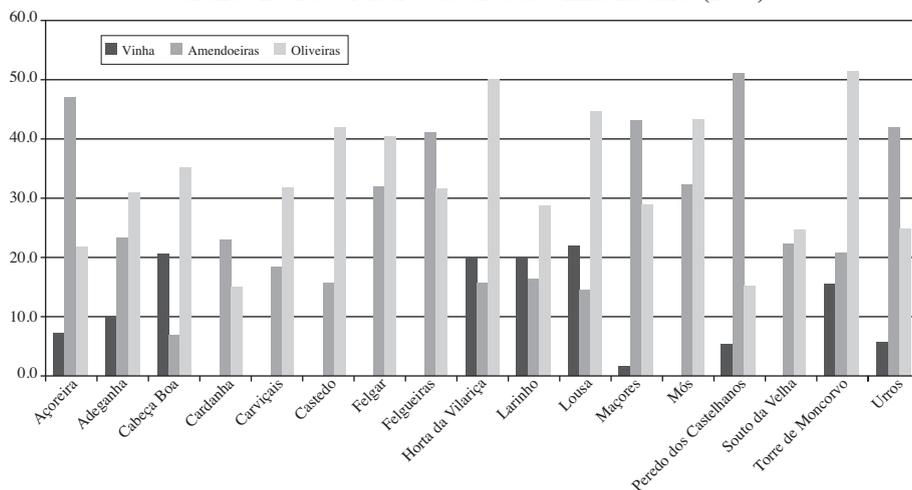
Na Serra do Reboredo, de direcção predominante Oeste-Este, e autentica linha divisória de águas entre o Sabor e o Douro, a aridez é um pouco mais atenuada, verificando-se Invernos mais frios mas não tão secos quanto os que existem nas zonas mais abrigadas dos vales. Nas freguesias da parte oriental do concelho (Cardanha, Larinho, Felgar, Souto da Velha, Carviçais) a olivicultura e os pomares de amendoeira voltam a ter grande importância relativa face ao total da área de SAU (Gráfico 2) ainda que os seus valores em termos absolutos sejam pouco representativos.

Outrora, as aldeias serranas sustentavam uma economia local, mas nos últimos anos entrou em nítido retrocesso. Primeiro assistiu-se à diminuição dos cultivos tradicionais (cereais de sequeiro, sumagre) em detrimentos da oliveira. Hoje a perda tende a atingir mesmo os cultivos economicamente mais rentáveis. Com a excepção de alguns casos pontuais, o mesmo tem ocorrido um pouco por todo o Douro Superior.

Nos restantes locais, quer por razões orográficas, quando os declives não permitem qualquer cultivo, quer por abandono das terras, surgem as coberturas vegetais espontâneas do Douro, tão características pela riqueza dos seus grupos florísticos. São de destacar bosques de zimbros (“*Juniperus oxycedrus*”) e manchas descontínuas de quercíneas perenifólias: azinheiras (“*Quercus rotundifolia*”) e sobreiros (“*Quercus suber*”).

¹ REBANDA, 2003: 260.

Gráfico 2 – Peso relativo da área de vinha na SAU (1999)

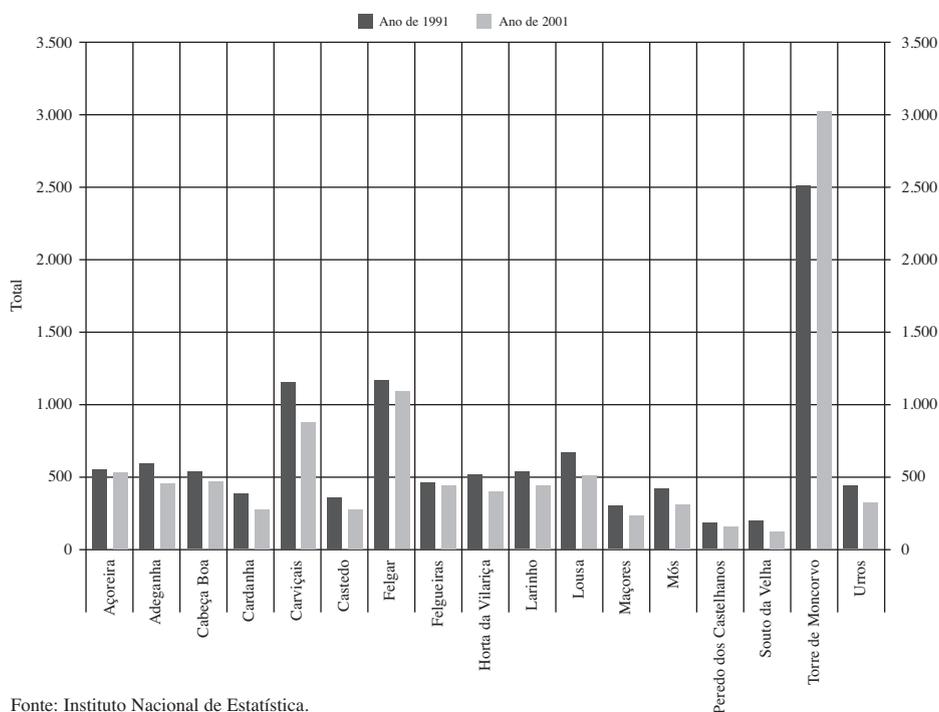


Em síntese, a ocupação agrícola, ao contrário da quase monoespecialização que ocorre no vale vinhateiro do Douro, a jusante do Tua, é no caso do Douro Superior pautada pela utilização extensiva dos terrenos e por uma maior diversidade de cultivos. Trata-se de uma agricultura muito menos produtiva e de um território repulsivo.

Os municípios fronteiriços têm perdido grande parte da sua população, ou porque esta emigrou para o estrangeiro, ou porque se encaminhou para as regiões do litoral português. Trata-se duma das áreas do Norte de Portugal onde o abandono populacional tem sido mais marcante. São múltiplos os factores que têm condicionado a perda demográfica, para além do isolamento geográfico. A emigração origina um empobrecimento social e económico que tem reflexos ao nível da capacidade de intervenção do poder local e do Estado. É sintomático como muitas das estradas terminam a escassos quilómetros da fronteira ou servem apenas núcleos populacionais isolados. Os assentamentos humanos também são distintos dos existentes no vale do Douro, agrupam-se em formas lineares acompanhando as vias de comunicação, ou assumem formas concentradas.

Dos cerca de 9900 residentes no município de Torre de Moncorvo, cerca de 3100 habitam no principal núcleo urbano, sede de freguesia com o mesmo nome e única que entre 1991 e 2001 aumentou o seu quantitativo populacional (Gráfico 3). A distribuição da população segue a tendência verificada na região de Trás-os-Montes e Alto Douro; uma concentração na sede concelhia, mas que mesmo assim não iguala as perdas reportadas nas restantes freguesias. No decurso do último decénio 1991-2001 algumas das paróquias perderam mais de 20% da população residente, o que ilustra o carácter fortemente recessivo deste género de áreas rurais. Nas freguesias serranas e se forem consideradas as duas últimas décadas, há mesmo perdas que rondam os 50%.

Gráfico 3 – Total da população residente



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.
Censos 2001. Dados comparativos 1991-2001

O sector secundário tem pouca representatividade e as poucas indústrias existentes pertencem maioritariamente ao ramo agroalimentar. Os principais sectores empregadores são a administração pública, os serviços financeiros e os serviços de apoio à agricultura (cooperativas, armazéns de produtos agroquímicos e de maquinaria agrícola).

2. A ESPECIALIZAÇÃO EM TORNO DA AMÊNDOA DO DOURO

Até à década de 50 do século XX, à semelhança do que se verificava em todo o Portugal, os pomares de amendoeiras contínuos e que obedecessem aos princípios da moderna fruticultura não seriam muito frequentes. Apesar de existirem testemunhos seculares da presença de amendoais em Peredo dos Castelhanos e Urros² e registos de plantios em várias das quintas do Douro durante o século XIX (casos das Quintas do Vale Meão – Foz-Côa e Santiago – Freixo-de-Espada-à-Cinta) esse processo raramente obedeceria a princípios de racio-

² REBANDA, 2003: 261.

nalidade na selecção e estudo varietal, na determinação dos compassos e densidade dos pomares.

Excluindo o caso dos proprietários mais informados, e com acesso a estudos agronómicos, que na época eram divulgados por intermédio de revistas e almanaques da especialidade, ou pela presença em Congressos Agrícolas, a esmagadora maioria dos fruticultores do Douro desconhecia tais exigências. Possivelmente predominavam as árvores em bordadura e os povoamentos descontínuos.

Tal como no caso dos pomares de Pomóideas do Baixo Corgo, foi necessário esperar pelas Campanhas Nacionais da Fruta da década de 60 do século XX para que a modernização viesse a ocorrer. Em 1962, sob a égide da Estação Nacional de Fruticultura de Alcobça e do seu presidente Professor Vieira Natividade, assiste-se ao primeiro grande impulso reformador e intensificador da fruticultura especializada na região do Douro, por intermédio das directrizes que eram dadas aos funcionários das brigadas técnicas que actuavam sob a supervisão da Região Agrária de Trás-os-Montes. Sendo pouco expressivos os financiamentos directos, concedia-se aconselhamento agrícola e facultavam-se gratuitamente árvores seleccionadas pelos viveiristas do Estado. Este período constitui o auge do processo de expansão das *Prunus amygdalus* Batsch (Amendoeira) ainda que a modernização tenha tido um impacto muito menos significativo do que ocorreu na produção de maçãs na região de Alcobça ou mesmo, no caso do Douro, na área de Lamego e Távora. Há quem afirme que nesta época foram frequentes os diplomas de curso superior obtidos pelos filhos dos proprietários dos novos pomares.

Data da mesma época o surgimento de unidades de transformação e comercialização da amêndoa nas cooperativas do Douro Superior. Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986 e a conseqüente abertura do mercado à competição externa, nomeadamente da vizinha Espanha, a fruticultura da amêndoa sofre um forte impacto, dada a manutenção do seu carácter tradicional (Gráfico 4). Por outro lado, o reformismo agrícola nacional, ainda que muito mais apoiado financeiramente pelos fundos da Política Agrícola Comum, perdeu bastante em eficácia técnica. Os funcionários do Ministério que desenvolviam o seu trabalho no terreno, quer desempenhando funções no campo da extensão rural, quer no da experimentação e ensaios, passaram a ocupar essencialmente funções administrativas ligadas à avaliação das candidaturas aos programas comunitários.

O apoio técnico específico para a fruticultura, localizado a nível nacional em Alcobça, na Estação Nacional Vieira Natividade, apesar de ter continuado até meados da década de 90 a interessar-se pela experimentação e desenvolvimento varietal, assistiu progressivamente ao declínio da sua importância e capacidade de coordenação, estando hoje essa função praticamente extinta.

A responsabilidade técnica passou, por influência dos apoios comunitários para o associativismo local (associações de fruticultores) que no caso da região estão sedeadas em Foz Côa (Associação de Produtores da Amêndoa do Alto

Gráfico 4

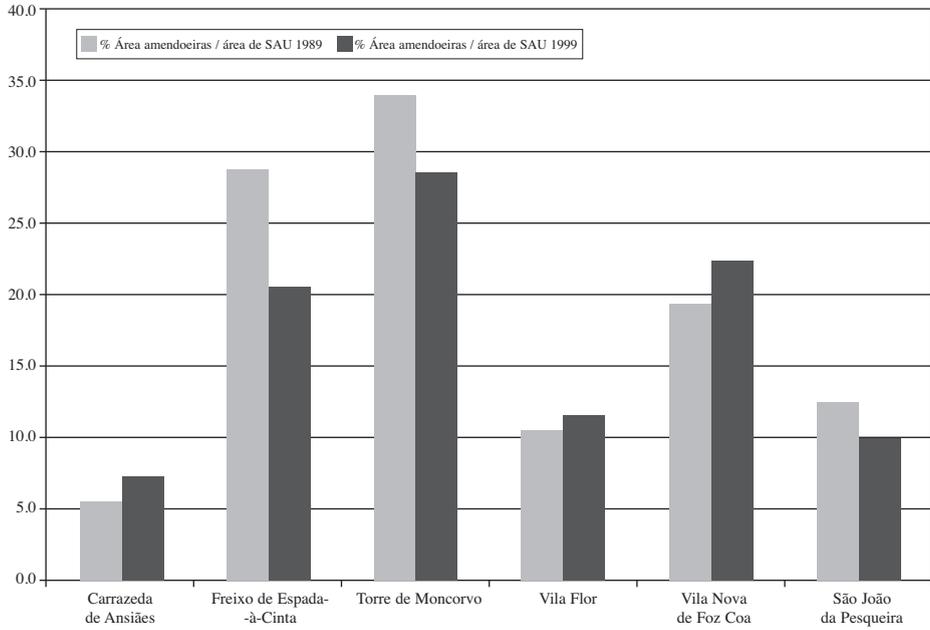
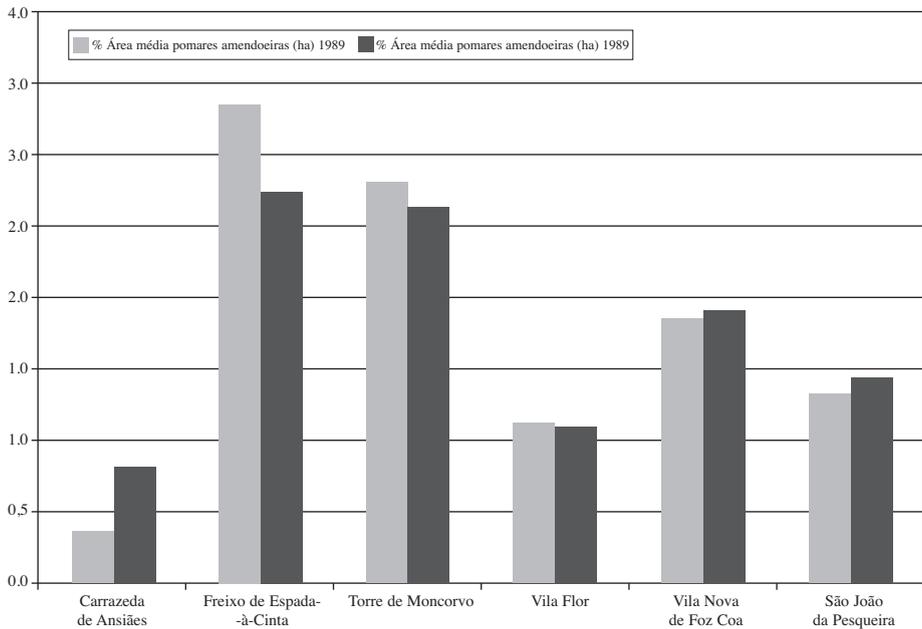


Gráfico 5



Douro e a recém criada Associação dos Amigos da Amêndoa). A denominação de Origem “Amêndoa Douro”, criada em 1994, tem ajudado a manter os níveis de rendimento, apesar da diminuição progressiva da área de cultivo (Gráfico 5). Ainda que se trate maioritariamente de explorações de cariz tradicional, têm-se reforçado as variedades importadas e seleccionadas (Ferragnés, Ferraduel, Ferrastar) em detrimento das variedades autóctones, melhores em termos de sabor (a exemplo da variedade Aleixa, extremamente doce) mas menos produtivas.

Outra condicionante resulta de no sector frutícola a organização comum de mercado não atribuir financiamentos directos à produção. Os projectos e subsídios são direccionados apenas para a plantação do pomar e para o equipamento e modernização das explorações e medidas agro-ambientais, daí ainda ser necessário investir muito na intensificação produtiva e no redimensionamento das explorações.

Entre os Recenseamentos Agrícolas de 1989 e de 1999, só ocorreu um aumento percentual da área de cultivo nos municípios onde se tem investido mais, por exemplo em termos de associativismo e no estabelecimento de redes de comercialização (tal como já foi referido anteriormente, Foz-Côa e Carrazeda de Ansiães).

Se é verdade que se tem assistido pontualmente ao reforço da capacidade produtiva local, essa dinâmica tem resultado mais do somatório de uma série de pequenas iniciativas por parte de instituições, que por vezes chegam a competir entre si no desempenho das mesmas tarefas, do que de um esforço articulado e de uma estratégia de desenvolvimento conjunta.

Então, poder-se-á colocar a questão de como inverter este quadro relativamente sombrio. Haverá que intervir a muitos níveis de modo a podermos competir no quadro do comércio internacional:

- Portugal exporta mais do que importa na amêndoa em casca mas é fortemente deficitário em miolo de amêndoa;
- Os organismos de investigação agronómica estão distantes da área de produção;
- As Cooperativas e os agrupamentos de produtores terão de ganhar terreno aos intermediários e de preferência, por razões de economia de escala, estabelecendo uma só estrutura de comercialização em todo o Douro Superior;
- Ao nível da selecção varietal, poder-se-á apostar nas variedades particularmente adaptadas às condições ecológicas da região do Douro (a já citada Aleixa, ou ainda a Parada, Casanova, Mourisca, Brita da Alfândega).

Diversos produtores referem as condições naturais de produção como determinantes para o reconhecimento qualitativo da amêndoa: *“Eis a questão. Nós temos produto de qualidade. Há muito trabalho a fazer neste sentido. Compete às autoridades fazê-lo”*; *“é estranho que os Espanhóis nos comprem amêndoa em casca e depois nós a vamos buscar em miolo, haveria que inves-*

tir muito mais nas estruturas de transformação". "*Temos qualidade, ainda é o que nos vale!, mas falta fazer muito nos sistemas de rega, na protecção face às geadas, na rede comercial que possivelmente teria de ter uma escala nacional e não local*". Convém destacar este último aspecto, geram-se desconfianças e receios de não se poder compensar o investimento, algo que possivelmente não ocorreria se as instituições e os produtores contassem com um só esquema que agrupasse toda a produção e garantisse o escoamento.

Só se obterão vantagens comparativas, mesmo recorrendo a uma produção de pequena escala comparativamente com Espanha, se for possível apresentar um produto de qualidade, ecológico e de tipo zonal. É obvio que ainda há muito a fazer e é necessário atingir antes uma primeira meta: manter e desenvolver explorações competitivas em termos económicos, contribuindo para estimular de novo a confiança dos agricultores. As vantagens de carácter social serão notórias, ao permitir a manutenção de algumas famílias que pertencem à economia rural e continuar a funcionar como cartaz turístico. Neste aspecto reside possivelmente o maior dilema com que se depara a região: o problema da progressiva perda populacional poder debilitar a sua principal base produtiva e económica. Neste caso, paisagem, sustentabilidade do território e da própria comunidade local são factores fortemente interdependentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a Política Comunitária para as áreas rurais tem vindo a destacar a importância das especificidades de cada território. A respectiva produção agrícola é factor de desenvolvimento local. Nesse sentido, comungamos das ideias de outros autores quando afirmam: "*as zonas rurais só se desenvolverão de modo durável, se elas criarem emprego, riqueza, oportunidades de realização pessoal. A diversificação e afirmação externa do mundo rural, mantendo o respeito pela sua especificidade e autonomia relativas, pressupõem capacidades de iniciativa e o surgimento de empresas mais robustas e qualificadas*"³. Pretendemos ilustrar estes princípios recorrendo ao exemplo concreto da região de Moncorvo e das suas produções agrícolas mais representativas. A agricultura e os agricultores não poderão deixar de ser os aliados de um desenvolvimento mais harmonioso, não só da região, mas de todo um país.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIACION IBERICA DE MUNICIPIOS RIBEREÑOS DEL DUERO, 1997 – *Douro/ Duero región fluvial: Proyectos piloto de cooperación en materia de ordenación del territorio en zonas específicas*, Aranda del Duero, s.n.

³ FERRÃO; LOPES, 2003: 140.

- CARRERA HERNÁNDEZ, F. Jesús (comp.), 2000 – *Cooperación transfronteriza: Castilla y León y Portugal*, Junta de Castilla y León; Centro de Documentación Europea de la Universidad de Salamanca. Madrid: Editorial Tecnos.
- DINIZ, Francisco Lopes, 1999 – *Desenvolvimento rural, que perspectivas? O caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*. Vila Real: Fundação Rei Afonso Henriques.
- FERRÃO, João; LOPES, Raul, 2003 – “Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations, politiques”, in *Géographie, Économie, Société*, 5, p. 140.
- GUICHARD, François; LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo; MARROU, Louis (coord.), 2000 – *Itinerários transfronterizos en la Península Ibérica*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- KLEMMER, Paul, 1996 – “Plaidoyer en faveur d’une politique européenne d’aménagement du territoire”, in *EUREG-Revue Européenne de Développement Régional*, n.º 4.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo; LOIS GONZÁLEZ, Rubén; GUICHARD, François (coord.), 1997 – “La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa” – *actas Simposium Vilar Formoso-1996*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 2000 – “El nuevo marco territorial de la región del Duero/Douro”, in *População e Sociedade*, n.º 6. Porto: CEPSE.
- MENDONÇA, João, 2005 – *Geografia das microiniciativas agrárias em Lamego e Távora*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (tese de Doutoramento em Geografia Regional).
- MIGUEL, Amando de (dir.), 2000 – *Imagem Social Recíproca de espanhóis e portugueses da fronteira – Fevereiro de 2000*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.
- REBANDA, Nelson Campos, 2003 – “A Evolução da Paisagem Agrária no Douro Superior”, in V.V.A.A., *Viver e Saber Fazer. Tecnologias Tradicionais na Região do Douro*. Peso da Régua: Museu do Douro.
- SIMÕES, José Manuel; PORTELA, José; CEPEDA, Francisco (coord.), 1996 – *A região fronteira de Trás-os-Montes: Diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.
- SOUSA, Carlos de Oliveira e, 2003 – *Comunidade de trabalho Castela e Leão – Norte de Portugal*, (texto de comunicação policopiado), s.l., s.n.
- SOUSA, Fernando de, 2000 – “As relações do Norte de Portugal com a região de Castela e Leão”, in *População e Sociedade*, n.º 6. Porto: CEPSE.
- TERRA PROGRAMME DOURO/DUERO, 2000 – *Terra programme: Douro river project region: Final report, balance and outlook of territorial planning in the Douro river*, s.l., Iberian Association of Riverside Municipalities of the Douro/Douro.
- V.V.A.A., 1995 – *Jornadas sobre relaciones transfronterizas, Cortes de Castilla y León, 4 y 5 de Octubre de 1994*. Valladolid: Cortes de Castilla y León.

IDEIAS E PROJECTOS DE JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE MONCORVO

Francisco Lourenço Vaz

A obra e acção de José António de Sá têm sido objecto de diversos estudos, entre os quais se destacam os de Fernando de Sousa, que tem dedicado a este autor um conjunto assinalável de trabalhos e divulgado, a bem da historiografia portuguesa do início da época contemporânea, numerosos textos do memorialista transmontano¹. Do mesmo modo José Luís Cardoso em algumas das suas obras analisou as obras e memórias de José António de Sá². Em anteriores trabalhos, tomámos também como base as obras de José António de Sá para estudar a faceta de economista, naturalista e viajante filósofo. Além dos impressos editados, encontrámos na Colecção Manisola da Biblioteca Pública de Évora, um assinalável conjunto de manuscritos autógrafos de José António de Sá. Trata-se de um importante espólio constituído por apontamentos, notas de leitura, colectâneas de legislação e outros inéditos. Nesses códices encontram-se, igualmente, muitos dos rascunhos das memórias e outros textos publicados posteriormente. Eles constituem uma fonte importante para vermos quais foram as suas leituras e autores que influenciaram o seu pensamento jurídico e económico³.

Com o presente trabalho procuramos aprofundar e publicitar as ideias e projectos de António de Sá para o incremento das actividades económicas, particularmente a agricultura e indústria, em Moncorvo e deste modo alcançar o bem-estar das populações. Temos como ponto de partida o pressuposto de que o conhecimento do passado é imprescindível para uma boa compreensão do presente e um poderoso auxiliar para conseguir uma prospectiva do futuro. Por isso, as questões que nos servem de orientação pretendem estabelecer uma ponte entre passado e presente, entre a realidade social e económica que José António de Sá encontrou em Moncorvo, quando começou a exercer o cargo de Juiz de Fora e depois Corregedor, e as que hoje existem. Entre outras podemos

¹ SOUSA, 1974, 1978, 1997, 1998, 2001.

² CARDOSO, 1987 e 1989.

³ Consulte-se a bibliografia final deste texto onde inventariamos todos esses textos de José António de Sá que faziam parte da Colecção Manisola, doada pelo Visconde da Esperança à Biblioteca Pública de Évora. Como a História do Livro e das Bibliotecas é um campo que nos interessa, e no qual temos projectos em curso, desenvolvemos pesquisas sobre a Colecção Manisola que poderão clarificar melhor a proveniência deste fundo.

enunciar algumas dessas questões: qual foi o diagnóstico que António de Sá traçou e nos deixou nos seus textos sobre Moncorvo e a respectiva comarca? Que soluções propôs para remediar os males, ou abusos? Qual a actualidade das ideias de António de Sá?

1. CONTRA OS ABUSOS

A situação económica que José António e Sá encontrou em Moncorvo, em finais de setecentos, caracterizava-se pela existência de uma agricultura atrasada e marcada pela ignorância dos lavradores. O seu diagnóstico é em diversos textos claro a esse respeito: “faltos de conhecimentos verdadeiros sobre a agricultura, trabalhando sempre pela simples rota, deixada pelos seus maiores; incapazes de inovar cousa alguma, ainda que lhe pareça útil, não fazendo experiências novas, nem mais que o método servil, uma vez adoptado”⁴. Além da ignorância e peso das práticas tradicionais, contribuíam igualmente para este atraso da agricultura o facto de Câmara e magistrados não respeitarem as leis, como reconhece em carta enviada ao Ministro do Reino, Melo e Castro, quando chegou a Moncorvo: “*estou persuadido que um grande obstáculo para florescimento da agricultura é a contínua vexação, com que as Câmaras e Justiças tratam os Lavradores fora do que mandam as Leis*”⁵.

O panorama nas actividades industriais era incipiente, a produção era marcada pelo peso da tradição e estagnação, particularmente na indústria da seda, onde se mantinha os métodos tradicionais e, por isso, importava segundo António de Sá introduzir novos métodos e práticas⁶. Do mesmo modo a estagnação era também evidente na indústria do ferro, como reconhece: “*A fábrica de ferro erecta, e demarcada no sitio de Mox de Carviçais da minha comarca, em 7 de Fevereiro de 1780, se acha parada e impedido todo o seu progresso, apesar das grandes despesas feitas pelo Patriótico Domingos Martins Gonçalves seu executor que em 13 anos, que têm decorrido ainda a não pode pôr em pé*”⁷.

Vejam agora como António de Sá procurou alterar esta situação, através do exercício do cargo de Juiz de Fora e depois Corregedor.

O cargo de Corregedor foi encarado, por António de Sá, na dupla acepção de “magistrado económico” e “magistrado de polícia”, para utilizarmos os termos e ideias que Ricardo Raimundo Nogueira veiculava, nessa época, no ensino jurídico em Coimbra. Em conformidade com as leis existentes e no plano económico, os Corregedores das Comarcas tinham como obrigação promover a cultura das terras, fazendo plantar árvores, aproveitar baldios e fisca-

⁴ SÁ, 1798: 179. Nas transcrições actualizamos a ortografia.

⁵ AHU – Reino, maço 19, fl.4.

⁶ “Em todas estas matérias descreverei a prática actual; e, expurgando-a dos erros, se estabelecerá em seu lugar aquelas que anunciam os melhores Autores, e Práticos”. SÁ, 1787: 2.

⁷ BPE, Cod. 437, *Memórias sobre a comarca de Moncorvo*, np.

lizar o trabalho dos vereadores “para fazerem emendar as suas negligências”. Deviam, também, desenvolver a cultura de amoreiras, a fim de criar bichos-da-seda e assim promover o “aproveitamento das fábricas estabelecidas no Reino”⁸. Finalmente, enquanto magistrados de polícia, tinham jurisdição nas comarcas, para averiguar se havia bandos e cabecilhas e aplicar o castigo respectivo, para proteger as pessoas que fossem insultadas por “homens poderosos”, para fiscalizar os clérigos e, de acordo com as Obrigações do Regimento dos Juizes de Fora, deviam zelar pela paz e segurança dos povos, mandando prender os criminosos e os que trouxessem armas proibidas⁹.

Era, sem dúvida, um cargo em que António de Sá podia pôr em prática muitas das ideias reformistas. Só que os seus desejos de reforma depararam com obstáculos locais que, além do quadro jurídico e do incumprimento das leis sobretudo das mais recentes, eram fruto do clientelismo característico da sociedade. O confronto deu-se com o Provedor da Comarca, António Pinto Escobar e foi originado pelos planos do António de Sá para cortar os abusos, exigindo o cumprimento das leis do reino, em especial a lei régia de 1 de Setembro de 1790.

O outro aspecto de litígio ocorreu nas correições de 1793, por António de Sá ter taxado salários aos provedores, “prescrevendo-lhe de que livros os devem levar, e quantos”. Terá também proibido salários aos escrivães e porteiros e determinado que o Provedor não devia “tomar as contas nos livros das audiências e condenações”, determinando que o livro para os salários era só o das receitas e despesa¹⁰.

Em confronto estavam duas concepções. Uma tentando defender um uso tradicional e interesses pessoais, o favorecimento de clientelas, muitas vezes sem grande suporte jurídico e outra a do Corregedor que queria ver as leis aplicadas e sobretudo as leis que se orientavam para obtenção de melhores receitas fiscais para o Estado e mesmo para uma melhor administração dos dinheiros públicos. Convém precisar que as ideias de António de Sá, relativamente aos baldios e campos maninhos, não punham em causa o bom usufruto das comunidades rurais dessas terras nem mesmo as antigas práticas comunitárias, o conselho, o pastoreio e plantação de árvores. Na verdade, ele não defendia nesta matéria o emparcelamento. Insurge-se mesmo contra algumas interpretações jurídicas que davam às Câmaras locais a propriedade dos pastos comuns, porque, segundo ele, o proprietário de todas essas terras era o Soberano, sendo os povos seus usufrutuários e as Câmaras meras administradoras¹¹. No mesmo sentido se insurge

⁸ NOGUEIRA, 1796: 220-221.

⁹ NOGUEIRA, 1796: 250.

¹⁰ SOUSA, 2001a: 5-78.

¹¹ ANTT, *Ministério do Reino*, Caixa 477, José António de Sá, *Dissertação de Direito Público Pátrio, em que se mostra ter S. Magestade dominio directo, e pleno nos campos Baldios*, 1790, fls. 10. A questão da propriedade dos baldios e terras comuns ficava assim aparentemente resolvida: o Rei era o seu dono, as câmaras administravam, ou arrendavam e cobravam as taxas respectivas e os povos através do conselho deviam proceder a sua manutenção, sobretudo dos caminhos, margens dos rios e ribeiros e outros similares.

contra a imposição de taxas camarárias sobre as plantas desses terrenos, considerando-as um dos motivos que estava a originar a desarborização do país. Na realidade, como testemunha o Corregedor de Moncorvo, os camponeses deixaram de plantar árvores para não terem de pagar as imposições camarárias.

“Mostra a experiência, que muitas Câmaras deste Reino em lugar de promover a plantação das Árvores nos Baldios, tem procurado os meios de a impedir pondo foro certo, e anual aquelas árvores, que a louvável indústria dos lavradores fez plantar nos mesmos campos que lhes facultam as Leis Agrárias deste Reino. (...) Este excesso das Câmaras tem feito, que muitos e extensos baldios como há neste Reino apareçam nus e despidos de todo o género de árvores (...). Por isso são estes Povos tão faltos de lenha e árvores com grande dano do público; ficando assim privados do melhor logramento, e uso, que podiam dos ditos campos; pois que a plantação em comum, sem apropriação do terreno não obsta a que todos plantem, e gozem da mesma vantagem, e utilidade, que eles podem prestar”¹².

Enquanto Corregedor, José António de Sá baseou-se nas diversas leis régias que isentavam os povos do pagamento de taxas ou foro sobre as árvores plantadas nos baldios, bem como da autorização para que as comunidades rurais usufruíssem desses campos e florestas para a sua actividade agrícola e serviço doméstico. Estavam neste caso a Provisões de D. José I de 20-3-1768, dirigida aos habitantes de Freixo de Numão, uma outra, do mesmo monarca de 20-2-1776, dirigida aos habitantes de Castelo Branco (Mogadouro) e a Provisão de D. Maria I de 2-3-1784, dirigida à Câmara de Torre de Moncorvo¹³. António de Sá não está, portanto, contra os usos comunitários dos povos, nos quais reconhece benefícios económicos evidentes; o que pretende é uma uniformidade legislativa, que as leis do reino se cumpram e que, nomeadamente, as Câmaras cumpram as suas obrigações de zelar pelos dinheiros públicos e interesses dos cidadãos. Todavia, a profusão legislativa, por um lado, e o estabelecimento de redes de clientelas, por outro, constituíam obstáculos a uma cobrança fiscal eficaz, como sublinhou Peter Burke e este exemplo comprova¹⁴. A criação da Superintendência da Décima no tempo de Pombal pode ser considerada como a primeira grande tentativa do Estado para criar um mecanismo autónomo eficaz para a cobrança fiscal. António de Sá irá desempenhar mais tarde o cargo de Superintendente da Décima e, sem pretendermos fazer aqui uma análise da sua actuação¹⁵, importa reter que no seu pensamento jurídico esta exigência no cumprimento da lei e da eficácia fiscal, é mais um aspecto em que a herança do pombalismo se faz sentir. Aliás a própria superintendência é considerada nas

¹² ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 356, n.º 34, fl. 9v-10.

¹³ Todas estas provisões foram por ele transcritas, para corroborar as suas teses e correição. Ver SOUSA, 1974: 223-327.

¹⁴ BURKE, 1994.

¹⁵ Encontrámos alguns textos do Superintendente e outros tratando desta matéria: AHBP, pasta 2, doc n.º 1, José António de Sá, *Recopilação de 9 memórias sobre a Décima*, sd. (1805?), 3 fls.

análises históricas mais recentes como uma base para a reforma fiscal que Costa Cabral efectuou em meados do século XIX¹⁶.

O Corregedor de Moncorvo pensava, portanto, que o quadro jurídico existente tinha todos os ingredientes para reformar a sociedade. Mais do que novas leis o país necessitava era de ser viajado, por viajantes filósofos. Ou seja, devia primeiro fazer-se o diagnóstico dos males, de forma objectiva como mandava a Aritmética Política, através de uma observação e mesmo experimentação, seguidas de um registo sempre que possível numérico, para posteriormente se proceder a reformas.

2. A VIAGEM FILOSÓFICA

A viagem começa por ser importante para proceder a um diagnóstico correcto e exaustivo da situação económica e social. De facto, uma das mensagens que a leitura dos textos de António Sá veicula, à semelhança de outros dos nossos economistas de finais de setecentos é a constatação das grandes potencialidades que a região, tal como o restante território nacional encerrava. O nosso atraso relativamente às nações laboriosas do norte da Europa tinha subjacente uma razão estrutural radicada na ignorância e desprezo com que muitas vezes se olhava para o próprio território nacional. Ou seja, os portugueses não conheciam verdadeiramente os recursos naturais que tinham. Até as palavras dos cientistas estrangeiros eram lapidares nessa constatação, tal como Lineu terá dito numa carta dirigida a Domingos Vandelli, e que António de Sá cita: “*Oh Bom Deus quão infelizes seriam as outras gentes se os Portugueses conhecessem os bens, que a Natureza produz entre eles!*”¹⁷.

A máxima do cientista sueco tinha inerente o imperativo de os portugueses abrirem os olhos para as imensas riquezas do território nacional. E para António de Sá esse conhecimento obtinha-se com a viagem política e filosófica. As suas ideias relativamente a este projecto surgem fortemente influenciadas por Domingos Vandelli, cujas lições seguiu em Coimbra. Na realidade foi em torno de Vandelli e do seu magistério que se constituiu um núcleo de intelectuais, que partilhavam esta vontade de proceder a um rigoroso conhecimento do território nacional, um conhecimento o mais actualizado possível, de acordo com os conhecimentos científico e técnicos.

Não era, portanto, apenas uma viagem turística, ou de cariz romântico, em busca simplesmente das belezas da natureza; embora, essa sensibilidade

¹⁶ MADUREIRA, 1997: 624. Neste estudo se diz que a opção do governo de Costa Cabral, para proceder a reforma das finanças públicas, foi aproveitar a única rede “acumulada sobre todo o território nacional a nível da administração directa pela fazenda...a superintendência para a cobrança das décimas”. A razão invocada é que neste “*aparelho fiscal de raiz*”, criado por Pombal, os contratadores nunca tiveram influência na colecta da décima.

¹⁷ SÁ, 1783: 26.

romântica tenha também influenciado este projecto. A proposta do mestre italiano aponta mais para uma viagem de cariz científico, para a recolha de elementos úteis às ciências naturais e à economia, pois que o próprio resultado, segundo nos diz, é “uma descrição física, e económica de todo o reino”, a começar pelo continente e prosseguir depois nos territórios ultramarinos. Só com este conhecimento rigoroso, “se pode conhecer o que o nosso país tem, e do que é capaz”. As ideias de Vandelli e dos companheiros das viagens filosóficas seriam posteriormente apoiadas e incentivadas pela Academia Real das Ciências, que fomentou e promoveu diversas expedições desse género no território nacional¹⁸.

A viagem filosófica foi pensada pelo Juiz de Fora de Moncorvo como um dos meios para libertar o país da dependência estrangeira, por ser um primeiro passo para a imprescindível exploração das suas potencialidades económicas. Ele aprofundou o tema como nenhum outro, procurando conjugar os dados empíricos que recolhia nas suas deambulações, com as leituras dos naturalistas e economistas ingleses e franceses. O facto de ter nascido no “Reino Maravilhoso”, de que nos fala Miguel Torga, terá sido importante para esta propensão ou atracção pela viagem. Em 1783, redigia o *Compendio das Observações que formam o plano da Viagem Política, e Filosofica* e nele traçava os parâmetros que deviam seguir estas viagens, apontando mesmo o exemplo de algumas que fizera, por terras de Bragança: à serra de Montesinho, a França e a Chacim.

Os textos de António de Sá comprovam que continuou com esta salutar prática de proceder a viagens filosóficas para fundamentar a sua actuação política e jurídica. Por exemplo em prole da florestação:

“Fiz juntar os oficiais da Câmara, e alguns homens velhos da governança entendidos na agricultura, e com eles visitei o concelho decorrendo os montes baldios matas etc., observando o seu aproveitamento e estado tanto nos campos públicos como particulares. Demarcamos, e notamos os baldios que deviam ser plantados de árvores e os que de outros géneros; os montes mais próprios para matas, e assinalamos os terrenos convenientes a cada espécie; descemos às ribanceiras dos rios, examinamos os males, ou bens que lhe causam as enchentes, e depois de termos feito uma visita formal, e circunstanciada, formaram-se autos com todas as reflexões, e observações, e sobre estes os meus provimentos”¹⁹.

É portanto, este desejo de fazer um levantamento exaustivo, registando todos os dados observáveis e traduzindo de preferência a realidade em números que a acção do Corregedor de Moncorvo comprova. Cruzam-se nos seus textos e acção política o rigor da aritmética política com a vontade de inovar e promover alterações que se traduzam no incremento do sector produtivo.

¹⁸ VAZ, 2002: 375-402.

¹⁹ SOUSA, 1974: 35.

Esse reformismo económico está presente na vontade de dar à região uma agricultura próspera e produtiva, baseada no conhecimento das novas técnicas e no conhecimento químico; bem como uma indústria semelhante à dos países europeus. Neste último domínio preocupa-se com a plantação de amoreiras, indispensável suporte para a indústria da seda e em desterrar desta indústria os métodos tradicionais. Mas importa sempre ter presente este espírito de viajante filósofo, que fundando-se na observação directa da natureza, ou dos estabelecimentos fabris, constitui a base de toda a intervenção esclarecida em prol do fomento. Dois exemplos da acção de António de Sá podem ajudar a compreender esta atitude.

O primeiro é a promoção da plantação de amoreiras, que António de Sá impulsionou logo que chegou a Moncorvo. Esta plantação decorreu debaixo de uma contabilidade e fiscalização rigorosas, tal como comprovam os mapas que então se fizeram para os anos de 1787 e 1788.

Quadro 1 – Plantação de Amoreiras em Moncorvo e seu termo (1787-1788)

Locais	1787				1788
	Distribuição	Plantação	Presas	Secas	Distribuição
Moncorvo	619	617	361	256	256
Urros	444	737	329	408	150
Peredo	292	357	123	234	134
Açoreira	131	130	48	82	81
Maçores	509	501	221	280	504
Souto	252	252	103	149	187
Felgar	1421	1184	569	586	592
Larinho	427	265	98	167	202
Felgueiras	253	253	115	138	158
Cabeça Boa	401	401	131	269	131
Mouro	327	307	103	204	113
Horta	132	132	86	46	90
Estevais	294	298	226	73	61
Póvoa	103	103	48	55	35
Totais	5605	5537	2561	2917	2694

Fonte: AHU, *Reino*, Maço 19, fl. 1.

Deste modo só com a viagem filosófica, em que a aritmética política ocupa um lugar de destaque, pelo registo numérico de todos os dados, se pode comprovar o sucesso das iniciativas e fazer um acompanhamento das reformas levadas a cabo. É assim nesta mentalidade quantitativa que devemos situar o reformismo de António de Sá.

O outro exemplo é o seu testemunho sobre o Real Filatório de Chacim, estabelecimento nascido com todo o apoio governamental e norteadado pela vontade de reformar o método do fabrico da seda, tendo em vista um relançamento desta indústria em Trás-os-Montes. Já em anteriores trabalhos analisámos a instituição e funcionamento do Filatório de Chacim, bem como o testemunho crí-

tico que Sá nos deixou volvidos poucos anos após a fundação do estabelecimento²⁰. O que gostaríamos de sublinhar é o seu apelo à iniciativa privada, à liberdade de produção e de concorrência, para dar um impulso ao estabelecimento e, mais uma vez, o seu espírito de bom observador sobre os males e abusos que já se tinham instalado²¹.

O espírito de viajante filósofo resume-se, portanto, a três parâmetros fundamentais e que podemos considerar com plena actualidade. O primeiro é a observação rigorosa da realidade, seja ela social económica ou cultural – porque na viagem filosófica deve ser concedida atenção aos aspectos que se prendem com o património cultural e artístico, mesmo ao património imaterial como os usos e costumes, lendas e tradições populares. O segundo é que esta observação rigorosa de pouco servirá se não for completada com registo numérico e discursivo de todos os dados e a recolha de espécimes para o museu natural. Finalmente, e munido dos conhecimentos e registos efectuados, o viajante filósofo propõe as reformas consideradas importantes para superar os abusos existentes, aumentar a produção e produtividade, melhorar a instrução das populações e conseguir o bem-estar e aumento da riqueza da Nação. Mas mesmo nesta faceta reformista o viajante filósofo deve ter em consideração que todas as medidas implementadas implicam uma fiscalização atenta e cuidada, persistindo sempre neste objectivo de um conhecimento rigoroso e espírito reformista.

3. ACTUALIDADE DAS IDEIAS DE ANTÓNIO DE SÁ

A Internet é hoje uma tecnologia surpreendente, uma autêntica janela que os indivíduos e as instituições têm ao seu dispor para obter informação e comunicar entre si com recursos escassos, quer de tempo, porque é a velocidade da luz, quer de numerário. Diversos são os estudos que falam do impacto económico que esta tecnologia está a provocar, havendo até muitos que consideram que a sociedade baseada nos modos de produção, está agora a ser substituída por uma outra baseada nos modos de informação²². Sem querermos abordar neste trabalho esta temática, não podemos esquecer a importância que a Internet está a ter nas sociedades actuais e alertar para uma boa utilização deste meio de comunicação e informação.

²⁰ VAZ, 2002: 409; VAZ, 2003: 11-28.

²¹ “Não acho outro meio de se pôr outra vez em bom pé, se não deixando de vexar os lavradores e de lhe coarctar a sua liberdade: para o que se devia fazer o mesmo que em Sardenha; entregando-se debaixo das condições que parecerem convenientes, este estabelecimento a alguns Capitalistas; Negociantes da Província; e estes comprarem o casulo ao Lavrador; livremente e sem coacção; e me persuado que eles os venderiam de boa vontade; porque algumas vezes os vendem assim: ou finalmente mandar S. Majestade comprá-los: ou emprestar algum dinheiro debaixo da direcção que parecer mais própria. Ficando sempre o Lavrador satisfeito; e em plena Liberdade: desonerando os povos do imposto das lenhas”. Ver SÁ, 1791.

Nos nossos dias há uma nova categoria de viajantes e de nomadismo, os viajantes do ciberespaço, em que paulatinamente nos vamos transformando. Por isso, se estivermos imbuídos do espírito de viajante filósofo dos nossos dias, o gesto mais natural é que quando queremos recolher informações sobre Moncorvo, o primeiro meio que usaremos é um motor de busca onde colocando a palavra nos surgirão uma série de sítios que podemos visitar calmamente no ecrã do nosso computador. E esta consulta vai determinar a ideia que temos da terra e das gentes e vai igualmente ajudar a tomar uma decisão, a de viajar (agora fisicamente) ou não para aprofundar o conhecimento sobre a terra, para fazer turismo, ou uma visita de estudo. É portanto indispensável que as instituições tomem em consideração o poder desta nova tecnologia para a vida económica contemporânea.

Em busca de uma informação mais pormenorizada, sobre a terra e as gentes, visitámos a página que a Câmara de Moncorvo oferece sobre o concelho e não podemos deixar de salientar e alertar para alguns aspectos. De um modo sintético a página dá-nos uma informação, que pensamos ser genericamente credível, sobre a vida económica, do “concelho mais comercial e urbano do Douro Superior”, destacando os produtos mais emblemáticos: o vinho, “o melhor azeite do mundo” e a amêndoa, sublinhando que a região é a maior produtora nacional. Os problemas que a leitura dos dados referenciam resultam, sobretudo, da falta de população, o concelho perdeu metade da população nos últimos 50 anos²³.

A notícia histórica não foi certamente uma preocupação dominante dos autores da página. Com efeito, a história termina no século XVIII, sem uma única referência a época contemporânea, a José António de Sá ou aos acontecimentos marcantes do século XIX e XX, como a luta liberal, a participação na grande guerra, a guerra colonial, e outros da história recente. Considerou-se, talvez, pouco determinante um conhecimento da História local e no entanto, a História constitui um bom investimento, quer para repensar o presente quer para valorizar a herança do passado. E mesmo sobre o património artístico e natural a informação é muito escassa e as imagens são pobres. Embora se diga, quando se descreve a geografia do concelho, que a paisagem está marcada pelo “belo horrível” e que este “é o mundo mais natural e selvagem que existe no país”²⁴.

As informações que o público de cibernautas pode recolher sobre as instituições e estabelecimentos culturais deixam muito a desejar. Se relativamente à Biblioteca e Arquivo são dadas informações precisas e até fundamentais,

²² CASTELLS, 2005: 17-18.

²³ Página Web da Câmara Municipal de Moncorvo, disponível em: <http://www.cm-moncorvo.pt/index.asp>

²⁴ O uso desta adjectivação excessiva é muitas vezes um factor de descrédito para os mais entendidos. A ser verdade, as imagens que se apresentam não nos dizem muito sobre esse mundo selvagem. Ora como uma imagem vale mais do que mil palavras, urge rectificar este aspecto e mais do que adjectivos usar imagens desse ambiente natural e selvagem que abundam no concelho, particularmente nas escarpas dos rios e ribanceiras.

como horários e sobretudo é disponibilizada *on line* a lista completa de manuscritos que os investigadores podem consultar, informação de louvar em prol da investigação histórica do país e da região, já sobre o Museu do Ferro a informação está cheia de lacunas.

Esta incursão na página que a Câmara Municipal de Moncorvo oferece aos visitantes tem para nós todo o sentido, porque como referimos comprova a actualidade das ideias de António de Sá, em particular a suas ideias e projectos relativamente à viagem política e filosófica. De facto, para quem defendia uma informação rigorosa sobre a realidade através da viagem, e recorrendo a todos os meios, não podemos deixar de considerar que essa ideia tem agora na Internet um meio poderoso para a alcançar. Consequentemente gostaríamos de continuar com este exercício de chamar a colação outros parâmetros já apresentados e que abundam nos textos do Corregedor Moncorvo.

Recordemos as palavras de António de Sá, relativamente as potencialidades do país: “*Prescindindo das nossas Américas, Portugal é um país riquíssimo, que esconde, no seu seio, riquezas, e preciosidades imensas*”²⁵. Estaremos cientes desta realidade, ou estamos descrentes e continuaremos a mendigar o pão estrangeiro? Ousamos considerar que estamos como há duzentos anos, e que continuamos a mendigar o pão estrangeiro. Do que se está à espera para fixar população numa região como esta em que se produz o “melhor azeite do mundo”, um dos vinhos mais conceituados e de prestígio internacional?

No contexto da era da globalização em que vivemos, cada país e cada região deve afirmar-se nas produções em que tem tradição e é bom ou excelente. Muitos têm sido os avisos dos economistas credenciados para o país apostar em dois sectores em que se conjugam esses dados: o vinho e o azeite. É nisso que Portugal foi bom, desde praticamente o início da nacionalidade e sobretudo desde os tempos pombalinos, é nesse *cluster* que o país e particularmente Moncorvo e todo o Douro devem apostar.

Fala-se muito de turismo, e neste congresso aconteceu isso mesmo. Mas também como se alertou, e bem, o turismo pode estar a ser considerado como que a panaceia para todos os males, esquecendo a base indispensável para um desenvolvimento sustentável. Ou seja, não há futuro para um turismo em meios rurais, sem que haja um sector produtivo dinâmico.

Na nossa opinião o grande problema, e que era já apontado por José António de Sá, é de facto a falta de população. Como historiador recorreremos ao passado, e particularmente ao passado recente, a estes últimos 50 anos em que Moncorvo e provavelmente todo o Nordeste perderam metade da população.

Os factos mostram-nos que nos últimos cinquenta anos se passou da ruralização do país, levada a cabo pelo Estado Novo, para o despovoamento e abandono dos campos que a Revolução dos Cravos agravou e, com a consolidação do regime democrático, se instalou. A ruralização salazarista assentava em dois

²⁵ SÁ, 1783: 35.

pés de barro: salários baixos e insuficiência tecnológica. Com o lema “Estado rico cidadão pobre”, o salazarismo só podia pensar em agricultores servis e amordaçados e, por falta de uma verdadeira economia de mercado e liberdade económica, presas fáceis nas mãos dos usurários e agiotas. Mesmo assim as nossas aldeias apresentavam uma vitalidade surpreendente, que nem o contínuo fluxo migratório, primeiro para a América do Sul e depois para a Europa parecia pôr em causa. Um bom exemplo daquela vitalidade, apesar de no início dos anos 70 os sintomas da doença serem já evidentes, é o facto de a primeira geração de emigrantes europeus, investir as suas economias na sua aldeia, comprando terras e fazendo ou refazendo casas. Este deveria ter sido o momento para o poder político intervir, mas com o 25 de Abril três novos flagelos, ou para usarmos uma linguagem metafórica mais três cavaleiros do Apocalipse se juntaram ao da emigração: a usura dos bancos, de mãos dadas com a especulação imobiliária, e o pseudo-ambientalismo. Os nossos governantes deram a estes cavaleiros direitos e regalias, muitas vezes invocando o progresso e bem-estar dos povos, mas que no fundo eram dados em troca do apoio eleitoral.

É conhecido o efeito desta política económica que continua a ter um sector bancário de lucros avultados e que pouco tem investido na actividade agrícola, mas que se tem orientado mais para o sector da construção e especulação imobiliária. Do mesmo modo é conhecida a fúria ambientalista que se abateu sobre as populações rurais e regiões desfavorecidas. Não negamos que as reservas e parques naturais podem entender-se e são medidas acertadas, até porque a sua origem científica e romântica cultiva o sentido estético e constitui um bom investimento e valoriza o património natural. Mas que se impeça a construção de estradas, pontes, barragens – tantas vezes necessárias para abastecer de água as populações, e reduzir a dependência energética do país – e outras infra-estruturas em nome da protecção da Natureza, é um sacrilégio, que ofende a própria Natureza e o homem. Com tal fúria não é de espantar que na página *web* da Câmara de Moncorvo se afirme que a região é escassa em recursos hídricos, apesar dos rios e ribeiros que aqui se cruzam, certamente para arranjar argumentos em prol da construção a barragem do Baixo Sabor, que a fúria ambientalista quer impedir a todo o custo.

Identificados os abusos, e continuando a tomar como inspiração as ideias e projectos de António de Sá, urge procurar os remédios. E depois de estarmos mentalizados que esta região tal como país possui riquezas imensas, importa corrigir a ruralização levada a cabo pelo Estado Novo, ou seja, devem ser desencadeadas medidas tendentes a atrair capital humano para o sector produtivo, que tome como base a tradição e a inovação. Uma valorização do trabalho agrícola e dos saberes tradicionais recuperados constitui uma boa estratégia para um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o contexto mudou, e agora não podemos pensar à escala regional mas sim numa escala mundial e global. Por isso, os desafios são muitos e passam por uma nova atitude que aceite a diferença, que se abra mesmo aos contributos vindos das mais diversas partes, a migrantes que queiram povoar esta terra abençoada por Deus, e sacri-

fique alguns regionalismos, em prol do interesse colectivo. É também indispensável dar uma atenção especial aos meios de informação e comunicação e, *last but no least*, uma aposta na formação e inovação em todos os domínios. É nesta trilogia instrução, informação e cooperação, que de certo modo já António de Sá defendia, que encontramos as bases para um desenvolvimento sustentável de Moncorvo e de todo o Nordeste Transmontano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

- Arquivo Histórico do Banco de Portugal (AHBP), *Aviso sobre as Contas da Superintendência Geral das Décimas*, de 20 de Abril de 1771, pasta 1, doc. n.º 2, fl.1.
- Arquivo Histórico do Banco de Portugal (AHBP), José António de Sá, *Recopilação de 9 memórias sobre a Decima*, sd. (1805?), pasta 2, doc n.º 1, 3 fls.
- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Relação ou mappa de amoreiras que se distribuíram, plantaram, prenderão e secarão nesta villa de Moncorvo e lugares de seu termo no presente anno de 1787*, 3 de Dezembro de 1787, Reino, Maço 19, 2 fls.
- Biblioteca Pública de Évora (BPE) – Cod. 160, Jose António de Sá, *Colectanea de documentos officiais, cartas, requerimentos, representações, certidões do Corregedor de Moncorvo*, 179?, np.
- Biblioteca Pública de Évora (BPE) – Cod. 196, *Mappa do Estado actual da provincia de Tras os Montes feito no anno de mil setecentos novenmta e seis pelo Bacharel Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juiz comissario da sua demarcação, conforme informações dadas pelas Camaras, Juizes das Terras, e Parocos*, 1796.
- Biblioteca Pública de Évora (BPE) – Cod. 329, *Miscelânea de Jose Antonio de Sá*,, 1780-1790?, 179 fls.
- Biblioteca Pública de Évora (BPE) – Cod. 401, *Jornada pello Tejo. Escrito Económico por ocasião de uma digressão às Lezírias do Ribatejo feita em 1792*, 1792, fls. 154.
- Biblioteca Pública de Évora (BPE) – Cod. 437, *Memórias sobre a comarca de Moncorvo*, 1790-1793,np.
- Biblioteca Pública de Évora (BPE) – Cod. 468, *Miscelânea sobre agricultura, leis agrárias, comércio, cultivo de Amoreiras e indústria da seda*, sd (179?) 312 fls.
- Biblioteca Pública de Évora (BPE) – Cod. CXII/ 1-17 – *Prelecções de direito publico de Portugal* de Ricardo Raimundo Nogueira, 1796, 326 p.

Bibliografia

- BURKE, Peter, 1994 – *História e Sociologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- CARDOSO, José Luís, 1997 – *Pensar a Economia em Portugal. Digressões Históricas*. Lisboa.
- CARDOSO, José Luís, 2005 – *Domingos Vandelli Memórias de História Natural*. Porto.
- CARDOSO, José Luís, 1987 – *Memórias económicas inéditas (1780-1808)*. Lisboa.
- CARDOSO, José Luís, 1989 – *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa.
- CASTELLS, Manuel, 2005 – *A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura*, vol I: *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Gulbenkian (1.ª edição, 2000).

- MADUREIRA, Nuno Luís, 1997 – “A sociedade civil do Estado. Instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847)”, in *Análise Social*, n.º 142. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SÁ, José António de, 1790 – “A Memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, dir. de Fernando Sousa (1974), in separata da Revista *História* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. IV. Porto.
- SÁ, José António, 1783 – *Compêndio de observações, que formão o plano da Viagem Política e Philosophica que se deve fazer dentro da Pátria*. Lisboa: Oficina de Francisco de Sousa.
- SÁ, José António, 1787 – “Descrição Económica de Torre de Moncorvo”, in *Memorias Económicas da Academia das Ciências*, dir de José Luís Cardoso, tomo III. Lisboa: Banco de Portugal.
- SÁ, José António, 1787 – *Dissertações Philosophico-Políticas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências.
- SOUSA, Fernando de, 2001 – *A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)*. Lisboa.
- SOUSA, Fernando de, 2001a – “A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII”, *Revista População e Sociedade*, n.º 7. Porto: CEPES.
- SOUSA, Fernando de, 1974 – *A Memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, separata da Revista *História* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. IV. Porto.
- SOUSA, Fernando de, 1978 – “A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1780-1812), in separata da *Revista de História Económica e Social*, vol. II. Lisboa.
- SOUSA, Fernando de, 1995 – *História da Estatística em Portugal*. Lisboa.
- SOUSA, Fernando de, 1998 – *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá*, separata da revista *População e Sociedade*, n.º 3. Porto.
- VAZ, Francisco, 2002 – *Instrução e Economia. As ideias Económicas no discurso da Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- VAZ, Francisco, 2003 – “A Escola de Fiação e Filatório de Chacim (1788-1866)”, in *Brigantia*, vol. XXIII, n.ºs 3-4.
- VAZ, Francisco (2004) – “Livros e Leituras para Instrução Económica do Povo (1746-1820)”, in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 2002-2003, t. II.
- VAZ, Francisco, 2005-A – “Descentralização e Desenvolvimento Económico. Os projectos de Sociedades Económicas em Finais de setecentos”, in *O Poder Local em Tempo de Globalização*. Viseu: Palimage.
- VAZ, Francisco, 2005 – “O grande livro da Natureza nas viagens filosóficas de José António de Sá”, in *Imagens da Ciência em Portugal*. Lisboa: Caleidoscópio.

Textos e imagens em URL

Câmara Municipal de Moncorvo, in <http://www.cm-moncorvo.pt/index.asp>

FONTES DE CAPITAL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS COMUNIDADES DO INTERIOR: O CASO DE TORRE DE MONCORVO

David Justino

O convite feito pelo CEPESSE a alguns investigadores da área das ciências sociais e humanas no sentido de identificar os potenciais cenários de desenvolvimento estratégico do Concelho constituiu uma excelente oportunidade para recuperar alguns dos quadros analíticos que haviam sustentado a investigação no domínio da sociologia e economia históricas sobre a formação do espaço económico nacional ao longo do século XIX e primeira década do século XX¹.

Desses quadros analíticos retiro uma ideia de base para servir de ponto de partida para o problema colocado pelo desenvolvimento periférico das comunidades do interior de Portugal. À tradicional perspectiva da oposição litoral-interior, tentei então interpretar as dinâmicas de desenvolvimento local na perspectiva dos sistemas espaciais regionais, em que as relações centro-periferia acabariam por revelar um poder explicativo do desenvolvimento e do atraso bem mais rico que a dicotomia tradicional entre as regiões do litoral supostamente mais desenvolvidas e as regiões do interior, necessariamente mais pobres.

Essa abordagem que considero “tradicional” assentava nos quadros teóricos do desenvolvimento dualista, assente na dicotomia e “oposição” da modernização e do desenvolvimento capitalista por um lado, face às estruturas sociais bloqueadas do interior, ainda dominadas pelos constrangimentos económicos e institucionais de Antigo Regime, por outro.

A abordagem proposta para se compreender o particular processo de formação do espaço económico nacional privilegiava o que poderemos designar por duplo dualismo: duas regiões (norte e sul), entendidas enquanto dois sistemas sociais com elevado grau de autonomia e dinâmicas diferenciadas de mudança (uma assumidamente capitalista, polarizada por Lisboa, a outra irresistivelmente mercantil, debilmente polarizada pela cidade do Porto), configurando cada uma delas no seu próprio seio expressões de dualismo intra-regional que se poderiam tipificar como relações centro – periferia.

Nesta perspectiva, mais do que falar das regiões do interior atrasado, importava destacar o carácter periférico desses espaços, a dificuldade de acederem e

¹ JUSTINO, 1987-1989.

de se integrarem em mercados mais alargados, quer de dimensão nacional, quer internacional, bem como da dificuldade em superarem as estruturas de autoconsumo, independentemente de se situarem no litoral ou no interior.

Uma segunda ideia que orienta esta abordagem prende-se a necessidade de se repensar a abordagem da economia clássica que confinava todo o processo produtivo à combinação óptima dos preços dos três factores de produção: terra, trabalho e capital. Cada vez mais se tende a decompor essa trilogia num sistema de interacções um pouco mais complexo, tendendo a valorizar o que até ao presente se entendia como variáveis de contexto, não determinantes do processo produtivo e geralmente tida como desprezíveis: capital humano, capital natural e capital social.

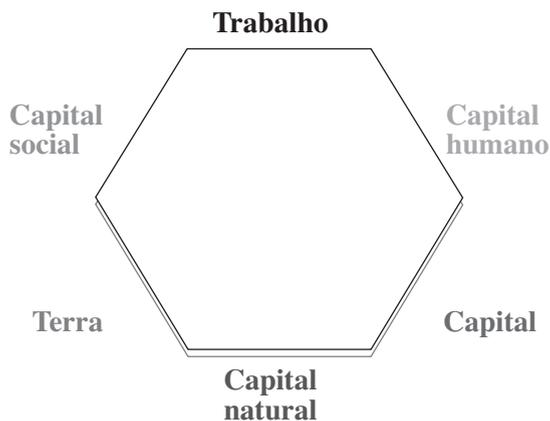
De forma sucinta passaremos a definir o que entendemos por cada um desses três novos “factores de produção”.

Por capital humano entende-se o stock de capacidades (conhecimentos, competências, habilidades e experiência adquirida) afectas ao factor trabalho.

Não se trata da quantidade indiscriminada do factor trabalho e do seu preço que se combina, mas antes da qualidade desse factor susceptível de conferir dinâmicas de competitividade e de sustentabilidade ao processo produtivo.

Por capital natural, entende-se o stock de recursos naturais indispensáveis à reprodução e sustentabilidade de todas as formas de vida, especialmente para a vida e a actividade humanizada e qualificada num determinado ecossistema. Esses recursos não poderão ser confundidos apenas com a disponibilidade de matérias-primas indispensáveis à reprodução da base produtiva ou do stock demográfico, englobando, pelo contrário, desde a paisagem ao património edificado, da qualidade da água e do ar, como factores de competitividade social e territorial.

O conceito de capital social, ainda que recente e de difícil definição, tem a maior utilidade se o entendermos como a maior ou menor capacidade de mobilizar activos sociais (confiança, normas e valores sociais, cooperação e sentido de solidariedade), geralmente alojados em redes de interacções sociais, para a prossecução de objectivos comuns às comunidades locais, regionais ou nacionais.

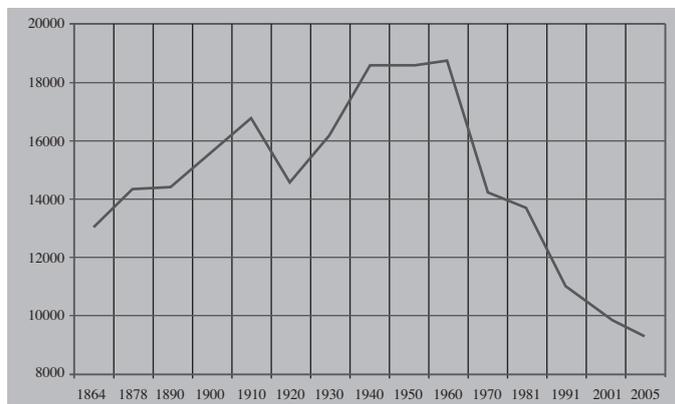


Estes três novos conceitos são a chave para uma visão mais holística do desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, mais actual face aos desafios colocados mais recentemente, desde a globalização à economia do conhecimento e da informação, da sustentabilidade ambiental à valorização do que poderemos designar como capital cultural, tangível e intangível, como factor de desenvolvimento. Não são, entretanto, isentos de dificuldades acrescidas de operacionalização, especialmente quando pretendemos aplicá-los à escala micro, quando têm sido testados, na maior parte dos casos, à escala macrossistémica.

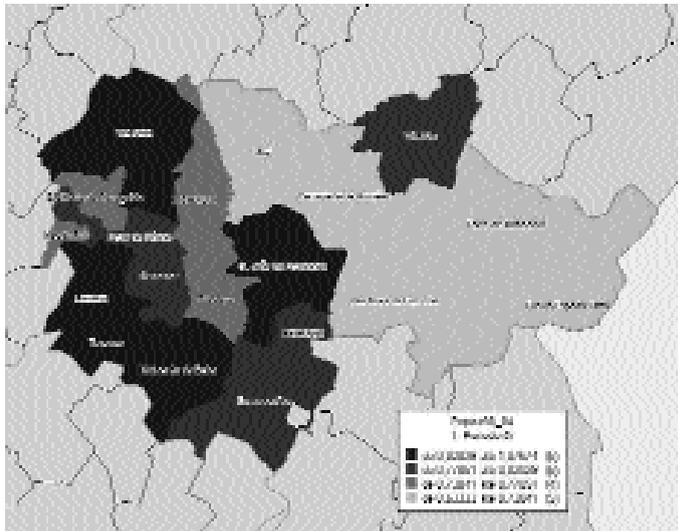
A terceira e última ideia que pretendo aplicar ao caso das comunidades do interior traduz-se em saber até que ponto o movimento da globalização associado ao maior acesso da informação através das novas tecnologias da informação altera de forma significativa a condição periférica das comunidades do interior do país, promovendo um autêntico *bypass* às funções de intermediação dos pólos e centros de dominação regional.

Principais indicadores e representações gráficas utilizados na conferência:

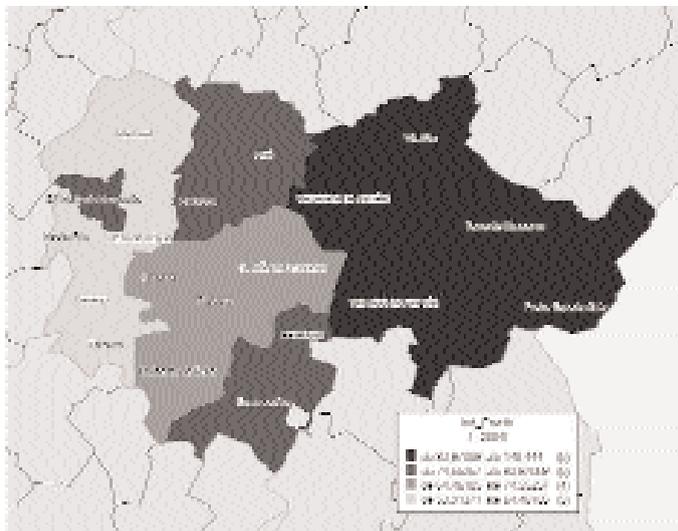
Evolução da População residente no Concelho de Torre de Moncorvo (1864-2005)



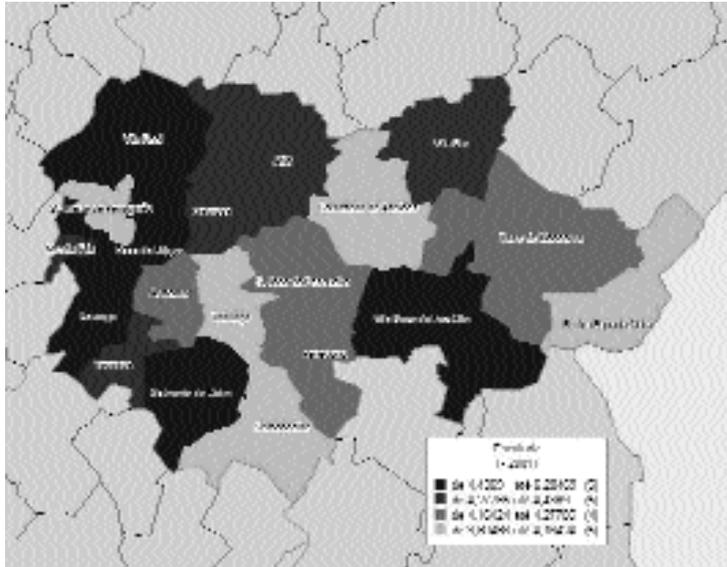
Variação da População residente 1980-2004, nos Concelhos do Douro



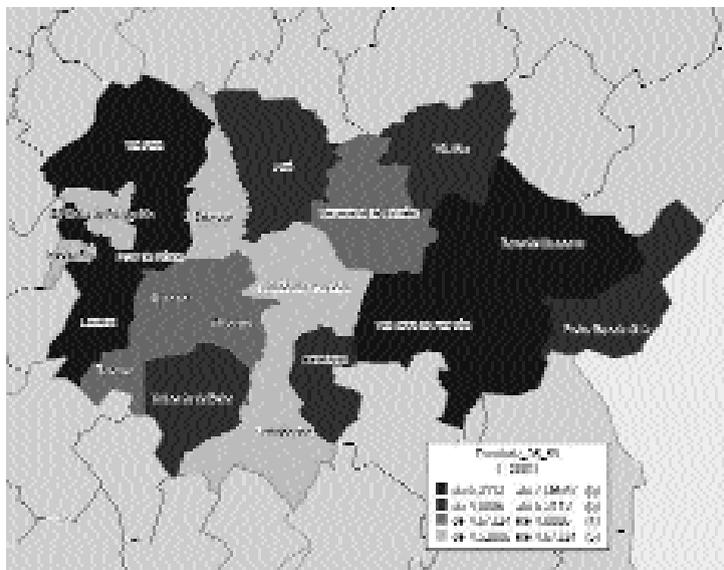
Índice de Envelhecimento nos Concelhos do Douro (2004)



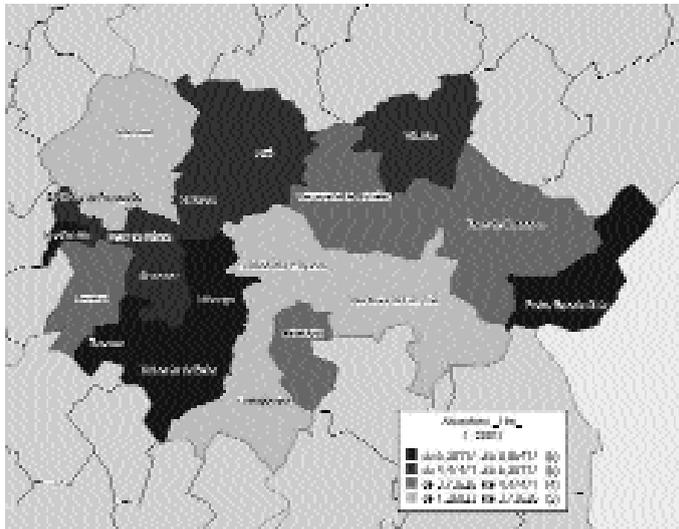
Índice de Escolaridade Total nos Concelhos do Douro (2001)



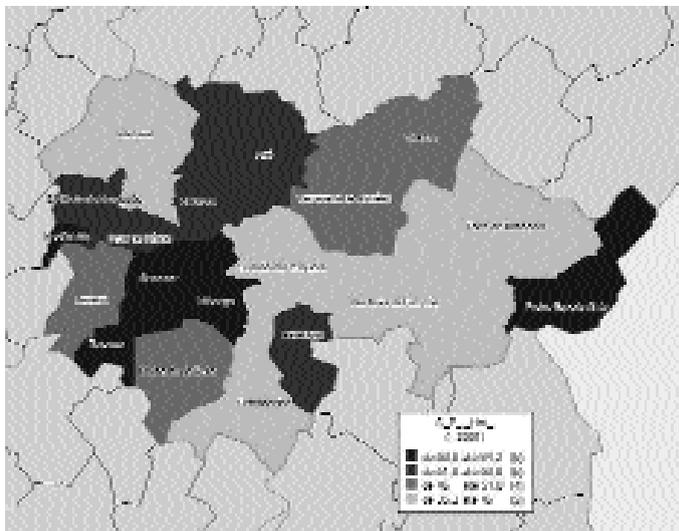
Índice de Escolaridade da População Adulta e Activa nos Concelhos do Douro (2001)



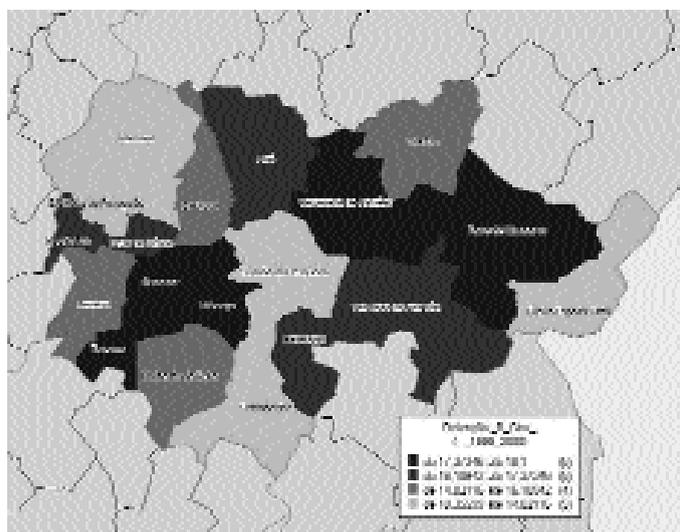
Taxa de Abandono Escolar nos Concelhos do Douro (2001)



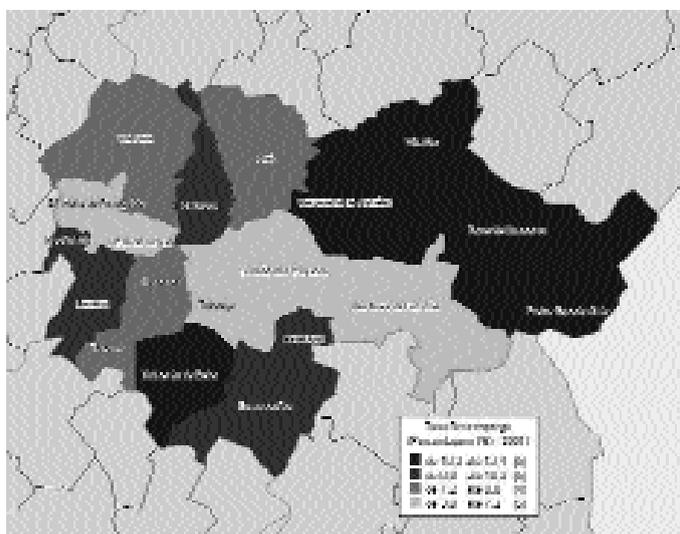
Taxa de Saída Escolar Precoce (2001)



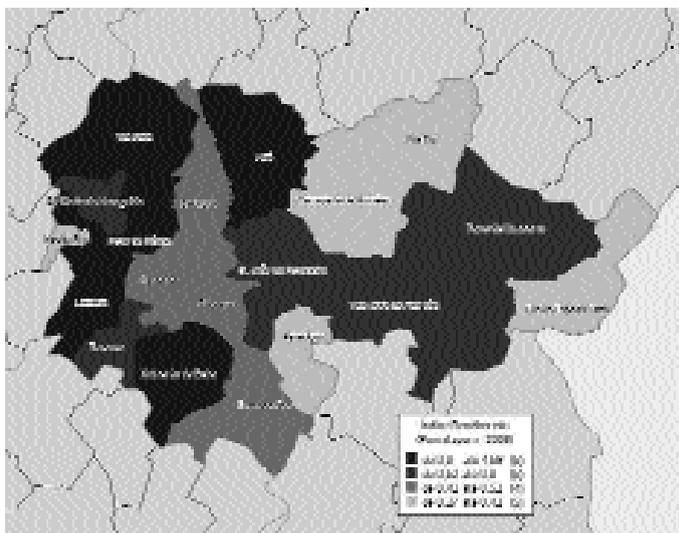
Taxa de Retenção no Ensino Básico (1999-2000)



Taxa de Desemprego (2001)



Índice de Rendimento (2006)



Principais linhas de diagnóstico do Concelho de Torre de Moncorvo:

1. Capital natural

- 1.1. Elevado stock de activos naturais
- 1.2. Elevado potencial de desenvolvimento sustentável
- 1.3. Dois novos *inputs* estratégicos: Barragem do Sabor e Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro
- 1.4. Risco moderado de desertificação

2. Capital Humano

- 2.1. Elevado risco de despovoamento
- 2.1. Elevado potencial de qualificação
- 2.1. Capacidade de resposta aos *inputs* estratégicos?
- 2.1. Risco moderado de perda de capacidades próprias.
- 2.1. Capacidade de polarização urbana.

3. Capital Social

- 3.1. Identificação de objectivos estratégicos
- 3.1. Consenso e mobilização de activos sociais próprios
- 3.1. Cooperação intermunicipal – Douro Superior
- 3.1. Capacidade de fixação, recuperação e atracção de activos demográficos – inclusão social.

A necessidade de encontrar uma combinação inovadora dos factores de produção e aproveitar as oportunidades proporcionadas pela globalização: ofertas de distinção, escaladas pelos mercados globais. A importância das marcas e da imagem de tradição. O exemplo do azeite.

BIBLIOGRAFIA

JUSTINO, David, 1987-1989 – *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1913*, 2 volumes. Lisboa: Vega.

CONCLUSÕES

Seminário Moncorvo. Da tradição à modernidade (16-17 de Fevereiro de 2007)

Os investigadores e historiadores reunidos neste Seminário chegaram a algumas conclusões que importa destacar.

Em primeiro lugar referiu-se que Moncorvo possui um extenso e rico passado histórico, exemplificado pelos fundos documentais do seu excelente Arquivo Municipal. Concluiu-se que o conhecimento histórico, a par da vertente científica, deve servir para criar uma sensibilidade histórica, o respeito e a conservação do mesmo património, contribuindo dessa forma para a construção de uma identidade própria, defendendo-se que a divulgação de datas históricas relevantes será um contributo importante para reafirmar a identidade própria do tempo e para atrair os visitantes.

Em segundo lugar, os participantes deste Seminário reconheceram que o património se revestiu de uma dimensão integradora e activa nas últimas décadas, sendo que a sua função social na recuperação e conservação da memória e da paisagem deve ser considerada fundamental no futuro das terras de Bragança e de Zamora. Sublinhou-se ainda a sua estreita relação com a superação das dificuldades estruturais de carácter endógeno e social que afectam estas terras, tendo sido defendida a necessidade de valorizar o património desde a sua dupla dimensão ecocultural e territorial que mostra nas paisagens, na toponímia de Trás-os-Montes e das montanhas galaico-leonesas e que representam um significado singular e eloquente. Foi defendida a importância do alargamento da visão do património monumental e documental à paisagem cultural, muito rica na biodiversidade, aos sítios arqueológicos, às rotas e caminhos monumentais, culturais e paisagísticos, e também aos toponímicos.

Os participantes referiram que Moncorvo ao longo da sua História faz parte de um conjunto de relações que não pode ser esquecido numa visão descontextualizada da região, o que não seria bom nem para a vila nem para a região; daí que se deva estabelecer um plano no sentido de transformar Moncorvo numa região turística, promovendo todo um conjunto de actividades culturais, que permitam o seu desenvolvimento. Disseram ainda que esta visão permitirá superar os limites do concelho, promover acções pensadas especialmente para a atracção turística projectadas em conjunto pelos dois países ibéricos, que per-

mitam a divulgação desta região, como já hoje se faz em tantos outros países da União Europeia, na qual tanto Portugal como Espanha estão inseridos.

Foi dado o exemplo de Espanha, que todos os anos recebe 60 milhões de turistas, sabendo-se que muitos deles teriam, sem dúvida, interesse em visitar Portugal se fossem criadas infra-estruturas para os atrair. Também os espanhóis, turistas privilegiados, visitariam com maior frequência esta região, caso essas condições viessem a ser criadas.

Finalmente, a ideia mais repisada por todos os participantes foi a de que há uma necessidade urgente de criar instrumentos comuns de intervenção e informação, marketing e divulgação da região, apelando igualmente a uma proposta para dar início à criação de projectos turísticos conjuntos com maior frequência, a fim de promover esta região fronteiriça. A cooperação impulsionada em princípios dos anos noventa pelos programas europeus nestas regiões conseguiu abrir muitas perspectivas e dinâmicas económicas complementares de ambos os lados da raia de Bragança e Zamora. De facto, a intensificação das relações culturais e a transferência do conhecimento científico de ambos os lados, a partir do apoio do Programa INTERREG III, de forma particular, deve considerar-se positivo e fundamental. Não obstante, a fixação da povoação não se verificou e é este o grande desafio, tendo-se declarado que o património é uma das formas de prisão, captação e gerador de receitas, sendo fundamental sensibilizar a população residente e os jovens para o papel a desempenhar na perspectiva de valorização da cidade.

CONCLUSIONS

Seminar Moncorvo. From tradition to modernity (16th-17th February 2007)

Researchers and historians gathered in this Seminar have reached some conclusions that we consider of interest.

In the first place, it was fully accepted that Moncorvo has an enormously rich historical past, as one can see by the documental sets found at its excellent Municipal Archive. Thus, the scientific knowledge complemented by historical data could provide a better awareness regarding historical sensibility, respect and preservation of the local heritage, aiming at the construction of a specific identity. One of the possible ways to achieve such objectives is the identification of an historical chronology related to what were the most important moments in the history of this region.

In the second place, all the participants of this Seminar truly recognized that local heritage has conferred an important dimension in the last decades, acquiring a social projection that is leading to the preservation of the local identity, extremely important regarding both Bragança and Zamora future development.

It was also stressed that, sometimes, this kind of cultural improvements are very valuable to surpass structural difficulties, namely social and endogenous hindrances that affect the region. The experts defended the need to improve heritage in its double eco-cultural and territorial dimensions present in the landscapes, in the specific toponymy of Trás-os-Montes and of the mountains of Galizia and Leon.

It was still possible to underline the importance of a wider consideration of both monumental and documental heritage, related with cultural landscape (very rich in its bio-diversity), with archaeological interventions, including paths and monumental trails.

The participants have also mentioned that, all through its history, Moncorvo was part of a set of relations very well integrated by the surrounding region, hence the policy to be followed should explore all the touristic potentialities through the organization of different cultural activities. This kind of approach will allow to minimize the limitations of the region, as it can easily promote touristic initiatives co-organized by both Iberian countries, nowadays a common practice within the EU.

To support this idea, the Spanish example was given, as this country welcomes, per year, 60 million tourists, and some of them would most likely be interested in knowing Portugal, if some incentives were offered to attract them.

In order to achieve such aims, the main idea that has resulted from this Seminar can be expressed in the idea that it is absolutely urgent to create common instruments of intervention, marketing and divulgation of this beautiful region. Some touristic planning between the two involved countries is, perhaps, a good way to start the promotion of the borderline region. At the beginning of the last decade of the XX century, some European Projects were implemented and provided the opportunity to open new ways and perspectives, as well as economical dynamics between Bragança and Zamora.

In fact, the perseverance in the maintenance of cultural relations and the interchange of scientific knowledge between these two regions allowed by INTERREG III, must be considered as very positive and of the greatest interest. Nevertheless, this was only the beginning, and the region has still to attain more revenues from the heritage it possesses and, at the same time, it is of the utmost importance to catch the attention of all the residents with a special emphasis in the young generation regarding their role in the improvement of the city.

A AGRICULTURA DA COMARCA DE MONCORVO, SEGUNDO JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ, EM FINAIS DE SETECENTOS

*Fernando de Sousa
Diogo Ferreira
Fátima Farrica
Paula Barros
Ricardo Rocha
Sílvia Braga*

1. INTRODUÇÃO

José António de Sá, um dos mais ilustres magistrados do Portugal de finais do Antigo Regime (1756-1819), tem sido objecto da nossa investigação a partir do momento em que, ao procedermos à elaboração da tese de licenciatura sobre Trás-os-Montes, em 1971-1972, nos apercebemos da excepcional acção que este juiz de fora e corregedor da Comarca de Moncorvo desenvolveu, nas duas últimas décadas do século XVIII, nos domínios da administração local e regional, da justiça e da economia – sobretudo, neste último sector, da dinamização da indústria das sedas em Trás-os-Montes.

São já vários os trabalhos inéditos de José António de Sá que estudámos e publicámos, ou de que nos servimos para escrever sobre a região:

- *A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*¹
- *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá*²
- *A correição de Moncorvo em finais do século XVIII*³
- *A correição do Reino em finais de Setecentos*⁴

¹ “A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, in Separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série de História*, vol. IV. Porto: FLUP, 1974.

² “Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá”, in Separata da *Revista População e Sociedade*, n.º 3. Porto: CEPFAM, 1997.

³ “A correição de Moncorvo em finais do século XVIII”, in Separata da *Revista População e Sociedade*, n.º 7. Porto: CEPSE, 2001.

⁴ “A correição do Reino em finais de Setecentos”, in Separata da *Revista Brigantia*, vol. 20. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 2000.

São bem mais numerosos os manuscritos deste bragançano que temos para publicar e que se encontram em nossas mãos, já transcritos, a aguardar publicação. Contudo, mandam os deuses que continuemos a desenvolver outros projectos de investigação, os quais nos têm impedido de investigar a figura deste grande português, não abdicando, contudo de, a curto prazo, produzir o estudo que José António de Sá merece. E assim, enquanto tal não nos é possível, temos publicado textos da sua autoria, que irão alicerçar, em futuro próximo, o trabalho que nos propomos realizar.

É neste contexto, pois, que agora publicamos mais uma memória deste autor, a *Memória do estado da Agricultura da Comarca de Moncorvo, por José António de Sá, correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa*, neste caso, sobre a agricultura da Comarca de Moncorvo, escrita na sequência do desempenho das funções de corregedor da mesma Comarca, que integra o Fundo Manizola da Biblioteca Pública Municipal de Évora, fazendo parte do códice 437, cujos papéis, do mesmo autor, também se encontram prontos para publicação.

A memória do estado da agricultura da Comarca de Moncorvo

Quanto a este texto de José António de Sá, importa, para já fazer algumas considerações, antes de entrarmos na análise do seu conteúdo e emitirmos qualquer juízo de valor quanto à sua importância.

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o carácter provisório desta memória. Estamos, com efeito, perante um texto-rascunho, longe de se encontrar em versão limpa, final, quer pelo tipo de letra utilizada, quer pelas centenas de notas colocadas à margem, e assinaladas no texto principal com pequenas cruces. Por sua vez, o texto surge várias vezes interrompido, riscado, com traços oblíquos sobre o mesmo, ou com formas variantes em notas, levando a pensar que se tratou de uma versão inicial do tema a tratar, para ser lido (provavelmente por José António de Sá em sessão da Academia das Ciências de Lisboa, de que este magistrado era sócio correspondente), ou a aguardar uma redacção mais cuidada. Regista-se, ainda, que são referidos textos legislativos, nomeadamente provisões, mas que nenhum deles acompanha esta memória.

Em segundo lugar, procuramos apurar o ano da sua produção, uma vez que não se encontra datada. Os anos mais recentes que a memória refere são de 1793-1794, ou seja, os últimos anos que Sá desempenhou as funções de corregedor da Comarca de Moncorvo. E como no texto, por várias vezes, existem referências a que Sá se encontrava em funções de corregedor, tal informação leva-nos a concluir que a memória da agricultura da Comarca de Moncorvo constitui o resultado da sua actividade e experiência enquanto corregedor da Comarca, uma vez que a sua leitura demonstra inequivocamente que assim é.

Podemos, assim, concluir, quanto aos estudos de natureza local ou regional que Sá desenvolveu, seguramente, que esta memória da agricultura de Moncorvo foi a última a ser produzida.

Com efeito, ele escreve:

- *Memória académica em que se dá a descrição da província de Trás-os-Montes, e se propõem os métodos para a sua reforma (1780-1781);*
- *Descrição económica da Torre de Moncorvo (1786);*
- *Memória académica sobre o modo de honrar os lavradores e evitar a sua estupidez e ignorância, com aplicação à província de Trás-os-Montes (1787);*
- *Dissertações filosófico-políticas sobre o trato das sedas na Comarca de Moncorvo (1787);*
- *Memória sobre a necessidade de cultivar os baldios em Trás-os-Montes (1790);*
- *Memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo e provimentos do corregedor José António de Sá (1790);*
- *Demarcação da Comarca de Moncorvo com um mapa topográfico que a demonstra (1795).*

Ou seja, Sá começou por descrever a província de Trás-os-Montes. Dá-nos, em seguida, a descrição económica de Moncorvo, enquanto seu juiz de fora. E fornece-nos vários trabalhos sobre a Comarca de Moncorvo enquanto seu corregedor, terminando com a memória do estado da agricultura desta Comarca, seguramente de 1794-1795, uma vez que, justamente, em 1795, já a mesma consta do seu *Index geral dos títulos e provas do plano de correição* onde, no índice das provas juntas ao plano de correição, sob o n.º 57.º, se apresenta o índice da memória que agora publicamos, exactamente aquele que consta desta, como se pode confirmar, comparando um e outro.

Quanto à originalidade e importância da memória do estado da agricultura da Comarca de Moncorvo, importa desde já mencionar que nenhum outro corregedor, no Portugal de finais do Antigo Regime, escreveu tanto sobre a Comarca em que serviu, como José António de Sá sobre a Comarca de Moncorvo e a sede da mesma, o velho burgo de Torre de Moncorvo; e que nenhum outro foi capaz de, a partir da experiência do seu ofício de corregedor, pensar o Reino globalmente, e traçar um plano de racionalizar e modernizar a administração pública, a justiça e a economia no quadro, logicamente, do Estado do Antigo Regime.

Esta memória vem mais uma vez demonstrar o empenho e a dedicação que este magistrado revelou no exercício das suas funções, denunciando práticas costumeiras, costumes ancestrais, mas também referindo novos produtos e técnicas, ouvindo as populações, regulamentando quando necessário, apoiando iniciativas louváveis, chamando a atenção das consequências de certas decisões tomadas pelo Estado, Câmaras ou outras entidades, sempre empenhado no “interesse geral dos povos”, na “felicidade pública”, na busca de soluções que se destinam ao “bem comum”.

Não vamos repetir as considerações que José António de Sá emite quanto à agricultura da Comarca de Moncorvo. Apenas nos limitamos, por agora, a chamar a atenção, de modo generalista, para alguns aspectos que ajudam a

caracterizar melhor a economia da província de Trás-os-Montes em geral, e da Comarca de Moncorvo em particular, demonstrativos do profundo conhecimento que este magistrado tinha da região.

Desde logo, a distinção que Sá fez entre Terra Fria e Terra Quente, muito provavelmente o primeiro escritor a referenciar as duas regiões de Trás-os-Montes cujas designações vieram até aos nossos dias e que, para Sá, revelava-se evidente, não só por ser natural de Bragança, mas também por exercer as funções de corregedor de uma comarca, a de Moncorvo, cujo território se distribuía pelas duas regiões que são caracterizadas pela diversidade do clima e das produções agrícolas, ou seja, desde a fronteira da Galiza até ao rio Douro, abrangendo, assim, a Terra Fria, a norte e a Terra Quente, no sul.

Referência totalmente original é também a de que a batata era produzida em grande quantidade nas “terras frias” do concelho de Carrazeda de Anciães, exportadas para todo o Reino e para o Porto, através do rio Douro, ao preço, no lavrador, de 80 réis o alqueire, a revelar, assim, que a sua difusão em Trás-os-Montes, era já bem mais elevada do que alguns historiadores supõem, baseados em fontes, como a descrição de Trás-os-Montes de 1795, que a não menciona. Aliás, por 1780, na sua descrição de Trás-os-Montes publicada por nós, Sá referia que da batata se alimentava muita gente, que o alqueire se vendia a 60, 80 réis e que a província podia dar batatas para alimentar toda a população do Reino.

A batata entrou em Trás-os-Montes, vinda da Galiza, na primeira metade do século XVIII. Conhecida apenas, por meados de Setecentos, na região de Chaves e algumas freguesias do Barroso, desceu, através do vale do Tâmega para Vila Real e como se vê, na última década do século XVIII, estava já no sul da província, sendo objecto de uma franca comercialização. José António de Sá referiu duas espécies de batatas em Carrazeda de Anciães, a “branca”, também denominada por “castelhana”, a denunciar assim a sua proveniência, e a vermelha.

Outra informação que importa reter é a de que a destruição das florestas era causada pelos incêndios provocados pelos pastores, a fim de disporem de mais terrenos para criarem gados – informação já conhecida –, mas que as fábricas de aguardentes da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que esta produzia praticamente em regime de monopólio, eram as principais responsáveis pela diminuição das florestas da região, uma vez que, para laborem, necessitavam de muita lenha. Sá refere, por exemplo, que as fábricas de aguardente do concelho de Murça, depois de esgotarem as matas do concelho, viam-se obrigadas a importar lenha de outros concelhos, nomeadamente de Chaves, o que revelava já a extensão dos danos causados nas florestas vizinhas e as distâncias a percorrer para abastecer tais fábricas. A produção de aguardente tinha sido responsável pelo aumento dos vinhedos em toda a Comarca, uma vez que os vinhos não consumidos ou vendidos, eram comprados pela Companhia para serem destilados e produzirem aguardente, garantindo assim aos lavradores, a venda da sua produção.

A desmatagem da província de Trás-os-Montes agudizou-se, pois, com as

fábricas de aguardentes da Companhia, instaladas após 1760, levando a que, em finais do século XVIII, fosse já um problema de difícil solução.

A memória da agricultura da Comarca de Moncorvo contém ainda muitos outros elementos e informações que a tornam imprescindível para o estudo da agricultura e pecuária de Trás-os-Montes em finais do século XVIII:

- refere a milenária técnica de preparação dos estrumes nos currais, mas que atapetavam igualmente as ruas e passagens dos povoados, numa prática que chegou intacta até meados do século XX;
- descreve os processos de cultivo das mais diversas produções agrícolas, com particular relevo para as oliveiras e suas doenças, e para as vinhas, mencionando os bacelos, as vinhas de bardos em Murça, formas de enxerto, etc.;
- escreve sobre as “artes rústicas”, onde trata dos moinhos, da preparação do linho, azeite, azeitonas, dos vinhos (distinguindo duas formas, a que se praticava na Comarca e a que era comum no distrito da Companhia dos Vinhos do Porto), das uvas passas, das borras e do sarro;
- trata da pecuária e das suas doenças, que descreve pormenorizadamente, assim como o tratamento das mesmas;
- refere e descreve os instrumentos e alfaias agrícolas comuns, mas a não utilização de charruas;
- menciona que os brócolos, couve-flor, lombarda e chicória ainda se não cultivavam;
- assinala o “grande comércio” de repolhos de Mirandela, para Bragança; que os nabos e as nabijas, de introdução recente em Mirandela, eram desconhecidos na maior parte da Comarca, ao passo que nas terras de Bragança eram comuns as rabas, ou seja, o rábão ou rábano;
- quanto à alimentação, esclarece que a gente pobre e trabalhadora alimenta-se de pimentões e sardinha, esta, salgada, proveniente de Espanha (Galiza);
- indica práticas comunitárias como o aproveitamento dos baldios, repartição do pão pelo povo, a manutenção do berrão nas aldeias (prática já em desuso), e o pastoreio dos porcos pelo vezeireiro público;
- dá conta da generalização progressiva da vedação das propriedades, com muros em pedra, de forma a travarem os pastos comuns;
- reconhece a inexistência de moinhos de vento, já denunciada na sua memória sobre Trás-os-Montes de 1780-1781;
- indica o modo de produção da aguardente;
- a generalizada criação de porcos – o lavrador que não mata porco é considerado pobre;
- a pequena criação de gado vacuum que, para os trabalhos agrícolas ou para abate, vinha da Galiza, Montalegre e Chaves;
- a insuficiente salga do presunto, por falta de sal, raro e caro;
- os preços correntes dos produtos agrícolas, dos animais domésticos e dos salários dos trabalhadores;

- a exportação de azeite para Bragança, Miranda, Porto (através de Foz-Tua) e para Espanha, em cargas;
- a exportação do vinho para Espanha e para o Porto através da Companhia do Alto Douro;
- a decadência da produção de linho cânhamo na Vilarça por falta de consumo, reduzido a alguns cordoeiros de Vila Nova de Foz Côa e Moncorvo.

CONCLUSÃO

A memória do estado da agricultura da Comarca de Moncorvo, de José António de Sá, vem demonstrar, de forma exemplar, tudo quanto temos dito a propósito desta personalidade invulgar do Portugal de finais do Antigo Regime.

Pela estrutura lógica do seu conteúdo, pela riqueza de informação, pelos comentários e detalhes apresentados, pela objectividade dos temas tratados, este trabalho revela bem o conhecimento profundo que Sá tinha da agricultura da sua Comarca, conhecimento esse que era muito mais fruto da sua experiência, da observação efectuada no terreno através das suas múltiplas e anuais corréções, do que da adaptação de qualquer um dos tratados de agricultura então em voga, tão citados e seguidos por outros autores seus contemporâneos, que nos deixaram memórias muito judiciosas e eruditas, mas que pouco ou nada valem para se apreender o verdadeiro estado da agricultura portuguesa na viragem do século XVIII para o século XIX.

Embora José António de Sá tivesse tratado já da agricultura de Trás-os-Montes, numa memória de 1780-1781, já publicada por nós, e se detecte a sua influência, aqui e acolá, no texto de 1794-1795 que agora lançamos a público, a verdade é que este revela uma outra maturidade, conhecimento e riqueza de informação muito superiores àquele texto matriz.

Esta descrição completa, de forma exemplar, os outros trabalhos que Sá já desenvolvera sobre outros aspectos da Comarca de Moncorvo, nomeadamente no domínio da economia, ou seja, sobre a indústria das sedas da região e as ferriarias de Mós e Carviçais, assim como sobre a população, a administração pública e a justiça desta circunscrição territorial, fornecendo-nos assim no conjunto das suas obras, o retrato mais profundo e desenvolvido de uma comarca de Portugal nos finais do Antigo Regime.

Por outro lado, ilumina de modo particularmente brilhante, sob o ponto de vista económico, a descrição de Trás-os-Montes, elaborada nos mesmos anos (1794-1795) por Columbano Ribeiro de Castro, a qual, produzida noutra contexto e com outros objectivos, não trata de aspectos que Sá desenvolve na sua memória da agricultura.

Finalmente, e limitando-nos apenas à agricultura do Reino, importa sublinhar que a memória agrícola da Comarca de Moncorvo, de Sá, constitui o trabalho mais exaustivo que conhecemos, neste sector económico, sobre qualquer região ou comarca de Portugal em finais do Antigo Regime.

Ajuíze o historiador e o leitor por si próprio e diga-nos se há outro estudo tão original, rigoroso, único sob muitos aspectos, como este, para o período referido.

Voltaremos a José António de Sá... a seu tempo... sempre...



Apresentação do texto e critérios de transcrição da *Memória do estado da Agricultura da Comarca de Moncorvo por José António de Sá, correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa.*

A “Memória” está inserida num códice com outros textos que, pela grafia utilizada, revelou ser do mesmo autor.

Os fólios não estão numerados. O texto está escrito em folhas de tamanho semelhante a A4, mas no formato de uma coluna, pelo que sobra uma margem lateral onde o autor fez acrescentos e alterações ao texto inicial, que nós inserimos no texto final.

1. Actualizou-se a ortografia original. Apenas se eliminaram as maiúsculas em desuso.
2. Desenvolveram-se as abreviaturas.
3. Juntaram-se as sílabas das palavras que estavam indevidamente separadas e separaram-se as sílabas das palavras que estavam indevidamente juntas, em relação ao português actual.
4. Quanto à pontuação, apenas se acrescentou uma ou outra vírgula, e substituíram-se os dois pontos por ponto final, ponto e vírgula, ou vírgula, quando tal se revelou necessário para uma melhor compreensão e leitura do texto;
5. O texto entre () são notas, ou aditamentos do autor;
6. As notas ou aditamentos que nos pertencem vão entre [].

**Memória do estado da Agricultura da Comarca de
Moncorvo, por José António de Sá, correspondente da
Real Academia das Ciências de Lisboa**

Índice dos Capítulos

Parte 1.^a

Das produções da Comarca, dos seus terrenos, e prédios,
e do que diz respeito à agricultura em geral

- Capítulo 1. Da agricultura, e produções da Comarca e do seu clima
- Capítulo 2. Sobre a colheita do azeite e sua diversidade
- Capítulo 3. Sobre os vinhos e aguardentes
- Capítulo 4. Sobre os trigos, mais grãos e legumes
- Capítulo 5. Diversidade de linhos: produção dos cânhamos na Vilariça e da antiga cordoaria
- Capítulo 6. Da diversidade de raízes e hortaliças
- Capítulo 7. Das frutas
- Capítulo 8. Da seda, e amoreiras: providências dadas a este respeito
- Capítulo 9. Sobre castanheiros e mais árvores
- Capítulo 10. Sobre as madeiras e lenhas em geral e das matas existentes na Comarca, públicas e particulares
- Capítulo 11. Das matas providas em correição nos sítios demarcados pelas câmaras e lavradores inteligentes
- Capítulo 12. Das matas do Cabeço da Mua e Roboredo; e das providências antigas e actuais a seu respeito
- Capítulo 13. Dos prados naturais e artificiais
- Capítulo 14. Dos campos e terrenos em geral
- Capítulo 15. Da Vilariça: requerimento dos povos em Cortes e providências antigas e novíssimas a seu respeito
- Capítulo 16. Da veiga denominada a Madorra de Mirandela
- Capítulo 17. Dos campos baldios da Comarca: providências dos senhores reis passados sobre a sua cultura e requerimento dos povos a este respeito
- Capítulo 18. Da cultura dos baldios em benefício dos depósitos de pão para a ajuda dos lavradores pobres
- Capítulo 19. Da mesma agricultura dos baldios em benefício dos rendimentos dos concelhos
- Capítulo 20. Das terras maninhas dos particulares
- Capítulo 21. Da fertilidade dos terrenos
- Capítulo 22. Das terras ladeirasas
- Capítulo 23. Proporção de colheita em razão da sementeira nos diversos terrenos
- Capítulo 24. Da qualidade das terras respectivamente a cada uma das produções

- Capítulo 25. Sobre as regas dos prédios
- Capítulo 26. Sobre a sua tapagem
- Capítulo 27. Sobre a arroteação dos terrenos incultos
- Capítulo 28. Da sua apropriação aos géneros diversos
- Capítulo 29. Dos estrumes
- Capítulo 30. Dos instrumentos aratórios
- Capítulo 31. Dos danos físicos da agricultura por efeito dos gados, pássaros, bichos e más ervas
- Capítulo 32. Dos mesmos danos por causa das neves, trovoadas e estações violentas
- Capítulo 33. Do preparo das terras em geral

Parte 2.^a

Da maneira de cultivar cada uma das produções

- Capítulo 34. Da agricultura dos grãos e legumes
- Capítulo 35. Das batatas, nabais, hortaliças e linhos
- Capítulo 36. Da cultura dos prados
- Capítulo 37. Da maneira de agricultural as oliveiras
- Capítulo 38. Sobre as vinhas e diversos modos de as tratarem
- Capítulo 39. Sobre a plantação das árvores, trato e maneira de as enxertar
- Capítulo 40. Sobre as árvores silvestres e cortes das madeiras

Parte 3.^a

Sobre as artes rústicas

- Capítulo 41. Dos moinhos
- Capítulo 42. Da maneira de fabricar pão
- Capítulo 43. Do curtume e preparo dos linhos depois da colheita
- Capítulo 44. Sobre a feitaura do azeite
- Capítulo 45. Da conserva das azeitonas
- Capítulo 46. Do fabrico dos vinhos e vinagre, em geral na Comarca
- Capítulo 47. Da prática do concelho de Ansiães no distrito da Companhia do Porto
- Capítulo 48. Das borras e sarro
- Capítulo 49. Das uvas para a dependura e do modo de fazer as passas
- Capítulo 50. Do preço dos jornais

Parte 4.^a
Agricultura pecuária

Capítulo 51. Gado ovelhum: maneira de o tratar, e das suas doenças e remédios

Capítulo 52. Bois e vacas: do seu trato, doenças e curativo

Capítulo 53. Sobre os porcos e providências deixadas em correição para aumentar esta espécie

Capítulo 54. Sobre as colmeias

Capítulo 55. Sobre galinhas

Capítulo 56. Bicho-da-seda

Capítulo 57. Coudelaria: doenças e curativo das bestas

Capítulo 58. Do preço dos géneros

Capítulo final. Sobre a descrição da agricultura do concelho de Moncorvo, feita no tempo que servi o lugar de juiz de fora

Parte 1.^a

Das produções da Comarca, dos seus terrenos e prédios, e do que diz respeito à agricultura em geral

Capítulo 1. Da agricultura e produções da Comarca e do seu clima

A Comarca de Moncorvo é talvez a parte da província mais bem agricultada, ao menos certamente a de melhor terreno próprio para todo o género de produção. As principais são azeite, vinho, trigo, linhos, milhos, legumes, seda, melões, melancias e frutas excelentes de todo o género, excepto de espinho; batatas. O clima é o mais doce na província; a neve não cai com tanta abundância, nem coalha muito nos sítios baixos e planos, aonde o Inverno é suave e quente, e o Verão ardentíssimo; pelo que se lhes deu o nome de Terra Quente, que é toda a da Vilarça, pertencente aos termos de Moncorvo, Vila Flor, Sampaio e Alfândega, que têm povos e propriedades naquela extensa campina; é Mirandela e a maior parte do seu termo; Frechas e os baixos do Douro. As terras mais frias são os concelhos de Ansiães nas partes altas e Alfândega da Fé, Castro Vicente, Vilarinho, Monforte, Dona Chama (aonde a neve coalha e dura por muito tempo) e as outras são de um clima mais temperado. É porém de advertir que há algumas povoações e sítios frios nas terras quentes, e quentes ou mais temperados nos frios, *verbi gratia*, Santa Valha no concelho de Monforte, Cabeça de Mouro no de Moncorvo, Junqueira no de Alfandega da Fé. E isto por causa das situações altas e baixas.

Capítulo 2. Sobre a colheita do azeite e sua diversidade

Nas Terras Quentes, e ainda temperadas, há muita abundância de azeite principalmente desde Torre de Moncorvo até Dona Chama em 9 léguas seguidas em direitura, compreendendo os concelhos de Moncorvo, Vila Flor, Sampaio, Vilas Boas, Frechas, Mirandela, Cortiços e Dona Chama. Além destes colhe-se também bastante azeite em Santa Valha, nos baixos do concelho de Alfândega da Fé, em Chacim e nas do Douro; e pode bem dizer-se que é o género em que superabunda mais esta Comarca, e de tempo antigo. Além do consumo interior, extrai-se o azeite para as outras comarcas circunvizinhas, principalmente para os sítios de Bragança e Miranda, e terras frias e estéreis de semelhante produção. Os castelhanos o levam em cargas, e também se embarca em Foz Tua para o Porto. As oliveiras que comumente produzem e se plantam na Comarca se denominam verdiais, redondais, madural, cordovis, bicais, etc. As verdiais têm a folha mais estreita e comprida, e o verde menos escuro. São muito quebradiças ao varejar e vagarosas no crescer; mas depois se fazem árvores grandes. A sua azeitona é grossa, não sendo em anos de safra, porque então por natureza é mais miúda. Sendo comprida e dura, tem caroço grande; é boa para comer retalhada e curtida. Produz muito no ano competente.

As redondais têm a folha estreita e mais curta, e o verde mais escuro que as verdiais; são menos quebradiças, tardam em crescer, e se fazem árvores grandes. A sua azeitona é redonda, carnuda e muito dura e tem menor caroço que a verdial e boa para se comer; porém no azeite é menos rendosa.

A madural difere pouco da verdial na cor, e nas mais qualidades; é porém a folha alguma coisa mais larga e a árvore menos quebradiça. Fazem-se brevemente, principalmente nas terras quentes e dão também mais alternativamente em anos de safra. A sua azeitona é também comprida como a verdial; porém mais grossa, carnuda e mole, curte-se com mais facilidade e rende muito em azeite e o dá mais grosso. Ferindo-se a casca desta qualidade de oliveiras se coalha o suco que deitam, e se faz branco e doce. E tomou o nome de madurar mais cedo o seu fruto.

A cordovil tem a folha mais larga e o verde mais sobre o escuro que a madural. São menos quebradiças e se fazem depressa árvores grandes; são mimosas e os frios as prejudicam. Cortando-se, tornam-se a fazer depressa; a sua azeitona tem uma grandeza proporcionada, nem maior nem menor, é comprida, muito negra; o caroço de mediana grandeza rende pouco em azeite mas é o mais claro e o melhor para o prato.

As bicais amaduram mais cedo; e a azeitona lhes cai com facilidade e por isso quebram menos na vareja; crescem mais depressa e a sua azeitona é miúda e mole; e para comer requer menos curtume, e no azeite rende como a cordovil.

A morenal rende menos. A castainça dá bom azeite.

A azeitona sevilhana é grande e por isso boa para talha; mas não é a melhor no gosto.

Capítulo 3. Sobre os vinhos e aguardentes

A agricultura das vinhas teve maior progresso nestes últimos anos; e principalmente desde que ali estou corregedor, dá causa deste maior cuidado sobre as vinhas as demarcações feitas pela Companhia do Porto, nos sítios em que entra; e o pouco fruto que deram as oliveiras em anos seguidos; o que desanimou muito os donos, e fez com que voltassem para o artigo dos vinhos que, falhando menos, tem quase sempre o seu consumo certo. E por isso se vai adiantando consideravelmente esta cultura, principalmente em Santa Valha, Vila Flor e Mirandela, não obstante serem terras de muita oliveira. O concelho de Murça é abundante em vinhas, e já desde tempo mais antigo tem sido este artigo a sua principal produção. O concelho de Ansiães é porém o que tem mais vinhas entre todos os da Comarca, não só nas suas partes altas, mas principalmente nos outeiros e declives para a banda do Douro e Tua, os quais não obstante serem muito ásperos têm-se cultivado e se vão cultivando a toda a força, em maneira que as vides saindo do meio daquelas fragas dão um prospecto de vistosos jardins. Noutras partes se cultivava também a vinha, ainda que muito menos; e em Moncorvo, aonde a agricultura e a indústria estão no menor grau a respeito das mais

terras da Comarca, nem ao menos cultivam vinha para si; não obstante terem terras altas e sem cultura alguma nos sítios que vão para a Barca.

Os almocreves e carreteiros extraem os vinhos das terras aonde os há na Comarca para a outra parte dela e para fora, e ordinariamente os de Moncorvo o conduzem de Murça e de Vila Flor. Os castelhanos o levam também para Espanha. E a maior parte nos sítios de Ansiães vai de embarque por Foz Tua para a Companhia do Porto (esta há muito tempo que leva bastante vinho do concelho de Ansiães), no ano de 1783 foram

	Pipas
Do Castanheiro	241
De Tralharis	129
Do Fiolhal	140
De Ribalonga	240
Total	750

Desde então até agora ter-se-á multiplicado a produção a duas partes mais (as fábricas de aguardente estabelecidas por parte da mesma Companhia no dito concelho de Ansiães, em Murça e Meireles, consomem também grande parte dos vinhos daqueles sítios). Há muitas espécies de uvas; as que se dão mais nas terras frias são as bastardo, verdelho, godelo, arinto branco, etc. e nas quentes, malvasia, gouveio, verdelho, arinto, alvaroca, berbigato, alvarelhão, donzelinha, casteloa, moreto, cornifesto, nevoeira, touriga, Gonçalo Pires, tinta de França, sousão, cascalho, tinta de sameira, etc. e todas estas são as melhores para vinho; e para comer, seitão, ferral, moscatéis branco, vermelho e de Jesus, alicante preto, alvarocas, bastardo, dedo-de-dama, carvalho, etc.

Capítulo 4. Sobre os trigos, mais grãos e legumes

A Comarca colhe trigo e centeio bastante para si em todas as terras; e o mesmo se pode dizer de legumes e milho, e deste género não se cultiva tanto porque dele não usam para pão. As terras frias colhem muito trigo e centeio. E nos campos da Vilariça, parte baixa e quente, se produzem grandes e excelentes searas; e o mesmo nos de Mirandela e outros semelhantes vales.

Capítulo 5. Diversidade de linhos: produção dos cânhamos na Vilariça, e da antiga cordoaria

Cultiva-se também bastante linho mourisco em toda a Comarca (excepto nalguns baixos do Douro, no concelho de Ansiães), mas não é género que chegue nem que faça artigo de circunstância em nenhuma das terras. É porém o linho cânhamo privativamente na vila de Moncorvo; no campo da Vilariça, na

sua parte do terreno mais produtiva e vizinha ao Douro; e contígua ao rio Sabor até à sua foz. Mas é de notar que o cânhamo se não cultivava em nenhuma outra parte da Comarca; principalmente para os sítios de Tinhela, do concelho de Monforte, aonde é o melhor, não obstante haver terras muito próprias para ele e pretendendo eu introduzi-lo em Mirandela, aonde os campos imitam os da Vilariça, achei repugnância nos seus habitantes, não pelo motivo de se duvidar da sua produção em abundância, mas pela dúvida do consumo, quando tem seguro a dos géneros agora cultivados. A produção porém desta qualidade de linho é antiquíssima no campo da Vilariça e noutro tempo esteve em muito maior adiantamento com grande utilidade do Reino; pois que dali se mandavam conduzir para os armazéns da Guiné e Índia para o uso das enxárcias das armadas da dita Índia e Costa. Para as quais se obrigou a fornecer Diogo Henriques Pereira, da referida vila, 800 quintais cada ano em 4 seguintes; o que se vê da provisão de 26 de Setembro de 1617, junta e extraída dos registos da câmara de 1616, a fólho 31. Depois se estabeleceu na vila de Moncorvo uma Real Cordoaria para consumo dos ditos linhos; cuja casa ainda existe, quase demolida no bairro da Corredoura (estabeleceu-se estanque, e se criaram oficiais para aquele Ministério, tudo debaixo da inspecção das justiças, sendo conservador o corregedor da Comarca, o que consta também da referida provisão citada). Hoje é muito mais pequena a produção dos cânhamos, por falta dos referidos e extintos meios da sua extracção e consumo, que está reduzido ao que fazem alguns cordoeiros de Vila Nova de Foz Côa, da Comarca e província imediata; e os da mesma vila.

Capítulo 6. Da diversidade de raízes e hortaliças

A batata, produzindo-se bem em todas as terras frias no concelho da Carrazeda, é em grande e notável abundância; e dá muito bom dinheiro ao lavrador, porque não só se vendem para muitas partes da Comarca e províncias, mas até se embarcam para o Porto. O seu preço ordinário é 80 réis por alqueire compradas nas próprias terras e há lavrador naquele concelho que colhe para cima de 300.

Os melões e melancia dos campos da Vilariça são preferíveis a todos os da Comarca em gosto e grandeza; depois os de Mirandela, não obstante que há sítios como em Guide do termo de Dona Chama e outros que os igualam. Há muita abundância deles em toda a Comarca, plantados nas terras quentes e baixas do Douro; porém os melões da Vilariça e ainda mais os de Mirandela fazem um artigo de agricultura muito interessante, e que lhes dá bastante dinheiro; os quais se extraem para Bragança e muitas outras partes.

As hortaliças são em abundância e de excelente gosto; porém não se agricultam ainda as couves brócolo, flor, lombarda, chicórias, excepto algum particular muito por curiosidade. Na maior parte das terras não se vende a hortaliça, porque cada um colhe para si nas hortas próprias e a dá gratuitamente aos

seus amigos que as não têm. Contudo, nos campos da Vilariga, e ainda mais de Mirandela, se faz um grande comércio com repolhos, que ali se produzem em muita abundância e se extraem para diversas partes da Comarca e fora, sendo em Bragança o maior consumo, aonde se não produzem.

Os pimentões são uma espécie de hortaliça de grande consumo em toda a província de Trás-os-Montes, porque curtidos em vinagre fazem o ordinário sustento da gente trabalhadora e pobre; o terreno da Comarca nas partes quentes é o mais próprio para a sua produção; faz-se deste género grande comércio; porque a sardinha que é outro ordinário sustento do lavrador, e vem salgada de Espanha, é rara e cara, de forma que às vezes corre a 600 réis o cento. Em Valdasnes, se davam os melhores pimentões; mas ultimamente em Mirandela, e nalguns lugares do seu termo, que se têm esmerado nesta cultura, se dão em igual ou melhor qualidade.

Há muitos bons e grandes nabos de que se sustentam também os bois, principalmente nas terras estéreis de prados e de fenos. Nalgumas terras do termo de Mirandela como em Mascarenhas, há uma espécie de nabo, a que chamam couve nabiça ou couve nabo, cuja folha é excelente no prato; e dá uma raiz muito gostosa e comprida, à semelhança dos rabos [rábão, rábano], que se dão nas terras de Bragança. E esta espécie de hortaliça é ainda nova e desconhecida na maior parte da Comarca. O concelho de Mirandela, sem dúvida o melhor dela, é mais próprio para abraçar agriculturas novas, e tenho em vista começar lá a introduzir a couve nabo de outra espécie, que não há muitos anos apareceu em Inglaterra, diferente da antiga, a qual já se agricultura, mas ainda curiosamente, em Chaves; e eu a vi na Quinta de Bobeda, do conselheiro Inácio Xavier de Sousa Pizarro. Esta planta cria um nabo sobre a terra de 18 polegadas de diâmetro com pouca diferença. A rama é excelente, e come-se como brócolo; e o nabo é muito nutritivo, e do melhor gosto e preferível a qualquer outra raiz. Nutrem-se com ele muito os bois, vacas, porcos e gado. Semeia-se em Fevereiro, transplanta-se em Abril em distância um do outro de três palmos e não leva mais que uma sacha. Principia-se a comer em Agosto e dura até Fevereiro, resistindo sempre ao rigor do tempo. A memória inglesa que descreve esta planta, diz que uma jeira de terra produz 44 toneladas de peso dela.

Capítulo 7. Das frutas

Há frutos excelentes de todo o género, excepto de espinho; e em abundância, como peras pigarças, marmelo, de Baguim, Carvalhal, de espinho, cornicabra, vergamota, virgulosa, de São Bento, de [...], pêra, pêra pão, maçãs baronesa, camoesa, coroada, martingil, peros de rei, serdeais, malapatas, de São João, etc. Cerejas, embroez, ou de sacco, bical, negral, etc. Ginjas de toda a qualidade. Ameixas, figos, amêndoas, pêssegos, etc.. Mas nalgumas terras são melhores no gosto umas que outras. Por exemplo, a pêra pigarça de Chacim, e a vergamota de Moncorvo e Vila Flor são preferíveis a todas; e a vergamota é mimosíssima, e como tal

se remete em cargas para esta Corte. A fruta de espinho é quase nenhuma, não obstante que se poderia dar nas terras quentes. No lugar da Açoreira, termo de Moncorvo, havia algum pomar de laranjas; porém a neve forte de um ano dessecou e destruiu árvores, sucesso já desde que sirvo naquela vila; e algumas laranjas e limões que se comem na Comarca conduzem-se das partes de Vila Real e Braga.

Capítulo 8. Da seda, e amoreiras: providências dadas a este respeito

A seda tem sido desde tempo antiquíssimo um género de grande produção na nossa Comarca e maior ainda que em qualquer outra da província e principalmente nas terras quentes.

As amoreiras são quase todas negras; porém há bastantes brancas na vila de Mirandela e termo. Eu tenho feito plantar um considerável número por todas as terras, fazendo manifestar as existentes; e distribuindo pelos moradores certa quantidade anualmente para tomar conta nas futuras correições (e ainda mesmo no meu tempo de juiz de fora, o que vossa majestade se dignou louvar-me, determinando-me a continuação no lugar de corregedor para aonde então era despachado, no régio aviso de 10 de Junho de 1788 junto). (Porém, o desgosto em que têm estado os lavradores por os obrigarem a conduzir os seus casulos a Chacim para se fiar a seda pelo novo método piemontês, e o mau sistema que ali se tem adoptado, como fiz ver numa memória, nas minhas representações de 1793, fez diminuir a cultura da seda nos anos atrás, chegando muitos a cortarem as amoreiras).

No dia de São Tiago faz-se em Mirandela uma grande feira aonde concorre a seda da Comarca e de fora a vender-se; e em Vilarinho e Carrazeda há também feiras de seda, porém em menos quantidade. O preço ordinário da seda fina (em rama) é a 2\$400 e a redonda a 2\$000 (e a macha a 1\$600), porém a que se fabrica em Chacim pelo método novo, por isso que é melhor, se paga a maior preço. Extrai-se para as fábricas da província e para o Porto. Os enganos que alguns tratantes fazem aos lavradores nas ditas feiras, principalmente de Mirandela, trocando-lhes os pesos que eles desconhecem, asseverando por exemplo ser um arrátel o peso de dois, [contribui] muito para a diminuição da agricultura, porque o lavrador desanima, vendo menor do que esperava a sua colheita; e tendo eu indicado este mal nas mesmas representações de 1790, se deu pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino um meio eficaz para se precaverem tais enganos e furtos no aviso do 1.º de Setembro de 1790 nas palavras = e finalmente quanto à última sobre os enganos praticados na feira de Mirandela, que vossa mercê faça publicar por editais na dita vila e seu termo o conhecimento que há dos ditos enganos, determinando consequentemente que na dita feira se não faça uso de balança alguma que não seja do concelho, debaixo da inspecção dos almotacés, em conformidade do seu regimento; e em câmara, com os vereadores e pessoas da governança daquela vila, fará vossa mercê fixar o emolumento que se deverá pagar pelo dito peso, e que só sirva para compensação do trabalho dos que assistirem a ele=.

Porém, infelizmente, apesar das mesmas determinações e diligências, se não tem podido efectuar esta saudável providência=.

Capítulo 9. Sobre castanheiros e mais árvores

Os castanheiros não se dando nas terras quentes podiam ser em maior número nas frias; contudo aonde há mais soutos é nalguns lugares de Ansiães, Vilarinho, Alfândega, Moncorvo. Na Torre Dona Chama, nos sítios altos para a parte do Norte, sendo o terreno propríssimo não se agricultam. Nos meus provimentos tenho deixado providências para se aumentar este género de plantas, que servem para madeiras e poupam os seus frutos muito pão ao lavrador.

Semelhantemente, demarcando os terrenos próprios nas visitas e corridas, tenho feito plantar árvores de todos os géneros nos prédios particulares e públicos, removendo os obstáculos que se opunham ao seu progresso; como eram os foros impostos nas árvores, que cada um tinha plantado no baldio e logradouro público, e vexando as câmaras com vistorias e condenações injustas aos miseráveis lavradores que as tinham posto. Sucedendo em Freixo de Espada à Cinta que até depois de extintas as árvores se ficava pagando foro. Como foi presente a sua majestade nas mesmas representações de 1790.

Capítulo 10. Sobre as madeiras e lenhas em geral e das matas existentes na Comarca, públicas e particulares

Geralmente falando, toda a Comarca é falta de madeiras e ainda de lenhas não só pelo descuido anterior de se terem semeado e plantado matas, mas até por deixarem as existentes num inteiro desamparo. Estas são em Moncorvo: o monte Reboredo, o pinhal do Cabeço da Mua, do Felgar, e o da França em Lariinho, e Urros e Souto, todos do termo da dita vila, têm sido chamados da Devesa Velha, da Devesa Nova, da Resenha, da Cidadonha, do Carrascal de Santo Xisto, do Carrascal do Seixal. No termo de Mirandela, a das Abrotas, em Caravelas; dos Carvalhos, no Vilar; da Canteira, em Vale de Lobo; do Escurial, em Vale de Miões; da Serrinha, em Vale de Pradinhos; da Boucinha, em Ala; dos Abreiros, em Vale de Telhas. A serra da vila em Chacim, em Castro Vicente, o monte da Ladeira do Santo Cristo, em Freixo da Devesa dos Prados, em Vila Flor; a serra da vila; a da Maçarrolha. Não havia porém alguma de consideração em Monforte, Murça, Ansiães, Água Revés, Alfândega da Fé, Cortiços, Dona Chama, Sezulfe, Frechas, Sampaio, Vilarinho da Castanheira, Valdasnes, Pinhovel. As matas referidas existentes são públicas e logradouros; há também nalgumas terras, principalmente no concelho de Ansiães, matas particulares, de que seus donos se servem, e em Vilas Boas, no ribeiro de Vale de Covo. Na Vilariça há uma de carrascos particular, que pela sua grandeza, bondade e quantidade deu o nome ao sítio, que se denomina o Carrascal; e produz muita

bolota, a maior e melhor para a sustentação dos porcos. As [matas] públicas se achavam no maior desamparo, dessecadas e arruinadas, incapazes não só de madeiras, mas até de lenhas, pelo que deixei em correição as providências que me pareceram próprias para a sua conservação e aumento.

Capítulo 11. Das matas providas em correição nos sítios demarcados pelas câmaras e lavradores inteligentes

Decorrendo com as câmaras e lavradores inteligentes os campos e montes e ribanceiras, notamos e demarcamos os sítios que nos pareceram mais próprios para os diversos géneros de matas de castanheiros, pinheiros, carvalhos, etc., e em observância da lei de 29 de Maio de 1633 (col. 1, ord. 1.1, t. 88, n.º 16), que determina maior este género de plantação junto aos rios navegáveis; no concelho de Ansiães, aonde, desde Foz Tua navega o Douro até o Porto, demarcamos para elas os sítios do Pascoal, Cabeço da Catelina, Santo Agostinho, Cabeço de Nossa Senhora da Paixão e de Nossa Senhora da Costa, a veiga da Carrazeda e o baldio da Sainsa. E determinei que o Cabeço da Palombeira, no sítio do Lameirão, se semeasse de giestas para o fogo. No concelho de Murça, não obstante o grande consumo de lenhas que fazem as fábricas de aguardente, nem havia matas, nem de donde se extraíssem as lenhas; e só usavam das cepas ou torgos que, depois de tirados da terra, reproduzem somente com muita dificuldade, depois de longo tempo. E estes são já tão poucos que, consumindo a fábrica de São Jerónimo para cima de 600 mil réis de lenha, grande parte vem de fora, do concelho de Chaves, Lamas de Orelhão, etc. Portanto, à vista desta grande necessidade, demarcamos para diversas matas os baldios e montes incultos: a serra de São Domingos, Facho, Monção, os outeiros da Ponte de Noura, da Mulher Morta, do Caldeirão, as serras de Valdaqua, da Seixugueira e Vale da Cunha. E demarcamos os vales para a plantação de castanheiros, porque não chegando a colheita do pão a 60 mil alqueires, a castanha supre a sua falta; e é o melhor sustento para os porcos (e a sua madeira é a melhor para as aduelas, cubas e pipas). Em Alfândega da Fé demarcaram também para castanheiros a serra dos Montes de Muro e para pinhos a fraga de Adeganha. No concelho de Mirandela, no de Dona Chama e outros, fiz plantar matas de choupos e outras semelhantes árvores nas ribanceiras dos rios e regatos; em Monforte, no distrito de Vilartão e sítios da Prosilga e Sevelca, há montes incultos, que determinei fossem plantados de pinhos e castanheiros, aumentando-se este género de plantação tão útil e própria daquele concelho.

Capítulo 12. Das matas do Cabeço da Mua e Roboredo; e das providências antigas e actuais a seu respeito

A mata de pinhais do Cabeço da Mua, no Felgar, termo de Moncorvo, é a melhor e a maior de toda a Comarca, por ter extensão de uma légua, em cir-

conferência de um monte, e pinhos grandes capazes de boa madeira. Antes das minhas correições havia cinco causas [são quatro] que a destruíam. 1.º Os continuados fogos e queimadas, que faziam junto à mata para semear pão. 2.º Por cortarem para lenhas troncos que serviam para madeira e se deviam deixar crescer. 3.º Pelos contínuos roubos que lhe faziam os povos de fora. 4.º Pela negligência dos juízes e regimentos daquela aldeia, a cuja inspecção era cometida. E é de notar que obtiveram os do dito povo uma sentença antiga, que conservam, pela qual excluíram a câmara da jurisdição ou inspecção sobre a referida mata que, com efeito, se acha, em estado, sem comparação melhor que as do Roboredo de Moncorvo, não obstante a inspecção da dita câmara, e ministros, como vou a ponderar. Estas de Moncorvo eram noutro tempo duas e famosas de pinheiros e carvalhos, de que se serviam para madeiras e sobre a sua conservação e aumento se deram em diversos campos várias providências. Não obstante, estas reduzir-se-ão a grande decadência pela facilidade com que se permitia a qualquer cortar lenhas sem método algum, nem se impedir o dito corte mais que com umas diminutas coimas de pequena quantia, as quais não reprimiam os transgressores da postura; que não só cortavam lenhas mas até as mesmas árvores e madeiras que levavam a vender aos lugares circunvizinhos; desta desordem se seguia a destruição das ditas matas e se promovia a ociosidade, porque os pobres queriam antes vender lenhas e madeiras, que cortavam em menos de duas horas, do que ocupar-se no serviço dos moradores da vila, ou a espadar tomentos de que se fazia o morrão para a guerra; pelo que havia sempre grande falta de gente, principalmente de mulheres, que são as mais próprias para semelhante ministério. Por esta causa, à vista de tais desordens, os procuradores que a vila de Moncorvo mandou às Cortes que se celebraram em Lisboa no ano de 1653 representaram num dos capítulos particulares, que ofereceram, a pouca vigilância que se tinha em guardar as ditas matas; e os referidos males, que sucediam, pedindo a sua majestade as providências precisas para a sua conservação e para obstar a sua total ruína. O mesmo senhor foi servido deferir-lhe, determinando ao juiz de fora que então era, e aos seus sucessores, a guarda e inspecção sobre as mesmas matas, fazendo-se observar inviolavelmente as provisões passadas a esse respeito, debaixo da pena de se lhes darem culpa em suas residências, além da pena que parecer igual a este descuido, por cada vez que se houverem nisto com omissão, condenando brandamente os transgressores e deixando sem castigos aos poderosos; determinando mais sua majestade que se mandassem lançar pregões e afixar editais com a cópia deste alvará, do qual consta tudo o referido, e é dado a 13 de Setembro de 1655, e se acha registado no dito livro de 1616, a fólho 352 verso e vai junto.

Passado tempo, ainda outro mal pior atacou as ditas matas, proveniente dos continuados fogos, que os pastores punham os mais dos anos para se servirem dos pastos para os seus gados, cujo excesso chegou ao ponto que em 1660 deram de perda mais de 10 mil cruzados e ficaram aquelas terras devolutas sem se continuar a semeá-las, seguindo-se daqui não só o dano comum, mas também o que se seguia à feitoria do linho cânhamo, pela falta de lenhas, para o

cozimento do morrão e para madeiras. O que sendo presente a sua majestade, determinou pelo Conselho da Fazenda ao provedor da Comarca, que logo no primeiro tempo da sementeira obrigasse aos oficiais da câmara semear todas as terras do seu concelho que estivessem devolutas de pinhal, tendo já sido ali nos tempos passados. Mais lhe recomendou a guarda das ditas matas e a sua limpeza, tanto dos novos como dos velhos, obrigando a dar conta do que obrasse ao Conselho de sua Fazenda: o que consta da provisão de 28 de Julho de 1661, registada no dito livro de 1616, a fôlio 376 verso.

Não obstante todas estas providências, as matas se foram concluindo e arruinando, em maneira que não serviam para madeiras; e em 1730 só se cou-tavam para o fim de produzirem lenhas, mas até estas faltavam pelas desordens ali praticadas, o que moveu ao juiz de fora dar conta a sua majestade para que provesse de remédio; e o dito senhor determinou ao corregedor desta Comarca que, na devassa geral perguntasse pelos danos que se fazem na referida mata, o que consta das provisões de 9 e 30 de Dezembro de 1730, dirigidas ao juiz de fora daquela vila e ao corregedor da Comarca e estão ambas registadas a fôlio 292 e 293 do livro 2, dos registos da câmara de 1685. Não obstante todas estas referidas e respeitáveis providências, e ser imposta aos três ministros a obriga-ção de vigiarem sobre estas matas, os danos se continuaram, de forma que na visita que fiz ao dito monte por correição, na de 1789, com a câmara e gover-nança, achamos que as matas estavam inteiramente arruinadas e dessecadas, sem árvores nem lenhas, pelo continuado corte que lhes faziam os de dentro e fora da vila, sem ordem, nem método, estragando ao mesmo tempo as árvores, cortando os troncos mais grossos e arrancando-os pela raiz. E os gados conti-nuamente faziam os mais consideráveis danos. Pelo que deixei em correição as providências, que me pareceram justas, constando e fazendo guardar o referido monte; e logo em três anos que assim se conservou, se viu o seu maior aumento por ser o mais fértil e próprio para as ditas matas.

Capítulo 13. Dos prados naturais e artificiais

Não havendo quase nenhum prado na Terra Quente, há alguns nos lugares frios, como são na Carrazeda, Monforte, Murça, Alfândega, Castro Vicente, etc. Porém, em muito menor número que na Comarca de Bragança, aonde se colhem os melhores fenos para o sustento da tropa. Quase todos os prados são naturais e muito poucos artificiais. Há três ou quatro destes no concelho de Ansiães e também há alguns em Mirandela. Nos mais, ou se sega a erva ou se deixa para pasto, a terra não serve para outro ministério. Sustentam a cria ordi-nariamente com as capas dos milhos; com os nabais; com abóboras, etc. E os que não têm pastos próprios, mandam-nos aos baldios do concelho, aonde os há. As ervas que ordinariamente se produzem nos referidos prados se reduzem a 4 qualidades, denominadas molar, trevo, pascoeira e jóia. A mular é alta e grossa, imita o trigo na folha larga e é algum tanto peluda; e a espiga no cimo

é espalhada e de cor branca; seca, é muito leve; dá o melhor feno; e havendo bastante água dá duas camadas. A pascoeira é menos alta, mais delgada e miúda, e a espiga junta; e o feno é muito bom. O trevo é erva baixa, tem folhas pequenas e redondas, e por espiga botões amarelados, é menos próprio para feno e melhor para pasto. A jóia imita a pascoeira.

Capítulo 14. Dos campos e terrenos em geral

O terreno da Comarca, geralmente falando, é muito produtivo, principalmente nas terras quentes e baixas; não é demasiadamente montuoso, excepto nas descidas do Douro, que são bastante fragosas; porém vão-se cobrindo de vinhas no concelho de Ansiães, o que se continuará, depois de se ter quebrado felizmente o cachão de São Salvador, que impedia a navegação do Douro para cima daquele sítio. Há bastantes campos incultos, baldios e de alguns particulares, mas muito menos que na Comarca de Bragança. Tem muitos vales e planos de grande produção, juntos alguns às ribanceiras e baixas dos rios; entre eles, os mais famosos e dignos de nota são os da Vilariça, e a Madorra de Mirandela, os quais são fertilíssimos e fazem a principal riqueza de seus donos e respectivos concelhos.

Capítulo 15. Da Vilariça: requerimento dos povos em Cortes e providências antigas e novíssimas a seu respeito

A Vilariça começa na foz do Sabor e demarcação do Douro e estende-se até Santa Comba ao norte, na distância de seis léguas; chamava-se noutro tempo Vila Rica, e com razão, porque a fertilidade do seu terreno lhe adquiriu com justo título aquele nome. A parte mais produtiva é até à direitura da Derruida; aonde antigamente foi a vila. A terra é de cor cinzenta e composta de argila calcária e areia, e conglutinando-se com a chuva, depois de seca, se reduz a pó entre os dedos. Não precisa de estrume e assim mesmo é das terras mais produtivas do Reino; basta dizer que regularmente um alqueire de milho produz 300 e 400 de colheita. A parte que costuma ser inundada do Sabor nas suas enchentes e rebotes é a mais fértil pelos nateiros e lodos que lhes deixa, e a que se tem destinado para a cultura dos linhos cânhamos, pelo pouco trabalho que naqueles sítios custa a sua cultura. E a um alqueire de linhaça correspondem ordinariamente 10 pedras de linho.

As terras que se seguem a que tenho dito são mais barrias e menos inundadas; e ainda que não tanto, são contudo muito férteis, e se cultivam de trigo, milho, feijão, melões, etc., que dão grandes colheitas, e na sua extensão têm grandes matas de oliveiras.

Correm por estes campos o rio Sabor, a Ribeira, e os dois ribeiros denominados dos Cavalos e da Granja; os quais todos por estarem sem encanação lhe

fazem consideráveis danos, não só comendo-lhe grande parte todos os anos e reduzindo-a a areais, mas até deixando cobertas debaixo das suas águas courelas consideráveis por muitos anos, por quanto mudam de leito e de corrente repetidas vezes, por falta da direcção regular nas suas águas, que de Inverno são caudalosas e muitas.

Destas inundações resulta ainda outro mal não pequeno, que consiste em se confundirem os limites e marcos de cada um, em maneira que se faz preciso repartirem-se de novo as courelas e propriedades; e ainda que na câmara haja um tombo que declara as medidas e confrontações dos donos, contudo, como estes são os medidores, costumam acrescentar mais do que lhes compete, o que tem dado causa a contínuas desordens e demandas, desde antigo tempo. E eram tais que muitas vezes deixavam-se de cultivar as terras com grave dano dos proprietários, e Real Feitoria dos Linhos Cânhamos. Pelo que a câmara de Moncorvo, no tempo do senhor rei D. Filipe III, requereu a factura de um tombo, a que se procedeu por provisão de 16 de Agosto de 1628, e se julgou por sentença na data de 5 de Junho de 1629. Porém, mostrando a experiência de 24 anos que o Tombo não era bastante para evitar as desordens que havia, porque ainda que este denotasse os pertences de cada um, sempre nas medições havia dúvidas, que davam causa a demandas, assentou-se que o único meio mais conveniente era encanar-se a ribeira e o Sabor, e fazer reparo nas terras contíguas e confinantes. E os procuradores da Torre de Moncorvo assim o representaram ao senhor rei D. João IV nas Cortes que celebrou em Lisboa, no ano de 1653. E deferindo-lhes o dito senhor, determinou que toda a pessoa de qualquer qualidade que seja, que tiver alguma courela de terra no sítio por onde passa o referido rio e ribeira, seja obrigada a pôr na fronteira dela choupos inteiros ou amieiros, com que fique a terra encanada e amparada contra o ímpeto das águas. E o mesmo senhor incumbiu a inspecção desta importante obra ao juiz de fora de Moncorvo, determinando ao dito ministro que mandasse notificar para esse efeito todas as pessoas a que tocar, para logo na Primavera, ou Outono plantarem as ditas árvores, cada um no sítio que possuir, e não o fazendo determinou mais sua majestade que o dito juiz de fora mandasse fazer a obra à custa dos donos e possuidores das terras, onde necessário for repararem-se as árvores. O que consta do alvará de 13 de Setembro de 1655, registado a fólho 351 verso, do livro velho do registo da câmara da dita vila, de 1616.

A omissão com que se comportou o juiz de fora deu causa a que sua majestade incumbisse a obra da encanação a Mateus de Sá Pereira, superintendente da feitoria do linho cânhamo da ribeira da Vilarça, havendo respeito à importância que é encanar-se a dita ribeira, muito principalmente pela produção do linho ser tão necessária para as naus da Índia. E isto assim se mandou no alvará de 19 de Setembro de 1696, registado no dito livro supra citado, a fólho 368.

Mas apesar destas saudáveis determinações, não se pôde com efeito conseguir a desejada encanação, continuando cada vez mais os estragos e as desordens no passado e presente século. No tombo antigo, de que acima fiz menção, deixado ao desamparo, como é ordinário de suceder nas coisas públicas, escre-

viam as mesmas partes interessadas várias cotas sem alguma autoridade legítima, aumentando-se cada vez mais a confusão e, por isso, em 26 de Abril de 1766, o juiz de fora, que então era José Pereira da Silva Manuel, riscou semelhantes cotas como incompetentes. Ultimamente, pela confusão e obscuridade deste dito antigo tombo (pois que o domínio das courelas já se tinha transmitido a herdeiros com diferentes divisões), se requereu outro tombo, a que se mandou proceder na provisão do 1.º de Junho de 1775, que se julgou por sentença no 1.º de Outubro de 1777.

Porém, este novo tombo, feito e concluído em muito pouco tempo, ficou tanto ou mais confuso que o primeiro, porque se não fizeram as precisas e legítimas habilitações de herdeiros; antes se deixa a cada passo o direito salvo às partes; e daqui têm resultado contínuas demandas ordinárias a respeito da propriedade, além das de força, que se originou pelas falsas medições.

Em tal estado achei este belo terreno, quando fui despachado para juiz de fora daquela vila, ocupando-me logo e seguidamente em continuar vistorias e pleitos a respeito das medições e domínios. Para ocorrer a estes males, representei à câmara a que presidia a necessidade que havia de se proceder a um novo tombo, feito com vagar e circunstanciado, precedendo as averiguações e habilitações precisas, em maneira que pudesse servir a cada um de título autêntico. E para evitar toda a confusão para o futuro devia haver no arquivo da mesma câmara um livro rubricado pelo juiz de fora, a fim de se assentarem todas as alterações e mudanças que por herança ou compras fosse padecendo o tombo; sendo obrigadas as partes para quem passassem, a requerer este assentamento, pena de perderem para o concelho o domínio das respectivas courelas. Podendo desta maneira o tombo com as suas competentes adições servir de título até o fim do mundo. E para evitar as dúvidas da medição, quando as inundações confundiam os limites, que se deviam estes demarcar na terra consistente em direitura ao termo legítimo, de forma que lançando um cordel em linha recta se soubesse sem confusão nem dúvida os pertences de cada um. E para este projecto e tombo ter o seu devido efeito, fiz em nome da câmara o requerimento de que junto cópia, o qual por falta de procurador não teve efeito.

Depois que fui despachado corregedor daquela Comarca, na primeira correição que fiz na vila de Moncorvo, decorremos o campo de que se trata, eu, a câmara e lavradores inteligentes na conformidade da lei de 30 de Março de 1623 (col. 1, ord., l. 1, t. 58. n.º 15) e assentou-se uniformemente ser de muita necessidade a referida encanação do rio Sabor e Ribeira e os ribeiros dos Cavalos e Granja e demarcamos os sítios mais próprios para se fazer. O que tudo consta dos autos que se lavraram no livro dos provimentos de 1789, a fólho... e no provimento daquele ano determinei se pusesse em efectiva execução o que se assentou por geral acórdão na dita visita. Nas minhas representações a sua majestade de 1790, indiquei o que dizia respeito à mesma referida encanação, juntando um plano ou projecto da maneira como devia ser feita, o que sendo confirmado pela mesma senhora, se me determina no aviso do 1.º de Setembro de 1790 o conteúdo nas palavras respectivas seguintes.

E diferindo as ditas representações: é sua majestade servida, quanto à primeira, que vossa mercê continue na execução das bem advertidas providências que tem dado para a encanação da ribeira da Vilarça, e para a divisão e demarcação dos terrenos confinantes a bem dos seus respectivos proprietários. E que ocorrendo alguma dúvida na dita execução dirija vossa mercê, por esta Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, uma exacta informação, ouvidos os interessados, remetendo juntamente por cópias as provisões e tombos anteriores, com uma carta topográfica de todo o terreno e com o seu parecer.

Ainda se não começou a dar passo algum nesta matéria, porque espero engenheiros ou pessoas inteligentes na hidráulica para se começar uma obra de tão conhecida utilidade, requerida e determinada tão repetidas vezes a favor dos campos mais férteis do Reino, agora perdidos e estragados pelas inundações e enchentes. E já para ela se me tinham destinado engenheiros pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que ainda não puderam partir.

Capítulo 16. Da veiga denominada a Madorra de Mirandela

Depois dos campos da Vilarça, são os da veiga de Mirandela os melhores da Comarca, fertilíssimos e abundantes em todo o género de produção; têm a extensão de meia légua até ao lugar de Carvalhais e se denomina a Madorra; estão ali plantadas muitas oliveiras, e as melhores hortas, fazendo tudo um belo e agradável prospecto. Na primeira correição que fiz naquele concelho, no ano de 1788, visitei com a câmara e lavradores inteligentes, na forma da lei a dita veiga; e achamos que três causas concorriam para a sua inteira ruína. A 1.^a, os estragos causados pela ribeira de Carvalhos que corre no meio. A 2.^a, porque nalguns sítios se tem estreitado o álveo maliciosamente pelos confinantes, a fim de acrescentarem os seus prédios, lançando para isso vides, salgueiros e outras plantas em distância das antigas que formam ínsuas; seguindo-se daqui que a ribeira, crescendo e achando-se sem âmbito suficiente, entra pelos prédios confinantes do outro lado, fazendo neles grandes estragos. A 3.^a consiste em que alguns, para acrescentarem os seus prédios, têm construído muros, paredões fortes, os quais fazem retroceder a água, que buscava o seu antigo leito e vai fazer nos da parte contrária com sua inteira ruína o suficiente álveo. Determinei no provimento da correição daquele ano que os donos confinantes encanassem a parte que lhes tocava, e que se fizesse restituir ao álveo antigo o que se lhe havia usurpado. Esta última providência não se podia efectivamente executar sem todos fazerem ao mesmo tempo a dita restituição; porque se faltassem da outra parte ficavam mais expostos à erupção das águas, depois de tirados os reparos e não ter o ribeiro o seu devido leito, por falta de restituição do da parte contrária. Por esta causa estavam irresolutos, mas na correição seguinte de 1789, sendo disto informado, mandei citar todos os donos e seus caseiros para verem restituir ao álveo o que se lhe tinha usurpado ao mesmo tempo em todos, na forma da ord. l. 1, t. 66. §. 11, fazendo por tudo o determinado na sua devida execução, com o que todos ficaram satisfeitos.

Capítulo 17. Dos campos baldios da Comarca: providências dos senhores reis passados sobre a sua cultura e requerimento dos povos a este respeito

Em muitos concelhos da Comarca há prados, montes, devesas e campos baldios e maninhos sem cultura alguma. E ainda que sejam públicos, e para o logramento dos povos, podiam agricultural-se ao menos os que sobram a estes. Porque tendo bastantes lenhas e pastos, é-lhes muito mais conveniente arrotearem-nos e com efeito assim em correição mo requereram os moradores da Saldonha, Vilar Seco, Souto, e muitos outros; a quem dei faculdade depois de ouvida a câmara para os repartirem entre si na forma da ordenação l. 4, t. 43. § 9. e o citado alvará de 30 de Março de 1623. § 3. O meu correspondente da vila de Sampaio, João António Baptista Aires de Carvalho, me representou em carta de 5 de Junho de 1796, que ao poente da referida vila, em distância de dois tiros de bala, havia um cabeço, que no seu declive ao norte, suposto produza árvores silvestres e matos era inútil por se fazer pela sua espessura inacessível aos gados, e não se precisar das suas lenhas por haver bastantes. Que seria conveniente fazê-la agricultural de vinhas, que é de que está mais falta o concelho, em razão de ser o resto do terreno demasiadamente quente e seco, qualidades que não há no referido monte, aliás fresco, húmido e bem temperado. É para isto que se devia dividir em leiras por todos os moradores, que assim o pretendiam, oferecendo um plano para se fazer regular esta divisão, o que se vê da mesma carta junta. E mandei executar tudo segundo me requereram. E várias outras em diversas partes fiz plantar de matas, segundo atrás referi.

Noutro tempo se mandaram cultivar e semear todas as terras incultas, herdades, de hortas e maninhos desta Comarca, passando-se para isso ordem ao corregedor dela, na data de 26 de Novembro de 1625, no tempo do senhor D. Filipe III, a qual se tornou a mandar executar e proceder na sua conformidade pelo senhor rei D. João IV em outra de 30 de Janeiro de 1643, que está registada no livro velho da câmara de Moncorvo de 1616, a fólho 182 verso e vai junta.

E o mesmo senhor, passados 13 anos, a requerimento dos moradores de Vila Flor e com consentimento da câmara, determinou ao corregedor da dita Comarca de Moncorvo obrigar a cada um deles a semear todos os anos 8 alqueires de pão, ou conforme a sua possibilidade nos montes que estavam de baldio, porque além de ser esta actividade pública, se evitava com isso os danos que faziam os bichos que se criavam nos matos dos ditos montes, o que consta do alvará de 18 de Janeiro de 1656, que está no regimento da câmara de Moncorvo de 1616, a fólho 356 apenso. E esta utilíssima providência fez com que agora se veja aquele terreno todo agriculturalado e aproveitado com tanta utilidade dos habitadores da vila.

Capítulo 18. Da cultura dos baldios em benefício dos depósitos de pão para a ajuda dos lavradores pobres

Há também um meio já praticado nesta Comarca de fazer agricultar os baldios, ainda que se não repartam, que é aplicar o seu rendimento para um depósito de pão; de donde pelo ano adiante possam ser remediados os lavradores, os quais na novidade tornarão a restituir ao depósito o que receberam, evitando assim as vexações que lhes fazem os rendeiros, dando-lhes o pão fiado para lhe pagarem por grande preço, sofrendo para a solução grandes vexações. No tempo do senhor D. Filipe III, os moradores de Urros, do termo de Moncorvo lhe representaram que havia 10 anos que se tinha despovoado o seu lugar em razão das muitas dívidas que os ditos moradores faziam no pão que tomavam fiado aos rendeiros, não tendo depois possibilidade para lho pagarem, pelo que lhe levavam suas fazendas e lhas tornavam a aforar por preços excessivos. E que para evitar este mal lhes concedesse licença de cultivarem um tapado, para da sua colheita posta em depósito repartirem dois homens ajuramentados o pão aos que o precisassem pelo ano adiante, os quais o tornariam no tempo da colheita. O que o mesmo senhor lhe concedeu no alvará de 27 de Agosto de 1625, que se acha registado com o próprio regimento no livro da câmara de 1616, a fólho 93 verso.

E por semelhante maneira se estabeleceu o antigo depósito de pão em Freixo de Espada à Cinta, a respeito do qual os seus procuradores pediram providências e regimento ao senhor D. Pedro, príncipe regente no primeiro capítulo, dos particulares, que ofereceram nas Cortes, que celebrou em 1668, de que resultou o alvará de 5 de Julho do dito ano, e de que fiz menção no plano.

Capítulo 19. Da mesma agricultura dos baldios em benefício dos rendimentos dos concelhos

Na última correição de Mirandela me requereram os povos a faculdade de poderem entre si repartir os baldios que sobram aos seus logramentos, e a câmara, sendo ouvida, me propôs a precisão que tinham de os fazer agricultar, em benefício dos rendimentos do concelho. E em tais termos, no capítulo 19 do provimento, diferi a proposta da dita câmara por ser justa, e conforme à ordenação l.1, t. 66., §.12, porém, deixando sempre livres os baldios que os povos precisassem para pastos, lenhas e mais logramentos, pois que estes são preferíveis à referida cultura, como é de ver da ordenação livro 4. t. 43, §§ 9, 10 e 12 e da lei de 30 de Março de 1623 §. 1.º e da novíssima de 13 de Março de 1772, a respeito da serra de Tavira. E finalmente, a provisão de 2 de Março de 1784 declarou à câmara do Mogadouro que não devia tornar a arrendar os baldios a maninhos que o povo de Castelo Branco precisava para os seus logramentos e está registada no livro competente dos registos daquela câmara, a fólho 167 verso e vai junta. E seria muito conveniente e para desejar que em todas as ter-

ras baldias e que sobejam aos logramentos dos povos, fossem agricultadas pelas câmaras e arrendadas em praça para aumento dos rendimentos dos concelhos tão precisos para as obras públicas, e mais despesas ordinárias e indispensáveis à subsistência dos mesmos concelhos.

Capítulo 20. Das terras maninhas dos particulares

Também há na Comarca algumas terras de particulares por arrotear, porém poucas. É verdade que algumas estão devolutas, cheias de ervas e mato e parecem maninhas, mas a causa consiste em serem mais fracas e não poderem cultivar-se todos os anos, mas sim de tempos em tempos, conforme a sua qualidade.

Capítulo 21. Da fertilidade dos terrenos

As terras boas produzem seguidamente (em todos os anos); outras a folha, e as piores cada seis anos. Muitas são tão férteis que dão no mesmo dois ou três renovos de trigo, legumes, nabal, etc., principalmente nas canameiras e partes baixas.

Capítulo 22. Das terras ladeirasas

O concelho de Ansiães tem grande parte de terras ladeirasas e fragosas; as que inclinam para o Douro e Tua estão capeadas de vinhas, e as outras de baldio, e só com muita distância de tempo se semeiam de pão por serem fracas e haver falta de adubos.

As terras ladeirasas em várias partes da Comarca não produzem por causa das neves e geadas, as quais formam na superfície uma côdea rija e tão forte que só derrete à força de chuva.

Noutras terras, como nos Estevais (Cabeça de Mouro), aproveitam tanto as ladeiras que a parte que inclina para a Vilariça, não obstante ser muito fragosa, se cultiva de pão, cavando-se a terra, por meio daquelas grandes pedras aonde não podem entrar os bois jungidos. Os campos do concelho de Dona Chama, para as partes da Ponte da Pedra, da Fradizela, de Guide, de Lamalonga, etc., estão igualmente aproveitados; porque ainda mesmo de entre as fragas fazem produzir pão e o mesmo deve dizer-se do concelho de Monforte.

Capítulo 23. Proporção de colheita em razão da sementeira nos diversos terrenos

Assim como o terreno da Comarca é diverso, assim é também a sua produção. No concelho de Ansiães, nas partes ladeirosa 1 alqueire de sementeira pro-

duz de colheita 5 e nas planas de 1 por 6; de serôdio 1 por 10; e de milho 1 por 40. Em Mascarenhas, do termo de Mirandela, em anos temperados colhe-se de trigo 10 por 1; e em Murça 6. Porém, os campos da Vilarça, Madorra de Mirandela, as canameiras junto aos rios de Guide, de Dona Chama, de Frechas, da ribeira de Noura em Murça, os baixos do Sabor etc. produzem mais sem comparação alguma a 10, 20, 30, 40, 50 por um, e algumas destas terras são por si tão adubadas que não precisam de estrume; não obstante os renovos que dão num mesmo ano.

Capítulo 24. Da qualidade das terras respectivamente a cada uma das produções

A qualidade das terras é mais própria de umas que de outras produções. No concelho de Ansiães as terras barrias são próprias para vinho e azeite; e a que chamam sairrinha, que tem mistura de areia, produz melhor, trigo, centeio, milho, etc. O regular das canameiras nas margens dos rios e ribeiras é terem a sua terra composta de argila, areia e terra calcária; e dos nateiros, que deixam as águas quando as inundam, por isso são tão produtivas, nem precisam de estrume.

Geralmente falando, as terras barrias, ainda em ladeiras, quando têm mistura de areia produzem melhor (para centeio é boa a terra areenta; e a negra e solta, que se lavra em todo o tempo).

Há nalguns sítios da Comarca e no termo de Mirandela terra misturada com seixo branco, que ordinariamente não produz, porém alguns anos tem dado bons trigos.

Capítulo 25. Sobre as regas dos prédios

Não se pode dizer que a Comarca tem falta de águas porque a atravessam bastantes rios e ribeiras; e além disso é abundante de nascentes. Porém, não obstante, ainda se pode dizer que é estéril de regas; nalgumas partes há contínuas demandas sobre a posse da corrente das águas, e em outras se reparte às horas, e aos dias, por cada um que tem prédios de rega.

Há muitos montes com boas nascentes se as buscassem, e com efeito tendo provido a feitura das fontes, muitas que se fizeram de novo e outras que se concertaram mostram a sua utilidade. A ribeira de Noura rega as melhores terras do concelho de Murça, as quais têm de comprimento uma légua e de largura dois tiros de espingarda; porém, noutras partes, os rios e ribeiros não podem regar pela profundidade da corrente. Contudo, isto se podia suprir: ou abrindo poços de noras ou fazendo açudes em sítios que alteassem as águas ao nível dos prédios. Nalgumas terras providenciei sobre isso. Na correição de Mirandela, e na visita que fizemos à ribeira que decorre pela Madorra, achamos que grandes prédios contíguos não podiam ser regados em diversos sítios, pela fundura das

águas; e assentou-se que seria muito conveniente fazer-se um açude ou presa no sítio dos areeiros, junto a Carvalhais, que fizesse equilibrar as águas ao nível dos ditos prédios. E calculando-se a obra em 300 mil réis de custo, se assentou que aumentaria o rendimento a 3 ou 4 mil cruzados.

(Na vila de Murça quase todos os que têm quintais usam de poços).

Capítulo 26. Sobre a sua tapagem

Muitos prédios são tapados, excepto porém nas ribanceiras de alguns rios, nos campos da Vilarça e nas baixas do Douro, e nestes últimos não poderiam sofrer os tapumes pela razão das inundações, que os destruiriam quando até confundem os marcos de divisão. Grande parte dos prédios de Murça são tapados de muro, e para maior resguardo lhes põem silvas sobre as paredes. No concelho de Ansiães e nas partes altas quase todos são tapados; e nas ladeiras as vinhas com parede; porém, não assim nas (outras) terras. Nalguns sítios da Comarca tapam também com silvas e outras plantas. Porém, grandes campos que se semeiam de pão se acham ainda sem reparo, por exemplo as terras, que decorrem desde a Ponte da Pedra até à Fradizela, no concelho de Dona Chama. Para as partes de Freixo, Ilgares, Urros, Poiares, etc., não tapam muitos terrenos, por causa dos pastos comuns tão prejudiciais à boa agricultura. É porém de notar que se conhece em toda a Comarca a vantagem que têm os prédios em ser tapados; nalgumas terras deixei provimentos a este respeito que se executaram, e os proprietários quando podem vão tapando a toda a força; e estes tapumes quase todos são de pedra, de que há abundância.

Quanto a mim, o verdadeiro resguardo dos gados são os muros dos prédios, porque a coima que pela maior parte se ilude não é bastante para reprimir o pastor em campos descobertos. E sendo em todos os provimentos de correição contínuas as queixas dos lavradores contra os criadores, é evidente que, apesar de tantas providências deixadas a este respeito, ainda não apareceu o verdadeiro remédio, que é só o de tapar.

Capítulo 27. Sobre a arroteação dos terrenos incultos

A maneira ordinária de arrotearem os terrenos incultos é queimarem o mato e tirar-lhes as raízes com as enxadas; porém, como ignoram as charruas, não se penetra uma terra brava quanto era preciso.

Capítulo 28. Da sua apropriação aos géneros diversos

Em muitas partes não têm feito a escolha precisa dos terrenos para os apropriarem às produções; porque os ocupam com géneros que podendo-se agri-

cultar em terra mais inferior obstam à fertilidade de outros mais úteis e de grande precisão. Por exemplo, os subúrbios de Murça, de terra humosa e excelente para produzir trigos, cevadas, linhos, milhos de que há falta, estão ocupados com vinhas que podiam plantar-se em sítios mais magros e mais remotos e mais ladeirosos, que estão ainda incultos.

Capítulo 29. Dos estrumes

Quase todos os terrenos precisam de estrume, excepto os da Vilariga e aqueles que costumam ser inundados em Março até os contíguos à ribeira se estrumam; porém, ainda há alguns sítios que produzem sem ajuda; por exemplo, um retalho no lugar de Pegarinhos, que se cultiva de pão.

Os estrumes que ordinariamente usam são de gado de cavaliças, de palhas, fetos, silvas, sargaços, juncos, tojo apodrecidos nos currais, e nas ruas e passagens públicas, bagaço e cinzas.

O estrume dos gados é sem dúvida o melhor para o adubo das terras; e para se lançar nelas, metem-lhes os gados acancelados, que ali dormem no tempo de Verão e não de Inverno por causa dos frios. Mas deste estrume só se aproveitam os lavradores ricos e que têm rebanhos, advertindo que há menos nas terras quentes. A cinza de que usam é a que produz o mato queimado nas terras que se arroteiam de novo, ou se cultivam de tempos a tempos.

Misturam também os estrumes dos animais com o das plantas putrefactas. O que se faz do mato nas estradas é mais próprio das terras frias. Os estrumes de gado adubam as terras por um ano somente e por dois o das cavaliças.

Desconhecem o modo de temperar as terras umas com outras, por exemplo as argilosas com as arentas, nem sabem a proporção que devem guardar sobre os mesmos estrumes.

Capítulo 30. Dos instrumentos aratórios

Os instrumentos aratórios de que usam são arados, enxadas ou enxadões e grades, malhos, trilhos, seiturias, carros. Os arados são de figura cónica, até o meio têm pouco mais de grossura de quatro polegadas. O dente é de 3 palmos de comprimento, depois do ferro. O pau por que puxam os bois jungidos terá 12 até 15 palmos. Nas terras bravias e fortes usam de arado mais comprido, que entra por elas até três palmos. E nas outras a penetra de um até dois. As enxadas são quase quadradas, com largura de um palmo, mais algum comprimento. E o cabo terá 3 ou até 3 e meio [palmos]. A grade é composta de dois paus laterais em quatro palmos de grandeza e estão atravessados com outros quatro, de sete [palmos]; sobre ela se põe o lavrador que guia os bois; e além disso uma pedra para com maior peso cortar e igualar a terra. Os carros terão em todo o seu comprimento 19 palmos e de largura 6. E as rodas, cinco de diâmetro, as

quais são ferradas pela maior parte e outras não, etc. A descrição dos instrumentos referidos é com pouca diferença em toda a Comarca.

Capítulo 31. Dos danos físicos da agricultura por efeito dos gados, pássaros, bichos e más ervas

Os obstáculos ou danos físicos (os morais não pertencem aqui) que obstam à agricultura geralmente na mesma Comarca provêm dos gados, bichos, pássaros, más ervas, neves, trovoadas, etc.

Os criadores, depois que a coima se costuma iludir, têm-se feito insolentes, e causam o mais considerável dano às searas, matas e a todo o género de plantação.

Os pardais danificam os trigos serôdios, centeios, cevadas, milhos e legumes, principalmente nas terras que têm árvores. Nalgumas partes obrigam a cada pessoa a matar certo número, cujas cabeças deverão apresentar na câmara, debaixo de cominação; porém isto tem dado causa a grandes abusos. Noutros concelhos não há semelhante costume, mas cada um guarda ou faz guardar as suas searas, se lhe parece.

A lagarta e o pulgão destroem as hortaliças, legumes, melões, etc. Nalgumas terras costumam os párocos desconjurá-los. E noutras só os catam e matam; porém, sendo em grande número, nada pode extingui-los.

As formigas secam as árvores novas. Nalgumas partes, como no concelho de Mirandela, untam um barço de lã em azeite e o atam ao pé das ditas árvores para impedir que subam por elas. As más ervas prejudicam muito as searas, dão-lhes diversos nomes: leringa, pampilo, roborado, gatunha, etc., quase todas se mondam bem, excepto a gatunha que por ter as raízes fundas é dificultosa de arrancar e extinguir. O gorgulho é um pequeno bicho que ataca o pão no celeiro, ordinariamente depois de estar muito tempo nele. Algumas pessoas para o evitar costumam lançar nas tulhas folhas de figueira preta, e outros as lavam com água de sumagre, porém ainda se não descobriu o verdadeiro remédio contra ele. Depois porém de entrar no grão, só sai lançando-se e espalhando-se ao sol.

Capítulo 32. Dos mesmos danos por causa das neves, trovoadas e estações violentas

As neves são prejudiciais nas terras frias, aonde duram por muito tempo; porém, quando pouco, fazem bem às searas. Haverá 9 ou 10 anos que a neve caiu tão forte que nalguns sítios secou (e quebrou) bastantes oliveiras e destruiu inteiramente os pomares de espinho que havia na Açoreira, termo de Moncorvo.

As trovoadas não deixam de ser mais frequentes nesta vila e em várias partes têm feito danos consideráveis, principalmente nos vales junto às ladeiras; porque a torrente das águas precipitadas inunda os campos e dentro as searas

(são dignas de lembrança as de 29 de Maio de 1780, de 24 de Julho de 1782 e a de 7 do dito mês em 1784, sucedidas no concelho de Moncorvo). Eis aqui porque esta vila e Vila Flor, situadas nas faldas do monte Roboredo e da serra da vila, [se] interessam muito nas suas matas que impedem a força da torrente nas trovoadas fortes; que aliás, não achando obstáculo à força do seu ímpeto, alagariam aquelas vilas. Algumas vezes cai pedra, que faz notáveis destruições em todos os frutos, e haverá quatro anos, achando-me na correição da Carrazeda, veio tão grande que pareciam balas de espingarda. E as tempestades deste género têm algumas vezes deixado sítios em inteira ruína. Os frios grandes e geadas prejudicam as plantas novas, a flor e as frutificações; e aos legumes que têm já casulo, não deixam tomar o grão.

As névoas são mais frequentes nas terras vizinhas aos rios e em Mirandela e seu concelho, no Inverno, costuma durar a maior parte do dia, o que faz haver mais frio do que (permite a sua) situação local e que lhe deu o nome de terra quente. E isto prejudica também a agricultura, porque aumenta a humidade da estação e impede o sol no tempo que era preciso. E causa ferrugem nas searas.

Por modo ordinário, o Inverno é maior e mais rigoroso nas terras altas, e mais suave nas baixas. E o Verão pelo contrário; e o mesmo se deve dizer proporcionalmente das duas estações (da Primavera e Outono) e isto influi muito na agricultura; e faz com que nuns sítios venham os frutos mais cedo do que noutros; e que os destemperamentos prejudiquem mais ou menos. Por exemplo, os invernos extraordinários em frios (chuvas, neves ou geadas) são mais prejudiciais nas terras altas; e pelo contrário os verões mais quentes e secos do costume nas terras baixas. A esterilidade das águas, que houve nos anos que precederam ao de 1794, fez muito mais dano a Moncorvo, Vilarça, concelho de Mirandela, e mais terras quentes; porque não só padeciam as searas, mas até a gente em razão de secarem as fontes e verem-se obrigados a beber dos rios. O que não sucedia nas partes altas porque, apesar do rigor da estação, quase todos os nascentes conservavam as águas, ainda que mais diminutas. E com efeito, no Verão de 1793, estando quase extintos os nascentes de Moncorvo, e sendo o calor insuportável, retirei-me para a Carrazeda; aonde este pouco molestava; e havia abundância de águas em todas as fontes. As águas demasiadas em Janeiro, Fevereiro e Março fazem apodrecer o pão e frutos. As primaveras e outonos molhados prejudicam ao fabrico e cultura das terras no devido tempo; fazem apodrecer a uva e obstam a boa vindima.

Capítulo 33. Do preparo das terras em geral

Falando geralmente, as terras para todos os frutos se lavram na Primavera; e depois de gradadas, em maneira que fique a terra solta, se estrumam com esterco miúdo; e se repete a lavra para o enterrar. Porém, no concelho de Murça, nalgumas partes não usam de grades, mas deixam a terra em regos para que a água melhor a penetre.

Parte 2.^a

Da maneira de cultivar cada uma das produções

Quando as terras se semeiam à folha, para trigo, centeio, cevada, dá-se a primeira lavra, ou decrua ordinariamente, desde Janeiro até Abril, conforme o tempo. A segunda, ou entraveca, desde Maio até Agosto. E a terceira, na sementeira, e desde aquela até esta se lhe lança o estrume.

Capítulo 34. Da agricultura dos grãos e legumes

As sementeiras de trigo, centeio, cevada, favas, ervilhas, lentilhas costumam ser nos meses de Setembro, Outubro e Novembro. Porém, nas terras frias, a fava e ervilha em Fevereiro e Março. O serôdio milho (o painço), feijão, grãos-de-bico, melões em Março, Abril e Maio. Nascem as plantas tanto ao Outono, como na Primavera, depois de 8 dias de semeados. Porém, se estas estações vêm muito secas ou molhadas, demoram-se mais.

Limpam as sementes de qualquer heterogéneo; e para as de centeio preferem o que nasceu nas terras saírrinhas ou areentas que é o mais limpo e o que melhor produz em toda a parte. O modo de semear é andando e espalhando as sementes com a mão direita, em forma que não fiquem juntas, mas igualmente repartidas. Quando a terra está seca costumam nalgumas partes molhar os grãos-de-bico e as pevides para as semear. Os trigos mondam-se na Primavera e os serôdios e se colhem ordinariamente nos meses de Junho e Julho. Os milhos sacham-se logo que têm nascidas três folhas. O feijão e chicharro são cavados quando têm 3 ou 4 [folhas] e tanto os mesmos milhos como os feijões, e chicharros se colhem em Agosto e Setembro. Os grãos em Julho, as favas em Maio.

Costumam guardar o grão em arcas e em celeiros de tabuado e de pedra livres de humidade.

Capítulo 35. Das batatas, nabais, hortaliças e linhos

As batatas no concelho de Ansiães, onde se colhe uma considerável quantidade, são de duas espécies, brancas e vermelhas. As brancas (que se chamam castelhanas) são muito grandes, algumas têm de peso dois arráteis, ou mais, e é preciso partirem-se para se cozerem; e têm pouco gosto. Muito melhor é o das vermelhas, das quais há uma espécie muito comprida e saborosa. As maiores terão de comprimento palmo e meio; e de peso arrátel e meio. A sua produção ordinária será de 200 alqueires numa jeira de terra. Esta não precisa ser da melhor, contanto que seja unida, e funda; e quase nunca serve para outra plantação, excepto alguma vez para nabal. Aonde se produzem não se precisa semeá-las de novo, porque ficam as sementes ou raízes na terra dois ou três anos e, quando porém se querem renovar, tiram-se as ditas raízes velhas e se

semeiam novas. Estas sendo pequenas as enterram inteiras; e grandes, as partem às talhadas para pouparem na quantidade, se bem que quanto maiores, maior é a produção. Estrumam as terras e as sacham duas vezes. A primeira com maior profundidade; e a segunda, mais levemente, para não destruir as raízes junta-se-lhe a terra em monte, o qual quanto é maior tanto é também maior produção. Semeadas nos meses de Maio e Junho também se transplantam e a sua colheita é em Novembro. Recolhem-se em casas bem separadas e enxutas; e as cobrem com fetos para maior resguardo. Até o fim de Maio conservam-se em bom estado; depois arrebentam, e lançam grandes raízes; e quem as quer conservar mais um mês põe-nas ao sol.

Os nabais mais próprios das terras altas e frias semeiam-se desde 15 de Agosto por diante; preparam a terra para eles como para o centeio, e vão-se colhendo até Março e Abril. Os nabos são muito grandes e de excelente gosto. No concelho de Murça há poucos nabais; porém o método de os cultivar consiste em lançarem a semente em Setembro nas terras, sem se lavrar, e que ainda conservam a restolha do pão ceifado; e depois lavram, ficando-lhes esta servindo de estrume.

A cultura das hortaliças geralmente falando consiste em cavar, sachar, estrumar e regar bem; e esta rega costuma ser de manhã e de tarde ao baixar o calor; porém nas terras, aonde se reparte a água, rega-se na hora que se distribui.

Cultivam-se três qualidades de linho: mourisco, galego, e cânhamo. O mourisco semeia-se como o centeio em Setembro e Outubro e o galego em Abril e Maio. Porém, mais tarde, se as terras estão molhadas (estas), devem ser as de melhor qualidade e produção, e muito lavradas, gradadas, desfeitas e estrumadas, rega-se aonde há águas; o que faz o linho com melhor fibra. O cânhamo, porém, é o que (mais sofre) não se regar.

Para este se lava a terra na Primavera e passados 10 ou 15 dias se atravessa e alisa com a grade; pouco depois torna-se a lavrar e semeia-se a linhaça nos regos, que a grade cobre. Dentro em 100 dias ordinariamente se colhe.

Capítulo 36. Da cultura dos prados

A cultura, que na Comarca aplicam aos prados naturais, consiste em as limpar bem do mato, junco, cardo, etc., abrir-lhes regos ou aqueiros em diversos sítios para serem bem regados; e fazer com que as águas decorram, porque, aliás, nascem entre eles plantas nocivas. Os prados mais sujos e a que faltam águas de rega são comumente destinados para pastos. Aos outros se sega a ferro seco, de ordinário, depois do São João e muitos os deixam (desde então) para pastos até Janeiro, e daí para diante lhes separam o gado e bestas, deixando-lhes crescer a erva. Outros porém segam a mesma erva e lhes tiram duas e três camadas.

A maneira como costumam fazer estes prados é a seguinte: escolhem os sítios frescos e regadios, dão três lavras ao terreno em Abril e Maio, abrindo,

atravessando e desfazendo o torrão, e igualando. Em Junho semeiam a erva, que nasce e fica perene.

No concelho de Ansiães, para os prados artificiais lavram e semeiam como nos outros; no mês de Outubro, nasce logo, e o vão segando em verde repetidas vezes até Março. Semeiam com jóia, que é boa, e dá mais segas e também com molar; mas menos. Depois se lavra para milho, feijão, etc.

Os prados baldios de que os povos usam para seus logramentos em comum se acham sem alguma cultura ou reparo, pelo descuido das câmaras e dos procuradores do concelho. Tenho deixado em correição algumas providências a este respeito e nos Cortiços, visitando na primeira que lhe fiz, os prados concelhios aonde todo o (povo) manda as suas bestas e *gado vacum*, os achamos perdidos com juncos, tojos, cardos e mato, que fiz limpar pelo mesmo povo por um capítulo de provimento. Seria muito conveniente que alguns prados baldios fossem aproveitados para erva de sega ou feno; principalmente os que estão em sítios frescos e regadios; e desta forma cada um em comum tiraria ainda maior utilidade.

Capítulo 37. Da maneira de agricultural as oliveiras

A cultura das oliveiras na Comarca é com pouca diferença na forma que se segue.

Plantam-nas em toda a qualidade de sítios altos, baixos, ladeirosos, em melhores e piores terrenos. No concelho de Ansiães costumam também plantar aonde há falta de terra dentro na pedra lousa: abrem nela a ferro um buraco suficiente que encham de terra misturada com parte da referida pedra desfeita, e aí põem a planta. Muito raras vezes enterram de raiz a oliveira; e não é de semente, mas sim a que nasce junto a outras: o comum é estacar. Para isto, abrem fossos de 5 até 6 palmos de profundidade e largura, aonde metem a estaca (de 8 até 9 de grandeza) que rodeiam de terra, tendo a primeiro esbulhado da casca, na parte inferior um palmo, para melhor arrebentar: outros porém só lhes (limpam) a maior grossura. Enterram em situação perpendicular, (orientando-as) na direcção em que a estaca se achava na oliveira, porque os lados costumados ao sol e ventos competentes à sua antiga posição, achando nova postura, era fácil secar a planta. A estaca mais direita é a que se reputa melhor; arrebentam logo no cimo e as outras em baixo, e são menos produtivas. Caçam muito a terra na superfície; e rodeiam a planta de silvas para a defender do gado nos campos destapados. Em terras boas semeiam (pelo meio) das oliveiras, centeio, trigo, milhos, etc., e ainda sem esta sementeira costumam lavrá-las e limpá-las de mato em Março e Abril, e estrumá-las. No meio das vinhas se dão excelentemente, aproveitando-se da cultura delas.

Limpam-se dos esgalhos secos e outros supérfluos desde o primeiro de Dezembro até a fim de Fevereiro, principalmente na lua velha. Varejam também até o fim deste mesmo mês, no tempo mais seco que é possível ter; e não é conveniente varejá-las com gelo, ou molhadas, porque se encham de intu-

mescências, a que chamam trepola, e se fazem amarelas. As varas, de que usam para este ministério são de castanho, ou negrilho por serem mais dobradiças e lisas. A azeitona para o azeite, depois de apanhada a conservam por espaço de um mês no celeiro, pouco mais ou menos nalgumas partes, por falta de lagares e noutros por se supor ser assim melhor.

As doenças que atacam as oliveiras são os grandes frios, neves e invernos destemperados que as secam, constipam, fazem amarelas (e estéreis); os nevoeiros em Junho destroem a flor e fazem a oliveira infrutífera. E uma lagarta, que numas terras chamam aranha, noutras morrão, dá na espiga e não deixa limpar a azeitona. Para nenhum destes males sabem remédio. A ferrugem porém é ainda doença lá desconhecida. A maneira de enxertar as oliveiras se dirá adiante quando falar dos pomares.

Capítulo 38. Sobre as vinhas e diversos modos de as tratarem

As vinhas estão plantadas em toda a qualidade de terreno. O que se reputa melhor é o barroso misturado com lousa, e de piçarra rota imitando o lodo; e deste abundam as ladeiras do Douro; no concelho de Ansiães e no de Murça, contam[-se] os planos que têm vinha de terras barrentas e peganhosas, e pelo contrário a das colinas é mais solta e seca.

Para se plantar uma vinha de bacelo em terra plana fazem uma vala de quatro palmos de profundidade, em largura: escolhe-se uma vide do ano antecedente com o comprimento de 6, por ter mais vigor, mais olhos, ou rebentadouros. Põem-se obliquamente, enche-se o fosso da melhor terra, sem mistura de pedra. E os bachelos que se plantam dentro da mesma vala distam entre si 4 palmos. E esta vala tem o comprimento conforme a terra, e a vontade do plantador. E a ordinária distância de vala a vala é de 5 para 6 palmos.

Nas ladeiras também se põem os bachelos da mesma maneira; porém o método melhor e mais usado é depois do valado fazer com a mesma pedra que sai, uma parede para sustentar a terra; e nas partes quentes, costumam também meter o bacelo por um buraco que fazem no cimo da mesma parede, que se enche de terra, deixando de fora um palmo. E este método é bom para acomodar melhor a vinha pelas paredes; e resiste-lhe assim mais ao ardor do sol nas terras quentes.

Porém, nas vinhas raras, e aonde há falta de vides, faz-se uma cova em roda da cepa, cortam-se os esgalhos inúteis, deixam as melhores quatro ou cinco varas, que se põem em roda da mãe, e dela se nutrem. O método chamado de mergulhão consiste em estender a vara por um fosso comprido deixando-lhe só de fora um pequeno bocado; e passados 2 ou 3 anos se corta da mãe.

Noutras partes, principalmente em Murça, há outro método de plantar vinha, a que chamam bardos; deixam entre as valas 20 e tantos palmos de distância para semearem de pão; e estas vinhas produzem melhor por dois princípios: por terem mais extensão e por serem mais lavrados, servindo-lhe de estrume a mesma restolha enterrada.

Os enxertos fazem-se principalmente de dois modos a que chamam de cunha e de mergulhão. O primeiro consiste no seguinte: arredonda-se a cepa no fundo, abre-se com um podão, e mete-se-lhe uma cunhinha para ficar aberta; introduz-se-lhe a vide nova aparada com dois olhos somente e fica unida a casca de fora com a mãe; ata-se e se cobre com folhas para defender o rachado da terra, a qual cobre o enxerto dois dedos, e esta há-de ser da melhor e peneirada. O de mergulhão consiste em fazer esta manobra na ponta de uma vide, que se mergulha.

O tempo mais próprio para plantar bacelo é todo o Inverno; e de enxertar, Março e Abril. Não estrumam as vinhas, principalmente em Ansiães e Murça, não só pela proibição da Companhia porque dão piores vinhos, mas também porque seria impraticável pela sua falta.

Poda-se nas partes baixas desde Outubro até a entrada de Março; e nas altas e frias desde Fevereiro até o fim do dito mês, evitando-se quanto se pode os frios e gelos. Não podam na lua nova porque dizem que se corrompem as videiras. Na poda deixam as varas melhores e mais fortes, uma até duas; e as limpam dos cirros; e na cepa velha deixam sempre uma varinha com dois olhos, no caso de faltar a vide principal; não devendo ficar sem nó, que se não possa arredondar bem; cortando-se a vara velha muito chegada à base da nova.

As vinhas planas e postas do primeiro modo cavam-se duas vezes na Terra Fria: a primeira em Abril até ao fim de Maio, e a outra em Junho, ou Julho: e as postas do 2.º [modo], nas ladeiras se lavram na distância que vai de vala a vala, as quais estão paralelas; e ao redor das cepas se cavam porque os bois não podem entrar dentro nas ditas valas. A primeira lavra é em Março e Abril, e a segunda em Maio e Junho. Põem-se-lhe paus para se levantarem da terra; o tempo da erguida das vides é antes de arrebentarem. As de parede nas ladeiras por todo o mês de Março: e as planas, depois de cavadas e arrebentadas com olho teso.

As trovoadas, geadas e neveiros lhes fazem mal no tempo da flor (e a chuva no das vindimas). E há também uma lagarta que lhe come os olhos.

Capítulo 39. Sobre a plantação das árvores, trato e maneira de as enxertar

O tempo próprio para a plantação é no Outono. Não há pomares em mata; o ordinário é estarem as árvores espalhadas nos prédios e quintas, agricultando-se o terreno médio de vinha ou de outro género.

A plantação é quase toda de estaca; ainda que algumas árvores se semeiam e transplantam; mas muito poucas. Semeiam-se também castanheiros, amendoeiras, etc. que depois se enxertam. As pereiras, macieiras, cerdeiros, etc. requerem bons terrenos; e a lavra e rega as faz produzir melhor. Os castanheiros, nogueiras e aveleiras estão em terrenos fortes e frescos e são mais próprios para matas; e na Comarca há alguns soutos, principalmente em partes altas e ladeiras. As amendoeiras estão plantadas nos sítios quentes; e nas ladeiras do Douro para Moncorvo a Ansiães, aonde há maior abundância.

As amoreiras costumam plantar-se junto às povoações por ficarem mais à mão para se colherem: limpam-se como as oliveiras de ordinário cada 2 anos, desde Janeiro até Fevereiro. Quando são velhas, cortam-se com os ramos por cima do tronco, por onde tornam a arrebentar.

Os enxertos das árvores se reduzem comumente a dois: de casca ou fenda; de flauta ou gaita.

O de casca ou fenda é do modo seguinte: tira-se da planta de boa casta uma casquinha, que tenha dois olhos; e na em que se quer enxertar se faz uma fenda transversalmente, aonde se mete a casquinha preparada, que se cobre e ata em algumas partes com casca de trovisco (noutras com barro e um pano atado); ficando de fora os olhos que hão-de arrebentar. Esta qualidade de enxerto faz-se nas oliveiras, pereiras, macieiras, etc.

O de gaita ou flauta consiste em: escolhe-se um esgalho na boa casta e corta-se no comprimento de polegada e meia com dois olhinhos; tira-se com eles a casca que fica como um canudo. E logo se escolhe na árvore de má casta e que se quer enxertar, outro ramo ou esgalho de igual grossura, aonde se mete o referido canudo; depois de o ter esbulhado da sua própria casca; e tudo se faz ao mesmo tempo. Desta maneira costumam enxertar os castanheiros, pessegueiros, amendoeiras, etc.

O tempo dos enxertos é em Abril, Maio e Junho.

Capítulo 40. Sobre as árvores silvestres e cortes das madeiras

As árvores silvestres não costumam aplicar algum género de cultura; deixavam-nas inteiramente à natureza, sobre cuja negligência providencieei em correição, fazendo semear, limpar e cultivar as matas.

Nalgumas terras cortam as madeiras em todo o tempo; noutras, como no concelho de Ansiães e vizinhos, em Novembro, Dezembro e Janeiro, excepto os carvalhos, que dizem dão melhor madeira cortados em Maio e Junho. E sempre preferem para os cortes a lua velha.

Parte 3.^a Sobre as artes rústicas

Tendo falado das produções da Comarca e da sua agricultura, segue-se indicar o que se pratica nas artes que lhe são próprias.

Capítulo 41. Dos moinhos

O pão faz-se de trigo, serôdio, centeio, milho, cevada. As moendas todas são de água, nem há um só moinho de vento (não obstante os melhores sítios

para eles). O que é de grande prejuízo público, porque nos anos secos param as moendas e como não há recurso sofrem-se fomes ainda com abundância de grão; e se faz preciso mandar aos fornos repartir os pães por justiça ao povo, que concorre a eles em tumulto e desesperação. As azenhas nos rios são também prejudiciais porque obstam à sua encanação para se fazerem navegáveis (os moinhos de água constam de duas grandes pedras redondas, a debaixo firme e a de cima movediça. Esta é a que mói o grão sobre a outra. Este movimento se lhe comunica por meio de um pau posto perpendicularmente, o qual na ponta superior encaixa no meio da pedra andadeira, por meio de um varão de ferro que sai do mesmo pau. E na parte inferior tem uma espécie de roda composta de várias peças côncavas, nas quais a água faz a impressão que move a máquina. As pedras vêm de fora, ordinariamente embarcadas de Condeixa: chamam-se alveiras ou mereneiras [merexeiras?], conforme a sua qualidade, que influi também na cor do pão).

Capítulo 42. Da maneira de fabricar pão

As padeiras o fabricam na seguinte forma. Lavam o trigo e o crivam e limpam dos heterogêneos nocivos; e fazem moer em pedras alveiras. Na peneira o apuram como lhes parece, passando-o para diversas, pelas quais se obtêm três qualidades de farinhas a flor, que é a melhor, a mais apurada, a sêmea e a relão.

Amassa-se em água quente com sal e fermento até ter bastante consistência. Depois deixa-se fermentar ou levedar, o que se conhece pelo aumento do volume, abrandar a massa e fazer suas fendas na superfície. (Então se) divide em pães, e se cobre com roupa e em fermentando segunda vez se deita no forno. Mirandela é a parte da Comarca aonde se faz melhor o pão; e em Moncorvo muito mal, porque nem lavam nem escolhem (o grão e são inferiores as pedras dos moinhos). Basta dizer que quem quer bom trigo o manda vir de Mirandela pelo estafeta; e o melhor centeio entra feito de Lagoaça do termo do Moga-douro, Comarca de Miranda.

Capítulo 43. Do curtume e preparo dos linhos depois da colheita

Quando os linhos se arrancam na sua perfeita madurez abre por si a baganha e larga folha. Por duas maneiras costumam tirar a dita baganha, enquanto está verde, ou ripando-a com um instrumento de dentes juntos à maneira de pente, ou se deixa no mesmo linhal em montes por 4 dias ao sol; e depois espalhando-se larga a linhaça. Para curtirem os linhos os metem em águas correntes, e não as havendo, nas de poços, ou estagnadas na profundidade de palmo e meio, aonde as conservam por seis ou sete dias, conforme a água é mais ou menos quente. Há outro método que se reputa ainda melhor. Consiste ele em tirar o linho fora de água, passados três dias; e depois de bem seco ao sol torná-lo a ela por espaço de

dois. Tirado e enxuto se maça com um instrumento de pau cilíndrico; esfrega-se nas mãos, a que se chama amadar. Passados depois 15 dias se lhes tira a aresta com uma lâmina, ou espadele de pau, cuja manobra se denomina espadar. Segue-lhe depois a do sedeiro, aonde se apura o linho e se lhes tira duas ou três qualidades de estopa, segundo o destino ou qualidade que se pretende.

Capítulo 44. Sobre a feitura do azeite

Para a feitura do azeite, tiram a azeitona das tulhas depois de quente e em fermentação e se lança no forneiro, isto é, num lugar à maneira de grande pia, aonde uma pedra, imitando a de moinho redonda e em pé, mói a azeitona pelo movimento circular de uma besta que anda à roda. Depois de bem desfeita se vai lançando em duas ou três seiras de esparto ou junco, as quais se põem no lagar umas sobre as outras; cobrem-se com uma tábua em cima da qual se põem uns calços de pau chamados malhais, e se espreme com a biga pela máquina usual. Depois da primeira pressão, e ter decorrido algum azeite, desaperta-se, e se lança água fervendo dentro nas seiras, mexendo sempre bem aquela massa para se facilitar a separação das partículas oleosas unidas ao bagaço; e espremendo-se segunda vez se repete a mesma manobra. Esta água assim misturada com azeite corre do lagar para uma pia de pedra, e desta numa talha chamada songra, aonde apara o azeite tomando a superfície da água, correndo sem mistura para outra talha junto. De onde se lança em outras nos armazéns em que se guarda.

Capítulo 45. Da conserva das azeitonas

Para o preparo da azeitona de conserva usam do seguinte método: colhe-se quase madura; lança-se em talhas com água limpa e algum sal; e passado um mês se lhe deita água nova e sal. Em Abril lavam-se e se lhe faz uma calda de água limpa com loureiro seco, tomilho e bela-luz, e nunca se tiram com a mão, mas com colher de pau; e em Maio não se bule nelas. A talha deve ser limpa e nova; e assim se conservam excelentes por 3 e 4 anos. As que se preparam para comer logo depois de se lhes dar 3 ou 4 golpes, dentro num saco se lançam na água corrente. Em 8 dias estão doces; e para o estarem ainda em menos tempo se lhes lança água fervendo, misturando-lhe a de cinza coada, aonde ficam 24 horas de molho; repete-se o mesmo outra vez e à 3.^a lavam-se, e vêm a ficar doces aos 3 dias; e então se lhes faz a calda como para as de conserva.

Capítulo 46. Do fabrico dos vinhos e vinagre, em geral na Comarca

Sobre a factura dos vinhos referirei dois métodos que se praticam: o ordinário em quase toda a Comarca e o do concelho de Ansiães em cima do Douro,

e na parte que se acha no distrito da Companhia do Porto. Pelo que diz respeito ao primeiro:

Faz-se o vinho lançando as uvas em lagares de pedra, aonde as pisam homens por espaço de 24 horas com 6 de descanso. O mosto ferve por si, mexendo-o com o bagaço enquanto se pisa. Leva-se depois aos tonéis, os quais se deixam abertos por 2 meses (no tempo da fermentação), passados os quais uns os tapam bem com cortiça, lixiviando as fendas, outros os deixam abertos pondo-lhes simplesmente uma tábua em cima para que lhes não caiam imundices. Os tonéis (e pipas) são de castanho, e antes de se lhes lançar o vinho os limpam e raspam das fezes, se as conservavam do ano antecedente (e alguns os lavam com aguardente). As adegas em que os conservam são nas lojas das casas e partes mais frescas e interiores, e reputam por melhores as que têm a porta para norte.

Para dar cor aos vinhos não usam das bagas de sabugueiro por ser proibido. Alguns deixam-nos estar mais tempo no lagar com o bagaço, e outros lançam no tonel as peles das uvas pretas, principalmente no concelho de Ansiães, as quais vêm de Sabugal e de São Miguel do Outeiro; mas este remédio só é bom para quem vende logo o vinho, aliás com o tempo o faz vinagre. Para a sua fortaleza não usam de mistura de aguardente, nem de algum outro remédio. Quando se toldam, tiram-lhes pelo fundo dois ou três almudes. Alguns lançam-lhe duas ou três canadas de azeite pela boca do tonel, mas outros reprovam este remédio. E atribui-se o toldo dos vinhos a estarem tapados e por isso muitos os têm descobertos.

Para os vinagres não sabem remédio algum, mas se fazem dos vinhos que a eles se reduzem por uma fermentação natural.

Capítulo 47. Da prática do concelho de Ansiães no distrito da Companhia do Porto

O segundo método é na maneira seguinte: colhem as uvas, tirando-lhe todos os pés e cirros e os bagos secos, podres e verdes, se ainda os há. Lançam-nas assim no lagar de pedra; aonde se pisam muito bem; e se deixam a fermentar até que erga todo o casculho, e mais partes em que estão pegados os bagos. Fermenta por 48 horas e mais, interrompendo-se a fermentação sempre pelos homens, que metem continuamente o bagaço ao fundo do lagar com os pés, e isto até que o mosto de doce se reduza a amargo; e então se lança nos tonéis. Faz-se também a experiência noutra maneira: lança-se o mosto num vaso de faiança e se vertendo-o fora, fica parte pegado ao vaso pela sua viscosidade, se reputa capaz de deitar nos tonéis, que os deixam abertos no tempo desta 2.^a e menos sensível fermentação e assim ficam os vinhos bons e fortes. A cor se lhes dá misturando-lhes as boas uvas tintas, como a morete, cornifesto, touriga, casteloa, sousão, nevoeira, touriga, alvarelhão, donzelinha, etc. E a cada pipa costumam lançar canada e meia de aguardente com pouca diferença.

E quando se toldam os vinhos separam-nos das fezes dos tonéis, lançando-os em pipas de 21 almudes; e em cada uma delas se deitam 50 claras de ovos, e se mexe tudo muito bem por meio quarto de hora, depois do que fica em quietação por espaço de 24. E então se lança noutra pipa, deixando as fezes, que as claras lhe fizeram depor; e se lhes mistura uma canada de aguardente. Nestes mesmos sítios, além dos vinagres, que por si se fazem por meio da fermentação acetosa e natural, usam para os artificiais da maneira adiante. Depois de espremido todo o vinho do bagaço num lagar de 12 pipas, no mesmo bagaço que fica, se lhe lança uma de água, com a qual se lava e pisa por 24 horas; e depois de aquecer se azeda, e então se separa do bagaço, lançando-se em tonéis, aonde fica um bom vinagre. Devo também dizer que para estes sítios, 5 até 6 pipas de vinho produzem uma de aguardente de prova redonda e 8 ou 9 uma de prova de escada.

Capítulo 48. Das borras e sarro

As borras também se alambicam; o sarro vende-se a 160 ou 200 a arroba, que vai para o Porto. As sementes das uvas servem para os porcos e o bagaço para estrume.

Capítulo 49. Das uvas para a dependura e do modo de fazer as passas

As uvas para a dependura colhem-se enxutas; nalgumas partes esperam a lua velha, e se conservam sãs até Abril e Maio. As passas preparam-se ao sol e em forno; e por as baixas do Douro trazem-lhe o pé na videira, aonde secam, e são as melhores.

Capítulo 50. Do preço dos jornais

Os jornais dos trabalhadores na agricultura têm crescido muito em comparação do tempo passado e ainda há quem se lembre de serem de Inverno a 60 réis e no Verão a 80, e de comer: actualmente querem quase dobrado, e a sega a 200, 240 e mais. E aos carpinteiros no tempo de consertar os tonéis se lhe paga a 200 e de comer; e ainda mais pela falta, que há deles principalmente nos concelhos de Murça e Ansiães. Ao lavrador a 300, e com carro a 400 e 480.

Há grande falta de jornaleiros, principalmente nas terras de vinho, e no tempo das cavas e vindimas concorrem homens de fora da Comarca e muitos galegos.

Parte 4.^a **Agricultura pecuária**

Capítulo 51. Gado ovelhum: maneira de o tratar, e das suas doenças e remédios

A Comarca não deixa de ser abundante de gado ovelhum, principalmente nas terras de mais pastos como em Freixo. Há, porém, muito poucas cabras, que a requerimento dos lavradores estão proscritas da maior parte dos concelhos pelo dano que causam à boa agricultura. E só se consentem algumas para leites aos doentes com licenças da câmara, ou do corregedor da Comarca. E aonde prevaleceu o requerimento dos cabreiros contra os donos das terras, se lhes demarcaram em correição os sítios, os montes para os pastos debaixo de prisão e condenação, além das coimas segundo as posturas.

(As lãs servem para se vestir a gente lavradora, que eles mesmos preparam e tecem. E se extraem ainda bastantes para fora. Fazem pouca manteiga e muitos queijos, porém os melhores são os do Carrascal e Freixo, que se levam para diversas partes de dentro e fora da Comarca).

A pastagem dos gados costuma ser nos campos e montes baldios, e públicos, e nos particulares maninhos e incultos, e descobertos. Nas terras em que as neves lhes impedem a saída, dão-lhe nos currais centeio, milho, cevada, nabos, arbustos, ramos de sobreiro, carrasco e toda a qualidade de mato.

Quando nascem, os borregos nalgumas partes não os deixam sair ao campo por espaço de 20 dias; e depois ou os lançam para melhor trato em algum pasto particular mais abundante, ou os deixam na pastagem livre. Separam-nos das mães nas terras quentes, nos princípios de Maio e nas outras um mês adiante.

São atacados com várias enfermidades, que vou a expor com os remédios que lhes aplicam.

A bexiga cura-se, deitando-os em camas limpas com trovisco espalhado noutros currais diferentes dos que em dormiam até ali, reparados e bem estrumados. Nas terras quentes reputa-se por melhor remédio encurralá-los nos campos expostos ao tempo.

A ronha esfrega-se com azeite de zimbro, com tabaco de fumo mastigado pelo pastor e com saliva. Ordinariamente fica bom aos dois dias. E outro remédio consiste em se lavar com cozimento de piorneiras, giestas e trovisco morno. Outro com água de tremoços cozidos.

Quando estão fracos e de Inverno, comendo muito principiam a medrar; costumam algumas vezes ser atacados com febre, resfolegando dificultosamente e perdendo a comida e o andar, ficando em pasmo. Então ou lhes cortam as pontas das orelhas por onde lançam bastante sangue, ou os sangram numa veia que têm junto dos olhos.

Quando são atacados da vasquilha, entupindo-lhes o nariz à maneira de mormo (que dizem provir-lhes pela demasiada gordura), reputa-se eficaz remédio serem mudados para outras terras mais frescas e altas.

O inchaço, que às vezes lhes nasce debaixo dos queixos, assenta-se ser por comerem erva de lameiros orvalhada, e por isso a evitam. Não conhecem remédio para esta doença que imita a esquinência e mata o gado.

Capítulo 52. Bois e vacas: do seu trato, doenças e curativo

Há muito pouca criação de bois e vacas; vêm da Galiza, de Montalegre e Chaves a maior parte, não só para a agricultura, mas para os açougues. A vitela é gostosíssima, principalmente para os sítios de Monforte e Murça, porque vêm das (partes) de Chaves, aonde se criam em bons pastos.

Nas terras da Comarca sustentam-se nos baldios, e particulares aonde os há, e com feno, palha, nabos, abóboras, etc.

As doenças e medicinas que lhes aplicam são as seguintes. O logramento faz-lhes inchar e doer a barriga, não comer, nem estrumar, causando-lhes grande debilidade. Reputa-se ser este mal provindo do muito trabalho no tempo do calor e de comerem ervas molhadas. Para a cura, metem-lhe pelo ânus um braço untado com azeite, e lhes tiram punhos de sangue maçado às postas, que tinham sobre as cadeiras. E depois lhes lançam para os purgar ajudas de água de malvas, violetas, azeite e sal moído. E depois se lhes põem sobre as cadeiras umas meadas de linho galego, meias cozidas em água de cinza, e com calor mediano.

Quando lhes incham os olhos, e, abaixando as orelhas, se põem tristes, lhes lançam pela boca vinagre com alguns alhos pisados e, durando a doença, vinho adoçado com açúcar.

Outra grande enfermidade que padecem nos olhos se chama unheiro, a qual se conhece por lhes chorarem e incharem, e pelos fecharem; e se lhes vê na menina do olho uma pontinha branca. Deve-se-lhe logo acudir, aliás, faz estourar o olho. Para isto os jungem, ficando o olho da parte de fora, e os atam a uma árvore para melhor poderem fazer a operação. Na protuberância que sai do olho, se enfia uma agulha com linha pelo meio, e logo pela raiz se corta com uma tesoura, ou bom canivete. Depois se lhe lança sal moído e daí a três horas se lava com cozimento de vinho e rosas, e limpo de sangue lhe lançam mel misturado com urina de rapazes. Se passado tempo ficou no olho alguma névoa lançam-lhe sal de Saturno.

Nas unhas das mãos e pés costumam ter outra doença a que chamam pieira e formigo. Quando lhes dá, começam a mancar, sem se ver ainda coisa alguma: depois entram a lançar matéria das unhas. Logo que mancam, lavam-nos no Verão com água fresca, ou vinho estítico com rosas, e no meio das unhas lhe metem toucinho salgado, atando-o com um pano, e os retiram dos currais com estrume.

Capítulo 53. Sobre os porcos e providências deixadas em correição para aumentar esta espécie

Há criação de porcos, os de melhor gosto. São os das terras de castanha e pastos nas [terras] altas e frias como Monforte, Murça, Ansiães, Vilarinho, Alfândega, Castro Vicente, Dona Chama, etc. Podia ser muito maior a criação, que traria não só abundância mas o aumento do comércio; o presunto não cede a nenhum outro do Reino, e se podia fazer extracção dele até para esta Corte; mas pelo contrário, ainda vêm porcos de Espanha para dentro da Comarca. O lavrador nas aldeias que não mata porco se reputa pobre; e é a carne ordinária de que se sustenta pelo ano adiante. Antigamente havia maior abundância, segundo me informaram e era o seu preço ordinário a 60 por arrátel quando agora corre a 100 e 120 depois de curado. Averigüei nas correições as causas desta diminuição e achei duas essenciais. A primeira, a falta de macho para copular as porcas, a que se chama berrão; e este era posto em cada freguesia, ou pelo que recebia os dízimos ou pelo concelho antigamente, cuja falta e raridade fez também a da criação. A outra consistia (em não haver) porqueiro, ou vezeireiro público para guardar e pastorear em comum os porcos dos moradores, que aliás os não podem também sustentar. Sobre uma e outra coisa deixei por capítulos as providências que me pareceram convenientes, obrigando os primeiros a ter os berrões nas freguesias, e as câmaras a elegerem porqueiros públicos na forma do antigo costume.

O sustento dos porcos, além do pasto, consiste em farelos desfeitos na água quente, e melhor, na dos sobejos das cozinhas (a que chamam a vianda), abóbora, nabos, bolotas, e castanha principalmente no tempo da ceva, bagaços, etc.

Costumam ter nos dentes uma doença chamada grão, com que lhes incham as gengivas, perdem o comer, adormecem e morrem. Para os curar, cauterizam-lhas com um ferro quente; e misturando no vinagre alhos pisados, lhes banham as gengivas.

Outras vezes lhes costuma dar uma espécie de frenesim ou doidice; para os curar abrem-lhes sarges na cabeça e os cauterizam com ferro quente.

A salga dos presuntos não é como devia ser, por falta de sal que às vezes corre a 180 o alqueire em partes; pelo que sucede corromperem-se alguns, ainda antes do Verão.

Há também porcos monteses nos matos, principalmente nos concelhos de Moncorvo, Ansiães, Alfândega e Castro Vicente.

Capítulo 54. Sobre as colmeias

A Comarca tem bastantes colmeias de abelhas, e há lavrador que colhe para cima de 8 almudes de mel. No concelho de Ansiães haverá duas mil colmeias e o maior colmeal será de 100. Costumam pôr os cortiços abrigados do norte, em frente ao sul, junto dos bosques aonde possam comer. Os enxames saem por

si mesmo; porém, quando tardam, lhes põem lume por baixo e virando o cortiço lhe batem até sair a mestra. E aqueles enxames que hão-de entrar são barrados para (os não penetrar) algum género de luz.

A tinha é um insecto branco e pequenino, que rói a cera e o próprio cortiço, e faz morrer as abelhas. Não sabem remédio para ela; tiram-lhe logo a cera para não perder tudo. A lagarta espera-as à saída e as mata. E o tourão é bicho que fura o cortiço, e o tomba às vezes, e mata também as abelhas.

Para tirar a cera viram o cortiço, e extraem-na da parte aonde está assente, o que depois elas tornam a prender; e isto em Março, e em Maio os cretam para lhes tirar o mel. Separa-se-lhes o tampo, e com o crestadeirão tiram o trevo e o mel à proporção do que têm, deixando-lhes sempre bastante para o sustento de Inverno.

Capítulo 55. Sobre galinhas

Nas aldeias principalmente se faz suficiente criação de galinhas; pelo método ordinário e geral. Costumam ter uma doença a que chamam gogo, a qual lhes faz inchar o pescoço, cabeça e olhos. Metem-lhes uma pena no nariz para lhes facilitar a respiração; e outros lançam-lhes vinagre pela boca.

Capítulo 56. Bicho-da-seda

No que diz respeito à criação do bicho-da-seda e ao método que praticam para a tiragem ou fiação, devo dizer que no tempo que servi o lugar de juiz de fora de Moncorvo me deveu este objecto um particular cuidado, porque com o piemontês Biffignandi mandado por ordem do Ministério, observamos todos os erros que se praticavam na Comarca respectivamente aos ditos objectos; e com as observações dos melhores autores, e à vista do regulamento de el-rei de Sardenha, publicado em Turim a 8 de Abril de 1724, formei a arte de criar o bicho e fiar a seda, segundo o método piemontês, extraindo dela corolários práticos e capazes da inteligência dos lavradores para por eles se espalharem; cujo plano com as amostras da seda fiada na nova máquina que se fez, tive a honra de apresentar ao Ministério, obtendo a aprovação régia (e correm impressos).

Depois, nos anos imediatos, por decreto de 3 de Junho de 1788, se estabeleceram as escolas de Chacim, para onde se mandaram os mestres Arnauts, os quais põem em efectiva prática o método piemontês, que é o mesmo que expliquei na dita arte e corolários.

Porém, as escolas se têm limitado tão-somente a Chacim e seus arredores; e no resto da Comarca se praticam ainda os mesmos abusos.

Capítulo 57. Coudelaria: doenças e curativo das bestas

A coudelaria está em mau estado, pois há muito pequena criação de bestas por falta de lameiros e pastos. Apenas se criam alguns boçais nas aldeias. As bestas ordinariamente vêm de fora, e concorrem à grande feira que todos os meses se faz em Dona Chama, aonde se vão vender e comprar de toda a província.

As doenças das bestas costumam curá-las na forma que se segue. Para a dor de barriga correm-nas, passeiam-nas, sangram-nas e dão-lhe ajudas como se disse na cura dos bois, e levam-nas a espojar-se a uma corte de gado.

Os supersticiosos lhe chamam olhado; e têm por bom esfregá-las com meias e ceroulas de homem, postas do invés.

O mormo, de que muitas vezes morrem, conhece-se por tossirem e purgarem pelo nariz e baixarem as orelhas. É produzido de comerem os milhos, ervas molhadas e de se lhes tirar a sela vindo ainda quentes e com suor; e por outras causas. Cura-se com fumo de pinhas, palha, trigo e açúcar misturado, abafando-lhes a cabeça. Alguns metem-lhes dentro das orelhas palhinhas de manteiga. Curam-lhes a tosse com semente de lavaças, que é vermelha, pele de cobra, cevada, misturado tudo com alguns pingos de azeite.

Capítulo 58. Do preço dos géneros [em réis]

O preço ordinário dos géneros em anos regulares é:

Por alqueire	Queijos 2\$000	Carneiro 45
Trigo 300	Linho 2\$500	<i>De porco</i>
Centeio 200	Cânhamo 700	Fresca 60
Milho 240	<i>Por arrátel</i>	Lombo 80
Cevada 120	Seda fina 2400	Curada 100 e 120
Serôdio 300	Redonda 2000	Galinhas de 120 até 280
Feijões 300	Macha 1600	Frangos de 20 até 50
Grão-de-Bico 400	<i>Por cento</i>	Cordeiro 500
Batatas 80	Pimentões 50	Leitão 240
Castanha 100	Peras e maçãs, de 200 até	Ovos, por 6 20
<i>Por almude</i>	400	<i>Por quartilho</i>
Azeite 2\$400	<i>Das carnes</i>	Leite 10
Vinho 480	<i>Por arrátel</i>	
<i>Por arrobas</i>	Vitela 40	Perdiz 80
Lã 2\$400	Vaca 30	Coelho 60

Capítulo final. Sobre a descrição da agricultura do concelho de Moncorvo, feita no tempo que servi o lugar de juiz de fora

Isto é em geral o que pude averiguar sobre a agricultura rústica e pecuária da Comarca de Moncorvo, e ainda que haja alguma variedade na diversidade de terras parece-me não a individuar com escrupulosidade, porque o sistema comum faz principalmente o objecto da memória.

No tempo que servia de juiz de fora de Moncorvo pareceu-me ser também do meu ofício e curiosidade de entrar neste género de averiguações (porque só sabendo se pode emendar o mau método e imitar-se o bom) formei uma memória económica agrária com 14 mapas, indicando as colheitas, preços e somas das produções de todo o concelho (e de cada uma das terras). Esta Real Academia, a quem a tinha apresentado, a fez imprimir no 3.º tomo das [Memórias] Económicas.

SOBRE OS AUTORES

FERNANDO DE SOUSA

Professor catedrático da Universidade do Porto e Professor da Universidade Lusíada do Porto. Investigador e presidente do CEPESE.

Licenciado e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: *Dicionário de Relações Internacionais* (direcção), Porto, Edições Afrontamento, 2005; *O Património Cultural da Real Companhia Velha*, Porto, CEPESE, 2005; *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, Edições Afrontamento, Porto, 2006; *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, CEPESE, Porto, 2006; *Félix Pereira de Magalhães. Um político do liberalismo português (1794-1878)*, Lisboa, 2007; *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*, Porto, CEPESE, 2008 (em colaboração com Conceição Pereira); *Espólio Fotográfico Português* (coordenação), Porto, CEPESE, 2008; *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPESE, 2009.

JOSÉ MARQUES

Professor catedrático da Universidade do Porto.

Licenciado e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Académico de número da Academia Portuguesa da História de Lisboa e correspondente da Real Academia da História de Madrid, membro do Comité International de Paléographie Latine e do Comité International de Diplomatieue.

Publicações mais recentes: *Alguns sermões marianos do fundo alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Ministério da Cultura, 2000; “O cartório e a livraria do Mosteiro de Paderne, em 1770”, in *Boletim Cultural*, Melgaço, 2002; *Património da Mitra Bracarense e cultura da vinha, na antiga “terra” Panóias (século XV)*, Porto, 2002; “A Universidade de Salamanca e o Norte de Portugal, nos séculos XV-XVI”, in *Península*, n.º 0, Porto, 2003.

MARIA DA CONCEIÇÃO SALGADO

Investigadora do CEPESE.

Licenciada em História pela Faculdade de Letras do Porto. Pós-Graduação e Mestrado em História das Populações pela Universidade do Minho. Doutoranda em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada do Porto.

Trabalhos publicados: “Indústria têxtil e população no limiar do séc. XX – o caso de S. João de Ponte”, in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.7, Guimarães, Universidade do Minho, 1996; “Alfabetização e participação sócio comunitária em S. João de Ponte na 2.ª metade do século XVIII,” in *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970)*, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol.II, Braga, Universidade do Minho, 1998; “População e indústria(s) no Concelho da Maia em finais do séc. XIX”, in *Actas do 1.º Congresso: Maia – História Regional e Local*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1998; “Livro de Leitura da 3.ª Classe de João Grave no período da 1.ª República” in *1.º Encontro Internacional sobre Manuais Escolares*, Braga, Instituto de Investigação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999; “População e indústria(s) de Santa Marinha em finais de oitocentos” in *Actas das Primeiras Jornadas de História Local de Santa Marinha*, Vila Nova de Gaia, 2001.

ADÍLIA FERNANDES

Investigadora do CEPESE.

Licenciada em História pela Faculdade de Letras do Porto. Mestre em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho. Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade do Minho.

Publicações recentes: “A mulher operária na imprensa portuguesa”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Territórios, Culturas e Poderes*, Braga, NEH, Universidade do Minho, 2006; “A imagem da mulher na imprensa famalicense (início do século XX)”, in *Boletim Cultural*, Vila Nova de Famalicão, Câmara de Vila Nova de Famalicão, 2006; “O Estado Novo e o ensino particular”, in *Revista Colégio Campos Monteiro*, n.º 1, Braga, Palimage Editores, 2006; “Torre de Moncorvo: o Recolhimento de Santo António do Sacramento – espaço de conflito de poderes”, in *Revista Campos Monteiro – História, Património, Cultura*, n.º 2, Braga, Palimage Editores, 2007; *De Asylo a Fundação: 100 anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Coimbra, Palimage Editores, 2008; “O século XIX e a medicalização do discurso sobre a mulher”, in *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo*, Guimarães (no prelo); “Considerações em torno de um Livro de Matrículas das Toleradas, Vila Nova de Famalicão”, in *Boletim Cultural*, Vila Nova de Famalicão, Câmara de Vila Nova de Famalicão (no prelo).

ADRIANO VASCO RODRIGUES

Docente e Investigador. Director Jubilado da *Schola Europaea* (Bélgica).

Licenciado em Ciências Históricas e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Pós-graduações, como bolseiro, na Universidade de Santiago de Compostela e na Universidade de Bona. Autor de numerosas publicações, de que evidencia *Arqueologia da Península Hispânica* (4 reimp.), Porto, Porto Editora, s/d; *História Geral da Civilização*, 2.º vol., Porto, Porto Editora, s/d.; *Os Lusitanos: mito e realidade*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1998; *História breve da engenharia civil: pilar da civilização ocidental*, Porto, Ordem dos Engenheiros, 2006.

MARIA DA ASSUNÇÃO CARQUEJA

Docente e Investigadora.

Licenciada em Ciências Históricas e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Curso de Ciências Pedagógicas (U.C.). Estágio e Exame de Estado para a docência em Filosofia. Dirigiu o Centro de Docência Científica do Instituto de Investigação Científica de Angola. Metodóloga. Técnica Científica da União Europeia na área da Filosofia da *Schola Europaea*. Membro da *Association International des Professeurs de Philosophie*. Autora de trabalhos de investigação, de que distingue: “A dimensão moral nas comunidades africanas de expressão bantu”, in *Áfricana*, n.º 3, s.l., 1988; *Felgar: história, indústrias artesanais, património*, s/d; *Noções de Filosofia: 7.º ano liceal*, Porto, Porto Editora, s/d; *Personalismo, Liberdade e Compromisso; Documentos medievais de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2007.

VIRGÍLIO TAVARES

Investigador do CEPESE. Professor do Ensino Básico e do ISEIT/Mirandela (Instituto Piaget). Licenciado e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Tem diversas obras publicadas, entre as quais se destacam: *Conheça a Nossa Terra – Torre de Moncorvo*, 1992; *Conheça a Nossa Terra – Mirandela*, 1996; *Conheça a Nossa Terra – Freixo de Espada à Cinta*, 1998; *Conheça a Nossa Terra – Carrazeda de Ansiães*, 1999; *Rancho Folclórico de S. Tiago de Mirandela*, 2000; *Lousa: História da Associação Cultural e Recreativa*, 2000; *Centenário da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses*, 2001; *Conheça a Nossa Terra – Vila Flor*, 2001; *O Natal da Avó*, Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Moncorvo, 2002; *Histórias no Reino das Palavras*, Mirandela, 2005; *Bombeiros Voluntários de Mirandela – 125 anos da sua História*, Mirandela, 2008.

JOSÉ AMADO MENDES

Professor catedrático da Universidade de Coimbra.

Licenciado e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Coordena o Curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural e colabora no 3.º Curso de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea.

Publicações mais recentes: “O arroz no Baixo Mondego: da Gastronomia ao Turismo Cultural”, in *Canteiros de arroz: A orizicultura entre o passado e o presente*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005; “Requalificação e preservação do Património arquitectónico: factor de identidade em prol do desenvolvimento”, in *Actas do Seminário Internacional “O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2005; “La empresa bancaria en Portugal en el siglo XX. Evolución y estrategias”, in Mario Cerutti (coord.), *Empresas y Grupos Empresariales en América Latina, España y Portugal*, Monterrey (México), Universidad Autónoma de Nuevo León/Universidad de Alicante, 2006; “O papel e a Renova: Tradição e inovação”, in *O Papel ontem e Hoje. Arquivo da Universidade de Coimbra – Renova* (Catálogo de Exposição), Coimbra, Arquivo da Universidade, 2008; *Património: Passado com Futuro. Museus, Educação e Desenvolvimento* (no prelo).

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

Professora Catedrática da Universidade do Porto. Investigadora e coordenadora do grupo de investigação *Arte e Património Cultural no Norte de Portugal*, do CEPESE.

Licenciada em História e doutora em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: “O que é o Património Cultural?”, in *Actas do Seminário Internacional O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2005; “Talha e Escultura dos Séculos XVII e XVIII”, in *Roteiro Museu de Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005; “Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, n.º 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003; novamente publicado in *Arte e Cultura de Galicia e Norte de Portugal. Pintura e Escultura*, tomo II. Vigo, Nova Galicia Edicións, 2006; *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa* (coord. científica), Porto, CEPESE, 2008 (Actas dos I Seminário Internacional Luso-Brasileiro Artistas e Artífices do Norte de Portugal – Porto, 2006; e do II Seminário Internacional Luso-brasileiro Artistas e Artífices do Norte de Portugal e sua Mobilidade no Mundo Português – Salvador-Bahia, 2007); *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal* (coord. científica), Porto, CEPESE, 2008.

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

Investigador do CEPESE. Docente.

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1980). Mestre (1996) e doutor em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2002).

Publicações recentes: *Património: arquitectura, urbanismo e bom governo*, in “Actas do II Seminário Internacional O Património cultural da região de Bragança/Zamora”, CEPESE, Bragança, 2006; *Antigos mosteiros e congregações do Distrito de Bragança. Subsídios artísticos*, Separata da revista “Brigantia”, vol. XXVI, nº 1/2/3/4, Bragança, 2006; *Notícias da actividade do entalhador João Francisco e do pintor Gaspar de Magalhães em Trás-os-Montes durante o século XVIII*, in “Poligrafia”, Arouca, 2007; “Arquitectura religiosa na fronteira bragançana”, in “Actas do III Seminário Internacional El Património Cultural de la Región Transfronteiriza del Duero”, Zamora, 2007; *Contributos artísticos de estrangeiros na região ocidental de Trás-os-Montes e oficinas locais. Séculos XVI-XVII*, in “Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa”, Porto, CEPESE, 2008; *Bragança: ritmos de persuasão em horizontes de fronteira*, in “Bragança Marca a História / a História Marca Bragança”, Bragança, 2008; *Manifestações artísticas do culto de S. Miguel em Trás-os-Montes*, in “Revista cultura de Freixo de Espada à Cinta”, Freixo de Espada à Cinta, Dezembro de 2008.

AGOSTINHO CORDEIRO

Gestor e administrador da Cordeiros Galeria.

MANUEL LEMOS DE SOUSA

Professor Catedrático na Universidade Fernando Pessoa, Porto. Director do CIAGEB (Centro de Investigação em Alterações Globais, Energia, Ambiente e Bioengenharia).

Doutor em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Em 1993-2000 foi Membro da Comissão de Especialistas para a Conversão do Carvão da CECA (Bruxelas). Desde 1987 é Presidente do Grupo de Especialistas sobre Classificação dos Carvões, Comissão Económica para a Europa (Genebra).

É, desde 1971, Membro Efectivo do *International Committee for Coal and Organic Petrology-ICCP* e Membro Honorário desde 2005. Desempenhou as funções de Presidente no período de 1995-1999.

HORÁCIO MAIA E COSTA

Professor Catedrático da Universidade do Porto. Doutor em Engenharia de Minas pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Ocupou o lugar de Director Técnico da Associação Portuguesa de Fundição, tendo promovido a assistência técnica às fundições nacionais visando o seu melhor desempenho qualitativo e quantitativo. Foi igualmente convidado pelo Ministro do Trabalho e do Emprego a liderar a formação profissional em Fundição. Nesse âmbito, projectou, construiu e pôs a funcionar o Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição (CINFU).

Foi Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros, sendo membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros, membro da Academia de Engenharia e membro fundador da Sociedade Portuguesa de Materiais.

JORGE CUSTÓDIO

Assessor principal do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). Docente de Arqueologia Industrial da Universidade Nova de Lisboa. Foi responsável pela criação do Museu do Ferro de Moncorvo e pela reorganização do Centro de Interpretação em 2002. Autor de vários trabalhos sobre história, património e arqueologia industrial.

OTÍLIA LAGE

Docente convidada no Doutoramento de Educação da Universidade Lusófona do Porto. Directora de Serviços de Documentação do Instituto Politécnico do Porto e investigadora do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) da Universidade do Porto.

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Doutora em História pela Universidade do Minho.

Publicações recentes: *Correspondência(s) Mécia e Jorge de Sena*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), 2008; *Portugal como (im)possibilidade continuada. À conversa com Jorge de Sena, cidadania e exílios (Portugal, anos 1930-1970)* (no prelo).

JOÃO MENDONÇA

Investigador doutorado do CEPESE. Professor do ensino secundário e superior.

Publicações recentes incluem: “Transformações socioeconómicas recentes no concelho de Tarouca” in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia, I Série, vol. XVI/XVI, 1999-2000*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000; *Desenvolvimento Rural na Zona Agrária de Lamego: Estruturas Produtivas e Organização Social*, Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2001; “Em torno de François Guichard: reflexões sobre o percurso de um geógrafo” in *Revista Abalar*, n.º 2, Proxecto Abalar, Santiago de Compostela, 2004; *Geografia das Microiniciativas Agrárias em Lamego e Távora: Territórios, Actores e Estratégias de Sobrevivência e de Inovação*, Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2005; “The expansion of wine as a trade product” in LOIS GONZÁLES, Rubén and SOMOZA MEDINA, José (Ed.) – *Urban changes in different scales: systems and structures, Scientific excursions and field trip guide. An introduction to the Urban Geography of NW Iberian Peninsula*, Universidad de León, 2006.

FRANCISCO LOURENÇO VAZ

Professor Auxiliar da Universidade de Évora. Investigador do Centro de História e Filosofia da Ciência. Director dos Cursos de Licenciatura e Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação.

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Doutor em História pela Universidade de Évora.

Investigador responsável do projecto da FCT, intitulado *Os Livros e as Bibliotecas no Espólio Bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)*, projecto da FCT, a terminar em Maio de 2009.

Entre os trabalhos que publicou destacam-se: “Évora Lastimosa e Outros Textos Sobre o

Saque de Évora pelos Franceses em 1808”, in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XV (2.ª Série), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002; “Livros e Leituras para Instrução Económica do Povo (1746-1820)”, in *Revista de História Económica e Social*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2002-2003, *Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas*, Sintra, Editora Caleidoscópio, 2006.

DAVID JUSTINO

Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Presidente da Comissão Científica do Departamento e Presidente do Conselho Pedagógico (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas). Membro do Conselho Directivo e Senado (Universidade Nova de Lisboa). Assessor do Presidente da República para os Assuntos Sociais desde 2006. Doutor em Sociologia.

Publicações mais importantes: *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1913*, 2 volumes. Lisboa: Vega. *No Silêncio Todos Somos Iguais*, Lisboa, Gradiva, 2005; “As Time Goes By – A Educação entre Rumos e Destinos”, in *Revista Educação em Debate*, Évora, 2006; *A Reforma do Ensino Secundário*, Porto, Porto Editora, 2007; *Abandono Escolar e Inserção Precoce no Mercado de Trabalho em Portugal* (no prelo).

DIOGO FERREIRA

Licenciado em Relações Internacionais na Universidade Lusíada do Porto (2004), doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e bolseiro de investigação pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o tema “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Do final da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)”.

Investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Integra a equipa que se encontra a proceder ao levantamento dos livros de registo de passaportes de emigrantes portugueses, no âmbito do Projecto “A Emigração Portuguesa para o Brasil”.

Principais trabalhos publicados: “Os ingleses e a Companhia dos Vinhos do Porto nos inícios do reinado de Maria I (1778-1779)”, in *O vinho do Porto em Gaia e Companhia*, Porto, 2005 (em colaboração); *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, Porto, 2006 (colaboração); *O Património Cultural da Real Companhia Velha*, Porto, 2005 (colaboração); “Os ingleses e a Companhia do Alto Douro nas vésperas das invasões francesas (1804-1805)”, in *A Companhia e as relações económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*, Porto, 2008 (colaboração); “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências”, in *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, 2009 (em colaboração com Ricardo Rocha); “Continente africano: Desafios para o Século XXI”, in *Lusitana – Revista de Relações Internacionais* (no prelo).

FÁTIMA FARRICA

Licenciada em História (ensino). Pós-graduada em Ciências Documentais (Arquivologia). Mestre em Estudos Históricos Europeus: Fontes e Percursos para a Construção da Identidade Europeia pela Universidade de Évora.

Organizou e inventariou o Arquivo Histórico Municipal de Viana do Alentejo.

Membro colaborador do CIDEHUS-EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora –, onde tem participado em diferentes projectos de investigação na pesquisa de fontes documentais, na transcrição ou digitalização de documentos, na construção e preenchimento de bases de dados e na organização ou comunicação em workshops e ciclos de conferências.

PAULA BARROS

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada do Porto.

Investigadora e assessora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Fernando Pessoa

Co-autora e colaboradora em vários projectos e estudos do CEPESE, nomeadamente, *O Arquivo da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Real Companhia Velha*, Porto, 2003; *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, 2005 e 2008 (2.ª ed.); *O Património Cultural da Real Companhia Velha*, Porto, 2005; *A Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Real Companhia Velha*, Porto, 2007; *O Brasil, O Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*, Porto, 2008; *Espólio Fotográfico Português*, Porto, CEPESE, 2008.

RICARDO ROCHA

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto (2002) e doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o tema “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Da implantação da República ao final da Primeira Guerra Mundial (1910-1918)”.

Investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), integra o seu secretariado e a equipa que se encontra a proceder ao levantamento dos livros de registo de passaportes de emigrantes portugueses, no âmbito do Projecto “A Emigração Portuguesa para o Brasil”.

Principais trabalhos publicados: *O Arquivo da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Real Companhia Velha*, Porto, 2003 (colaboração); “Globalização, em busca de um sentido universal”, in *Lusíada. Relações Internacionais*, n.º 5, Porto, 2004; *Dicionário de Relações Internacionais* (coordenação de Fernando de Sousa), Porto, 2005 e 2008 (2.ª ed.); *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)* Porto, 2006 (colaboração); “A Rússia e a Companhia do Alto Douro. Um balanço dramático de três décadas de relações comerciais (1805)”, in *A Companhia e as relações económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*, Porto, 2008 (colaboração); *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, 2009 (coordenação de Fernando de Sousa); “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências”, in *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, 2009 (em colaboração com Diogo Ferreira).

SÍLVIA BRAGA

Licenciada em Relações Internacionais (2006), mestre em Relações Internacionais (2008) com o tema “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil nas vésperas da II Guerra Mundial (1935-1939)”, e doutoranda em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada do Porto.

Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), integra o seu secretariado e a equipa que se encontra a proceder ao levantamento dos livros de registo de passaportes de emigrantes portugueses, no âmbito do Projecto “A Emigração Portuguesa para o Brasil”.

Principais trabalhos publicados: “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil através dos Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do Porto (1935-1945)”, in *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, 2009 (em colaboração com Paulo Amorim),

RESUMOS / ABSTRACTS

RESUMOS

FERNANDO DE SOUSA

Moncorvo. Uma reflexão em torno da sua identidade e da sua afirmação no futuro

O percurso histórico-cultural de Moncorvo confere-lhe autenticidade e possibilita o seu reconhecimento como uma entidade à parte. Assim sendo, parece-nos que a definição de uma estratégia de afirmação e valorização cultural de Moncorvo no contexto regional, nacional e transfronteiriço, que procure ligar a identidade e a modernidade, o passado com o presente e o futuro, passa pela criação de um *Centro de Estudos do Ferro* em Moncorvo, uma instituição de referência a partir da qual seja possível desenvolver toda uma actividade cultural que dinamize não só o município, mas toda a região do Douro Superior, de que Moncorvo constitui o principal centro de serviços.

JOSÉ MARQUES

Moncorvo e os seus antecedentes no contexto transmontano, na Idade Média

O autor apresenta um estudo sobre alguns aspectos ligados à história de Moncorvo, na Idade Média, tentando esboçar as linhas mestras do que esta cidade viria a ser. Expõe o enquadramento histórico desta região, no período anterior à invasão árabe de 711, acompanhando, depois, com mais pormenor, a fixação e a organização das populações neste recanto do sudeste transmontano. Por último, analisa a realidade administrativa, económica e social do concelho de Mós em meados do século XV.

MARIA DA CONCEIÇÃO SALGADO/ADÍLIA FERNANDES

O papel do ensino particular na dinamização cultural de Moncorvo

Na incursão histórica do ensino privado nesta região – do Liberalismo ao final do Estado Novo – temos a preocupação de sublinhar, de um modo sistematizado, os factos e as linhas de força marcantes da sua realização. As lentes analíticas utilizadas permitem-nos apreender, face às mudanças e incertezas provindas das redes político-institucionais que as enredam e que com elas interagem, os contextos de acção em que se desenvolvem as instituições educativas em causa. Entre interpretações antagónicas do princípio da liberdade de ensino e do seu exercício social, cumprem o modelo escolar enunciado pelo Estado, tanto no respeito pelos desígnios da ordem como pela definição de bem comum. Mas, ao mesmo tempo que assumem funções de produção e de reprodução sociocultural, funções de controlo e conformação ao nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, projectam-se sob um determinado grau de autonomia. Assim, organizam-se, dentro do pressuposto sociológico mais amplo, como construções sociais em permanente reestruturação, com um impacto significativo numa importante parcela da sociedade que servem.

ADRIANO VASCO RODRIGUES/MARIA DA ASSUNÇÃO CARQUEJA

Relações culturais internacionais de Torre de Moncorvo (Séculos XV-XVII)

A cultura pode ser vista de diferentes ângulos, dando lugar a várias definições, todas limitativas. A importância territorial e administrativa, jurídica e religiosa de Torre de Moncorvo nos séculos XVI e XVII é abordada, tendo sido a maior das quatro correições de Trás-os-Montes e uma das três Igrejas-Colegiadas, a norte do Rio Douro, em Portugal.

Com o passado tão rico e um presente tão empenhado na modernização, Torre de Moncorvo, comparada com outras cidades, há muito que merecia ser distinguida com essa categoria.

VIRGÍLIO TAVARES

O poder local e a identidade cultural de Torre de Moncorvo

O poder local e a Identidade Cultural de Torre de Moncorvo, é o título deste trabalho inserido no Seminário *Moncorvo: da Tradição à Modernidade* e resulta da necessidade de se refletir sobre o desenvolvimento sustentado de Moncorvo para as próximas décadas. Pretendendo mostrar o papel do poder local na construção da Identidade Cultural de Moncorvo, usaram-se fontes diferenciadas, muitas delas existentes no Arquivo histórico Municipal de Torre de Moncorvo.

Após a análise de várias ações e manifestações que tiveram lugar no concelho ao longo dos tempos, verificou-se que há uma relação próxima entre a Identidade Cultural e o Poder Local, sem a qual não se pode conhecer a verdadeira identidade deste concelho. Antes do 25 de Abril de 1974 a participação do poder autárquico era muito reduzida, enquanto que depois daquela data a intervenção é crescente e mais intensa. À medida que nos aproximamos dos dias de hoje, a intensidade e a qualidade aumentam, a que não é estranha, por um lado a comparticipação comunitária, por outro a presença de Aires Ferreira à frente dos destinos da Câmara de Moncorvo, há mais de duas décadas.

JOSÉ AMADO MENDES

Moncorvo em finais de Setecentos

Torre de Moncorvo tem uma longa história, pois as suas origens antecedem as da própria nacionalidade. Nos estudos históricos que lhe têm sido dedicados encontram-se referidos alguns dos factores que lhe deram notoriedade, ao longo dos tempos. Entre eles, destacam-se: a sua localização estratégica, na Idade Média e Época Moderna, por ser um importante ponto de passagem da província trasmontana e, ao mesmo tempo, pela sua posição de proximidade relativamente ao rio Douro, que constituía, então, como que uma “auto-estrada”, muito utilizada como via de acesso ao *hinterland*, sobretudo ao Alto Douro, Trás-os-Montes e Beira Alta.

Hoje em dia, Moncorvo pode oferecer serviços e experiências únicas, se continuar a investir na educação/formação e a valorizar o seu excepcional e diversificado património, nomeadamente através do turismo, com destaque para o turismo cultural, já considerado por certos autores como o *passaporte para o desenvolvimento*.

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

Subsídios para o estudo das relações artísticas no Arcebispado de Braga no século XVIII: Jacinto da Silva e o retábulo-mor da Matriz de Torre de Moncorvo

Jacinto da Silva é hoje considerado na historiografia da arte portuguesa um dos vultos mais relevantes da Braga setecentista, designadamente da segunda metade da centúria, sendo o retábulo-mor da Matriz de Torre de Moncorvo a sua melhor realização, merecendo ser incluído no roteiro da melhor arte produzida no século XVIII, não só do Norte do país, mas também do restante mundo de expressão portuguesa.

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

Património edificado no concelho de Moncorvo e interações artísticas regionais

Por ter sido cabeça de uma importante comarca, era forçoso que a vila da Torre de Moncorvo interagisse de diversos modos com um território muito vasto onde pontificavam distintas individualidades e instituições. Esse território foi sendo povoado por homens e algumas realizações materiais que mais enalteciam o orgulho dos indivíduos e das comunidades. Em boa medida, são as paisagens preenchidas por uma rede de objectos artísticos que situam a nossa memória colectiva. Importa valorizá-los para nos compreendermos melhor. Porém, esta realidade patrimonial deverá ser um foco de atracção de visitantes e o pretexto para a dinamização de algumas franjas da economia. Contudo, como assunto sério que é deve ser desenvolvido com base no estudo honesto e na promoção eficiente e rigorosa.

AGOSTINHO CORDEIRO

Um projecto cultural para Moncorvo

O autor lança a ideia de um centro cultural, inserido num edifício mercante no contexto de arquitectura contemporânea, e que serviria como centro de exposições de pintura de qualidade, o que poderia ser um pólo de atracção para Torre de Moncorvo.

MANUEL LEMOS DE SOUSA

Introdução ao minério de ferro de Moncorvo

A importância que, ao longo do tempo, tem tido o Jazigo de Ferro de Moncorvo justifica, só por si, a abundante e importante bibliografia sobre o mesmo, a qual se reporta quer ao enquadramento geológico-estrutural e mineiro e ao estudo do minério, quer a aspectos do aproveitamento do mesmo e a estudos metalúrgicos. Refira-se que a quantificação dos recursos/reservas deste jazigo tem, naturalmente, variado ao longo do tempo e à medida que a investigação sobre o assunto avançou.

HORÁCIO MAIA E COSTA**A valorização do minério de ferro de Moncorvo**

Na análise de qualquer tema relacionado com Moncorvo está implícita a ideia de que no centro do debate se encontra o Jazigo de Ferro, que ocupa uma grande parte da serra de Rebo-redo. A abordagem ao problema do ferro, no mundo globalizado em que nos encontramos inse-ridos, cuja evolução é crítica ao alterar o centro de gravidade dos poderes económico, financeiro e político a nível mundial, e a contribuir para a mudança dos parâmetros a ter em consideração quando se procura equacionar qualquer empreendimento que envolva capitais vultuosos.

JORGE CUSTÓDIO**O ferro como património industrial de Moncorvo: história, mineração e indústria**

Em Portugal, e na própria região de Moncorvo, com raras excepções, a questão do ferro não suscitou sinergias suficientes para o lançamento de um projecto estruturante quanto à especiali-zação cognitiva e cultural da sua presença milenar no território. Também não se transformou ainda num assunto de interesse histórico capital que preocupasse a comunidade universitária e científica portuguesa, num processo colectivo e de investigação interdisciplinar.

As informações que dispomos acerca de Moncorvo, na sua qualidade mineira e metalúrgica, são escassas, mas associando vestígios arqueológicos a fontes documentais, não há dúvida da vivência de dezenas de gerações dedicadas ao trabalho do ferro, que com o ferro alimentavam a agricultura, as artes e ofícios, a vida quotidiana, as relações sociais, religiosas e culturais.

OTÍLIA LAGE**Para a sócio-história da indústria mineira em Portugal: fontes e metodologias – um estudo de caso alargado sobre a exploração de volfrâmio em Trás-os-Montes**

Falar sobre fontes e metodologias para a construção da sócio-história da indústria mineira em Portugal significa, do meu ponto de vista, reflectir sobre o que designamos de poderes ocul-tos e práticas de história contemporânea. Partindo de alguns tópicos da nossa tese de doutora-mento, desenvolvemos a vertente metodológica, mediante a ilustração de documentos e fontes (orais, escritas, iconográficas...) usadas, suas potencialidades, cruzamento e modos de serem tra-balhados, com aplicação tópica a um estudo de caso alargado sobre um complexo industrial de exploração de volfrâmio no distrito de Vila Real, a Empresa Mineira de Sabrosa (EMISA), em lavra activa e intensa durante a II Guerra Mundial. Integramos na narrativa e discurso científico, muita da terminologia mineira que aprendemos no trabalho de campo, explicitando assim um outro princípio metodológico seguido que se traduz por “tomar a sério os actores”, princípio teó-rico que fomos buscar ao interaccionismo simbólico e à sociologia da acção: correntes socioló-gicas que têm informado os últimos 16 anos de nossa investigação sócio-histórica.

JOÃO MENDONÇA

As produções agrícolas na região de Moncorvo: problemáticas e soluções

Se é certo que a actividade agrícola perdeu grande parte do seu relevo económico e mesmo âmbito geográfico, nunca como na actualidade se valorizaram tanto as produções de qualidade, associadas a um território específico. Poderá mesmo defender-se que esta asserção se aplica de forma ainda mais pertinente quando se trata de um município do interior, como o de Torre de Moncorvo, onde a base económica é directa ou indirectamente muito dependente da agricultura. Este artigo procura destacar formas inovadoras de valorização dos cultivos agrícolas tradicionais: vinha, oliveiras e produção de amêndoa. Será concedida maior ênfase a este último produto, tomando também como exemplo iniciativas frutícolas de outras áreas do país.

FRANCISCO LOURENÇO VAZ

Ideias e projectos de José António de Sá para o desenvolvimento económico de Moncorvo

Nesta comunicação analisamos as ideias e projectos que José António de Sá (1756-1819), economista e magistrado português de finais do século XVIII. Em estudo anterior, comprovamos que o papel desempenhado pelo Corregedor se pautou não apenas pela rigorosa fiscalização na cobrança fiscal ou um cumprimento das suas obrigações de polícia, mas pela promoção da agricultura e pela criação de indústrias. Com este trabalho procuramos divulgar este papel de “magistrado económico” em prole do desenvolvimento, realçando a sua acção de viajante filósofo, a sua formação de naturalista, obtida durante os anos de estudante na Universidade de Coimbra, onde seguiu as lições de Domingos Vandelli. Com a explanação das ideias e projectos de José António de Sá pretendemos estabelecer conexão com a realidade actual. Portanto, partindo da análise aos problemas que há duzentos anos afectavam as gentes da província, e que acção do Corregedor procurou solucionar, procuramos estabelecer pontes para o presente, numa tentativa de contribuir para resolver os actuais problemas que limitam o bem-estar das populações.

DAVID JUSTINO

Fontes de capital para um desenvolvimento sustentado das comunidades do interior: o caso de Torre de Moncorvo

Mais do que falar das regiões do interior atrasado, importa destacar o carácter periférico desses espaços, a dificuldade de acederem e de se integrarem em mercados mais alargados, quer de dimensão nacional, quer internacional, bem como da dificuldade em superarem as estruturas de auto-consumo, independentemente de se situarem no litoral ou no interior. Há a necessidade de se repensar a abordagem da economia clássica que confinava todo o processo produtivo à combinação óptima dos preços dos três factores de produção: terra, trabalho e capital.

A necessidade de encontrar uma combinação inovadora dos factores de produção e aproveitar as oportunidades proporcionadas pela globalização (ofertas de distinção, escaladas pelos mercados globais) assume um carácter extremamente decisivo.

**FERNANDO DE SOUSA / DIOGO FERREIRA / FÁTIMA FARRICA / PAULA
BARROS / RICARDO ROCHA / SÍLVIA BRAGA**

A agricultura da Comarca de Moncorvo, segundo José António de Sá, em finais de Setecentos

Neste artigo, procura-se chamar a atenção para a importância e originalidade de uma descrição da agricultura da Comarca de Moncorvo, em finais do século XVIII, escrita pelo corregedor da mesma, José António de Sá. Com efeito, esta fonte, pela riqueza de informação que nos apresenta, torna-se imprescindível para o conhecimento da produção agrícola e da pecuária desta região de Trás-os-Montes, descrevendo ainda exaustivamente os instrumentos agrícolas utilizados, a forma de aproveitamento dos solos, e muitos outros aspectos que ajudam a caracterizar o mundo rural de Portugal em finais de Setecentos.

ABSTRACTS

FERNANDO DE SOUSA

Moncorvo. An overview about its identity and its affirmation in the future

The cultural and historical evolution of Moncorvo is one way of achieving the authenticity that allows us to identify the region as an entity. Thus, it is clear to us that the need of the cultural growth of Moncorvo within the regional, national and cross-border dimensions that would allow the links between identity and modernity, past, present and future, are all dependent on the creation of a Centre for the Study of Iron in Moncorvo. With such an institution, it will be possible to develop a wide cultural activity in order to improve the city and the whole Douro Superior region, where Moncorvo appears as the main urban centre.

JOSÉ MARQUES

Moncorvo and its antecedents in the context of Trás-os-Montes, during the Middle Ages

The author presents a study on some aspects related to the history of Moncorvo, during the Middle Ages, in order to draw the guidelines of what this city would come to be. The current work explains the historical background of this region, in the period previous to the Arab invasion of 711, then following with more detail the settling and organization of the populations in this part of southeastern Trás-os-Montes. Finally, the author analyzes the administrative, economic and social reality of the "municipality" of Mós in the middle of the 15th century.

MARIA DA CONCEIÇÃO SALGADO/ADÍLIA FERNANDES

The role of private teaching in the cultural dynamics of Moncorvo

By tracing the historical journey of private school education in this region, from Liberalism to Estado Novo, we are determined to emphasize, systematically, the facts and driving forces behind its realization.

The analytical tools utilized have allowed us to understand the context in which the educational institutions in question have evolved during a period of uncertainty due to political and institutional changes. In spite of contradictory interpretations regarding the principle of freedom of education and its social application, these institutions follow the government model by respecting the designated order and the definition of common good. However, while assuming the functions of social-cultural production and reduplication, control and conformity at behavioral level, ideology, representation and expectations, they project their own degree of autonomy. In a sociological scheme, they are organized as social platforms in continuous renovation with a direct impact on the social stratus they serve.

ADRIANO VASCO RODRIGUES/MARIA DA ASSUNÇÃO CARQUEJA**Cultural international relations of Torre de Moncorvo (XV-XVII centuries)**

Culture may be seen from different angles, allowing several definitions, all of them very limited. The territorial, administrative, juridical and religious importance of Torre de Moncorvo in the XVI and XVII centuries is analyzed in this paper. In fact, this region was the most important of the four “correições” of Trás-os-Montes and one of the three *Monasteries* situated at the North of the river Douro.

With such an interesting past and with a present so concerned with its development, Torre de Moncorvo, if compared with other cities, really deserves to be granted such category.

VIRGÍLIO TAVARES**Local power and the cultural identity of Torre de Moncorvo**

This study results of the necessity to reflect about Moncorvo’s sustained development for the next decades. In order to see the role of the local of power in the construction of Moncorvo’s cultural identity, we use very different sources, most of them existing in Moncorvo’s Historic Municipal Archives.

After the analysis of the different actions and manifestations that took place in the municipality along the centuries, we see that there is a close relation between the cultural identity and the local power. Without that we cannot know the real identity of this municipality. Before 25th April 1974 the participation of local power was very reduced, but after that date the intervention increased more and more. As we advance in time, the intensity and quality increase, because of the EU funding and the due to the work of the mayor of Aires Ferreira in the Municipality of Moncorvo along over two decades.

JOSÉ AMADO MENDES**Moncorvo by the end of the XVIII century**

Torre de Moncorvo has a long interesting history that take us back to the historical period before the recognition of Portugal as a kingdom. The works that have been published about the region express some of the factors that transformed it into an important area. Among them we can highlight the following: a strategic location that allowed, back in the Middle Ages and in Modern Era, this area to be an important and busy itinerary of the Trás-os-Montes province; and the proximity of River Douro, the most important way to reach Alto Douro, Trás-os-Montes and Beira Alta.

Nowadays, Moncorvo can offer unique experiences and structures if the choice continues to be education and training and the preservation of its heritage namely through tourism, especially cultural tourism that has already been considered by some authors as a *passport to modernization*.

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

Subsidies for the study of artistic relations in the archbishopric of Braga in the 18th century: Jacinto da Silva and the main reredos of the mother church of Torre de Moncorvo

Jacinto da Silva is considered nowadays in Portuguese Historiography of Art one of the most remarkable artists of the XVIII century Braga, especially of the second half of the century, being the gilded woodcarved high retable of the Torre de Moncorvo church his best work. In fact, due to the quality reached it is one of the masterpieces that must be included in the itinerary of the most important Portuguese art produced during the XVIII century, not only in the North of Portugal, but also in all the Portuguese speaking world.

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

The built heritage in the municipality of Moncorvo and the regional artistic interactions

Being the center of an important judicial district, Torre de Moncorvo was forced to interact in diverse manners with a quite vast territory where distinct individualities and institutions were present. This territory was progressively populated both by men and by material accomplishments that glorified the pride of individuals and communities. In a great extent, it is the landscapes filled by a network of artistic objects that assemble our collective memory. It is important to value them in order to better understand ourselves. However, the reality regarding this heritage must be a factor for the attraction of visitors and the reason for the support of some economic sectors, but this development must be based upon honest studies and an efficient and rigorous promotion.

AGOSTINHO CORDEIRO

A Cultural Project to Moncorvo

The author calls our attention to the need of a Cultural Centre in Moncorvo, that should be founded in a well known building, in the context of Contemporary Architecture, that would be used as an exhibition centre for valuable paintings, this being an important pole of attraction for Torre de Moncorvo.

MANUEL LEMOS DE SOUSA

An introduction to the Iron Ore of Moncorvo

The importance that in the course of time has been attributed to the veins of Moncorvo fully justifies the extensive bibliography about it. Most of this information refers either to the mining geologic-structural environment or to the study of the ore itself, or to the different ways it can be used and also to metallurgic studies. It is important to refer that the quantification of the resources/reserves of this vein has been varying along time, according to the development of this research subject.

HORÁCIO MAIA E COSTA

The increase of the value of the iron ore of Moncorvo

The analysis of any theme related to Moncorvo implies the idea that, at the core of the debate we will find the iron vein that extends along a vast area of the Serra do Reboredo. In the global world we now belong to, and where the evolution is critical, in so far as it changes the gravity centre of the economic, political, and financial world at a worldwide level, and contributes for the alteration of parameters to be considered when trying to evaluate any enterprise involving high investments, the approach to the iron problem is always present.

JORGE CUSTÓDIO

Iron as industrial patrimony of Moncorvo: history, mineralization and industry

In Portugal and in Moncorvo's region, with few exceptions, the question around iron did not develop enough synergies for the launching of a structuring project related to its cognitive and cultural presence in the territory. Neither has it yet become a matter of historical capital interest with enough impact to motivate the university and the scientific community in a joint venture of interdisciplinary research.

The information we gathered about Moncorvo, as far as its mining and metallurgic characteristics, is scarce. However, if we associate archaeological data and documental sources, there is no doubt about the existence that dozens of generations devoted to iron work. This was the only way to keep going the agriculture arts and crafts, the everyday life, the social, religious and cultural relations.

OTÍLIA LAGE

For the social history of the mining industry in Portugal: sources and methodology – a wide case study on the exploration of wolfram in Trás-os-Montes

Discussing sources and methodologies for the construction of the social history of the mining industry in Portugal means thinking on what we consider to be occult powers and the practices of contemporary history. Leaving off some topics of our PhD thesis, we develop the methodologic source, by means of the illustration of the used documents and sources (oral, written, iconographic...), its potentialities, crossing and ways to be worked, with topical application to a case study on an industrial complex of exploration of wolfram in the district of Vila Real, the Mining Company of Sabrosa (EMISA), during World War II.

JOÃO MENDONÇA

The agriculture productions in the region of Moncorvo: problems and solutions

If it is true that farming has lost part of its economic appeal and even geographical extension, never before has a quality product attained such a high value as when associated with a specific localization. This is particularly true when we are dealing with an inland town as Torre de

Moncorvo with its economy still very dependent on agriculture. This article tries to point out innovative ways of increasing the rentability of traditional farm products such vineyards, olive and almond orchards. We exemplify what can be done with fruit-growing (almonds) using as examples initiatives that have been carried out in other regions of Portugal.

FRANCISCO LOURENÇO VAZ

Ideas and projects of José António de Sá for the economic development of Moncorvo

In this paper we analyse the ideas and projects of José Antonio de Sá (1756-1819), a Portuguese economist and magistrate at the end of 18th century. In a previous work we proved that the action of Antonio de Sá, as the “Corregedor” of Moncorvo, had been oriented by a rigorous taxes collection, and also by the promotion of agriculture and industries. With this work we describe the action of the “Corregedor” as an “economic magistrate” for the increase and growth of productive activities. We highlight his action as a “philosopher voyager”, as well as his naturalist formation that remount to the years of his course at Coimbra University, where he followed the lessons of Domingos Vandelli. With the explanation of the ideas and projects of António de Sá we try to establish a link with the current economic reality of Moncorvo. So with the analysis of the problems of Moncorvo at the beginning of the contemporary era, that the action of the “Corregedor” tried to solve, we also attempt to contribute for the resolution of the current problems, that are an obstacle to the welfare of the population in this region.

DAVID JUSTINO

Capital sources for the sustained development of the central communities: the case of Torre de Moncorvo

More important than stressing the small development of the regions in the interior of Portugal, we must understand the peripheral features of such spaces, the difficulties they have to face and to integrate into broader markets, either at a national or international level, as well as the difficulty they have in overcoming all the structures of self-maintenance, independently of being located on the borderline or in the interior. It is necessary to rethink the classic economic approach which confined the productive process to the excellent articulation among the prices of the three production items: land, work and capital.

The need to find an innovative organization of the production items and to take advantage of the opportunities provided by the globalization (distinctions attributed by global markets) assumes an extremely and decisive characteristic.

**FERNANDO DE SOUSA / DIOGO FERREIRA / FÁTIMA FARRICA /
PAULA BARROS / RICARDO ROCHA / SÍLVIA BRAGA**

The agriculture of the judicial district of Moncorvo, according to José António de Sá, at the end of the 18th century

This work aims at stressing the importance and originality of a description of the agriculture of the judicial district of Moncorvo, at the end of the 18th century, written by the “corregedor”

of that institution, José António de Sá. In fact, this source, due to the richness of the information it presents, is fundamental for the knowledge of the agricultural production and cattle raising from this region of Trás-Montes, also describing in a detailed manner the agricultural instruments used, the types of soil usage and many other aspects that help to characterize the rural world of Portugal in the end of the 18th century.

**CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES
DO CEPESE**

REVISTA POPULAÇÃO E SOCIEDADE





LIVROS DE ACTAS



*Relações
Portugal-Espanha
Cooperação
e Identidade
I Encontro
Internacional*

CEPESE
FRAH
2000



*Relações
Portugal-Espanha
Uma História
paralela, um destino
comum?
II Encontro
Internacional*

CEPESE
FRAH
2002



*Relações
Portugal-Espanha
O Vale do Douro
no Âmbito das
Regiões Europeias*

CEPESE
Edições Afrontamento
2006



*Artistas e Artífices
e a sua Mobilidade
no Mundo de Expressão
Portuguesa*

CEPESE
2005



*Artistas e Artífices
no Mundo de Expressão
Portuguesa*

CEPESE
2008



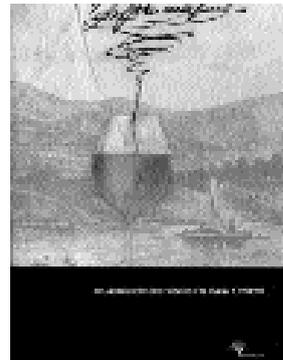
***O Património
Histórico-Cultural
da região
de Bragança-Zamora***

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



***O Património
Cultural da região
de Bragança-Zamora***

CEPESE
Associação Ibérica
dos Municípios Ribeirinhos
do Douro
2008



***Os Arquivos do Vinho
em Gaia e Porto***

CEPESE
2000



***Os Arquivos da Vinha
e do Vinho no Douro***

CEPESE
Edições Afrontamento
2003



***O Vinho do Porto em
Gaia & Companhia***

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



***A Companhia
e as Relações
Económicas de Portugal
com o Brasil,
a Inglaterra e a Rússia***

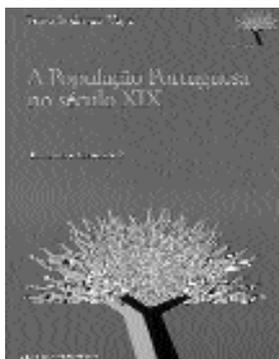
CEPESE
Edições Afrontamento
2008

COLEÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE



A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)

CEPESE
Ed. COSMOS
2001



A População Portuguesa no Século XIX

CEPESE
Edições Afrontamento
2004

COLEÇÃO OS PORTUGUESES NO MUNDO



A Comunidade Lusíada em Joanesburgo

CEPESE
Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento

CEPESE
Fronteira do Caos
2009

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS



Desafios da Democratização no Mundo Global

CEPESE
Edições Afrontamento
2004



Estudos e Ensaio em Homenagem a Eurico Figueiredo

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



Dicionário de Relações Internacionais (2.ª edição)

CEPESE
Edições Afrontamento
2008



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes

CEPESE
Edições Afrontamento
2006



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto

CEPESE
2009



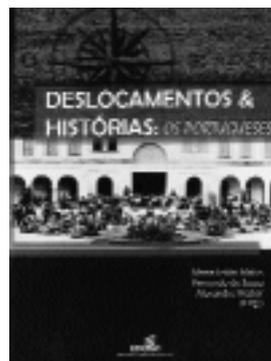
***Portugueses no Brasil:
Migrantes em dois atos***

CEPESE
FAPERJ
2006



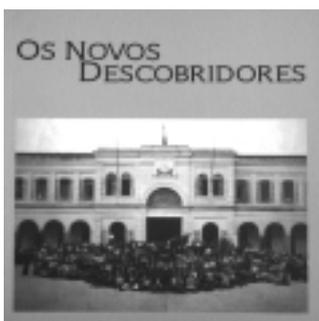
***A Emigração
Portuguesa
para o Brasil***

CEPESE
Edições Afrontamento
2007



***Deslocamentos
& Histórias:
Os Portugueses***

CEPESE
EDUSC
2008



Os Novos Descobridores

CEPESE
2008



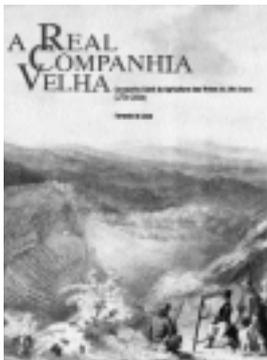
***O Arquivo da Companhia
Geral da Agricultura das
Vinhãs do Alto Douro –
Real Companhia Velha***

CEPESE
2003



***O Património Cultural da
Real Companhia Velha***

CEPESE
2004



***A Real Companhia Velha.
Companhia Geral da
Agricultura das Vinhas do
Alto Douro (1756-2006)***

CEPESE
2006



***O Brasil, o Douro e a Real
Companhia Velha***

CEPESE
2008



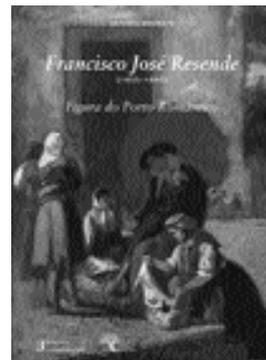
Espólio Fotográfico Português

CEPESE
2008



***Dicionário de Artistas
e Artífices do Norte
de Portugal***

CEPESE
2008



***Francisco José Resende
[1825-1893]***

CEPESE
Edições Afrontamento
2007

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO/INTRODUCTION	7
MONCORVO. UMA REFLEXÃO EM TORNO DA SUA IDENTIDADE E DA SUA AFIRMAÇÃO NO FUTURO	
<i>Fernando de Sousa</i>	11
MONCORVO E OS SEUS ANTECEDENTES NO CONTEXTO TRANSMONTANO, NA IDADE MÉDIA	
<i>José Marques</i>	17
O PAPEL DO ENSINO PARTICULAR NA DINAMIZAÇÃO CULTURAL DE MONCORVO	
<i>Maria da Conceição Salgado/Adília Fernandes</i>	49
RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS DE TORRE DE MONCORVO (SÉCULOS XV A XVII)	
<i>Adriano Vasco Rodrigues/Maria da Assunção Carqueja</i>	63
O PODER LOCAL E A IDENTIDADE CULTURAL DE TORRE DE MONCORVO	
<i>Virgílio Tavares</i>	73
MONCORVO EM FINAIS DE SETECENTOS	
<i>José Amado Mendes</i>	97
SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ARTÍSTICAS NO ARCEBISPADO DE BRAGA NO SÉCULO XVIII: JACINTO DA SILVA E O RETÁBULO-MOR DA MATRIZ DE TORRE DE MONCORVO	
<i>Natália Marinho Ferreira-Alves</i>	109
PATRIMÓNIO EDIFICADO NO CONCELHO DE MONCORVO E INTERACÇÕES ARTÍSTICAS REGIONAIS	
<i>Luís Alexandre Rodrigues</i>	117
UM PROJECTO CULTURAL PARA MONCORVO	
<i>Agostinho Cordeiro</i>	153
INTRODUÇÃO AO MINÉRIO DE FERRO DE MONCORVO	
<i>Manuel Lemos de Sousa</i>	155
A VALORIZAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO DE MONCORVO	
<i>Horácio Maia e Costa</i>	161
O FERRO COMO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DE MONCORVO: HISTÓRIA, MINERAÇÃO E INDÚSTRIA	
<i>Jorge Custódio</i>	187

PARA A SÓCIO-HISTÓRIA DA INDÚSTRIA MINEIRA EM PORTUGAL: FONTES E METODOLOGIAS – UM ESTUDO DE CASO ALARGADO SOBRE A EXPLORAÇÃO DE VOLFRÂMIO EM TRÁS-OS-MONTES	
<i>Otilia Lage</i>	221
AS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE MONCORVO: PROBLEMÁTICAS E SOLUÇÕES	
<i>João Mendonça</i>	249
IDEIAS E PROJECTOS DE JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE MONCORVO	
<i>Francisco Lourenço Vaz</i>	261
FONTES DE CAPITAL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS COMUNIDADES DO INTERIOR: O CASO DE TORRE DE MONCORVO	
<i>David Justino</i>	275
CONCLUSÕES/CONCLUSIONS	285
A AGRICULTURA DA COMARCA DE MONCORVO, SEGUNDO JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ, EM FINAIS DE SETECENTOS	
<i>Fernando de Sousa/Diogo Ferreira/Fátima Farrica/Paula Barros/Ricardo Rocha/Silvia Braga</i> ...	289
SOBRE OS AUTORES	339
RESUMOS/ABSTRACTS	349
CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPESE	363

Sócios Fundadores, Sócios Colectivos e Patronos de Honra do CEPESE

Fundação Eng. António de Almeida

Reitoria da Universidade do Porto

Agência Abreu

Câmara Municipal de Gaia

Câmara Municipal do Porto

Carnady

Cordeiros Galeria

Douro Azul

Escola Superior de Educação da Guarda

ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração

Instituto Superior Miguel Torga

Mota-Engil

Real Companhia Velha

Universidade Lusíada do Porto

Vicaima

ISBN 978-972-36-1029-1



9 789723 610291

Colaboraram nesta publicação: Adília Fernandes; Adriano Vasco Rodrigues; Agostinho Cordeiro; David Justino; Diogo Ferreira; Fátima Farrica; Fernando de Sousa; Francisco Lourenço Vaz; Horácio Maia e Costa; João Mendonça; Jorge Custódio; José Amado Mendes; José Marques; Luís Alexandre Rodrigues; Manuel Lemos de Sousa; Maria da Assunção Carqueja; Maria da Conceição Salgado; Natália Marinho Ferreira-Alves; Otilia Lage; Paula Barros; Ricardo Rocha; Sílvia Braga; Virgílio Tavares.

ORGANIZAÇÃO



CEPESE

PATROCÍNIO



CORDEIROS GALERIA



ISLA

APÓSP

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência Inovação
2010
Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
RESPONSABILIDADE COM O TERCEIRO SETOR

Programa FACC
15 DE SETEMBRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2009